



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2161

Quarta-feira - 04 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Ilhota.....	226	Porto Belo.....	369
Alto Bela Vista.....	49	Imbituba.....	228	Porto União.....	370
Anchieta.....	51	Indaial.....	229	Pouso Redondo.....	374
Antônio Carlos.....	54	Iomerê.....	231	Presidente Castello Branco.....	376
Arabutã.....	56	Ipumirim.....	234	Presidente Nereu.....	377
Balneário Piçarras.....	73	Irineópolis.....	243	Princesa.....	396
Balneário Rincão.....	74	Itá.....	249	Rio do Sul.....	400
Barra Bonita.....	75	Itapiranga.....	251	Rio Fortuna.....	413
Biguaçu.....	77	Itapoá.....	252	Romelândia.....	415
Bom Jesus do Oeste.....	91	Ituporanga.....	256	Salto Veloso.....	420
Braço do Trombudo.....	96	Jaraguá do Sul.....	258	Santa Terezinha do Progresso.....	429
Brusque.....	100	Joaçaba.....	262	São Bento do Sul.....	435
Caçador.....	105	José Boiteux.....	274	São Carlos.....	440
Camboriú.....	106	Laguna.....	275	São Domingos.....	441
Campo Alegre.....	107	Lajeado Grande.....	277	São João do Oeste.....	442
Campos Novos.....	117	Lauro Muller.....	295	São Joaquim.....	445
Canoinhas.....	130	Lebon Regis.....	296	São José.....	448
Capinzal.....	158	Leoberto Leal.....	305	São José do Cedro.....	479
Catanduvas.....	161	Lindóia do Sul.....	306	São Lourenço do Oeste.....	480
Caxambu do Sul.....	162	Luzerna.....	311	São Miguel da Boa Vista.....	482
Chapécó.....	164	Macieira.....	313	São Pedro de Alcântara.....	485
Cocal do Sul.....	166	Maravilha.....	314	Seara.....	490
Cordilheira Alta.....	167	Meleiro.....	315	Serra Alta.....	491
Correia Pinto.....	168	Modelo.....	317	Sul Brasil.....	495
Curitibanos.....	169	Monte Carlo.....	320	Tigrinhos.....	498
Ermo.....	172	Morro da Fumaça.....	323	Timbó.....	502
Flor do Sertão.....	175	Navegantes.....	325	Três Barras.....	503
Forquilha.....	184	Novo Horizonte.....	326	Trombudo Central.....	504
Fraiburgo.....	187	Orleans.....	328	Tunápolis.....	508
Galvão.....	197	Ouro Verde.....	330	União do Oeste.....	509
Garuva.....	203	Palma Sola.....	331	Urussanga.....	525
Gaspar.....	208	Passos Maia.....	332	Vargeão.....	526
Grão Pará.....	211	Penha.....	335	Vargem Bonita.....	528
Guaraciaba.....	212	Petrolândia.....	339	Videira.....	530
Guaramirim.....	213	Pinheiro Preto.....	340	Vitor Meireles.....	535
Guarujá do Sul.....	216	Planalto Alegre.....	341	Xanxerê.....	536
Herval d'Oeste.....	217	Pomerode.....	342	Xavantina.....	542
Ibiam.....	225	Ponte Serrada.....	345	Xaxim.....	544

### Associações

AMAUC.....	546
------------	-----

### Consórcios

ARIS.....	548	IBERE.....	564
CIGA.....	548	CIS/AMERIOS.....	565
CIMCATARINA.....	553		
CIS/AMUREL.....	553		
CISAM.....	561		
CVC.....	563		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2017

DECRETO Nº 001/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 470.880,11 (quatrocentos e setenta mil e oitocentos e oitenta reais e onze centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos próprios e recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.00.0.3.0002/41 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 335.177,39	
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.3.90.00.0.3.0067/42 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 9.265,09	
3.3.90.00.0.3.0673/43 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 50.000,00	
3.3.90.00.0.3.0672/44 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 50.000,00	
10.302.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.3.90.00.0.3.0065/45 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 11.437,63	
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.3.90.00.0.3.0002/46 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 5.000,00	
10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC	
3.3.90.00.0.3.0749/47 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 10.000,00	
TOTAL .....	
..... R\$ 470.880,11	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica autorizado a utilização parcial e total do superávit financeiro do exercício de 2016 verificado nas rubricas:

0.1.0002 Recursos de Impostos e Transferências Saúde, 0.1.0002 – Recursos da Vigilância Sanitária, 0.1.00067 Farmácia Básica Federal, 0.1.0627 Recursos PMAQ, 0.1.0065 Recursos Mac e 0.1.0064 Recursos Pab Fixo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº 002/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.654,05 (dezenove mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social e aplicação de recursos próprios.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.00.0.3.0000/20 Aplicações Diretas .....	
.... R\$ 10.000,00	
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.00.0.3.0000/21 Aplicações Diretas .....	
.... R\$ 9.654,05	
TOTAL .....	
..... R\$ 19.654,05	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto fica utilizado total o superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0000 Recursos Ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 003/2017**

DECRETO Nº 003/2017 - DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros:

I – Gláucia Regina Varaschin, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 006.597.239-21.

II – Evandra Regina Macagnan, brasileira, casada, funcionária pública do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 023.418.239-39.

III – Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público efetivo do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 005.614.419-95.

IV – Claudete Aparecida de Assis, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 908.059.929-87.

V – Vera Lúcia Daros Balestrin, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 027.692.789-32.

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações, será exercida pelo senhor Cristiano Savaris da Silva, e a secretária será a senhorita Gláucia Regina Varaschin.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIA Nº 024/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, a servidora LILIAN BITTENCOURT CHULLER, inscrita no CPF sob o nº 072.110.889-07, a partir 03/01/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº 018/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.349.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 11.372-7, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo da Secretaria de Educação, com poderes específicos de:

I- Solicitar saldos e extratos;

II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;

III- Cancelar Cheques;

IV- Baixar Cheques;

V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;

VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;

VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

IX- Emitir comprovantes;

X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XI- Abrir contas de depósito;

XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;

XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;

XIV- Autorizar aplicações financeiras;

XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;

XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;

XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;

XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;

XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XX- Encerrar contas de depósito;

XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;

XXII- Requisitar talonários de cheques;

XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;

XXIV- Emitir cheques;

XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de janeiro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIA Nº 019/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.349.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 75.284-3, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo da C.M.E., com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de janeiro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 020/2017**

PORTARIA Nº 020/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para a servidora Evandra Regina Macagnan, Assessora de Direção das Escolas Multisseriadas, matrículas nº 929 e 1383, CPF nº 023.418.239-39 e Angela Raquel Lucietti Rossa CPF nº 894.349.349-87 Secretária de Educação, Cultura e Esporte para a finalidade específica de assinar pela conta nº 59.530-6, Agência 0207-0 do Banco do Brasil, referente adiantamento Material de Consumo Transporte, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de janeiro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 021/2017**

PORTARIA Nº 021/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76,



77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Compras, Licitações e Convênios, o servidor CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 005.614.419-95, a partir 02/01/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 022/2017**

PORTARIA Nº 022/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, o servidor JOEL ROQUE PIAIA, inscrito no CPF sob o nº 594.268.299-20, a partir 02/01/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 023/2017**

PORTARIA Nº 023/2017 – DE 03 JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/02 e Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Cristiano Savaris da Silva
- b) Gláucia Regina Varaschin

Parágrafo único. Em cada certame licitatório um pregoeiro irá atuar, ficando os demais fazendo parte da equipe de apoio.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Vera Lúcia Daros Balestrin
- b) Evandra Regina Macagnan
- c) Claudete Aparecida de Assis

Art. 3º. A execução da presente Portaria não terá nenhum ônus para o Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de janeiro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 21/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 21/2016, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa OSCAR DE OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 21.300.326/0001-04 com sede no Assentamento Olaria, interior do município de Água Doce, neste ato representado pelo Sr. OSCAR DE OLIVEIRA, residente e domiciliado no Assentamento Olaria, inscrito no CPF sob N.º 019.847.229-30 e portador da Carteira de Identidade N.º 2.427.357 de ora em diante denominada de Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/12/2017, vigorando a partir de 01/01/2017.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 30 de dezembro de 2016

NOVELLI SGANZERLA	OSCAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Oscar de Oliveira Transportes LTDA ME
Contratante	Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 35/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 35/2016, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa OSCAR DE OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 21.300.326/0001-04 com sede no Assentamento Olaria, interior do município de Água Doce, neste ato representado pelo Sr. OSCAR DE OLIVEIRA, residente e domiciliado no Assentamento Olaria, inscrito no CPF sob N.º 019.847.229-30 e portador da Carteira de Identidade N.º 2.427.357 de ora em diante denominada de Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/12/2017, vigorando a partir de 01/01/2017.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 30 de dezembro de 2016

NOVELLI SGANZERLA	OSCAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Oscar de Oliveira Transportes LTDA ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB/SC 27419

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)  RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE PESSOAS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DIVIDATIVA RECEITAS DIVERSAS  RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIEAÇÃO DE BENS ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	23.354.743,00 21.353.115,50 1.321.390,00 1.142.820,00 178.570,00 0,00 390.500,00 174.500,00 216.000,00 354.868,00 354.868,00 35.537,45 35.537,45 19.073.303,35 18.311.899,35 0,00 761.404,00 177.516,70 28.553,00 72.150,55 47.850,00 28.963,15  2.001.627,50 1.000.000,00 1.000.000,00 46.800,00 46.800,00 954.827,50 954.827,50	23.354.743,00 21.353.115,50 1.321.390,00 1.142.820,00 178.570,00 0,00 390.500,00 174.500,00 216.000,00 354.868,00 354.868,00 35.537,45 35.537,45 19.073.303,35 18.311.899,35 0,00 761.404,00 177.516,70 28.553,00 72.150,55 47.850,00 28.963,15  2.001.627,50 1.000.000,00 1.000.000,00 46.800,00 46.800,00 954.827,50 954.827,50	7.520.344,71 5.984.552,03 359.379,79 345.746,24 12.580,36 1.053,19 122.156,88 66.856,97 55.299,91 142.631,56 142.631,56 6.416,00 6.416,00 5.287.550,27 5.171.421,86 0,00 116.128,41 66.417,53 9.982,73 20.824,98 13.429,29 22.180,53  1.535.792,68 416.238,48 416.238,48 0,00 0,00 1.119.554,20 1.119.554,20	32,20 28,03 27,20 30,25 7,05 0,00 31,28 38,31 25,60 40,19 40,19 18,05 18,05 27,72 28,24 0,00 15,25 37,41 34,96 28,86 28,07 76,58  76,73 41,62 41,62 0,00 0,00 117,25 117,25	30.379.097,42 26.892.731,89 1.883.958,88 1.642.337,46 226.234,93 15.386,49 709.908,70 371.791,02 338.117,68 801.063,24 801.063,24 16.667,37 16.667,37 23.199.047,34 22.624.676,21 4.614,12 569.757,01 282.086,36 28.076,04 87.070,56 38.534,64 128.405,12  3.486.365,53 935.520,37 935.520,37 0,00 0,00 2.550.845,16 2.550.845,16	130,08 125,94 142,57 143,71 126,69 0,00 181,79 213,06 156,54 225,74 225,74 46,90 46,90 121,63 123,55 0,00 74,83 158,91 98,33 120,68 80,53 443,34  174,18 93,55 93,55 0,00 0,00 267,15 267,15	-7.024.354,42 -5.539.616,39 -562.568,88 -499.517,46 -47.664,93 -15.386,49 -319.408,70 -197.291,02 -122.117,68 -446.195,24 -446.195,24 18.870,08 18.870,08 4.125.743,99 -4.312.776,86 -4.614,12 191.646,99 -104.569,66 476,96 -14.920,01 9.315,36 -99.441,97  -1.484.738,03 64.479,63 64.479,63 46.800,00 46.800,00 -1.596.017,66 -1.596.017,66
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)						
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	23.533.468,00	23.533.468,00	7.557.365,79	32,11	30.584.534,43	-7.051.066,43
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.533.468,00</b>	<b>23.533.468,00</b>	<b>7.557.365,79</b>	<b>32,11</b>	<b>30.584.534,43</b>	<b>-7.051.066,43</b>
<b>DEFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>23.533.468,00</b>	<b>23.533.468,00</b>	<b>7.557.365,79</b>	<b>32,11</b>	<b>30.584.534,43</b>	<b>-7.051.066,43</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>3.058.972,39</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.828.044,83</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	3.058.972,39	—	—	2.828.044,83	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>23.326.223,00</b>	<b>32.939.955,62</b>	<b>5.168.879,93</b>	<b>29.319.536,25</b>	<b>3.620.419,27</b>	<b>6.254.235,80</b>	<b>26.910.808,73</b>	<b>6.029.146,79</b>	<b>26.866.875,52</b>	<b>2.408.727,52</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.476.797,08</b>	<b>26.223.546,64</b>	<b>4.529.449,45</b>	<b>24.236.792,60</b>	<b>1.986.754,04</b>	<b>4.987.840,19</b>	<b>24.178.380,87</b>	<b>2.045.165,77</b>	<b>24.134.447,66</b>	<b>58.411,73</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.601.469,23	13.791.078,23	2.765.001,80	13.347.002,46	444.075,77	2.765.001,80	13.347.002,46	444.075,77	13.347.002,46	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	201.707,00	201.707,00	1.319,12	1.817,66	199.889,34	1.319,12	1.817,66	199.889,34	1.817,66	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.673.620,85	12.230.761,41	1.763.128,53	10.887.972,48	1.342.788,93	2.221.519,27	10.829.560,75	1.401.200,66	10.785.627,54	58.411,73
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.791.425,92</b>	<b>6.688.408,88</b>	<b>639.430,48</b>	<b>5.082.743,65</b>	<b>1.575.665,23</b>	<b>1.266.395,61</b>	<b>2.732.427,86</b>	<b>3.925.981,02</b>	<b>2.732.427,86</b>	<b>2.350.315,79</b>
INVESTIMENTOS	2.503.651,60	6.239.634,56	555.128,60	4.704.968,23	1.534.566,33	1.182.093,73	2.354.652,44	3.884.982,12	2.354.652,44	2.350.315,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	287.774,32	418.774,32	84.301,88	377.775,42	40.998,90	84.301,88	377.775,42	40.998,90	377.775,42	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>58.000,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>207.245,00</b>	<b>225.468,22</b>	<b>35.669,40</b>	<b>204.761,17</b>	<b>20.707,05</b>	<b>35.669,40</b>	<b>204.761,17</b>	<b>20.707,05</b>	<b>204.761,17</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>23.533.468,00</b>	<b>33.165.423,74</b>	<b>5.204.549,33</b>	<b>29.524.297,42</b>	<b>3.641.126,32</b>	<b>6.289.905,20</b>	<b>27.115.569,90</b>	<b>6.049.853,84</b>	<b>27.071.636,69</b>	<b>2.408.727,52</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.533.468,00	33.165.423,74	5.204.549,33	29.524.297,42	3.641.126,32	6.289.905,20	27.115.569,90	6.049.853,84	27.071.636,69	2.408.727,52
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.468.984,53	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.533.468,00	33.165.423,74	5.204.549,33	29.524.297,42	—	6.289.905,20	30.584.534,43	—	27.071.636,69	2.408.727,52
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES Contribuições Sociais			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (b/a)	% (c/a)	(a - c)	
178.725,00	178.725,00	178.725,00	178.725,00	37.021,08	20,71	205.437,01	114,95	-26.712,01		
178.725,00	178.725,00	178.725,00	178.725,00	37.021,08	20,71	205.437,01	114,95	-26.712,01		
178.725,00	178.725,00	178.725,00	178.725,00	37.021,08	20,71	205.437,01	114,95	-26.712,01		
207.245,00	225.468,22	35.669,40	204.761,17	204.761,17	20.707,05	204.761,17	20.707,05	204.761,17	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	207.245,00	225.468,22	35.669,40	204.761,17	20.707,05	204.761,17	20.707,05	204.761,17	0,00	

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL 3º QUADRIMESTRE**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.997.349,42	0,00
Pessoal Ativo	4.542.779,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	308.972,33	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	145.597,61	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.230,77	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.230,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>4.996.118,65</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.175.581,14	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>4.996.118,65</b>	<b>49,10</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.105.348,68	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.800.081,25	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.494.813,82	54,00

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - 3º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
	(a)								
Assistência Farmaceutica Básica	9.241,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9.241,20	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	11.391,07	0,00	0,00	0,00	0,00	11.391,07	0,00	0,00	0,00
Assistência Financeira - Atenção Básica	73.655,14	0,00	0,00	0,00	0,00	73.655,14	0,00	0,00	0,00
Atenção Basica	237.205,86	0,00	0,00	0,00	0,00	237.205,86	0,00	0,00	0,00
Atenção MAC	11.208,23	0,00	0,00	0,00	0,00	11.208,23	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família	18.206,28	0,00	0,00	0,00	0,00	18.206,28	0,00	0,00	0,00
CAPS Estado	21.115,26	0,00	0,00	0,00	0,00	21.115,26	0,00	0,00	0,00
Cofinanciamento Atenção Básica	35.182,92	0,00	0,00	0,00	0,00	35.182,92	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	2.035,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.035,07	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5,83	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Civil - Superávit	15.520,52	0,00	33,42	0,00	0,00	15.487,10	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito Militar	4.593,23	0,00	30,19	0,00	0,00	4.563,04	0,00	0,00	0,00
COSIP	16.207,67	0,00	0,00	0,00	0,00	16.207,67	15.413,37	0,00	0,00
F.M. SANEAMENTO - RECURSOS VINCULADOS	108.527,52	0,00	0,00	0,00	0,00	108.527,52	0,00	0,00	0,00
F.M. SANEAMENTO - RECURSOS VINCULADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	213.525,94	0,00	0,00	0,00	0,00	213.525,94	0,00	0,00	0,00
FIA - DOAÇÃO DE EMPRESAS EXERCÍCIO ATUAL	4.968,84	0,00	0,00	0,00	(239,05)	5.207,89	0,00	0,00	0,00
FIA DOAÇÃO DE EMPRESAS-SUPERÁVIT	29.731,32	0,00	0,00	0,00	239,05	29.492,27	0,00	0,00	0,00
Fortalec. de Pol. Afetas	3.727,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.727,17	0,00	0,00	0,00
INCENTIVO IMPLANTAÇÃO - NASF ATENÇÃO BÁSICA	971,84	0,00	0,00	0,00	0,00	971,84	0,00	0,00	0,00
NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE - NASF - ATENÇÃO BÁSICA	3.793,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.793,90	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.675,21	0,00	0,00
Outras Especificações	15.086,05	0,00	0,00	0,00	0,00	15.086,05	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências FNAS - CRAS	47.768,15	0,00	0,00	0,00	0,00	47.768,15	0,00	0,00	0,00
PACS	22.308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.308,00	0,00	0,00	0,00
PMAQ - Programa Melhor Acesso	203.377,20	0,00	0,00	0,00	0,00	203.377,20	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI	884,55	0,00	0,00	0,00	0,00	884,55	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola	73,35	0,00	0,00	0,00	0,00	73,35	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 2/4
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores  (d)	Demais Obrigações Financeiras  (e)				
		De Exercícios Anteriores  (b)	Do Exercício  (c)							
PSF - Saúde Bucal	5.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.575,00	0,00	0,00		
REC.CONV.FED. OU ESTADUAIS	1.362.943,79	0,00	0,00	151.757,02	0,00	1.211.186,77	1.192.103,89	0,00		
Rec.Imp. Educação	80.946,42	0,00	4.526,52	0,00	0,00	76.419,90	0,00	0,00		
Rec.Superávit CAPS Federal	42.582,43	0,00	0,00	0,00	0,00	42.582,43	0,00	0,00		
REC.VINC. FUNDEF 60	82.672,61	0,00	0,00	0,00	0,00	82.672,61	0,00	0,00		
REC.VINC.FUNDEF 40	5.426,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.426,18	0,00	0,00		
Recurso Superávit Farmácia Básica	23,89	0,00	0,00	0,00	0,00	23,89	0,00	0,00		
Recursos de Alienação de Bens	4.081,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4.081,55	0,00	0,00		
Recursos de Impostos - Educação - Superávit	4.435,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.435,85	0,00	0,00		
Recursos Programa BPC - Escola	48,26	0,00	0,00	0,00	0,00	48,26	0,00	0,00		
Recursos PSF	21.825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.825,00	0,00	0,00		
RECURSOS SUPERAVIT - BOLSA FAMÍLIA	2.819,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.819,96	0,00	0,00		
RECURSOS SUPERAVIT - CRAS	385,36	0,00	0,00	0,00	0,00	385,36	0,00	0,00		
RECURSOS SUPERAVIT - PETI	2.973,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.973,78	0,00	0,00		
Recursos Superávit Alienação	13.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	13.396,89	0,00	0,00		
RECURSOS SUPERAVIT VINCULADO	43.044,72	0,00	0,00	0,00	1.251,30	41.793,42	0,00	0,00		
Rem. Bancária (Jorginho Mello)	61,01	0,00	0,00	0,00	0,00	61,01	0,00	0,00		
Remuneração Alienação Veículos	1.058,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,39	0,00	0,00		
Superávit Recursos BPC ESCOLA	702,31	0,00	0,00	0,00	0,00	702,31	0,00	0,00		
Superávit - Rede Cegonha e MAC	287,24	0,00	0,00	0,00	0,00	287,24	0,00	0,00		
Superávit - Vigilância Sanitária -VISA	16.196,13	0,00	0,00	0,00	0,00	16.196,13	0,00	0,00		
Superávit Assistência Financeira	14.496,29	0,00	0,00	0,00	0,00	14.496,29	0,00	0,00		
Superávit CAPS Catanduvas - Saúde	51.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	51.749,69	0,00	0,00		
Superávit Caps Estado	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00		
Superávit Co-Financiamento	20.144,83	0,00	0,00	0,00	0,00	20.144,83	5.200,50	0,00		
Superávit Farmácia Básica Estadual	46,56	0,00	0,00	0,00	0,00	46,56	0,00	0,00		
Superávit Fortalecimento de Vínculos	760,50	0,00	0,00	0,00	0,00	760,50	0,00	0,00		
								R\$ 1,00		

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4

R\$ 1,00

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 3/4
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício Anterior	Do Exercício Anterior	Do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
Superávit Incentivo Implantação NAS	12.349,58	0,00	0,00	0,00	0,00	12.349,58	0,00	0,00	0,00	
Superávit Núcleo de Apoio NASF	36.927,44	0,00	0,00	0,00	0,00	36.927,44	0,00	0,00	0,00	
Superávit PMAQ	76.818,53	0,00	0,00	0,00	0,00	76.818,53	0,00	0,00	0,00	
Superávit Programa Saúde na Escola	2.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00	0,00	0,00	0,00	
Superávit Rec. Co-Financiamento - FEAS - Investimento	3.537,20	0,00	0,00	0,00	0,00	3.537,20	0,00	0,00	0,00	
Superávit Transf Rec.Serviço de Convivência	9.598,06	0,00	0,00	0,00	0,00	9.598,06	0,00	0,00	0,00	
Superávit Transferências Convênios União	859,31	0,00	0,00	0,00	0,00	859,31	0,00	0,00	0,00	
Transf Convênio Requalificação de UBS - Construção	49.210,70	0,00	0,00	0,00	0,00	49.210,70	0,00	47.485,19	0,00	
Transf Município de Catanduvas/CAPS	25.260,56	0,00	239,88	0,00	0,00	25.020,68	0,00	410,00	0,00	
Transf. CAPS Federal	194.144,15	0,00	0,00	0,00	0,00	194.144,15	0,00	0,00	0,00	
Transf. Estruturação Rede Serviços - Atenção Básica	32.147,04	0,00	0,00	0,00	0,00	32.147,04	0,00	0,00	0,00	
Transf. Média e Alta Complexidade - APAE	3.723,32	0,00	0,00	0,00	0,00	3.723,32	0,00	0,00	0,00	
Transf. Rec. Co-Financiamento - FEAS - Investimento	11.551,10	0,00	0,00	0,00	0,00	11.551,10	0,00	0,00	0,00	
Transf Rec. SST FEAS PMAD FMAS B CUST	6.350,53	0,00	0,00	0,00	0,00	6.350,53	0,00	0,00	0,00	
Transf Rec. Serviço de Convivência Fort.Vínculo/SC/FV	30.800,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.800,28	0,00	0,00	0,00	
Vinculado Saude	60.668,03	0,00	0,00	0,00	0,00	60.668,03	0,00	0,00	0,00	
VISA - Vigilância Sanitária	32.908,77	0,00	0,00	0,00	0,00	32.908,77	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.481.301,35	0,00	4.830,01	153.008,32	0,00	3.323.463,02	1.551.288,16	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	56.797,59	0,00	0,00	0,00	0,00	56.797,59	48.140,83	0,00	0,00	
Convênio Trânsito Prefeitura - Superávit	95.952,96	0,00	213,76	0,00	0,00	95.739,20	0,00	0,00	0,00	
DEFESA CIVIL - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.510,82	0,00	0,00	0,00	0,00	22.510,82	0,00	0,00	0,00	
FIA IR	4.729,63	0,00	0,00	0,00	0,00	4.729,63	0,00	0,00	0,00	
FIA- DEMAIS RECURSOS -PREFEITURA	133.640,18	0,00	0,00	0,00	0,00	133.640,18	0,00	0,00	0,00	
FIA- DEMAIS RECURSOS PREFEITURA - EXERCÍCIOS ANTER	145.722,76	0,00	0,00	0,00	0,00	145.722,76	0,00	0,00	0,00	
FMHIS - RECURSOS EXERCÍCIO ANTERIOR	9.919,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.919,94	0,00	0,00	0,00	
FMHIS - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.645,07	0,00	0,00	0,00	0,00	5.645,07	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. do FNDE	29.871,04	0,00	0,00	864.160,12	0,00	(834.289,08)	487.097,78	0,00	0,00	

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4

R\$ 1,00

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
Rec. do Tesouro Exerc. Anteriores	617.703,32	0,00	0,00	0,00	0,00	617.703,32	17.627,08	0,00	
Rec.Fundo Mun.Meio Ambiente	14.546,18	0,00	0,00	0,00	0,00	14.546,18	0,00	0,00	
REC.SUPERÁVIT BOMBEIROS	9.594,82	0,00	0,00	0,00	0,00	9.594,82	4.090,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	372.509,53	0,00	1.856,92	0,00	0,00	370.652,61	5.775,00	0,00	
Recursos de Impostos - Saúde - Superávit	25.610,30	0,00	0,00	0,00	0,00	25.610,30	100,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	37.032,52	501,74	0,00	(37.534,26)	294.608,67	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS	2.196.049,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.196.049,15	0,00	0,00	
Superávit Alienação de Bens	13.687,22	0,00	0,00	0,00	0,00	13.687,22	0,00	0,00	
SUPERÁVIT FIA 621	116.100,13	0,00	0,00	0,00	0,00	116.100,13	0,00	0,00	
Superávit Ordinários	1.392.827,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.827,55	0,00	0,00	
Superávit Transf. Rec. SST FEAS	7.571,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.571,28	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.270.989,47	0,00	39.103,20	864.661,86	0,00	4.367.224,41	857.439,36	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	8.752.290,82	0,00	43.933,21	1.017.670,18	0,00	7.690.687,43	2.408.727,52	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nda: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

AGUA DOCE, 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELIA S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	26.521.234,29	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.805.791,87	52,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	15.912.740,57	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	15.117.103,55	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-7.719.543,09	-29,11
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.825.481,15	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.834.671,54	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	921.536,43	3,47
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.243.397,49	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.856.486,40	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.408.727,52	7.690.687,43

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 3º QUADRIMESTRE**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>445.053,51</b>	<b>492.781,06</b>	<b>720.806,38</b>	<b>988.814,52</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	445.053,51	492.781,06	720.806,38	988.814,52
Interna	445.053,51	492.781,06	720.806,38	988.814,52
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.715.566,78</b>	<b>7.200.777,30</b>	<b>6.656.881,98</b>	<b>8.708.357,61</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.726.360,19	7.544.668,88	6.999.603,29	8.752.290,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.793,41	343.891,58	342.721,31	43.933,21
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-6.270.513,27</b>	<b>-6.707.996,24</b>	<b>-5.936.075,60</b>	<b>-7.719.543,09</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.124.800,46</b>	<b>23.086.754,99</b>	<b>23.894.370,06</b>	<b>26.521.234,29</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>2,01%</b>	<b>2,13%</b>	<b>3,02%</b>	<b>3,73%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-28,34%</b>	<b>-29,06%</b>	<b>-24,84%</b>	<b>-29,11%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>26.549.760,55</b>	<b>27.704.105,99</b>	<b>28.673.244,07</b>	<b>31.825.481,15</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>23.894.784,50</b>	<b>24.933.695,39</b>	<b>25.805.919,66</b>	<b>28.642.933,03</b>

  

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	445.053,51	492.781,06	720.806,38	988.814,52
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	445.053,51	492.781,06	720.806,38	988.814,52

  

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	892,63	1.062,01	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.631.370,42	3.905.303,12	4.842.749,08	3.426.397,70

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

AGUA DOCE, 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

FONTE:



## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>	23.326.223,00	32.939.935,52	5.168.879,93	29.319.536,25	99,31	3.620.419,27	6.254.235,80	26.910.908,73	99,24	2.408.727,52
Legislativa	851.748,00	847.048,00	163.590,16	781.353,52	2,65	65.694,48	163.590,16	781.353,52	2,88	65.694,48
Ação Legislativa	851.748,00	847.048,00	163.590,16	781.353,52	2,65	65.694,48	163.590,16	781.353,52	2,88	65.694,48
Administração	2.031.126,45	2.670.075,78	464.384,37	2.638.539,44	8,94	31.536,34	551.420,25	2.636.517,58	9,72	33.558,20
Administração Geral	2.031.126,45	2.670.075,78	464.384,37	2.638.539,44	8,94	31.536,34	551.420,25	2.636.517,58	9,72	33.558,20
Segurança Pública	175.700,00	403.356,29	47.840,64	383.013,06	1,30	20.343,23	81.146,69	373.722,06	1,38	29.634,23
Policiaamento	13.200,00	41.175,10	222,00	22.451,87	0,08	18.723,23	2.218,00	22.451,87	0,08	18.723,23
Defesa Civil	162.500,00	362.181,19	47.618,64	360.561,19	1,22	1.620,00	78.928,69	351.270,19	1,30	9.291,00
Assistência Social	1.273.642,10	2.353.193,68	285.424,56	1.653.700,94	5,60	899.492,74	314.815,20	1.573.005,93	5,80	780.187,75
Assistência ao Portador de Deficiência	3.420,00	3.420,00	365,06	2.189,25	0,01	1.230,75	365,06	2.189,25	0,01	1.230,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	182.844,10	184.024,10	22.628,60	88.515,72	0,30	95.908,38	39.734,10	88.515,72	0,33	95.908,38
Assistência Comunitária	1.087.378,00	2.165.749,58	282.430,90	1.562.995,97	5,29	602.753,61	274.716,04	1.482.300,96	5,47	683.448,62
Saúde	4.654.045,00	6.747.160,02	1.087.031,20	5.740.752,20	19,44	1.006.407,82	1.277.970,29	5.681.781,51	20,95	1.065.378,51
Atenção Básica	3.587.602,00	5.201.448,31	870.916,33	4.555.997,54	15,43	645.450,77	994.745,30	4.497.536,85	16,59	703.911,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	483.810,00	544.706,72	91.729,60	532.774,88	1,80	11.931,84	129.802,10	532.774,88	1,96	11.931,84
Suporte Profilático e Terapêutico	466.530,00	847.483,08	110.660,85	590.878,49	2,00	256.004,59	134.449,29	590.468,49	2,18	257.014,59
Vigilância Sanitária	100.023,00	137.441,91	13.724,42	61.101,29	0,21	76.340,62	18.973,60	61.101,29	0,22	76.440,62
Vigilância Epidemiológica	16.080,00	16.080,00	0,00	0,00	0,00	16.080,00	0,00	0,00	0,00	16.080,00
Educação	6.327.083,00	8.294.416,44	1.424.643,84	8.046.075,42	27,25	248.341,02	1.495.229,55	7.558.977,64	27,88	735.438,60
Alimentação e Nutrição	174.788,00	235.610,40	47.942,55	221.272,27	0,75	14.338,13	47.942,55	221.272,27	0,82	14.338,13
Ensino Fundamental	4.758.043,64	6.490.535,86	1.093.067,96	6.289.634,90	21,30	200.900,96	1.158.913,98	5.802.537,12	21,40	687.998,74
Ensino Médio	75.519,87	73.594,58	6.516,12	55.410,73	0,19	18.183,85	6.516,12	55.410,73	0,20	18.183,85
Ensino Superior	150.000,00	150.000,00	21.576,51	146.963,57	0,50	3.036,43	21.576,51	146.963,57	0,54	3.036,43
Educação Infantil	1.156.731,49	1.332.675,60	255.540,70	1.322.182,95	4,48	10.492,65	260.280,39	1.322.182,95	4,88	10.492,65
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	10.611,00	0,04	1.389,00	0,00	10.611,00	0,04	1.389,00
Cultura	175.500,00	245.944,00	100.110,80	244.492,43	0,83	1.451,57	102.532,77	244.492,43	0,90	1.451,57
Diffusão Cultural	175.500,00	245.944,00	100.110,80	244.492,43	0,83	1.451,57	102.532,77	244.492,43	0,90	1.451,57
Urbanismo	3.022.604,00	5.987.281,60	858.792,07	5.291.774,97	17,92	695.506,63	1.435.688,64	3.524.823,79	13,00	2.462.757,81
Infra-Estrutura Urbana	1.310.000,00	3.456.146,12	198.537,35	2.993.923,10	10,14	461.223,02	784.349,70	1.351.163,35	4,98	2.103.962,77
Serviços Urbanos	1.712.604,00	2.532.135,48	660.254,72	2.297.851,87	7,78	234.283,61	651.338,94	2.173.360,44	8,02	358.775,04
Habitação	201.000,00	257.264,76	0,00	57.112,01	0,19	200.152,75	0,00	57.112,01	0,21	200.152,75
Habitação Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Habitação Urbana	101.000,00	157.264,76	0,00	57.112,01	0,19	100.152,75	0,00	57.112,01	0,21	100.152,75
Saneamento	67.627,50	67.627,50	4.720,12	57.805,19	0,20	9.822,31	13.918,57	57.805,19	0,21	9.822,31
Saneamento Básico Urbano	67.627,50	67.627,50	4.720,12	57.805,19	0,20	9.822,31	13.918,57	57.805,19	0,21	9.822,31
Gestão Ambiental	5.000,00	34.000,00	-13.487,00	20.506,50	0,07	13.493,50	16.863,00	17.106,50	0,06	16.863,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	34.000,00	-13.487,00	20.506,50	0,07	13.493,50	16.863,00	17.106,50	0,06	16.863,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.229.210,00	1.218.910,00	120.479,09	948.626,09	3,21	270.283,91	127.365,76	948.626,09	3,50	270.283,91
Vigilância Sanitária	53.310,00	46.010,00	11.253,68	45.433,39	0,15	576,61	11.253,68	45.433,39	0,17	576,61
Extensão Rural	1.155.900,00	1.152.900,00	106.549,26	883.201,77	2,99	269.698,23	113.435,93	883.201,77	3,26	269.698,23
Promoção da Produção Agropecuária	20.000,00	20.000,00	2.676,15	19.990,93	0,07	9,07	2.676,15	19.990,93	0,07	9,07
Indústria	11.000,00	1.000,00	0,00	249,60	0,00	750,40	0,00	249,60	0,00	750,40
Promoção Industrial	11.000,00	1.000,00	0,00	249,60	0,00	750,40	0,00	249,60	0,00	750,40

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	23.326.223,00	32.939.955,52	5.188.879,93	29.319.536,25	99,31	6.254.235,80	26.910.803,73	99,24	6.029.146,79
Comércio e Serviços	52.930,00	61.655,00	12.153,04	60.433,66	0,20	12.753,04	60.433,66	0,22	1.221,34
Turismo	52.930,00	61.655,00	12.153,04	60.433,66	0,20	12.753,04	60.433,66	0,22	1.221,34
Comunicações	2.000,00	2.000,00	0,00	578,49	0,00	0,00	578,49	0,00	1.421,51
Telecomunicações	2.000,00	2.000,00	0,00	578,49	0,00	0,00	578,49	0,00	1.421,51
Transporte	1.307.634,00	1.461.106,52	233.928,65	1.440.983,91	4,88	238.479,33	1.440.983,91	5,31	20.122,61
Transporte Rodoviário	1.307.634,00	1.461.106,52	233.928,65	1.440.983,91	4,88	238.479,33	1.440.983,91	5,31	20.122,61
Desporto e Lazer	426.950,00	393.450,36	49.182,71	361.713,97	1,23	78.976,87	361.713,97	1,33	31.736,39
Desporto Comunitário	426.950,00	393.450,36	49.182,71	361.713,97	1,23	78.976,87	361.713,97	1,33	31.736,39
Encargos Especiais	1.453.382,95	1.836.465,57	330.085,68	1.591.824,85	5,39	343.485,68	1.591.824,85	5,87	244.640,72
Previdência Básica	762.769,63	892.610,63	892.606,33	171.651,29	3,02	171.651,29	892.606,33	3,29	4,30
Serviço da Dívida Interna	489.481,32	620.481,32	85.621,00	379.593,08	1,29	85.621,00	379.593,08	1,40	240.888,24
Outros Encargos Especiais	201.132,00	323.373,62	72.813,39	319.625,44	1,08	86.213,39	319.625,44	1,18	3.748,18
Reserva de Contingência	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
Reserva de Contingência	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	207.245,00	225.468,22	35.669,40	204.761,17	0,89	35.669,40	204.761,17	0,76	20.707,05
Legislativa	3.000,00	7.700,00	675,84	7.698,32	0,03	675,84	7.698,32	0,03	1,68
Ação Legislativa	3.000,00	7.700,00	675,84	7.698,32	0,03	675,84	7.698,32	0,03	1,68
Administração	43.500,00	48.023,22	8.039,54	47.906,68	0,16	8.039,54	47.906,68	0,18	114,54
Administração Geral	43.500,00	48.023,22	8.039,54	47.906,68	0,16	8.039,54	47.906,68	0,18	114,54
Segurança Pública	3.000,00	3.000,00	498,92	2.891,83	0,01	498,92	2.891,83	0,01	108,17
Defesa Civil	3.000,00	3.000,00	498,92	2.891,83	0,01	498,92	2.891,83	0,01	108,17
Assistência Social	8.850,00	8.750,00	888,17	5.268,39	0,02	888,17	5.268,39	0,02	3.481,61
Assistência Comunitária	8.850,00	8.750,00	888,17	5.268,39	0,02	888,17	5.268,39	0,02	3.481,61
Saúde	20.000,00	34.680,00	7.260,31	33.751,45	0,11	7.260,31	33.751,45	0,12	908,55
Atenção Básica	20.000,00	34.680,00	7.260,31	33.751,45	0,11	7.260,31	33.751,45	0,12	908,55
Educação	69.800,00	81.800,00	13.747,07	80.094,53	0,27	13.747,07	80.094,53	0,30	1.705,47
E ensino Fundamental	61.500,00	61.500,00	11.458,22	60.569,32	0,21	11.458,22	60.569,32	0,22	930,68
Educação Infantil	8.300,00	20.300,00	2.288,85	19.525,21	0,07	2.288,85	19.525,21	0,07	774,79
Cultura	1.530,00	2.045,00	418,05	2.025,69	0,01	418,05	2.025,69	0,01	19,31
Diffusão Cultural	1.530,00	2.045,00	418,05	2.025,69	0,01	418,05	2.025,69	0,01	19,31
Urbanismo	12.235,00	12.135,00	1.291,87	7.520,35	0,03	1.291,87	7.520,35	0,03	4.614,65
Serviços Urbanos	12.235,00	12.135,00	1.291,87	7.520,35	0,03	1.291,87	7.520,35	0,03	4.614,65
Agricultura	16.050,00	3.750,00	418,41	2.263,38	0,01	418,41	2.263,38	0,01	1.486,62
Vigilância Sanitária	1.950,00	1.950,00	158,00	632,00	0,00	158,00	632,00	0,00	1.318,00
Extensão Rural	14.100,00	1.800,00	260,41	1.631,38	0,01	260,41	1.631,38	0,01	168,62
Comércio e Serviços	1.380,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
Turismo	1.380,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
Transporte	18.350,00	18.350,00	1.731,12	11.145,69	0,04	1.731,12	11.145,69	0,04	7.204,31
Transporte Rodoviário	18.350,00	18.350,00	1.731,12	11.145,69	0,04	1.731,12	11.145,69	0,04	7.204,31

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	207.245,00	225.468,22	35.669,40	204.761,17	0,69	20.707,05	35.669,40	204.761,17	0,76	20.707,05	0,00
Desporto e Lazer	9.550,00	4.835,00	700,10	4.192,86	0,01	642,14	700,10	4.192,86	0,02	642,14	0,00
Desporto Comunitário	9.550,00	4.835,00	700,10	4.192,86	0,01	642,14	700,10	4.192,86	0,02	642,14	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	23.533.468,00	33.165.423,74	5.204.549,33	29.524.297,42	100,00	3.641.126,32	6.289.905,20	27.115.569,90	100,00	6.049.853,84	2.408.727,52

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

\* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA - 6º BIMESTRE**

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NIC  
Coordenadora Controle



Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

, 31/12/2016

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS - 6º BIMESTRE**

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SAI RE/ (c)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	46.800,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	46.800,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	46.800,00	0,00	

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	S/A F (g)
Despesas de Capital	95.371,30	57.882,55	57.882,55	57.882,55	0,00	52.590,00	
Investimentos	95.371,30	57.882,55	57.882,55	57.882,55	0,00	52.590,00	
<b>TOTAL</b>	95.371,30	57.882,55	57.882,55	57.882,55	0,00	52.590,00	

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO (j) :
	70.177,58	-110.472,55	

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

R\$ 1,00

LDO A  
ALIZAR  
= (a-b)

46.800,00

0,00

46.800,00

46.800,00

ALDO  
PAGAR  
)=(d-e)

37.488,75

37.488,75

37.488,75

O ATUAL  
= (h+i)

-40.294,97

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - 3º QUADRIMESTRE**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.124.800,46</b>	<b>23.086.754,99</b>	<b>23.894.370,06</b>	<b>26.521.234,29</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.867.456,10</b>	<b>5.079.086,10</b>	<b>5.256.761,41</b>	<b>5.834.671,54</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>4.380.710,49</b>	<b>4.571.177,49</b>	<b>4.731.085,27</b>	<b>5.251.204,39</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO- 3º QUADRIMESTRE**

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>477.806,66</b>	<b>921.536,43</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	477.806,66	921.536,43
Interna	477.806,66	921.536,43
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	477.806,66	921.536,43
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>26.521.234,29</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)</b> <b>= (Ia + III)</b>	<b>921.536,43</b>	<b>3,47</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>4.243.397,49</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>3.819.057,74</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.856.486,40</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)</b> <b>= (IV + IIa)</b>	<b>921.536,43</b>	<b>3,47</b>

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

AGUA DOCE , 31/12/2016

---

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

---

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

---

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno



DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 6º BIMESTRE**

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	935.520,37			64.479,63
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.658.408,88	5.082.743,65	2.732.427,86	2.350.315,79	1.575.665,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.658.408,88	5.082.743,65	2.732.427,86	2.350.315,79	1.575.665,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.658.408,88	-4.147.223,28	-	-	-1.511.185,60

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.217.760,00	1.217.760,00	1.707.931,90	140,25
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	270.000,00	270.000,00	248.263,38	91,95
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	105.000,00	105.000,00	270.073,86	257,21
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	510.000,00	510.000,00	653.570,18	128,15
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	257.820,00	257.820,00	470.492,29	182,49
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.769,00	4.769,00	2.696,13	56,53
Dívida Ativa dos Impostos	47.850,00	47.850,00	38.534,64	80,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	22.321,00	22.321,00	24.301,42	108,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.895.216,68	15.895.216,68	19.896.373,21	125,17
Cota-Parte FPM	5.867.205,00	5.867.205,00	6.739.239,45	114,86
Cota-Parte ITR	408.991,68	408.991,68	511.489,02	125,06
Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	734.171,64	111,24
Cota-Parte ICMS	8.760.000,00	8.760.000,00	11.697.577,44	133,53
Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	167.215,90	101,34
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	34.020,00	34.020,00	46.679,76	137,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	34.020,00	34.020,00	46.679,76	137,21
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>17.112.976,68</b>	<b>17.112.976,68</b>	<b>21.604.305,11</b>	<b>126,25</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.732.940,00	1.732.940,00	1.934.688,42	111,64
Provenientes da União	1.617.740,00	1.617.740,00	1.840.188,42	113,75
Provenientes dos Estados	115.200,00	115.200,00	94.500,00	82,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	106,00	106,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.733.046,00</b>	<b>1.733.046,00</b>	<b>1.934.688,42</b>	<b>111,64</b>

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	4.314.245,00	5.968.492,87	5.295.269,57	88,72	5.283.784,07	88,53	11.485,50
Pessoal e Encargos Sociais	2.733.618,00	3.300.883,91	2.987.132,34	90,49	2.987.132,34	90,49	0,00
Outras Despesas Correntes	1.580.627,00	2.667.608,96	2.308.137,23	86,52	2.296.651,73	86,09	11.485,50
DESPESAS DE CAPITAL	336.000,00	789.527,15	479.234,08	60,70	431.748,89	54,68	47.485,19
Investimentos	336.000,00	789.527,15	479.234,08	60,70	431.748,89	54,68	47.485,19

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de ÁGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	336.000,00	789.527,15	479.234,08	60,70	431.748,89	54,68	47.485,19
Investimentos	336.000,00	789.527,15	479.234,08	60,70	431.748,89	54,68	47.485,19
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	4.650.245,00	6.758.020,02	5.774.503,65	85,45	5.715.532,96	84,57	58.970,69
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.997.488,00	3.019.450,55	2.117.925,58	36,68	2.064.829,89	36,13	53.095,69
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.836.298,00	2.551.999,08	1.791.073,72	31,02	1.743.588,53	30,51	47.485,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	161.190,00	467.451,47	326.851,86	5,66	321.241,36	5,62	5.610,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.997.488,00	3.019.450,55	2.117.925,58	36,68	2.064.829,89	36,13	53.095,69
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.652.757,00	3.738.569,47	3.656.578,07	63,32	3.650.703,07	63,87	5.875,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

(VI%) = (VIh / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>

16,93

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIb)/100]

415.932,30

Continuação 3/5

Continuação 4/5

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015		102.089,29	3.398,54	64.245,59	37.843,70	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>102.089,29</b>	<b>3.398,54</b>	<b>64.245,59</b>	<b>37.843,70</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	3.583.802,00	5.212.308,31	4.588.748,99	79,48	4.531.288,30	79,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	483.810,00	544.706,72	532.774,88	9,23	532.774,88	9,32
Suporte Profilático e Terapêutico	466.530,00	847.483,08	590.878,49	10,23	590.468,49	10,33
Vigilância Sanitária	100.023,00	137.441,91	61.101,29	1,06	61.001,29	1,07
Vigilância Epidemiológica	16.080,00	16.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.653.245,00</b>	<b>6.761.020,02</b>	<b>5.774.503,65</b>	<b>100,00</b>	<b>5.715.532,96</b>	<b>100,00</b>
						<b>58.970,69</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

1. O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

AGUA DOCE	31/12/2016	
NOVELLI SCANZERLA	JOSELIA S.M.R.TRENTO	CARMEN LUCIA P. NICHETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Coordenadora Controle Interno

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE 6º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.194.033,00	1.194.033,00	1.687.677,63	141,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	315.613,00	315.613,00	282.442,07	89,49
1.1.1- IPTU	270.000,00	270.000,00	248.872,14	92,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.113,00	4.113,00	1.463,63	35,59
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	31.000,00	31.000,00	19.388,00	62,54
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	10.500,00	10.500,00	13.327,06	126,92
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(608,76)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	105.000,00	105.000,00	270.073,86	257,21
1.2.1- ITBI	105.000,00	105.000,00	271.385,06	258,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(1.311,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	515.600,00	515.600,00	664.731,66	128,92
1.3.1- ISS	510.000,00	510.000,00	658.853,50	129,19
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	550,00	550,00	1.232,51	224,09
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	6.872,59	196,36
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.550,00	1.550,00	3.056,39	197,19
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(5.283,33)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	257.820,00	257.820,00	470.430,04	182,46
1.4.1- IRRF	257.820,00	257.820,00	470.492,29	182,49
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	(62,25)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.895.216,68	15.895.216,68	20.375.100,76	128,18
2.1- Cota-Parte FPM	5.867.205,00	5.867.205,00	7.217.967,00	123,02
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.867.205,00	5.867.205,00	6.739.239,45	114,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	478.727,55	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.760.000,00	8.760.000,00	11.697.577,44	133,53
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	34.020,00	34.020,00	46.679,76	137,21
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	167.215,90	101,34
2.5- Cota-Parte ITR	408.991,68	408.991,68	511.489,02	125,06
2.6- Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	734.171,64	111,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.089.249,68	17.089.249,68	22.062.778,39	129,10
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	548.193,00	548.193,00	554.742,40	101,19
5.1- Transferências do Salário-Educação	375.000,00	375.000,00	360.066,48	96,02
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	84.788,00	84.788,00	96.701,60	114,05
5.4- Transferências Diretas - PNAE	88.405,00	88.405,00	94.805,40	107,24
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	3.168,92	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	360.742,78	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	360.742,78	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	79.204,00	79.204,00	92.917,76	117,31
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	627.397,00	627.397,00	1.008.402,94	160,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.175.493,33	3.175.493,33	3.975.804,62	125,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.173.441,00	1.173.441,00	1.344.380,02	114,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.752.000,00	1.752.000,00	2.339.514,45	133,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.804,00	6.804,00	9.335,88	137,21
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	33.720,00	33.720,00	33.443,21	99,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	81.798,33	81.798,33	102.297,68	125,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	127.730,00	127.730,00	146.833,38	114,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.989.436,00	2.989.436,00	3.357.598,55	112,32
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.973.936,00	2.973.936,00	3.342.832,13	112,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.500,00	15.500,00	14.766,42	95,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-201.557,33	-201.557,33	-632.972,49	314,04
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3



MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.840.936,00	3.246.485,99	3.229.896,44	99,49	3.229.896,44	99,49	0,00
13.1- Com Educação Infantil	740.000,00	826.000,00	824.950,82	99,87	824.950,82	99,87	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.100.936,00	2.420.485,99	2.404.945,62	99,36	2.404.945,62	99,36	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	148.500,00	93.500,00	87.382,55	93,46	87.382,55	93,46	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	148.500,00	93.500,00	87.382,55	93,46	87.382,55	93,46	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.989.436,00	3.339.985,99	3.317.278,99	99,32	3.317.278,99	99,32	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							45.549,99
17.1 - FUNDEB 60%							27.329,99
17.2 - FUNDEB 40%							18.220,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							45.549,99
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.271.729,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							95,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							2,06
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							2,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							45.549,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*							45.549,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	4.272.312,42		4.272.312,42		5.515.694,60	129,10	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.156.802,00	1.340.042,00	1.328.776,09	99,16	1.328.776,09	99,16	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.074.888,00	5.060.797,99	4.914.671,36	97,11	4.914.671,36	97,11	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.249.436,00	2.513.985,99	2.492.328,17	99,14	2.492.328,17	99,14	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.825.452,00	2.546.812,00	2.422.343,19	95,11	2.422.343,19	95,11	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.231.690,00	6.400.839,99	6.243.447,45	97,54	6.243.447,45	97,54	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-632.972,49
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							14.766,42
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							43.272,49
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							1.354,80
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-573.578,78
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							6.817.026,23
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							30,9
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	375.000,00	375.000,00	361.794,95	96,48	361.794,95	96,48	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	533.193,00	1.301.705,19	1.253.372,69	96,29	766.274,91	58,87	487.097,78
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	908.193,00	1.676.705,19	1.615.167,64	96,33	1.128.069,86	67,28	487.097,78
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.139.883,00	8.077.545,18	7.858.615,09	97,29	7.371.517,31	91,26	487.097,78

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	1.354,80	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	1.354,80	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		173.850,16	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.342.832,13	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.443.349,92	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.320.470,94	0,00
49.2 Restos a Pagar		122.878,98	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		14.766,42	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		88.098,79	0,00

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

**FONTE:**

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro - Dezembro

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA	JOSELIA S.M.R.TRENTO	CARMEN LUCIA P. NICHETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Coordenadora Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 6º BIMESTRE**

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	445.053,51	642.443,26	988.814,52
DEDUÇÕES (II)	6.715.566,78	7.599.851,08	8.708.357,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.726.360,19	7.954.716,01	8.752.290,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.793,41	354.864,93	43.933,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.270.513,27	-6.957.407,82	-7.719.543,09
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-6.270.513,27</b>	<b>-6.957.407,82</b>	<b>-7.719.543,09</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-762.135,27</b>	<b>-1.449.029,82</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>21.176.972,50</b>	<b>26.297.105,66</b>	<b>21.955.741,76</b>	
Receita Tributária	1.321.390,00	1.883.958,88	1.559.303,54	
I.P.T.U.	270.000,00	248.263,38	240.519,60	
I.S.S.	510.000,00	653.570,18	555.984,82	
I.T.B.I.	105.000,00	270.073,86	269.111,85	
Outras Receitas Tributárias	257.820,00	470.430,04	319.181,40	
Receita de Contribuição	178.570,00	241.621,42	174.505,87	
Receitas Previdenciárias	569.225,00	915.345,71	675.974,22	
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial Líquida	569.225,00	915.345,71	675.974,22	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
(-) Aplicações Financeiras	354.868,00	801.063,24	564.172,77	
Transferências Correntes	354.868,00	801.063,24	564.172,77	
F.P.M.	19.073.303,35	23.199.047,34	19.418.458,55	
I.P.V.A.	4.693.764,00	5.873.586,98	5.041.066,41	
I.C.M.S.	532.270,00	587.338,26	546.414,03	
Convênios	7.008.000,00	9.358.062,99	7.364.593,04	
Outras Transferências Correntes	761.404,00	569.757,01	691.605,92	
Demaís Receitas Correntes	6.077.865,35	6.810.302,10	5.774.779,15	
Dívida Ativa	213.054,15	298.753,73	302.005,45	
Diversas Receitas Correntes	47.850,00	38.534,64	44.632,12	
	165.204,15	260.219,09	257.373,33	
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.001.627,50</b>	<b>3.486.365,53</b>	<b>873.107,41</b>	
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	935.520,37	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Ativos (V)	46.800,00	0,00	210.940,00	
Transferências de Capital	954.827,50	2.550.845,16	662.167,41	
Convênios	954.827,50	2.550.845,16	662.167,41	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>954.827,50</b>	<b>2.550.845,16</b>	<b>662.167,41</b>	
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>22.131.800,00</b>	<b>28.847.950,82</b>	<b>22.617.909,17</b>	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>26.449.014,86</b>	<b>24.441.553,77</b>	<b>21.377.026,41</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	14.016.546,45	13.551.763,63	11.672.484,74	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	201.707,00	1.817,66	7.471,46	0,00
Outras Despesas Correntes	12.230.761,41	10.887.972,48	9.362.742,78	334.327,43
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>26.247.307,86</b>	<b>24.439.736,11</b>	<b>21.035.227,52</b>	<b>334.327,43</b>



Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>6.658.408,88</b>	<b>5.082.743,65</b>	<b>3.046.898,67</b>	<b>2.732.427,86</b>	<b>869.678,20</b>	<b>2.350.315,79</b>	<b>2.177.220,47</b>
Investimentos	6.239.634,56	4.704.988,23	2.707.995,66	2.354.652,44	530.775,19	2.350.315,79	2.177.220,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	418.774,32	377.775,42	338.903,01	377.775,42	338.903,01	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.239.634,56</b>	<b>4.704.988,23</b>	<b>2.707.995,66</b>	<b>2.354.652,44</b>	<b>530.775,19</b>	<b>2.350.315,79</b>	<b>2.177.220,47</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>58.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>32.544.942,42</b>	<b>29.144.704,34</b>	<b>24.077.550,61</b>	<b>26.735.976,82</b>	<b>21.566.002,71</b>	<b>2.408.727,52</b>	<b>2.511.547,90</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-10.413.142,42</b>	<b>-296.753,52</b>	<b>-1.459.641,44</b>	<b>2.111.974,00</b>	<b>1.051.906,46</b>	<b>26.439.223,30</b>	<b>20.106.361,27</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.828.044,83</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	2.828.044,83	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>							<b>0,00</b>

FONTE:

AGUA DOCE , 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R. TRENTO  
ContadoraCARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 6º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritas		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritas		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	10.793,41	-	-	10.793,41	119.822,52	2.511.547,90	1.476.173,70	1.476.173,70	137.526,54	1.017.670,18
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	10.793,41	0,00	0,00	10.793,41	119.822,52	2.511.547,90	1.476.173,70	1.476.173,70	137.526,54	1.017.670,18
	DEFESA CIVIL	0,00	10.793,41	0,00	0,00	10.793,41	119.822,52	2.511.547,90	1.476.173,70	1.476.173,70	137.526,54	1.017.670,18
	FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	175,14	0,00	0,00	175,14	0,00	2.971,63	2.971,63	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.590,74	86.723,35	86.723,35	861,39	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.166,00	1.594,64	1.594,64	571,36	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.339,91	1.871,97	1.871,97	3.467,94	0,00
	SEC. RETARIA DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	0,00	1.828,50	0,00	0,00	1.828,50	0,00	100.260,79	84.171,34	84.171,34	16.089,45	0,00
	SEC. RETARIA DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589,80	581,59	581,59	8,21	-0,00
	SEC. DA EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.106,22	0,00	0,00	0,00	0,00	104.106,22
	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	8.789,77	0,00	0,00	8.789,77	0,00	1.424.325,68	558.173,08	558.173,08	1.992,48	864.160,12
	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.463,50	74.094,22	71.241,74	71.241,74	2.852,48	0,00
	SECRETARIA DE URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.252,80	813.654,13	658.946,51	658.946,51	108.556,58	49.403,84
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):		0,00	10.793,41	0,00	0,00	10.793,41	119.822,52	2.511.547,90	1.476.173,70	1.476.173,70	137.526,54	1.017.670,18

FONTE:

AGUA DOCE, 31/12/2016

NOVELLI SGANZLERIA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LUCIA P. NICHETTI Coordenadora Controle Interno
--	------------------------------------	---

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE**

Município de AGUA DOCE - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		23.533.468,00	
Previsão Atualizada		23.533.468,00	
Receitas Realizadas		30.584.534,43	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.828.044,83	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		23.533.468,00	
Créditos Adicionais		9.631.955,74	
Dotação Atualizada		33.165.423,74	
Despesas Empenhadas		29.524.297,42	
Despesas Liquidadas		27.115.569,90	
Despesas pagas		27.066.262,72	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.408.727,52	
Superavit Orçamentário		3.468.964,53	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		29.524.297,42	
Liquidadas		27.115.569,90	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.408.727,52	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		26.521.234,29	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	-1.449.029,82
Resultado Primário		0,00	-296.753,52
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.631.370,42	137.526,54	1.476.173,70
EXECUTIVO	2.631.370,42	137.526,54	1.476.173,70
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.793,41	0,00	10.793,41
EXECUTIVO	10.793,41	0,00	10.793,41
<b>TOTAL:</b>	<b>2.642.163,83</b>	<b>137.526,54</b>	<b>1.486.967,11</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.817.026,23	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.229.896,44	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		935.520,37	64.479,63
Despesa de Capital Líquida		5.082.743,65	1.575.665,23

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	46.800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					57.882,55	37.488,75
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			3.656.578,07		15,00	16,93
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 31/12/2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Contadora

CARMEN LUCIA P. NICHETTI  
Coordenadora Controle Interno

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.341, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. CASSIANO MARTINAZZO, inscrito no CPF sob nº 017.741.189-98, portador da cédula de Identidade nº 1.877.847 – SSP/SC, para o cargo de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.342, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ALTAIR REKSHAUSE, inscrito no CPF sob nº 867.412.339-20, portador da cédula de Identidade nº 1.877.689 - SSP/SC, para o cargo de GERENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE com as atribuições estabelecidas no art. 13, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.343, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ADEMAR AMANT, inscrito no CPF sob nº 568.212.399-91, portador da cédula de Identidade nº 1.871.693 - SSP/SC, para o cargo de GERENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL com as atribuições estabelecidas no art. 16, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.344, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada o Sra. ANGÉLICA NEUMANN, inscrita no CPF sob nº 082.158.929-65, portadora da cédula de Identidade nº

5.097.911 - SSP/SC, para o cargo de DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com as atribuições estabelecidas no art. 16, §1º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas Publicações

### **DECRETO Nº 2.345, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

NOMEIA TESOUREIRA E ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL e DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH e para assinar como tesoureira do Município.

Art. 2º - Fica estabelecido que todas as contas bancárias do Município de Alto Bela Vista CNPJ 01.614.374/0001-60, Fundo Municipal de Saúde CNPJ 10.481.963/0001-08 e Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ 13.645.765/0001-20, das agências do Banco do Brasil nºs 0410-3 e 5355-4 e da Caixa Econômica Federal nºs 0627 e 3886, serão movimentadas pelas pessoas Abaixo Discriminadas:

CATIA TESSMANN REICHERT – Prefeita Municipal  
CPF nº 017.160.299-45

GILBERTO ANTONIO MALTAURO - Vice-Prefeito Municipal  
CPF nº 605.187.239-68

JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH - Tesoureira  
CPF Nº 089.201.559-41

Art. 3º - Estas pessoas poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- SOLICITAR SALDOS, EXTRADOS E COMPROVANTES;
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUES;
- SUSTAR/CONTRAORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- CONSULTAR CONTAS/ APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECUR;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- EMITIR COMPROVANTES; e
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO.

E também poderão efetuar as seguintes transações em conjunto, sendo necessária no mínimo à assinatura (eletrônica ou física) de dois dos autorizados à movimentação:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- AUTORIZAR COBRANÇA;
- UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO AASP;
- ENCERRAR CONSTAS DE DEPÓSITO;
- MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação  
Art. 5º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 2079, de 06 de novembro de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 02 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

### **DECRETO Nº 2.346, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. LUCAS EDIVANDRO AGOSTINI, inscrito no CPF sob nº 053.493.289-48, portador da cédula de Identidade nº 4.829.822 – SSP/SC, para o cargo de CONSULTOR JURIDICO, com as atribuições estabelecidas no art. 10º, §2º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.  
Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 03 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas Publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2017

DECRETO Nº. 001 /2017, de 02 de janeiro de 2017

REVOGA O DECRETO Nº 153/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016 QUE FIXA TURNO ÚNICO PARA O EXPE DIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 153 de 03 de outubro de 2016 que fixa turno único para o expediente da administração municipal e adota outras providências a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Fica determinado Horário normal para Expediente a ser cumprido no âmbito da Administração Municipal de Anchieta, no período matutino de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30, e vespertino das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 02 de janeiro de 2017.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 02 de janeiro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

### DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº. 002 /2017, de 02 de janeiro de 2017.

	DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Anchieta passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I – NERI WILBRANTZ

II – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA

III – ROBSON SWIRKE

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I – VANUSA CANTÚ

II – NEORI HOPPE

III – MARCIELI WENDLING

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função, respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº. 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 02 de janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 02 de janeiro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

### DECRETO Nº 003/2017

DECRETO Nº. 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

	DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Designa pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da prefeitura Municipal de Anchieta – SC:

I –NERI WILBRANTZ;

II –IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA.

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – VANUSA CANTÚ

II – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA

III – OTHAR ROSTIROLLA

Parágrafo único. O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º As funções de pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 02 de janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 02 de janeiro de 2017.

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

#### **PORTARIA Nº 19/2017**

PORTARIA nº. 19/2017

De, 02 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares nº. 032/2011 e nº. 033/2011,

RESOLVE:

Designar Servidora,

Art. 1º - Fica designada a Servidora Pública Municipal Claudete Teresinha Junges, efetiva no cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esportes, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

#### **PORTARIA Nº 20/2017**

PORTARIA Nº. 20/2017

De, 02 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Jozane de Paula Bard, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal da Assistência – FMAS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 09/01/2017 à 07/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

#### **PORTARIA Nº 21/2017**

PORTARIA Nº. 21/2017

De, 02 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o término da Licença do Gozo da Licença Maternidade da servidora pública efetiva, senhora Sandra Guardini Gritti,

Considerando o direito do gozo de férias da servidora supra citada,

RESOLVE:

Prorrogar Portaria nº 196/2016,

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº 196/2016 de 06/06/2016 da servidora pública municipal, senhora Dulce Inês Hanauer Kraemer, ocupante do cargo de Enfermeira ACT – Admissão em Caráter Temporário, no período de gozo de férias da titular senhora Sandra Guardini Gritti, de 02/01/2017 à 31/01/2017, ocasião em que cessa definitivamente os efeitos desta Portaria.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.



**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº001/2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, convoca em extrema urgência, todos os Vereadores integrantes do Poder Legislativo Municipal, para sessão extraordinária para apreciação do Projeto de Lei em Regime de Urgência Especial abaixo especificado na ordem do dia, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que ocorrerá no próximo dia 04 de Janeiro de 2017, às 19:00 horas, tendo como local o Plenário Ernesto Olívio Garlet da Câmara de Vereadores, sito a Rua Vereador Geraldo Garlet, nº. 01 centro da Cidade de Anchieta SC;

**ORDEM DO DIA:**

- 1- EMPOSSAR SUPLENTE DE VEREADOR
- 2- FORMAR AS COMISSÕES PERMANENTES PARA ANUÊNIO 2017
- 3- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 001/2017 – DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBSÍDIO PARA CONFECCÃO DE SILAGEM A AGRICULTORES COMO PARTE INTEGRANTES DO PROGRAMA DE INCENTIVO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Em anexo).

Sala da Presidência da Câmara de Vereadores de Anchieta SC, em 02 de Janeiro de 2017.

IVO SCHAEFFER

Presidente da Câmara de Vereadores

Certifico que o presente Edital foi

Publicado na forma da lei.

Secretaria da Câmara em 02/01/2017

Angélica Antoneli

Secretária Administrativa

Do Legislativo

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA N 007/2017

PORTARIA Nº 007/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, MARGARETE REGINA PALAORO JUNCKES, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

### PORTARIA N 008/2017

PORTARIA Nº 008/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, EDIO PRIM, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE CULTURA, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

### PORTARIA N 009/2017

PORTARIA Nº 009/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, ELEZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

### PORTARIA N 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, CLEUZETE DA COSTA, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

### PORTARIA N 011/2017

PORTARIA Nº 011/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, VERA LÚCIA CONRAT SILVEIRA, para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

**PORTARIA N 012/2017**

PORTARIA Nº 012/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, FABIO LUIZ EGERT, para o Cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

**PORTARIA N 013/2017**

PORTARIA Nº 013/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, OSVALDINO HUBERTO GESSER, para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de janeiro de 2017.

**PORTARIA N 014/2017**

PORTARIA Nº 014/2017

Concede Auxílio Funeral.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 222 da Lei nº 558 de 30 de novembro de 1992;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder AUXILIO FUNERAL, à Família de CARLOS WEBER, servidor público municipal Aposentado, no cargo de MOTO-RISTA, no valor de R\$ 1.127,89 (um mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos) equivalente ao último provento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

# Arabutã

## PREFEITURA

### DECRETO 1997/2017

DECRETO Nº 1997, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2017.

LEANI KAPP SCHIMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º Art. 1º - Fica designada Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2017, conforme Edital, composta pelos seguintes membros:

I – Dulci Driemeier - Presidente

II – Delsi Driemeier

III – Maila Kreibin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Em 02 de Janeiro 2017

Maila Kreibin

Responsável pelas Publicações

### DECRETO 1999/2017

DECRETO Nº 1999, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHIMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

I. Maila Kreibin, como Presidente;

II. Glaucia Pottratz, como Vice – Presidente;

III. Eduardo Morche, membro;

IV. Silvia de Souza Salgadino da Rocha, membro;

V. Renata Petry Moraes Lima, membro;

VI. Deisi Morche, membro;

VII. Rubia Cristina Patzlaff Kiekow, membro;

Art. 2º A Atuação da Comissão Permanente de Licitações, suas atribuições e impedimentos são os definidos no art. 6º, XVI, com o artigo 9º, § 4º e com o art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de

21 de junho de 1993 que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Arabutã for integrante, quando necessário.

Art. 3º Os integrantes da Comissão não terão direito a qualquer remuneração, vantagem pecuniária ou gratificação, pelo desempenho do presente mandato, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 4º Na ausência do Presidente o certame licitatório será presidido pelo Vice-presidente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Em 02 de Janeiro 2017

Maila Kreibin

Responsável pelas Publicações

### DECRETO 2000/2017

DECRETO Nº 2000, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHIMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeadas as seguintes pessoas como membros da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

I. Coordenação: Evelacio Valério Liedow

II. Secretário: Michael Medeiros

III. Conselho Municipal

Lauri Haifliger

Edimar Noronha

Cleonir Herpich

Sabrina Mores

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Em 02 de Janeiro 2017

Maila Kreibin

Responsável pelas Publicações

**DECRETO 2001/2017**

DECRETO Nº 2000, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2017 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e art. 221 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário de Município e dá Outras Providências, Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM do exercício 2016;

Considerando o percentual de 7,38% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro a novembro de 2016;

**DECRETA**

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 149,81 (cento e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM no exercício de 2017.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se.  
Em 02 de Janeiro 2017

Maila Kreibin  
Responsável pelas Publicações

**DRECRETO 1998/2017**

DECRETO Nº 1998, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

**DECRETA**

Art. 1º Ficam designados Pregoeiros, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, conforme abaixo:

I – Gláucia Pottratz

II – Maila Kreibin

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, conforme abaixo:

I. Silvia de Souza Salgadino da Rocha, membro;

II. Eduardo Morche, membro;

III. Renata Petry Moraes Lima, membro;

IV. Deisi Morche, membro;

V. Rubia Cristina Patzlaff Kiekow, membro;

Art. 3º Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º A Atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, suas atribuições e impedimentos são os definidos em Lei Federal que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Em 02 de Janeiro 2017

Maila Kreibin

Responsável pelas Publicações

**EDITAL PROCESSO SELETIVO ACTS**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Estado de Santa Catarina

EDITAL 01/2017 – PROCESOS SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES E ENFERMEIRO(A)

LEANI KAPP SCHMITT– Prefeita de Arabutã, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberto Edital de Processo Seletivo para a seleção de professores e enfermeiro (a) a serem admitidos em caráter temporário. As inscrições ocorrem no período de 06 a 18 janeiro e a prova acontecerá no dia 29 de janeiro. O forma das inscrições, o horário e local das provas e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Arabutã, ou pelo site [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou ainda pelo telefone (0xx49) 3448.0048, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis. Arabutã-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT- Prefeita Municipal.

**EDITAL PROCESSO SELETIVO CONCURSADOS**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Estado de Santa Catarina

EDITAL 02/2017 – ESTABELECE NORMAS PARA A ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017 PARA OS MEMBROS CONCURSADOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

LEANI KAPP SCHMITT– Prefeita de Arabutã, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberto Edital que estabelece normas para a escolha de aulas para o ano de 2017 aos membros concursados do magistério público municipal. As inscrições ocorrem no período de 03 a 19 janeiro de 2017 e a escolha das aulas acontecerá no dia 26 de janeiro de 2017. O forma do procedimento e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Arabutã, ou pelo site [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou ainda pelo telefone (0xx49) 3448.0048, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Arabutã-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT- Prefeita Municipal.

**PORTARIA 17/2017**

PORTARIA Nº 017/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ANDRE LUIZ WENTZ inscrito no CPF sob nº. 047.464.529-03, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 12 de março de 2015 a 11 de março de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 18/2017**

PORTARIA Nº 018/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ATHAIDE FABIO PEREIRA inscrito no CPF sob nº. 067.696.819-86, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 18 de agosto de 2015 a 17 de agosto de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 19/2017**

PORTARIA Nº 019/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora CARLA PETRY KIEKOW, inscrita no CPF sob nº. 025.018.629-29, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, férias referentes ao período aquisitivo de 01

de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 20/2017**

PORTARIA Nº 020/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor CLAUDIR VERUCH, inscrito no CPF sob nº. 004.610.349-05, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 09 de novembro de 2015 a 08 de novembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 21/2017**

PORTARIA Nº 021/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor DONATO HEINRICHS, inscrito no CPF sob nº. 776.073.509-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 31 de maio de 2015 a 30 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 22/2017**

PORTARIA Nº 022/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor GILMAR EUGENIO COUSSEAU, inscrito no CPF sob nº. 845.605.929-34, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Fiscal da Vigilância Sanitária, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Fica reduzido em 4 e 1/2 (quatro e meio) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 30/01/2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 23/2017**

PORTARIA Nº 023/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor JAIR FASSBINDER inscrito no CPF sob nº. 848.639.439-20, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo de Agente de Controle Interno, férias referentes ao período aquisitivo de 17 de junho de 2015 a 16 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 24/2017**

PORTARIA Nº 024/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor JAIR ROBERTO DEUNER inscrito no CPF sob nº. 834.452.859-34, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 17 de novembro de 2015 a 16 de novembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 25/2017**

PORTARIA Nº 025/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora JANAÍNA FUHRMANN WIESENHUTTER inscrita no CPF sob nº. 085.476.219-11, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 26/2017**

PORTARIA Nº 026/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora JULIANE SALETE MUNARETTO DA CAMPO CAMILLO inscrita no CPF sob nº. 029.620.369-61, ocupante

do cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 27/2017**

PORTARIA Nº 027/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor LAURI BRAUN inscrito no CPF sob nº. 893.343.969-20, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 28/2017**

PORTARIA Nº 028/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor LEOCIR CLAUDERIO RODHE inscrito no CPF sob nº. 031.964.089-22, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 06 de outubro de 2015 a 05 de outubro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 29/2017**

PORTARIA Nº 029/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor LUISINHO MERTINS inscrito no CPF sob nº. 693.265.509-82, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 31 de maio de 2015 a 30 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 30/2017**

PORTARIA Nº 030/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor MAURO ANDERSON MULLER inscrito no CPF sob nº. 026.499.609-73, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 31 de maio de 2015 a 30 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.



**PORTARIA 31/2017**

PORTARIA Nº 031/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora NOELI EINSWEILER, inscrita no CPF sob nº. 029.996.999-13, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de junho de 2015 a 01 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 32/2017**

PORTARIA Nº 032/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora PATRICIA SCHIMMELPFENNIG, inscrita no CPF sob nº. 039.483.949-89, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 33/2017**

PORTARIA Nº 033/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor PAULO FRITSCH inscrito no CPF sob nº. 023.318.529-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de

Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 11 de novembro de 2015 a 10 de novembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 34/2016**

PORTARIA Nº 034/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor WAGNER ROEGELIN, inscrito no CPF-F-MF sob nº. 032.813.809-64, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 04 de abril de 2015 a 03 de abril de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 35/2017**

PORTARIA Nº 035/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DANIELA LAMB, inscrita no CPF sob nº. 033.055.019-52, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Esportes, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 36/2017**

PORTARIA Nº 036/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SILVIA DE SOUZA SALGADINHO DA ROCHA inscrita no CPF sob nº. 001.877.750-36, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 37/2017**

PORTARIA Nº 037/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor JOSÉ ALFREDO DOS SANTOS inscrito no CPF sob nº. 036.865.559-80, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 38/2017**

PORTARIA Nº 038/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor OLIVER TOBIAS FEDRIZZI inscrito no CPF sob nº. 021.140.129-30, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 06 de outubro de 2015 a 05 de outubro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 39/2017**

PORTARIA Nº 039/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ROSIMERI HOFFMANN KASTER inscrita no CPF sob nº. 018.632.189-98, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo Atendente de Biblioteca, férias referentes ao período aquisitivo de 19 de setembro de 2015 a 18 de setembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 40/2017**

PORTARIA Nº 041/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SILVANA DUARTE inscrita no CPF sob nº. 046.442.089-06, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 16 de abril de 2015 a 15 de abril de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 41/2017**

PORTARIA Nº 041/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SLVANA DUARTE inscrita no CPF sob nº. 046.442.089-06, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 16 de abril de 2015 a 15 de abril de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 42/2017**

PORTARIA Nº 042/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora CLEIA LUCIANE SCHATZ DE CASTRO, inscrita no CPF sob nº. 867.416.089-15, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 29 de outubro de 2015 a 28 de outubro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 43/2017**

PORTARIA Nº 044/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANELORI MARIA BASTIAN PINNOW, inscrita no CPF sob nº. 023.118.429-86, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 10 de julho de 2015 a 09 de julho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 44/2017**

PORTARIA Nº 044/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANELORI MARIA BASTIAN PINNOW, inscrita no CPF sob nº. 023.118.429-86, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 10 de julho de 2015 a 09 de julho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 45/2017**

PORTARIA Nº 045/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DIRLETE MARLEI BERNER, inscrita no CPF sob nº. 867.394.179-20, ocupante do cargo de Provimento

Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 46/2017**

PORTARIA Nº 046/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora CARLA ARLETE KUSSLER, inscrita no CPF sob nº. 024.186.079-25, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 a 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 47/2017**

PORTARIA Nº 047/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ELMA RICHTER, inscrita no CPF sob nº. 732.867.619-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 48/2017**

PORTARIA Nº 048/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora KELIN RAUSCHKOLB EINSWEILER, inscrita no CPF sob nº. 071.836.599-25, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 49/2017**

PORTARIA Nº 049/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor DOUGLAS ROBERTO RECKERS, inscrito no CPF sob nº. 044.182.939-22, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.



**PORTARIA 50/2017**

PORTARIA Nº 050/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARLI BURNIER, inscrita no CPF sob nº. 681.697.289-91, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 51/2017**

PORTARIA Nº 051/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ZULEICA SORGETZ PASTORE, inscrita no CPF sob nº. 023.183.079-38, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 52/2017**

PORTARIA Nº 052/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ALCIDES GHERKE, inscrito no CPF sob nº. 430.309.639-34, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período

aquisitivo de 13 de junho de 2015 a 12 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 53/2017**

PORTARIA Nº 053/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora NATALIA GHERKE, inscrita no CPF sob nº. 827.524.359-91, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 01 março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 54/2017**

PORTARIA Nº 054/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARTA HELENA FERRI, inscrita no CPF sob nº. 563.597.489-91, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora IV, férias referentes ao período aquisitivo de 25 de fevereiro de 2015 a 24 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 55/2017**

PORTARIA Nº 055/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANDRÉIA SCHEIFLER ADAMY, inscrita no CPF sob nº. 025.018.039-14, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 56/2017**

PORTARIA Nº 056/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora CASSIANE BIZOLO, inscrita no CPF sob nº. 033.743.369-06, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 57/2017**

PORTARIA Nº 057/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ROSANE DALL AGNOL AREND, inscrita no CPF sob nº. 806.496.459-87, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 30 de agosto de 2015 a 29 de agosto de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 58/2017**

PORTARIA Nº 058/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LUCIA BERNADETE PATZLAFF, inscrita no CPF sob nº. 494.821.659-34, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de junho de 2015 a 12 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 59/2017**

PORTARIA Nº 059/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANDRÉIA APARECIDA PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 043.184.569-78, ocupante do cargo de

Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de março de 2015 a 01 de março de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 60/2017**

PORTARIA Nº 060/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ROSE CRISTIANE SCHRAMMEL FAS-SBINDER, inscrita no CPF sob nº. 033.873.549-67, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 61/2017**

PORTARIA Nº 061/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ADRIANE DAL AGNOL MULLER, inscrita no CPF sob nº. 033.583.389-67, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 62/2017**

PORTARIA Nº 062/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora IVETE IVONETE DEUNER, inscrita no CPF sob nº. 607.586.439-34, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 63/2017**

PORTARIA Nº 063/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora INDIRIANA GLEDI FEDRIZZI PATZ-LAFF, inscrita no CPF sob nº. 039.439.199-35, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 64/2017**

PORTARIA Nº 064/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ANDRÉIA SCHAEFER VERUCK, inscrita no CPF sob nº. 028.861.579-45, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 65/2017**

PORTARIA Nº 065/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ELIANE SALETE ZWIRTES PATZLAFF, inscrita no CPF sob nº. 949.935.729-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 66/2017**

PORTARIA Nº 066/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LEILA CRISTINA PICHETTI LUECKEMEIER, inscrita no CPF sob nº. 032.360.379-38, ocupante do cargo

de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 67/2017**

PORTARIA Nº 067/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora ROSA OS STEFFEN, inscrita no CPF sob nº. 771.779.679-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 01 março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 68/2017**

PORTARIA Nº 068/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora EDENICE CARINA RAUSCKOLB PATZLAFF, inscrita no CPF sob nº. 025.020.129-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita



Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 69/2017**

PORTARIA Nº 069/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARLENE WEIMER WILTGEN, inscrita no CPF sob nº. 892.863.919-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 70/2017**

PORTARIA Nº 070/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARLISE NELCI BLOS ROCKENBACH, inscrita no CPF sob nº. 896.273.859-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 71/2017**

PORTARIA Nº 071/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora EVA JACOVAS, inscrita no CPF sob nº. 728.045.569-72, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de novembro de 2015 a 12 de novembro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 72/2017**

PORTARIA Nº 072/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ILARIO NEUKAMP, inscrito no CPF sob nº. 691.982.509-06, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 15 de junho de 2015 a 14 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 73/2017**

PORTARIA Nº 073/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SABRINA MORES inscrita no CPF sob nº. 039.277.709-65, ocupante do cargo de Provimento Efetivo

de Assistente Social, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de junho de 2014 a 12 de junho de 2015, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 74/2017**

PORTARIA Nº 074/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DARCILA SCHEER VEIRICH, inscrita no CPF sob nº. 042.913.829-60, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 03 de março de 2015 a 02 de março de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 75/2017**

PORTARIA Nº 075/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SILVIA PETRY KLAUS inscrita no CPF sob nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Serviço Social, férias referentes ao período aquisitivo de 09 de junho de 2015 a 08 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 76/2017**

PORTARIA Nº 076/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MIRIAM VENSKE KNOBLAUCH, inscrita no CPF sob nº. 714.608.299-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, férias referentes ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA 77/2017**

PORTARIA Nº 077/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora NADIA KUSSLER ZOLETT, inscrita no CPF sob nº. 924.521.839-20, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 78/2017**

PORTARIA Nº 078/2017

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art.61 da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor FELIPE PATZLAFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, para no período de 02 de janeiro de 2017 à 28 de fevereiro de 2017, exercer o cargo de provimento efetivo de Contador.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 79/2017**

PORTARIA Nº 080/2017

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MUNICIPAL

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARA ESTER KUNZ, inscrita no CPF-MF sob nº. 018.618.319-43, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, para exercer função de confiança FG 80, Assistente Administrativo, conforme Lei Complementar nº. 158 de 29 de dezembro de 2014 e suas posteriores alterações no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 80/2017**

PORTARIA Nº 080/2017

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MUNICIPAL

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARA ESTER KUNZ, inscrita no CPF-MF sob nº. 018.618.319-43, ocupante do cargo de Provimento

Efetivo de Agente de Copa e Higienização, para exercer função de confiança FG 80, Assistente Administrativo, conforme Lei Complementar nº. 158 de 29 de dezembro de 2014 e suas posteriores alterações no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 81/2017**

PORTARIA Nº 081/2017

NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a partir do dia 02 de janeiro de 2017, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "B", ELIZIANE FANTIN SCHNEIDER, inscrita no CPF-MF sob nº 046.905.499-96, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Ensino.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 82/2017**

PORTARIA Nº 082/2017

NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a partir do dia 02 de janeiro de 2017, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "B", DARLI CRISTIANE DINNEBIER, inscrita no CPF sob nº. 030.106.289-78, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Ensino.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 02 de janeiro de 2016.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

**PORTARIA 83/2017**

PORTARIA Nº 083/2017

CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. Faz Cessar os efeitos da portaria nº131/2013 que designou a servidora ROSANE DALL' AGNOL AREND inscrita no CPF-MF sob nº. 806.496.459-87, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora III, para atuar como Professora de Formação Continuada no Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (Programa do Governo Federal).

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de janeiro de 2017  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 84/2017**

PORTARIA Nº. 84/2017

ALTERA ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE JANEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de janeiro de 2017 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
VANDERLEI VORTMANN	Motorista	01 a 10/01/2017
MARCELO KIEKOW	Motorista	11 a 20/01/2017
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	21 a 31/01/2017

II – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
LAURY HAEFLIGER	Motorista	02/01/2017 a 15/01/2017
VILSON FIAMETTI	Motorista	16/01/2017 a 31/01/2017

II– Para atendimentos de urgência e emergência, na vigilância sanitária e ambiental, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
CARLA SANDRA COZER MORCHE	Vigilante Sanitária	03 a 31/01/2017

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

**ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 02/2016 IPRESP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

INST. PREVIDENCIA SERVIDORES BALNEARIO PIÇARRAS

ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 02/2016 DE 25/07/2016

REF. PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2016 DE 20/07/2016

MODALIDADE Convite p/ Compras e Serviços nº 01/2016

HOMOLOGADO EM 25/07/2016

Fica Prorrogada a vigência do presente contrato em 2(dois) meses, vigorando até o dia 24 de fevereiro de 2017.

O valor global do contrato fica aditado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pagos em parcelas mensais.

Balneário Piçarras(SC), 22 de dezembro de 2016.

Silvana Dallagnol – Presidente do Instituto

## Balneário Rincão

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016. MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA EPP: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de banheiros químicos para a temporada de verão no atendimento as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 22/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. ROGER GUIMARÃES DE MELO



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º007, de 02 de janeiro de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Licia Vitcoski, matrícula nº417102, ocupante do cargo de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

### **DECRETO Nº 901/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017. "NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DECRETO Nº 901/2017, DE 03 de janeiro de 2017.

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, combinado com o inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº8.666/93:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações e apoio ao Pregoeiro e Leiloeiro, composta dos seguintes membros e suplentes;

Leliandra Luciana Vilanova Prezzi– Presidente  
Vanderlei Pelozato– membro  
Edina Paula Scheffer Staub – membro  
Rejane Sotilli – suplente  
Roberto Francisco Giorgio - suplente

Artigo 2º. Os membros da Comissão Permanente de Licitação exercerão o mandato até 31 de dezembro de 2017.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário em especial o decreto 832/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 03 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N.º008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. REVOGA PORTARIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º008, de 02 de janeiro de 2017.

Revoga Portarias e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Ficam revogadas as Portaria nº332/2013 de 20.12.2013, Portaria 273/2015 de 31.07.2015 e Portaria nº 207/2016 de 01.07.2016 e de que concediam gratificação funcional aos servidores abaixo relacionados:

- Rafael Favretto
- Lucimar Menegon
- Sirley Maria Zanin Trevisan
- Flavio Luiz Caneppele
- Juarez Luiz Rodrigues da Costa

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### **PORTARIA N.º009 DE 03 DE JANEIRO DE 2017 NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º009 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Nomear a senhora, Leliandra Luciana Vilanova Prezzi, CPF nº057.352.069-07 para ocupar o cargo de Assessora de Gabinete e Imprensa, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. A servidora acima citada, também exercerá a função de Gestor Municipal de Convenio /Contratos de repasse de recursos públicos, junto a Caixa Econômica Federal.

Art.3º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N.º10 DE 03 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO, DE LIVRE  
NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º10 de 03 de janeiro de 2017

Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Nomear o senhor, Rafael Favretto CPF nº008.080.889-12 para ocupar o cargo de Assessora Jurídico, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.



# Biguaçu

## PREFEITURA

### ATA DE POSSE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO PERÍODO DE 2017 A 2020.

#### TERMO DE POSSE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO 2017/2020

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, nesta cidade de Biguaçu, às 20h30min, no Salão da Igreja Matriz São João Evangelista, a Câmara Municipal de Biguaçu, em sessão solene de instalação da décima oitava Legislatura, deu posse no cargo de Prefeito Municipal de Biguaçu ao Senhor Ramon Wollinger e no cargo de Vice-Prefeito ao Senhor Vilson Norberto Alves, eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis, pelo Partido Social Democrata e Partido Progressista, respectivamente, para o período do ano de dois mil e dezessete a dois mil e vinte. Após a apresentação dos respectivos diplomas e declarações de bens e verificar a autenticidade dos mesmos, foi proferido pelos eleitos o seguinte compromisso legal: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do município e o bem estar de seu povo". Declarados empossados para constar lavrou-se o presente termo de posse que vai devidamente assinado.

Ramon Wollinger  
Prefeito

Vilson Norberto Alves  
Vice-Prefeito

Ângelo Ramos Vieira  
Presidente eleito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, REVOGA , A LEI COMPLEMENTAR N. 35, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Biguaçu fica assim constituída:

#### I - Órgãos de Assessoramento Superior:

- a) Secretaria Municipal de Governo;
- b) Gabinete do Vice-Prefeito;
- c) Procuradoria-Geral do Município.

#### II - Unidades Administrativas de Atividades - Meio:

- a) Secretaria Municipal de Administração;
- b) Secretaria Municipal da Receita;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa.

#### III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes;
- f) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- g) Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura;
- h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- i) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;

#### IV - Órgão de Fiscalização e Controle:

- a) Controladoria Geral do Município.

#### V - Entidade da Administração Municipal Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Biguaçu - PREVBIGUAÇU;

b) Fundação Municipal do Meio Ambiente.

VI - Órgãos Colegiados Deliberativos e de Aconselhamento:

- a) Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- c) Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN;
- d) Conselho Municipal de Turismo - CONTUR;
- e) Conselho Municipal de Esportes;
- f) Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;
- g) Conselho do Plano Diretor;
- h) Conselho Municipal de Saúde;
- i) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA;
- j) Conselho Municipal do Idoso;
- k) Conselho Municipal de Educação;
- l) Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;
- m) Conselho Municipal de Assistência Social;
- n) Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social - COGEMAS;
- o) Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- p) Conselho Municipal de Defesa Civil - COMPDEC;
- q) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- r) Conselho do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM;
- s) Conselho Municipal de Transportes;
- t) Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º Os órgãos e as unidades administrativas de que trata este artigo, exceto a Procuradoria-Geral do Município, subordinam-se ao Prefeito por autoridade integral.

§ 2º O órgão mencionando na alínea "a" inciso IV, vincula-se diretamente ao Prefeito.

§ 3º As entidades mencionadas no inciso V, vinculam-se ao Prefeito e reger-se-ão por lei específica e regulamento próprio.

§ 4º Os Órgãos Colegiados Deliberativos e de Aconselhamento, mencionados no inciso VI, são formados por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, sem ônus para o Município, exceto o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual se subordinam 5 (cinco) Conselheiros Tutelares, com remuneração correspondente a 60% do valor da remuneração dos cargos em comissão - Símbolo CC3.

## CAPÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

#### SEÇÃO I

##### ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

##### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Governo:

- I - promover a integração das diversas unidades administrativas do Poder Executivo;
- II - coordenar a representação político-social do Prefeito;
- III - assistir o Chefe do Executivo nas suas relações com os munícipes;
- IV - agendar os compromissos do Prefeito;
- V - representar o Prefeito em solenidades e perante órgãos oficiais;
- VI - preparar o expediente do Gabinete;
- VII - responsabilizar-se pelos serviços de cerimonial do Executivo;
- VIII - promover o acompanhamento dos atos expedidos pelo Poder Legislativo;
- IX - divulgar os atos e atividades da administração municipal;
- X - prestar os serviços de comunicação e relações públicas do Município, por todos os meios;
- XI - prestar assessoria nas relações político-administrativas com os munícipes, órgãos, entidades públicas e privadas, associações e outras

instituições de cunho público;

XII - coordenar as atividades públicas, buscando viabilizar a unidade interna entre os membros da administração, a participação popular e o apoio da sociedade às ações governamentais;

XIII - administrar o relacionamento com o Poder Legislativo garantindo a governabilidade, bem como a representatividade daquele Poder;

XIV - interagir com os outros Poderes constituídos na gestão e a implementação de ações do Governo Municipal;

XV - buscar a interação com as esferas dos Governos Estadual e Federal;

XVI - promover a cooperação com outros municípios;

XVII - implementar estratégias e práticas de excelência em gestão que potencializem a qualidade, a produtividade e a inovação com a participação e compromisso de todos.

Art. 3º Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria de Governo:

I – Diretoria de Governo;

II – Diretoria de Comunicação;

III – Diretoria de Acompanhamento Externo;

IV – Gerência de Protocolo e Expediente;

V - 01 (um) Assessoria de Gabinete.

Parágrafo Único – A Diretoria de Comunicação, operacionalmente, subordina-se ao Chefe do Poder Executivo.

#### DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

Art. 4º Compete ao Gabinete do Vice-Prefeito, sob a titularidade da sua Chefia de Gabinete:

I - coordenar a representação político-social do Vice-Prefeito;

II - executar as tarefas administrativas que lhe forem delegadas pelo Vice-Prefeito;

III - agendar os compromissos do Vice-Prefeito e assisti-lo nas relações com os munícipes, entidades de classe e com órgãos da administração municipal;

IV - coordenar e executar a administração geral do Gabinete do Vice-Prefeito;

V - preparar e encaminhar o expediente do Gabinete do Vice-Prefeito;

VI - assessorar o Vice-Prefeito nas tarefas administrativas que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

Art. 5º Unidades Administrativas diretamente subordinada ao Gabinete do Vice-Prefeito:

I - Chefia de Gabinete do Vice-Prefeito;

II – Assessoria de Gabinete.

#### DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 6º A Procuradoria-Geral do Município é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Municipal, vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, responsável pela advocacia geral do Município, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, competindo-lhe ainda:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Município;

II - exercer as funções de consultoria e assessoria jurídica do Poder Executivo e da Administração Municipal em geral;

III - prestar assessoramento técnico-legislativo ao Prefeito Municipal;

IV - promover a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa Municipal;

V - propor ação civil pública representando o Município;

VI - apurar a regularidade jurídica de todas as situações negociais e administrativas do Município;

VII - receber e apurar a procedência das reclamações e denúncias contra órgãos da Administração Pública Municipal e determinar a instauração das medidas legais cabíveis;

VIII - exercer outras competências que lhes forem conferidas por lei;

IX – representar judicialmente o PREVBIGUAÇU e demais órgãos da administração pública indireta, previstos no art. 1. desta Lei.

Art. 7º Unidade Administrativa diretamente subordinada à Procuradoria Geral do Município:

I – 04 (quatro) Procuradores-Adjuntos;

II – 01 (um) Diretor de Execução Fiscal;

III – 02 (dois) Assistentes Técnicos.

## SEÇÃO II

### DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES - MEIO

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

Art. 8 Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa:

I - realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do governo municipal;

II - elaborar e manter atualizado o sistema estatístico;

III - prestar assessoria aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento;

IV - coordenar e dar encaminhamento a projetos especiais;

V - desenvolver estudos referentes a projetos, convênios e acompanhamentos no controle de programas habitacionais;

VI - fiscalizar o cumprimento das normas referentes a obras particulares e posturas;

VII - gerir o Fundo Municipal de Habitação e propor políticas de aplicação dos seus recursos;

VIII - submeter ao Conselho Municipal de Habitação o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com os programas sociais do Município, tais como de habitação, de saneamento básico e de urbanismo, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos do orçamento da União;

IX - submeter ao Conselho Municipal de Habitação as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo, elaboradas e controladas pela Secretaria de Finanças;

X - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

XI - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Governo do Município, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

XII - realizar os estudos técnicos relativos à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

XIII - estabelecer as políticas de modernização da gestão pública e os processos de planejamento estratégico da administração municipal.

XIV - estabelecer as políticas de gestão tecnológica da informação da administração municipal;

XV - elaborar as políticas relativas ao Orçamento Participativo do Município;

XVI - coordenar as atividades relativas ao Orçamento Participativo do Município junto aos Municípios;

XVII - promover reuniões junto aos Municípios para elaboração da política de Orçamento Participativo coerentes com os anseios da Comunidade;

XVIII – Elaborar os projetos de obras públicas e fiscalizar a sua execução, por intermédio da Superintendência de Obras Públicas.

Art. 9 Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa:

I – Superintendente do Planejamento Participativo;

II – Superintendente de Relações Institucionais;

III – Diretoria de Planejamento Urbano;

IV – Gerência de Convênios;

V – Gerência de Cadastro Técnico e Controle de Índices Urbanísticos;

VI – Gerência de Relacionamento;

VII – 02 (dois) Assistentes Técnicos.

**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Administração:**

- I - executar as atividades relativas ao recrutamento e seleção, ao treinamento, ao regime jurídico, aos controles funcionais e as demais atividades de pessoal;
- II - padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material;
- III - tomar, registrar, inventariar, proteger e consertar bens móveis, imóveis e semoventes;
- IV - administrar e controlar a frota de veículos do Poder Executivo;
- V - executar os serviços de manutenção de iluminação pública;
- VI - estudar e propor medidas que visem a racionalização dos métodos de trabalho dos Órgãos Municipais;
- VII - prestar assessoria aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de organização e métodos e informatização;
- VIII - assessorar os demais órgãos quanto a assuntos de administração geral, promover licitações para obras e serviços, bem como firmar contratos que não estejam delegados ao Prefeito e administrar a sede do edifício da Prefeitura.
- IX - formular e propor ao Prefeito, em articulação com as demais Secretarias competentes, a política financeira do Município;
- X - coordenar o processo de regulamentação, discussão e elaboração dos instrumentos de planejamento, representados pelo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- XI - exercer o controle da execução orçamentária das diversas unidades gestoras do Município;
- XII - exercer a administração financeira do Município;
- XIII - elaborar, acompanhar e rever a programação financeira;
- XIV - receber, movimentar e guardar valores;
- XV - fiscalizar a regularidade das despesas, preparar ordens de pagamento e expedi-las, com autorização do Prefeito;
- XVI - realizar os registros contábeis dos atos e fatos da Administração Pública Municipal, observando os princípios fundamentais de contabilidade;
- XVII - preparar os balanços, balancetes e prestações de contas do Governo Municipal;
- XVIII - prestar assessoria técnica ao Prefeito e demais gestores em matérias contábil e financeira;
- XIX - repassar todas as informações de natureza financeira e contábil às Secretarias Municipais competentes.

**Art. 11 Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Administração:**

- I – Diretoria Geral;
- II – Gerência de Assuntos Administrativos;
- III – Analista da Diretoria de Recursos Humanos;
- IV – Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças;
- V – Assessoria de Finanças;
- VI – (02) dois Assistentes Técnicos.

**DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA****Art. 12. Compete à Secretaria Municipal da Receita:**

- I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculada;
- II - propor e adotar medidas que visem a racionalização de métodos de trabalho na área de sua atuação finalística;
- III - coordenar a prestação dos serviços municipais aos cidadãos;
- IV - promover e controlar a arrecadação dos tributos, taxas e demais rendas municipais, fiscalizando o cumprimento de leis, decretos, portarias, normas e regulamentos disciplinares da matéria tributária;
- V - promover a inscrição da dívida ativa do Município;
- VI - promover o lançamento dos impostos, taxas e contribuições de melhorias do Município;
- VII - assegurar a arrecadação das rendas patrimoniais do Município;
- VIII - examinar e julgar as reclamações e recursos dos lançamentos tributários, autuações e notificações fiscais;
- IX - propor e executar políticas e instrumentos de modernização administrativa na área tributária e de arrecadação;
- X - contribuir e coordenar a formulação do Plano de Ação do Governo Municipal e de programas gerais e setoriais inerentes à Secretaria na área fiscal;
- XI - garantir a prestação de serviços municipais relativos à sua área de competência de acordo com as diretrizes do programa de governo;
- XII - estabelecer diretrizes e metas para a atuação da Secretaria;
- XIII - estabelecer objetivos, para o conjunto de atividades da Secretaria, vinculados a prazos e políticas requeridas para sua consecução;
- XIV - efetuar, por meio de recursos próprios ou mediante credenciamento, a cobrança administrativa das dívidas ativas tributária e

não-tributária;

XV - executar, orientar e normatizar a aplicação, operacionalização e gestão da Tecnologia de Informação e Comunicações no âmbito das atividades relacionadas com Cadastros e Informações Tributárias e Fiscais do Município, entre outras de interesse direto e indireto da Receita Municipal, fazendo observar as disposições legais relativas ao sigilo fiscal e mantendo convênios com outras administrações fiscais, para troca de informações, integrando-as.

XVI - expedir circulares, instruções normativas, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas, compatíveis com a legislação tributária que se destinem a complementar;

XVII - exercer a administração fazendária e tributária do Município;

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal da Receita desempenhará as atividades mencionadas no caput do artigo e as demais que venham a competir-lhe, por intermédio dos órgãos instituídos no artigo 3º desta lei.

Art. 13 Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Receita:

- I – Procurador-Adjunto;
- II – Diretoria de Administração Tributária;
- III – Diretoria do Procon;
- IV – Gerência de Exatonia;
- V – Coordenação da Casa do Povo do Bom Viver;
- VI – Coordenação da Casa do Povo de Cachoeiras;

### SEÇÃO III

#### DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADE - FIM

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 14 Compete à Secretaria Municipal de Educação, planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a política Municipal de Ensino, em consonância com as diretrizes e bases da Educação Nacional e segundo as diretrizes pertinentes ao Executivo.

Art. 15 Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Educação:

- I – Diretoria de Apoio a Educação;
- II – Diretoria de Ensino;
- III – Diretoria de Transporte Escolar;
- IV – Gerência Pedagógica;
- V – Gerência de Obras e Manutenção Escolar
- VI – Gerência de Recursos Humanos;
- VII – 03 (três) Assistentes de Ensino Fundamental;
- VIII – 02 (dois) Assistentes de Educação Infantil;
- IX – 04 (quatro) vagas de Diretoria Escolar I, para as seguintes Instituições;
- X – Gerência de Alimentação Escolar.

- a. 01 (uma) vaga para EBM Fernando B. Viegas de Amorim;
- b. 01 (uma) vaga para EBM Professor Donato Alípio de Campos;
- c. 01 (uma) vaga para EBM Professora Olga de Andrade Borgonovo;
- d. 01 (uma) vaga para EBM Professor Manoel Roldão das Neves;

X - 06 (seis) vagas de Diretoria Escolar II, Instituições:

- a. 01 (uma) vaga para CEIM Professora Lindóia Maria S. de Faria;
- b. 01 (uma) vaga para CEIM Cecília Alaíde de Carvalho Rosa;
- c. 01 (uma) vaga para CEIM Dona Dorvalina;
- d. 01 (uma) vaga para CEIM Recanto Feliz;
- e. 01 (uma) vaga para CEIM Jardim Janaína;
- f. 01 (uma) vaga para CEIM Dona Virgínia.

XI - 10 (dez) vagas de Diretoria Escolar III, com para as seguintes Instituições:

- a. 01 (uma) vaga para EBM Professora Ruth Faria dos Reis;
- b. 01 (uma) vaga para CEIM Professora Páscoa Regis Mendes;
- c. 01 (uma) vaga para CEIM Maria de Lourdes Galliani;
- d. 01 (uma) vaga para CEIM Lar Feliz;
- e. 01 (uma) vaga para CEIM Algodão Doce;
- f. 01 (uma) vaga para CEIM Dona Paulina;
- g. 01 (uma) vaga para CEIM Dona Lili;
- h. 01 (uma) vaga para GEM Célia Lisboa dos Santos;

- i. 01 (uma) vaga para GEM Celina Dias da Cunha;
- j. 01 (uma) vaga para GEM São Tomaz de Aquino.

Parágrafo Único - Subordinam-se diretamente ao Secretário Municipal de Educação os Diretores de Escola e Centros de Educação Infantil.

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 16 Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I - planejar e formular as políticas municipais de saúde, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde;

II - organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de saúde, sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados;

III - promover a gestão e execução dos serviços públicos de saúde, com vista à universalidade, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde;

IV - realizar a articulação da esfera municipal às esferas estadual e federal da gestão do Sistema Único de Saúde;

V - contribuir ao controle social e à participação da comunidade na gestão do sistema local de saúde, através da garantia de acesso às informações e comunicação em saúde.

Art. 17 Unidades administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Saúde:

I – Superintendência de Saúde;

II – Diretoria da Policlínica Municipal;

III – Diretor do Pronto Atendimento 24 horas;

IV – Diretor Administrativo;

V – Gerência de Saúde Bucal;

VI – Chefia de Patrimônio;

VII – Chefia de Divisão da Vigilância em Saúde;

VIII – Chefia de Setor de Saúde Animal;

IX – Chefe de Setor Infectologista;

X – 03 (três) Assistentes Técnicos.

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

Art. 18 Compete à Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes:

I - programar, planejar, controlar, fiscalizar e executar as obras municipais, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento Participativo;

II - construir e conservar as estradas municipais;

III - construir as vias e logradouros públicos;

IV - controlar o sistema viário do Município;

V - executar as atividades relativas à limpeza urbana;

VI - conceder e fiscalizar os serviços de utilidade pública;

VII - informar ao Prefeito sobre o desenvolvimento das obras;

VIII - administrar os cemitérios municipais;

IX - administrar o sistema de transportes urbanos de uso público do município de Biguaçu, por meio do planejamento, pesquisa, regulamentação, coordenação, operação, exploração, controle, vistorias, auditorias, fiscalização, aplicação de sanções, estudo e fixação de tarifas e outros preços públicos e demais providências de competência da Secretaria.

X - conceder, permitir ou autorizar a exploração dos serviços públicos de transporte municipal, em quaisquer de suas modalidades, ou contratar sua prestação por terceiros, expedindo a respectiva regulamentação e fiscalizando sua execução;

XI - regulamentar os serviços de transporte de passageiros individuais e coletivos: táxi, fretamento e escolar, transporte de carga e moto-frete;

XII - propor tarifas e outros preços públicos remuneratórios dos serviços públicos sob sua administração;



XIII - planejar, implantar, administrar e regulamentar a operação e o uso do sistema viário e de circulação municipal em colaboração com a Secretaria de Obras e Serviços;

XIV - implantar sinalização nas vias sob sua jurisdição;

XV - disciplinar as operações de carga e descarga nas vias públicas municipais;

XVI - celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina para a coordenação das atividades de policiamento do trânsito no Município de Biguaçu.

Art.19 Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes:

- I – Superintendência de Transporte;
- II – Superintendência da Defesa Civil;
- III - Diretoria Geral;
- IV– Diretoria de Manutenção de Obras;
- V – Diretoria de Execução de Obras;
- VI – Diretoria de Trânsito;
- VII – Gerência de Obras Públicas;
- VIII – Gerência de Serviços Urbanos;
- IX – Gerência de Desenvolvimento Urbano e Transportes;
- X – Chefia de Operações Internas;
- XI – Chefia de Gestão de Frota;
- XII – Chefia de Divisão de Administração de Cemitérios;
- XIII – Assistente Técnico

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Art. 20 Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - prestar apoio às organizações comunitárias;
- II - manter convênios com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de assistência social governamental e não-governamentais, para execução de programas de assistência social e habitação popular.
- III - promover o atendimento de pessoas carentes de recursos e relacionar-se com as entidades assistenciais conveniadas;
- IV - manter convênios referentes à sua área de atuação;
- V - estabelecer as políticas públicas de segurança do cidadão e defesa civil;
- VI – ampliar as ações de governo nas regiões urbanas periféricas.

Art. 21 Unidades administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

- I – Diretoria do Sistema Municipal da Assistência Social;
- II – Diretoria de Abrigo Institucional;
- III - Coordenação do Centro de Convivência dos Idosos;
- IV – Coordenação de Vigilância Social;
- V – Coordenação do CREAS;
- VI – Coordenação de Planejamento e Orçamento
- VII – Coordenação de Habitação;
- VIII – 02 (dois) Assistentes Operacionais.

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

Art. 22 Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura:

- I - propor ao Prefeito Municipal a elaboração de leis, normas e regulamentos que visem o desenvolvimento da Agricultura, Pesca e Aquicultura no Município;
- II - promover programas que visem o desenvolvimento da Agricultura, Pesca e Aquicultura no Município;
- III - desenvolver política de Agricultura, Pesca e Aquicultura no município;
- IV - desenvolver programas de qualificação e requalificação profissional;
- V - orientar agricultores e aquicultores na produção, organização e comercialização da agricultura, aquicultura e produção animal;



VI - promover reparos, manutenção e obras relacionadas às estradas do interior e vias de acesso aos produtores rurais e o respectivo escoamento e transporte da produção;

VII - orientar pescadores e produtores na produção, organização e comercialização do produto da Pesca e Aquicultura.

Art. 23 Unidades administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura:

I – Diretoria da Pesca, Maricultura e Aquicultura;

II – Diretoria Operacional;

III – Gerência Administrativa;

IV – Chefia de Divisão de Agropecuária;

V – Chefia de Divisão de Pesca e Maricultura.

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 24 Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - coordenar a elaboração e implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - desenvolver programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda;

III - desenvolver ações que promovam um desenvolvimento econômico sustentável e solidário;

IV - promover a organização do setor informal da economia do Município;

V - produzir, sistematizar e disponibilizar informações sócio-econômicas do Município, principalmente questões de emprego, qualidade de vida, qualidade de mão-de-obra, infra-estrutura, logística e incentivos;

VI - incrementar o envolvimento do Município em atividades econômicas relacionadas à tecnologia.

Art. 25 Unidade administrativa diretamente subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I – Diretor Geral

II – Gerência de Empreendedorismo;

III – Gerência de Inovação Tecnológica;

IV – Chefia de Ensino Profissionalizante;

V – Assistente Técnico.

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

Art. 26 Compete à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer:

I - executar a política relativa à Cultura, Esporte, Turismo e Lazer do Município;

II - divulgar as potencialidades Culturais, Esportivas, Turísticas e de Lazer do Município, incentivando investimentos nesta área;

III - incentivar o turismo industrial, rural e ecológico, revigorando os festejos e eventos tradicionais da cidade, procurando articular-se com os eventos da região;

IV - promover turisticamente as micros e pequenas empresas, mediante apoio logístico;

V - elaborar o calendário Cultural, Esportivo, Turístico e de Lazer do Município, procurando adequá-lo ao da região;

VI - fortalecer o Conselho Municipal de Turismo e de Esportes, como órgãos definidores da política e das ações dinamizadoras do setor;

VII - preservar o patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Município.

Art. 27 Unidades administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer:

I – Gerência de Esportes;

II – Gerência de Cultura;

III – Gerência de Lazer;

V – Gerência de Turismo;

VI – Chefia de Divisão Operacional;

VII – Assistente Técnico.

#### DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 28 Compete à Controladoria Geral do Município:

- I - expedir atos contendo instruções sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais para a esfera pública municipal;
- II - avaliar o cumprimento das metas previstas para o Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e assinar os relatórios de gestão fiscal e resumo da execução orçamentária;
- III - realizar inspeções e auditorias para verificar a legalidade e legitimidade dos atos e avaliação dos resultados;
- IV - controlar e apurar irregularidades administrativas, tendo como objetivo preservar e promover os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade dos atos de gestão, bem como da probidade dos agentes públicos municipais.

Art. 29 Unidades administrativas diretamente subordinadas à Controladoria-Geral do Município

I – Corregedoria Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA

Art. 30 A estrutura administrativa estabelecida na presente lei entrará em funcionamento gradualmente, na medida em que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da administração e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo Único. A implantação dos órgãos será feita através da efetivação das seguintes medidas:

- I - elaboração e aprovação dos respectivos regimentos internos;
- II - provimentos dos respectivos cargos;
- III - dotação dos elementos humanos e materiais indispensáveis ao seu funcionamento;
- IV - instrução das chefias quanto às competências conferidas pelos regimentos internos;
- V - alocação de recursos na LOA.

### CAPÍTULO IV

#### DO REGIMENTO INTERNO

Art. 31 O regimento interno dos órgãos mencionados nos incisos I, II, III e IV do artigo 1º serão baixados por Decreto do Prefeito no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da vigência desta lei.

Parágrafo Único - Constarão do Regimento Interno:

- I - competências gerais das diferentes unidades administrativas do Poder Executivo;
- II - atribuições comuns e específicas dos servidores investidos nas funções diretivas, localizando o poder de decisão o mais próximo possível daqueles que executam as operações, de modo que se evitem despachos meramente interlocutórios;
- III - normas de trabalho que por sua natureza devam constituir disposições em separado;
- IV - outras disposições julgadas necessárias pelo Chefe do Poder Executivo.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 Os cargos de provimento em comissão do Poder Executivo, nas quantidades, denominações e vencimentos passam a ser o previsto no anexo I desta lei, classificados por símbolos, de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

Art. 33 As despesas oriundas da aplicação desta lei em 2017 correrão por conta da LOA para 2017, mediante abertura de crédito adicional suplementar ou especial, devidamente autorizada pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 34 Esta lei complementar entrará em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, a exemplo da Lei Complementar n. 11, de 29 de janeiro de 2009; Lei Complementar n. 22 de 22 de dezembro de 2009; Lei Complementar n. 35 de 16 de fevereiro de 2011; Lei Complementar n. 60 de 24 de janeiro de 2013; inciso I, inciso II e alíneas "a", "b" e "c", inciso III e alíneas "a", "b", "c", e "d", inciso IV e alíneas "a", "b", inciso V e alíneas "a", e "b", parágrafos 1. ao 11., todos do art. 219 da Lei Complementar n. 47 de 22 de dezembro de 2011; Art. 30 e todos os incisos e alíneas e art. 31 todos da Lei Complementar n. 50 de 04 de abril de 2012; Art. 8. E parágrafo único, da Lei Complementar n. 16 de 08 de julho de 2009; e os incisos I ao XVIII, do Art. 2º da Lei Complementar n. 33 de 21 de dezembro de 2010; artigo 2º da Lei Complementar 78 de 2015.

Art. 35 Fica alterada a redação do art. 3º, incisos II e IV, da Lei Complementar 33 de 21 de dezembro de 2010, passando a vigorar nos

termos do art. 13 desta Lei.

Biguaçu, 30 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 110/2016, de 30/12/2016  
Sancionada em 30/12/2016  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## ANEXO I

### GABINETE DO PREFEITO – SECRETARIA DE GOVERNO

	RAMON WOLLINGER	PREFEITO MUNICIPAL		Eleição
		SECRETARIA DE GOVERNO	CC1	
		DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO	CC3	
		DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO EXTERNO	CC3	
		DIRETORIA DE GOVERNO	CC3	
		GERÊNCIA DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE	CC4	
		ASSESSORIA DO GABINETE	CC5	

### GABINETE DO VICE-PREFEITO

	VILSON NORBERTO ALVES	VICE PREFEITO		Eleição
		CHEFIA DE GABINETE DO VICE-PREFEITO	CC3	
		ASSESSORIA DO GABINETE	CC5	

### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

		PROCURADOR-GERAL	CC1	
		PROCURADOR ADJUNTO	CC3	
		PROCURADOR ADJUNTO	CC3	
		PROCURADOR ADJUNTO	CC3	
		PROCURADOR ADJUNTO	CC3	
		DIRETOR DE EXECUÇÃO FISCAL	CC3	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

### CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

		CONTROLADOR GERAL	CC1	
		CORREGEDORIA MUNICIPAL	CC2	

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

		SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO	CC1	
		SUPERINTENDENTE DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	CC2	
		SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	CC2	
		DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	CC3	
		GERENCIA DE CONVÊNIOS	CC4	
		GERENCIA DE RELACIONAMENTO	CC4	
		GERÊNCIA DE CADASTRO TÉCNICO E CONTROLE DE ÍNDICE URBANÍSTICO	CC4	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

### SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

		SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	CC1	
		DIRETORIA GERAL	CC3	
		DIRETORIA GERAL DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	CC3	
		ANALISTA DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	CC4	
		GERENCIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	CC4	

		ASSESSORIA DE FINANÇAS	CC4	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

## SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

		SECRETÁRIO DA RECEITA	CC1	
		PROCURADOR-ADJUNTO	CC3	
		DIRETORIA DO PROCON	CC3	
		DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	CC3	
		GERÊNCIA DE EXATORIA	CC4	
		COORDENAÇÃO DA CASA DO BOM VIVER	CC5	
		COORDENAÇÃO DA CASA DE CACHOEIRAS	CC5	

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

		SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CC1	
		DIRETORIA DE APOIO A EDUCAÇÃO	CC3	
		DIRETORIA DE ENSINO	CC3	
		DIRETORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR	CC3	
		GERÊNCIA PEDAGÓGICA	CC4	
		GERÊNCIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO ESCOLAR	CC4	
		GERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	CC4	
		GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS	CC4	
		DIRETORIA DE ESCOLA BÁSICA ( VIEGAS)	DIR I	
		DIRETORIA DE ESCOLA BÁSICA( ROLDAO)	DIR I	
		DIRETORIA DE ESCOLA BÁSICA(DONATO)	DIR I	
		DIRETORIA DE ESCOLA BÁSICA(B.VIVER)	DIR I	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(RECANTO FELIZ)	DIR II	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (DONA VIRGINIA)	DIR II	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(DONA DORVALINA)	DIR II	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(JANAINA)	DIR II	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL( LINDOIA)	DIR II	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CECILIA ALAIDE)	DIR II	
		DIRETORIA DE GRUPO ESCOLAR(CELIA)	DIR III	
		DIRETORIA DE GRUPO ESCOLAR (RUTH)	DIR III	
		DIRETORIA DE GRUPO ESCOLAR (CELINA)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(GALLIANI)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(DONA PAULINA)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(PASCOA)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(DONA LILI)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(LAR FELIZ)	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL(ALGODÃO DOCE )	DIR III	
		DIRETORIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SÃO TOMAZ DE AQUINO)	DIR III	
		ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	CC5	
		ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	CC5	
		ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	CC5	
		ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CC5	
		ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CC5	

## SECRETARIA DE SAÚDE

		SECRETÁRIO DE SAÚDE	CC1	
		SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE	CC2	
		DIRETORIA DA POLICLINICA MUNICIPAL	CC3	
		DIRETOR DO PRONTO ATENDIMENTO DE 24 HORAS	CC3	
		DIRETOR ADMINISTRATIVO	CC3	

		GERENCIA DE SAÚDE BUCAL	CC4	
		CHEFIA DE PATRIMÔNIO	CC5	
		CHEFIA DE DIVISÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CC5	
		CHEFE DE SETOR DE SAÚDE ANIMAL	CC5	
		CHEFE DE SETOR INFECTOLOGISTA	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

## SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

		SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS	CC1	
		SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES	CC2	
		SUPERINTENDENCIA DA DEFESA CIVIL	CC2	
		DIRETORIA GERAL	CC3	
		DIRETORIA DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	CC3	
		DIRETORIA DE EXECUÇÃO DE OBRAS	CC3	
		DIRETORIA DE TRÂNSITO	CC3	
		GERENCIA DE OBRAS PÚBLICAS	CC4	
		GERÊNCIA DE SERVIÇOS URBANOS	CC4	
		GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES	CC4	
		CHEFE DE GESTÃO DE FROTA	CC5	
		CHEFE DE OPERAÇÕES INTERNAS	CC5	
		CHEFIA DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

## FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU –

## SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

		SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	CC1	
		DIRETORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	CC3	
		DIRETORIA DE ABRIGO INSTITUCIONAL	CC3	
		COORDENAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	CC4	
		COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIAL	CC4	
		COORDENAÇÃO DO CREAS	CC4	
		COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	CC4	
		COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO	CC4	
		ASSISTENTE OPERACIONAL	CC5	
		ASSISTENTE OPERACIONAL	CC5	

## SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA.

		SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA	CC1	
		DIRETORIA DE PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA	CC3	
		DIRETORIA OPERACIONAL	CC3	
		GERENCIA ADMINISTRATIVA	CC4	
		CHEFIA DE DIVISÃO DE AGROPECUÁRIA	CC5	
		CHEFIA DE DIVISÃO DE PESCA E MARICULTURA	CC5	

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

		SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	CC1	
		DIRETOR GERAL	CC3	
		GERENCIA DE EMPREENDEDORISMO	CC4	
		GERENCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	CC4	
		CHEFE DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

## SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

		SEC. CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER	CC1	
		GERÊNCIA DE ESPORTES	CC4	
		GERÊNCIA DE CULTURA	CC4	

		GERÊNCIA DE LAZER	CC4	
		GERÊNCIA DE TURISMO	CC4	
		CHEFIA DE DIVISÃO OPERACIONAL	CC5	
		ASSISTENTE TÉCNICO	CC5	

## TABELA DE CARGOS

SIGLA	QUANTIDADE	SALÁRIO
CC1	13	R\$ 7.021,00
CC2	6	R\$ 5.000,00
CC3	30	R\$ 2.800,00
CC4	27	R\$ 2.100,00
CC5	35	R\$ 1.700,00
DIR I	4	R\$ 3.358,17
DIR II	6	R\$ 3.091,37
DIR III	10	R\$ 2.800,00

TOTAL - 131 CARGOS

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4978/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 4978/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM ASSINAR CHEQUE, FAZER MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal no município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. – O Chefe do Poder Executivo Municipal no uso de suas atribuições, autoriza o Tesoureiro deste Município Sr. Lanoir Luiz Schmitt, assinar cheques, fazer movimentação financeira eletrônica e demais atos pertinentes ao Setor da Tesouraria do Município de Bom Jesus do Oeste, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A autorização dada é por tempo indeterminado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 02 de Janeiro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 4980/2017, FIXA OS VALORES DE HORA MÁQUINA PARA OS SERVIÇOS E AUXÍLIOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE SANTA CATARINA.

DECRETO Nº 4980 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA OS VALORES DE HORA MÁQUINA PARA OS SERVIÇOS E AUXÍLIOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE SANTA CATARINA.

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais elencadas na Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º.- De acordo com a variação do IGP-M acumulado no período de dezembro de 2015 a novembro de 2016 e em conformidade com o 4979/2017, ficam fixados os valores de hora máquina nos serviços e nos auxílios prestados pelo município de Bom Jesus do Oeste, nos termos da tabela abaixo:

Máquinas	Valor/Hora
Trator com equipamento	R\$ 67,60
Trator Enciladeira 01 linha	R\$ 67,90
Trator Enciladeira 02 linhas	R\$ 79,90
Retro-escavadeira	R\$ 98,32

Carregadeira	R\$ 110,61
Motoniveladora _	R\$ 122,90
Caminhão Basculante	R\$ 86,04
Escavadeira Hidráulica _	R\$ 159,78

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4982/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4982/17

DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕEM SOBRE A EQUIPARAÇÃO DO SALÁRIO DOS CONSELHEIROS TUTELARES AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 13.152/2015, cominado com o Decreto nº 8.948/2016, que "A partir de 1º de janeiro de 2017, o salário mínimo será de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)".

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 965/2015, fixou remuneração de R\$ 874,02 (oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos) aos Conselheiros Tutelares com dedicação exclusiva, valor inferior ao Salário Mínimo Nacional.

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretado o valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) para a remuneração dos Conselheiros Tutelares, valor este, a ser pago até a aplicação do índice de reposição no mês de março de 2017.

Art. 2º- Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 02 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENER,  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 4983/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
DECRETO MUNICIPAL Nº 4983/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDORES PARA CONSTITUÍREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E COMISSÃO JULGADORA DE REGISTROS CADASTRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.883/94 e suas alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Municipal de julgamento dos Registros Cadastrais nos termos do Decreto Municipal nº. 17/97 de 10.01.1.997.

PRESIDENTE: Mariliva Ames Aiolfi  
SECRETÁRIO: Lanoir Schmitt  
AUXILIAR DIRETO: Cleide Fachini Senger  
SUPLENTE: Fabio Gerhardt.

ART. 2º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, de acordo com a LEI.

PRESIDENTE: Jeferson Persch  
SECRETARIO: Jandrei Luiz Brutscher  
AUXILIAR DIRETO: Fabio Gerhardt  
SUPLENTE: Mariliva Ames Aiolfi

Art. 3º. Revogam-se as disposições do Decreto nº 4478/2014.

Art. 4º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 02 de janeiro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4984/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
DECRETO MUNICIPAL Nº 4984/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica designado como pregoeiro permanente o servidor Sr. Jeferson Persch para atuar em Pregões da Municipalidade, com as seguintes atribuições:

- a) Credenciar os participantes;
- b) Receber as propostas;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;

- d) Classificar as propostas;
- e) Receber os lances;
- f) Abalizar a aceitabilidade dos lances;
- g) Classificar os licitantes os segundo o critério de menor preço;
- h) Verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a proposta;
- i) Declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) Adjudicar o objetivo do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Municipalidade:

- a) Jandrei Luiz Brutscher
- b) Fabio Gerhardt
- c) Mariliva Ames Aiolfi

Parágrafo Único. A Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 3º. Os trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio encerrar-se-ão como o término de cada Pregão.

Art. 4º. Revogam-se as disposições do Decreto nº 4477/2014.

Art. 5º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 02 de janeiro de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 006/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Licença sem vencimento ao Servidor Municipal Sr. JOSÉ ROBERTO MORANDINI, matrícula nº 277-1, portador do CPF sob nº 042.342.379-73, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Assistente de Administração, sendo o período de concessão de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;



Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 007/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE VANTAGEM PESSOAL POR DESEMPENHO DE ATIVIDADES NÃO INERENTES AO CARGO EFETIVO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER vantagem pessoal ao servidor municipal Sr. Fabio Gerhardt, inscrito na matrícula sob nº 60-4, em razão de equiparação salarial entre seu cargo efetivo, Auxiliar de Administração e as funções ora exercidas compatíveis com o cargo de Agente de Administração, pelo tempo em que este executar as funções e atividades não inerentes a seu cargo efetivo, conforme prevê a Lei Municipal nº 589/2007 de 27 de agosto de 2007 e deferimento de requerimento pelo poder executivo.

Art. 2º. O servidor fica lotado junto ao Departamento de Compras e Licitações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 008/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 050/2013 QUE NOMEOU SR. JEFERSON PERSCH PARA RESPONDER PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a portaria nº 050/2013 de 03 de janeiro de 2013, que nomeava servidor municipal Sr. Jeferson Persch para

responder pelo setor de Recursos Humanos, ocupante de cargo de Agente de Administração, inscrito na matrícula sob nº 425-1, voltando a partir de 02/01/2017 a desempenhar suas funções junto ao Departamento de Compras e Licitações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 009/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 009/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES DE GESTORA MUNICIPAL DE CONTRATOS E CONVENIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Sra. Mariliva Ames Aiolfi, matrícula sob nº 56-6, inscrita no CPF sob nº. 017.581.829-03, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para desempenhar funções de Gestora Municipal de Contratos e Convênios – GMC, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 010/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 010/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos a concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Adriane Weber dos Santos	01.03.16 a 28.02.17	02.01.17 a 31.01.17	727-7
Alexandra dos Santos Vargas	01.07.15 a 30.06.16	02.01.17 a 31.01.17	683-1
Adriane Baumbach	07.02.15 a 06.02.16	02.01.17 a 31.01.17	184-8
Antonio Nascimento	13.08.15 a 12.08.16	02.01.17 a 31.01.17	157-0
Angelita Schmitt	18.06.15 a 17.06.16	02.01.17 a 31.01.17	679-3
Catiani Storck	04.04.15 a 03.04.16	02.01.17 a 16.01.17	518-5
Claudemir Antonio Welter	01.11.14 a 31.10.15	02.01.17 a 31.01.17	209-7
Carmen Maria Lenhard	11.11.14 a 25.11.15	02.01.17 a 31.01.17	337-9
Cleide Fachini Senger	01.10.15 a 30.09.16	02.01.17 a 16.01.17	166-0
Claudio Miro Vilmar Rossi	20.02.15 a 19.02.16	02.01.17 a 31.01.17	340-9
Cleusa B. Mossmann	02.05.15 a 01.05.16	02.01.17 a 31.01.17	532-0
Daniely Lunardi	02.06.15 a 01.06.16	02.01.17 a 31.01.17	675-0
Eleni Pereira Schmitt	08.06.15 a 07.06.16	02.01.17 a 31.01.17	709-9
Elisandra Neu	09.06.15 a 08.16.16	02.01.17 a 31.01.17	678-5
Eni R. Wesner	24.05.15 a 23.05.16	02.01.17 a 31.01.17	268-2
Elisangela Trevisan	11.01.16 a 10.01.17	02.01.17 a 31.01.17	718-8
Everaldo Ceccon	11.17.15 a 10.07.16	02.01.17 a 21.01.17	548-7
Elisane Julci Vargas	22.02.16 a 21.02.17	02.01.17 a 31.01.17	724-2
Fabricio Scapin	01.07.15 a 30.06.16	02.01.17 a 31.01.17	685-8
Fabiane Ammes Morandini	01.04.15 a 31.03.16	02.01.17 a 31.01.17	514-2
Fernando Melchior	01.07.15 a 30.06.16	02.01.17 a 31.01.17	684-0
Fernanda Baldissera	01.04.15 a 31.03.16	02.01.17 a 31.01.17	512-6
Fabiana K. Thedesco Jung	01.04.15 a 31.03.16	02.01.17 a 31.01.17	520-7
Fernanda Borgheti	21.07.15 a 20.07.16	02.01.17 a 31.01.17	688-2
Fernando Kerkhoff	04.05.15 a 03.05.16	02.01.17 a 31.01.17	537-1
Gabriela Pagliarini	01.04.15 a 31.03.16	02.01.17 a 31.01.17	510-0
Gilmar Luiz Werlang	13.02.15 a 12.02.16	02.01.17 a 31.01.17	355-7
Hari Schmidt	13.02.15 a 12.02.16	12.01.17 a 31.01.17	353-0
Iracema Neckel	06.03.15 a 05.03.16	02.01.17 a 31.01.17	626-2
Josiane Serpa Bordin	06.05.15 a 05.05.16	02.01.17 a 31.01.17	536-3
Jucelani Poletti	17.12.14 a 16.12.15	02.01.17 a 31.01.17	589-4
Janete T. Diel Rossi	05.03.15 a 04.03.16	02.01.17 a 31.01.17	562-2
Jaime Omar Zimmermann	01.03.15 a 29.02.16	02.01.17 a 11.01.17	390-5
Leonir Simonetti	02.03.16 a 01.03.17	02.01.17 a 31.01.17	393-0
Marcio A Ribeiro dos Santos	17.03.15 a 16.03.16	02.01.17 a 31.01.17	627-0
Missiara Staudt	05.04.15 a 04.04.16	02.01.17 a 31.01.17	569-0
Marilei Salete Oliveira Horn	17.04.15 a 21.04.16	02.01.17 a 31.01.17	183-0
Marise Lucia Halberstadt	11.02.15 a 15.02.16	02.01.17 a 31.01.17	698-0
Marisete Chavier da Rosa	04.03.15 a 03.03.16	02.01.17 a 31.01.17	624-6
Marcia E. Dentee Schmidt	17.05.15 a 16.05.16	02.01.17 a 31.01.17	513-4

Nadir Machado de Souza	17.02.15 a 16.02.16	02.01.17 a 31.01.17	356-5
Neusa I. Werlang	01.02.16 a 31.01.17	02.01.17 a 31.01.17	39-6
Roseli Simone Jandt	03.09.15 a 02.09.16	02.01.17 a 31.01.17	160-0
Rosemeri Both Basso	04.01.16 a 03.01.017	02.01.17 a 31.01.17	716-1
Salete F. Zimmermann	02.03.16 a 01.03.17	02.01.17 a 31.01.17	394-8
Silene Seeling Reinehr	01.02.16 a 31.01.17	02.01.17 a 31.01.17	40-0
Sandra F. M. Steffler	07.02.16 a 06.02.17	02.01.17 a 31.01.17	180-5
Silvia Endler	20.04.16 a 19.04.17	02.01.17 a 31.01.17	344-1
Salete Escher	02.05.15 a 01.05.16	02.01.17 a 31.01.17	534-7
Sonia de Souza Gonçalves	01.07.15 a 30.06.16	02.01.17 a 31.01.17	681-5
Silvia S. M. Schwertz	01.02.15 a 31.01.16	02.01.17 a 31.01.17	38-8
Sirlei Cantele Schmitz	04.11.14 a 03.11.15	02.01.17 a 31.01.17	693-9
Traudi Arend Kerkhoff	09.04.15 a 08.04.16	02.01.17 a 11.01.17	564-9
Taciana T. Roman Fleck	11.01.16 a 15.07.17	02.01.17 a 16.01.17	720-0
Tatiane Ribeiro Lopes	01.07.15 a 30.06.16	02.01.17 a 31.01.17	682-3
Valdecir Senger	01.02.15 a 31.01.16	02.01.17 a 31.01.17	345-0
Vilmar Lubenow	01.08.15 a 31.07.16	02.01.17 a 21.01.17	156-2
Vera Lucia Cherizoli	02.03.16 a 01.03.17	02.01.17 a 31.01.17	392-1
Volmir Estevão Cecon	15.02.15 a 14.02.16	02.01.17 a 31.01.17	302-6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DOTROMBUDO

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO

ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2017

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no artigo 34 e seguintes da Lei Nº8.666/93, torna publico, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto junto ao Departamento de Compras e Licitações do município de Braço do Trombudo – SC, o Seguinte: O presente edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados para fins de habilitação de qualquer modalidade de licitação ou para contratação. O Edital na integra poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações no município de Braço do Trombudo – SC, ou pelo Site [WWW.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://WWW.bracodotrombudo.sc.gov.br), bem como mais informações que se fizerem necessárias, pelo 047 3547 0179.

Braço do Trombudo, 03 de janeiro de 2017

Nildo Melmestet – Prefeito Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DOTROMBUDO

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO

ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2017

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto no artigo 34 e seguintes da Lei Nº8.666/93, torna publico, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto junto ao Departamento de Compras e Licitações do município de Braço do Trombudo – SC, o Seguinte: O presente edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados para fins de habilitação de qualquer modalidade de licitação ou para contratação. O Edital na integra poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações no município de Braço do Trombudo – SC, ou pelo Site [WWW.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://WWW.bracodotrombudo.sc.gov.br), bem como mais informações que se fizerem necessárias, pelo 047 3547 0179.

Braço do Trombudo, 03 de janeiro de 2017

Nildo Melmestet – Prefeito Municipal

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 40/2016 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 40/2016 - SRP

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 40/2016. Processo licitatório 52/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento da proposta, foi declarada vencedora do certame:

EMPRESA	ITENS	R\$ VALOR
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DECOMBUSTÍVEIS LTDA CNPJ: 01.602.498/0001-25	1 e 2	830.840,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 03/01/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2017 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,7800	1
2	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,4400	1
3	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,0100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (77/22)		0	3,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017  
PROCESSO Nº 49/2016

(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 2 de Janeiro de 2017.



# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 11.517/2017

PORTARIA nº 11.517, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Christiane dos Santos da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora-Geral, Símbolo CC-III, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2016.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 7914/2016

DECRETO Nº. 7914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 559.500,00 (Quinhentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.64.55 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município

### PORTARIA Nº 11.519/2017

PORTARIA nº 11.519, 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nik Ângelo Imhof para ocupar o cargo de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

03.001 Procuradoria Geral do Município  
 0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 30.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

71.545-X	B.Brasil – Revitalização Rua Nova Trento	0.1.64.55	211.688,65
71.523-9	B.Brasil – Conv. Ponte Rio Branco	0.1.64.55	913.558,73
TOTAL GERAL			1.125.247,38

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	67.155,65
DDO à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	1.616,14
Restos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
TOTAL	0.1.64.55/0.3.64.55	68.771,79

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.64.55	1.056.475,59
Valor Utilizado Decreto nº 7859/2016	0.3.64.55	400.000,00
Valor a Utilizar	0.3.64.55	656.475,59

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretario de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/15

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 003/15 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME E A ASSOCIAÇÃO DOS TORCEDORES E COLABORADORES DO BRUSQUE FUTEBOL CLUBE, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais noventa dias, a contar de 01/01/2017. Pela FME, Ricardo Matias Knabben, Diretor. Pela Associação Dos Torcedores E Colaboradores Do Brusque Futebol Clube, Jonas Stange, Presidente. Data: 23 de dezembro de 2016

### PORTARIA Nº 001/2017 SAMAE

PORTARIA Nº 001/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

1) Exonerar, ADEMAR ELEUTÉRIO do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCIII, de Diretor Geral.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 002/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 002/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

- 1) Exonerar, ODAIR LINHARES do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCIV, de Assessor Jurídico.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 003/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 003/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

- 1) Exonerar, WILSON SCHMIDT JUNIOR do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CCV, de Coordenador.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 004/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 004/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

- 1) Exonerar, AUREO ONORATO DA LUZ do cargo de provimento em comissão, Padrão CCVI, chefe;
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brusque, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 005/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 005/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

- 1) Exonerar, IDELMAR JOSE SCOPEL do cargo de provimento em comissão, Padrão CCVI, chefe;
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.  
JULIANO MONTIBELLER  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA Nº 006/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 006/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

## RESOLVE

- 1) Exonerar, TEILON IMIANOWSKY do cargo de provimento em comissão, Padrão CCVI, chefe;
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.  
JULIANO MONTIBELLER  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA Nº 007/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 007/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

## RESOLVE

- 1) Exonerar, MARTA REJANE BOCHI DE OLIVEIRA do cargo de provimento em comissão, Padrão CCVI, chefe;
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.  
JULIANO MONTIBELLER  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA Nº 008/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 008/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º e Anexo V-E da Lei Complementar no 143, de 31 de agosto de 2009;

## RESOLVE

- 1) Nomear NILSON PEREIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CCIII, como Diretor Geral.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.  
JULIANO MONTIBELLER  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA Nº 009/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 009/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º e Anexo V-E da Lei Complementar no 143, de 31 de agosto de 2009;

RESOLVE

- 1) Nomear CÍCERO EDUARDO VISCONTI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Assessor Jurídico.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 010/2017 SAMAE**

PORTARIA Nº 010/2017

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º e Anexo V-E da Lei Complementar no 143, de 31 de agosto de 2009;

RESOLVE

- 1) Nomear CLAUDIO CESAR BERTOLINI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 03 de janeiro de 2017.

JULIANO MONTIBELLER

Diretor Presidente

SAMAE

# Caçador

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

**PORTARIA N.º 991, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA n.º 991, de 22 de dezembro de 2016.

Cessa efeitos da Portaria nº 907 de 13 de maio de 2016, que Designou a Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, para exercer a função gratificada

A DIRETORA PRESIDENTE E A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS

**RESOLVEM:**

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 907 de 13 de maio de 2016, que designou a Servidora Karen Fernanda Ribeiro para exercer Função Gratificada Referência FGR-1, no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidentes sobre seus vencimentos básicos e responder pelo setor de controle Interno, a contar do dia 31 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de dezembro de 2016

FERNANDA FIORELLI

DIRETORA PRESIDENTE

ÉDINA CARLA BRESSAN

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO IPASC

**PORTARIA N.º 992, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA n.º 992, de 22 de dezembro de 2016.

Cessa efeitos da Portaria nº 955 de 10 de outubro de 2016, que Designou a Servidora Andréia Rodrigues, para responder pelo setor de Tesouraria.

A DIRETORA PRESIDENTE E A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS

**RESOLVEM:**

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 955 de 10 de outubro de 2016, que designou a Servidora Andréia Rodrigues para responder pelo setor de Tesouraria do IPASC, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de dezembro de 2016

FERNANDA FIORELLI

DIRETORA PRESIDENTE

ÉDINA CARLA BRESSAN

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO IPASC

# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.196/2017

DECRETO N.º 3.196/2017

Altera o Decreto Municipal n.º 1.639, de 28 de maio de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 3º do Decreto Municipal n.º 1.639/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Procurador-Geral do Município será nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre advogados com mais de 30 (trinta) anos de idade, com conhecimento profundo nas áreas de administração pública, direito constitucional e tributário, exercendo a coordenação da Procuradoria Geral.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 10 do Decreto Municipal n.º 1.639/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

XVI - consultar depósitos judiciais via internet;

XVII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XVIII - efetuar resgates/aplicações financeiras;

XIX - efetuar transferências por meio eletrônico;

XX - efetuar transferências/pagamentos, por qualquer ME 06/01/2004;

XXI - endossar cheque;

XXII - receber ordens de pagamento;

XXIII - receber, passar recibo e dar quitação;

XXIV - retirar cheques devolvidos;

XXV - solicitar saldos e extratos;

XXVI - sustar/contrapor ordenar cheques.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.538/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de janeiro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 3.197/2017

DECRETO N.º 3.197/2017

Designa servidores responsáveis pelas movimentações bancárias do Município de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores ALEXSANDER SILVA BATISTA e DAYANA PACHECO GARCIA para a realização de movimentações eletrônicas bancárias, relativas ao Município, junto ao Banco do Brasil, ao Banco Bradesco S.A., à Caixa Econômica Federal, ao Banco HSBC - Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo e ao Holding Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., com assinaturas em conjunto, especialmente para as ações abaixo descritas:

I - ordens de Pagamentos para Fornecedores;

II - abrir contas depósito;

III - autorizar aplicação em fundos de investimento;

IV - autorizar aplicações financeiras;

V - autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;

VI - autorizar cancelamento de agendamento de resgate;

VII - autorizar cobrança;

VIII - autorizar débito em conta relativo a operações;

IX - autorizar outros débitos;

X - autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos;

XI - autorizar resgate de aplicações financeiras;

XII - baixar cheques;

XIII - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XIV - cancelar cheques;

XV - consultar contas/aplicações, programas, repasses e recursos;



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 08/2016 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016

EDITAL Nº 08/2016

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Concurso Público Municipal nº 002/2016

HOMOLOGA O RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016.

I – A Homologação do Resultado das Provas Escritas encontra-se no Anexo I deste edital.

II – Os recursos contra o resultado das provas escritas foram considerados improcedentes. Os pareceres encontram-se na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

III – Os candidatos APROVADOS na Prova Escrita, conforme Anexo I deste edital, ficam CONVOCADOS para a realização da PROVA DE TÍTULOS que será realizada de 04 a 06 de janeiro de 2017. Os Títulos deverão ser entregues das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min, no Serviço de Protocolo, Anexo Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, situado na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC. Os candidatos deverão utilizar o formulário do Anexo IV, do Edital de Abertura, nos termos do item 5.2 do referido edital.

IV – Mais informações poderão ser obtidas nos sites [www.premierconcursos.com.br](http://www.premierconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) (em caráter meramente informativo) ou pelo telefone de Plantão no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, Fone Celular 47 99942-5956, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min.

Campo Alegre/SC., 03 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI,  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

EDITAL Nº 08/2016

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Concurso Público Municipal nº 002/2016

Cargo:	PROFESSOR I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais)				
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Resultado
837	ADRIANA PREISLER	30	29,38	59,38	Aprovado
521	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	36	40,36	76,36	Aprovado
943	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	36	32,94	68,94	Aprovado
858	ALESSANDRA SUOMINSKI	30	44,02	74,02	Aprovado
530	ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO	18	25,62	43,62	Reprovado
622	ALINE SIQUEIRA	27	36,6	63,60	Aprovado
581	ANA CARLA MUEHLMANN	30	33,04	63,04	Aprovado
410	ANA CAROLINA BLODORN	24	32,94	56,94	Aprovado
877	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA CARVALHO	21	21,96	42,96	Reprovado
393	ANA CLAUDIA GROSSKOPF	21	29,38	50,38	Aprovado
330	ANA PAULA DRANKA TASCHEK	24	36,6	60,60	Aprovado
319	ANA SUFFEZ	21	18,3	39,30	Reprovado
153	ANDREA RIBEIRO BARBOZA	27	51,34	78,34	Aprovado
414	ANDREIA IDA SCHWEDLER	33	36,6	69,60	Aprovado
873	ANDRÉIA KIATKOSKI	27	32,94	59,94	Aprovado
154	ANDRESSA AUGUSTIN	36	47,68	83,68	Aprovado
26	ANDRESSA COELHO DE AVILA	33	44,02	77,02	Aprovado
564	ANELIZE TURECK	27	40,36	67,36	Aprovado
706	ANGELA MARIA DE SOUZA	15	36,7	51,70	Aprovado
396	ANGELA TEREZINHA PACHECO HITEL	27	25,62	52,62	Aprovado
373	ANIVERSINA LOPES AMORIM	27	36,7	63,70	Aprovado
570	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	33	40,36	73,36	Aprovado
888	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	27	36,6	63,60	Aprovado
225	CAMILA MIRANDA DA COSTA	36	32,94	68,94	Aprovado
611	CARLA ALEXANDRE BAGNHUK DA SILVEIRA	30	32,94	62,94	Aprovado
427	CARLA ANDREA VEIGA	27	32,94	59,94	Aprovado
479	CARLA EMANUELE SCHROEDER	30	40,36	70,36	Aprovado
617	CARMEM TEREZINHA KNORST ALVES PEREIRA	36	36,7	72,70	Aprovado

260	CAROLINA DA COSTA TELMA	33	44,02	77,02	Aprovado
284	CELIA CRISTINA QUEIROZ	27	33,04	60,04	Aprovado
582	CELINE FABIANE HINKE	33	51,34	84,34	Aprovado
710	CELMA PRYCILA DO PRADO	24	44,02	68,02	Aprovado
88	CHARLINE DE ANDRADE	30	33,04	63,04	Aprovado
309	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	27	47,68	74,68	Aprovado
832	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HUMMELGEN	27	29,28	56,28	Aprovado
640	CIRINEIA SOBCZAK CIRIACO	24	40,26	64,26	Aprovado
541	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	18	36,7	54,70	Aprovado
366	CLATIANE OSINSKI	30	29,28	59,28	Aprovado
380	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	27	40,36	67,36	Aprovado
90	CLEIA REIS	27	43,92	70,92	Aprovado
233	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH	33	40,36	73,36	Aprovado
101	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	15	40,36	55,36	Aprovado
652	CLEONICE ANDRADE DE OLIVEIRA	33	33,04	66,04	Aprovado
511	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO	24	36,6	60,60	Aprovado
502	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	24	32,94	56,94	Aprovado
739	CRISTIANE FONSECA DOS SANTOS LOURENÇO	39	40,36	79,36	Aprovado
810	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	27	36,7	63,70	Aprovado
351	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	24	47,68	71,68	Aprovado
846	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	21	14,64	35,64	Reprovado
199	CRISTINA WOTROBA	18	29,28	47,28	Reprovado
92	DAIANE NIESUKOWSKI	30	36,7	66,70	Aprovado
909	DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	18	32,94	50,94	Aprovado
485	DANIELLI GODESCKI GREIN	30	33,04	63,04	Aprovado
775	DARA MUNHOZ	18	32,94	50,94	Aprovado
218	DEONICE TEREZINHA ODA TELMA	39	36,7	75,70	Aprovado
232	DINACIR GERTLER DREVEK	30	29,28	59,28	Aprovado
610	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER	33	40,36	73,36	Aprovado
692	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	18	40,36	58,36	Aprovado
193	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	33	29,28	62,28	Aprovado
896	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	33	44,02	77,02	Aprovado
676	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	36	36,6	72,60	Aprovado
663	ELAINE MEYER BAUM	36	29,28	65,28	Aprovado
849	ELIANE HONORIO DA SILVA	27	40,26	67,26	Aprovado
447	ELISANGELA PATRICIA BRAND	33	40,36	73,36	Aprovado
245	ELISETE APARECIDA VAZ	27	36,7	63,70	Aprovado
925	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	30	44,02	74,02	Aprovado
819	ELSA MARIA VEIGA DE ALMEIDA	27	29,28	56,28	Aprovado
48	EMEANI GOEBEL	27	29,28	56,28	Aprovado
54	EMELYN SORAYA EHLKE	30	32,94	62,94	Aprovado
580	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	36	36,6	72,60	Aprovado
102	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	21	36,7	57,70	Aprovado
220	EVA SANDRA UHLIG	36	40,36	76,36	Aprovado
791	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	33	44,02	77,02	Aprovado
418	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	15	36,7	51,70	Aprovado
25	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	33	40,36	73,36	Aprovado
736	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	36	47,68	83,68	Aprovado
65	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	33	36,7	69,70	Aprovado
49	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	33	36,7	69,70	Aprovado
461	FERNANDA APARECIDA MATHIAS	36	44,02	80,02	Aprovado
443	FERNANDA CUBAS HÜBNER	30	40,36	70,36	Aprovado
912	FERNANDA RODRIGUES XAVIER	21	36,7	57,70	Aprovado
222	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	36	21,96	57,96	Aprovado
497	FRANCIANE APARECIDA DE CAMPOS BECKER	27	40,26	67,26	Aprovado
673	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	36	29,28	65,28	Aprovado
362	GABRIELE QUOST TABERT	33	29,38	62,38	Aprovado
192	GERSON ENGLER	15	32,94	47,94	Reprovado
901	GILIANE REGINA DE OLIVEIRA	30	36,6	66,60	Aprovado
742	GISELE DE FATIMA BATSITA	30	32,94	62,94	Aprovado
524	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	Aprovado
868	GLAUCI PADILHA	33	40,36	73,36	Aprovado
799	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	21	36,6	57,60	Aprovado
138	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	36	40,36	76,36	Aprovado

477	INEZ SILVANE NEPLL LISCZKOVSKI	18	36,7	54,70	Aprovado
813	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	24	29,38	53,38	Aprovado
536	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	21	36,7	57,70	Aprovado
435	IZABEL CRISTINA MONTEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
38	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEVICZ	30	36,6	66,60	Aprovado
738	JAMILE ALINE ALVES POCHAI	36	36,7	72,70	Aprovado
275	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	24	36,7	60,70	Aprovado
416	JANE KRAUZER LINZMEYER	21	40,26	61,26	Aprovado
415	JANETE POLINASKI FERREIRA	18	32,94	50,94	Aprovado
219	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	36	44,02	80,02	Aprovado
722	JAQUELINE DRANKA	36	36,7	72,70	Aprovado
148	JAQUELINE KRUGER DA ROSA	33	43,92	76,92	Aprovado
757	JENNIFER EMMERICH DE LIMA	21	40,36	61,36	Aprovado
618	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	36,7	57,70	Aprovado
662	JÉSSICA MOREIRA MARTINS	39	47,68	86,68	Aprovado
390	JESSICA RIBEIRO	18	29,28	47,28	Reprovado
734	JOCELEIA DALCANAL KIEM	24	40,36	64,36	Aprovado
402	JOICE HLAWATSCH	27	36,7	63,70	Aprovado
851	JOICE MARIA SCHULZE	24	32,94	56,94	Aprovado
620	JOSÉLIA DE F. DE OLIVEIRA	18	14,64	32,64	Reprovado
261	JOSI NEPPEL WOTROBA	36	40,36	76,36	Aprovado
406	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	39	36,7	75,70	Aprovado
690	JOSIANE PEREIRA GULIK	33	44,02	77,02	Aprovado
784	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS	21	18,3	39,30	Reprovado
112	JUÇARA MARIA PESCHEL	39	36,7	75,70	Aprovado
860	JULIA GRASIELA BORGES	30	43,92	73,92	Aprovado
10	JULIANE FERNANDES	36	36,7	72,70	Aprovado
802	JULIANE TANDLER	30	36,7	66,70	Aprovado
156	JULIANE WATTER DA SILVA	24	44,02	68,02	Aprovado
251	JUSSARA ANTUNES TIBES	30	36,7	66,70	Aprovado
392	JUSSARA PAIVA PAULA	30	44,02	74,02	Aprovado
359	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	30	44,02	74,02	Aprovado
644	KARIN HINKELDEY	30	47,68	77,68	Aprovado
332	KARINA DA COSTA HANSEN	27	36,7	63,70	Aprovado
181	KATIA VIESNIEWSKY	24	29,28	53,28	Aprovado
619	KEITY DE AVIZ	30	29,28	59,28	Aprovado
446	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	24	36,7	60,70	Aprovado
755	KETLIN LUDWINSKY	39	36,7	75,70	Aprovado
915	LAIANE BUENO BOAVENTURA	27	44,02	71,02	Aprovado
769	LAISLA CADENA BATISTA	30	32,94	62,94	Aprovado
205	LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES	30	36,7	66,70	Aprovado
95	LÉIA DE SILVA FELICIANO	30	21,96	51,96	Aprovado
687	LENI RODRIGUES	24	36,7	60,70	Aprovado
707	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	36	40,36	76,36	Aprovado
282	LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS	24	47,68	71,68	Aprovado
329	LISETE MATIOSKI LABAS	36	33,04	69,04	Aprovado
363	LISIANE DE FATIMA ALVES MACHADO PICKIUS	30	40,36	70,36	Aprovado
212	LUANA PEDROCHESKI	33	32,94	65,94	Aprovado
831	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	36	44,02	80,02	Aprovado
682	LUCENI DE ALMEIDA SANTOS	12	32,94	44,94	Reprovado
43	LUCIA DRYGLA MENDES	30	36,7	66,70	Aprovado
839	LUCIANE DAMAZIO FRANCO	33	33,04	66,04	Aprovado
559	LUCIANE KUIAVA	27	25,62	52,62	Aprovado
680	LUCIELI BATISTA	27	44,02	71,02	Aprovado
486	LUCILDA TEIXEIRA	36	36,7	72,70	Aprovado
911	LUCIMAR MINICOVSKI	27	43,92	70,92	Aprovado
52	LUISE BORSATO	27	36,6	63,60	Aprovado
638	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	30	44,02	74,02	Aprovado
630	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	33	21,96	54,96	Aprovado
772	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	33	47,68	80,68	Aprovado
460	MARCIA SEMPTICOWSKI	30	47,68	77,68	Aprovado
865	MARCIANE CABRAL	27	40,36	67,36	Aprovado
816	MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA	24	47,68	71,68	Aprovado
669	MARIA APARECIDA HUMMELGEN	27	40,36	67,36	Aprovado

315	MARIA CRISTINA BRANCO DA SILVA	21	32,94	53,94	Aprovado
747	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	21	44,02	65,02	Aprovado
779	MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA	39	47,68	86,68	Aprovado
240	MARIA ELIANE DE SOUZA LUIZ	33	40,26	73,26	Aprovado
817	MARIA IVONE WISCHRAL MADRUGA	15	21,96	36,96	Reprovado
741	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	27	29,28	56,28	Aprovado
473	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	Aprovado
298	MARIA SALLETE DE PAULA	24	33,04	57,04	Aprovado
689	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	33	40,36	73,36	Aprovado
301	MARIANA VEIGA	18	33,04	51,04	Aprovado
194	MARIDALVA FURTADO	18	36,7	54,70	Aprovado
322	MARILENE ANTONOVICZ	27	36,7	63,70	Aprovado
752	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	36	32,94	68,94	Aprovado
137	MARINES FERREIRA DE MELLO DO AMARAL	18	33,04	51,04	Aprovado
20	MARINEUSA FORTES	21	44,02	65,02	Aprovado
727	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	24	44,02	68,02	Aprovado
728	MARLENE DA ROSA TEIXEIRA KNOPIK	24	32,94	56,94	Aprovado
533	MARLI JANE RIBEIRO	27	25,72	52,72	Aprovado
493	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	24	29,28	53,28	Aprovado
469	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	36	44,02	80,02	Aprovado
906	MICHELI ZANETTI NEPPEL	27	36,6	63,60	Aprovado
613	NARDEN HABIB	33	40,36	73,36	Aprovado
307	NATALIA WOJCIECHOSKY	33	32,94	65,94	Aprovado
708	NELCI CLARICE SIRENA	33	40,36	73,36	Aprovado
405	NEUSA TEREZINHA CHUPEL	15	40,36	55,36	Aprovado
247	NÍLVIA LINDAURA DOS SANTOS CORRÊA	33	36,6	69,60	Aprovado
169	NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP	27	29,28	56,28	Aprovado
288	ODILA ANTUNES	24	44,02	68,02	Aprovado
633	PATRICIA BARBOZA DA SILVA	27	36,7	63,70	Aprovado
340	PATRÍCIA DE CAMPOS	30	32,94	62,94	Aprovado
871	PATRICIA DE OLIVEIRA	24	32,94	56,94	Aprovado
599	PATRICIA MACIEL CHICOUSKI DA CRUZ	27	36,7	63,70	Aprovado
70	PATRICIA SCHOFFEL	27	40,26	67,26	Aprovado
913	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	30	32,94	62,94	Aprovado
591	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	24	36,7	60,70	Aprovado
950	PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA	33	33,04	66,04	Aprovado
244	RAQUEL DAVID DOS SANTOS	30	36,7	66,70	Aprovado
279	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	30	32,94	62,94	Aprovado
683	REGIANE MARIA FAGUNDES TISCHNER	33	47,68	80,68	Aprovado
484	REGIANE ZILMA FUCKNER	33	36,6	69,60	Aprovado
45	REGINA GROSSKOPF	36	44,02	80,02	Aprovado
798	REGINA SOUZA DA COSTA GONÇALVES	21	32,94	53,94	Aprovado
9	RENATA SCHAADT	27	36,7	63,70	Aprovado
833	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	33	36,6	69,60	Aprovado
850	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA	30	44,02	74,02	Aprovado
509	ROSILANE HIRT	33	36,7	69,70	Aprovado
924	ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO	27	40,26	67,26	Aprovado
526	RUBIA PABST NEHLS	30	40,36	70,36	Aprovado
333	SABRINA MARIE ROSA	27	44,02	71,02	Aprovado
894	SAMUEL PENTEADO URBAN	36	44,02	80,02	Aprovado
576	SANDRA MARA LANG	30	36,6	66,60	Aprovado
671	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	30	33,04	63,04	Aprovado
135	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	39	40,36	79,36	Aprovado
546	SANDRA SCHWARZ	36	44,02	80,02	Aprovado
746	SHEILA CRISTINA MITS	27	36,7	63,70	Aprovado
84	SHEYLA SUCHOMEL ALVES	15	36,6	51,60	Aprovado
701	SILMARA BEAGALKE	24	29,38	53,38	Aprovado
910	SILNEIA LINHARES DE MORAES AGOSTINHAK	18	36,7	54,70	Aprovado
184	SILVANA ROHRBACHER	24	44,02	68,02	Aprovado
927	SILVANE ODA PRUSSAK	24	36,7	60,70	Aprovado
556	SILVANE RAMOS	24	33,04	57,04	Aprovado
459	SILVETE ROSENILDA DERINIEVICZ WOYECIESKOVSKI	27	32,94	59,94	Aprovado
936	SIMONE MICKUS	30	33,04	63,04	Aprovado
715	SIMONE SENN KUROVSKI	36	44,02	80,02	Aprovado

118	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	24	36,6	60,60	Aprovado
808	SOLANGE ERDMANN GROSSL	24	29,38	53,38	Aprovado
488	SOLANGE RIBEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
476	SOLANGE TERESINHA STREIT	33	36,7	69,70	Aprovado
409	SONIA BERNADO CORDEIRO	30	36,7	66,70	Aprovado
196	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	30	40,36	70,36	Aprovado
842	SUÉLI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	27	40,36	67,36	Aprovado
781	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	36	40,36	76,36	Aprovado
947	SUSI KELEN ALVES MARIANO	30	33,04	63,04	Aprovado
550	SUZIELLY DOS SANTOS MARTINS	33	47,68	80,68	Aprovado
422	TAIS BUBA KOTOVICZ	33	47,68	80,68	Aprovado
765	TATIANA PYKOSZ GNOINSKY	27	25,62	52,62	Aprovado
239	TATIANA REGINA BERTOLDI	21	40,36	61,36	Aprovado
491	TATIANE RESSEL	33	33,04	66,04	Aprovado
696	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	24	32,94	56,94	Aprovado
763	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	33	21,96	54,96	Aprovado
425	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	30	29,28	59,28	Aprovado
216	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	30	36,7	66,70	Aprovado
132	VANDERLEIA BUTHEVITZ	24	40,36	64,36	Aprovado
252	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	30	40,36	70,36	Aprovado
94	VANESSA BLASZKOVSKY	27	40,36	67,36	Aprovado
67	VANESSA LIMA AGAPITO	27	29,38	56,38	Aprovado
269	VANESSA MARIA MORAES	39	51,34	90,34	Aprovado
785	VANESSA MAURA BERTOLI RANK	24	40,36	64,36	Aprovado
776	VANESSA STAL BATISTA	33	36,7	69,70	Aprovado
32	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	36	40,36	76,36	Aprovado
848	VITORIA TELMA	21	40,36	61,36	Aprovado
684	VIVIAN KASZUBOWSKY	18	29,28	47,28	Reprovado
344	VIVIANE DE SOUZA	21	36,6	57,60	Aprovado
709	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEWICZ	33	36,6	69,60	Aprovado
267	WANESSA SCHROTH	27	40,36	67,36	Aprovado
Cargo:	PROFESSOR X (Professor de Ensino Religioso)				
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Resultado
243	CLEITON JESIEL DA MAIA	36	32,94	68,94	Aprovado

## EDITAL Nº 08/2016 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016

EDITAL Nº 08/2016

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Processo Seletivo Municipal nº 003/2016

HOMOLOGA O RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016.

I – A Homologação do Resultado das Provas Escritas encontra-se no Anexo I deste edital.

II – Os recursos contra o resultado das provas escritas foram considerados improcedentes. Os pareceres encontram-se na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

III – Os candidatos APROVADOS na Prova Escrita, conforme Anexo I deste edital, ficam CONVOCADOS para a realização da PROVA DE TÍTULOS que será realizada de 04 a 06 de janeiro de 2017. Os Títulos deverão ser entregues das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min, no Serviço de Protocolo, no Anexo Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, situado na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC. Os candidatos deverão utilizar o formulário do Anexo IV, do Edital de Abertura, nos termos do item 5.2 do referido edital.

IV – Mais informações poderão ser obtidas nos sites [www.premierconcursos.com.br](http://www.premierconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) (em caráter meramente informativo) ou pelo telefone de Plantão no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., Fone Celular 47 99942-5956, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 03 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI,



Prefeito Municipal

ANEXO I  
EDITAL Nº 08/2016  
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS  
Processo Seletivo Municipal nº 003/2016

FUNÇÃO: Professor I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais)					
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Resultado
838	ADRIANA PREISLER	27	21,96	48,96	Reprovado
117	ÁGATA FERNANDA DA SILVA	21	29,38	50,38	Aprovado
324	ALESSANDRA ALVES DA SILVA NAGEL	21	25,62	46,62	Reprovado
933	ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO	27	33,04	60,04	Aprovado
881	ALEXSANDRA APARECIDA NEGOCZEKI	18	18,3	36,30	Reprovado
547	ANDREIA BERTELLI MAIA	18	29,28	47,28	Reprovado
875	ANDRÉIA KIATKOSKI	27	18,3	45,30	Reprovado
155	ANDRESSA AUGUSTIN	21	36,7	57,70	Aprovado
714	ANGELA MARIA DE SOUZA	21	29,28	50,28	Aprovado
375	ANIVERSINA LOPES AMORIM	15	10,98	25,98	Reprovado
213	BRUNA CARDOSO DOS SANTOS	24	18,3	42,30	Reprovado
571	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	27	36,7	63,70	Aprovado
887	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	15	18,3	33,30	Reprovado
601	CARLA EMANUELE SCHROEDER	18	25,62	43,62	Reprovado
629	CATIA JOSIANE GROSSL PESCHEL	15	25,62	40,62	Reprovado
761	CÉLIA REGINA SIMIONI VARELA	21	21,96	42,96	Reprovado
584	CELINE FABIANE HINKE	18	29,38	47,38	Reprovado
96	CHARLINE DE ANDRADE	18	25,62	43,62	Reprovado
310	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	15	21,96	36,96	Reprovado
542	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	12	25,72	37,72	Reprovado
370	CLATIANE OSINSKI	27	25,62	52,62	Aprovado
607	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	33	29,28	62,28	Aprovado
103	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	24	25,62	49,62	Reprovado
501	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	18	25,62	43,62	Reprovado
807	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	12	25,62	37,62	Reprovado
350	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	27	36,7	63,70	Aprovado
844	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	12	21,96	33,96	Reprovado
539	DAIANE NIESUKOWSKI	21	29,38	50,38	Aprovado
82	DANIELE FERREIRA DA SILVA	9	25,62	34,62	Reprovado
774	DARA MUNHOZ	18	25,62	43,62	Reprovado
399	DENISE APARECIDA LEITE	21	25,62	46,62	Reprovado
231	DINACIR GERTLER DREVEK	21	33,04	54,04	Aprovado
558	DJENIFER CAMILA GREIPEL	18	21,96	39,96	Reprovado
693	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	18	22,06	40,06	Reprovado
195	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	18	21,96	39,96	Reprovado
527	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	18	33,04	51,04	Aprovado
835	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	21	25,62	46,62	Reprovado
666	ELAINE MEYER BAUM	30	21,96	51,96	Aprovado
788	ELIANE PEREIRA	15	21,96	36,96	Reprovado
885	ELISANGELA PATRÍCIA BRAND	30	25,72	55,72	Aprovado
518	ELIZANGELA NENEVE DEMARCHI	21	25,62	46,62	Reprovado
50	EMEANI GOEBEL	21	29,28	50,28	Aprovado
578	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	18	21,96	39,96	Reprovado
105	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	18	25,62	43,62	Reprovado
792	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	36	40,36	76,36	Aprovado
421	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	21	10,98	31,98	Reprovado
124	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	12	36,6	48,60	Reprovado
735	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	30	40,26	70,26	Aprovado
99	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	30	21,96	51,96	Aprovado
51	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	18	29,28	47,28	Reprovado
444	FERNANDA CUBAS HÜBNER	18	32,94	50,94	Aprovado
223	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	30	25,62	55,62	Aprovado
674	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	15	29,28	44,28	Reprovado
726	GEISI CRISTIANE EICHENDORF LOURENCO	15	25,62	40,62	Reprovado

960	GISELI BECKER WOHL	15	18,3	33,30	Reprovado
525	GISELE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	Aprovado
97	GRAZIELE FERREIRA DA SILVA EMER	24	29,28	53,28	Aprovado
478	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI	12	25,62	37,62	Reprovado
551	ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER	15	25,62	40,62	Reprovado
529	IVETE TELMA	21	21,96	42,96	Reprovado
39	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	12	21,96	33,96	Reprovado
504	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL.	36	36,7	72,70	Aprovado
289	JAQUELINE DA COSTA	21	21,96	42,96	Reprovado
621	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	32,94	53,94	Aprovado
495	JOCIMARA DETZ	21	29,38	50,38	Aprovado
37	JOICE FERREIRA DA CRUZ	12	25,62	37,62	Reprovado
408	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	15	32,94	47,94	Reprovado
590	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS	15	18,3	33,30	Reprovado
235	JUCELIA RIBAS DAS NEVES LOPES	12	21,96	33,96	Reprovado
11	JULIANE FERNANDES	18	40,26	58,26	Aprovado
158	JULIANE WATTER DA SILVA	21	40,36	61,36	Aprovado
758	JULLIANA DRANKA SILVEIRA	30	40,26	70,26	Aprovado
257	JUSSARA ANTUNES TIBES	15	21,96	36,96	Reprovado
432	JUSSARA PAIVA PAULA	18	21,96	39,96	Reprovado
360	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	27	25,62	52,62	Aprovado
926	KARINA CRISTINA DOS SANTOS	33	36,6	69,60	Aprovado
281	KATIA REGINA FARIAS	15	32,94	47,94	Reprovado
183	KATIA VIESNIEWSKY	30	32,94	62,94	Aprovado
587	LAIANE BUENO BOAVENTURA	15	29,28	44,28	Reprovado
941	LAVINIA PEREIRA	18	25,62	43,62	Reprovado
433	LÉIA DA SILVA FELICIANO	18	25,62	43,62	Reprovado
66	LETICIA BRUNELLO REIZER	24	32,94	56,94	Aprovado
356	LILIA HANSEN	15	33,04	48,04	Reprovado
718	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	24	29,38	53,38	Aprovado
378	LIRIANE FRIEDRICH STAHELIN	21	21,96	42,96	Reprovado
770	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	27	29,28	56,28	Aprovado
197	LUCI LEIDI ODIA	18	21,96	39,96	Reprovado
47	LUCIA DRYGLA MENDES	27	25,62	52,62	Aprovado
809	LUCIELI BATISTA	18	43,92	61,92	Aprovado
121	LUCIMAR ANDRÉA TOZO DA SILVA	21	29,28	50,28	Aprovado
931	LUCIMAR MINICOVSKI	24	25,62	49,62	Reprovado
854	LUCIMARA SOUZA PEREIRA	15	29,28	44,28	Reprovado
631	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	24	25,62	49,62	Reprovado
771	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	24	25,62	49,62	Reprovado
820	MARIA IVONE WISCHRAL MADRUGA	12	7,32	19,32	Reprovado
914	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	15	18,3	33,30	Reprovado
475	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	Aprovado
642	MARISA HATTENHAUER PERELLES	15	25,62	40,62	Reprovado
534	MARLI JANE RIBEIRO	18	14,64	32,64	Reprovado
600	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	27	14,64	41,64	Reprovado
471	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	33	44,02	77,02	Aprovado
44	MICHELE FERNANDES	15	14,64	29,64	Reprovado
828	MICHELE HACKBARTH CARLINI	18	29,28	47,28	Reprovado
872	MICHELE MAROS	24	7,32	31,32	Reprovado
616	NARDEN HABIB	27	33,04	60,04	Aprovado
8	NATASHA BEATRIZ MATOS	33	14,64	47,64	Reprovado
508	NELCI T IDALENCIO DETROZ	27	44,02	71,02	Aprovado
918	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	18	25,62	43,62	Reprovado
592	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	21	36,6	57,60	Aprovado
466	RAQUEL AP MARTINS	27	29,28	56,28	Aprovado
272	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	18	44,02	62,02	Aprovado
483	REGIANE ZILMA FUCKNER	24	18,4	42,40	Reprovado
834	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	18	25,72	43,72	Reprovado
187	ROGISELE PEREIRA SULIM	27	29,28	56,28	Aprovado
515	ROSILANE HIRT	21	36,6	57,60	Aprovado
352	RUBIA PABST NEHLS	18	40,36	58,36	Aprovado
335	SABRINA MARIE ROSA	24	21,96	45,96	Reprovado



870	SANDRA GISLAINE PEREIRA BONETTI	18	33,04	51,04	Aprovado
675	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	18	29,28	47,28	Reprovado
136	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	27	43,92	70,92	Aprovado
116	SILVANA PEREIRA DO ROSARIO CAMARGO	21	10,98	31,98	Reprovado
824	SILVANE BERTI GALKOWSKI	15	25,62	40,62	Reprovado
552	SILVANE RAMOS	30	36,6	66,60	Aprovado
325	SIMONE APARECIDA ALVES DA SILVA	21	25,62	46,62	Reprovado
938	SIMONE MICKUS	24	18,3	42,30	Reprovado
719	SIMONE SENN KUROVSKI	24	29,38	53,38	Aprovado
767	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	24	29,28	53,28	Aprovado
120	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	24	22,06	46,06	Reprovado
198	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	21	25,72	46,72	Reprovado
394	SUÉLI CASTILHO RODRIGUES	3	29,28	32,28	Reprovado
949	SUSI KELEN ALVES MARIANO	24	25,62	49,62	Reprovado
424	TAIS BUBA KOTOVICZ	30	29,38	59,38	Aprovado
292	TATIANE LATAUCZESKI	15	32,94	47,94	Reprovado
506	TATIANE MUEHLMANN TELMA	18	29,28	47,28	Reprovado
489	TATIANE RESSEL	18	33,04	51,04	Aprovado
697	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	18	14,64	32,64	Reprovado
426	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	18	25,62	43,62	Reprovado
217	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	21	33,04	54,04	Aprovado
569	VANDERLEIA BUTHEVITZ	21	29,28	50,28	Aprovado
256	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	21	36,7	57,70	Aprovado
787	VANESSA STAL BATISTA	27	29,28	56,28	Aprovado
33	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	24	33,04	57,04	Aprovado
754	VIVIANE CRISTINA LIEBL FISCHER	27	25,62	52,62	Aprovado
713	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ	15	25,62	40,62	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR II (Professor de Educação Física)					
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Resultado
593	ADRIANA NECZYPOR	30	14,64	44,64	Reprovado
151	ADRIELE CRISTINA FRANKE	15	22,06	37,06	Reprovado
163	ANDERSON HENNING	15	25,72	40,72	Reprovado
462	ANDREIK MICHEL WOLLNER	6	10,98	16,98	Reprovado
439	ANDREZA DA ROCHA	15	25,62	40,62	Reprovado
797	ANNIE EVELYN DE LIMA	18	14,64	32,64	Reprovado
114	BRUNA ANNIES	21	18,4	39,40	Reprovado
300	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	21	32,94	53,94	Aprovado
637	CARLOS FRANCISCO ONOFRE	15	25,62	40,62	Reprovado
166	CHEILA TATIANE WOLLNER	15	18,4	33,40	Reprovado
843	CRISTIAN CONDE DA CRUZ	18	18,3	36,30	Reprovado
17	CRISTIANE FLORIANI GASSNER	15	25,62	40,62	Reprovado
56	DALMIR	18	29,28	47,28	Reprovado
543	DJENIFFER NICOLLY MIRANDA VICENTE	18	25,62	43,62	Reprovado
645	GRASIELE DA SILVA	24	14,64	38,64	Reprovado
72	JANINE APARECIDA STELZNER	15	29,38	44,38	Reprovado
794	JÉSSICA CRISTINA WITT	21	29,38	50,38	Aprovado
146	JOÃO LINDOMAR BATISTA	18	25,62	43,62	Reprovado
450	JOSE LUIS CARVALHO	9	18,3	27,30	Reprovado
825	JOSEMAR LIMA DOS SANTOS	27	25,72	52,72	Aprovado
285	JULIANA MARIA PIRES DO PRADO	15	18,3	33,30	Reprovado
702	JULIANO FERREIRA	15	25,62	40,62	Reprovado
75	KELLY SACT	18	21,96	39,96	Reprovado
246	LEANDRO SIEWERT	21	21,96	42,96	Reprovado
358	LISLAYNE TERESINHA DE OLIVEIRA	24	10,98	34,98	Reprovado
579	LUAN DERIK CARLOS DE CASTRO	15	21,96	36,96	Reprovado
900	LUCAS DE FARIAS	24	32,94	56,94	Aprovado
795	MARCIEL SIQUEIRA	21	21,96	42,96	Reprovado
386	MÁRCIO OLIVEIRA DE SOUZA	27	33,04	60,04	Aprovado
815	MARCO AURELIO LEITE BASTOS	21	25,62	46,62	Reprovado
688	NEIDE APARECIDA VIEIRA	18	29,28	47,28	Reprovado
942	PAULO FELLIPE CIPRIANI	27	29,28	56,28	Aprovado

411	RECIERI LUIZ MARTINS	27	21,96	48,96	Reprovado
312	RODRIGO SCHROEDER	24	18,3	42,30	Reprovado
391	ROGÉRIO JORGE SCARPIM	30	21,96	51,96	Aprovado
341	SABRINA RUCKER RIBEIRO	12	29,38	41,38	Reprovado
395	SANTINO JUNIOR MACHADO	18	14,64	32,64	Reprovado
128	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	21	29,28	50,28	Aprovado
168	WILLIAM COTHOVISKY	30	29,38	59,38	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR III (Professor de Artes)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
780	ANDRESSA ALVES MARTINS	18	22,06	40,06	Reprovado
382	BIANCA ROSA	18	21,96	39,96	Reprovado
53	DANDARA NEIDERT	30	40,36	70,36	Aprovado
700	EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
34	JACQUELINE FURMANN COMARELLA	12	29,38	41,38	Reprovado
863	JULIA GRASIELA BORGES	18	21,96	39,96	Reprovado
81	LUANA JACIARA DE LIMA	18	33,04	51,04	Aprovado
304	SUELEN APARECIDA LISBOA	27	25,72	52,72	Aprovado
605	VALDIANE APARECIDA FUECKNER	12	25,62	37,62	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR IV (Professor de Inglês)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
505	ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI	24	29,38	53,38	Aprovado
144	DAIANA ROSA GOULARTE	33	25,72	58,72	Aprovado
19	GABRIELA ELENITA TURECK	36	36,7	72,70	Aprovado
293	GISELE KUBICHEN	21	14,64	35,64	Reprovado
822	JAINE GRABAS	24	29,28	53,28	Aprovado
648	KENNDRA RAFAELA RANDIG	21	29,28	50,28	Aprovado
250	MARCELE KIRSCHBAUER	33	25,62	58,62	Aprovado
764	MAYARA SCHUMACHER DA SILVA	18	21,96	39,96	Reprovado
14	RAFAELA BAIL	24	32,94	56,94	Aprovado
717	ROSANGELA HRUSCHKA	27	32,94	59,94	Aprovado
407	SONIA BERNADO CORDEIRO	18	40,36	58,36	Aprovado
377	SUELEN ELIZA VIER DREVECK	18	18,3	36,30	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR V (Professor de Língua Portuguesa)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
29	ANA PAULA MIRANDA	24	21,96	45,96	Reprovado
537	DIEGO EMANOEL DE OLIVEIRA	21	29,38	50,38	Aprovado
566	FERNANDA DE SOUZA	21	29,28	50,28	Aprovado
806	JÉSSICA LINZMEYER	18	25,72	43,72	Reprovado
948	JOSEFA MARIA DE ALMEIDA	24	18,3	42,30	Reprovado
186	LECIMARA DE ARAÚJO SANTOS	21	21,96	42,96	Reprovado
179	PATRICIA APARECIDA HACKE	18	25,62	43,62	Reprovado
703	SILVIA RAFAELE KERSCHER	9	21,96	30,96	Reprovado
185	TAINAN EDUARDO DE OLIVEIRA	15	33,04	48,04	Reprovado
361	TATIANE LABAS	18	25,72	43,72	Reprovado
670	TEREZINHA APARECIDA POTEICKI	18	18,3	36,30	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VI (Professor de Matemática)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
886	AMANDA BUGGENHAGEN PSCHIEDT	33	25,62	58,62	Aprovado
417	ANDRESSA ARNEMANN CANEPELE	27	32,94	59,94	Aprovado
429	BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK	39	32,94	71,94	Aprovado
803	DENISE ESTELA ROHDE	30	25,72	55,72	Aprovado
535	GABRIELA TIBES BUENO	24	18,3	42,30	Reprovado
568	JESSICA ALAUANA DOS PASSOS	36	33,04	69,04	Aprovado
190	JOÃO ALVES FILHO	33	14,64	47,64	Reprovado
238	JOCIMEIA DE FREITAS BISPO MAZZETTO	9	18,3	27,30	Reprovado
400	KARINA ZIGOVSKI	24	21,96	45,96	Reprovado

211	LUCAS PSCHIEDT	33	29,28	62,28	Aprovado
603	LUSMARI LEVERMANN MOREIRA	30	25,62	55,62	Aprovado
437	MARIA INÊS PEREIRA DE MELO	33	18,3	51,30	Aprovado
898	MARLI CARNEIRO NASCIMENTO RADZINSKI	33	25,72	58,72	Aprovado
583	MIGUEL LUCAS GREIN	21	32,94	53,94	Aprovado
290	NIVALDO WILLIAM SOARE BUENO	21	14,64	35,64	Reprovado
145	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	27	36,7	63,70	Aprovado
46	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	24	25,62	49,62	Reprovado
531	TIAGO LOPES RODRIGUES	36	32,94	68,94	Aprovado
12	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	18	21,96	39,96	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VII (Professor de Ciências)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
258	ELIANE DE CÁSSIA KUBIAKI MACHADO	24	18,3	42,30	Reprovado
647	ISABEL SUCZEK	15	14,64	29,64	Reprovado
790	JÉSSICA JACQUELINE BRÜSKE SEIFFERT	24	18,4	42,40	Reprovado
589	LUCIANE GUNTHER	18	14,64	32,64	Reprovado
786	LUCIANE VIELGOCZ	15	14,64	29,64	Reprovado
308	LUCIANE WOJCIECHOSKY	24	18,3	42,30	Reprovado
691	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	30	18,3	48,30	Reprovado
836	PRISCILA PRIES SCHULZ	18	10,98	28,98	Reprovado
430	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	33	22,06	55,06	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VIII (Professor de Geografia)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
131	CLAUDIO FERNANDO ZESZOTKO	30	29,28	59,28	Aprovado
42	EVANDRO DOS SANTOS DE PAULA	18	21,96	39,96	Reprovado
472	MIRIAN CARVALHO DA SILVA	15	25,62	40,62	Reprovado
296	TANIA KORNATZKI	24	29,28	53,28	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR IX (Professor de História)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
699	ABDIEL PELIZZARI MAGNUS	24	36,6	60,60	Aprovado
513	ANDRÉ JUCINEI BARBOSA	12	18,3	30,30	Reprovado
57	CAMILA MICHELE WACKERHAGE	9	25,62	34,62	Reprovado
83	DIEGO JOSE ANDRADE DE OLIVEIRA	21	10,98	31,98	Reprovado
793	GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI	24	32,94	56,94	Aprovado
737	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	24	40,36	64,36	Aprovado
773	JAIR BOETTGER MOTA	24	33,04	57,04	Aprovado
760	JOSIAS GERALDO PINHEIRO	24	33,04	57,04	Aprovado
540	JULIANA PIAZ KOCAN	18	32,94	50,94	Aprovado
165	LARISSA KAIANE CIDRAL MOREIRA	15	29,28	44,28	Reprovado
866	LUANA FARIAS	27	33,04	60,04	Aprovado
649	MAIKE CRISTIANO PEZZINI	24	25,62	49,62	Reprovado
643	MARILEI AMARANTE	21	18,3	39,30	Reprovado
876	MATHEUS JOSÉ HAMANN	21	18,3	39,30	Reprovado
921	RAFAEL HIRT	24	36,6	60,60	Aprovado
62	RICOBERT JOHANSON JUNIOR	15	21,96	36,96	Reprovado
847	SAMUEL FISCHER	15	29,38	44,38	Reprovado

# Campos Novos

## PREFEITURA

### CONTRATO 19/2016 ELEVADORES OTIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2016  
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA 2017  
CONTRATO ORIGINAL Nº 15/2016

Contrato Público Administrativo, que entre si fazem o FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, através do Município de Campos Novos, inscrita no CNPJ nº 74.097.114/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Nelson Cruz, e a empresa, ELEVADORES OTIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.739.737/0001-02, por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, tem entre si certo e ajustado a celebração deste termo e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Mediante necessidade, a Fundação Cultural Camponovense resolve prorrogar prazo de vigência do contrato original nº 15/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de abril de 2017, para MANUTENÇÃO DO ELEVADOR INSTALADO NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Campos Novos, 26 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

ELEVADORES OTIS LTDA  
CNPJ nº 29.739.737/0001-02

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### EDITAL Nº 001/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017 ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS-SC

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2017  
DE 03 DE JANEIRO DE 2017

ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro, Campos Novos-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve abrir inscrições e estabelecer normas para a realização do Processo Seletivo para a contratação de servidores em caráter temporário e emergencial, para o quadro de pessoal no âmbito da Administração Municipal.

O Processo Seletivo será regido por este Edital e executado pela Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC, localizada na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, Fone/Fax: (49) 3541-0855 site [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e e-mail: [amplasc@amplasc.org.br](mailto:amplasc@amplasc.org.br), entidade associativa sem fins lucrativos da qual o Município de Campos Novos - SC é membro integrante.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA DOS VENCIMENTOS E DO REGIME JURÍDICO.

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital, e dentro do prazo de validade.

1.2. Os cargos objeto deste Processo Seletivo são os descritos na tabela do Anexo I:

1.3. A escolaridade exigida deverá ser comprovada no ato da posse no cargo.

1.4. O Processo Seletivo objeto deste Edital será constituído de prova teórica de caráter eliminatório e classificatório.

1.5. A escolaridade, vagas e condições de habilitação exigidas são as constantes na tabela do ANEXO I:

1.6. No caso de não preenchimento das vagas descritas no ANEXO I do presente edital por candidatos com escolaridade/habilitação descritas nas respectivas vagas, serão abertas as vagas para candidatos não habilitados desde que comprovem a frequência de, no mínimo, 5 (cinco) fases/períodos do curso correspondente à vaga exigida.

1.7 Os cargos a ser contratados se submeterão ao regime Estatutário e adotarão o sistema do regime geral da previdência social.

2. DAS INSCRIÇÕES.

**2.1. DA PARTICIPAÇÃO:**

2.1.1. A participação do candidato no Processo Seletivo iniciar-se-á pela sua inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

2.1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação de todas as condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, eventuais alterações e demais instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento. É dever do candidato manter-se informado e atualizado de todas as comunicações e publicações inerentes ao certame.

2.1.3. O candidato somente poderá inscrever-se para concorrer a um único cargo.

**2.2. CONDIÇÕES PARA POSSE:**

2.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de ter nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 13 do Decreto 70.436 de 18/04/1972;

2.2.2. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.2.3. Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino) e eleitorais;

2.2.4. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.

2.2.5. Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo que venham a ser divulgados;

2.2.6. Ter a escolaridade exigida para o cargo público até o ato da posse, conforme dispõe o presente Edital.

2.2.7. No caso de o candidato já ser aposentado, será observado as disposições do § 10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 em que é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

**2.3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO:**

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas exclusivamente através da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br), clicando no banner "PROCESSOS SELETIVOS/CONCURSOS – Para realizar sua inscrição clique aqui", que redireciona o candidato para o site <http://amplasc.listaeditais.com.br>. Preencher o formulário de cadastro solicitado, efetuar a inscrição para o cargo que desejar e imprimir o boleto para pagamento, até o prazo de vencimento.

2.3.2. A Prefeitura Municipal de Campos Novos designará um agente, na sede da prefeitura (ou outro local), para orientação dos candidatos sob eventuais dúvidas ou dificuldades quanto às inscrições, ou caso necessite auxílio para realizar sua inscrição.

2.3.3. As taxas de inscrição para os cargos públicos será de R\$ 100,00 (cem reais);

2.3.4. A inscrição somente será efetivada após o pagamento da respectiva taxa que deverá ser efetuado única e exclusivamente através do pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, até o vencimento do mesmo.

2.3.5. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica ou incompleta nos dados da inscrição; por falta de pagamento da taxa de inscrição; por pagamento da taxa após o vencimento; por realizar segunda inscrição, o que cancelará a primeira inscrição; por não comprovação de condições para isenção da taxa de inscrição ou comprovação de possuir necessidades especiais, ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade.

2.3.6. Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência, ou por qualquer outro meio, senão o estipulado no item 2.3.1.

2.3.7. O candidato é inteiramente responsável pela fidedignidade e correção das informações prestadas por qualquer meio e por elas responderá administrativa, civil e penalmente, responsabilizando-se ainda pelas informações prestadas por procurador por ele constituído.

2.3.8. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, permitido, entretanto, realizar nova inscrição, ato que cancela automaticamente as inscrições anteriores. O candidato deverá comunicar o Município de Campos Novos a mudança de endereço ou de contatos realizada após a inscrição, que poderá ser feito por correspondência registrada ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

2.3.9. A taxa de inscrição gerada por boleto vinculado e paga pelo candidato não será restituída, compensada, transferida ou aproveitada para nova inscrição, mesmo que o candidato desista expressamente ou realize nova inscrição. Somente poderá ser restituída a taxa de inscrição em caso de cancelamento do Processo Seletivo por conveniência da Prefeitura Municipal de Campos Novos ou por decisão judicial transitada em julgado.

2.3.10. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente, e não será, sob qualquer hipótese, restituída, compensada, transferida ou aproveitada a taxa de inscrição anteriormente paga.

2.3.11. O candidato é única e inteiramente responsável pelos dados cadastrais informados no ato da inscrição, mesmo que realizada por procurador. Cabe ao candidato ou procurador conferir seus dados antes de concluir a inscrição, momento em que aceita expressamente as condições do edital.

2.3.12. A inveridicidade de declaração apresentada na inscrição ou em qualquer documento apresentado ao Município de Campos Novos, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Certame, mesmo que após a homologação do respectivo Processo Seletivo.

**2.4 DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

2.4.1. Os doadores de sangue interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição os comprovantes que demonstrem 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição, ou seja, 3 doações entre os dias 31/01/2016 e 29/01/2017.

2.4.2. Os Doadores de medula óssea interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento como doador de Medula Óssea.

2.4.3. Os candidatos que forem membros da família de baixa renda, cuja renda per capita seja inferior a meio salário mínimo, nos termos do Decreto n. 6.135 de 2007, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007) ou pessoas hipossuficientes, e ainda aqueles que recebam o Bolsa Família, interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação.

2.4.4. Os candidatos que desejam ser beneficiados com isenção da taxa de inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico exclusivamente pelo sistema de inscrição, as devidas comprovações documentais exigidas, para fins de homologação da inscrição, sem a qual, a inscrição será indeferida.

2.4.5. A não comprovação das condições de isenção no prazo e forma estipulados tornará a inscrição do candidato inapta, exceto se este



opte pelo pagamento da referida taxa de inscrição, desde que dentro do prazo e nas condições gerais do edital.

### 3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e na Legislação Local, é assegurado às pessoas portadores de necessidades especiais, consideradas aquelas constantes no Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04, o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, na proporção mínima de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.2. Somente serão consideradas como pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

3.3. O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de necessidade especial, em sendo aprovado no Processo Seletivo, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação, também observado a ordem de classificação.

3.4. O candidato portador de necessidade especial, que no ato da inscrição não declarar ou não comprovar ser portador de necessidades especiais, perderá o direito de concorrer nesta condição, e também das condições especiais para realização das provas.

3.5. Os portadores de necessidades especiais, quando da escolha da vaga, poderão, a critério da Prefeitura Municipal de Campos Novos, ser submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de necessidade especial ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados no Processo Seletivo deverão comparecer à perícia médica marcada pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, a qual emitirá laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da doença.

3.7. Caso o resultado da perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo ou que a deficiência apresentada não se enquadre nos casos dispostos nos decretos 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o candidato não será admitido, acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições, passando a concorrer em iguais condições aos demais candidatos.

3.8. Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições necessárias a participação deste Processo Seletivo, participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

3.9. Os candidatos que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo por meio de requerimento escrito dirigido ao Município de Campos Novos, acompanhado de atestado médico específico com indicação da CID, sob pena de perda do direito, impreterivelmente até o término do prazo da inscrição, indicando claramente os recursos especiais necessários para a realização das provas. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade, após análise da comissão de acompanhamento do Processo Seletivo. O pedido será avaliado e julgado, deferindo ou indeferindo o pleito.

3.10. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de necessidade especial na realização das provas, ou na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo, não sendo, sob qualquer hipótese admitida.

3.11. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo ou função.

3.12. No ato da inscrição ou até a data do encerramento desta, o candidato que alegar ser portador de necessidades especiais deverá comprovar tal condição mediante atestado médico com indicação da CID, devendo o profissional que o emitir anotar todas as determinações decorrentes de lei.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela Administração Municipal de Campos Novos. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos portais eletrônicos da AMPLASC, [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e da Prefeitura Municipal de Campos Novos, [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou pelo link <http://amplasc.listaeditais.com.br>.

4.2. O candidato cujo nome não constar na relação preliminar de inscritos poderá interpor recurso online, conforme prazos constantes do cronograma, por meio do sistema de inscrição.

### 5. DAS PROVAS

5.1. A prova escrita para todos os cargos públicos será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 1 (uma) estará correta, versando sobre os conteúdos minimamente constantes no conteúdo programático orientador Anexo do presente edital.

5.1.1. A prova escrita para os cargos públicos constituirá de:

a) Questões de Conhecimentos Específicos: 20 (vinte e cinco) questões, valendo 0,40 cada.

b) Questões de Língua Portuguesa: 05 (cinco) questões valendo 0,40 cada;

5.1.2. A prova será realizada na Escola de Educação Básica Paulo Blasi, sita à Rua Coronel Pedro Carlos, nº 803, Centro, Campos Novos – SC.

5.1.3. A prova escrita será realizada no dia 29 de janeiro de 2017, e terá duração total de 3 (três) horas.

5.1.4. As provas terão início às 09:00 horas e término às 12:00 horas, e início às 14:00 horas e término às 17:00 horas, conforme os cargos, de acordo com a divulgação em edital na data da homologação das inscrições.

5.1.5. Os Portões serão fechados, no período matutino, às 08:45 horas, e no período vespertino, às 13:45 horas, horário limite para ingresso do candidato no recinto.

5.1.6. Os candidatos deverão acompanhar as publicações para verificarem em qual turno prestarão a prova, o que será divulgado com a homologação das inscrições.

5.2. O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova até 30 minutos antes do início das provas portando documento oficial de identificação com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente. Caso descumpra o estipulado, será o candidato sumariamente eliminado do Processo Seletivo.

5.3. Caso no dia de realização das provas o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento original de identificação com foto, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova. Não será aceito cópia de documento original de identificação com foto, ainda que autenticada.

5.3.1. A não apresentação de documento original de identificação com foto impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do Processo Seletivo.

5.3.2. O candidato declara expressamente que concorda em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, a qualquer momento e em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar fraude e manter a lisura do certame.

5.4. No dia de realização da prova não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação da prova informações referentes ao conteúdo da prova.

5.5. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celular, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Não será permitido no local de prova alimentos, bebidas (sendo permitido apenas água envasada em recipiente transparente), bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

5.6. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados antes do candidato acessar a prova e guardados, conforme orientação dos fiscais.

5.7. Caso algum candidato se negue a desligar o aparelho celular, será eliminado da prova e do processo, lavrando-se em ata de sala a ocorrência do fato.

5.8. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 5.5., 5.6. e 5.7. do presente edital, bem como o uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar a prova, até o momento em que o candidato entregar a sua prova escrita, implicará na atribuição de nota 0 (zero) e na eliminação automática do Processo Seletivo, mesmo que a prova seja entregue/realizada.

5.9. Não haverá, em qualquer hipótese segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) da prova escrita que contenha(m):

a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);

b) Mais de uma opção de resposta assinalada, mesmo que parcialmente;

c) Espaço(s) não assinalado(s) no gabarito de respostas;

d) O gabarito de respostas preenchido fora das especificações contidas no mesmo.

e) No gabarito será permitida somente e exclusivamente a identificação do candidato pelo número fornecido pelos fiscais da prova no cartão de identificação. Não poderá haver nenhuma outra forma de identificação do candidato, como por exemplo, nome, apelido, símbolo, sinal, marca, dobradura, etc. Caso se identifique, será eliminado o candidato.

5.11. As letras correspondentes às respostas assinaladas nas questões da prova escrita objetiva, deverão ser transcritas (marcadas) no cartão respostas com o tipo de marcação determinados no caderno de provas, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul de material transparente.

5.12. A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão de respostas, independente do assinalado no caderno de provas.

5.13. O candidato, ao concluir a sua prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala o caderno de prova e o cartão de respostas totalmente preenchido, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.14. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por pelo menos um fiscal, e somente depois de transcorrido uma hora do seu início.

5.15.1. Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e retirar-se do local simultaneamente.

5.16. A Prova Escrita - PE será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) decimais, sem arredondamento.

5.17. A Nota Final-NF será a Nota da Prova Escrita-NPE, representada pela equação abaixo:

$NF = NPE$

5.18. O candidato poderá obter cópia do caderno de provas a partir do primeiro dia útil após a realização das provas escritas, bastando solicitá-lo à AMPLASC.

5.19. O caderno de provas original permanecerá arquivado para futuras consultas ou requisições de quem de direito, e não será entregue ao candidato.

5.20. O gabarito provisório das provas será divulgado na Internet no endereço eletrônico [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) a partir das 19:00 horas do dia da realização da prova.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. Os candidatos serão classificados por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida.

6.2. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), considerados os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso (possuir idade igual ou superior a 60 anos completos), nos termos do art. 1º, da mencionada Lei.

a) candidato mais velho, considerado ano, mês e dia de nascimento, para candidatos com mais de 60 anos de idade;

b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;

c) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;

d) tiver idade mais elevada.

e) Sorteio público.

6.3. Para o desempate dos candidatos não amparados pelo Estatuto do Idoso (candidatos com menos de 60 anos de idade), será considerado, sucessivamente, o seguinte critério:

a) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;

b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;

c) tiver idade mais elevada.

d) Sorteio público.

6.4. O candidato que obtiver nota final inferior a 5 (cinco) será considerado desclassificado.

6.5. Ao Prefeito Municipal de Campos Novos compete a homologação do resultado final do Processo Seletivo com a publicação da listagem



dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

## 7. DO RESULTADO

7.1. O Resultado do Processo Seletivo e todas as suas etapas serão divulgados por meio dos endereços eletrônicos [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) no portal dos concursos e processos seletivos e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e/ou no Mural da Prefeitura Municipal de Campos Novos, e, ainda, se for o caso, em outros meios de publicação.

## 8. DA NOMEAÇÃO

8.1. As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação e necessidade da administração.

8.1.1. Quando houver mais de uma opção de carga horária disposta para o cargo, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

8.2. O candidato aprovado e classificado será convocado através de correspondência, pessoalmente ou por meio de edital de chamada pública.

8.3. O candidato que não se apresentar até a data, local e horário estabelecido conforme convocação será reclassificado para o último lugar da lista, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, mediante comprovação através de perícia médica, situação em que o candidato será alocado à vaga imediatamente subsequente à sua classificação. No caso de impossibilidade de assumir a vaga, o candidato ou seu representante legal deverá protocolar em no máximo 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, requerimento junto ao departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

8.4. O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto será reclassificado para o último lugar da lista de classificação sendo convocado o candidato subsequente.

8.5. Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pela Administração Municipal de Campos Novos observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido na legislação vigente.

8.6. O laudo médico quando solicitado para a posse no cargo público deverá ser expedido por médico indicado pela Administração Municipal de Campos Novos.

8.7. O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

8.8. O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.

8.9. O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.

8.10. A indicação de condição "inapto" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no Processo Seletivo.

8.11. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático e imediato no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos. A admissão é de competência da Administração Municipal, dentro das necessidades e conveniência administrativas e dentro do período de validade do Processo Seletivo, que será de 2 (dois) anos, observada a ordem de classificação dos candidatos e o número de vagas ofertadas.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso:

- a) quanto às inscrições indeferidas;
- b) quanto ao gabarito/questões da prova;
- c) quanto a soma da pontuação.

9.1.1. O prazo decadencial para se impetrar os recursos são os constantes no cronograma do Processo Seletivo.

9.2. Os candidatos que desejarem interpor recurso, nos prazos estabelecidos neste edital, deverão fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://amplasc.listaeditais.com.br>, acessando a "ÁREA DO CANDIDATO" mesmo local onde o candidato realizou a inscrição on-line. O candidato será direcionado para o endereço <http://amplasc.areadocandidato.com.br/login>, informará seu CPF e sua senha, redigirá seu recurso e enviará pelo próprio aplicativo.

9.2.1. A decisão exarada poderá ser consultada no mesmo local do protocolo dos recursos, na "ÁREA DO CANDIDATO".

9.2.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser enviado eletronicamente conforme estabelecido no item 9.2;
- b) ser preenchido e enviado conforme orientação do sistema;
- c) possuir obrigatoriamente os itens abaixo:

I- Descrição dos fatos, descrevendo o fato ocorrido que levou o candidato à interpor recurso.

II- Fundamentação, apontando claramente, com argumentação lógica e consistente no corpo da descrição (não descrever em arquivo como anexo) o motivo pelo qual pretende: deferimento da inscrição; anulação/correção do gabarito; ou, recontagem da pontuação.

III- Pedido, descrevendo clara e objetivamente o pedido (deferimento da inscrição; anulação de questão; correção do gabarito; recontagem de pontos; etc.)

d) ser tempestivo, ou seja, protocolado/enviado nos prazos do edital.

9.3. Os recursos que não possuírem claramente a I- Descrição dos fatos; II- Fundamentação; e, III- Pedido, de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.4. A banca examinadora e a comissão do Processo Seletivo, conforme for o caso, deferirão ou indeferirão o recurso.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telefone, e-mail, fac-símile, por meio postal, ou outros meios, que não o especificado acima, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

9.6. No caso de erro de publicação na indicação da resposta de uma questão no gabarito, ou erro na formulação da questão, o gabarito poderá ser corrigido e republicado, bem como poderá ser anulada a questão, de ofício.

9.7. Em caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

## 10. DA COMPETÊNCIA.

10.1. Delega-se competência à AMPLASC para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir a prova escrita;

- b) apreciar os recursos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- e) atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- f) definir regras e procedimentos gerais para aplicação das provas.

#### 10.2. Compete à Administração Municipal de Campos Novos:

- a) Ceder o local de realização das provas.
  - b) Efetuar a Publicação na Imprensa Oficial de todos os atos e editais necessários.
- #### 10.3. Compete à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nomeada pelo Município:
- a) Fiscalizar a execução de todas as etapas do Processo Seletivo;
  - b) Prestar informações, dentro de sua competência;
  - c) Prestar auxílio à executora, naquilo que for solicitado.
  - d) Apreciar requerimentos de isenção de taxa de inscrição.
  - e) Apreciar o pedido de condições especiais para realização da prova, deferindo ou indeferindo.

### 11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este edital, é o da Comarca de Campos Novos - Estado de Santa Catarina.

### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Processo Seletivo será válido por até 2 (dois) anos, a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal de Campos Novos.

12.2. Será aceito pedido de reclassificação para o último lugar entre os aprovados, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse quando convocado.

12.3. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata e automática no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos. A nomeação e a posse serão realizadas dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal de Campos Novos.

12.4. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) negar-se a cumprir determinações dos fiscais do Processo Seletivo ou descumprir as regras contidas neste Edital.
- f) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

12.5. A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. O Edital na sua íntegra será publicado nos endereços eletrônicos [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br).

12.7. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

12.7.1. Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e/ou seus cuidadores, a não ser lactantes.

12.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo e pela AMPLASC.

Campos Novos – SC, 03 de janeiro de 2017.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

### CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Período de Recebimento das Inscrições e dos pedidos de isenção	De 04 de janeiro de 2017 até às 18:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017
Divulgação Preliminar das Inscrições	25 de janeiro de 2017
Recurso quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	26 de janeiro de 2017
Resposta aos Recursos quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	27 de janeiro de 2017
Homologação das Inscrições	27 de janeiro de 2017
Prova período matutino	29 de janeiro de 2017, das 09h00 às 12h00 Fechamento dos portões: 08h45
Prova período vespertino	29 de janeiro de 2017, das 14h00 às 17h00 Fechamento dos portões: 13h45
Divulgação do Gabarito	29 de janeiro de 2017, às 19:00 horas
Recursos quanto ao gabarito/questões	30 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017

Resposta aos recursos quanto ao gabarito/questões	08 de fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nº identificação)	08 de fevereiro de 2017
Identificação Pública – Abertura cartões de identificação na Câmara de Vereadores	09 de fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nomes)	10 de fevereiro de 2017, às 19:00 horas
Recurso quanto contagem da pontuação	11 de fevereiro de 2017 à 13 de fevereiro de 2017
Resposta aos recursos quanto contagem da pontuação	14 de fevereiro de 2017
Resultado Final	14 de fevereiro de 2017

## ANEXO I

BARRA DO LEÃO – E.M.E.F. ANDRÉ REBOUÇAS					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
1	Professor de Educação Infantil	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia
2	Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia
3	Professor Língua Portuguesa	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Letras
4	Professor de Matemática	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Matemática
5	Professor de Espanhol	01	10 h	545,64	Licenciatura em Língua Espanhola.
6	Professor de Educação Especial	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Especial.
7	Professor de Educação Física	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Educação Física.
8	Professor de Ensino Religioso	01	10 h	545,64	Licenciatura em Ciências da Religião.
9	Professor de História	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em História.
10	Professor de Geografia	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Geografia.
11	Professor de Ciências	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.
12	Professor de Inglês	01	30 h	1.091,29	Licenciatura em Letras – Inglês.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

IBICUI – CEIM PROFª AUDETE PAZ ANTUNES					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
13	Professor de Educação Infantil	01 04	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

BELA VISTA - CEIM MENINO JESUS					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
14	Professor de Educação Infantil	03	40 h	2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

ASSENTAMENTO 30 DE OUTUBRO - CEIM CAMPO FELIZ					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
15	Professor de Educação Infantil	01 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

ENCRUZILHADA - CEIM RAIOS DE LUZ					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
16	Professor de educação infantil	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia

PINHAL PRETO - CEIM VIVENDO E APRENDENDO					
--	--	--	--	--	--

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
17	Professor de Educação Infantil	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia

## PERÍMETRO URBANO – CAMPOS NOVOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
18	Professor de Educação Infantil	06 104	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia
19	Professor de Educação Especial	06 09	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Educação Especial.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

## PERÍMETRO URBANO – CAMPOS NOVOS - ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
20	Professor Língua Portuguesa	02	10 h	545,64	Licenciatura em Letras.
21	Professor de Matemática	02 02	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Matemática.
22	Professor de Espanhol	01 01	10 h 20 h	545,64 1.091,29	Licenciatura em Língua Espanhola.
23	Professor de Educação Física	05	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Física.
24	Professor de Arte/Música	01 09	10 h 20 h	545,64 1.091,29	Licenciatura em Artes.
25	Professor de História	01	10 h	545,64	Licenciatura em História.
26	Professor de Geografia	02 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Geografia.
27	Professor de Ciências	02 01	10 h 40 h	545,64 2.182,58	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.
28	Professor de Inglês	03 01	10 h 30 h	545,64 1.636,92	Licenciatura em Língua Inglesa.
29	Professor de Educação Especial	18 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Educação Especial.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

## ITINERANTE - ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
30	Professor de Inglês	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Língua Inglesa.
31	Professor de Espanhol	01	10 h	545,64	Licenciatura em Língua Espanhola.
32	Professor de Ciências	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.
33	Professor de Educação Física	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Educação Física.
34	Professor de Matemática	01	40 h	2.182,58	Licenciatura em Matemática

## MULTISSERIADAS - ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

(Escolas: Corredeira Ibicuí, Encruzilhada, Pe. Jósimo, Pinhal Preto, Andrea Durigon, Lides Titon, Maria Gorete Delavi e São Simão)

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
35	Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais	10	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia.
36	Professor de Educação Especial	04	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Especial.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
37	Nutricionista	1	40 h	2.913,07	Curso Superior em Nutrição.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
38	Professor de Educação Física-Bacharelado	14	40 h	2.182,58	Bacharelado em Educação Física e Registro no CREF.

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ORIENTADOR MÍNIMO

#### CONHECIMENTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; tipologia textual; ortografia oficial; acentuação gráfica; classes de palavras; sinal indicativo de crase; sintaxe da oração e do período; pontuação; fonemas e grafia; significação e formação de palavras; adequação semântica; apostro e vocativo; regência nominal e verbal: estudo de preposições, pronomes: relativos, interrogativos, oblíquos, demonstrativos, possessivos preposições, conjunções, interjeições, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, pronomes e determinadas flexões; concordância nominal: substantivos, numeral, artigos, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios; concordância verbal: sujeito, flexão e articulação de modos e tempos verbais; figuras de linguagem; orações coordenadas e subordinadas; objeto direto e indireto; fonologia, divisão silábica; orações coordenadas; apêndice; apostro e vocativo; termos essenciais e integrantes da oração. Todo Conteúdo Curricular do MEC relativo à disciplina e grau de ensino (Currículo Básico). CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de educação infantil:

Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Prática e atividades pedagógicas. Metodologia na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Educação Infantil no mundo atual. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar. A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico; Desenvolvimento Infantil; Indicadores de Qualidade da Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010); Proposta Curricular Municipal para a Educação Infantil (2013) Literatura: Emília Ferreira, Jussara Hoffmann, Gabriel Junqueira. Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais:

Alfabetização. Metodologias de Ensino. Função e Papel da Escola. Dificuldade de Aprendizagem. Alfabetização e letramento. Didática: Métodos e técnicas. Materiais Didáticos. Processo Ensino - Aprendizagem. Planejamento. Gêneros textuais, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística; Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos. Tendências Pedagógicas. O ensino da matemática, português, ciências, história e geografia nos anos iniciais. Resolução CNE/CEB nº 04, de 13/07/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes, Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Professor de Língua Portuguesa:

O texto literário e o não-literário. Denotação e conotação. Gêneros Textuais. Elementos estruturais da narrativa. Texto: condições de leitura e produção textual. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico. Morfossintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Abordagem linguística/discursiva da teoria gramatical. Professor de Matemática:

Operações fundamentais. Números fracionários, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Operações com frações. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade. Resolução de problemas. Logaritmos. Progressão aritmética. Análise combinatória. Conjuntos Numéricos. Equações do primeiro e segundo graus. Progressões Aritméticas. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência. Questões de Raciocínio Lógico Matemático. Professor de Língua Espanhola:

Gramática, Fonética e fonologia. Ortografia. Morfologia. Sintaxe; Vocabulário. Compreensão de texto variados, pertencentes aos diversos gêneros textuais. Prática pedagógica do ensino da língua espanhola. Processo ensino aprendizagem centrados nas competências e habilidades linguísticas. Contextualização e interdisciplinaridade do ensino dos conteúdos. Métodos e técnicas de ensino. Recursos didáticos. Avaliação no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; Leitura como letramento; Comunicação oral como letramento e Prática escrita como letramento. Professor de Educação Especial:

Conceitos, Legislação e Histórico da Educação Inclusiva; Bases Genéticas das Deficiências; Desenvolvimento Neuropsicomotor Normal e Anormal; Deficiência Mental; Deficiência Auditiva; Deficiência Visual; Deficiência Motora; Libras, LDB, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Professor de Educação Física – Licenciatura:

Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Educação Física, reprodução e mudança: elementos para uma prática libertadora e democrática. A educação física no currículo da educação básica: significado e possibilidades. Desenvolvimento



motor e desenvolvimento social: análise das tendências pedagógicas em Educação Física. Corpo e sociedade: a cultura corporal enquanto construção social. Corporeidade na escola: as práticas corporais no contexto das ações escolares. Esporte: dimensões educativas da competição no âmbito escolar. Educação Física, esporte e lazer. O movimento do ser humano nas dimensões filosófica, política, histórica, sociocultural e biológica: sua importância e implicações pedagógicas. Interfaces e desdobramentos; significados, contextualização e implicações. A Educação Física e a cidadania, inclusão e qualidade de vida; a Educação Física e suas diferentes abordagens; o ensino e a aprendizagem em Educação Física; procedimentos metodológicos e avaliatórios. Currículo e cidadania: saberes voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais. Escola inclusiva como espaço de acolhimento, de aprendizagem e de socialização. Pedagogias diferenciadas: progressão continuada, correção de fluxo, avaliação por competências, flexibilização do currículo e da trajetória escolar. A construção coletiva da proposta pedagógica da escola: expressão das demandas sociais, das características multiculturais e das expectativas dos alunos e dos pais. O trabalho coletivo como fator de aperfeiçoamento da prática docente. O papel do professor na integração escola-família. A formação continuada como condição de construção permanente das competências que qualificam a prática docente. O ensino centrado em conhecimentos contextualizados e ancorados na ação. O reforço e recuperação: parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem. A relação professor-aluno: construção de valores éticos e desenvolvimento de atitudes cooperativas, solidárias e responsáveis. Professor de Ensino Religioso:

A evolução dos conhecimentos e das estruturas religiosas no decorrer dos tempos (História. Tradições Religiosas). A função política das ideologias religiosas (Sociologia e Tradição Religiosa). A descrição do contexto sócio-político religioso significativo em algumas Tradição Religiosa na redação final dos textos sagrados/tradições orais de corporalidade e ancestralidade. A análise e hermenêutica dos mitos e histórias, dos textos sagrados se tradições orais de corporalidade e ancestralidade. As formas de revelação do revelante no espaço sagrado. A origem da autoridade da palavra revelada, segundo as diversas Tradições Religiosas. A revelação do Transcendente nas diversas Tradição Religiosa. Estudo das práticas de espiritualidade utilizados pelas diferentes Tradição Religiosa no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e o mundo. Conhecimento das práticas de reflexão do homem diante do Transcendente (Filosofias e Tradições Religiosas). Conhecimento do conjunto de princípios de cada Tradição Religiosa. A fundamentação dos limites éticos/morais propostos pelas várias Tradições Religiosas. As determinações da Tradição Religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo (Psicologia e Tradição Religiosa). Conjunto de mitos e crenças e doutrinas em cada Tradição Religiosa. As possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestralidade e inexistência da vida além morte. A experiência religiosa, elemento vital para o fiel. A vivência com o mistério do Transcendente pelos ensinamentos, ritos e tradições. Autoconhecimento na vivência do relacionamento com o Transcendente. As exigências e qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva da Tradição Religiosa. Orientações de vida nas normas, crenças e doutrinas nas Tradição Religiosa. Determinações da Tradição Religiosa na construção mental da pessoa. O limite e a busca do translimite. A experiência religiosa na busca de superação e da finitude humana. A fundamentação dos limites éticos estabelecidos pela Tradição Religiosa. As verdades nas Tradição Religiosa sob a ética da fé. A verdade que orienta o fiel através de mitos, crenças e das doutrinas. As respostas elaboradas para vida além morte pela Tradição Religiosa. (ancestralidade-reencarnação-ressurreição-nada). O sentido da vida perpassada pelo sentido da vida além morte. Professor de História:

História de Campos Novos, História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; O neocolonialismo; A globalização e o neoliberalismo. Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Tempo histórico e tempo cronológico. Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia. Pré história, História antiga, medieval, moderna e contemporânea; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Concepções da história oral. Professor de Geografia:

A evolução do Pensamento e suas repercussões no ensino de Geografia; A Geografia como disciplina escolar: histórico, situação atual e perspectivas; A Geografia da Natureza: os condicionamentos físicos da vida; a litosfera, composição e dinâmica; a hidrosfera, a água e sua importância; a atmosfera e a dinâmica climática; os seres vivos e o homem no âmbito da evolução geológica da terra; os inter-relacionamentos entre a dinâmica da natureza e a dinâmica das sociedades humanas; os principais problemas ambientais da natureza; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização. Os recursos naturais, distribuição e aproveitamento; os resultados das intervenções da sociedade na natureza. Fontes alternativas e energia no Brasil. A dinâmica dos elementos da natureza: atmosférica, hidrológica, litosférica e estratosfera. Cartografia e sua importância para o Ensino da Geografia. Professor de Ciências:

Origem e evolução biológica dos seres vivos. Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução; Características anatômicas do ser humano: aspectos básicos na organização e fisiologia dos sistemas; Herança biológica: a hereditariedade e o meio ambiente; Ecologia: ecossistemas, relações tróficas e biomas; O homem e a biosfera: poluição e degradação ambiental. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente; princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos; caracterização dos grandes grupos animais e vegetais. O corpo humano como um todo em equilíbrio e desequilíbrios. Continuidade das espécies: evolução; reprodução. Fundamentos teóricos da Química: conceitos, leis, relações e princípios básicos; interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos, leis, relações e princípios básicos. Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades. Professor de Inglês:

Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Fonética e fonologia. Ortografia. Morfologia. Sintaxe. Vocabulário. Compreensão e produção de gêneros textuais diversos. Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa. Abordagem lexical. Abordagem reflexiva. Interculturalidade e interdisciplinaridade no ensino de inglês. Competências para ensinar e aprender língua inglesa. Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores. Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno. Conceito de letramento: aplicações ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira/ Inglês, entre as quais: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento. Professor de Artes:

Conceito de Arte, Análise e interpretações da linguagem artística. Metodologia do ensino da arte. História da arte: Renascimento, Barroco e Impressionismo. O barroco no Brasil. Artes plásticas no Brasil. Cores. Educação Musical. Teatro na educação fundamental. Expressão corporal. A cultura popular e o folclore na escola. Manifestações artísticas populares do Brasil. Professor de Educação Física-Bacharelado: Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, dança; Esporte; Fisiologia do exercício Fundamentos da Educação Física; Concepções da Educação Física; Objetivos da Educação Física; Aspectos técnicos, políticos e pedagógicos da educação física; Esportes (regras oficiais); Desenvolvimento Humano - aprendizagem motora; Recreação; Anatomia/fisiologia do exercício; Qualidade de Vida; Educação Física e saúde. Nutricionista:

Metabolismo energético; Macro e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações); Avaliação do estado Nutricional

(indivíduo e coletividade). Nutrição Clínica: Atenção Nutricional nos Ciclos da Vida; Cuidado Nutricional nas doenças do Trato gastrointestinal, nas doenças cardiovasculares, nas doenças pulmonares, na doença renal e nas Doenças e Agravos Não Transmissíveis; Suporte Nutricional Enteral e Parenteral; Prescrição de Suplementos Alimentares; Prescrição de Fitoterápicos. Planejamento de cardápios; Fichas técnicas de Preparo; Manual de Boas Práticas; POP (Procedimentos Operacionais Padronizados); Microbiologia dos Alimentos; DTAs (Doenças Transmitidas por Alimentos); PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador); Administração de UAN; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição; Alimentação e Nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos); NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família); Doenças carenciais de magnitude no Brasil; Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde; Epidemiologia das doenças nutricionais; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Sisvan. ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Professor – Todos:

Ministrar aulas com competência. Participar da elaboração e execução do Projeto Político e Pedagógico da escola. Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político e Pedagógico da unidade escolar. Proporcionar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Promover uma avaliação, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e si mesmo. Aplicar as avaliações de acordo com as normas fixadas. Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade escolar onde desenvolve suas atividades pedagógicas. Sujeito a mudanças conforme orientação. Realizar recuperação continuada e paralela de estudos com os alunos que durante o processo ensino-aprendizagem não dominarem o conteúdo curricular ministrado. Participar ativamente do Conselho de Classe. Participar da elaboração do calendário escolar. Participar de reuniões de estudos, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, que envolvam educandos, tendo em vista seu constante aperfeiçoamento e envolvimento com a unidade escolar onde atua, e com isso primando pela melhoria e qualidade do ensino. Cumprir rigorosamente o calendário escolar, bem como atender as convocações estabelecidas pela Direção da unidade escolar ciente de que o não cumprimento resultará em falta (justificadas ou injustificadas) cientes que acarretará em desconto com o vale alimentação. Nutricionista:

Elaborar cardápios dentro dos padrões exigidos pelo MEC; aplicar testes de aceitabilidade quando for introduzir novos alimentos; verificar nas unidades educacionais o cumprimento do cardápio aprovado, a qualidade dos serviços oferecidos, a quantidade entregue e a aceitação por parte do alunado; avaliar alunos portadores de patologias e encaminhar dieta adequada para atendimento de suas necessidades; desenvolver e executar projetos de educação escolar e nutricional para serem aplicados à comunidade escolar; articular-se com a equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino para planejamento de atividades de educação alimentar; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar no exercício das atividades de fiscalização, orientando o cumprimento das exigências do programa de Alimentação Escolar; elaborar capacitações para manipuladores de alimentos; orientar o correto armazenamento e o controle dos estoques de gêneros alimentícios e materiais de limpeza nas unidades educacionais; capacitar estagiários de ensino médio para atividades de supervisão nas cozinhas das unidades educacionais; acompanhar os trabalhos realizados pelos técnicos das empresas terceirizadas contratadas para o fornecimento da alimentação escolar transportada; realizar atividades educativas na comunidade escolar, também extensiva às famílias dos alunos; executar outras atividades afins e correlatas.

#### PORTARIA Nº 01/17

PORTARIA Nº 01/17 de 03/01/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor EINOR LUIZ FAÉ, portador da CNH nº 02722229105, categoria AC, ocupante do cargo de Técnico em Tributos Municipais, do quadro de cargos efetivos da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
03 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 02/17**

PORTARIA Nº 02/17 de 03/01/17

NOMEIA O SERVIDOR ALEXANDRE KUNEN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR JUNTO AO SAMAE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ALEXANDRE KUNEN, para o cargo em comissão de DIRETOR DO SAMAE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
03 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 03/17**

PORTARIA Nº 03/17 DE 03/01/17

DESIGNA A SERVIDORA EFETIVO ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, membro do quadro efetivo, para ocupar por tempo indeterminado o cargo de OPERADOR DE CENTRAL TELEFÔNICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
03 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 04/17**

PORTARIA Nº 04/17 DE 03/01/17

DESIGNA O SERVIDOR EFETIVO OTACIR MARCIANO PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE OBRAS JUNTO AO SAMAE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo OTACIR MARCIANO, membro do quadro efetivo, para ocupar por tempo indeterminado o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, junto ao SAMAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
03 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 01/2017**

DECRETO Nº 1/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" do dia 02/01/2017 ao dia 06/01/2017 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 02 de janeiro de 2017.

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa Diretora

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº. 002/2017

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, PARA O EXERCÍCIO 2017 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e do § 2º do art. 244 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam definidas as datas para o vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao exercício de 2017, conforme segue abaixo:

§ 1º - Para pagamento em cota única, o contribuinte poderá optar pelas seguintes datas, com os respectivos descontos:

I – 10/03/2017 – Cota única com desconto de 10% (dez por cento);

§ 2º - Por opção do contribuinte, o IPTU poderá ser pago em até 09 (nove) parcelas com vencimento da 1ª (primeira) parcela em 10/04/2017 e as demais a cada 30 (trinta) dias, respeitando-se o valor mínimo de 20 UFM's para cada parcela.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 365/2016

DECRETO Nº. 365/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.953 de 22/12/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei nº 5.953 de 22/12/2016, no valor de R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 485.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 5.953 de 22/12/2016, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 150.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)  
Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.088 – Reurbanização do Loteamento Vila Verde  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 200.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IV)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 845: Outras Transferências  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.001 – Contribuição ao PASEP  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 35.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **DECRETO Nº 369/2016**

DECRETO Nº. 369/2016

### **APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), procedido por MOACIR MISCHIATTI, situado na Rua Marechal Floriano, Bairro Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.382, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 25 com área de 350,25 m², e lote nº 26, com área de 249,75 m² (este lote só poderá ser vendido ao confrontante), todos pertencentes à quadra nº 49, conforme requerimento protocolado sob nº. 6780/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **DECRETO Nº 370/2016**

DECRETO Nº. 370/2016

### **APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 3.856,21 m² (três mil, oitocentos e cinquenta e seis metros e vinte e um decímetros quadrados), procedido por MAJESTADE GUIMARÃES LTDA, situado na Rua Julio Correa da Costa, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 34.124, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 03 com área de 492,38 m², lote nº 04, com área de 450,00 m², lote nº 05 com área de 450,00, lote nº 06 com área de 450,00, lote nº 07 com área de 450,00, lote nº 08 com área de 450,00, lote nº. 09 com área de 1.113,83 m², todos pertencentes à quadra nº 1235, conforme requerimento protocolado sob nº. 6930/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **DECRETO Nº 372/2016**

DECRETO Nº. 372/2016

### **“RESERVADO CARLOS CONTABILIDADE”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

#### **DECRETA**

Art. 1º.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 373/2016**

DECRETO Nº. 373/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 795,60 m<sup>2</sup> (setecentos e noventa e cinco metros e sessenta décimos quadrados), procedido por MARCIO SCHROEDER, situado na Rua Benjamin Constant, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 15.296, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 31 com área de 455,10 m<sup>2</sup>, lote nº 32, com área de 340,50 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 089, conforme requerimento protocolado sob nº. 6897/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 375/2016**

DECRETO Nº. 375/2016

DETERMINA A U.F.M. (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO)  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI, a Lei Orgânica Municipal, da Constituição Federal, e nos termos do Art. 429 da Lei Complementar Municipal nº 0008/2005 de 26/12/2005, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica fixado em 3,164 (três inteiros e cento e sessenta e quatro milésimos) o valor da U.F.M., a partir do dia 1º de janeiro de 2017, para cada Unidade Fiscal do Município, tendo por base a variação acumulada do INPC/IBGE de 7,3888 % (sete inteiros e trezentos e oitenta e oito centésimos por cento), correspondente ao período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

Art. 2º - Os cálculos de todos os serviços e tributos municipais, terão por base o valor fixado no artigo 1º, sendo transformado em moeda corrente para possibilitar o pagamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 377/2016**

DECRETO Nº. 377/2016

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 51.625,22 (cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 51.625,22

Recursos 14200 – Rec. F. Exportações - FEX

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 51.625,22 (cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
14200	110.220,00	161.845,22	51.625,22
TOTAL			51.625,22

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 380/2016**

DECRETO Nº. 380/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 836,00 m² (oitocentos e trinta e seis metros quadrados), procedido por HENRIQUE JOÃO SORG E OUTRA, situado na Rua Reneau Cubas, Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 39.720 e nº 39.721, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30 com área de 220,00 m², lote nº 31, com área de 374,00 m², lote nº 32 com área de 242,00, lote nº, todos pertencentes à quadra nº 38, conforme requerimento protocolado sob nº. 6840/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer



diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 382/2016**

DECRETO Nº. 382/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 01 de janeiro de 2017 - "Ano Novo", fica considerado PONTO FACULTATIVO nas repartições administrativas públicas municipais o dia 30 de dezembro de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º - O expediente será normal nos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 003/2017**

DECRETO Nº. 003/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público;

DELEGAR PODERES

Art. 1º - Fica delegado ao servidor SÉRGIO MURILO MIGUEL, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 02/01/2017, a responsabilidade pela gestão do Departamento de Frotas desta Municipalidade, bem como, pela retirada de documentos de veículos pertencentes a este Município junto aos departamentos de trânsito competentes, conferindo-lhe os poderes necessários e legais para tanto, nos termos da Comunicação Interna nº 001/SMAFO/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/01/2017.



RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 5.952/2016**

LEI Nº 5.952 DE 14/12/2016

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj./Ativ. 2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 5.000,00  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

II)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj./Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 75.000,00  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 80.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.953/2016**

LEI Nº 5.953 DE 22/12/2016

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

**I)**

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 485.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

**I)**

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 150.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

**II)**

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada  
3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

**III)**

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.088 – Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 200.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

**IV)**

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função 28: Encargos Especiais  
Subfunção 845: Outras Transferências  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Proj./Ativ. 0.001 – Contribuição ao PASEP  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 35.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.954**

LEI Nº 5.954 DE 14/12/2016

**"REGULAMENTA O ARTIGO 70 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 21 DE 20/12/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Esta Lei estabelece a normatização para padronização das calçadas públicas em perímetro urbano conforme previsto no artigo 70 da Lei Complementar nº 21 de 20 de dezembro de 2007, para efeito desta Lei considera-se:

I – Passeios públicos ou calçadas – parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservado ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins – Código de Trânsito Brasileiro.

II – Ocupante de imóvel – aquele que detém a posse direta do imóvel a qualquer título.

III – Faixa exclusiva de circulação de pedestres – faixa contínua na calçada ou passeio, livre de obstáculo, destinada ao pedestre.

IV – Faixa de serviço – área de passeio ou calçada destinada à implantação de mobiliário urbano.

V – Projetos de engenharia e arquitetura – são os projetos de construção, reforma com ou sem acréscimo de área e reforma para mudança de uso.

VI – Manutenção – cuidados indispensáveis à conservação das condições de segurança e acessibilidade das calçadas.

VII – Recuperação – ação que visa resgatar as condições de segurança e acessibilidade das calçadas, perdidas por falta de manutenção ou dano imediato.

VIII – Piso tátil – piso caracterizado pela diferenciação de textura

em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

IX – Mobiliário urbano – todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do Poder Público em espaços públicos ou privados.

Art. 2º - As calçadas e passeios devem seguir os padrões estabelecidos nos anexos da presente lei e obedecerão as seguintes diretrizes:

I. O material de revestimento das calçadas deve ser tipo paver, com espessura padrão de 6 (seis) centímetros e com superfície regular em cor contrastante com as faixas de piso tátil que serão em concreto na cor vermelha.

a) O material de revestimento das calçadas deve, ainda, evitar trepidações para as pessoas que usam cadeira de rodas e que atendam as normas técnicas.

II. As esquinas serão dotadas de rampas de acesso às faixas de travessia de pedestre, deve-se estar sempre desobstruídas para a livre circulação.

III. Os padrões das calçadas serão na cor cinza e as faixas de piso tátil na cor vermelha. Poderá ser utilizado outro tipo de material de acabamento desde que seja aprovado pela Prefeitura Municipal.

IV. No quadrilátero da área central, compreendido entre as ruas: Marechal Floriano Peixoto, Eugenio de Souza, 12 de setembro, 3 de maio, inclusive, as Avenidas Expedicionários e Rua Rubens Ribeiro da Silva, deverão as faixas de travessia de pedestre serem elevadas ao mesmo nível do passeio, com a largura prevista no projeto.

V. Nos calçadões existentes, a adequação dos passeios devem seguir os padrões aprovados conforme a respectiva largura do alinhamento do passeio original, ou da continuidade do alinhamento do passeio da mesma via.

VI. Todo projeto de reurbanização novo, que não atenda aos tipos de padrões estabelecidos na presente lei, deverá ser submetido ao Conselho de Planejamento Urbano, para a devida aprovação.

a) Padrão 01 para passeios até 2.50m de largura;

b) Padrão 02 para passeios de 2.50 até 3.00m de largura, opções "A" e "B";

c) Padrão 03 para passeios acima de 3.00 de largura, opções "A" e "B".

VII. A remoção de árvores existentes no passeio só será permitida com projeto e justificativa por escrito junto a Prefeitura para a devida aprovação, devendo no projeto já estar previsto o plantio de nova árvore.

VIII. Nos passeios existentes que atendam a faixa mínima de 1.50m de calçada livre, poderão ser mantidos como estão.

IX. Os alvarás de construção ou para reforma, só serão liberados com o projeto do passeio apresentado. Em vias pavimentadas, somente será liberado o habite-se com a implantação do passeio conforme respectivo padrão.

Art. 3º - Nas construções existentes ou com alvará de construção anterior a data da lei, os passeios que não estejam adequados ou em condições de se adequarem aos novos padrões, observar-se-ão o seguinte:

I. Passeios com largura igual ou menor 2.50m, os proprietários terão que disponibilizar acesso e recuar qualquer tipo de obstáculo para dentro dos limites do seu lote.

II. Nos passeios com largura maior a 2.50m, será permitido o uso da faixa livre para resolver problemas de acesso, ou obstáculos existentes, conforme Padrão 03.

a) Para a utilização da faixa livre, como previsto no item anterior, o proprietário deverá entrar com projeto e justificativa por escrito junto ao Conselho Municipal de Plano Diretor para a devida aprovação e posterior autorização da Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - Havendo pavimentação de vias, os proprietários

deverão adequar os passeios conforme padrões estabelecidos na presente lei, no prazo de 12 (doze) meses após a conclusão da referida pavimentação/urbanização.

Parágrafo 2º - Com a renovação de alvará de localização e funcionamento para os estabelecimentos comerciais situados no quadrilátero central mencionado no inciso V do artigo 2º (Ruas: Marechal Floriano Peixoto, Eugenio de Souza, 12 de setembro, 3 de maio, inclusive, as Avenidas Expedicionários e Rubens Ribeiro da Silva), os mesmos deverão adequar os respectivos imóveis em até 60 (sessenta) meses, conforme a presente lei.

Parágrafo 3º - Os proprietários de imóveis localizados no quadrilátero central mencionado no inciso IV do artigo 2º (Ruas: Marechal Floriano Peixoto, Eugênio de Souza, 12 de Setembro, 3 de Maio, inclusive, as Avenidas Expedicionários e Rubens Ribeiro da Silva), deverão adequar os respectivos passeios em até 60 (sessenta) meses após a publicação desta lei, sob pena, após decorrido o prazo, ter acrescido no valor de IPTU o percentual de 20% (vinte por cento) ao ano, estabelecido progressivamente no prazo máximo de 5 (cinco) anos e cessando esse acréscimo quando o proprietário do imóvel proceder a regularização de acordo com a presente Lei

Art. 4º - Nos projetos de novas edificações deverão ser indicadas todas as interferências existentes na calçada do imóvel, tais como postes, bocas de lobo, sinalização de qualquer tipo, árvores ou caixas subterrâneas de passagem de equipamentos públicos.

Art. 5º - O Município poderá firmar convênios com a finalidade de promover acessibilidade nas calçadas públicas juntamente com os governos Federal e Estadual, para atender os padrões estabelecidos na presente lei, bem como expedir decretos para atender demais exigências previstas na legislação vigente.

Art. 6º - A Prefeitura poderá notificar os proprietários para a execução ou adequação de trechos de calçadas, que será realizada em etapas, de acordo com a capacidade de monitoramento e acompanhamento dos órgãos competentes da Prefeitura e observados os seguintes critérios de prioridade:

I – Calçadas com maior intensidade de uso de pedestre;

II – Calçadas de vias públicas com maior volume de tráfego de veículos;

III – Calçadas que não oferecem condições satisfatórias de segurança e conforto aos pedestres.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5.955/2016

LEI Nº 5.955 DE 14/12/2016

"DENOMINA "CRAS LOURDES BERNADETE FERREIRA HAAG"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Cras Lourdes Bernadete Ferreira Haag" o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, da Região I, localizada na Rua Frederico Kohler, no bairro Campo d'Água Verde nesta cidade de Canoinhas-SC.

Art. 2º - Haverá no imóvel municipal uma placa de identificação com o nome e a data de inauguração do prédio.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.956/2016**

LEI Nº 5.956 DE 14/12/2016

"ALTERA A LEI Nº. 4.370, DE 16/12/2008"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica acrescentado o § 15 ao art. 1º da Lei nº. 4.370 de 16/12/2008, passando a constar com a seguinte redação:

"§ 15. O estacionamento rotativo nos locais destinados para veículos de carga e descarga funcionará no horário das 8:00h (oito horas) às 18:00h (dezoito horas) nos dias úteis, e no horário das 8:00h (oito horas) às 12:00 (doze horas) aos sábados, e fora deste horário será permitido o estacionamento rotativo para qualquer veículo automotor, com exceção de motocicletas, motonetas e afins."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.957/2016**

LEI Nº 5.957 DE 14/12/2016

DENOMINA "CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS JOSÉ ZATTAR"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Central de Distribuição de Alimentos José Zattar", o próprio municipal localizado no Parque Municipal de Exposições Agropecoindustrial Ouro Verde.

Art. 2º - Haverá no imóvel municipal uma placa de identificação com o nome e a data de inauguração do prédio.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.958/2016**

LEI Nº 5.958 DE 14/12/2016

DENOMINA "MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL CILA TEREZINHA FRIEDRICH BOESING"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Mercado Público Municipal Cila Terezinha Friedrich Boesing", o próprio municipal localizado na Rua Paul Harris, Centro desta cidade de Canoinhas-SC.

Art. 2º - Haverá no imóvel municipal uma placa de identificação com o nome e a data de inauguração do prédio.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.959/2016**

LEI Nº 5.959 DE 21/12/2016

DENOMINA "COZINHA COMUNITÁRIA Pe. LUIZ MARCELO FVARDOVSKI"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Cozinha Comunitária Pe. Luiz Marcelo Fvardovski", o próprio municipal localizado na Avenida Expedicionários, no bairro Campo d'Água Verde desta cidade de Canoinhas-SC.

Art. 2º - Haverá no imóvel municipal uma placa de identificação com o nome e a data de inauguração do prédio.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **LEI Nº 5.960/2016**

LEI Nº 5.960 DE 22/12/2016

### **“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I das prioridades da Administração Municipal;
- II das metas fiscais;
- III da estrutura e organização dos orçamentos;
- IV das diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;
- V das disposições sobre dívida pública municipal;
- VI das disposições sobre despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII das disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VIII das disposições gerais.

#### **I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2017, estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 à 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual de 2014 à 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

#### **II – DAS METAS FISCAIS**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas através dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101 de 2000, que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim estabelecidas:

I – Tabela 1 – Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;

II – Tabela 2 - Demonstrativo I – Metas anuais;

III – Tabela 3 - Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das

metas fiscais do exercício anterior;

IV – Tabela 4 - Demonstrativo III – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

V – Tabela 5 - Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;

VI – Tabela 6 - Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII – Tabela 7 - Demonstrativo VI.a – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

VIII – Tabela 8 - Demonstrativo VI.b – Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

IX – Tabela 9 - Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;

X – Tabela 10 - Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

XI – Tabela 11 – Demonstrativo IX - Despesas da Capital - Aplicação de Recursos em Obras;

XII – Tabela 12 – Demonstrativo X – Metas e Prioridades por Programas

XIII – Tabela 13 – Demonstrativo XI – Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIV – Tabela 14 – Demonstrativo XII - Discriminação das Receitas;

XV – Tabela 15 – Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XVI – Tabela 16 – Demonstrativo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício de 2017, terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução.

#### **III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa,

inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importante, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o código da fonte de recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificando o código de destinação de recurso, em consonância com a Portaria MOG nº42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V – Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Projeto de Lei do Orçamento;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada de 2013 até 2015 e estimada de 2016 até 2018;

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada de 2013 até 2015 e estimada de 2016 até 2018;

IV – Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida realizada de 2013 até 2015 e estimada de 2016 até 2018;

V – Evolução da Dívida Fundada realizada dos anos 2013 até 2015 e estimada de 2016 até 2018;

VI – Evolução do Estoque da Dívida Ativa realizada de 2013 até 2015 e estimada de 2016 até 2018.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º - O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá entre

outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos.(ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, “a” da LRF).

§ 1º – Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2017, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º – Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o Exercício Financeiro de 2017 a reestimativa do suprimimento de receita da Unidade da Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (Art. 9º, e II do § 1º do Art. 31 da Lei Complementar 101/2000)

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – redução de despesas com manutenção;

III – eliminação de despesas com horas extras;e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2017, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000)

Art. 13 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III “b” da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único – Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017 ou em lei que autorize sua inclusão. (Art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução

mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras. (Art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16 – Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único – Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, a título de subvenção social e auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; art. 25, § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 19 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000)

Art. 21 – As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na lei orçamentária ou em créditos adicionais. (Art. 62, I da Lei Complementar 101/2000)

Art. 22 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 23 – A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 24 – Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo

Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único – a Lei Orçamentária e as Leis de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. (Art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000)

Art. 25 - O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Parágrafo único - a renúncia de receita estimada para o exercício de 2017, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 - A lei Orçamentária para 2017 garantirá recursos para pagamento de despesas decorrentes de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 27 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017.

Art. 28 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária ou em suas alterações e autorizadas por lei específica.

Art. 29 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 – O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF)

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 31 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32 – Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de



horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 33 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
- III – eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;
- IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34 – Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de CANOINHAS ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 35 – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (Art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 37 - A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2008, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 38 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 – O Executivo Municipal enviará o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 à Câmara Municipal de Vereadores até o prazo estabelecido no inciso I do artigo 122 da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o

Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 40 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 41 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 44 – A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no artigo 17 desta Lei.

Art. 45 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 – Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### LEI Nº 5.961/2016

LEI Nº 5.961 DE 22/12/2016

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, IMÓVEL PERTENCENTE À NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar amigavelmente e/ou judicialmente, conforme competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 530,70 m² (quinhentos e trinta metros e setenta decímetros quadrados), parte de uma área total de 3.141,50 m² (três mil, cento e quarenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), situado no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade, de propriedade de Noeli Terezinha Olescovicz, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 39.739.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada, será para única e exclusiva utilidade para fins de abertura de um trecho da Rua

Ernestina Peres Cordeiro, vedada qualquer finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5.964/2016**

LEI Nº 5.964 DE 22/12/2016

**“ESTABELECE NOVA DELIMITAÇÃO AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º. O perímetro urbano do município de Canoinhas passa a apresentar nova delimitação de acordo com o memorial descrito e com planta correspondente, constante do anexo I desta lei.

Parágrafo único. Para a descrição abaixo foi utilizado o azimute cartográfico baseado sistema de Coordenadas Transversor Mercator (UTM). Descrição do perímetro urbano da sede:

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 560.967,63 m e N= 7.110.297,29 m ; Daí segue com o azimute de 146°28'32" e a distância de 520,48 m até o marco 'ponto 1' (E=561.255,09 m e N=7.109.863,39 m); Daí segue com o azimute de 67°32'02" e a distância de 127,66 m até o marco 'ponto 2' (E=561.373,06 m e N=7.109.912,17 m); Daí segue com o azimute de 151°39'48" e a distância de 422,72 m até o marco 'ponto 3' (E=561.573,71 m e N=7.109.540,11 m); Daí segue com o azimute de 260°15'09" e a distância de 23,88 m até o marco 'ponto 4' (E=561.550,17 m e N=7.109.536,06 m); Daí segue com o azimute de 169°15'23" e a distância de 30,03 m até o marco 'ponto 5' (E=561.555,77 m e N=7.109.506,56 m); Daí segue com o azimute de 235°29'44" e a distância de 19,43 m até o marco 'ponto 6' (E=561.539,76 m e N=7.109.495,55 m); Daí segue com o azimute de 260°32'43" e a distância de 34,79 m até o marco 'ponto 7' (E=561.505,44 m e N=7.109.489,83 m); Daí segue com o azimute de 263°55'12" e a distância de 108,41 m até o marco 'ponto 8' (E=561.397,63 m e N=7.109.478,35 m); Daí segue com o azimute de 160°54'58" e a distância de 73,14 m até o marco 'ponto 9' (E=561.421,55 m e N=7.109.409,23 m); Daí segue com o azimute de 178°28'41" e a distância de 140,51 m até o marco 'ponto 10' (E=561.425,28 m e N=7.109.268,77 m); Daí segue com o azimute de 287°38'54" e a distância de 44,63 m até o marco 'ponto 11' (E=561.382,75 m e N=7.109.282,30 m); Daí segue com o azimute de 257°50'44" e a distância de 80,56 m até o marco 'ponto 12' (E=561.303,99 m e N=7.109.265,34 m); Daí segue com o azimute de 171°17'28" e a distância de 349,87 m até o marco 'ponto 13' (E=561.356,97 m e

N=7.108.919,50 m); Daí segue com o azimute de 162°15'40" e a distância de 97,35 m até o marco 'ponto 14' (E=561.386,63 m e N=7.108.826,78 m); Daí segue com o azimute de 158°44'03" e a distância de 174,10 m até o marco 'ponto 15' (E=561.449,77 m e N=7.108.664,53 m); Daí segue com o azimute de 176°21'31" e a distância de 135,03 m até o marco 'ponto 16' (E=561.458,35 m e N=7.108.529,78 m); Daí segue com o azimute de 191°28'48" e a distância de 67,30 m até o marco 'ponto 17' (E=561.444,95 m e N=7.108.463,82 m); Daí segue com o azimute de 197°49'20" e a distância de 155,76 m até o marco 'ponto 18' (E=561.397,28 m e N=7.108.315,54 m); Daí segue com o azimute de 197°37'35" e a distância de 340,18 m até o marco 'ponto 19' (E=561.294,27 m e N=7.107.991,32 m); Daí segue com o azimute de 183°58'49" e a distância de 166,11 m até o marco 'ponto 20' (E=561.282,74 m e N=7.107.825,62 m); Daí segue com o azimute de 195°15'16" e a distância de 242,57 m até o marco 'ponto 21' (E=561.218,92 m e N=7.107.591,60 m); Daí segue com o azimute de 204°14'53" e a distância de 201,33 m até o marco 'ponto 22' (E=561.136,23 m e N=7.107.408,03 m); Daí segue com o azimute de 192°23'50" e a distância de 249,50 m até o marco 'ponto 23' (E=561.082,67 m e N=7.107.164,34 m); Daí segue com o azimute de 168°38'48" e a distância de 277,47 m até o marco 'ponto 24' (E=561.137,29 m e N=7.106.892,30 m); Daí segue com o azimute de 184°07'04" e a distância de 336,44 m até o marco 'ponto 25' (E=561.113,13 m e N=7.106.556,73 m); Daí segue com o azimute de 185°59'52" e a distância de 189,16 m até o marco 'ponto 26' (E=561.093,37 m e N=7.106.368,61 m); Daí segue com o azimute de 165°00'21" e a distância de 157,88 m até o marco 'ponto 27' (E=561.134,22 m e N=7.106.216,10 m); Daí segue com o azimute de 175°02'47" e a distância de 43,38 m até o marco 'ponto 28' (E=561.137,96 m e N=7.106.172,88 m); Daí segue com o azimute de 204°38'08" e a distância de 58,62 m até o marco 'ponto 29' (E=561.113,53 m e N=7.106.119,60 m); Daí segue com o azimute de 230°16'41" e a distância de 79,90 m até o marco 'ponto 30' (E=561.052,07 m e N=7.106.068,54 m); Daí segue com o azimute de 254°08'21" e a distância de 38,83 m até o marco 'ponto 31' (E=561.014,72 m e N=7.106.057,92 m); Daí segue com o azimute de 166°41'04" e a distância de 51,99 m até o marco 'ponto 32' (E=561.026,69 m e N=7.106.007,33 m); Daí segue com o azimute de 235°24'52" e a distância de 107,73 m até o marco 'ponto 33' (E=560.938,00 m e N=7.105.946,18 m); Daí segue com o azimute de 155°01'28" e a distância de 261,26 m até o marco 'ponto 34' (E=561.048,31 m e N=7.105.709,35 m); Daí segue com o azimute de 183°24'20" e a distância de 173,97 m até o marco 'ponto 35' (E=561.037,98 m e N=7.105.535,69 m); Daí segue com o azimute de 168°13'44" e a distância de 77,09 m até o marco 'ponto 36' (E=561.053,71 m e N=7.105.460,22 m); Daí segue com o azimute de 145°53'18" e a distância de 34,90 m até o marco 'ponto 37' (E=561.073,28 m e N=7.105.431,32 m); Daí segue com o azimute de 128°48'51" e a distância de 84,94 m até o marco 'ponto 38' (E=561.139,46 m e N=7.105.378,09 m); Daí segue com o azimute de 119°57'55" e a distância de 37,74 m até o marco 'ponto 39' (E=561.172,15 m e N=7.105.359,24 m); Daí segue com o azimute de 96°09'51" e a distância de 58,82 m até o marco 'ponto 40' (E=561.230,63 m e N=7.105.352,92 m); Daí segue com o azimute de 64°35'57" e a distância de 389,97 m até o marco 'ponto 41' (E=561.582,90 m e N=7.105.520,20 m); Daí segue com o azimute de 134°21'54" e a distância de 395,99 m até o marco 'ponto 42' (E=561.866,00 m e N=7.105.243,31 m); Daí segue com o azimute de 65°30'22" e a distância de 145,37 m até o marco 'ponto 43' (E=561.998,28 m e N=7.105.303,58 m); Daí segue com o azimute de 31°18'46" e a distância de 122,98 m até o marco 'ponto 44' (E=562.062,19 m e N=7.105.408,64 m); Daí segue com o azimute de 75°15'35" e a distância de 356,44 m até o marco 'ponto 45' (E=562.406,91 m e N=7.105.499,33 m); Daí segue com o azimute de 49°45'00" e a distância de 52,70 m até o marco 'ponto 46' (E=562.447,13 m e N=7.105.533,38 m); Daí segue com o azimute de 78°48'49" e a distância de 74,28 m até o marco 'ponto 47' (E=562.520,00 m e N=7.105.547,79 m); Daí segue com o azimute de 88°17'31" e a

distância de 74,01 m até o marco 'ponto 48' (E=562.593,98 m e N=7.105.550,00 m); Daí segue com o azimute de 130°01'20" e a distância de 306,09 m até o marco 'ponto 49' (E=562.828,38 m e N=7.105.353,16 m); Daí segue com o azimute de 42°59'29" e a distância de 372,83 m até o marco 'ponto 50' (E=563.082,61 m e N=7.105.625,87 m); Daí segue com o azimute de 129°14'21" e a distância de 1.531,71 m até o marco 'ponto 51' (E=564.268,94 m e N=7.104.656,97 m); Daí segue com o azimute de 152°10'57" e a distância de 860,08 m até o marco 'ponto 52' (E=564.670,30 m e N=7.103.896,28 m); Daí segue com o azimute de 187°57'58" e a distância de 219,90 m até o marco 'ponto 53' (E=564.639,83 m e N=7.103.678,51 m); Daí segue com o azimute de 130°28'55" e a distância de 155,63 m até o marco 'ponto 54' (E=564.758,21 m e N=7.103.577,47 m); Daí segue com o azimute de 217°21'31" e a distância de 72,64 m até o marco 'ponto 55' (E=564.714,13 m e N=7.103.519,73 m); Daí segue com o azimute de 255°18'19" e a distância de 137,19 m até o marco 'ponto 56' (E=564.581,43 m e N=7.103.484,93 m); Daí segue com o azimute de 226°54'05" e a distância de 32,79 m até o marco 'ponto 57' (E=564.557,49 m e N=7.103.462,53 m); Daí segue com o azimute de 169°44'47" e a distância de 58,43 m até o marco 'ponto 58' (E=564.567,89 m e N=7.103.405,04 m); Daí segue com o azimute de 218°07'16" e a distância de 383,02 m até o marco 'ponto 59' (E=564.331,44 m e N=7.103.103,71 m); Daí segue com o azimute de 288°55'09" e a distância de 130,47 m até o marco 'ponto 60' (E=564.208,02 m e N=7.103.146,02 m); Daí segue com o azimute de 314°34'35" e a distância de 53,61 m até o marco 'ponto 61' (E=564.169,84 m e N=7.103.183,64 m); Daí segue com o azimute de 204°25'56" e a distância de 79,38 m até o marco 'ponto 62' (E=564.137,01 m e N=7.103.111,37 m); Daí segue com o azimute de 193°45'49" e a distância de 47,15 m até o marco 'ponto 63' (E=564.125,79 m e N=7.103.065,57 m); Daí segue com o azimute de 245°34'09" e a distância de 714,74 m até o marco 'ponto 64' (E=563.475,05 m e N=7.102.769,96 m); Daí segue com o azimute de 132°05'40" e a distância de 472,86 m até o marco 'ponto 65' (E=563.825,93 m e N=7.102.452,98 m); Daí segue com o azimute de 217°50'29" e a distância de 99,31 m até o marco 'ponto 66' (E=563.765,00 m e N=7.102.374,55 m); Daí segue com o azimute de 180°29'53" e a distância de 833,12 m até o marco 'ponto 67' (E=563.757,76 m e N=7.101.541,46 m); Daí segue com o azimute de 253°29'05" e a distância de 1.006,68 m até o marco 'ponto 68' (E=562.792,62 m e N=7.101.255,29 m); Daí segue com o azimute de 251°41'39" e a distância de 1.340,40 m até o marco 'ponto 69' (E=561.520,04 m e N=7.100.834,28 m); Daí segue com o azimute de 330°13'15" e a distância de 948,31 m até o marco 'ponto 70' (E=561.049,06 m e N=7.101.657,36 m); Daí segue com o azimute de 68°11'03" e a distância de 455,22 m até o marco 'ponto 71' (E=561.471,68 m e N=7.101.826,54 m); Daí segue com o azimute de 41°49'20" e a distância de 364,21 m até o marco 'ponto 72' (E=561.714,54 m e N=7.102.097,95 m); Daí segue com o azimute de 82°07'01" e a distância de 263,68 m até o marco 'ponto 73' (E=561.975,73 m e N=7.102.134,12 m); Daí segue com o azimute de 55°06'03" e a distância de 207,20 m até o marco 'ponto 74' (E=562.145,66 m e N=7.102.252,66 m); Daí segue com o azimute de 76°42'54" e a distância de 37,95 m até o marco 'ponto 75' (E=562.182,60 m e N=7.102.261,38 m); Daí segue com o azimute de 50°15'58" e a distância de 16,76 m até o marco 'ponto 76' (E=562.195,49 m e N=7.102.272,09 m); Daí segue com o azimute de 7°25'21" e a distância de 20,01 m até o marco 'ponto 77' (E=562.198,07 m e N=7.102.291,94 m); Daí segue com o azimute de 310°14'47" e a distância de 71,87 m até o marco 'ponto 78' (E=562.143,22 m e N=7.102.338,38 m); Daí segue com o azimute de 262°34'06" e a distância de 46,01 m até o marco 'ponto 79' (E=562.097,59 m e N=7.102.332,42 m); Daí segue com o azimute de 302°14'03" e a distância de 33,35 m até o marco 'ponto 80' (E=562.069,38 m e N=7.102.350,21 m); Daí segue com o azimute de 351°39'27" e a distância de 37,02 m até o marco 'ponto 81' (E=562.064,01 m e N=7.102.386,84 m); Daí segue com o azimute de 7°02'44" e a distância de 40,56 m até o marco 'ponto 82' (E=562.068,99 m e

N=7.102.427,09 m); Daí segue com o azimute de 286°56'57" e a distância de 13,31 m até o marco 'ponto 83' (E=562.056,26 m e N=7.102.430,97 m); Daí segue com o azimute de 236°27'13" e a distância de 25,70 m até o marco 'ponto 84' (E=562.034,84 m e N=7.102.416,77 m); Daí segue com o azimute de 263°30'26" e a distância de 44,58 m até o marco 'ponto 85' (E=561.990,55 m e N=7.102.411,73 m); Daí segue com o azimute de 309°01'53" e a distância de 32,28 m até o marco 'ponto 86' (E=561.965,47 m e N=7.102.432,06 m); Daí segue com o azimute de 353°47'45" e a distância de 33,93 m até o marco 'ponto 87' (E=561.961,80 m e N=7.102.465,79 m); Daí segue com o azimute de 337°40'21" e a distância de 176,47 m até o marco 'ponto 88' (E=561.894,76 m e N=7.102.629,03 m); Daí segue com o azimute de 350°45'01" e a distância de 113,72 m até o marco 'ponto 89' (E=561.876,48 m e N=7.102.741,27 m); Daí segue com o azimute de 266°21'23" e a distância de 698,70 m até o marco 'ponto 90' (E=561.179,20 m e N=7.102.696,87 m); Daí segue com o azimute de 251°24'17" e a distância de 222,15 m até o marco 'ponto 91' (E=560.968,64 m e N=7.102.626,03 m); Daí segue com o azimute de 266°01'47" e a distância de 193,02 m até o marco 'ponto 92' (E=560.776,08 m e N=7.102.612,66 m); Daí segue com o azimute de 274°55'51" e a distância de 623,79 m até o marco 'ponto 93' (E=560.154,60 m e N=7.102.666,28 m); Daí segue com o azimute de 206°49'13" e a distância de 131,25 m até o marco 'ponto 94' (E=560.095,38 m e N=7.102.549,15 m); Daí segue com o azimute de 268°42'15" e a distância de 396,43 m até o marco 'ponto 95' (E=559.699,05 m e N=7.102.540,18 m); Daí segue com o azimute de 167°50'38" e a distância de 110,19 m até o marco 'ponto 96' (E=559.722,26 m e N=7.102.432,46 m); Daí segue com o azimute de 185°48'07" e a distância de 45,09 m até o marco 'ponto 97' (E=559.717,70 m e N=7.102.387,60 m); Daí segue com o azimute de 174°56'01" e a distância de 187,30 m até o marco 'ponto 98' (E=559.734,24 m e N=7.102.201,04 m); Daí segue com o azimute de 167°41'31" e a distância de 363,48 m até o marco 'ponto 99' (E=559.811,72 m e N=7.101.845,92 m); Daí segue com o azimute de 171°27'41" e a distância de 546,87 m até o marco 'ponto 100' (E=559.892,92 m e N=7.101.305,11 m); Daí segue com o azimute de 256°01'03" e a distância de 313,95 m até o marco 'ponto 101' (E=559.588,27 m e N=7.101.229,25 m); Daí segue com o azimute de 353°32'43" e a distância de 972,03 m até o marco 'ponto 102' (E=559.479,00 m e N=7.102.195,12 m); Daí segue com o azimute de 354°56'01" e a distância de 429,78 m até o marco 'ponto 103' (E=559.441,04 m e N=7.102.623,22 m); Daí segue com o azimute de 265°29'37" e a distância de 939,85 m até o marco 'ponto 104' (E=558.504,10 m e N=7.102.549,38 m); Daí segue com o azimute de 167°46'53" e a distância de 579,87 m até o marco 'ponto 105' (E=558.626,83 m e N=7.101.982,65 m); Daí segue com o azimute de 261°17'57" e a distância de 518,32 m até o marco 'ponto 106' (E=558.114,47 m e N=7.101.904,24 m); Daí segue com o azimute de 165°54'45" e a distância de 174,21 m até o marco 'ponto 107' (E=558.156,87 m e N=7.101.735,27 m); Daí segue com o azimute de 158°43'47" e a distância de 1.152,64 m até o marco 'ponto 108' (E=558.575,01 m e N=7.100.661,15 m); Daí segue com o azimute de 241°40'12" e a distância de 260,48 m até o marco 'ponto 109' (E=558.345,73 m e N=7.100.537,54 m); Daí segue com o azimute de 243°19'36" e a distância de 315,84 m até o marco 'ponto 110' (E=558.063,50 m e N=7.100.395,76 m); Daí segue com o azimute de 255°04'37" e a distância de 285,33 m até o marco 'ponto 111' (E=557.787,80 m e N=7.100.322,28 m); Daí segue com o azimute de 347°17'18" e a distância de 1.518,18 m até o marco 'ponto 112' (E=557.453,73 m e N=7.101.803,24 m); Daí segue com o azimute de 249°20'25" e a distância de 117,62 m até o marco 'ponto 113' (E=557.343,68 m e N=7.101.761,75 m); Daí segue com o azimute de 256°39'41" e a distância de 1.062,69 m até o marco 'ponto 114' (E=556.309,66 m e N=7.101.516,58 m); Daí segue com o azimute de 302°22'27" e a distância de 73,83 m até o marco 'ponto 115' (E=556.247,30 m e N=7.101.556,11 m); Daí segue com o azimute de 233°55'45" e a distância de 186,63 m até o marco 'ponto 116' (E=556.096,45 m e N=7.101.446,23 m); Daí segue com o azimute de 323°50'03" e a



distância de 108,43 m até o marco 'ponto 117' (E=556.032,46 m e N=7.101.533,76 m); Daí segue com o azimute de 273°52'30" e a distância de 23,62 m até o marco 'ponto 118' (E=556.008,89 m e N=7.101.535,36 m); Daí segue com o azimute de 317°46'20" e a distância de 51,06 m até o marco 'ponto 119' (E=555.974,58 m e N=7.101.573,17 m); Daí segue com o azimute de 49°22'02" e a distância de 199,64 m até o marco 'ponto 120' (E=556.126,08 m e N=7.101.703,18 m); Daí segue com o azimute de 137°07'51" e a distância de 155,46 m até o marco 'ponto 121' (E=556.231,84 m e N=7.101.589,24 m); Daí segue com o azimute de 43°11'31" e a distância de 574,24 m até o marco 'ponto 122' (E=556.624,88 m e N=7.102.007,90 m); Daí segue com o azimute de 35°48'07" e a distância de 86,49 m até o marco 'ponto 123' (E=556.675,47 m e N=7.102.078,05 m); Daí segue com o azimute de 21°09'01" e a distância de 157,26 m até o marco 'ponto 124' (E=556.732,22 m e N=7.102.224,72 m); Daí segue com o azimute de 27°39'21" e a distância de 101,12 m até o marco 'ponto 125' (E=556.779,15 m e N=7.102.314,29 m); Daí segue com o azimute de 41°50'27" e a distância de 87,87 m até o marco 'ponto 126' (E=556.837,77 m e N=7.102.379,75 m); Daí segue com o azimute de 56°57'16" e a distância de 113,40 m até o marco 'ponto 127' (E=556.932,83 m e N=7.102.441,59 m); Daí segue com o azimute de 71°55'48" e a distância de 86,04 m até o marco 'ponto 128' (E=557.014,63 m e N=7.102.468,28 m); Daí segue com o azimute de 80°44'38" e a distância de 231,85 m até o marco 'ponto 129' (E=557.243,46 m e N=7.102.505,57 m); Daí segue com o azimute de 0°00'00" e a distância de 147,10 m até o marco 'ponto 130' (E=557.243,46 m e N=7.102.652,67 m); Daí segue com o azimute de 66°36'15" e a distância de 783,50 m até o marco 'ponto 131' (E=557.962,54 m e N=7.102.963,79 m); Daí segue com o azimute de 41°29'49" e a distância de 209,22 m até o marco 'ponto 132' (E=558.101,17 m e N=7.103.120,49 m); Daí segue com o azimute de 20°07'52" e a distância de 143,25 m até o marco 'ponto 133' (E=558.150,47 m e N=7.103.254,99 m); Daí segue com o azimute de 87°57'55" e a distância de 53,13 m até o marco 'ponto 134' (E=558.203,57 m e N=7.103.256,88 m); Daí segue com o azimute de 54°39'35" e a distância de 72,06 m até o marco 'ponto 135' (E=558.262,35 m e N=7.103.298,56 m); Daí segue com o azimute de 19°21'21" e a distância de 158,63 m até o marco 'ponto 136' (E=558.314,93 m e N=7.103.448,23 m); Daí segue com o azimute de 1°33'22" e a distância de 298,46 m até o marco 'ponto 137' (E=558.323,03 m e N=7.103.746,58 m); Daí segue com o azimute de 33°19'13" e a distância de 151,89 m até o marco 'ponto 138' (E=558.406,47 m e N=7.103.873,50 m); Daí segue com o azimute de 1°56'04" e a distância de 288,92 m até o marco 'ponto 139' (E=558.416,22 m e N=7.104.162,26 m); Daí segue com o azimute de 55°12'09" e a distância de 159,34 m até o marco 'ponto 140' (E=558.547,06 m e N=7.104.253,19 m); Daí segue com o azimute de 1°50'16" e a distância de 282,04 m até o marco 'ponto 141' (E=558.556,11 m e N=7.104.535,08 m); Daí segue com o azimute de 3°45'27" e a distância de 161,06 m até o marco 'ponto 142' (E=558.566,66 m e N=7.104.695,80 m); Daí segue com o azimute de 357°16'00" e a distância de 115,60 m até o marco 'ponto 143' (E=558.561,15 m e N=7.104.811,26 m); Daí segue com o azimute de 15°08'00" e a distância de 45,40 m até o marco 'ponto 144' (E=558.573,00 m e N=7.104.855,09 m); Daí segue com o azimute de 351°16'59" e a distância de 132,49 m até o marco 'ponto 145' (E=558.552,92 m e N=7.104.986,05 m); Daí segue com o azimute de 319°36'59" e a distância de 175,71 m até o marco 'ponto 146' (E=558.439,08 m e N=7.105.119,89 m); Daí segue com o azimute de 336°31'47" e a distância de 265,27 m até o marco 'ponto 147' (E=558.333,43 m e N=7.105.363,22 m); Daí segue com o azimute de 313°22'02" e a distância de 121,60 m até o marco 'ponto 148' (E=558.245,03 m e N=7.105.446,72 m); Daí segue com o azimute de 290°58'04" e a distância de 51,50 m até o marco 'ponto 149' (E=558.196,94 m e N=7.105.465,14 m); Daí segue com o azimute de 353°14'27" e a distância de 56,16 m até o marco 'ponto 150' (E=558.190,33 m e N=7.105.520,92 m); Daí segue com o azimute de 326°31'37" e a distância de 95,19 m até o marco 'ponto 151' (E=558.137,83 m e

N=7.105.600,32 m); Daí segue com o azimute de 333°23'03" e a distância de 50,33 m até o marco 'ponto 152' (E=558.115,28 m e N=7.105.645,32 m); Daí segue com o azimute de 265°59'00" e a distância de 815,22 m até o marco 'ponto 153' (E=557.302,06 m e N=7.105.588,21 m); Daí segue com o azimute de 194°01'09" e a distância de 109,79 m até o marco 'ponto 154' (E=557.275,47 m e N=7.105.481,70 m); Daí segue com o azimute de 235°47'50" e a distância de 20,61 m até o marco 'ponto 155' (E=557.258,42 m e N=7.105.470,11 m); Daí segue com o azimute de 192°58'32" e a distância de 115,41 m até o marco 'ponto 156' (E=557.232,51 m e N=7.105.357,65 m); Daí segue com o azimute de 112°45'56" e a distância de 126,83 m até o marco 'ponto 157' (E=557.349,46 m e N=7.105.308,57 m); Daí segue com o azimute de 200°05'56" e a distância de 198,82 m até o marco 'ponto 158' (E=557.281,14 m e N=7.105.121,86 m); Daí segue com o azimute de 296°23'05" e a distância de 294,11 m até o marco 'ponto 159' (E=557.017,67 m e N=7.105.252,56 m); Daí segue com o azimute de 318°50'59" e a distância de 888,68 m até o marco 'ponto 160' (E=556.432,89 m e N=7.105.921,72 m); Daí segue com o azimute de 48°50'59" e a distância de 854,63 m até o marco 'ponto 161' (E=557.076,41 m e N=7.106.484,10 m); Daí segue com o azimute de 98°06'25" e a distância de 1.068,49 m até o marco 'ponto 162' (E=558.134,23 m e N=7.106.333,42 m); Daí segue com o azimute de 346°12'28" e a distância de 159,40 m até o marco 'ponto 163' (E=558.096,23 m e N=7.106.488,22 m); Daí segue com o azimute de 358°34'46" e a distância de 125,04 m até o marco 'ponto 164' (E=558.093,13 m e N=7.106.613,22 m); Daí segue com o azimute de 7°20'42" e a distância de 100,12 m até o marco 'ponto 165' (E=558.105,93 m e N=7.106.712,52 m); Daí segue com o azimute de 7°20'42" e a distância de 48,66 m até o marco 'ponto 166' (E=558.112,15 m e N=7.106.760,78 m); Daí segue com o azimute de 9°43'35" e a distância de 93,99 m até o marco 'ponto 167' (E=558.128,03 m e N=7.106.853,42 m); Daí segue com o azimute de 19°59'47" e a distância de 105,58 m até o marco 'ponto 168' (E=558.164,13 m e N=7.106.952,63 m); Daí segue com o azimute de 7°24'39" e a distância de 137,45 m até o marco 'ponto 169' (E=558.181,86 m e N=7.107.088,94 m); Daí segue com o azimute de 357°15'19" e a distância de 120,29 m até o marco 'ponto 170' (E=558.176,10 m e N=7.107.209,09 m); Daí segue com o azimute de 343°46'37" e a distância de 97,26 m até o marco 'ponto 171' (E=558.148,93 m e N=7.107.302,48 m); Daí segue com o azimute de 92°59'00" e a distância de 594,78 m até o marco 'ponto 172' (E=558.742,90 m e N=7.107.271,52 m); Daí segue com o azimute de 2°22'44" e a distância de 205,03 m até o marco 'ponto 173' (E=558.751,41 m e N=7.107.476,38 m); Daí segue com o azimute de 102°28'49" e a distância de 84,97 m até o marco 'ponto 174' (E=558.834,37 m e N=7.107.458,01 m); Daí segue com o azimute de 88°29'13" e a distância de 100,85 m até o marco 'ponto 175' (E=558.935,19 m e N=7.107.460,68 m); Daí segue com o azimute de 86°36'12" e a distância de 137,02 m até o marco 'ponto 176' (E=559.071,97 m e N=7.107.468,80 m); Daí segue com o azimute de 68°02'39" e a distância de 59,93 m até o marco 'ponto 177' (E=559.127,56 m e N=7.107.491,20 m); Daí segue com o azimute de 89°13'00" e a distância de 154,79 m até o marco 'ponto 178' (E=559.282,34 m e N=7.107.493,32 m); Daí segue com o azimute de 91°59'20" e a distância de 289,61 m até o marco 'ponto 179' (E=559.571,77 m e N=7.107.483,27 m); Daí segue com o azimute de 110°44'18" e a distância de 223,74 m até o marco 'ponto 180' (E=559.781,02 m e N=7.107.404,04 m); Daí segue com o azimute de 117°42'00" e a distância de 294,98 m até o marco 'ponto 181' (E=560.042,19 m e N=7.107.266,92 m); Daí segue com o azimute de 90°42'29" e a distância de 616,50 m até o marco 'ponto 182' (E=560.658,65 m e N=7.107.259,30 m); Daí segue com o azimute de 354°17'06" e a distância de 204,57 m até o marco 'ponto 183' (E=560.638,27 m e N=7.107.462,86 m); Daí segue com o azimute de 342°41'05" e a distância de 53,82 m até o marco 'ponto 184' (E=560.622,26 m e N=7.107.514,24 m); Daí segue com o azimute de 0°34'18" e a distância de 55,38 m até o marco 'ponto 185' (E=560.622,81 m e N=7.107.569,62 m); Daí segue com o azimute de 9°40'18" e a

distância de 94,53 m até o marco 'ponto 186' (E=560.638,69 m e N=7.107.662,81 m); Daí segue com o azimute de 7°59'54" e a distância de 340,41 m até o marco 'ponto 187' (E=560.686,06 m e N=7.107.999,91 m); Daí segue com o azimute de 5°38'46" e a distância de 133,72 m até o marco 'ponto 188' (E=560.699,21 m e N=7.108.132,98 m); Daí segue com o azimute de 335°59'51" e a distância de 432,49 m até o marco 'ponto 189' (E=560.523,29 m e N=7.108.528,07 m); Daí segue com o azimute de 331°04'31" e a distância de 203,41 m até o marco 'ponto 190' (E=560.424,90 m e N=7.108.706,11 m); Daí segue com o azimute de 349°04'01" e a distância de 114,92 m até o marco 'ponto 191' (E=560.403,11 m e N=7.108.818,95 m); Daí segue com o azimute de 0°56'44" e a distância de 112,92 m até o marco 'ponto 192' (E=560.404,97 m e N=7.108.931,85 m); Daí segue com o azimute de 8°26'12" e a distância de 306,51 m até o marco 'ponto 193' (E=560.449,94 m e N=7.109.235,04 m); Daí segue com o azimute de 85°01'54" e a distância de 202,85 m até o marco 'ponto 194' (E=560.652,03 m e N=7.109.252,61 m); Daí segue com o azimute de 335°47'56" e a distância de 818,91 m até o marco 'ponto 195' (E=560.316,32 m e N=7.109.999,54 m); Daí segue com o azimute de 65°25'58" e a distância de 716,14 m até o marco 'ponto 0=PP' (E=560.967,63 m e N=7.110.297,29 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.210,47 ha.

Art. 2º. Considerar-se-ão, no todo, urbanas aquelas propriedades que, embora não abrangidas na integralidade pelo perímetro urbano, tenham a parte remanescente rural com área inferior no módulo mínimo rural.

Art. 3º. A Prefeitura de Canoinhas deverá efetivar a materialização dos vértices do polígono que delimita o perímetro urbano, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da presente lei.

Art. 4º. É parte integrante e complementar desta Lei o anexo I – Mapa do Perímetro Urbano da Sede.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº. 5.616, de 15 de julho de 2015, e posteriores alterações, bem como as demais disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 001/2017**

PORTARIA Nº 001/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado RENATO JARDEL GURTINSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento a partir de 02/01/2017, interinamente, até que seja nomeado o titular da pasta.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/01/2017.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Administrador  
CRA/SC 18.040  
Mat. 10464

#### **PORTARIA Nº 002/2017**

PORTARIA Nº 002/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e artigo 86, inciso II, "a" da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art.1º - Fica nomeada MARINA HAAG, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico Municipal junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 02/01/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento (interino)

#### **PORTARIA Nº 003/2017**

PORTARIA Nº. 003/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e artigo 86, inciso II, "b" da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art.1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do servidor CÉLIO GALESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/01/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento (interino)

#### **PORTARIA Nº 004/2017**

PORTARIA Nº 004/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeada VIVIANNE PAILO COLLARES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Planejamento, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º - Fica nomeado GILMAR MARTINS DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras, a partir de 02/01/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 005/2017**

PORTARIA Nº. 005/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e artigo 86 inciso II, "a" da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeada MARIA JOSEFA GUTTERVILL LEITE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, a partir de 02/01/2017, exercendo as suas funções junto ao Gabinete.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 006/2017**

PORTARIA Nº. 006/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e artigo 103, § 1º da Lei nº 2.305/90, resolve:

**INTERROMPER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 007/2017**

PORTARIA Nº 007/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o artigo 78 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

**RETIRAR ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

Art.1º. Fica retirado, a partir de 01/01/2017, o adicional por tempo integral de que trata o art. 78 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, concedidos a todos servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional desta municipalidade.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de



Administração e Finanças, em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 1117/2016**

PORTARIA Nº. 1117/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ANA MARLI WURZER BILESECKI, detentora da matrícula nº 24 e do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00044/16-2, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1118/2016**

PORTARIA Nº. 1118/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro à servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, efetiva no cargo de Técnico em Administração, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1119/2016**

PORTARIA Nº. 1119/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro à servidora ROSELI DOBROSHINSKEI, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1120/2016**

PORTARIA Nº. 1120/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido LETÍCIA DOS REIS SILVA, comissionada no cargo de Coordenador de Gabinete, junto ao Gabinete, a partir de 28/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 620/DP/2016.

Art. 2º - Fica exonerada a pedido LUANA SCHIMASKI DE FARIAS, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 28/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 620/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1121/2016**

PORTARIA Nº. 1121/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido Auxílio Funeral a Sra. GENI STRUZI KUMINEK, pelo falecimento de seu esposo Sr. VALDEMAR KUMINEK, servidor público municipal inativo, ocorrido no dia 13 de dezembro de 2016, conforme Comunicação Interna nº. 620/DP/2016.

Parágrafo Único: O Auxílio Funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1122/2016**

PORTARIA Nº. 1122/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerada JOVINA MARIA DOS SANTOS PACHECO CAETANO, efetiva no cargo de Assistente Técnico Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada DIRCELIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 3º - Fica exonerada MARILI POSTOL FROHNER, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 4º - Fica exonerada TEREZINHA APARECIDA GOGOLA BAYERS-TORFF, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 5º - Fica exonerada LINDAMIR SOARES WOEHL, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1123/2016**

PORTARIA Nº. 1123/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, com base no §4º e §5º do art. 55º da Lei 2.305/1990, resolve:

**CONCEDER PENSÃO POR MORTE**

Art. 1º - Fica concedida Pensão por Morte a partir de 14/12/2016, para a Sra. GENI STRUZI KUMINEK, inscrita no CPF sob nº. 076.072.979-44, em decorrência do falecimento de seu esposo, servidor inativo do Município de Canoinhas, Sr. VALDEMAR KUMINEK, inscrito no CPF sob nº. 01.038.359-91, no valor dos proventos auferidos pelo servidor falecido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1124/2016**

PORTARIA Nº. 1124/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerado IVAN GILBERTO KRAUSS, comissionado no cargo de Assessor Jurídico Municipal, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 2º - Fica exonerado DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO, comissionado no cargo de Assessor Jurídico Municipal, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 3º - Fica exonerada MARINA HAAG, comissionada no cargo de Assessor Jurídico Municipal, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 4º - Fica exonerada JUCELLI CRISTINA MOREIRA, comissionada no cargo de Assessor de Comunicação, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 5º - Fica exonerado WAGNER BILITZKI, comissionado no cargo de Assessor Administrativo, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 6º - Fica exonerado JONAS DOS SANTOS LIMA, comissionado no cargo de Chefe de Gabinete, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 7º - Fica exonerada IEDA MARIA DOBROSHINSKEI ALBERTI, comissionada no cargo de Supervisor Controle Interno, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 8 - Fica exonerado WANDERLEY JOSÉ DOMBROSKI, comissionado no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 9º - Fica exonerado NELSON DOS REIS SILVA, comissionado no cargo de Supervisor III, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 10º - Fica exonerado GIOVANI PAULO KLEMPOUZ, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 11º - Fica exonerada ALICE MARA PAULO, comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 12º - Fica exonerada MAYARA PADILHA DA SILVA, comissionada no cargo de Diretor Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 13º - Fica exonerado JOSÉ ROCI MOREIRA CORDEIRO, comissionado no cargo de Diretor Financeiro, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 14º - Fica exonerado ANTONIO CARLOS GOMES DOS SANTOS, comissionado no cargo de Coordenador Executivo PROCON, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 15º - Fica exonerada DAIANE VIEIRA DO NASCIMENTO, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 16º - Fica exonerada NILZA DE ALEXANDRIA KRAUSS, comissionada no cargo de Chefe de setor, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 17º - Fica exonerado LUIZ HAROLD MUNHOZ, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 18º - Fica exonerada ANDRIELLI DE GOSS, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 19º - Fica exonerado WILLIAN THIAGO GROTH CARDOSO, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 20º - Fica exonerado HAMILTON WENDT, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Educação, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 21º - Fica exonerado DIEGO STAVISKI, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 22º - Fica exonerado RENATO LEANDRO, comissionado no cargo de Diretor Técnico, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 23º - Fica exonerado MARCELO CUBAS LEITE, comissionado no cargo de Diretor Técnico, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 24º - Fica exonerada ROSANGELA TODT PRUS, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 25º - Fica exonerado MARCELO GONÇALVES PADILHA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 26º - Fica exonerada JULIANE DE LIMA CARVALHO, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 27º - Fica exonerado ALEXANDRO DE OLIVEIRA MELO, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 28º - Fica exonerado GILSON MACHADO MASSANEIRO, comissionado no cargo de Chefe de Vigilância Sanitária, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 29º - Fica exonerado JOERCIO MIELKE, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 30º - Fica exonerado MARCOS DANIEL MARKIV, comissionado no cargo de Diretor Agropecuário, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 31º - Fica exonerada JULIANA DE FÁTIMA DA SILVA SCHULKA, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 32º - Fica exonerado MARCELO TOKARSKI, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 33º - Fica exonerado JOÃO ALVES DOS SANTOS, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 34º - Fica exonerado GILSON LUIZ GUIMARÃES, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Planejamento, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 35º - Fica exonerado CLEISON TARCISIO FUCK, comissionado no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 36º - Fica exonerada FLÁVIA MACCARINI, comissionada no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 37º - Fica exonerado FABIO LUIZ PACKER DE LIMA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 38º - Fica exonerado PAULO MARCO RIBEIRO, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 39º - Fica exonerada NIKELI LOIK, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 40º - Fica exonerado LEANDRO DO PRADO, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 41º - Fica exonerada KARINA VOIGT RODRIGUES, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto ao Fundo Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 42º - Fica exonerado ADRIANO KRALING, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 43º - Fica exonerada SILVIA MARIA DO PRADO KRULL, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 44º - Fica exonerada NAIR CAROLINA WOITEXEN, comissionada no cargo de Coordenador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 45º - Fica exonerada VERA LUCIA PIOTROWSKI CUBAS, comissionada no cargo de Coordenador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 46º - Fica exonerada ADRIANA FILOMENA PETRY, comissionada no cargo de Coordenador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 47º - Fica exonerada ROSEMARI STEILEIN CONTE, comissionada no cargo de Coordenador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 48º - Fica exonerado FERNANDO LUIZ DE OLIVEIRA, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 49º - Fica exonerado JORGE LUIZ BORBA, comissionado no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 50º - Fica exonerada KAROLINE APARECIDA CRESTANI, comissionada no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 51º - Fica exonerado JOSE DARCI DE MOURA BUENO, comissionado no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 52º - Fica exonerado FLORISVALDO BESS, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 53º - Fica exonerada DANIELLA JAREMCZUK, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 54º - Fica exonerado EMANUEL GRITTEN, comissionado no cargo de Encarregado, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 55º - Fica exonerado MARCOS JOSÉ AGNOLETO MAZIERO, comissionado no cargo de Encarregado, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 56º - Fica exonerado JAMES MIGUEL LANKE, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 57º - Fica exonerado ANGELO NIEDZIELSKI, comissionado no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 58º - Fica exonerada JULIANA HAUFFE RODRIGUES, comissionada no cargo de Supervisor I, junto ao Gabinete, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 59º - Fica exonerado JUARES MOISSA, comissionado no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação



Interna Nº 622/2016.

Art. 60º - Fica exonerado MARCIO LUIZ WERKA, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 61º - Fica exonerado RODRIGO LEITHOLD, comissionado no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 62º - Fica exonerado JOÃO ARY KRAUTCHYCHYN, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Habitação, junto à Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 31/12/2016, conforme Comunicação Interna Nº 622/2016.

Art. 63º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 64º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1125/2016**

PORTARIA Nº. 1125/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido RICARDO PEREIRA MARTIN, nomeado no cargo de Presidente Honorífico da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, junto à Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a partir de 31/12/2016, conforme Ofício nº. 057/FMEL/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1126/2016**

PORTARIA Nº. 1126/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

### **AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARIA JANETE DRANKA, detentora da matrícula

nº 448 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00042/16-0, da qual se extraiu o período de 16 (dezesseis) anos, 06 (SEIS) meses e 00 (zero) dia, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARLENE DE MIRANDA LIMA, detentora da matrícula nº 496 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00048/98-4, da qual se extraiu o período de 22 (vinte e dois) anos, 09 (nove) meses e 21 (vinte e um) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1127/2016**

PORTARIA Nº. 1127/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

### **AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MÁRCIA JOANA WOLFF CRESTANI, detentora da matrícula nº 210 e do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00064/16-3, da qual se extraiu o período de 19 (dezenove) anos, 06 (seis) meses e 00 (zero) dia, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1128/2016**

PORTARIA Nº. 1128/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, atualmente comissionada no cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora CELIZE MARIA WEINERT, efetiva no cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 12/01/2017 a 10/02/2017, conforme Requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora CLAUDIA BARBOSA DA SILVA SOUZA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/01/2017 a 30/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor MARIO CESAR MARCOS, efetivo no cargo de Motorista Socorrista - SAMU, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/01/2017 a 30/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1129/2016**

PORTARIA Nº. 1129/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ROSILENE DE FÁTIMA SCHULKA JAREMCZUK, efetiva no cargo de Assistente Social, atualmente comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Habitação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/01/2017 a 01/02/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora TAYNÁ MACHADO, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/01/2017 a 16/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1130/2016**

PORTARIA Nº. 1130/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal VACILA ANA ZUCCO STANISZEWSKI, efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 29/12/2016 à 26/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 626/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 1131/2016**

PORTARIA Nº. 1131/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 04 (quatro) dias de Férias à servidora FLAVIA MACCARINI, comissionada no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento,



referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar a partir do dia 27/12/2016, conforme Comunicação Interna nº. 625/SDP/2016.

Parágrafo Único: Os dias concedidos à servidora descrita no caput deste artigo referem-se aos dias de férias interrompidos entre 19 e 22 de dezembro, conforme Comunicação Interna nº. 621/SMA-FO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 1132/2016**

PORTARIA Nº. 1132/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 02 (dois) dias de Férias à servidora VALÉRIA SOARES DE LIMA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar a partir do dia 02/01/2017, conforme Comunicação Interna nº. 630/SDP/2016.

Parágrafo Único: Os dias concedidos à servidora descrita no caput deste artigo referem-se aos dias de férias interrompidos entre 24 e 25 de novembro, conforme Comunicação Interna nº. 624/SMA-FO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 1133/2016**

PORTARIA Nº. 1133/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR CARGOS**

Art. 1º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Supervisor I, a partir de 31/12/2016, ANDREIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 2º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto ao Fundo Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 3º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e da Família, a partir de 31/12/2016, ANGELA MARIA SOARES, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 4º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, ARLETE SOARES, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 5º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, BEATRIZ MULLER PAZDA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 6º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Tesoureiro, a partir de 31/12/2016, CARMEN NOERNBERG, efetiva no cargo de Agente administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 7º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, CATARINA RURHES PINTO THEODOROVITZ, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 8º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, a partir de 31/12/2016, CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS, efetivo no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto ao Fundo Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 9º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, CRISTIANE MATTESEN WEINFURTER, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 10º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Indústria e Comércio, a partir de 31/12/2016, DEOMEDES DE LOURDES DOS SANTOS, efetiva no cargo de Atendente de Saúde Pública, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 11º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, DIOGO CARLOS SEIDEL, efetivo no cargo de Administrador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 12º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de

Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, DIRCE POKRYVIECKI HESSE, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 13º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, EDUARDO CARVALHO DO PRADO, efetivo no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 14º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor Pedagógico, a partir de 31/12/2016, ELFI IRENE NOERNBERG PANGRATZ, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 15º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, ELIANE CARVALHO, efetiva no cargo de Professor, junto ao Fundo Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 16º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, ELIANE PEREIRA PIECZARKA, efetiva no cargo de Professor, junto ao Fundo Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 17º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, FRANCISCA CARLIM, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 18º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, GIOVANE DE LIMA, efetivo no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 19º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributação, a partir de 31/12/2016, GLAUCIO EMILIO DE PAULA E SILVA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 20º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, IVONE WAGNER, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 21º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Ensino Fundamental 1ª a 4ª, a partir de 31/12/2016, IZANE MARIA PEREIRA, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 22º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, a partir de 31/12/2016, JOSE CARLOS HERBST, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 23º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, JUCIANE SAMARA PAZDA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 24º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, LARISSA

DEL GOBO KRUGER BALUTA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 25º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, LEILA DE FATIMA DARMORUS DIEFENTHELER, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 26º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, a partir de 31/12/2016, LILIANE TAIS GROSSKOPF, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 27º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Supervisor III, a partir de 31/12/2016, LORIVAL SCHIPITOSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 28º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Educação Infantil, a partir de 31/12/2016, LUCIANE APARECIDA DARMORUS ZUCCO, efetiva no cargo de Administrador Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 29º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo - ICPREV a partir de 31/12/2016, LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 30º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, LUIS ROBERTO HOLLER, efetivo no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 31º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, MARIA DE LOURDES LEMOS, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 32º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Supervisor I, a partir de 31/12/2016, MARILI DE FATIMA PEREIRA ECKER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 33º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 34º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, MAURO EDSON JUNGLES, efetivo no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 35º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro Educacional, a partir de 31/12/2016, NILCELIA CRISTINA TRISNOSKI TODT, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 36º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção, a partir de 31/12/2016, NORBERTO FRANCISCO BRAUTL, efetivo no cargo de Mecânico de Maquinas e

Veículos, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 37º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, ROSEMERI RODRIGUES FERREIRA BRANDL, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 38º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, a partir de 31/12/2016, ROSILENE DE FATIMA SCHULKA JAREMCZUK, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 39º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, a partir de 31/12/2016, ROSIMARI DE FATIMA CUBAS BLAKA, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 40º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Ensino Fundamental, a partir de 31/12/2016, SALETE PALHANO DE ANDRADE, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 41º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, SANDRA REGINA CORNELSEN RIBAS PEREIRA, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 42º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, SANDRA RODRIGUES DA SILVA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 43º - Fica exonerado do cargo de provimento em comissão de Diretor, a partir de 31/12/2016, SILVONEI REGINALDO ROMANOVSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 44º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, SIMONE CALIXTO LÉRIA STAFIM, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 45º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, THALITA DAIANE PEREIRA BOSSE, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 46º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, VALDICEIA DOLIZETTI MUNHOZ NOERNBERG, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 47º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Contador Geral, a partir de 31/12/2016, VANESSA LANGER, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 48º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, VANIA VALQUIRIA RODRIGUES FIDENCIO DA COSTA, efetiva no cargo de Professor,

junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 49º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, a partir de 31/12/2016, ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 50º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31/12/2016, ZENITE LECH, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº. 614/SDP/2016.

Art. 51º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 012/2017**

PORTARIA Nº. 012/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **NOMEAR COMISSÃO**

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, bem como a Lei Federal nº 10.520/02, ficam nomeados os abaixo relacionados como Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem na modalidade denominada Pregão Presencial e Eletrônico, visando à aquisição de bens e serviços comuns, provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais.

I. Pregoeiro: Marciano Fernandes Correa;

Suplente: Roberta Josiane Schafaschek.

II. Equipe de Apoio: Adilson Fernando Ribeiro;

Suplente: Karina de Cassia Kohler Wendt.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº. 013/2017**

PORTARIA Nº. 013/2017

Renato Jardel Gurtinski  
Vice-Prefeito

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

Ver. Gil Baiano  
Presidente da Câmara**NOMEAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Licitação em suas diversas modalidades, visando aquisições e contratações provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, conforme abaixo relacionados:

Presidente:  
Adilson Fernando Ribeiro.

Secretária:  
Karina de Cassia Kohler Wendt.

Membro Titular:  
Diogo Carlos Seidel.

Membros Suplentes:  
Luís Gustavo Vieira de Britto;  
Marciano Fernandes Correa;  
Karla Fatima Brey Lachman.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 754/2016, bem como as demais disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 03 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**TERMO DE COMPROMISSO E POSSE****TERMO DE COMPROMISSO E POSSE**

No primeiro dia de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas e trinta minutos, na sede da Câmara de Vereadores de Canoinhas, compareceram em sessão solene, sob a Presidência "Ad Hoc" do Vereador Gil Baiano, o Prefeito eleito Gilberto dos Passos e o Vice-Prefeito Renato Jardel Gutinski. Tendo apresentados os documentos solicitados na Resolução nº 825, de 21/12/2001, foram convidados a prestarem o compromisso constante do Art. 59 da Lei Orgânica do Município, e a seguir, foram legalmente empossados como Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Canoinhas para mandato de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020. Na sequência assinou o Termo de Posse como Prefeito o Exmº Sr. Gilberto dos Passos e como Vice-Prefeito o Exmº Sr. Renato Jardel Gurtinski. Para constar, vai lavrado o presente termo de posse, que vai pelo Secretário rubricado e assinado pelos eleitos e pelo Presidente da Câmara.

Sala de reuniões da Câmara de Canoinhas, em 1º de janeiro de 2017.  
Gilberto dos Passos  
Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto nº 002/2017

DECRETO No 002, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei no 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

#### DECRETA:

Art.1o Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

#### I - Membros efetivos:

- a) Daiane Toscan Helt;
- b) Ana Paula Enderle;
- c) Jorge Luiz Soldi.

#### II - Membros Suplentes:

- a) Katia Bazzo;
- b) Kayçara Samarony Morosin;
- c) Thays Inara Bonissoni Almeida.

Art. 2o A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

### Decreto nº 003/2017

DECRETO No 003, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais no 5.450, de 31 de maio de 2005 e no 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal no 004 de 06 de janeiro de 2006;

#### DECRETA:

Art. 1o Ficam nomeados as Servidoras Públicas Municipais Ana Paula Enderle e Daiane Toscan Helt, para exercerem a função de pregoeiras até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2017, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Capinzal, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Capinzal.

Art. 2o Ficam nomeados para compor Equipe de Apoio ao Pregoeiro,

os Servidores Públicos:

I - Membros efetivos:

- a) Jorge Luiz Soldi;
- b) Kátia Bazzo.

II - Membros Suplentes:

- a) Kayçara Samarony Morosin;
- b) Thays Inara Bonissoni Almeida.

Art. 3o Os pregoeiros solicitarão aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

### EDITAL Nº 001/2017

EDITAL Nº 001, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Carmelo Zócolli, nº 155, neste ato representado por seu Prefeito Nilvo Dorini, em consonância com a Lei Complementar nº 134, de 22 de dezembro de 2009 regulamentada pelo Decreto nº 052, de 05 de junho de 2012 e Lei Complementar nº 174 de 3 de dezembro de 2014, comunica aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que os carnês do referido imposto deverão ser retirados, no período de 03 a 28 de abril de 2017, na Central de Distribuição instalada no Centro Administrativo Municipal Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmelo Zócolli, nº 155, Centro, nesta cidade, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

O pagamento em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto, pode ser realizado até o dia 15 de maio de 2017 e para os contribuintes que optarem pelo parcelamento, os vencimentos são os seguintes:

- 1ª Parcela com vencimento em 15 de maio de 2017;
- 2ª Parcela com vencimento em 16 de junho de 2017;
- 3ª Parcela com vencimento em 17 de julho de 2017;
- 4ª Parcela com vencimento em 15 de agosto de 2017.

O recolhimento do IPTU poderá ser feito nas Agências da Caixa Econômica Federal, Rede de Lotéricas e Correspondentes "Caixa Aqui".

Capinzal, SC, em 2 de janeiro de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Jorge Luiz Soldi

Fiscal Tributário

**PORTARIA 0011/2017**

PORTARIA Nº 0011, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.618, de 27 de março de 1992, resolve:

Art. 1º Designar Kamille Sartori Beal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Saúde, nível CC – 5, para responder pelo FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

**PORTARIA 0018/2017**

PORTARIA Nº 0018, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Eliana Luiza Durli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Tesouraria, nível 69, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Diretoria Financeira.

Art. 2º Conceder gratificação de 20% (vinte por cento) à servidora, conforme o artigo 85 § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 0019/2017**

PORTARIA Nº 0019, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Benjamin Arcangelo Borsoi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, nível 295, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Diretoria Contábil.

Art. 2º Conceder gratificação de 20% (vinte por cento) ao servidor, conforme o artigo 85 § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 0020/2017**PORTARIA Nº 0020, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 0004/2017, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Elisangela Aparecida Bagnolin, matrícula nº 309150/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, nível 072, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**RESOLUÇÃO CIALAR 01.2017**

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Tesoureiro, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 17, IX do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada Kamille Sartori Beal, brasileira, casada, nascida em 19 de fevereiro de 1975, inscrita no CPF sob o nº 982.040.179-87, para exercer as funções de Tesoureiro do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de Comissão de Secretária Municipal da Saúde, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e designada como Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 02 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2017**

## DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2017

PROCESSO Nº CAO/0003/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC

FORNECEDOR CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CNPJ DO CONTRATADO: 08.336.783/0001-90

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AO CONSUMO ESTIMADO DA AUTARQUIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.320.000,00 (UM MILHÃO, TREZENTOS E VINTE MIL REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 24, INC. XXII DA LEI 8666/93.

CAPINZAL/SC, 03 DE JANEIRO DE 2017.

SIDNEI PENZO

DIRETOR

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/53/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/53/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SG TERRAPLENAGEM LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 04.873.624/0001-74

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, CARGA E DESCARGA DE SOLO COM VOLUME PREVISTO DE 470 M³, (COM FORNECIMENTO DE ART DE EXECUÇÃO. (COM FORNECIMENTO DE ART DE EXECUÇÃO).

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2016

VIGÊNCIA: 27/12/2016 A 10/02/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/54/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/54/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

CNPJ DO CONTRATADO: 19.685.906/0001-15

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/41/2016, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE ADUTORA EM FERRO FUNDIDO, PARA SUCÇÃO DE ÁGUA TRATADA DA CASA DE BOMBAS CB-11, (COM FORNECIMENTO DE ART DE EXECUÇÃO).

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2016

VIGÊNCIA: 12/12/2016 A 09/02/2017

**PORTARIA N º 03/2017/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 003/2017/SIMAE-CAO, de 04 de janeiro de 2017.

Nomeia servidora para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

## RESOLVE:

Nomear a Sra. ISADORA RIBEIRO DOS SANTOS, nascida em 25/01/1995, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico, Padrão 5.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

# Catanduvas

## CÂMARA MUNICIPAL

### **TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA PARA O BIENIO 2017/2018**

TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA PARA O BIENIO 2017/2018

Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2017, nos termos da LOM – Lei Orgânica do Município de Catanduvas (SC) e Regimento Interno da Câmara, conforme Artigos 6º e 7º, foi procedida a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2017/2018, ficando constituída da seguinte forma:

Cargo: Vereador: Partido: Assinatura:

Presidente Monalisa Ruaro PR \_\_\_\_\_

Vice-Presidente Cristiano Begnini PMDB \_\_\_\_\_

1ª Secretária Claire Regina Haro Zuqui PSD \_\_\_\_\_

2ª Secretária Angela Mª Cassiano de Moraes da Cruz PPS \_\_\_\_\_

Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC, 03 de janeiro de 2017.

MONALISA RUARO                      CLAIRE REGINA HARO ZUQUI

Presidente                              1ª SECRETÁRIA

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 019/2017

DECRETO Nº 019/2016

“Dispõe sobre nomeação de membros da comissão permanente de licitações e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitações do município de Caxambu do Sul, para atuar em caráter permanente no exercício de 2017.

Art. 2º. A comissão permanente de licitação, ora instituída, será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – EMERSON SALVAGNI;

II – SAIANE BURTET DO AMARAL;

III – IVETE GOTTARDI DA SILVA;

IV – ITANIR MARANGONI.

Art. 3º As atribuições da Comissão inclui, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2016.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 01/2015, 01/2016 e 151/2016.

Caxambu do Sul - SC, em 03 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 020/2017

DECRETO Nº 020/2016

“Dispõe sobre designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade de pregão no município de Caxambu Do Sul/SC”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, c/c o Decreto Municipal n. 91/2006, que regulamentou a Licitação – Modalidade Pregão, instituída pela Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002, no âmbito do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Municipal EMERSON SALVAGNI para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º . Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

I – SAIANE BURTET DO AMARAL;

II – IVETE GOTTARDI DA SILVA;

III – ITANIR MARANGONI.

Art. 3º . As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2017.

Art. 4º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 02/2015 e 150/2016.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 021/2017

DECRETO Nº 021/2016

“Dispõe sobre designação de servidores para exercer as funções de leiloeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade leilão no município de Caxambu Do Sul/SC”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o Inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado como leiloeiro o servidor público municipal, Senhor EMERSON SALVAGNI, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para promover os Leilões de venda de ativos inservíveis do Município de Caxambu do Sul – SC.

Art. 2º . Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio:

I – SAIANE BURTET DO AMARAL;

II – IVETE GOTTARDI DA SILVA;

III – ITANIR MARANGONI.

Art. 3º. As atribuições do leiloeiro e da equipe de apoio terão vigência no exercício 2017.

Art. 4º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 46/2016.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 022/2017

DECRETO Nº 022/2017

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 001/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio-Ambiente, o(a) Sr(a). Evanclei Alves de Farias, brasileiro(a), casado(o), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.038.398.589-76 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 4589687, domiciliada Rua Manoel Klauck, 280, centro de São Carlos/SC.

Parágrafo único: fica designado o Sr. Evanclei Alves de Farias para exercer às funções de Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio-Ambiente, até a nomeação futura de secretário.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro 2017.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 023/2017**

DECRETO Nº 023/2017

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 001/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o(a) Sr(a). Lenoir Artur Rolin de Moura, brasileiro(a), casado(o), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.033.461.619-00 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 1493565, domiciliada Av. Pres. Getúlio Vargas, 615, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro 2017.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 024/2017**

DECRETO Nº 024/2017

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 001/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de Secretário(a) Municipal de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, o(a) Sr(a). Inédio Antelmo Tomasi, brasileiro(a), casado(o), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.950.608.479-34 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 2994548, domiciliada Rua Duque de Caxias, nº 570, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro 2017.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 025/2017**

DECRETO Nº 025/2017

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 001/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o(a) Sr(a). Bernardete Marangoni Vivian, brasileiro(a), casado(o), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.743.877.749-91 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 3978550, domiciliada Linha Humaitá, S/nº, interior do município de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro 2016.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 026/2017**

DECRETO Nº 026/2017

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 001/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, o(a) Sr(a). Gilmar Vedovatto, brasileiro(a), casado(o), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.649.941.399-20 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 2994557, domiciliada Linha Taffarel, S/nº, interior do município de Caxambu do Sul/SC.

Parágrafo único – fica designado o Sr. Gilmar Vedovatto para exercer às funções de Secretário de Transportes até a nomeação futura de secretário.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de janeiro 2016.

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE POSSE 2017

ATA 01/2017

ATA DA SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O BIÊNIO DE 2017/2018.

No segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, atendendo as determinações Constitucionais, legais e aos ditames do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó, às dezoito horas, no Teatro do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, Senhor ILDO ADÃO ANTONINI, reuniram-se os Senhores Vereadores eleitos: ADERBAL ANTONIO PEDROSO DA SILVA; ARESTIDE FIDÉLIS; ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO; CLAIMAR CESAR DE CONTO; CLEBER CECCON; CLEITON MARCIO FOSSA; DERLI MAIER; DIEGO FERNANDO ALVES; ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI; IVALDO PIZZINATTO; JATIR JOSE BALBINOT; JOÃO LUIS SIQUEIRA; JOÃO MARIA MARQUES ROSA; LUIZ PAULO CARARO; MARCILEI ANDREA PEZENATTO VIGNATTI; MARCIO ERNANI SANDER; NEURI LUIZ MANTELLI; VALDEMIR ANTONIO STOBE e VALMOR JÚNIOR SCOLARI, para a eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Chapecó, para o biênio dois mil e dezessete e dois mil e dezoito. O Senhor Presidente convocou para secretariá-lo nos trabalhos a Vereadora Marcilei Vignatti. Após o início dos trabalhos, a reunião foi suspensa por cinco minutos, com a finalidade de receber as inscrições das chapas concorrentes aos cargos da Mesa Diretora. Retornando aos trabalhos, o Senhor Presidente informou que havia sido apresentada apenas uma chapa para compor os cargos da Mesa Diretora, sendo devidamente homologada, a qual estava composta da seguinte forma: CHAPA ÚNICA: para Presidente: Vereador Valmor Júnior Scolari - PSD; para Vice-Presidente: Vereador Itamar Antonio Agnoletto - PSDB, para Primeiro Secretário: Vereadora Marcilei Vignatti - PT, para Segundo Secretário: Vereador Valdemir Antonio Stobe - PTB. Explicados os critérios da eleição, os contidos nos artigos 19 à 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal, passou-se a realização da eleição. O o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores para que manifestassem o seu voto, conforme chamada nominal. Finalizada a votação, a Chapa Única obteve vinte votos favoráveis. Em ato contínuo, foram declarados eleitos e empossados pelo Senhor Presidente, Vereador ILDO ADÃO ANTONINI, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, respectivamente, os Vereadores: Valmor Júnior Scolari, Itamar Antonio Agnoletto, Marcilei Vignatti e Valdemir Antonio Stobe. Após houve breve pronunciamento do Presidente eleito, Vereador Valmor Júnior Scolari, o qual agradeceu a confiança dos nobres pares que lhe confiaram a Presidência e se comprometeu em cumprir as leis que regem os Poderes. Desejou um feliz dois mil e dezessete a todos os presentes e agradeceu as autoridades, familiares, servidores públicos municipais, lideranças comunitárias, imprensa e a todos que permaneceram até o encerramento dos trabalhos. O Senhor Presidente convocou os Senhores Vereadores para reunião ordinária no dia treze de fevereiro, às dezesseis horas, e não havendo mais nada a tratar, deu por encerrada a presente sessão de eleição da Mesa Diretora para o biênio de dois mil e dezessete e dois mil e dezoito. Da sessão lavrou-se a presente ata, que se aprovada conterà a assinatura dos membros da Mesa Diretora e demais Vereadores.

### TERMO DE POSSE PREFEITO E VICE-PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO ELEITOS NO PLEITO DE DOIS DE OUTUBRO DE 2016.

No segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, em Sessão Solene realizada às dezoito horas, no Teatro do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, presidida pelo Vereador ILDO ADÃO ANTONINI, o mais idoso entre os Vereadores eleitos presentes, os Senhores LUCIANO JOSÉ BULIGON e ÉLIO FRANCISCO CELLA, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis, legalmente diplomados, investidos automaticamente em seus respectivos cargos em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, compareceram para o fim específico de prestarem compromisso e serem empossados solenemente nos respectivos cargos. Cumpridas as determinações legais para a posse, bem como, a apresentação do diploma expedido pela Justiça Eleitoral e da Declaração de Bens, que ficarão arquivados na Secretaria da Câmara Municipal à disposição dos interessados, prestaram o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar de seu povo". Em ato contínuo, foram declarados empossados pelo Senhor Presidente, Vereador Ildo Adão Antonini, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Chapecó, para o período compreendido entre primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte. Para que surta todos os efeitos legais, eu, Luiz Junior Peruzzolo, Procurador Geral do Legislativo, lavrei o presente termo, que vai assinado pelos empossados, pelo Presidente e pela Secretária da presente sessão. Chapecó, Estado de Santa Catarina, no segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

### TERMO DE POSSE VEREADORES

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM DOIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

No segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, em Sessão Solene realizada às dezoito horas, no Teatro do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, presidida pelo Vereador ILDO ADÃO ANTONINI, o mais idoso entre os Vereadores eleitos presentes, os Senhores: ADERBAL ANTONIO PEDROSO DA SILVA, ARESTIDE FIDÉLIS, ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO, CLAIMAR CESAR DE CONTO, CLEBER CECCON, CLEITON MARCIO FOSSÁ, DERLI MAIER, DIEGO FERNANDO ALVES, ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI, IVALDO PIZZINATTO, JATIR JOSE BALBINOT, JOÃO LUIS SIQUEIRA, JOÃO MARIA MARQUES ROSA, LUIZ PAULO CARARO, MARCILEI ANDREA PEZENATTO VIGNATTI, MARCIO ERNANI SANDER, NEURI LUIZ MANTELLI, VALDEMIR ANTONIO STOBE e VALMOR JÚNIOR SCOLARI, eleitos no pleito de dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis, legalmente diplomados, investidos automaticamente no cargo em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, compareceram para o fim específico de prestarem compromisso e serem empossados solenemente no cargo de Vereadores do Município de Chapecó. Cumpridas as determinações legais para a posse, bem como, a apresentação do diploma expedido pela Justiça Eleitoral e da Declaração de Bens, que ficarão arquivados na Secretaria da

Câmara Municipal à disposição dos interessados, prestaram o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar de seu povo". Após o compromisso, foram declarados empossados pelo Senhor Presidente, Vereador Ildo Adão Antonini, Vereadores do Município de Chapecó, para a décima oitava Legislatura, compreendida entre primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete e trinta e um de dezembro do ano dois mil e vinte. Para que surta os efeitos legais, eu, Luiz Junior Peruzzolo, Procurador Geral do Legislativo, lavrei o presente termo, que será assinado por todos os Vereadores empossados. Chapecó, Estado de Santa Catarina, no segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 01/17

DECRETO SAF/Nº. 01/17, de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/ Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- comprovação da idade mínima de 18 anos;
- prova de quitação das obrigações eleitorais;
- prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- declaração negativa de acumulação de cargo público;
- atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

### MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	258245	Edson Matias

### PROFESSOR HISTÓRIA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	250273	João José Domingos

### PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – CLASSIFICAÇÃO DEFICIENTE

SEQ.	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	2236458	Carmen Lúcia dos Santos

### PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
20	260708	Viviane Helena Guetner
21	251346	Renata Maria da Silva Santos
22	259474	Roberta da Silva Feijo Fernandes
23	238470	Josiane da Silveira dos Santos
24	252118	Michele Bortolatto Custódio
25	258975	Istela Mary Andrade Maciel
26	259178	Rosana Possamai Guollo
27	264578	Barbara Elen Netto
28	252547	Daiane Teixeira Justino Limas

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: NUMAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de combustível (gasolina), para uso da frota do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 165.915,00 (cento e sessenta e cinco mil e novecentos e quinze reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 008/2017

DECRETO Nº008/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. DAIANE PIZZATTO GABRIEL, conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017, que serão gozadas a partir de 12/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DAIANE PIZZATTO GABRIEL Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### DECRETO N. 015/2017

DECRETO Nº015/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02/01/2017, a Sra. ADRIEZE JAMILE DA ROSA, para exercer o cargo de Psicólogo, com carga horária de 20h (vinte horas) semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei Complementar n. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei Complementar n. 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TP N. 15/2016 - PROCESSO 89/2016

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 15/2016

JULGAMENTO: Menor preço

PROCESSO: 89/2016

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$42.600,00 (Quarenta e dois mil e seiscentos reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: ZR ALMEIDA CONSULTORIA LTDA, adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 03 de Janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 57/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2015  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 652/2016

Objeto: O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0125/2016, de 11 de fevereiro de 2016, da Tomada de Preços nº 57/2015, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 57.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DECC CONTRUÇÕES LTDA EPP  
CNPJ: 05.004.688/0001-00

Vigência: 28/12/2016 a 26/06/2017.  
Correia Pinto/SC 28 d edezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

## Curitibanos

## PREFEITURA

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
ORÇAMENTO CONSOLIDADO - LEI MUNICIPAL Nº. 5.851/2016  
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2017

FUNÇÕES	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
LEGISLATIVA	162.500,00	230.000,00	280.000,00	267.000,00	257.000,00	277.000,00	264.000,00	318.000,00	274.000,00	301.000,00	277.000,00	478.157,64	3.385.657,64
ADMINISTRAÇÃO	439.000,00	623.000,00	760.000,00	720.000,00	690.000,00	750.000,00	714.000,00	860.000,00	740.000,00	815.000,00	750.000,00	1.303.552,96	9.164.552,96
SAÚDE	960.000,00	1.360.000,00	1.660.000,00	1.580.000,00	1.520.000,00	1.640.000,00	1.560.000,00	1.880.000,00	1.620.000,00	1.780.000,00	1.640.000,00	2.889.125,45	20.089.125,45
EDUCAÇÃO	1.370.000,00	1.940.000,00	2.370.000,00	2.250.000,00	2.170.000,00	2.340.000,00	2.230.000,00	2.680.000,00	2.310.000,00	2.540.000,00	2.340.000,00	4.159.182,49	28.699.182,49
CULTURA	33.000,00	47.000,00	57.000,00	54.000,00	52.000,00	57.000,00	54.000,00	65.000,00	56.000,00	61.000,00	57.000,00	103.519,76	696.519,76
URBANISMO	280.000,00	390.000,00	480.000,00	460.000,00	440.000,00	470.000,00	450.000,00	540.000,00	470.000,00	520.000,00	470.000,00	864.266,21	5.834.266,21
SANEAMENTO						3.000,00			4.500,00				7.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	111.595,70	1.255.595,70
AGRICULTURA	74.000,00	105.000,00	128.000,00	122.000,00	117.000,00	126.000,00	120.000,00	145.000,00	125.000,00	137.000,00	126.000,00	222.178,44	1.547.178,44
INDÚSTRIA	21.000,00	31.000,00	38.000,00	36.000,00	34.000,00	37.000,00	35.000,00	43.000,00	37.000,00	40.000,00	37.000,00	69.399,49	458.399,49
COMÉRCIO E SERVIÇO	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	20.025,04	196.025,04
ENERGIA	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	234.081,00	2.324.081,00
TRANSPORTES	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	64.821,39	680.821,39
DESPORTO E LAZER	67.000,00	95.000,00	115.000,00	110.000,00	106.000,00	114.000,00	108.000,00	131.000,00	112.000,00	124.000,00	114.000,00	199.829,48	1.395.829,48
ENCARGOS ESPECIAIS	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	371.000,00	379.391,41	4.460.391,41
PREVIDÊNCIA SOCIAL	480.000,00	680.000,00	830.000,00	790.000,00	760.000,00	820.000,00	780.000,00	940.000,00	810.000,00	890.000,00	820.000,00	1.389.343,24	9.989.343,24
ASSISTÊNCIA SOCIAL	145.000,00	210.000,00	250.000,00	230.000,00	230.000,00	245.000,00	235.000,00	285.000,00	240.000,00	270.000,00	245.000,00	412.263,77	2.997.263,77
SEGURANÇA PÚBLICA	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	78.035,19	947.035,19
HABITAÇÃO	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	19.074,17	261.074,17
TOTAL DESEMBOLSO	4.869.500,00	6.549.000,00	7.806.000,00	7.457.000,00	7.214.000,00	7.717.000,00	7.388.000,00	8.725.000,00	7.636.500,00	8.316.000,00	7.714.000,00	12.997.842,83	94.389.842,83
RES. P/ SUPERAVIT	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.400,29	1.188.400,29
TOTAL GERAL	4.968.500,00	6.648.000,00	7.905.000,00	7.556.000,00	7.313.000,00	7.816.000,00	7.487.000,00	8.824.000,00	7.735.500,00	8.415.000,00	7.813.000,00	13.097.243,12	95.578.243,12

Curitibanos, 16 de Dezembro de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

AMAURY SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

FLAVIO LUIZ ZILIO  
CONTADOR CRC 20710-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CURITIBANOS  
ORÇAMENTO CONSOLIDADO - LEI MUNICIPAL Nº 5.851/2016**

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACÃO - EXERCÍCIO DE 2017**

DESCRIÇÃO DA RECEITA	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.726.700,00	1.980.000,00	4.300.000,00	1.902.000,00	1.996.500,00	1.584.905,45	13.490.105,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	646.000,00	970.000,00	742.000,00	802.000,00	788.000,00	638.932,00	4.586.932,00
RECEITA PATRIMONIAL	197.000,00	239.000,00	246.000,00	227.000,00	197.000,00	128.232,00	1.234.232,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.800.000,00	10.700.000,00	11.400.000,00	10.700.000,00	10.390.000,00	12.057.746,19	67.047.746,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	840.000,00	630.000,00	715.000,00	670.000,00	801.994,00	4.206.994,00
RECEITAS DE CAPITAL		76.000,00	76.000,00	76.000,00	76.000,00	76.800,00	380.800,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	602.000,00	740.000,00	690.000,00	710.000,00	680.000,00	1.209.433,48	4.631.433,48
<b>TOTAL</b>	<b>15.521.700,00</b>	<b>15.545.000,00</b>	<b>18.084.000,00</b>	<b>15.132.000,00</b>	<b>14.797.500,00</b>	<b>16.498.043,12</b>	<b>95.578.243,12</b>

Curitibanos, 16 de Dezembro de 2016.

**JOSÉ ANTÔNIO GUIDI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**AMAURY SILVA**  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**FLAVIO LUIZ ZILIO**  
CONTADOR CRC 20710-0

**REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 243/2016****REPUBLICAÇÃO****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 243/2016**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 17/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 03 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal



# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 001, de 02 de janeiro de 2017.

Atualiza o valor da UFM- Unidade Fiscal Monetária e demais Valores Monetários previstos na Legislação Tributária, para o Exercício de 2017.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 229 da Lei Municipal nº 053 de 18 de dezembro de 1997;

#### DECRETA:

Art. 1º Os valores monetários previstos na Legislação Tributária para o exercício de 2017, ficam atualizados em 7,19% (sete vírgula dezenove por cento), com base na variação anual do IGPM- Índice Geral de Preços de Mercado acumulados no exercício anterior, passando a UFM- Unidade Fiscal Monetária prevista no Art. 228 da Lei 053 de 18 de dezembro de 1997, a vigorar com o valor de R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 002, de 02 de janeiro de 2017.

Estabelece Calendário Fiscal para o exercício de 2017 e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Código Tributário Municipal Lei nº 053/97, de 18 de dezembro de 1997 e alterações posteriores;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário fiscal para o exercício de 2017 em conformidade com a legislação fiscal do município com os seguintes prazos e condições para pagamento dos tributos:

I - O imposto sobre serviços de qualquer natureza, quando fixo, será pago em parcela única até 31 de agosto de 2017, ou em 04 (quatro) parcelas nos seguintes prazos:

- a) 1ª parcela até 31 de agosto de 2017;
- b) 2ª parcela até 29 de setembro de 2017.
- c) 3ª parcela até 31 de outubro de 2017.
- d) 4ª parcela até 30 de novembro de 2017.

II- O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU será pago em 03 (três) parcelas nos seguintes prazos:

- a) parcela única, com 9% de desconto, até 31 de maio de 2017;

- b) 1ª parcela até 31 de maio de 2017;
- c) 2ª parcela até 30 de junho de 2017;
- d) 3ª parcela até 31 de julho de 2017.

III- As taxas decorrentes da utilização de serviços públicos serão pagas de forma agregada ao IPTU e nas mesmas datas de vencimento.

IV- As taxas de licença, quando anuais, serão pagas até 31 de março de 2017.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 003, de 02 de janeiro de 2017.

Estabelece prazo para pagamento de Taxas de concessão de Alvarás Sanitários para o exercício de 2017 previstos na Lei nº 048/97, de 15 de dezembro de 1997 e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 048/97, de 15 de dezembro de 1997;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo para pagamento das Taxas de Concessão de Alvará Sanitário de ações básicas de vigilância sanitária e Alvarás Sanitários de estabelecimentos de saúde e indústrias com pagamento em cota única até 28 de abril de 2017;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 004, de 02 de janeiro de 2017.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 3º, IV, da Lei

nº 10.520, de 17/07/2002.

DECRETA:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo, a servidora: GIANE PIRES LEONARDO, matrícula Nº 363;

Art. 2º Designar para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo, os servidores: Maria Clarice Della Vechia Ré, matrícula 23 e Kátia Aparecida Pereira, matrícula 518;

Art. 3º Pelos serviços prestados consoante este Decreto, os servidores designados não receberam nenhuma gratificação ou adicional, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º Fica Revogado o Decreto nº 005, de 26 de janeiro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### **DECRETO Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº. 005, de 02 de janeiro de 2017.

Nomeia Membros da Comissão de Licitação Permanente e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 4º, do Art. 51, da Lei Nº. 8666/93, de 21 de Junho de 1993 e Alterações complementares;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Giane Pires Leonardo, Kátia Aparecida Pereira e Maria Clarice Della Vechia Ré, para sob a Presidência do primeiro e Secretariada pelo segundo, constituírem a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento das Licitações e de Pedido de Inscrição no Cadastro de Fornecedores, expedidas pela municipalidade.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros acima nomeados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### **DECRETO Nº. 006, DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº. 006, de 03 de janeiro de 2017.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto

no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 05 e 06 de janeiro de 2017.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### **DECRETO Nº. 007, DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº. 007, de 03 de janeiro de 2017.

Estabelece Horário Especial de Expediente nas Repartições Públicas do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32 da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como horário especial de expediente externo das repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo, a partir do dia 04 de janeiro de 2017, de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### **PORTARIA Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 002, de 02 de janeiro de 2017.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar GREICE SIMÃO NUNES, da função de Recepcionista do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 089, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 003, de 02 de janeiro de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JULIANA DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 14 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 004, de 02 de janeiro de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JANAINA DOMINGOS INACIO SCARPARI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 14 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO Nº 15/2013

TERMO ADITIVO Nº 006/2017

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BASSANI & ZANLUCHI TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.209.451/0001-36, com sede na cidade de FLOR DO SERTÃO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Sexto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto um reajuste de 4% (Quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes, do contrato nº. 015/2013 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1808/2012, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2012 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua cláusula oitava, conforme a seguinte relação de serviços:

ITENS	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	26.420,00	SVÇ	INICIO DO ROTEIRO NO TURNO MATUTINO EM Lª ALTO DO SARGENTO EM DIREÇÃO A SÃO MIGUEL DA BOA VISTA CONTORNANDO PELA Lª COSTA DO SARGENTO, PASSANDO POR Lª POÇO RICO BAIXO EM DIREÇÃO A Lª MARMELEIRO ATÉ NO ENCONTRO COM A ESTRADA QUE VEM DE Lª FLOR DA SERRA ATÉ FLOR DO SERTÃO. RETORNANDO NO FINAL DA MANHÃ PELO MESMO TRAJETO. NO TURNO VESPERTINO NO TRAJETO DE VINDA, PERCORRER O MESMO TRAJETO EXCLUINDO O ALTO SARGENTO PARA COSTA DO SARGENTO, MAS REPETINDO-O NO FINAL DA TARDE COM PERCURSO ATÉ ALTO SARGENTO. PERCORRENDO 81 KM DIÁRIOS. NO TURNO MATUTINO E VESPERTINO ENTRANDO NA PROPRIEDADE DE ANGELINA RAMOS E RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO. E NO PERÍODO NOTURNO SAINDO DO MESMO ROTEIRO DA LINHA ORIGINAL, FAZENDO O CONTORNO PELA LINHA POÇO RICO BAIXO INDO ATÉ AS PROXIMIDADES DA PROPRIEDADE DO SR. CLAUDIR CHARNOSKI, FAZENDO O ROTEIRO PELA LINHA COSTA DO SARGENTO ATÉ SAIR NOVAMENTE NA LINHA POÇO RICO BAIXO E ENTRANDO NA SUA ROTA ORIGINAL. PERCORRENDO 44 KM DIÁRIOS. SOMANDO UM TOTAL DE 125 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,54	R\$ 93.526,80
2	23.661,00	SVÇ	INICIO NO TURNO MATUTINO EM Lª POÇO R. BAIXO NA PROP. DO LOIVO DOS SANTOS RETORNANDO POR ESTA ESTRADA ATÉ A RES. DO BOTECA, DIRIGINDO-SE ATÉ A PROPRIEDADE DO ALCENO SPODE, PASSANDO POR Lª PERITIBA ATÉ ENCONTRAR A ESTRADA GERAL DE Lª P. BRANCA, ALI TOMANDO UMA ESTRADA SECUNDÁRIA ATÉ A PROP. DO ERNO FRIES, RETORNANDO PELA MESMA VIA ATÉ Lª P. BRANCA DIRIGINDO-SE A F. DO SERTÃO. NO FINAL DO PERÍODO MATUTINO, RETORNAR PELO MESMO TRAJETO E AO CHEGAR NO FINAL DE Lª PERITIBA DIRIGIR-SE EM DIREÇÃO A Lª CONSOLADORA ATÉ A RES. DO VALDECIR MERLO, RETORNANDO PELA MESMA ATÉ A PROPRIEDADE DO ORIDES DOS SANTOS. NO TURNO VESPERTINO O MESMO TRAJETO ATÉ A RES. DO BOTECA DIRIGINDO-SE A Lª PERITIBA, PEDRA BRANCA ATÉ A RESIDÊNCIA DO SR. ERNO FRIES, RETORNANDO ATÉ FLOR DO SERTÃO E NO FINAL DA TARDE PELO MESMO TRAJETO INCLUINDO A RESIDÊNCIA DO SR. VALDECIR MERLO. NO PERCURSO NO TURNO NOTURNO, INICIA EM LINHA POÇO RICO BAIXO NAS PROXIMIDADES DO SR. ORIDES DOS SANTOS, PASSANDO POR LINHA MARMELEIRO ATÉ FLOR DO SERTÃO, SEMPRE PELA ESTRADA GERAL BEIRANDO O RIO SARGENTO. RETORNAR PELO MESMO TRAJETO ATÉ O PONTO DE ORIGEM, PERCORRENDO 101 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,33	R\$ 78.791,13

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.



**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		NERI POOTER BASSANI
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO Nº 31/2015**

TERMO ADITIVO Nº 03/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 031/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITAL MARAVILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.197.077/0001-56, com sede na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Augusto Jacobsen, inscrito no CPF sob o número 526.300.309-97, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Terceiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto um reajuste de 7,19 % (sete virgula dezenove por cento) baseado no IGPM acumulado dos últimos 12 meses do contrato supra citado que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES (PLANTÃO) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PACIENTES ENCAMINHADOS PELA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE E EXAMES ESPECIALIZADOS PARA TRATAMENTO CLÍNICOS, de acordo com o Processo Licitatório nº. 13/2015, modalidade Pregão Presencial nº. 02/2015.

ITEN	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	365,00	DIA	SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO/HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS TODOS OS DIAS DA SEMANA	215,15	78.529,75
2	250,00	SVÇ	SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA TODOS OS DIAS DA SEMANA ENCLUSIVE AS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS 24 HORAS POR DIA.	235,82	58.955,00
3	4,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	300,14	1.200,56
4	4,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO SEM CONTRASTE	230,46	921,84
5	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNAS COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	300,14	600,28
6	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNAS SEM CONTRASTE	230,46	230,46
7	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	343,01	343,01
8	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES SEM CONTRASTE	272,27	272,27
9	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ÓRBITAS COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	300,14	300,14
10	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ÓRBITAS SEM CONTRASTE	230,46	230,46
11	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SELA TÚRSICA COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	300,14	300,14
12	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SELA TÚRSICASEM CONTRASTE	230,46	230,46



13	3,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEIO DA FACE COM CONTRASTE NÃO IÔNICA	300,14	900,42
14	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEIO DA FACE SEM CONTRASTE	230,46	460,92
15	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OUVIDO COM CONTRASTE NÃO IÔNICA	343,01	343,01
16	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OUVIDO SEM CONTRASTE	272,27	272,27
17	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	343,01	343,01
18	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve SEM CONTRASTE	272,27	272,27
19	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	343,01	343,01
20	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO SEM CONTRASTE	272,27	272,27
21	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	343,01	686,02
22	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR SEM CONTRASTE	272,27	272,27
23	3,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	343,01	1.029,03
24	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX SEM CONTRASTE	272,27	544,54
25	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	570,26	570,26
26	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL SEM CONTRASTE	499,51	499,51
27	5,00	SVÇ	EXAME DE UROTOMOGRAFIA	613,13	3.065,65
28	5,00	SVÇ	EXAME DE MAMOGRAFIA	107,19	535,95
29	80,00	SVÇ	EXAME DE RADIOGRAFIA	53,60	4.288,00

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	Augusto Jacobsen
CONTRATANTE	REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

**ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO Nº 40/2014**

TERMO ADITIVO Nº 005/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 040/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa VALDECIR MERLO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.675/0001-31, com sede Linha Poço Rico, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Valdecir Merlo, Inscrição no CPF sob o nº 960.865.569-20, e portador da Cédula de Identidade nº 1077363065, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Quinto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:



**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de 4% (quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes do contrato nº. 040/2014 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1898/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2013 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua clausula oitava, conforme descrição dos seguintes serviços.

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	23.865,00	KM	INICIANDO NO TURNO MAT. NA Lº PEDRA BRANCA NO BAR PELISON DIRIGINDO-SE A PROPRIEDADE DO SENHOR JAIR MARCSINSKI RETORNANDO A ESTRADA GERAL ATÉ O SENHOR GENUIR BALZAN RETORNANDO A GERAL NOVAMENTE EM DIREÇÃO AO ALCINO SERAFINI RETORNANDO ATÉ CERTA ALTURA INDO EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO WANDERLEI HABECK RETORNANDO ATÉ A PROPRIEDADE DO AGOSTINHO SILVESTRIN RETORNANDO EM DIREÇÃO A LINHA PEDRA BRANCA PASSANDO PELA PROPRIEDADE DO ENIO POSSELT ATÉ A PROPRIEDADE DO JOÃO DAL MAGRO PEGANDO UMA VIA SECUNDÁRIA ATÉ A PROPRIEDADE DO IVO STOLL RETORNANDO ATÉ O CENTRO DE FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DO TURNO MAT. FAZER O MESMO TRAJETO RETORNANDO NOVAMENTE A SEDE DO MUNICÍPIO NO FINAL DA TARDE FAZ O MESMO TRAJETO RETORNANDO NOVAMENTE A FLOR DO SERTÃO ENCERRANDO NO FINAL DA NOITE COM O MESMO TRAJETO INCLUINDO A IDA NO FINAL DO TRAJETO ATÉ A LINHA FLOR DA SERRA NA PROPRIEDADE DO SENHOR ARGEMIRO RICHICK, TOTALIZANDO 111 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,36	80.186,40
2	26.660,00	KM	INICIANDO NO TURNO MATUTINO SAINDO DA COMUNIDADE DA CABECEIRA DO POÇO RICO ENTRANDO EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO SENHOR ANGELIN HABECK ATÉ A COMUNIDADE DO POÇO RICO BAIXO PEGANDO A ESQUERDA EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL E SEGUINDO ATÉ FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DO TURNO MAT. FAZER O MESMO TRAJETO DE VOLTA. À TARDE O MESMO TRAJETO, RETORNADO NO FINAL DO DIA INCLUINDO O TRECHO DA PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL ATÉ O BAR PELISON NA LINHA PEDRA BRANCA E RETORNANDO NOVAMENTE ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL. TOTALIZANDO 124 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,83	102.107,80

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		VALDECIR MERLO
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO Nº 41/2014**

TERMO ADITIVO Nº 008/2017

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 041/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa TRANSDALLÁGNOL TRANSPORTES DALL AGNOL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.881.111/0001-80, com sede Linha Fuzil, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Danilo Dall Agnol, Inscrição no CPF sob o nº

637.561.969-682, e portador da Cédula de Identidade nº 2.168.864, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Oitavo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto um reajuste de 4% (quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes, do contrato nº. 041/2014 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1898/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2013 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua cláusula oitava, conforme a seguinte relação de serviços:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	16.555,00	KM	INICIANDO NO TURNO MATUTINO DA LINHA FUZIL, PRÓXIMO A PROPRIEDADE DO SR. ERMINDO ROGOSKI, PASSANDO PELA COMUNIDADE DE LINHA FUZIL ATÉ A BR-282 EM VILA NOVA, RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO, PASSANDO NOVAMENTE PELA COMUNIDADE LINHA FUZIL ATÉ A BARRA DO TARAÍRAS NO PORTÃO DA PROPRIEDADE DO SR. PIROCA, RETORNADO COM DESTINO A FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DA MANHÃ RETORNANDO PELA SC-471 ATÉ A BR-282 EM VILA NOVA, PASSANDO PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL SONDA ATÉ A ORIGEM. NO TURNO VESPERTINO, PERCORRENDO O MESMO TRAJETO. PERCORRENDO 77 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,64	60.260,20

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DANILO DALL AGNOL
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2017

MODALIDADE: Dispensa por justificativa nº. 01/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Técnica

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 90m² PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: SANTO PERIN

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

VALOR TOTAL: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais).

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

082440016.2.051000 - Manutenção atividades Secretaria de Assistência Social;

3.3.90.36.15.00.00 – Locação de Imóveis

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
Prefeito Municipal		Presidente da Comissão de Licitações

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 02/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 01/2017  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 04 de janeiro de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 16 de janeiro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

**CONTRATO Nº 02/2017**

CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Que entre si celebram o Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 de ora em diante denominada de LOCATÁRIO, e de outro lado a empresa INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 06159070/0001-73, com sede na Avenida Anita Garibaldi, 340, centro, Maravilha - SC neste ato representada pelo seu sócio gerente Sr. Delvir Gheno, inscrito no CPF sob o nº 893.651.519-53, doravante denominada LOCADORA através das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a locação de software de controle de acesso a internet, com filtro de antivírus, bloqueio de spams, controle de tráfego de rede, com emissão de relatórios gerenciais de rede. O software deverá:

- Prover mecanismo de consulta às informações registradas (logs) por meio da interface gráfica de administração;
- Possibilitar o armazenamento de seus registros (log e/ou eventos) em máquina remota em plataformas Windows Server (NT/2000/2003/2008) ou Unix, através de protocolo criptografado ou SYSLOG;

EMITIR RELATÓRIOS:

- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório, publicados em formato HTML:
- Máquinas mais acessadas;
- Serviços mais utilizados;
- Usuários que mais utilizaram serviços;
- URLs mais visualizadas;
- Categorias Web mais acessadas (em caso de existência de um filtro de conteúdo Web);
- Maiores emissores/receptores de e-mail;
- Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos de relatório com cruzamento de informações, mostrados em formato HTML:
- Máquinas acessadas X serviços bloqueados;
- Usuários X URLs acessadas;
- Usuários X categorias Web bloqueadas (quando utilizado com filtragem de conteúdo Web);
- Possibilitar a geração dos relatórios dos dois itens acima sob demanda e através de agendamento diário, semanal e mensal;
- Permitir publicação automatizada dos relatórios utilizando FTP em pelo menos três equipamentos distintos;
- Permitir exportação dos registros (logs) no mínimo em formato TXT e CSV;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A assistência técnica do sistema durante o período de locação será de responsabilidade da LOCADORA, (assistência técnica gratuita) prestada de acordo com as necessidades do sistema;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO**

A instalação, atualização, treinamento e configuração do sistema será de responsabilidade da LOCADORA;

**CLÁUSULA QUARTA- PRAZO DE LOCAÇÃO**

O prazo de locação será contado a partir da data da assinatura até 31/12/2017 podendo ser renovado conforme interesse das partes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO**

A LOCATÁRIA pagará o valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) mensais.

Para efeitos deste contrato estima-se um valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido em comum acordo entre as partes, ou de acordo com a conveniência administrativa.

**CLÁUSULA SETIMA- DO FORO**

Fica eleito o fórum da Câmara de Maravilha - SC, que será competente para dirigir questões decorrentes do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem juntos e contratados assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Flor do Sertão SC, 02 de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

DELVIR GHENO  
Sócio-Gerente

TESTEMUNHAS:  
LEANDRO NEUHAUS  
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM  
CPF: 010.389.549-32

**CONTRATO Nº. 003/2017**

CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 de ora em diante denominada de LOCATÁRIO e de outro lado o Sr. SANTO PERIN, pessoa física, portador do CPF nº 384.347.259-91, com residência na Av. Flor do Sertão, 538, na cidade de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina denominado de LOCADOR, de comum acordo, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato consiste na LOCAÇÃO de uma sala comercial com aproximadamente 90m2 para funcionamento dos Programas Sócio educativos, sendo que a construção encontra-se sobre o Lote nº (035) da quadra (06), com área de 1.000 m2 (Mil metros quadrados).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 31/12/2017.

**CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS****I - Do preço**

O preço será equivalente a R\$ 550,00 (Quinhentos e trinta reais mensais), por um período de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente contrato. Perfazendo um total geral de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

**II - Da forma de pagamento**

O Pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mensalmente, até o 10 (Décimo) dia do mês subsequente.

**III- Do Reajustamento**

O valor do presente contrato não será reajustado.

**IV- Da Dotação Orçamentária**

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento municipal.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO**

I - Fica a cargo do locatário as faturas provenientes do consumo de água, luz e conservação do imóvel.

II - Manter em perfeito estado de uso e conservação o banheiro, iluminação, pintura, vidraças, torneiras, pias, vasos e demais acessórios, bem como restituí-los nas condições recebidas.

III - Entregar o objeto do presente, ao locador no estado original na oportunidade da rescisão ou término da vigência.

IV - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

V - Cumprir as condições de pagamento.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

I - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

II – Disponibilizar o imóvel na data da assinatura do contrato.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

IV - Pagar os tributos inerentes ao imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos conforme o caso.

**CLAUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES**

Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial na realização do serviço contratado, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos.

II - Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

I - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo o locador somente o valor das prestações vencidas, não lhe sendo devido qualquer outro valor de indenização ou a qualquer outro título presente ou



futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir sobre as questões decorrentes da execução deste termo contratual, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Flor do Sertão – SC, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	SANTO PERIN
Prefeito Municipal	contratada

LEANDRO NEUHAUS  
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM  
CPF: 010.389.549-32

#### DECRETO Nº. 03/2017

DECRETO nº. 03/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo nº. 01/2017, e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo nº. 01/2016 na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 01/2017, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 90m² PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto em favor da proponente abaixo relacionada, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

SANTO PERIN	R\$ 6.600,00
-------------	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimado o participante do processo supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

#### EDITAL DE CHAMAMENTO 2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES, EDITAL Nº 001/2017.

Dispõe sobre o chamamento de interessados para promoverem o Registro Cadastral de Fornecedores para fins de participação em Licitação Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL do Município de Flor do Sertão Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela

Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições do Art. 34, §§ 1º e 2º, Arts. 35, 36, §§ 1º e 2º e 37 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994;

#### RESOLVE

I – Pelo presente edital de chamamento, ficam convocados os interessados em CONTRATAR JUNTO AO MUNICÍPIO, a promoverem o registro cadastral ou atualização dos existentes;

II – Os interessados em inscreverem-se no Cadastro de Habilitação, deverão apresentar a seguinte documentação:

- A – Habilitação Jurídica;
- B – Qualificação Técnica;
- C – Qualificação Econômico-Financeira;
- D – Regularidade Fiscal.

III – A documentação relativa a Habilitação Jurídica, conforme o caso, constituirá em:

- A – Cédula de Identidade;
- B – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- C – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- D – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- E – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

IV – A documentação relativa à qualificação técnica, limitar-se-á a:

- A – Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- B – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o ramo da empresa;
- C – Comprovação da qualificação do responsável técnico pela empresa;
- D – Prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

V – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, limitar-se-á a:

- A – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- B – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

VI – A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso consistirá em:

- A – Comprovante de regularidade para com o Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- B – Comprovante de regularidade para com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- C – Cópia do documento de Identidade;
- D – Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.);
- E – Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- F – Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- G – Comprovante de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- H – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

VII - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, os representantes de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

I - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão somente será considerada válida, se for emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para abertura da presente Licitação.

VIII – Os documentos necessários ao cadastro, poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Tabela de Notas ou pelo Presidente da Comissão de Cadastro ou publicação no órgão de Imprensa Oficial.

IX – Aos inscritos no Cadastro de Habilitação, será fornecido CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, que constará, necessariamente:

A – Número do Certificado de Registro Cadastral;  
B – Prazo de validade;  
C – Razão Social;  
D – Denominação Comercial;  
E – Endereço Completo;  
F – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;  
G – Inscrição Estadual;  
H – Grupo de Qualificação Técnica;  
I – Grupo de Qualificação Econômica;  
J – Data da emissão do Certificado.

X – O Certificado de Registro Cadastral será assinado pelo Presidente da Comissão de Registro Cadastral e mais dois membros.

XI – O prazo de validade do cadastro é de 01 (um) ano, devendo o certificado ser renovado sempre que atualizarem o registro.

XII – No ato de renovação do cadastro, o interessado deverá apresentar a documentação solicitada neste Edital.

XIII – A Comissão de Cadastro, após recebido e protocolado a documentação necessária para a inscrição, tem o prazo de até 10 (dez) dias úteis, para a emissão do Certificado de que trata o item VIII, se, atendidas todas as exigências necessárias.

XIV – Fica designada a seguinte Comissão de Registro Cadastral, designada pela Portaria nº. 115/2016, incumbida de proceder à análise da documentação e a expedição do Certificado de Registro Cadastral aos interessados:

Presidente: Diogo de Bem;

XV – Sempre que necessário, e a qualquer tempo, poderá ser alterada a composição da comissão especial de que trata este item.

XVI – Os casos omissos deste Edital serão solucionados pela comissão especial supracitada, aplicando necessariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1994.

Flor do Sertão – SC, aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.  
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

DIOGO DE BEM  
Presidente da Comissão

## PORTARIA Nº 059/2017

	PORTARIA Nº. 059/2017
	NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, PREGOEIRO, LEILOEIRO E EQUIPE DE APOIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADA Comissão de Licitações, Pregoeiro, Leiloeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, para Acompanhamento, Análise, Recebimento e Julgamento dos Processos Licitatórios, nos termos da Lei Federal 8.663/93 e suas complementações, para o ano de 2017, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE, PREGOEIRO E LEILOEIRO: DIOGO DE BEM;

MEMBROS: LEANDRO NEUHAUS;  
ROSMARI ZANELLA.

SUPLENTE: ADRIANO PEREIRA  
SIRLANE MARIA PALINSKI.

EQUIPE DE APOIO: DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS;  
JANETE SCHWERTZ;  
MARISTELA DE FATIMA VALLER;  
VALMIR DE JESUS PINTO;  
VANDERLEI KUHN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 115/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA 02 - TP 179/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DA CANCHA DE BOCHA ROLADA DO COMPLEXO ESPORTIVO SANTA ISABEL COM ÁREA DE 277,30 M<sup>2</sup>, SITUADO NA RUA BONIFÁCIO BACK, BAIRRO SANTA ISABEL, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às onze horas do dia três do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016. Aberto os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes NELGUI CONSTRUTORA LTDA, MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP conforme habilitação já estabelecida, para as 10:00 horas do dia 11 de janeiro de 2017, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 03 de janeiro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

RENATA PEREIRA FRITZEN

Presidente da Comissão de Licitação

Membro da Comissão

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Membro da Comissão

### DECRETO Nº. 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADOTA O PREGÃO PRESENCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÕES NA CITADA MODALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93, 8.883/94 e

10.520/2002, com suas respectivas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, composta por 03 (três) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios do Município de Forquilha.

Art. 2º Para comporem a Comissão ficam designados os seguintes membros: Valdecir Tiscoski, Renata Pereira Fritzen, e Erika de Luca Tiscoski Back.

§ 1º A Comissão será presidida por Valdecir Tiscoski.

§ 2º O Presidente da Comissão designará para cada processo os membros que a comporão.

§ 3º Substituirá o Presidente da Comissão, em suas ausências, a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 3º À Comissão de Licitação compete, privativamente:

I – Deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;  
II – Receber todas as propostas para a participação em licitação pública;

III – Proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º À Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I – Concorrência;

II – Tomada de Preço;

III – Convite;

IV – Concurso, e.

V – Leilão.

Art. 5º O presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º Os membros da presente Comissão não serão remunerados pelos serviços prestados.

Art. 7º A Administração Pública Direta do Município de Forquilha poderá adotar, nos casos que entender cabíveis, a modalidade de licitação denominada Pregão.

Parágrafo único. Competirá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças a escolha da modalidade licitatória.

Art. 8º Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial ou eletrônico.

Art. 9º A Licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios constitucionais da Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem assim, aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade; além de ser condicionada aos ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, à Lei Federal nº. 8.666/1993.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras do Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segura contratação.

Art. 10. Fica designado como pregoeira a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 11. A equipe de apoio à pregoeira será composta pelos seguintes servidores: Valdecir Tiscoski e Renata Pereira Fritzen.  
Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com suas respectivas funções administrativas.

Art. 12. Substituirá a Pregoeira, em suas ausências, o servidor Valdecir Tiscoski.

Art. 13. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, investidos nas respectivas funções por 1(um) ano, exercerão todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **EXTRATO DE CONTRATO FMA 05/2016**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 05/2016  
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO – ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustível (óleo diesel), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR – R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 1801.2070 Fonte de Recurso 3390.100

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO FMA 06/2016**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 06/2016  
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO – GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMB. E LUBRIF. LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (gasolina comum), para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE.

VALOR – R\$ 28.712,00 (vinte e oito mil setecentos e doze reais).

VIGÊNCIA – De 02/01/2017 até 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 1801.2070 e Fonte de Recurso 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO FMS 77/2016**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 77/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (óleo diesel, óleo diesel comum S10 e óleo Arla 32), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR – R\$ 101.510,00 (cento e um mil e quinhentos e dez reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - Dotação 1701.2050 – fonte de recurso 3390.102  
Dotação 1701.2052 – fonte de recurso 3390.264

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO FMS 78/2016**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 78/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMB. E LUBRIF. LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (gasolina comum), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR – R\$ 161.863,90 (Cento e Sessenta e Um Mil oitocentos e Sessenta e Três Reais e Noventa Centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - Dotação 1701.2060 Fonte de Recurso 3390.264  
Dotação 1701.2057 Fonte de Recurso 3390.266  
Dotação 1701.2056 Fonte de Recurso 3390.266  
Dotação 1701.2052 Fonte de Recurso 3390.264  
Dotação 1701.2051 Fonte de Recurso 3390.265  
Dotação 1701.2050 Fonte de Recurso 3390.102

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 139/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 139/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (óleo diesel, óleo diesel comum S10 e óleo Arla 32), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR – R\$ 909.210,00 (novecentos e nove mil duzentos e dez reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 0401.2010 – fonte de recurso 3390.100;  
0701.2032 – fonte de recurso 3390.100;  
0501.2015 – fonte de recurso 3390.101;  
1101.2037 – fonte de recurso 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 140/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 140/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GODOI & GODOI COM. VAREJ. DE COMB. E LUBRIF. LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (gasolina comum, aditivada e álcool combustível), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR – R\$ 372.048,42 (trezentos e setenta e dois mil quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 0401.2010 – fonte de recurso 3390.100;  
0401.2011 – fonte de recurso 3390.100;  
0701.2032 – fonte de recurso 3390.100;  
1301.2047 – fonte de recurso 3390.101;  
0501.2015 – fonte de recurso 3390.101;  
1301.2048 – fonte de recurso 3390.152;  
1101.2037 – fonte de recurso 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 176/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 142/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 142/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COOP. PIONEIRA DE ELET. - COOPERA

OBJETO – locação de imóvel no centro do município para instalação do Espaço Cidadão, com atendimento a diversas atividades das Secretarias de Administração e o Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES da Secretaria de Educação do município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 30/06/2017

DOTAÇÃO - 0401.2010 fonte de recurso: 3390.100 - 0501.2015, fonte de recurso: 3390.101.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 188/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 22 de dezembro de 2016  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 141/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 141/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 119/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PROTENSUL PRÉ FABRICADOS LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para aquisição de galerias de concreto armado para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 119/2016 de 31/12/2016 para 31/01/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 14 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### DECISÃO RECURSO TP 31\_2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0300/2016 – PMF

OBJETO – AMPLIAÇÃO CEM MACIEIRA

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 0031/2016

### DECISÃO

Trata-se de processo de licitação, na modalidade tomada de preço, para a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação, rampa de acessibilidade, pintura externa da obra existente e regularização do sistema preventivo de incêndio da edificação em alvenaria do Centro de Educação Municipal Macieira

Durante a reunião de habilitação dos licitantes, a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA alegou não concordar com os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pelas empresas CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP e VINTE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME, por não apresentarem os itens de maior relevância para execução da obra. Neste mesmo ato, o engenheiro Jan Marcelo Gomes Martins alegou que “as empresas que foram habilitadas apresentaram Acervos mínimos para poder garantir ampla concorrência entre licitantes” e que “no objeto do Edital não constava quais acervos era necessários para habilitação no qual foi escolhido, dois itens relevantes da obra orçada para habilitação das empresas participantes.

Após a publicação da ata da reunião, a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA protocolou recurso, recebido em 13/12/2016 - protocolo 8143/2016, em face da “decisão da Comissão de Licitações que julgou a fase de habilitação da TP0031/PMF2016 - PMF habilitando as empresas Construtibbes Obras e Serviços Ltda EPP e Vinte Serviços e Soluções Ltda ME, objetivando a inabilitação dessas empresas por não apresentarem atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação.”

Em atenção ao Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, foi revogado o Termo de Convocação, expedido na data de 20 de dezembro de 2016, para apresentação de Contrarrazões pelas empresas CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP e VINTE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME.

Apresentadas as contrarrazões pelas empresas retro, avoquei os presentes autos para decisão, com fulcro no artigo 15 da Lei 9.784/99, tendo em conta o impedimento e ausências da Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto nº 002 de 04 de janeiro de 2016, decorrentes de gozo férias e exonerações.

Pois bem, alega a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA que as empresas que foram habilitadas não atendiam ao exigido nos itens 4.2.3.2 e 4.2.3.2.1 do edital, pois não possuem comprovação de terem executado os serviços de instalações elétricas e hidráulicas, assim como o preventivo de incêndio.

Os itens 4.2.3.2 e 4.2.3.2.1, previam o seguinte:

4.2.3.2 – Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e

assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado(s) da ART, RRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, indicando que a proponente tenha executado obra compatível com o objeto.

4.2.3.2.1 – Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários ou prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Civil/Arquiteto, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CRE/CAU, por execução de obras de características semelhantes às do objeto deste Edital, sem exigências de quantidades mínimas, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos: a) Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o engenheiro civil ou arquiteto indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa. b) Certidão de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA/CAU deste mesmo engenheiro/arquiteto que comprove ter o mesmo se responsabilizado por serviços relativos a obras.

Como visto, o edital exigiu desempenho de atividade pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação sem exigências de quantidades mínimas.

Consoante se infere dos documentos apresentados para a habilitação das empresas ora impugnadas, estas preenchem os requisitos mínimos contidos no edital (fls. 109/121 e 261/269). Cercar a participação das outras empresas que foram habilitadas de forma justificada, estar-se-ia limitando a ampla concorrência, cuja pretensão é obter o maior número de participantes na licitação.

Acolher o pedido do recorrente implicaria também em desobediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expressamente previsto no art. 41 da Lei 8.666/93, é de suma importância no âmbito do processo licitatório, pois evita descumprimento de outros princípios do certame e principalmente das normas previamente estipuladas no edital, trazendo maior transparência e segurança jurídica.

Ainda, conforme parecer técnico do Engenheiro Fiscal, Sr. Jan Marcel Gomes Martins, em 21/12/2016, “as três empresas foram habilitadas por estarem dentro dos requisitos mínimos exigidos, ou seja, possuíam algum acervo técnico compatível com o objeto da licitação”, bem como “em nenhum momento o item 4.2.3.2 ou 4.2.3.2.1 exigia as empresas participantes do edital que tivessem todos os acervos do objeto da licitação, e sim compatíveis com objeto. Esclareceu também que o concreto armado e alvenaria para fins diversos são de grande relevância para a execução e uma obra, pois possuem um grau grande de segurança para o usuário do local que será ampliado”. Por fim, esclareceu que a empresa Construtibbes e Vinte Serviços e Soluções Ltda. possuem os requisitos que a recorrente alega não terem.

Assim, considerando os documentos acostados aos autos, quanto à Qualificação Técnica das empresas ora impugnadas, está devidamente comprovado que atendem os requisitos mínimos exigidos no edital, como bem decidiu a comissão de licitação.

Considerando o parecer técnico do Engenheiro Fiscal, Sr. Jan



Marcel Gomes Martins.

Considerando, além dos princípios basilares da Administração Pública, também os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da competitividade na licitação.

DECIDO:

Pela MANUTENÇÃO da decisão da comissão permanente de licitações que habilitou as empresas CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP e VINTE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME.

Determino que a comissão permanente designe nova data e CONVOQUE, com fulcro no art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e do item 6.5 do edital do PAL nº 0300/2016 – PMF, todos os habilitados para a abertura da proposta de preços.

P.R.I.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita

### **PORTARIA Nº 0083/2017**

PORTARIA Nº. 0083, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA SIRLENE FLORES BONALDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 017.812.149-56, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0084/2017**

PORTARIA Nº. 0084, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIA INES MASIERO CARDOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 762.963.779-91, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotada na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0085/2017**

PORTARIA Nº. 0085, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo o CT16PMF109, Processo Administrativo Licitatório nº 0192/2016 - PMF, Tomada de Preços nº 0019/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação do Centro de Educação Infantil Zenaide Pereira da Costa, localizado na Rua 25 de Agosto, sn, no bairro Salete, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a construir de 100 (cem) m², construção de cercas, muros e pavimentação com paver, com fornecimento do material e mão de obra, conforme planilha de orçamento, Projeto e Memorial Descritivo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0086/2017**

PORTARIA Nº. 0086, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita

no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF125, Processo Administrativo Licitatório nº 0219/2015, Tomada de Preços nº 0019/2015, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil São José, localizado na Avenida Adalberto Schmidt Burda, nº 300, no Bairro São José com área a ser ampliada de 541,26 m² e reforma de 350,53 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0087/2017**

PORTARIA Nº. 0087, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de  
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF108, Processo Administrativo Licitatório nº 0109/2014, Tomada de Preços nº 0009/2014, cujo objeto é a execução de cobertura da quadra poliesportiva de 19x33 m, ao lado da Escola São Miguel, localizada na Av. Michelle Simonetti, esquina com a Guido Brandt nº 510, sobre o Lote 0001 da Quadra 402 no bairro São Miguel, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0088/2017**

PORTARIA Nº. 0088, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de  
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF145, Processo Administrativo Licitatório nº 0166/2014, Tomada de Preços nº 0017/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma quadra coberta com vestiário de 25,80 x 38,00m, totalizando uma com área a ser construída de 980,40 m², a ser edificada sobre o Lote nº 0001 da Quadra nº 266, na Avenida Carlos Maister no bairro das Nações, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0089/2017**

PORTARIA Nº. 0089, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de  
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF126, Processo Administrativo Licitatório nº 0220/2015, Tomada de Preços nº 0020/2015, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro Educacional Infantil Amábilis de Carli Brandalise, localizado na Avenida Guilherme Pinz, Bairro São Miguel com área a ser ampliada de 337,87 m² e reforma de 725,85 m², com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências



relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 0090/2017

PORTARIA Nº. 0090, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF30, Processo Administrativo Licitatório nº 0024/2016, Tomada de Preços nº 0005/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de um Centro Comunitário no Assentamento Chico Mendes medindo de 259,62 metros quadrados, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos,

transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 0091/2017

PORTARIA Nº. 0091, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 095.388.469-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### RECURSOS FEDERAIS 04.01.2017

##### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	506,25
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	506,25
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	760,19
22.12.2016	FNAS	IGD-SUAS	506,25
23.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00
23.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00
29.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00
30.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00

30.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00
30.12.2016	FNAS	PSEAC	5.000,00
23.12.2016	FNAS	PTMC	1.735,16
27.12.2016	FNAS	PFMC	2.200,00
27.12.2016	FNAS	PFMC	6.500,00
27.12.2016	FNAS	PFMC	2.200,00
27.12.2016	FNAS	PFMC	6.500,00
30.12.2016	FNAS	PTMC	1.735,16
30.12.2016	FNAS	PTMC	1.735,16
30.12.2016	FNAS	PTMC	6.500,00
30.12.2016	FNAS	PTMC	6.500,00
30.12.2016	FNAS	PTMC	2.200,00
30.12.2016	FNAS	PTMC	2.200,00
27.12.2016	CONVÊNIO	208342/14 PAC	5.544,87

Secretaria de Finanças

### TA.AT16FME29

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME29 - Contrato Nº: AT16FME39

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA  
ME

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA  
ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

### TA.AT16FME30

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME30 - Contrato Nº: AT16FME40

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES  
LTDA

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA  
ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

### TA.AT16FMS40

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS40 - Contrato Nº: AT16FMS47

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES  
ELÉTRICAS LTDA

Valor ..... : 1.895,00 (um mil oitocentos e noventa e cinco  
reais)

Vigência ..... : Início: 27/12/2016 Término: 04/07/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25%  
NAS QUANTIDADES DOS ITENS 01,02. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA  
PARA ATÉ O DIA 04 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT16FMS41**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS41 - Contrato Nº: AT16FMS53

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA ME

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO  
CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT16FMS42**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS42 - Contrato Nº: AT16FMS54

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES  
LTDA

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO  
CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT16PMF113**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF113 - Contrato Nº: AT16PMF90

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES  
ELÉTRICAS LTDA

Valor ..... : 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 27/12/2016 Término: 04/07/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25%  
NAS QUANTIDADES DOS ITENS 01,02. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA  
PARA ATÉ O DIA 04 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16PMF116**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF116 - Contrato Nº: AT16PMF08

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E  
EXPORTAÇÃO L

Valor ..... : 987,50 (novecentos e oitenta e sete reais e  
cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 17/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2017.  
RESOLVEM TAMBÉM ADITIVAR A QUANTIDADE EM 25% NOS  
ITENS 5 E 6.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16PMF117**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF117 - Contrato Nº: AT16PMF105

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA  
ME

Valor ..... : 7.570,83 (sete mil quinhentos e setenta reais e oitenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.  
RESOLVEM TAMBÉM ADITIVAR A QUANTIDADE EM 25% NOS  
ITENS 1, 2, 7, 15, 16, 18, 19, 24, 25 E 33.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16PMF118**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF118 - Contrato Nº: AT16PMF106

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES  
LTDA

Valor ..... : 3.760,20 (três mil setecentos e sessenta reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2017.  
RESOLVEM TAMBÉM ADITIVAR A QUANTIDADE EM 25% NOS  
ITENS 11, 13, 14, 29, 40, 42, 43, E 46.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16PMF119**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF119 - Contrato Nº: AT16PMF44

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AGRO LÍDER LTDA

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 25/04/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 25 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16PMF120**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16PMF120 - Contrato Nº: AT16PMF111

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SINCO SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES, IND. E COM. LTDA

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 30/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2016

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO  
CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ O DIA 30 DE AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16SF43**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF43 - Contrato Nº: AT16SF51

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

Vigência ..... : Início: 21/12/2016 Término: 30/07/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA  
ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**TA.AT16SF56**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF56 - Contrato Nº: AT16SF59

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA ME

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA  
ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**TA.AT16SF57**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : AT.AT16SF57 - Contrato Nº: AT16SF60

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES  
LTDA

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/08/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NO-  
VEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA  
ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**TA16FMS26**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA16FMS26 - Contrato Nº: CT12FMS32

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA JOSÉ D'ÁLASCIO

Valor ..... : 7.386,53 (sete mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 24/09/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2012

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA CONTRATO E ADITIVOS, E COM FULCRO NO ART. 57 INC. II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ A DATA DE 24.09.2017.

OS VALORES A EMPENHAR PARA O EXERCÍCIO DE 2017 DO VALOR COM BONIFICAÇÃO, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO REFERENTE ALUGUEL E TAXA BANCARIA SERÁ DE R\$ 7.386,53.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA16PMF242**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA16PMF242 - Contrato Nº: CT16PMF34

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: RODRIGUES &amp; DA SILVA LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 11/02/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2016

Objeto ..... : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO EM CONFORMIDADE COM O ART. 57,§ 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, RESOLVE PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 11 DE FEVEREIRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF246**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA16PMF246 - Contrato Nº: CT15PMF95

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: S.I.A. - SERVICO DE INTELIGENCIA EM AGRONEGOCIOS L

Valor ..... : 71.893,01 (setenta e um mil oitocentos e noventa e três reais e um centavo)

Vigência ..... : Início: 29/12/2016 Término: 31/07/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, CUJO OBJETO É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA TERCEIRA, PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 31 DE JULHO DE 2017.

DIANTE DA PRORROGAÇÃO, O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$163.912,15 (CENTO E SESENTA E TRES MIL, NOVECIENTOS E DOZE REAIS E QUINZE CENTAVOS) PASSARÁ PARA R\$ 235.805,16 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINCO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), RESTANDO A EMPENHAR PARA OS MESES DE JANEIRO A JULHO DE 2017, O VALOR DE R\$ 71.893,01 (SETENTA E UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E UM CENTAVO), EQUIVALENTE A R\$ 10.270,43 (DEZ MIL, DUZENTOS E SETENTA REAIS E QUARENTA E TRES CENTAVOS), POR MÊS.

Fraiburgo, 31 de Dezembro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 04/2017**

PORTARIA Nº 04/2017

NOMEIA LUIZ CARLOS ALVES PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso XXV, do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear, o Senhor LUIZ CARLOS ALVES, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 3.805.302 e inscrito no CPF sob o nº 029.805.139-70, para exercer o cargo de provimento em Comissão de DIRETOR DO LEGISLATIVO da Câmara Municipal de Fraiburgo, com remuneração em Lei e com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Complementar nº 121/2010, Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Fraiburgo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 03 de janeiro de 2017.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**PORTARIA Nº 05/2017**

PORTARIA Nº 05/2017

NOMEIA ALEX DE OLIVEIRA CORDEIRO PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso XXV, do Regimento Interno e em conformidade com a Lei Complementar nº 162, de 03 de junho de 2013:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear, o Senhor ALEX DE OLIVEIRA CORDEIRO, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.520.615 e inscrito no CPF sob o nº 073.593.119-42, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO da Câmara Municipal de Fraiburgo, com remuneração em Lei e com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nos termos da Lei Complementar nº 162/2013, Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Fraiburgo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 03 de janeiro de 2017.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Galvão

## PREFEITURA

### ATA DE POSSE PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC REALIZADA NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2017

Aos primeiro (01) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta Cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina, no Centro Cultural, situado à Av. 7 de Setembro, 854, aí reuniram-se os Senhores Vereadores deste Município, eleitos no pleito Municipal realizado no dia 02 de outubro de 2016, para a solenidade de posse dos eleitos e Diplomados pela Justiça Eleitoral, com a presença dos seguintes Vereadores: ADRIANA DALZOTO BERNARDELLI, ALCENIR OTTO DOS SANTOS, ALCIDES DE OLIVEIRA, HÉLIO ROBERTO DIESEL, OSVALDO CORREA DE LIMA, RODRIGO PARIS BERTOLIN, ROSEMERI TEREZINHA PIOVEZANA, VALCIR BASI, e VALMIR JOSÉ MARTINS. Na forma estabelecida no Artigo 14, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 4º do Regimento Interno, assumiu a Presidência dos Trabalhos o Senhor Vereador OSVALDO CORREA DE LIMA, na condição de Vereador reeleito mais idoso, que declarou abertos os trabalhos da Sessão Solene, o qual determinou inicialmente fosse formada a Mesa de Honra, formada pelos Vereadores eleitos, pelo Prefeito Eleito ADMIR EDI DALLA CORT, pelo Vice Prefeito Eleito ORLI ANTONIO FARIAS e pelas autoridades nominadas no Protocolo. Ato contínuo determinou que fosse executado o Hino Nacional Brasileiro e em seguida o Senhor Presidente declarou que na forma contida no Artigo 14, § 1º, da Lei Orgânica do Município prestaria o compromisso legal, com o seguinte teor: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem estar do seu povo." Mandando fazer a chamada nominal dos demais Senhores Vereadores, que em pé e em frente às Bandeiras Nacional, do Estado, do Município e do Poder Legislativo, com a mão estendida à elas assim disseram "Assim o Prometo", tendo o Senhor Presidente declarado: "Em nome da Lei que me confere este Poder, declaro-os empossados Vereadores deste Município para a Legislatura 2017/2020". Em seguida foram todos convidados para assinarem o Livro de Presença e fizessem a entrega dos documentos de praxe que conferidos foram declarados em condições legais. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente convidou aos Senhores ADMIR EDI DALLA CORT e ORLI ANTONIO FARIAS, Prefeito Municipal e Vice-Prefeito Municipal respectivamente, para prestarem o compromisso legal de seus cargos, recebendo, antes, os documentos de praxe, que os conferiu e julgou-os autênticos. Ambos em pé em frente às Bandeiras do Brasil, do Estado e do Município, com a mão estendida à elas, leram o juramento e compromisso contido no Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, com o seguinte teor: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem estar dos munícipes e exercer o cargo sob inspiração da Democracia, da legitimidade, da legalidade e responsabilidade na Gestão Fiscal." e afirmaram: "Assim o Prometo", tendo o Senhor Presidente declarado: "Diante do compromisso assumido perante este Poder e o povo de Galvão, declaro o Senhor Admir Edi Dalla Cort, empossado no cargo de Prefeito Municipal de Galvão e o Senhor Orli Antonio Farias, empossado no cargo de Vice Prefeito Municipal, para a Legislatura 2017/2020". Em seguida convidou a todos para ouvirem o Hino do Município de Galvão. Após a execução do Hino, concedeu a palavra aos Senhores Vereadores, na ordem que segue: Hélio Roberto Diesel, Rosemeri Terezinha Piovezana, Valcir Basi, Valmir José Martins, Adriana Dalzoto Bernardelli, Rodrigo Paris Bertolin, Alcenir Otto dos Santos e Alcides

de Oliveira, os quais leram seus discursos previamente preparados. Em seguida usou da palavra o Senhor Vice-Prefeito Municipal Orli Antonio Farias. Por fim usou da palavra o Senhor Vereador Osvaldo Correa de Lima, na condição de Presidente da Sessão, lendo seu discurso. Em seguida o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, a qual submetida ao plenário foi aprovada por unanimidade, sem emendas que segue por todos assinada. E, como nada mais houvesse a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão solene, convocando os Senhores Vereadores para uma reunião para a eleição da nova Mesa Diretora, que será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, após o término da Solenidade de Transmissão de Cargo. Sala das Sessões em 01 de janeiro de 2017.

### CHAMAMENTO DE FORNECEDOR 001/2017

MUNICIPIO DE GALVÃO

EXTRATO DO PL Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017

O Município de Galvão através de seu representante legal Sr. Admir Edi Dalla Cort, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a partir do dia 03 de Janeiro de 2017, estará aberta a inclusão e atualização do Cadastro de Fornecedores aos interessados que desejarem fornecer bens e serviços ao Município de Galvão no decorrer de 2017. Obs: O edital encontra-se no setor de licitações ou na pagina do Município de Galvão [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br). Informações pelo Telefone (0\*\*49) 3342-1111 ou 3342-1112. Galvão - SC, 03 de janeiro de 2016.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

### DECRETOS 2017 - 001 A 008

DECRETO Nº 001/2017

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Licitações do Município de Galvão-SC, no decorrer do exercício 2017, os servidores conforme segue:

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO
Sandra Maria Turmina	Presidente
Leonídio Levinski	Secretário
Zeli Pacheco	Membro
Nélio Cler Cazarin	Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 002/2017**  
**NOMEIA PREGOEIRO MUNICIPAL, COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a servidora Sandra Maria Turmina, ocupante do cargo de agente de gestão pública, nomeada Pregoeiro Oficial deste município, no decorrer do exercício 2017.

Art. 2º. Fica ainda, nomeada a equipe de apoio para atuar nas licitações a serem realizadas na modalidade Pregão, sendo conforme segue:

Membro: Leonídio Levinski;  
Membro: Zeli Pacheco;  
Suplente: Nédio Cler Cazarin.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 003/2017**  
**NOMEIA LEILOEIRO MUNICIPAL, COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a servidora Sandra Maria Turmina, ocupante do cargo de agente de gestão pública, nomeada Leiloeiro Oficial deste município, no decorrer do exercício 2017.

Art. 2º. Fica ainda, nomeada a equipe de apoio para atuar nas licitações a serem realizadas na modalidade Leilão, sendo conforme segue:

Membro: Leonídio Levinski;  
Membro: Zeli Pacheco;  
Suplente: Nédio Cler Cazarin.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 004/2017**  
**NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o senhor João Paulo Garcia, nomeado para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir desta data.

Parágrafo Único. Fica ainda, nomeado gestor responsável do Fundo Municipal de Saúde – FUNSAU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 005/2017**  
**NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o senhor Adelar Gallina, nomeado para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 006/2017**  
**DISPÕE SOBRE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM, PARA O DECORRER DO EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 244, do Código Tributário Municipal;

Considerando o acumulado do INPC apurado pela FGV nos últimos 12 meses, período de Dezembro/2015 até Novembro/2016 (7,3888%), resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o decorrer do exercício 2017, fixado em 2,0692.

Parágrafo Único. Fica ainda, determinado que a presente Unidade Fiscal, deverá ser utilizada a partir do dia 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

#### DECRETO Nº 007/2017

NOMEIA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE ADIANTAMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Janice de Fátima Miglioretto de Marchi, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 109-0, nomeada para responder pelo Sistema de Adiantamento da Secretaria Municipal de Saúde (Alimentação e Combustível), relativamente à conta corrente nº 005.650-2, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Fica ainda, responsável para prestar contas dos recursos recebidos após o gasto total de cada adiantamento, mediante a apresentação de recibos, notas fiscais e/ou outros documentos legais que comprovem a despesa realizada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

#### DECRETO Nº 008/2017

NOMEIA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE ADIANTAMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e posteriores alterações, ainda de acordo com a Lei Municipal nº 746/2013, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Rozecler Capelli, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 595-9, nomeada para responder pelo Sistema de Adiantamento da Secretaria Municipal de Saúde (Pacientes), relativamente à conta corrente nº 005.790-8, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Fica ainda, responsável para prestar contas dos recursos recebidos após o gasto total de cada adiantamento, mediante a apresentação de recibos, notas fiscais e/ou outros documentos legais que comprovem a despesa realizada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

## PORTARIAS 2017 - 001 A 001

### PORTARIA Nº 001/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 76 da Lei Municipal nº 520/2005 – Estatuto dos Servidores;

#### Resolve:

Art. 1º. Determinar férias coletivas para os servidores do Município de Galvão-SC, no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017, seguindo as variações da planilha individualizada conforme segue:

MAT	FUNCIONÁRIO/SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		VENC	SALDO	PERÍODO DE FÉRIAS
	ENSINO FUNDAMENTAL - PROFESSORES					
161	ADELI PIETTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
854	ADRIAMAR BEZ BATTI CONTERATTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
203	ALVANI PIETA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
204	ALZIRA PIETA GABRIEL	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
147	CLEONICE SPINELLO DOS SANTOS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
9	ELIZABETE GEMA GHELER	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
966	GEMA TEREZINHA MACULAN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
853	GENOEVA LURDES MACULAN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	05/02/2017 A 06/03/2017
851	IDETE MARIA PADILHA MARTINS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
523	LIDIANE GETEM ARTUSO DE ALMEIDA	01/01/2012	30/11/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017

1208	LIDIMARA CUNICO CENCI	22/02/2016	21/02/2017	0	25	02/01/2017 A 26/01/2017
526	LUCIANA RAQUEL DIDONÉ	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
852	NALDIANE BORELLA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
582	ROSE ESTER MIGLIORETTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 16/01/2017
524	SAYONARA REGINA DALLA CORT BITNER	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
522	SEDIANE DALLA CORT REBELATTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
525	SILVANA DO CARMO GRIGOLO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
967	SILVANA TEREZINHA DE QUADROS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
21	SOELI CORDEIRO SOARES	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	ENSINO INFANTIL - PROFESSORES					
534	ADRIANA DE FATIMA GROTT BOFF	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
535	CAROLINE FATINI BEZ BATTI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
520	DILCE AP DE MEDEIROS CADORE	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
519	EDITE DE OLIVEIRA DIAS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
521	GENECI PACHECO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
901	LORIMAR TEREZINHA ZONTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1037	LOVAINE FATIMA BORELLA WOSNES	01/01/2015	21/11/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
517	MARCELLI POSSAN DE FREITAS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
945	MARIVONE MARCANSSONI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
849	OLEI CAMPOS SANTIN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	ENSINO FUNDAMENTAL - DIVERSOS					
740	ADRIANA APARECIDA LARA CUCHI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1194	ADRIANA MAINARDES DE OLIVEIRA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1041	ALVANIA BITNER	16/01/2016	15/01/2017	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1176	ANDREIA MARIA SPRICIGO LEVINSKI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	09/01/2017 A 23/01/2017
434	DELAIDE APARECIDA DE LARA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
44	DOMINGOS ROMARIO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
154	EDIJANE BORELLA DE ALMEIDA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
496	ILIANE PERUZZO PONTEL	01/05/2015	30/04/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
433	JOCELI VILLA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
536	MARIA DE L REITZ GARCIA	01/01/2015	31/12/2015	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
969	MARILUCIA COSSA BERTUZZI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
986	SALUSTIANA DOS SANTOS GUSTHMANN	01/01/2015	31/12/2015	1	15	03/02/2017 A 17/02/2017
670	TEREZINHA DE F BORGES DA SILVA PAIM	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
446	ZELI PACHECO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	13/01/2017 A 27/01/2017
1098	ZENAIDE MARIANO DA COSTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	ENSINO INFANTIL - DIVERSOS					
1002	MARIA IRMA DE MOURA FERREIRA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1195	NADIR LUCIA TOSO MARINELLO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1068	ODETE MARIA CESARIO DA SILVA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
429	ROSANGELA TEREZINHA S MARTINS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
611	SILVANE ADAIL VALENCIO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
515	VERA LUCIA RIBEIRO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	TRANSPORTE ESCOLAR					
730	ADELMIR ANTONIO TIBES	01/01/2016	31/12/2016	0	30	17/01/2017 A 15/02/2017
1215	JOSE VERONEZ	01/03/2016	28/02/2017	0	25	02/01/2017 A 26/01/2017
1152	MARCIANO AMARILDO C A MOREIRA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1153	SIDINEI MARIANO DA COSTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
1148	ALAN PAULO DIERINGS	01/01/2016	31/12/2016	0	15	02/01/2017 A 16/01/2017
443	CELIO LUIZ POZZAN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
979	DENIS ALBERT SPRICIGO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	09/01/2017 A 23/01/2017
731	EDNILSON ERASMO BITENCOURT	01/01/2016	31/12/2016	0	30	12/01/2017 A 10/02/2017
1069	EVANDRO FERNANDES ANDRE	04/12/2015	03/12/2016	1	30	19/12/2016 A 02/01/2017



1161	LARYSSA PACHECO	22/01/2016	21/01/2017	0	27,5	25/01/2017 A 21/02/2017
767	LEONIDIO LEVINSKI	01/01/2015	31/12/2015	1	15	16/01/2017 A 30/01/2017
1219	LUANA ANDREIA MORAWSKI	04/04/2016	03/04/2017	0	22,5	02/01/2017 A 24/01/2017
539	MARCOS ANDRE COSSA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	09/01/2017 A 23/01/2017
1112	NEDIO CLER CAZARIN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	09/01/2017 A 23/01/2017
1155	RAPHAELA RENATA PALAURO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	03/01/2017 A 01/02/2017
751	ROBERVAL DALLA CORT	01/01/2015	31/12/2015	1	15	16/01/2017 A 30/01/2017
1142	VANESSA PAULA RAMOS	01/01/2016	31/12/2016	0	15	17/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					
613	ADEMIR DA SILVA	01/01/2015	31/12/2015	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
788	AIRTON DE OLIVEIRA MOTTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
727	ANGELO ROSA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
580	ANTONIO CARLOS LOUREIRO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1190	DOUGLAS BARTH	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1140	FABRICIO PELISSON COSSA	01/08/2015	31/07/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
997	JOAO ANTONIO DA SILVA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1141	JOEL MARIANO DA COSTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
428	LEONIR SEZER PALOSCHI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1157	LUCIANO CIVIDINI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
975	MARCOS ZAMBIAZZI	01/01/2015	31/12/2015	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
973	PAULINHO TELES DE LIMA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1151	VALDECIR DO NASCIMENTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE AGRICULTURA					
736	AMARILDO ANTONIO PADILHA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
955	ANDERSON JONAR NALIN	14/12/2015	13/12/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
722	LEANDRO BREANCINI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
978	RODRIGO PARIS BERTOLIN	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
1145	CRISTIANE NIENOV	01/01/2016	31/12/2016	0	30	09/01/2017 A 07/02/2017
485	ELIANE LOPES PACHECO	01/03/2015	29/02/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
877	IDICELIA MARIA GABRIEL QUERINO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
887	VERONICA LUCIA FURLANETTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
810	VERONICA WILLER	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE ESPORTES					
724	GILMAR ALVES DA SILVA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
671	JOCELAINE CRISTINA RENOSTO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1230	JOSEMAR DA SILVA	01/07/2016	30/06/2017	0	15	02/01/2017 A 16/01/2017
782	VALMIR JOSE MARTINS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE SAÚDE - MANUTENÇÃO					
1149	CLAUDIR DE LIMA SIQUEIRA	01/09/2015	31/08/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
883	JEAN PETERSON SPRICIGO	02/05/2015	01/05/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
482	LUIZ CARLOS PRATES	01/01/2016	31/12/2016	0	30	01/02/2017 A 02/03/2017
578	MARCIO ARI MARCOS MOREIRA	01/11/2014	31/10/2015	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
876	RENATA LOUREIRO	01/04/2015	31/03/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
732	RONIE MARCELO TOIGO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
430	TEREZINHA DE OLIVEIRA MOTTA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
	SECRETARIA DE SAÚDE - PMAQ					
994	ANGELA CRISTINA BISINELLA PANASSOLO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/02/2017 A 03/03/2017
1163	ANGELA DIESEL	02/02/2016	01/02/2017	0	27,5	02/01/2017 A 29/01/2017
886	ROSEMERI TEREZINHA PIOVEZANA	01/05/2016	30/04/2017	0	20	02/01/2017 A 21/01/2017
	SECRETARIA DE SAÚDE - NASF					
1116	DEBORA BOTIN LUZA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017



	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE					
1060	AMARILDO PIASSOLI	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
960	CRISTINA SCOPEL DE LIMA	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
961	ELEZANIA LOPES PACHECO SAVIO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
965	ELIZANDRO ALVES CARVALHO	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
1231	HIGHOR RHANIELLI RODRIGUES TODERO	11/07/2016	10/07/2017	0	15	02/01/2017 A 16/01/2017
1012	KELLI APARECIDA BARBOSA	01/09/2015	31/08/2016	1	30	02/01/2017 A 31/01/2017
959	MARTA BORELLA DE CAMPOS	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017
963	VANESSA LINHARES	01/01/2016	31/12/2016	0	30	02/01/2017 A 31/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO 014/2017

DECRETO Nº. 014 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Ana Claudia Pionhievicz, da função de Coordenadora de Programa.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada, a servidora ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ da função de Coordenadora de Programa do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, nomeada através do Decreto Nº 031/2016, de 31 de março de 2016.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 015/2017

DECRETO Nº. 015 de 03 de janeiro de 2017

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 135/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

ART. 1º. Revogar o Decreto nº 135/2016 que designa a servidora Ana Claudia Pionhievicz, Coordenadora de Programa, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 016/2017

DECRETO Nº. 016 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Aline Barros Franco, da Função de confiança de Secretária de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a senhora ALINE BARROS FRANCO, da função de confiança de Secretária de Escola, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto 018/2015 de 30 de janeiro de 2015.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 017/2017

DECRETO Nº. 017 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Marilene Santos de Oliveira Duarte, da função de confiança de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a senhora MARILENE SANTOS DE OLIVEIRA DUARTE, da função de confiança de Diretora da Creche Municipal Maria Corrêa Saad, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto 055/2014 13 de fevereiro de 2014.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 018/2017

DECRETO Nº. 018 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Patrícia Leite, da função de confiança de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a senhora PATRICIA LEITE, da função de confiança de Diretora da Escola Municipal Içá Mirim, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto 021/2015 30 de janeiro de 2015.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 019/2017

DECRETO Nº. 019 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Cecília Senke Rüeckert, da função de Chefe do Pronto Atendimento.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO

DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a senhora CECÍLIA SENKE RÜECKERT, da função de confiança de Chefe do Pronto Atendimento, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto 114/2016 de 21 de julho de 2016.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## **DECRETO 020/2017**

DECRETO Nº. 020 de 03 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração do Senhor Darci de Souza, do cargo comissionado de Secretário de Infraestrutura e Urbanismo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerado o senhor DARCI DE SOUZA, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto 027/2016 de 31 de março de 2016.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## **DECRETO 021/2017**

DECRETO Nº 021 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“ DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Secretário de Administração Sr Clélio Leandro Pedralli, e a gestora do Fundo Municipal de Habitação Sra. Simone Neves, a efetuar as operações bancárias, na conta 91550-5 de titularidade do Fundo Municipal de Habitação, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de

Recursos Federais

- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## **DECRETO 022/2017**

DECRETO Nº 022, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Secretário de Administração, Planejamento e Finanças senhor Clélio Leandro Pedralli, e a gestora do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, senhora Simone Neves, a efetuar as operações bancárias nas contas 92719-8 e 98326-8 de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

**DECRETO 023/2017**

DECRETO Nº 023 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, a gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência senhora Simone Neves, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Clélio Leandro Pedralli a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma assinatura obrigatoriamente da gestora do fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto Nº 143 de 23 de setembro de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO 024/2017**

DECRETO Nº 024, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças senhor Clélio Leandro Pedralli, e a gestora do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, senhora Simone Neves, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, CNPJ nº 13.806.951/0001-02 conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito

- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente da gestora do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO 025/2017**

DECRETO Nº 025, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Vice-Prefeito senhor Plotino de Bitencourt, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Clélio Leandro Pedralli a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, Fundo Municipal de Agricultura, Fundo de Reequipamento de Bombeiros, Fundo Municipal de Habitação e Fundo da Infância e Adolescência, sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito

- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 178 de 01 de dezembro de 2015.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 026/2017**

DECRETO Nº 026 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Secretário de Administração, Planejamento e Finanças senhor Clélio Leandro Pedralli, e a gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora Isabela Aragão Pereira, a efetuar as operações bancárias, nas contas 7434-9, 58040-6, 91046-5, 114674-2 de titularidade do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, como também nas contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 11.303.923/0001-39 conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º – As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 153 de 07 de outubro de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 027/2017**

DECRETO Nº 027, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o comandante EZEQUIEL OLIVÉRIO, para responder como gestor do Fundo Municipal de Reequipamento dos Bombeiros.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 028/2017**

DECRETO Nº 028, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“Dispõe sobre a exoneração do servidor Ivandro Sérgio Lopes, da Função de Chefe do Setor de Tributação.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerado a senhor IVANDRO SÉRGIO LOPES, da função de chefe de setor de tributação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 029/2017**

DECRETO Nº 029, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora SIMONE NEVES, para responder como gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 137 de 23 de setembro de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



**DECRETO 030/2017**

DECRETO Nº 030, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FUNDO DE HABITAÇÃO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Designar a servidora SIMONE NEVES, para responder como gestora do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ATA ELEIÇÃO MESA DIRETORA**

ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, PARA O BIÊNIO DOIS MIL E DEZESSETE A DOIS MIL E DEZOITO. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e cinco minutos, na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Garuva, sito a Rua Castro Alves, n. 44, reuniram-se os Vereadores eleitos em 2 de outubro de 2016, para proceder a Eleição da Mesa Diretora para o biênio dois mil e dezessete a dois mil e dezoito. Conforme determina o Regimento Interno da Casa, a eleição foi presidida pela Vereadora mais votada, Marli Terezinha Leandro, a qual obteve 617 votos. Foi apresentada apenas a chapa Construindo a Garuva que queremos, assim composta: Oziel Fernandes Mattos – Presidente, Helena Aparecida Costa Chaves – Vice Presidente, Celso Coelho de Sousa – Secretário. Ato contínuo, a Presidente cedeu a palavra ao Vereador Oziel Fernandes Mattos, o qual comentou que encerraram-se as discussões políticas, pedindo o voto dos Vereadores, em nome dos integrantes da chapa Construindo a Garuva que queremos e para o bem de Garuva. Em seguida, a Presidente realizou a chamada para o processo de votação, devendo cada Vereador votar “SIM” ou “NÃO”, obtendo-se o seguinte: Célio Luiz Budal – SIM, Celso Coelho de Sousa – SIM, Helena Aparecida Costa Chaves – SIM, Luiz Antonio de Oliveira – SIM, Luiz Moises Stocco – SIM, Marli Terezinha Leandro – SIM, Oziel Fernandes Mattos – SIM, Paulo Guataçara da Costa Lima – SIM, Valdemar Dierschnabel – SIM. A Presidente declarou vencedora por nove votos e empossada a Mesa Diretora para o período de dois mil e dezessete a dois mil e dezoito. Na continuidade, a Presidente Marli Terezinha Leandro passou a presidência da Sessão ao Presidente eleito à Mesa Diretora, Vereador Oziel Fernandes Mattos, o qual agradeceu a Deus, aos servidores que trabalharam na Sessão, aos integrantes de chapa e demais Vereadores. Comentou ainda que fará uma gestão transparente e que as portas da casa estão abertas para o Prefeito e para o Vice-Prefeito. O Presidente da Mesa passou a palavra para o Presidente da Câmara no período de dois mil e quinze a dois mil e dezesseis, Sr. Reginaldo Mews Rosa, o qual desejou um feliz ano novo a todos e sucesso na gestão dos candidatos empossados. Aproveitou para agradecer aos servidores Janaina, Paula e Cristiano, pelo apoio prestado, bem como aos servidores efetivos. Na oportunidade, entregou a relação de patrimônio e o balancete analítico ao Presidente da Mesa. Novamente com a palavra, o Presidente da Mesa abriu a tribuna para quaisquer Vereadores que quisessem fazer o uso da palavra. O Vereador Luiz Antonio de Oliveira agradeceu a todos e em especial aos eleitores, comentando as melhorias para as quais pretende contribuir para o Município. Passou-se a palavra ao Prefeito empossado Dr. Rodrigo para que realizasse as considerações finais. O Prefeito parabenizou o Presidente recém-eleito para a Mesa Diretora e demais integrantes de chapa, desejando-lhes um ótimo mandato. Aproveitou para convidar todos para a Solenidade de Transmissão de Posse de Prefeito, na Prefeitura Municipal. O contador da Câmara Municipal de Garuva, Sr. José Carlos Schutz, comunicou que a Sessão está sendo transmitida ao vivo no sítio eletrônico do Poder Legislativo

de Garuva. Após, encerrou-se a sessão. Esta ata, após lida e achada acordo será assinada pela nova Mesa Diretora. Garuva, 1º de janeiro de 2017.

Oziel Fernandes Mattos  
Presidente da Mesa Diretora

Helena Aparecida Costa Chaves  
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Celso Coelho de Sousa  
Secretário da Mesa Diretora

**RESOLUÇÃO 002/2017**

Resolução nº 0002/2017

Dispõe sobre a movimentação financeira bancária do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, usando de suas atribuições legais e regimentais em especial o artigo 50 parágrafo 3º inciso VIII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE:

Art. 1º - Disciplinar o ato de movimentação bancária do Poder Legislativo Municipal, a saber:

I - a emissão de cheques, de qualquer valor somente se fará com as assinaturas do Sr. Oziel Fernandes Mattos - Vereador Presidente da Mesa Diretora e do servidor José Roberto Pakuszewski.

II - a movimentação geral da Conta Corrente 50.005-4 AG. 4648-5 DO BANCO DO BRASIL S/A, tais como transferências, autorização de débitos, operações de crédito, pagamentos etc., será efetuada com as assinaturas do Sr. Oziel Fernandes Mattos - Vereador Presidente da Mesa Diretora e do servidor José Roberto Pakuszewski. Parágrafo Único - Os saldos bancários, solicitação de talões de cheque, aplicações financeiras, resgate de aplicações financeiras, bem como a solicitação de extratos poderão ser efetuados individualmente pelo Sr. Oziel Fernandes Mattos - Vereador Presidente da Mesa Diretora ou pelo servidor José Roberto Pakuszewski.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução 20/2016 de 11 de agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 3 de janeiro de 2017.  
Oziel Fernandes Mattos  
Presidente da Mesa Diretora



# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.283, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.283, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA Jean Carlos de Oliveira PARA O CARGO EM COMISSÃO SUPERINTENDENTE DE CONTROLE INTERNO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01º de janeiro de 2017, o servidor Jean Carlos de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 074.819.409-67, para o exercício do cargo em comissão de Superintendente de Controle Interno, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 02 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 7.284, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.284, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DESCONSTITUI MEMBROS DA 1ª E 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam, a partir desta data, desconstituídos os membros da 1ª e 2ª Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os demais dispositivos em contrário.

Gaspar, 03 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.285, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.285, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 01º de janeiro de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

#### I – Lotados no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

a) RONI JEAN MULLER, inscrito no CPF sob o nº 924.462.809-00, Superintendente de orçamento Participativo, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

b) BRUNA NAGEL DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 108.448.379-38, Coordenadora de Gabinete, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

c) DEISE ANTUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 107.549.769-80, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

d) CRISTINA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 068.010.499-25, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais; e

e) LILIANE DA ROSA MACHADO, inscrita no CPF sob o nº 265.838.038-01, Superintendente de Comunicação, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais.

#### II – Lotados na Secretaria de Administração e Gestão:

a) SUSAN CAVACO, inscrita no CPF sob o nº 020.055.159-06, ouvidora, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

b) ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, inscrita no CPF sob o nº 043.524.199-07, Superintendente de Suprimentos, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

c) JEAN CLOVIS DA ROSA ZEN, inscrito no CPF sob o nº 018.547.849-27, Diretor de Patrimônio, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

d) JOSÉ MARILDO AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 702.774.949-15, Diretor Geral de Trânsito, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

e) RAQUEL ROSE DA CUNHA, inscrita no CPF sob o nº 870.761.609-00, Diretor Geral de Recursos Humanos, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

f) IRLAN OSNI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 032.853.749-77, Diretor de Manutenção, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais.

#### III – Lotados na Secretaria da Fazenda:

a) CLAUDIONEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 065.303.269-28, Assessor Administrativo, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

b) CÉLIA MARGARETE DA COSTA SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 621.367.129-34, Superintendente de Orçamento, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

c) CIRLENE TEREZINHA SCHRAMM KUNEL, inscrita no CPF sob o nº 586.757.879.87, Diretor Geral de Contabilidade, ref. 64, com

carga horária de 40 horas semanais;

d) ADEMOR LUIZ MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 506.176.649-00, Diretor Geral de Finanças, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

e) MARCOS LUDWIG, inscrito no CPF sob o nº 051.554.309-84, Diretor Geral de Tecnologia de Informação, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

IV – lotados na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

a) EZEQUIEL HINTZ, inscrito no CPF sob o nº 895.717.119-34, Assessor Administrativo, ref. 64, com 40 horas semanais;

V – Lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

a) AMAURI BORNHAUSEN, inscrito no CPF sob o nº 633.023.069-20, Diretor de Obras, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

b) SAMARA APARECIDA MARCELINO, inscrita no CPF sob o nº 090.016.839-08, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

c) VALDEMAR CUNICO, inscrito no CPF sob o nº 868.498.679-20, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

d) JULIO CESAR OLIVEIRA DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.624.518-41, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

e) WALTER VOGELBACHER, inscrito no CPF sob o nº 383.656.779-20, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais; e

f) OSNILDO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.061.089-53, Coordenador Geral de Oficina, ref.50, com carga horária de 40 horas semanais.

VI – Lotados na Secretaria de Educação:

a) VALÉRIA TERESINHA SCHMITT DA CRUZ, inscrita no CPF sob o nº 505.930.139-72, Diretora Geral administrativo, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

b) RENATO DA COSTA BRAMBILLA, inscrito no CPF sob o nº 007.894.369-81, Diretor Administrativo, ref.55, com carga horária de 40 horas semanais;

c) MARIO SERGIO CRESPI, inscrito no CPF sob o nº 817.128.559-72, Diretor Alimentação Escolar, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

d) SILVIA RAQUEL SCHREIBER BONIATI, inscrita no CPF sob o nº 003.127.150-21, Diretora de Educação Especial, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais; e

e) CRISTIANE LUCIANO CORRÊA, inscrita no CPF sob o nº 005.315.569-64, Diretora Geral Pedagógica, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

VII – Lotados na Secretaria de Saúde:

a) MARIA BERNADETE TOMAZINI, inscrita no CPF sob o nº 736.750.169-00, Superintendente de Saúde, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

b) RUBIANA AZAMBUJA PROENÇA BECKER, inscrita no CPF sob o nº 940.349.319-49, Diretora Geral de Atenção em Saúde Especial e Programas Estratégicos, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

c) DORIMAR SERAFIM STIZ, inscrito no CPF sob o nº 771.095.209-78, Diretor Geral de Assistência Farmacêutica, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

VIII – Lotados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda:

a) SAMARA HAMMES, inscrita no CPF sob o nº 046.143.399-05, Diretora Geral de Trabalho e Renda, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

b) ANDRÉ PASCOAL WALTRICK, inscrito no CPF sob o nº 505.923.439-87, Superintendente de Agricultura e Aquicultura, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais; e

c) EDUARDO SCHNEIDER PEDRINI, inscrito no CPF sob o nº 037.013.669-18, Diretor Geral de Desenvolvimento Econômico, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

IX – Lotados na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer:

a) MARCO AURÉLIO DA CRUZ SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 940.363.579-72, Diretor Pedagógico, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 03 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

## **DECRETO Nº 7.286, DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 7.286, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

### **DECRETA**

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 04 de janeiro de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

a) MONICA ROEDER MEDEIROS, inscrita no CPF sob o nº 466.361.029-34, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; e

b) TARCISIO JOSÉ LANSER, inscrito no CPF sob o nº 656.339.709-34, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.102, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.102, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.448, DE 15 DE JULHO DE 2014, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GASPAR A SERVIDORA RAQUEL ROSE DA CUNHA.

KLEBER EDSO WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.448, de 15 de julho de 2014, que colocou à disposição do Fórum da Comarca de Gaspar a servidora RAQUEL ROSE DA CUNHA, ocupante do cargo em provimento efetivo Agente de Serviços Especializados II, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 02 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSO WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.103, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.103, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE GASPAR O SERVIDOR CLEBER SABEL.

KLEBER EDSO WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar à disposição do Fórum da Comarca de Gaspar a partir de 09 de janeiro de 2017, o servidor CLEBER SABEL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados II, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSO WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

# Grão Pará

## PREFEITURA

### **DECRETO N 06-2017-COM. AVALIAÇÃO DE BENS CONCESSÃO CENTRO DE TRIAGEM**

DECRETO N. 06/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“CONSTITUI COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE**

Art. 1º. Designar os Servidores DAIANA MICHELS JUNKES, JISELI KONS e ADEISE BUSSOLO ROHLING, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que será responsável pelo Levantamento dos Bens Móveis e Imóveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, existentes no Centro de Triagem de Lixo deste Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
03 de janeiro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 03 de janeiro de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### **DECRETO Nº 07/2017**

DECRETO Nº 07, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“INSTITUI TURNO ÚNICO E ININTERRUPTO PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS DE GRÃO-PARÁ”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o caráter econômico da adoção da redução do horário normal de funcionamento da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras;

Considerando que a adoção do turno único contribui para a redução do conjunto das despesas com a manutenção e custeio dos serviços realizados pelo Município, sem perda da produtividade;

Considerando que tal medida vem ao encontro do princípio da economicidade, otimizando os recursos disponíveis, em consonância com as diretrizes emanadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), na busca do equilíbrio fiscal das contas públicas;

#### **DECRETA:**

Artigo 1º. Fica instituído turno único e ininterrupto de 06 (seis) horas diárias na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, a

ser cumprido no período de 09 de janeiro de 2017 a 30 de março de 2017, no horário das 6:30 às 12:30 horas, de segunda à sexta-feira.

Artigo 2º. Cessado o Turno Único, os servidores retomarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em Lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Artigo 3º. Fica vedada, na vigência do Turno Único, a convocação para prestação de serviços extraordinários, ressalvado os casos de situação de emergência, pagando-se, nessa hipótese, apenas as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecida para os cargos.

Artigo 4º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 09 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
03 de janeiro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 03 de janeiro de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA 14.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 14/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
Contratada....: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO  
Valor ..... : 4.128,00 (quatro mil cento e vinte e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC SOB A FORMA DE LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS. O SISTEMA DESTINA-SE AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E PUBLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA O ANO DE 2017.  
Contratada....: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
-----

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.17 HIGIENIZAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 05/17, Edital de Pregão Presencial Nº 01/17. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EFETUAR A HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DOS MESMOS; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 17/01/17; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 17/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 03 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 735/2017**

DECRETO Nº. 735/2017

Determina o horário de expediente da Secretaria de Infraestrutura.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinado o horário de expediente da Secretaria de Infraestrutura, a partir de 03 de janeiro de 2017, sendo de segunda a sexta-feira, ininterruptamente das 07h00min às 13h00min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 001/2017**

PORTARIA Nº. 001/2017

Nomeia Jair Tomelin.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Jair Tomelin na função de Secretário de Administração e Finanças, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 02/2017**

PORTARIA Nº. 002/2017

Exonera Camila Emanoela Warmeling Orsi.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Camila Emanoela Warmeling Orsi, da função de Gestora do Hospital Municipal Santo Antônio, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 03/2017**

PORTARIA Nº. 003/2017

Exonera Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade, da função de Gerente de Planejamento e Gestão do Serviço de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 04/2017**

PORTARIA Nº. 004/2017

Exonera Marcelo Amadeu Deretti.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Marcelo Amadeu Deretti, da função de Controlador-Geral do Município, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 05/2017**

PORTARIA Nº. 005/2017

Nomeia Ezequiel Ramalho Bezerra de Souza.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Ezequiel Ramalho Bezerra de Souza na função de Diretor da Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito



**PORTARIA Nº. 06/2017**

PORTARIA Nº. 006/2017

Nomeia Paulo Sérgio Rodrigues.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Paulo Sérgio Rodrigues na função de Gerente de Tecnologia e Informação, vinculado a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 07/2017**

PORTARIA Nº. 007/2017

Nomeia Lauro Engelmann.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Lauro Engelmann na função de Encarregado, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 08/2017**

PORTARIA Nº. 008/2017

Nomeia Osni Romeu Denker.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Osni Romeu Denker na função de Diretor de Recursos Hídricos, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 09/2017**

PORTARIA Nº. 009/2017

Nomeia Sandro Luiz Depin.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Sandro Luiz Depin na função de Secretário de Infraestrutura, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 10/2017**

PORTARIA Nº. 010/2017

Nomeia Valério Verbinem.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Valério Verbinem na função de Diretor Administrativo, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 11/2017**

PORTARIA Nº. 011/2017

Nomeia Denilton José Malinski.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Denilton José Malinski na função de Gerente de Atividades, vinculado a Secretaria de Agricultura, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 12/2017**

PORTARIA Nº. 012/2017

Nomeia Rodrigo Ademir da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Rodrigo Ademir da Silva na função de Diretor de Projetos, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 13/2017**

PORTARIA Nº. 013/2017

Nomeia Jackson Testoni.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Jackson Testoni na função de Diretor de Comunicação, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 14/2017**

PORTARIA Nº. 014/2017

Nomeia Alcibaldo Pereira Germann.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Alcibaldo Pereira Germann na função de Diretor de Projetos, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 15/2017**

PORTARIA Nº. 015/2017

Nomeia Angélica Gomes Belli Frontino.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Angélica Gomes Belli Frontino na função de Assessora Jurídica, vinculada a Procuradoria-Geral do Município, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 16/2017**

PORTARIA Nº. 016/2017

Nomeia Antônio Alexandre de Azevedo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Antônio Alexandre de Azevedo na função de Diretor de Saúde, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 04 E 05 / FMAS 02

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 02/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº.01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: CASA DE REPOUSO ACONCHEGO DO IDOSO LTDA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento a idosa carente ( Luiza Canton ) do Município de Guarujá do Sul, para ano de 2017, com acompanhamento psicológico, assistência social, enfermeiro, alimentação e vestuário, conforme determinação judicial proveniente dos Autos nº. 065.10.001524-1 Ministério Público / Comarca São Jose do Cedro - SC.

VALOR TOTAL: R\$ 12.856,44

VIGENCIA: 31/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 02 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 04/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 50/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MA EMPREITEIRA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma do Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris, na Rua Governador Jorge Lacerda 436, município de Guarujá do Sul, conforme Memorial Descritivo, Projetos, Planilha de Custo Global e Cronograma Físico-Financeiro, através de Recurso do Salário Educação.

VALOR TOTAL: R\$ 72.886,25

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 40 DIAS

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/06/2017

Guarujá do Sul, SC, 03 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 05/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/20147

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS CNGT LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços hora máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município através da Secretaria Municipal de Agricultura.

VALOR TOTAL: R\$ 42.568,50

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 15/01/2017

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/01/2017

Guarujá do Sul, SC, 03 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.618/2017

Recadastramento obrigatório de servidores públicos do Município de Herval D'Oeste-SC

DECRETO Nº 3618 de 03 de janeiro de 2017

Dispõe sobre o recadastramento de servidores públicos ativos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional e dos empregados públicos ativos do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE- ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições: DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o processo de recadastramento obrigatório dos servidores e empregados públicos ativos, a partir de 10 de janeiro de 2017, com a finalidade de atualizar os dados funcionais e validar o quadro de pessoal dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

Art. 2º Para fins do recadastramento previsto no artigo 1º, os servidores e empregados públicos em atividade, independentemente de estarem cedidos para outras esferas de governo ou poderes, deverão fazer a atualização cadastral junto ao Setor de Pessoal do Município de Herval D'Oeste-SC.

Parágrafo único. Toda atualização cadastral será realizada de forma presencial, devendo o servidor apresentar a documentação comprobatória de identidade, podendo ser adotado procedimento especial para os servidores e empregados ativos que tiverem restrições de locomoção por motivo de saúde ou para os maiores de 60 (sessenta) anos.

Art. 3º Os servidores e empregados públicos ativos que não realizarem o recadastramento até a data do dia 28 de fevereiro de 2017, terão seus vencimentos ou salários suspensos da folha de pagamento, após constatação do fato e a efetiva publicação no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Somente depois de prestadas as devidas informações e apuração dos fatos, a administração adotará medidas legais cabíveis com o objetivo de sanar eventuais irregularidades para reestabelecer todos os créditos ou valores acumulados.

Art. 5º O servidor/empregado que se encontrar afastado de suas funções, nas hipóteses autorizadas por lei e que receba valores mensais do Município de Herval D'Oeste-SC deverá realizar a atualização cadastral, da mesma forma que os demais servidores municipais ativos, estando sujeito a suspensão de vencimentos ou salários e à adoção de medidas disciplinares previstas em lei, em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. O recadastramento dos servidores cedidos deverá observar as regras do art. 2º deste Decreto.

Art. 6º Os servidores e empregados públicos ativos que não cumprirem as determinações previstas neste decreto nos prazos fixados, poderão ser responsabilizados disciplinarmente nos termos dos seus respectivos estatutos funcionais.

Art. 7º Sujeitar-se-ão à responsabilização administrativa e penal, conforme o caso, os servidores e empregados públicos que prestarem declarações falsas ou omitirem dados relevantes para os efeitos deste decreto.

Art. 8º Não se aplica aos servidores e empregados públicos municipais aposentados e pensionistas as disposições estabelecidas neste decreto.

Art. 9º Compete à Controladoria Geral do Município – CGM acompanhar a realização do processo de recadastramento.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento dos resultados obtidos pelos órgãos e entidades municipais, visando à adoção de medidas complementares.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração deverá rever no

prazo de até 30 (trinta) dias, após o término do período previsto no art. 11 deste Decreto, todos os afastamentos de servidores/empregados da Administração Direta e Indireta.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Administração editará normas e orientações complementares necessárias a execução do disposto neste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste 03 de janeiro de 2017

Américo Lorini- Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor DANIEL MEIRA (Matr. 4395), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível – DAS-5, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIA Nº 017/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora VANIA MARIA MOREIRA (Matr. 4396), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Planejamento e Coordenação, Nível – Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 02 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº 018/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Autorizar a Servidora Leila Bottega de Col (Matr. 1776), CPF nº 029.430.469-06 responsável pela função de Tesoureira dos Fundos, e/ou a Servidora Fátima Dirley Pereira Paganini (Matr. 10), CPF nº 494.748.399-72, responsável pela função de Tesoureira da Prefeitura, que juntamente com o Senhor Candido Helio Dadalt (Matr. 4388), CPF nº 148.163.009-10, Secretário de Administração e Finanças, a realizar toda a movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 17.799.033/0001-46; Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 12.816.323/0001-37; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ nº 09.217.081/0001-50, Fundo Municipal de Habitação, CNPJ nº 14.424.724/0001-77; Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, CNPJ nº 82.939.430/0001-38, com as seguintes atribuições: abrir contas de depósito; solicitar saldos e extratos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA, autorizar débito em conta relativo a operações.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 352/2016.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIA Nº 019/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Autorizar a Servidora Leila Bottega de Col (Matr. 1776), CPF nº 029.430.469-06 responsável pela função de Tesoureira dos Fundos, e/ou a Servidora Fátima Dirley Pereira Paganini (Matr. 10), CPF nº 494.748.399-72, responsável pela função de Tesoureira da Prefeitura, que juntamente com o Senhor Candido Helio Dadalt (Matr. 4388), CPF nº 148.163.009-10, Secretário de Administração e Finanças, e a Senhora Marisa Langer (Matr. 4042), CPF nº 032.784.219-90, Secretária do Fundo Municipal de Saúde, a realizar toda a movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde,

CNPJ nº 17.799.033/0001-46; com as seguintes atribuições: abrir contas de depósito; solicitar saldos e extratos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA, autorizar débito em conta relativo a operações.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 384/2013.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 020/2017**

PORTARIA Nº 020/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARIA HELENA APARECIDA BIAZOTTI (Matr. 2877), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo (readaptada), Nível – 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2013 e 16 de dezembro de 2014, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 021/2017**

PORTARIA Nº 021/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BERNARDETE MARIA SPIER (Matr. 3083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais (readaptada), Nível – 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de janeiro de 2015 e 03 de janeiro de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que



preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 022/2017**

PORTARIA Nº 022/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ HENRIQUE GIACOMINI DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência "B", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de janeiro de 2015 e 12 de janeiro de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 023/2017**

PORTARIA Nº 023/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SILVANA REGINA BUSSACRO (Matr. 4152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de junho de 2015 e 28 de junho de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIA Nº 024/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ZAUDILE CHIES CAMPAGNOLLO (Matr. 4023), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de outubro de 2015 e 10 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 025/2017**

PORTARIA Nº 025/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 720/2016, da Servidora BETINA CECCONELLO (Matr. 391), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "I", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de maio de 2014 e 14 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 026/2017**

PORTARIA Nº 026/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 355/2016, da Servidora FRANCIELE ZAGO (Matr. 2793), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de julho de 2014 e 02 de dezembro de



2015, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 027/2017**

PORTARIA Nº 027/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 725/2016, da Servidora IVANI SIQUEIRA SCHUVAIZERSKI (Matr. 2789), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2014 e 23 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 028/2017**

PORTARIA Nº 028/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1337/2016, da Servidora LIGIA BACALTCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "F", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2015 e 17 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 029/2017**

PORTARIA Nº 029/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 368/2016, do Servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2680), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de março de 2014 e 15 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 030/2017**

PORTARIA Nº 030/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1279/2016, da Servidora SAIONARA FERREIRA FRANÇA (Matr. 2733), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2015 e 20 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 21 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 031/2017**

PORTARIA Nº 031/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora EDNA MARIA MENDES DE ARAÚJO (Matr. 2865), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 30 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011,

referente ao período aquisitivo de 17 de dezembro de 2013 a 16 de dezembro de 2015, para serem gozadas a contar de 02 de janeiro de 2017 a 25 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 032/2017**

PORTARIA Nº 032/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO à Portaria Nº 1220/2016, da Servidora Pública Municipal MARA REGINA HEBERLE (matr. 32), onde se lê: "Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum"; leia-se: "Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Professor de Educação Infantil, Fundamental e Médio."

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 02 de Janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 033/2017**

PORTARIA Nº 033/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Professor, anexo XI da LC nº 316/2013, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
219	Adriana Lucia Gandin Parizzi
4059	Adriana da Silva Xavier Bernardi
597	Adriane Bernardo
3772	Alini Alves Cabral
1523	Ana Fernanda Martinazzo Giacomini
3722	Ana Piovesan
3884	Analie Pasquali
3028	Angela Cristina Bilibio
27	Arlene Meneguzzi Rático
3723	Arlene Trevisol Guindani
60	Aparecida Milani Slongo

1115	Beatriz Ap Beninca Ciarnoschi
3643	Carla Aparecida Vargas Correia
1550	Claudete Bertotti
89	Claudete de Deus e Silva Godoy
1085	Claudia Andréa Dahmer Rossi
3882	Cleci Leonete Marafon Cantelli
3739	Cleusa Campagnollo Cecatto
3732	Cristiane Canuto Bertelli
532	Cristiane Zabott Garvin
3733	Cristina Wasserberg
3831	Daiana Fachin
576	Deonice Maria C Parizze
24	Dirlei Zarpelon Bettoni
2576	Elaine Zanezi
1012	Elenari Ap. Cassul de Menezes
4063	Eliete Adriana Casanova Tedesco
4061	Eliane Paviani Gab
2564	Fátima Aparecida Pinheiro
2851	Fernanda Markezze Mott
3740	Francia Talita Cyrino Ramos
3642	Francieli P. Dacas Lokstein
568	Gisele Bulh
486	Inezita Rosana Deuerling Brunetto
574	Jael Maria dos S. Carletti
1042	Janaina David Paloschi
2573	Jaqueline Bressan da Silva
2570	Jorge Adriano dos Santos
44	Julio Romano Hermes
332	June Bahu Rovea
1103	Keli Mineia Camaroto Bacaltchuk
2575	Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho
3742	Lenir Terezinha Begnini
3741	Livonir Mendes Balestrin
3094	Luciana Soraia Costenaro Carrer
2579	Lucila Brinkmann
423	Lucinéia Regina Machado
584	Luzinete Oliveira
91	Maira Rita Parize Alberguini
58	Mara Terezinha R. Santos Kulh
34	Márcia Gonçalves
3737	Márcia Proner Rebelatto
94	Márcia R. dos Santos Zambiazzi
1013	Margarete Volpato Proner
2561	Maria Carolina Pereira Toigo
414	Maria Raquel Aguiar Barbosa
4106	Mariana Schuck Dalcin
3590	Marilene de Lurdes Alves
428	Marilene Tanelo Gomes
61	Marilene Zanini Milani
149	Marines Aparecida Gonçalves
92	Marinêz Couto Oliveira Alves
3736	Marisa Lorenzoni
57	Maristela Crestani
2569	Marizete A Merlini Fransozi
23	Marizete Andolphacto
386	Marizete Aparecida Dalmedico
3746	Marizete Comaretto
363	Michele da Silva Coelho
3743	Michele Deola
3744	Naiara Segalin Trucculo
95	Neide Ribeiro dos Santos
2560	Nilce Bortoluzi
1570	Odete Elisa Peruzzo
38	Odete Maria Kruger Esper

2563	Patrícia de Sordi
3898	Regina Inês Reisdorfer
3883	Rejane A. Severgnini Kremer
1569	Renata Parenti
2559	Rosangela Durigon Ceroni
3734	Rosangela Maria Lamperti Kieling
2567	Rosemilda Hericks Rampon
603	Rosi Maria Hilla
3881	Rosinalda G.Dalpizzol Dorini
3156	Sabrina Rover
3731	Sandra Mara Pilatti Serena
2571	Silvana Lazzarini Bulla
3735	Silvia dos Santos de Oliveira
4060	Silvana Maria Mussuline
911	Silvana Trevisol Gab
370/1010	Simara Pasinato
233	Simone Aparecida Radavelli
1808	Simone Roseli Martins
2572	Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato
1824	Soniamar Seben Wasen
3738	Talita Pereira Dias de Moraes
4095	Taize Sabei
26	Teresinha Ema Sutil
2555	Valdecir Pereira da Silva
88/492	Vilmar Varella de Oliveira
575	Viviane Aparecida Campanhol Sbrusi
45	Wilson Roberto de Mattos

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 034/2017**

PORTARIA Nº 034/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, anexo XII da LC nº 316/2013, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
1294	Cladmira Fátima Rodrigues Corrêa
3724	Geisa Trombetta Bernardi
351	Maria Margarete Bordin da Rosa

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 035/2017**

PORTARIA Nº 035/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Orientador Educacional, anexo XI da LC nº 316/2013, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
40	Daize Terezinha Borsoi
2552	Salete Zanchetta

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 036/2017**

PORTARIA Nº 036/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, anexo V da LC nº 280/2011, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
4138	Adriana Bertusso
3756	Adriana do Amaral e Silva Lebkuchn
42	Alvanei José Fiorentin
1075	Ana Célia de A. S. Domingues
820	Ana Claudete Saggin
4024	Augusta Polo Bertusso
3714	Edi Spier Ebert
3762	Edna Alves Cassiano Canutto
4029	Eliane Aparecida Lira
3849	Eloi Ludwig
3749	Eron Didrich dos Santos
3753	Evanilda Aparecida Machado
3709	Fabiane Cristina Deitos Emmerich
1212	Francisca Da Silva Weber
3760	Geslaine Ferreira
3751	Gisele Galdino
67	Inês Radavelli Da Silva
1211	Iria Borsa
3750	Izabel Rodrigues
4074	Jeneci Antunes da Silva de Lima
3612	Joseangela de Barba
4079	Josiane Aparecida de Lima

4080	Juliane Idavina Ignácio de Oliveira
3768	Lindamira Zarpelon
2584	Lindonês Alves
4037	Maiza Mozara da Rosa Buth
3866	Maria Ângela de Farias Silva
2585	Maria Aparecida Da Costa Damasio
3599	Marilhane Pereira Dos Reis
3602	Marília Morgana Zaccaron
946	Marilu Gonçalves
1074	Marineide Pensin Valmorbida
3085	Marivane Antoniazzi Da Silva
2582	Mariza Miotto
2581	Marli Salete R. Rebetchuk Behnke
1538	Marli Vieira Sarmento
3763	Mirian Basso
3759	Naiara Tiemi Tanaka
1222	Nilza De Fátima Pereira
3613	Orlanda Judite Fedrigo
3752	Patrícia de Costa
885	Regina Terezinha R. De Campos
3725	Rosa Maria Siqueira de Carvalho
1951	Roseli Salete Dahmer
3764	Suelem Luana Ghiggi
3706	Suiner Silva de Oliveira
483	Terezinha De Fátima Costa
944	Valéria Aparecida Moreira
43	Verônica Riva
555	Zeneide Libera Rossi

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 037/2017**

PORTARIA Nº 037/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares, aos servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
1277	Elisete Marisa Peruzzo
84	Loredi de Deus e Silva

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 038/2017**

PORTARIA Nº 038/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares, aos servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome
3748	Elisangela Gonçalves dos Santos
3830	Giselle Thais Neres Corso

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 039/2017**

PORTARIA Nº 039/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome	Nível/Ref.
152	Adão de Souza	7/J
884	Altivir João Parisotto	7/F

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 040/2017**

PORTARIA Nº 040/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo em Provimento Efetivo de Técnico em Edificação e Manutenção, lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para serem gozadas no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 31 de janeiro de 2017.

Matrícula	Nome	Nível/Ref.	
129	José Bertusso Neto	5/N	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2990/2017

DECRETO Nº 2990, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“INSTITUI HORÁRIO DE EXPEDIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Determinar o Horário de Expediente das Repartições Públicas Municipais, a partir do dia 02 de janeiro do ano em curso, conforme segue:

I – Todos os órgãos da Administração Pública Direta funcionarão de segunda a sexta-feira das 7h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, exceto:

a) Gabinete do Prefeito, Secretaria da Administração e da Fazenda, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transportes e Secretaria da Educação: das 7h00min as 13h00min.

§ 1º. O turno único para as secretarias elencadas acima vigorará a partir de 03 de janeiro de 2017 a 19 de fevereiro de 2017.

§ 2º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 3º. O pagamento ou a compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará após a 8ª (oitava) hora diária, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 4º. Não Será permitida jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada.

Art. 2º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda



# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2

DECRETO Nº 2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"Cria a Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis, nomeia os seus membros e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de realizar o levantamento e avaliação dos bens móveis do Município de Ilhota decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis, responsável por:

I – realizar o levantamento patrimonial dos bens móveis dos locais estabelecidos pela Comissão em conjunto com o Diretor do Departamento responsável;

II – realizar a avaliação inicial dos bens móveis para a adoção das novas normas contábeis vigentes;

III – elaborar o relatório de levantamento e avaliação inicial ao final dos trabalhos;

IV – elaborar o relatório de bens não encontrados ao final dos trabalhos e encaminhá-lo para a Secretaria de Administração e Controladoria Geral para providências e;

V – elaborar o relatório de bens inservíveis, que deverá ser encaminhado para a respectiva baixa e posteriormente à comissão de leilão.

Art. 2º Para constituir a Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados, nos seguintes cargos:

I - Presidente: Aline Michele Deschamps - Secretária de Administração

II - Secretário: Joseane Aparecida de Barba Vieira - Secretária de Educação

III - Membros:

a) Jocelene da Silveira - Secretária de Saúde;

b) Viland Bork - Secretária de Obras;

c) Jefferson Rodrigo Kalinowski - Secretária de Administração.

Art. 3º Esta Comissão Municipal exercerá suas atividades sem ônus aos cofres públicos do Município.

Art. 4º O prazo de vigência deste Decreto será até 31 de dezembro de 2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3

DECRETO Nº 3, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"Cria a Comissão de Estudos para a realização de Reforma Administrativa, nomeia os seus membros e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no incisos IV e V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de

adequar a situação dos servidores públicos do Município de Ilhota, através de uma Reforma Administrativa para a revisão do Plano de Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal, consolidação da legislação que dispõe sobre a situação funcional dos servidores públicos, em especial as Leis Complementares nº 5/2002 e 39/2013, decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Estudos para a realização de Reforma Administrativa, responsável por:

I – realizar o levantamento e revisão da legislação afeta aos servidores públicos municipais;

II – propor a adequação dos órgãos e unidades de lotação, bem como suas atribuições e competências;

III – elaborar estudo objetivando a redução de gastos com folha de pagamento, sem que haja prejuízo nos serviços públicos;

IV – discutir com a categoria dos servidores públicos através do órgão de representação de classe as propostas de alterações a serem encaminhadas;

V – elaborar a minuta do projeto de lei e encaminhar a apreciação do Prefeito Municipal para deliberação acerca de sua propositura.

Art. 2º Para constituir a Comissão de Estudos para a realização de Reforma Administrativa ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados, nos seguintes cargos:

I - Presidente: Aline Michele Deschamps - Secretária de Administração

II - Secretário: Andrea Cordeiro Quintino - Secretária de Educação

III - Membros:

a) Luís Fernando Melcher e Maba – Procurador-Geral;

b) Patrick Ubirajara Pereira - Secretária de Administração;

c) Jefferson Rodrigo Kalinowski - Secretária de Administração;

d) Anderson Kniess - Secretária de Finanças.

Art. 3º Esta Comissão Municipal exercerá suas atividades sem ônus aos cofres públicos do Município.

Art. 4º A Comissão deverá entregar o relatório final e a minuta do projeto e lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 3 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4

DECRETO Nº 4, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"Cria a Comissão de Sindicância Administrativa, nomeia os seus membros e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1.025/2001 e art. 7º da Lei Municipal nº 1.753/2013, que dispõem sobre a contratação de excepcional interesse público, por prazo determinado para vagas existentes em concurso público vigente, e considerando o interesse público, decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Sindicância Administrativa para apurar e avaliar os Procedimentos de Contratação Pública previstos

no Edital 02/2015, bem como da Portaria nº 588/2016 que prorrogou o referido processo seletivo, acerca de possíveis irregularidades nas contratações e prorrogações dos funcionários temporários.

Art. 2º A Comissão ora criada será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Luís Fernando Melcher e Maba - Procuradoria;  
II - Secretário: Anderson Kniess - Secretaria de Finanças;  
III - Membro: Thiago Debarba - Secretaria de Transportes;  
IV - Membro: Elaine Cristina Custódio - Secretaria de Educação;  
V - Membro: Rosi Voltolini - Secretaria de Assistência Social;  
VI - Membro: Patrick Ubirajara Pereira - Secretaria de Administração.

Art. 3º A Comissão desempenhará a seguintes funções:

I – realizar o levantamento dos servidores contratados através do Edital nº 02/2015 com as respectivas funções e analisar se existiam em época vagas de concurso público disponíveis;  
II – realizar a análise dos servidores temporários que foram contratados em caráter excepcional para substituir servidores licenciados ou afastados;  
III – verificar o tempo de contratação de cada funcionário admitido em caráter temporário, a fim de averiguar se houveram contratos que ultrapassaram o período previsto na legislação preambular;  
IV – elaborar o relatório final dos trabalhos emitindo parecer acerca da legalidade das contratações e do cancelamento do processo seletivo e da respectiva prorrogação;  
V - verificar a necessidade de abertura de nova contratação temporária, caso haja interesse público e necessidade excepcional, somente para os cargos que inexistam vagas a serem preenchidas no Edital do Concurso Público Edital nº 01/2014.

Art. 4º Esta Comissão Municipal exercerá suas atividades sem ônus aos cofres públicos do Município e deverá encerrar seus trabalhos no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 02 de janeiro de 2017.

ÉRICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 5

DECRETO Nº 5, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Mantém a suspensão do labor extraordinário pelos servidores públicos municipais, conforme especifica o Decreto Nº 135 de 03 de outubro de 2016.

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a suspensão do labor extraordinário pelos servidores públicos municipais, com exceção aos motoristas de ônibus escolar, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para os quais o pagamento de horas extras fica limitado a 50% (cinquenta por cento), conforme estabelece o Decreto nº 135/2016.

Art. 2º Ficam mantidos os demais termos previstos no Decreto nº 135 de 03 de outubro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 03 de janeiro de 2017.

ÉRICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Ilhota

## DECRETO Nº 6

DECRETO Nº 6, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Mantém a suspensão do pagamento de gratificações pelo exercício de função de chefia, assessoramento ou assistência, de que trata o art. 69 caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 05/2002, prevista no Decreto Nº 136 de 03 de outubro de 2016.

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a suspensão do pagamento de gratificações pelo exercício de chefia, assessoramento ou assistência, de que trata o art. 69 caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 05/2002.

Art. 2º Ficam mantidos os demais termos previstos no Decreto nº 136 de 03 de outubro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 03 de janeiro de 2017.

ÉRICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Ilhota

## DECRETO Nº 7

DECRETO Nº 7, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 79 DE 17 DE JULHO DE 17 DE JULHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas, no art. 72, IV, e 73, caput, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 79 de 17 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ILHOTA, em 03 de janeiro de 2017.

ÉRICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 010/2017

PORTARIA Nº 010/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) ROSI VOLTOLINI, no cargo de provimento de SECRETÁRIO(A) de ASSISTENCIA SOCIAL, em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio(ILHOTA-PREV), a partir de 02 de janeiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### **HOMOLOGAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2016**

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Concurso Público realizado para o preenchimento dos empregos públicos de carreira existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público, objeto do EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2016. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 03 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

### **HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/PSP Nº 01/2016**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/PSP Nº 01/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Público realizado para o preenchimento dos empregos públicos vinculados aos Programas Federais existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Leis Complementares nº(s) 3.135, de 25 de julho de 2007 e 3.330 de 30 de abril de 2008 e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Público, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSP Nº 01/2016. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 03 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

### **HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 08/2016**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 08/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009 e 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 08/2016. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 03 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 26/17

. DECRETO Nº 26/17

. De 02 de janeiro de 2017

NOMEIA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO/ RODRIGO KOENIG FRANÇA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 01 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Procurador Geral do Município, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-1), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, RODRIGO KOENIG FRANÇA, inscrito no CPF sob o nº 007.397.299-18.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto nº 3/17.

Município de Indaial, em 02 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 28/17

. DECRETO Nº 28/17

. De 03 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS/ ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 02 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Recursos Humanos, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI, inscrito no CPF sob o nº 006.941.719-99.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 29/17

. DECRETO Nº 29/17

. De 03 de janeiro de 2017

NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO/ FILIPE ADRIANO VARGAS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 03 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-5), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, FILIPE ADRIANO VARGAS, inscrito no CPF sob o nº 059.778.489-27.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 30/17

. DECRETO Nº 30/17

. De 03 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE LICITAÇÃO / ADRIANA CUQUI KOEHLER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 03 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Licitação, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-3), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo,

ADRIANA CUQUI KOEHLER, inscrito no CPF sob o nº 058.863.459-06.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### **DECRETO Nº 31/17**

. DECRETO Nº 31/17

. De 03 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ MARLI BONEZZI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 03 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Administração da Secretaria de Educação, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, MARLI BONEZZI, inscrito no CPF sob o nº 601.989.079-15.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### **DECRETO Nº 32/17**

. DECRETO Nº 32/17

. De 03 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE COMPRAS/ MARILENI ELISABETH THEINDL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 03 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Compras, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, MARILENI

ELISABETH THEINDL, inscrito no CPF sob o nº 725.818.169-53.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### **DECRETO Nº 27/17**

. DECRETO Nº 27/17

. De 03 de janeiro de 2017

REVOGA DECRETO 2058/16

EQUIPE NASF

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei 5019/14, e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica revogado o Decreto 2058/16, que trata da nomeação da equipe dos profissionais do NASF, e as respectivas gratificações, previstas no anexo I da Lei 5019/14.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Município de Indaial, em 03 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.



# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1701/2017

DECRETO Nº. 1701 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0001/2016:

#### PROFESSOR ED. INFANTIL E SERIES INICIAIS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
001	JULIANA Mª DIAS	088.030.459-61
002	JANETE AP. GRANDO	055.363.199-30
011	CLAUDIANE P. CAPOANI	108.306.459-26
023	EDILAINE Mª TOIGO	049.148.459-38
029	JACIARA REGINA B. BREDA	047.188.769-23
038	TACIANE NESI	065.159.989-02
051	GABRYELLE PAZIN	080.104.859-18
054	JUCILENE MARIA FAVARIN	916.013.639-15
065	ROSILENE AP. RIBEIRO	023.895.009-35
072	EDENIR S. DE LIMA RIBEIRO	758.002.339-34
077	LUANA VIECELI	105.482.269-70
079	LUCIANA RAMOS DA CUNHA	072.639.859-42
122	MIRIAN LILIAN RUCHEL	054.362.219-39
123	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	099.562.439-90
124	SAMARA DE OLIVEIRA	103.517.509-67
128	MICHEL FELIPE M. MESALIRA	094.807.249-01
136	ELIANE M. DOS SANTOS	016.388.779-98
157	QUÉREN SARAIVA GOMES	003.464.150-55
013	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	006.829.979-60
003	MARCELINA FALCHETTI PERETTI	949.649.719-53
008	FABIANA CARNIEL RIGO	053.500.289-01
010	VANIA CARLA KOZLOWSKI	058.876.209-19
014	MARIANE MARCONDES	086.431.009-94
021	SIRLEIA MARIA PASSONI	047.757.979-56
025	SALETE M GELAIN FABIAN	529.806.349-72
030	JOCENEIA M GELINSKI BORGES	009.139.189-03
031	MICHELE CATARINA DE SOUZA	004.133.329-26
045	CAROLINA SIPP ZARDO	051.839.219-89
048	VERA LUCIA GELAIN VIGOLO	529.811.189-00
053	NELLIK ANNIE DA SILVA	047.652.239-06
057	GABRIELA FAVARIN	010.119.929-57
058	LUCIANE BOTTEGA RHODEN	031.221.549-51
069	ELIANA DE FATIMA BATISTA MOREIRA	044.584.219-99
073	MARGARETE SERIGHELLI TASCA	049.409.219-05
083	DELICI SCHIMITT SCHWINGEL	987.608.079-20
089	SUELI DAIANE ARNHOLD	078.811.059-41
090	DAIANE CRISTINA LEITE	073.317.319-55
107	MARIA AP. ALVES CORDEIRO	776.584.779-15
115	CHARLENE FRNCESCATTO GIESELER	007.810.799-77

116	CRISTIANE FERNANDES THIBES DA SILVA	004.881.259-52
137	ADRIANA JUSTIMIANO TOFFOLI	899.839.399-91
139	EDINA NAVA	024.116.169-02
148	MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL	008.623.349-18

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
076	NELCI SALETE S. DALMOLIN	332.437.009-49

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
068	MICHEL LEOBET	070.505.949-97
117	JACSON VARGAS	055.750.809-60

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
088	Luciana Aparecida Varella	070.505.949-97

#### PROFESSOR DE INGLÊS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
044	ANA SIPP	949.657.659-15

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
006	MARINA ELENA BUSS	081.237.829-69
007	DEBORA TURMINA	078.910.269-20
028	THAIS PERETTI PERONDI	086.258.399-32
055	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	054.175.529-33
084	TAISA RUBINI	037.483.769-44
102	AURELIO TIAGO CORREA	068.222.439-17
161	SERGIO ANTONIO OZELAMI	848.897.809-04
167	AMARILDO ANTONIO ZARPELON	626.645.149-20

#### PROFESSOR DE ARTES

Nº. Inscrição	Nome	CPF
153	ELIZANDRA FERREIRA KAM-PHORST	070.505.929-43
120	SABRINA PESSIN	005.798.229-58
043	LETICIA THOMAZI	078.649.489-10

#### PROFESSOR DE CIENCIAS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
125	ALINE MARIA TURCO	045.372.579-11

#### PROFESSOR DE MATEMATICA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
160	SILVANA QUAGLIOTO	007.067.029-30
040	CESAR DACOL	154.109.199-04

#### ASSISTENTE DE CRECHE

Nº. Inscrição	Nome	CPF
009	LUCIANA PAGNO	075.331.549-16
012	ELIANI SERIGHELLI LIDANI	034.782.009-38
016	SIRLEI Mª DA FONSECA	707.527.709-00
022	DIANNA GUILL	062.177.119-82
024	LARISSA GRIFANTE	091.091.519-90
033	ANDREA FANTINEL	035.306.349-56
039	FLÁVIA BIAVA	093.764.849-32



042	MARINA FAPPI	091.769.889-45
047	EDUARDA DA SILVA CHAVES	102.531.109-47
049	LUCIANA CASTRO BRUM	069.133.169-33
052	GREISSI PERETTI	097.467.479-67
059	CARLA PELLE	071.373.989-44
064	CIRLEI VERANA BIRNFELD	006.180.179-84
070	ANGELITA DE FÁTIMA GODOI	732.709.209-97
081	NATALIA MATTOS DE OLIVEIRA	087.369.239-07
085	ANA PAULA CORDEIRO	051.679.109-51
094	JULIANA AP. BIAVA	080.720.799-30
101	KEILA DA SILVA ALBUQUERQUE CORREA	095.009.219-07
100	ALINE DI DOMENICO VIGOLO	053.802.989-74
103	SEILA CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA	774.402.509-15
106	SILVANA BIDINI	073.345.459-31
111	VANESSA DA SILVA TAROUÇO	627.999.830-49
110	MARINA ANDREIA LOCATELLI	089.320.979-17
109	ALDINEIA ABRAÃO	074.911.979-90
114	MARCIA BRUNETTI MATIAS	006.036.539-01
113	MICHELE TASSILA DE OLIVEIRA SILVA	071.585.329-50
119	BARBARA TRESSOLDI LIDANI	036.560.259-08
121	LOURDES SACCARO FANTINEL	023.176.149-00
130	FABIANA DIAS DE ANDRADE	075.436.659-64
135	DANIELLA GUILL	039.310.399-43
154	LETICIA RENATA VERONA	099.020.059-00
163	MARIANA GABRIELA DE ARAUJO	103.899.819-07
164	GIOVANA M. DE ARAUJO	053.242.369-00

## MERENDEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
015	CELIA ANTUNES CORDEIRO CONTE	579.235.159-72
075	MARILDE TOLDO BRIDI	649.351.759-15
080	ZELIA MARIA SANTINI	846.797.009-04
149	SILVANA DALLA COSTA	982.371.101-10

## FAXINEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
005	ANA CAROLINE C. LOPES	076.816.109-60
066	MELANIA AP. VOLPATO BARI-CHELLO	008.205.029-52
162	ELISIA BECKEMBACK VARELLA	712.948.309-10

## AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

Nº. Inscrição	Nome	CPF
034	GIOVANA CRESTANI FRANCO	102.217.579-37
046	GISELE QUAGLIOTTO	108.507.509-54
131	NATALINA CRESTANI	484.222.079-15
140	DANIELA BIDINI	082.905.219-44
147	JOED FIGUEIRO RIBEIRO	099.337.469-79
150	MARCIA CRUZ DA S. M. LAS-COSKI	056.461.339-80

## AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
095	ADILSON SARTOREL	071.519.169-14
050	EDERSON LUIZ SIMCH	042.755.399-74
097	RILDO EDER DANIEL ZANINI	656.740.819-72
132	EDSON ADEMIR GUILL	438.750.099-91

158	AZENILDO RIBEIRO	048.973.529-08
166	FLAVIO GOIS TRINDADE SOVRANI	088.263.279-55
169	LUCIANO BASEGGIO	058.516.989-69

## TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº. Inscrição	Nome	CPF
018	SIRLEI O. COCCO	022.132.339-26
020	MAIARA GUEDES	099.042.959-80
056	BRUNA FAVARIN	069.016.319-36
092	ANA CLAUDIA SANTOS	010.035.879-92
129	LEONILDE FERRONATO FACCIN	837.758.469-72

## ENFERMEIRO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
017	PATRICIA RAMBO	069.822.659-35
035	JORSYSLANE DE JESUS F DURANS	997.550.413-20
037	CLEIVANIA PELIM	004.742.479-61
041	CELINA FIORELI LYRA	048.108.029-57
061	DENISE STEFANIAK SENN	726.489.619-68
062	GILVANEI SANTOS ORTIZ	035.086.559-03
063	NELSON BRANDT	761.506.829-00
071	CINARA ARLDI	096.109.159-22
082	PÂMELA SCHWINGEL	058.573.939-06
093	CRISTIANE DOS SANTOS LIMA	938.922.410-15
087	GRACIELI CHIKOSKI	026.401.280-19
096	JULIANA DAMASCENO SOUZA	020.300.629-10
098	TIANE BOLZON SARTOREL	066.582.509-95
099	BIANCA MAYER MORAWSKI	089.124.789-07
104	ALESSANDRA PERAZZOLI DE SOUZA	043.889.139-28
108	JOSELI PIOVESAN RECALCATTI	088.674.769-47
126	KAROLINE HARTMANN CESA	080.605.629-08
138	ROSELI POLI	757.251.930-04
165	SONIA MARA C. PIRES PADILHA	018.506.029-30
151	NEUSA ANTUNES DA SILVA	035.702.709-47

## MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
004	ANGELO ANTONIO PERIN	081.464.329-99
019	EDER CORREA	004.921.140-48
027	MARCIO LUCIANO VIANA	006.100.029-96
026	CHARLLES JEAN BEZ	055.040.219-52
036	JAIR ANTONIO FRANCIOSI	645.583.049-00
060	JOSÉ FERNANDO SARTOREL	949.623.409-72
067	HAIRTON JOSE BOLICO JOAQUIM	777.500.479-72
074	CLAUDEMIR J. CASAGRANDE	590.319.059-68
078	JOSE A. ANTUNES DOS SANTOS	613.118.479-87
091	ISRAEL VIEIRA DOS SANTOS	027.814.659-76
112	ADEMIR ALVES DOS PASSOS	377.238.040-91
127	LUIS ROBERTO DA SILVA PASCOAL	665.833.490-00
133	TERCIO HARING	266.410.478-06
134	JOSNI C. DA CRUZ	056.875.759-95
152	GUILHERME NIDOLFO KAMPHORST	047.925.719-10
141	FABLO DIAS ALMEIDA	000.007.820-41

## TÉCNICO ENFERMAGEM- SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
032	JUSSARA DE FATIMA FABRICIO	768.633.289-68
086	MAURICIO DAVID TRAVASSO	043.644.279-50
105	SIBELI AP. MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	008.570.919-05
118	DEBORA LUCIA RIBEIRO	006.167.439-71
142	DEBORA DA LUZ	074.966.179-89
143	GREICY BRUSCHI CARINHATO	076.425.369-76
155	CARISE AP. G. DE OLIVEIRA SILVA	027.447.179-59
156	PATRICIA FRESKI DOS CAMPOS	032.579.729-38

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 02 de JANEIRO de 2017  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 2269/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETA A DESNECESSIDADE DE OCUPAÇÃO DE CARGO POR TEMPO DETERMINADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições e nos termos Artigo 114 § 4º da Lei Complementar nº 001/2002, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica Decretada a desnecessidade da vaga de Advogado, do servidor Filipe Stechinski, com carga horária de 20 horas semanais em função de ter pedido licença para tratar de interesses particulares pelo período de 24 (vinte e quatro) meses ou seja 2 (dois) anos, a contar de 09 de Janeiro de 2.017.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de 09 de Janeiro de 2017.

Ipumirim, 02 de Janeiro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal.

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2017/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC  
MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT- PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos fornecedores da Administração Pública do Município. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações, no horário de expediente, pelos telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, ou pelo e-mail [compras@ipumirim.sc.gov.br](mailto:compras@ipumirim.sc.gov.br).

IPUMIRIM, em 03 de janeiro de 2.017  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº.012/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos

termos do artigo 51, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, artigo 3º e parágrafos do Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993,

NOMEIA,

Laudecir Frâncio, Jucilene Goldoni Caliar, Moira Comboski e Claudiomir Antonio Accadrolli, sendo todos do quadro permanente da Prefeitura municipal de Ipumirim - SC, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo e tendo como membro o terceiro e suplente o quarto, para constituírem a Comissão Permanente de Licitações prevista no artigo e Lei supra citada e regulamentada pelo Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993.

A Comissão terá mandato de um ano, contado a partir da data de publicação da presente portaria.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Ipumirim, 02 de Janeiro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº. 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A DIRLEI FONTANELLA PISCININI, matrícula 1013, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, relativo ao período aquisitivo de 2011 a 2016, e gozo de 02/01/2017 a 02/03/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2.017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 013/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2.017.**  
**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.**

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,  
**CONCEDE**

Fica concedida férias coletivas para os Servidores Públicos Municipais do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem (DMER) e Secretaria Municipal de Urbanismo (DMU), conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
2281	Adriano Ribeiro	Op. De Retro	2014/2015 2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1988	Alisson Bianchesi	Servente	2014/2015 2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0499	Altair Pedro Falabretti	Op.de Maquina	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1026	Andre Luiz Regert	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0019	Claudiomir A. Accadrolli	Almoxarife	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2273	Claudiomir Canzi	Op. PA Carreg.	2015/2016	05/01/2017 a 14/01/2017
2264	Cleber da Silva	Op. De retro	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2138	Cleiber Mueller	Servente	2014/2015	05/01/2017 a 12/01/2017
1687	Darcimir A. Montag	Motorista	2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
1284	Eloi Pramio	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1690	Gilvan Frigeri	Servente	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
496	Laudir Novello	Motorista	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1664	Marciano Casagrande	Op. Motoniveladora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2008	Marcos Wildner	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0484	Mario Roos	Op. de retro	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2199	Nilson Drehmer	Op. de retro	2013/2014 2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
2263	Ronei Datsch	Op. PA Carreg.	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2283	Silverio Rauschkolb	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1715	Valcir C. Bonissoni	Mecanico	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1990	Wanderlei B de Mello	Op. Trator Est.	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2117	Vilson Bicio	Servente	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2290	Valdir Seguetto	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2017	Joelson Techio Libano	Op.Motoniv.	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2.017.  
 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
 Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 016/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2.017.**  
**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.**

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,  
**CONCEDE**

Fica concedidas férias coletivas para os Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
1025	Adriana de Pinho Tiepo	Enfermeira	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1716	Milania Maria Zuchi	Enfermeira	2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
1014	Fabiane Farina	Psicologa	2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
0520	Ivone Langué	Zeladora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1662	Jocelina C. de Andrade	Atend. Consul	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1151	Cleonice P. Sontag	Atend. Consul	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0009	Angela Perotti	Aux. Administr	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1714	Mariana da Silveira	Farmaceutica	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1728	Marcia Baron serafin	Ag. Vig. Sanit	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

1733	Deise Sinhoratti	Ag. Vig. Sanit.	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2187	Diane Favretto	Nutricionista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0524	Erasmu Canton	Odontologo	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017
0488	Lizandra Canton	Odontologa	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017
0854	Enezio Faccin	Op. De Retro	2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
1087	Sergio Antonio Tiepo	Motorista	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0018	Celso Luiz A. de Mello	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0013	Carlos Serafin	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2010	Jorge A. Dos Santos	Motorista	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0491	Edna Sartori	Aux. Administr	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 017/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A TALITHA BERTON, matrícula 1708, Licença Prêmio de 14 (quatorze) dias relativo ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 02/01/2017 a 15/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeito retroativo a 02 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº. 021/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedidas férias coletivas para os Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
1655	Mirte Bonissoni Bedin	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1647	Adriane Muller	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2042	Melania Zanella	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1650	Josemara Telles	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1648	Terezinha Schwertz	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1642	Solange Dal Puppo	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1646	Liliane Marquesi	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2040	Patricia P. Bratti	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1649	Marisane Raimundi	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1644	Elisangela Mertins	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1643	Giovana Bautitz	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

1654	Fatima Bussolaro	Ag. C. Saúde	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2209	Claudete Ramos	Ag. C. Saúde	2014/2015 2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

RETIFICA PORTARIA 458/2016 QUE CONCEDEU FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**R E T I F I C A:**

Fica retificada a portaria 458/2016 de 26 de dezembro de 2016 que concedeu férias a servidora TELMA BATISTA TAVELA matrícula 1983, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 014/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MÉDICA VETERINARIA DE INSPEÇÃO SANITARIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Volnei Antonio Schmidt, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público.

**CONTRATA**

MARIA CRISTINA DE ALMEIDA LINS, sob a Matrícula 2579-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.637 e do CPF 060.411.649-76, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para o período de 02/01/2017 a 30/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 015/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITARIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Volnei Antonio Schmidt, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. Em especial ao Art.2º, bem como o convenio com o Ministério da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Delegacia Federal de Agricultura de santa Catarina, conforme processo protocolizado na DFA/SC sob nº. 21050.00074/98-81

**CONTRATA**

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, sob a Matrícula 2580-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei



Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Inspeção Federal - SIF - Empresa JBS, para o período de 02/01/2017 a 30/12/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 020/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

SIMONE REGINA SCALCO, sob a Matrícula 2581-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3183728-0 e do CPF 021.382.429-94, para ocupar o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 80, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 03/01/2017 Até a volta da titular Iara dos Santos Wolff.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/01/2017.

Ipumirim - SC, 03 de janeiro de 2017.

VOLNEI Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº.002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

RETIFICA PORTARIAS 459/2016 QUE CONCEDEU FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

R E T I F I C A:

Fica retificada a portaria 459/2016 de 26 de Dezembro de 2016 que concedeu férias ao servidor RODRIGO MARCIEL ROSSATTO matrícula 1984, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt.

Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº.004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A HEDIO MEINE matrícula 046, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2016 A 2017 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A LEUDENIR TROMBETTA matrícula 1295, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A GERSON MARIO WILDNER matrícula 0042, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A AMARILDO DE MARCO FILHO matrícula 0042, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A GILMAR ANTONIO DA ROSA matrícula 0482, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 24/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.009/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A GERSON MARCOS SERAFIN matrícula 0482, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.010/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A JURANDI BOGONI LOCATELLI matrícula 1672, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 05/01/2017 a 03/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 05/01/2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.011/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**  
AFASTA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES POR TEMPO DETERMINADO SEM REMUNERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**A F A S T A**

FILIPPE STECHINSKI, matrícula 1999-2, com domicílio na cidade de Concórdia – SC, carteira de identidade nº. 3.180.849-2 e CPF sob o nº.043.577.179-57, no cargo efetivo de Advogado, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, sem remuneração, conforme artigo 114 da Lei Complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, para o período de 09 de janeiro de 2017 a 08 de janeiro de 2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 02 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.019/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**  
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EFETIVA DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE**

A CLAUDIRA ANDREIA KAMMERS COSTA, matrícula 2019, com

domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 3.857.078 e do CPF sob o nº. 026.607.859-10, no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 35 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 30 de Dezembro de 2016 a 27 de Junho de 2017, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso V, cujo objeto é: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T, para o exercício de 2017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 03/01/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**REPUBLICAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017/PM**

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA MINUTA DO REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017.

Diante do equívoco verificado na Minuta de Edital do processo acima mencionado, referente a um erro de digitação no nome do atual Prefeito, onde lê-se: VALDIR ZANELLA-PREFEITO MUNICIPAL, lê-se: VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL. Desta forma se faz necessário a republicação da Minuta do processo acima transcrito. Segue abaixo a Minuta com as alterações:

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT- PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 17/01/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 17/01/2017. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando

a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme anexo III do edital para o exercício de 2017. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 02/01/2017  
VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

## **RESOLUÇÕES Nº 1 E 2 DE 2 DE JANEIRO DE 2017/CMV**

### **RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2 DE JANEIRO DE 2017**

Dispõe sobre o arquivamento de Proposições não submetidas à discussão e votação até o final da Legislatura anterior, encerrada no dia 31 de dezembro de 2016.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 143 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO e:

CONSIDERANDO que o Regimento Interno da Câmara determina o arquivamento das proposições não submetidas a discussão e votação, na data de encerramento de cada legislatura;

### **RESOLVE**

Art. 1º - Determinar o arquivamento dos Processos relativos as proposições a seguir relacionadas e que não foram objeto de discussão e votação ate a data do encerramento da legislatura anterior, encerrada no dia 31 de dezembro de 2016:

I – Processo Legislativo nº 2262 relativo ao Projeto de Lei Complementar 16/2013 – Dispõe sobre a nomeação de cargos comissionados no âmbito dos poderes executivo e legislativo do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina;

II – Processo Legislativo 2307 – relativo ao Projeto de Lei Complementar 6/2014 – Acrescenta os incisos IV e V ao parágrafo único do artigo 24 da Lei Complementar 1.045/1997 – Que institui o Código Tributário do Município e dá outras providencias;

III – Processo Legislativo nº 2312 - Projeto de Lei nº. 16/2014 – Dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina;

IV – Processo Legislativo nº 2338 - Projeto de lei 9/2015 – Dispõe sobre o descarte de lâmpadas, pilhas, baterias, baterias de celular e outros tipos de acumuladores de energia no âmbito do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina;

V – Processo Legislativo nº 2346 - Projeto de Lei 13/2015 – Estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e árvores de grande porte junto a rede de distribuição de energia elétrica;

VI – Processo Legislativo nº 2398 - Projeto de Lei Complementar nº 7/2016 – Institui o Código Tributário do Município de dá outras providencias;

Art.2º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, aos 2 dias do mês de janeiro de 2017  
Kleber Toni Tecchio  
Presidente

Ezequiel Canton  
Vice-Presidente

Mauro Antonio Gabardo  
Primeiro Secretário

Gilson Conte  
Segundo Secretário

Registra-se e publica-se em  
2 de janeiro de 2017

Edson Luiz Bogoni  
Agente Legislativo

### **RESOLUÇÃO Nº 2 DE 2 DE JANEIRO DE 2017**

Dispõe sobre a nomeação de Vereadores e Vereadores para integrar a Comissão Representativa da Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 71 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

### **RESOLUÇÃO**

Art. 1º. A Comissão Representativa da Câmara para o primeiro e segundo período de recesso parlamentar da Sessão legislativa de 2017, será integrada pelos(as) Vereadores(as) a seguir relacionados(as). Kleber Toni Techio; Almir Seghetto; Deonir José Agazzi; Marilete Pramio Bortoli – Marineide Pick Pilatti – Maurto Antonio Gabardo:

Art.2º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, aos 2 dias do mês de janeiro de 2017  
Kleber Toni Tecchio  
Presidente

Ezequiel Canton  
Vice-Presidente

Mauro Antonio Gabardo  
Primeiro Secretário

Gilson Conte  
Segundo Secretário

Registra-se e publica-se em  
2 de janeiro de 2017

Edson Luiz Bogoni  
Agente Legislativo

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 1, DL Nº 1-2017-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2017 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2017 Data do Processo: 03/01/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2017  
b) Licitação Nr.: 1/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 03/01/2017  
e) Objeto da Licitação: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T., para o exercício de 2017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA (7342)**

2 contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsório e tratamento especializado para os pacientes Daniela.Tesch. e Leandro Tesche, para o exercício de 2017, incluindo hotelaria completa, supervisão psicológica e psiquiátrica, acompanhamento de T.O, serviço de enfermagem 24 horas, vestuário e medicação.	Mês	12,00	0,0000	11.576,00	138.912,00
---	-----	-------	--------	-----------	------------

**Total do Fornecedor: 138.912,00**

**Total Geral: 138.912,00**

Ipumirim, 3 de Janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3139/2016

Decreto nº 3.139/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 18.228,00 (Dezoito mil duzentos e vinte e oito reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.00.0260 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 18.228,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 260 – Recursos PMAQ.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3140/2016

Decreto nº 3.140/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 257 – Recursos MDE - 25%.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



**EXTRATO CONTRATO Nº 31/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 31/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Centro Oftalmológico Carvalho Ltda.

Objeto: Prestação de serviços do tipo consultas, na especialidade de oftalmologia, a serem prestados nos locais indicados pela secretaria municipal de saúde, conforme cronograma da unidade de saúde central, em conformidade com decreto nº 3089/2016, promovido por esta Prefeitura Municipal.

Valor total de R\$ R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Vigência: 21.12.2016 a 20.12.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 14/2016 – Inexigibilidade nº. 04/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 14/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2016

INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Centro Oftalmológico Carvalho Ltda.

Irineópolis, 21 de dezembro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 009/2017**

PORTARIA N º 009/2017.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - EDITAL Nº 003/2016/SME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - HOMOLOGAR o resultado do Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação - Edital nº 003/2016/SME, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 010/2017

EDITAL 05/2016/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, conforme o Edital Nº 03/2016 – ACT 2017, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, o resultado final do Processo Seletivo para a contratação temporária de monitores e professores para atuar no ano de 2017.

CLASSIFICAÇÃO:

1. CARGO - MONITOR

N. º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Janete Correa de Freitas Zaborovski	1,6	4,29	5,89
02	Flávia Nogara Custódio dos Santos	2,4	2,74	5,14
03	Thais Weber Bodecke	3,1	1,5	4,6

04	Suzana Zielinski	2,05	2,12	4,17
05	Jéssica Caroline de Oliveira	1,5	2,63	4,13
06	Zélia Edite Savicki	1,0	2,5	3,5
07	Alice Cristine Schnornberger	1,1	2,0	3,1
08	Caroline Fernanda de Lima Arbigauss	1,1	2,0	3,1
09	Marina Rosa de Lima	1,35	1,5	2,85
10	Pâmela Sabrina Karvat	2,45	0,35	2,8
11	Ketlin Andreia Eggers	1,0	1,5	2,5
12	Camila de Barros	1,05	1,43	2,48
13	Adriane BanazZaions	1,0	1,0	2,0

## 2. CARGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS – HABILITADOS

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Giseli Patrícia Senff Arbigauss	3,0	2,62	5,62
02	Franciele Lemes Barbosa	2,0	2,92	4,92
03	Ivonete de Fátima Javorski Ruckl	1,0	3,5	4,5
04	Janete Correa de Freitas Zaborovski	1,6	2,79	4,39
05	Aline Senff	1,75	2,27	4,02
06	Analy Marques	1,0	3,0	4,0
07	Flávia Nogara Custódio dos Santos	2,4	1,24	3,64
08	Raquel Luiza Michelin Walh	2,1	1,5	3,6
09	Elaine Haubricht Moissa	1,75	1,7	3,45
10	Lillian Cibeli Dziedzic	1,5	1,76	3,26
11	Carolina Fernanda de Lima Arbigauss	1,1	2,0	3,1
12	Pricila Bisognin	1,35	1,65	3,0
13	Terezinha de Jesus Nogatz	1,0	1,63	2,63
14	Michelle Maria Ferraz Guimarães Jung	1,3	1,29	2,59
15	Michele Lidiane Rutchenski Pinto	1,45	1,0	2,45
16	Alice Cristine Schnornberger	1,1	0,5	1,6
17	Dijessica Luana Zago	1,4	0,1	1,5

## 3. CARGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS – NÃO HABILITADOS

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Sayonara Senff Miranda	1,65	3,41	5,06
02	Jéssica Caroline de Oliveira	1,5	2,13	3,63
03	Juliana do Carmo Batista	1,13	2,3	3,43
04	Marina Rosa de Lima	1,35	2,0	3,35
05	Suzana Zielinski	2,05	1,12	3,17

## 4. CARGO - ARTES – HABILITADOS

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Hilda Franciele Franco	2,3	1,41	3,75
02	Andrea Aparecida Kopecki	1,49	1,4	2,89

## 5. CARGO - ARTES – NÃO HABILITADO

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Jaine Aparecida Vieira	1,25	0,0	1,25

## 6. CARGO - MATEMÁTICA – HABILITADO

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Keity Alessandra Kochan	3,85	2,4	6,25

## 7. CARGO - MATEMÁTICA – NÃO HABILITADOS

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Anildo de Augustinho Gonçalves Sereniki	1,45	2,1	3,55
02	Flávio Massaneiro	1,0	0,0	1,0

## 8. CARGO - GEOGRAFIA – HABILITADO

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
-----	------	---------	---------	-------

01	Elio Cesar Guralh	1,19	1,37	2,56
----	-------------------	------	------	------

**9. CARGO - GEOGRAFIA – NÃO HABILITADO**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Gildo Elois	1,5	1,08	2,58

**10. CARGO - CIÊNCIAS – HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Marina Aparecida Kotowski	3,3	2,36	5,66
02	Francieli Juliana Picur Cirino	1,6	1,0	2,6
03	Priscila Simões França	1,4	0,0	1,4

**11. CARGO - CIÊNCIAS – NÃO HABILITADO**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Anildo de Augustinho Gonçalves Sereniski	1,45	2,1	3,55

**12. CARGO - EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Sayonara Senff Miranda	1,65	2,45	4,06
02	Priscila Dhaianne Feijó	2,9	0,99	3,89
03	Aline Klodzinski	2,5	1,0	3,5
04	Alecsandra de Cássia Bendlin	1,15	2,0	3,15
05	Camila de Barros	1,05	1,43	2,48
06	Tani Klodzinski	1,15	1,0	2,15
07	Josi Carla Bodeke	1,45	0,0	1,45

**13. CARGO - LÍNGUA PORTUGUESA – HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Tania de Lima	1,0	0,47	1,47

**14. CARGO - LÍNGUA PORTUGUESA – NÃO HABILITADO**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Karla Adriane dos Santos	3,65	1,2	4,85

**15. CARGO - LÍNGUA INGLESA – HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Tania de Lima	1,0	0,47	1,47

**16. CARGO LÍNGUA INGLESA – NÃO HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Karla Adriane dos Santos	3,65	1,2	4,85

**17. CARGO - HISTÓRIA – HABILITADOS**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Elaine Haubricht Moissa	1,75	1,4	3,15
02	Iara Moraes Sagaz	2,35	0,0	2,35

**18. CARGO - HISTÓRIA – NÃO HABILITADO**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Alexandre Felipe Barro	1,0	2,1	3,1

**19. CARGO - ENSINO RELIGIOSO – NÃO HABILITADO**

N.º	NOME	REDAÇÃO	TÍTULOS	TOTAL
01	Gislaine Friedrich StremLOW	1,25	0,0	1,25

20. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 07 de dezembro de 2016.  
Lillian Eliane Batschauer Ferreira  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 014/2016**

PORTARIA Nº 014/2016.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, MARIA VIRLEI LIMA, nascida em 12/08/1976, portadora do CPF nº 018.195.019-73, RG nº 3.611.038 SSP/SC, para exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), vinculada na Secretaria de Educação.

Parágrafo único. A contratação da servidora dá-se em atendimento ao disposto na sumula 244, inciso III do TST, haja vista que a servidora tendo seu contrato temporário rescindido automaticamente em 23/12/2016, e, encontrando-se em período gestacional teve garantida a estabilidade provisória, pelo período previsto na citada legislação.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/12/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Janeiro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 007/2017**

PORTARIA Nº 007/2017

DESIGNA PREGOEIRO E COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO – PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/02;

RESOLVE :

Art.1.º - Fica reformulada a composição nominativa da Comissão responsável pelos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Direta, na modalidade Pregão Presencial, a qual passará a atuar com a seguinte constituição:

Pregoeiro:

Patricia Fabiane Fronczak

Membros da Equipe de Apoio:

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Lucio Flavio Lima

Marcia Maria Kerscher

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Art. 2.º - No caso de impedimento do Pregoeiro, atuarão como pregoeiros a Srª. Rosani Rodrigues da Silva Mischka ou a Srª Marcia Maria Kerscher.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2017, ficando revogada a Portaria nº 001/2016 de 01/01/2016 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 008/2017**

PORTARIA Nº 008/2016

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada, RESOLVE :

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Secretária:

Márcia Maria Kerscher

Membros:

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Lucio Flavio Lima

Patrícia Fabiane Fronczak.

Reinaldo Stasiak

Art. 2º. No caso de impedimento da Presidente, passará a substituí-la nessa condição a servidora Patrícia Fabiane Fronczak.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2016, ficando revogada a Portaria nº 002/2016 de 01/01/2016 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 - CONCURSO PÚBLICO 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca os abaixo relacionados, classificados no Concurso Público 001/2016, homologado pelo Decreto 001/2017 de 02 de janeiro de 2017, para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo máximo de trinta (30) dias da publicação deste edital, para contratação, munido dos seguintes documentos: CARTÃO DO PIS/PASEP; C.P.F; CARTEIRA DE IDENTIDADE; REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CERTIFICADO MILITAR; TÍTULO ELEITORAL; COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO; CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CONTA BANCÁRIA; COMPROVANTE DO GRAU DE INSTRUÇÃO; CARTEIRA DE VACINAÇÃO DA RUBEOLA PARA CONTRATADAS DO SEXO FEMININO E COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO PARA AMBOS OS SEXOS; FOLHA CORRIDA JUDICIAL; NÚMERO DA CARTEIRA PROFISSIONAL (NÚMERO, SÉRIE E DATA DE EMISSÃO); DECLARAÇÃO PENALIDADES; DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS.

#### CONVOCAÇÃO

FARMACÊUTICO	GREICE REGINA BAROTTO
MÉDICO VETERINÁRIO	RENATO DOS SANTOS

Itá SC, 03 de Janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

NOME	CIENTE	ASSINATURA
	____/____/____	
	____/____/____	

#### TERMO DE POSSE PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL E DO VICE-PREFEITO ELEITOS NO PLEITO DE DOIS DE OUTUBRO DE 2016.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, no Clube Cruzeiro, sob a Presidência da Vereadora JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI, a mais votada entre os Vereadores eleitos, às nove e trinta horas, em sessão solene, compareceram, investidos automaticamente em seus respectivos cargos em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, os Senhores JAIRO LUIZ SARTORETTO E DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, para prestarem compromisso e serem empossados, respectivamente, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de ITÁ, eleitos no pleito de dois de outubro do ano de dois mil e Dezesseis, pela coligação denominada "UNIDOS POR ITÁ", composta pelos seguintes Partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido Social Democrático – PSD, Partido Progressista – PP. Após cumpridas as demais formalidades de Lei, bem como a apresentação do diploma e a declaração de bens, que ficarão arquivados na Secretaria da Câmara à disposição dos interessados, prestaram o seguinte compromisso: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBSERVAR AS LEIS, PARTICULARMENTE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITÁ E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO - ASSIM O PROMETO". Em ato contínuo, foram declarados empossados pela Senhora Presidente, Vereadora JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de ITÁ, para o período compreendido entre primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte. Para que surta todos os efeitos legais, eu, Silvana Colossi, Secretária da Câmara de Vereadores de Itá, lavrei o presente termo, que vai ser assinado pelos empossados, pela Presidente e Secretária da presente sessão. Itá, Estado de Santa Catarina, no primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito MunicipalDOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS  
Vice-PrefeitoJOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI  
PRESIDENTESILVANA COLOSSI  
SECRETÁRIA



**TERMO DE POSSE VEREADORES**

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM DOIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS PARA A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, no Clube Cruzeiro, sob a Presidência da Vereadora JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI, a mais votada entre os eleitos e presentes, às nove e trinta horas, em sessão solene, compareceram os Vereadores eleitos no pleito de dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis, investidos automaticamente no cargo em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, os Senhores: ALCIR JOSÉ HALL, AUGUSTINHO SQUENA, CLÉO CARLOS MOCELIN, EVERALDO SALVI, JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI, JUSSELEI EDSON PERIN, MAIQUER JOSÉ GRITTI, MÁRIO GABRIEL E NILSO MARTELLO, para o fim específico de prestarem compromisso e serem empossados solenemente no cargo de Vereadores do Município de Itá. Cumpridas as determinações legais para a posse, bem como, a apresentação do diploma expedido pela Justiça Eleitoral e da Declaração de bens, que ficarão arquivados na Secretaria da Câmara à disposição dos interessados, foi prestado o seguinte compromisso pela Presidente "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITÁ, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO". - ASSIM O PROMETO.". Seguiu-se o compromisso dos demais Vereadores, suso nominados, atendendo a chamada nominal pelo mestre de cerimônia, quando comprometeram-se pronunciando: "assim o prometo". Foram, após o compromisso, declarados empossados Vereadores do Município de Itá, para a décima sexta Legislatura compreendida entre primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro do ano dois mil e vinte. Para que surta os efeitos legais, eu Silvana Colossi, Secretária da Câmara de Vereadores, lavrei o presente termo, que será assinado por todos os Vereadores empossados. Itá, Estado de Santa Catarina, no primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

ALCIR JOSÉ HALL

AUGUSTINHO SQUENA

CLÉO CARLOS MOCELIN

EVERALDO SALVI

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

JUSSELEI EDSON PERIN

MAIQUER JOSÉ GRITTI

MÁRIO GABRIEL

NILSO MARTELLO

EVERALDO SALVI

JUSSELEI EDSON PERIN

MÁRIO GABRIEL

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 002/2017

FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE WELTER, Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com as disposições do inciso VII do Artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a:**

Art. 1º - A partir do dia 03 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de janeiro de 2017, o funcionamento da BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL será no horário das 7:00 às 13:00 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA – SC, 02 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário Municipal de Administração.

### PORTARIA Nº 012/2017 - DELEGA COMPETENCIAS CAMARA

PORTARIA N.º 12, de 02 de janeiro de 2017

Nomeia Servidora para responder pela Tesouraria da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

AFONSO UTZIG, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, levando em consideração o recesso legislativo e os princípios Constitucionais da economicidade e razoabilidade.

**RESOLVE:**

Art.1.º NOMEAR a Sra. ANELISE EICH, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob. nº 304.805.669-68 e Cédula de Identidade nº 13/R – 710.536 para responder pela tesouraria da Câmara de Vereadores, devendo assinar toda documentação da tesouraria, emitir e assinar cheques, requisitar talonários de cheques, abrir conta bancária, efetuar saques em conta corrente, em conjunto com a Presidente da Câmara, ainda solicitar saldos e extratos, cancelar e baixar cheques, efetuar resgate/aplicações financeiras, cadastrar/alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico, liberar arquivos e pagamento no período de 02/01/2017 a 31/12/2017.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 02 de janeiro de 2017.

Afonso Utzig

Presidente

# Itapoá

## PREFEITURA

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3006\_2017 – NOMEIA CHEFE DE GABINETE DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3006/2017

Data: 02 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFE DE GABINETE DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica nomeado o Sr. Rodrigo Lopes de Oliveira, no cargo de Chefe de Gabinete, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3008/2017 – NOMEIA DIRETOR DE TURISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO MEIO AMBIENTE E CULTURA.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3008/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DE TURISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Cláudio Roberson Lemonie, no cargo de Diretor de Turismo, da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3010/2017 – NOMEIA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3010/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Ighor Zakaluk, no cargo de Secretário de Educação, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3011/2017 – NOMEIA DIRETOR DE TRANSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3011/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Rodrigo Fernandes de Souza, no cargo de Diretor de Transito, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3012/2017 – NOMEIA ASSESSORA ESPECIAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3012/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA ASSESSORA ESPECIAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Andressa Lilian Paese Soares, no cargo de Assessora Especial de Redação Oficial, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3013/2017 – NOMEIA PROCURADORA JURÍDICA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3013/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA PROCURADORA JURÍDICA, DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Marcele de Almeida Rodrigues, no cargo de Procuradora, da Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3014/2017 – NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3014/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Leandro Machado da Silva, no cargo de Diretor do Departamento Jurídico.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3015/2017 – NOMEIA DIRETOR DE ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3015/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DE ESPORTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Marcos Antônio Fontana, no cargo de Diretor de Esportes, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3016/2017 – NOMEIA DIRETOR DE MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3016/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DE MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Ricardo Ribeiro Haponiuk, no cargo de Diretor de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Cultura.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3017/2017 – NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3017/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Wantuil José de Oliveira, no cargo de Secretário de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3018/2017 – NOMEIA DIRETORA DE PROJETOS E CONVÊNIOS DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3018/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETORA DE PROJETOS E CONVÊNIOS DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Célia Maria Konell, no cargo de Diretora de Projetos e Convênios da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3019/2017 – NOMEIA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3019/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Miguel Carneiro Braz, no cargo de Secretário de Agricultura e Pesca da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3020/2017 – NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3020/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Carlito Joaquim Custódio Júnior, no cargo de Diretor de Finanças da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3021/2017 – NOMEIA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3021/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, no cargo de Diretora de Administração da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3022/2017 – NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3022/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. André Vinícius Araujo, no cargo de Diretor de Planejamento, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3023/2017 – NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3023/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Vicente dos Passos, no cargo de Diretor de Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3024/2017 – NOMEIA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3024/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. Rafael Vida Almeida, no cargo de Secretário de Planejamento e Urbanismo, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3025/2017 – NOMEIA  
CONTROLADORA GERAL DA CONTROLADORIA  
INTERNA MUNICIPAL.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3025/2017

Data: 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA CONTROLADORA GERAL DA CONTROLADORIA INTERNA  
MUNICIPAL.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no  
uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Neide Terezinha Becher Lupatelli, no  
cargo de Controladora Geral, da Controladoria Interna Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal



# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001, de 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 001, de 03 de janeiro de 2017.

"Altera horário de funcionamento da Prefeitura do Município de Ituporanga E Dá Outras Providências"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC,

DECRETA

Art. 1º - A partir do dia 03 de janeiro de 2017 fica alterado o horário de expediente da Prefeitura do Município de Ituporanga, que voltará a atender das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) horas e das 14:00 (quatorze) as 17:00 (dezessete) horas, de 2ª a 6ª feira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 429, de 7 de agosto de 2015 e as demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 03 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

### DECRETO Nº 003, de 03 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 003, de 03 de janeiro de 2017.

"Fixa o Desconto e a data de Pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para o Exercício de 2017".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pelo Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e de conformidade com o art. 185 e seu Parágrafo Único e art. 186 da Lei Complementar nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, bem como suas alterações, Código Tributário Municipal e Lei nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 – LDO,

DECRETA:

Art. 1º – Este Decreto estabelece o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o ano de 2017 em parcela única com os correspondentes descontos previstos no art. 186 da Lei Complementar nº 002/01 de 21 de dezembro de 2001, Código Tributário Municipal.

Art. 2º – O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será lançado para pagamento da seguinte forma:

1ª – cota única: pagamento até 20 de março de 2017, com 20% de desconto;

2ª – cota única: pagamento até 20 de abril de 2017, com 10% de desconto.

Parágrafo Único – Ao contribuinte será facultado solicitar verbalmente, até a data de vencimento da 1ª cota única, junto ao Setor de Tributação e Cadastro da Prefeitura o parcelamento do

montante devido, em até 09 (nove) parcelas, nos vencimentos abaixo relacionados:

a) Primeira Parcela: 20/03/2017

b) Segunda Parcela: 20/04/2017

c) Terceira Parcela: 22/05/2017

d) Quarta Parcela: 20/06/2017

e) Quinta Parcela: 20/07/2017

f) Sexta Parcela: 21.08.2017

g) Sétima Parcela: 20/09/2017

h) Oitava Parcela: 20/10/2017

i) Nona Parcela: 20/11/2017

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 03 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

ARNITO SARDÁ FILHO  
Secretário da Fazenda

### PUBLICAÇÃO EXTRATOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS PELO MUNICÍPIO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 71/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. ME – R\$ 558,65 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). SERMEDICALL ARP EQUIP. HOSPITALARES LTDA. EPP – R\$ 22.010,20 (vinte e dois mil dez reais e vinte centavos) e METROMED - COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR – R\$ 4.231,60 (quatro mil duzentos e trinta e um reais e sessenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 15/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

CONTRATADAS: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. ME R\$ 5.348,00 (cinco mil trezentos e quarenta e oito reais) - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA R\$ 9.580,60 (nove mil quinhentos e oitenta reais e sessenta centavos). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO) DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 09 de dezembro de 2016

WALTER REICHMUTH DAY  
Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 04/2016. Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.. Espécie: Primeiro Termo Aditivo Contrato 04/2016A. Pregão Presencial nº 04/2016. Valor do Aditivo: 21.700,00 (vinte e um mil setecentos reais). Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 01 de dezembro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### SAMAE - PORTARIA Nº 321/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 321/2016

Homologar Resultado Do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, o resultado do Processo Seletivo Simplificado para a contratação em caráter temporário de 02 (dois) Agente de Operação Hidráulica e 05(cinco) Técnico em Operação de ETA e ETE, realizado de acordo com o Edital nº 01/2016:

#### 1. Cargo: Agente de Operação Hidráulica

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
34	Ivan Misfeld Avanzo	10,00	1
27	José Carlos Cavalheiro	10,00	2
205	Cristiano Daros Borges	10,00	3
24	Valmir de Avila	10,00	4
124	Gilberto Evangelista	10,00	5
237	Moacir Juliano Garcez Rodrigues	10,00	6
136	Francisco Eloi Rumph	9,17	7
17	Jonas Zeferino	9,17	8
241	Anderson Rueckert Stuy	9,17	9
1	Leandro Antonio Biffi	9,17	10
273	Ruan Gustavo Motta	9,17	11
98	Elias Rodrigues de Carvalho	9,17	12
206	Edson Sergio Maggioni	8,33	13
207	Antonio Esmael Sampaio	8,33	14
23	Maicon Baader	8,33	15
156	Leandro Correia	8,33	16
260	Willen Roberto Theis	8,33	17
198	Oldair Dal-ri	7,50	18
70	Marcio Scherner	7,50	19
13	Rosaldo Antonio Pinheiro da Silva	7,50	20
81	Dionis Tobias de Oliveira	7,50	21
177	Rodrigo Paulo Herbert	7,50	22
256	Cleiton Ludwig	7,50	23
302	Leandro José Dias de Oliveira	7,50	24
10	Joel Rui Goltz	7,50	25
239	Daniel Alves Tavares	7,50	26
52	Diego Rosá	7,50	27
47	Tiago Biernazki Pickler	7,50	28
58	Denis Roger Gonçalves Ribeiro	7,50	29
3	Mauricio Rodrigues de Brito	6,67	30
2	Jeferson Kamke	6,67	31
238	Sergio Aleixo Vicenzi	6,67	32
12	Dimas Guedes	6,67	33
86	Jonas Ricardo Silveira	6,67	34
314	Luiz Carlos Lencino	6,67	35
37	Edimar Ferreira dos Santos	6,67	36
166	Nelson Nestor Gessner	-	Não Classificado
149	Nilso Ribeiro da Silva	-	Não Classificado
101	Holices Giovani Sanson	-	Não Classificado
88	Fernando Felix	-	Não Classificado
49	Emanoel silva Xavier	-	Não Classificado
189	Guilherme Bublit	-	Não Classificado
186	Guilherme Nascimento	-	Não Classificado

#### 2. Cargo: Técnico em Operação de ETA e ETE

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
36	Diego de Carvalho	8,00	1
78	Louise Amanda Kuhl	8,00	2
128	Andressa Fetter	7,50	3
55	Leonel Osvaldo Butzke	7,00	4
137	Anderson Moreno	7,00	5
197	Francieli Inês Grigolo	7,00	6
333	João Vitor Alvarenga Miotto	7,00	7
8	Aramis Jose Conceicao	6,50	8
104	Willerson Raphael Giacomitti Gavino	6,50	9
4	Kleuber Rei Marques	6,50	10
319	Eduardo Jair Borba	6,50	11
18	Leticia Namorato	6,00	12
93	Jean Guilherme Oliveira Kinah	6,00	13
265	Luann Junior Forteski	6,00	14
245	Cezar Augusto Padilha	6,00	15
139	Alexandre Bertuol Pinheiro	6,00	16
274	Jonathan Wischral	6,00	17
289	Evelin Amanda Wilbert dos Santos	6,00	18
335	Luana Alchini	6,00	19
244	Nelcione Amaral	-	Não Classificado
173	Sérgio Nekeforuk	-	Não Classificado
119	Wilian Gonçalves Gomes	-	Não Classificado
48	Anderson Leonardo Casarim	-	Não Classificado
228	Jamilli Girardi	-	Não Classificado
60	Talita Krischansky	-	Não Classificado
187	Denise Souza	-	Não Classificado
278	Ana Caroline Ferrari	-	Não Classificado
65	Maiely Doge	-	Não Classificado
327	Natasha Gomes Pimenta	-	Não Classificado
172	Orlando Silveira	-	Não Classificado
76	Roberto Santos dos Reis	-	Não Classificado
9	Allysson Wagner da Silva santos	-	Não Classificado
28	Adelino Tremi Neto	-	Não Classificado
19	Leandro Postai	-	Não Classificado
231	Simone Czarnobai	-	Não Classificado
25	Christian Raboch Lempek	-	Não Classificado
7	Eduardo Gabriel Branco	-	Não Classificado
94	Wesly Volpi	-	Não Classificado
40	João Victor Chruchelski	-	Não Classificado
29	Alana Caroline Lopes	-	Não Classificado
298	Fernando Bertuol Pinheiro	-	Não Classificado
318	Ana Carolina Graciano	-	Não Classificado
114	Karin Sevegnani	-	Não Classificado
6	Jean Carlos Bassani	-	Não Classificado
313	Felipe Zanghelini Benevenutti	-	Não Classificado
226	Mario Rajá Michel	-	Não Classificado
258	Anselmo luiz alves	-	Não Classificado
170	Jair Lopes	-	Não Classificado
261	Claudemir Danielli	-	Não Classificado
311	Jose luiz Vieira	-	Não Classificado
85	Glauco Rhuan Manske	-	Não Classificado
83	Bruno Justi	-	Não Classificado
151	Emanuelle Cristine Vieira	-	Não Classificado
230	Yuri Marcel Antônio	-	Não Classificado
91	Bruno Wedderhoff Tissi	-	Não Classificado
71	Rodrigo Fernando Chiodini Junior	-	Não Classificado
257	Vanderlei Marcondes Ferreira	-	Não Classificado
30	Alexandre Takio Kitagawa	-	Não Classificado
247	Lourdes Wolf Michalak	-	Não Classificado
217	Douglas Fernando Ribeiro	-	Não Classificado
219	Karini Simone Fernandes	-	Não Classificado
35	Paulo César De Oliveira	-	Não Classificado
22	Geise Correia Coelho	-	Não Classificado

321	Nathaly Lohmann Siqueira	-	Não Classificado
134	Danielly Kulique Dos Passos	-	Não Classificado
262	Ana Caroline Rachor	-	Não Classificado
308	Olmiro Aparecido Marczyński	-	Não Classificado
171	Samuel Rodrigo Souza de Paula	-	Não Classificado
215	Robson Pierin	-	Não Classificado
74	Danieli Eloisa Grigolo	-	Não Classificado
255	Marcos Paulo Duffeck	-	Não Classificado
42	Thais Buggenhagen	-	Não Classificado
227	Liryanne Nezgoda	-	Não Classificado
234	Jaqueline da Silveira	-	Não Classificado
115	Karol Sevegnani	-	Não Classificado
322	Natieli Jaine Simon	-	Não Classificado
175	Matilde Fernandes Correia	-	Não Classificado
167	Valmir Joel Quintino	-	Não Classificado
204	Edjalma Ruckl	-	Não Classificado
102	Edson Marciano	-	Não Classificado
349	Alex dos Santos Belle	-	Não Classificado
240	Alicia dos Santos	-	Não Classificado
201	Jose Todt	-	Não Classificado
317	Marcelo Hudson Pereira	-	Não Classificado
282	Valdirene Santos Alves Vilarino	-	Não Classificado
14	Pâmela Schützler	-	Não Classificado
132	Atanasio Rhode	-	Não Classificado
232	Maicon Farias da Luz	-	Não Classificado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de Dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA Nº 322/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 322/2016

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando nº 810, de 15 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a Portaria SAMAEJSU Nº 267/2016 de 10/11/2016, a qual designa a Comissão Especial de Acordos Extrajudicial, a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor RENATO REUS GRIEP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/12/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA Nº 323/2016**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 323/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor CILDO RAYMUNDO DEMSCHINSKI, matrícula 434, para o nível "F", do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/12/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA Nº 324/2016**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 324/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor HERCULIS VASSELAI, matrícula 443, para o nível "F", do cargo de Operador de ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/12/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 025**

PORTARIA Nº 025 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Senhor(a) SANDRA APARECIDA ASCARI, do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em função do parecer da comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n.º 5.475/2016, acatado pelo Sr. Prefeito Municipal em 31/12/2016, em acordo com os art. 127, inciso IV e 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 026**

PORTARIA Nº 026 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR “Tomadas de Contas Especial”, a fim de que se apure qualquer valor recebido indevidamente pela servidora Sandra Aparecida Ascari por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 5.475/2016.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANE ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 027**

PORTARIA Nº 027 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 98/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 028**

PORTARIA Nº 028 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) TATIANE MARATEU BORGES, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 98/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 029**

PORTARIA Nº 029 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 43/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 030**

PORTARIA Nº 030 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) KENYA XAVIER FERREIRA, Arquiteto, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 376/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 031**

PORTARIA Nº 031 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEUSA HACK, Professor Nível II Pós Graduação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 0001665/2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 032**

PORTARIA Nº 032 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 014/2016 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo n.º 014/2016, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Membros: Arlene Maria Ferri

Juçara Edith Stefanos

Marilena Zanoello Detoni

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - EMISSÃO DE ALVARÁ MUNICIPAL DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - ACESSIBILIDADE****TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado por seu Promotor de Justiça Jorge Eduardo Hoffmann, e o Município de Joaçaba, representado pelo Prefeito em exercício, Marcos Weiss, adiante denominado Compromissário, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal nº 7.853/1989;

CONSIDERANDO que compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu art. 140, caput, determina que "A política municipal de desenvolvimento urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, na forma da lei", e que o art. 141, inciso IV, impõe ao Estado e Municípios, no estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, a "eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física";

CONSIDERANDO que constitui um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/99, o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os serviços oferecidos à comunidade;

CONSIDERANDO que, a Política Nacional de Mobilidade Urbana prevê a criação do Plano de Mobilidade Urbana como instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana que, "deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes desta Lei, bem como: [...] IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade (Lei nº 12.587/2012, art. 24);

CONSIDERANDO que a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais dispõe que a construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados a uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida (art. 49, Lei Estadual nº 12.870/2004);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.098, em 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO ainda que o projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (art. 5º, Lei nº 10.098/00);

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.098/00, em seu artigo 11, prevê que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO que, o Decreto nº 5.296, em 2 de dezembro de 2004, regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e estabeleceu normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, bem como para outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas a NBR nº 9050/15, que fixa padrões e critérios

que visam propiciar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, estabeleceu em seu art. 8º que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à acessibilidade;

CONSIDERANDO que as edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes (art. 57 da Lei nº 13.146/05);

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do artigo 60 da Lei nº 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

CONSIDERANDO que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos (art. 61 da Lei nº 13.146/2015);

CONSIDERANDO que o descumprimento das leis criadas para o desenvolvimento, integração e acessibilidade da pessoa portadora de deficiência, configura ato atentatório à dignidade humana;

CONSIDERANDO que configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação (art. 11, inciso IX, da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que o Município de Joaçaba precisa se adequar para cumprir integralmente a legislação acima mencionada;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2016.00007756-3, destinado a "Analisar a viabilidade de firmar Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) com o Município de Joaçaba no que tange às normas de acessibilidade";

CONSIDERANDO a possibilidade do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

**RESOLVEM:**

Celebrar o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, mediante as seguintes CLÁUSULAS:

Cláusula 1ª O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta estabelece condições para emissão de Alvará Municipal de Licença de Localização e Funcionamento, no que diz respeito à verificação do cumprimento das normas de acessibilidade, na forma do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei nº 13.146/2015, sem a aplicação de sanções por ato de improbidade administrativa, e estabelece cronograma de adequação do Município de Joaçaba à legislação concernente ao tema acessibilidade.

Cláusula 2ª Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta adotará o seguinte vocabulário:

- 2.1. TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas;
- 2.2. Alvará – Alvará Municipal de Licença de Localização e Fiscalização de Funcionamento;
- 2.3. NBR 9050:2015 – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas 9050, relativa à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 2.4. NBR 16537:2016 – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas 16537, relativa à acessibilidade – sinalização tátil do piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- 2.5. CA – Certificado de Acessibilidade, a ser emitido pelo órgão público municipal responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com validade de 10 (dez) anos, sob responsabilidade de um servidor com habilitação técnica, para edifícios e unidades imobiliárias públicas ou privadas de uso coletivo que atendam às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª deste TAC;
- 2.6. AR – Atestado de Autorização de Adaptação Razoável, a ser emitido pelo órgão público municipal responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com validade de 3 (três) anos, sob



responsabilidade de no mínimo dois servidores com habilitação técnica, para edifícios e unidades imobiliárias localizadas em edifícios privados de uso coletivo que não atendam às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª deste TAC, mas que se enquadrem nas disposições das Cláusulas 8ª e 9ª, desde que tenham adotado, no prazo previsto na Cláusula 7ª, as adaptações razoáveis aprovadas pelo Município de Joaçaba;

2.7. DNC – Declaração de Não Conformidade: declaração emitida pelo órgão responsável pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade para os edifícios públicos ou privados de uso coletivo que não apresentem condições de obtenção do Certificado de Acessibilidade – CA e nem do Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR;

2.8. SVA – Serviço de Verificação de Acessibilidade: serviço público prestado ao contribuinte sujeito à Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento ou ao proprietário de imóvel locável, que terá como fato gerador o serviço de verificação das condições de acessibilidade do edifício público ou privado de uso coletivo, e que será responsável pela emissão do Certificado de Acessibilidade – CA, do Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR e da Declaração de Não Conformidade – DNC;

2.9. Contribuinte – é o sujeito passivo da Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento ou o proprietário de imóvel locável;

2.10. CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

2.11. Barreiras arquitetônicas – obstáculos ao uso adequado do meio, geralmente originadas pela morfologia dos edifícios.

Cláusula 3ª As condições de acessibilidade serão de observância obrigatória, para fins de liberação do Alvará, para atividades realizadas ou serviços prestados em edifícios e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo;

3.1. Considera-se como edifício ou instalação de uso coletivo aquela em que o titular realiza a atividade ou presta o serviço recebendo clientes, fornecedores ou ao menos um empregado, inclusive o profissional liberal, o microempreendedor individual, a microempresa e a empresa de pequeno porte;

3.2. Considera-se edifício ou instalação de uso individual a sede da empresa individual que não se enquadre nas disposições da cláusula 3.1;

3.3. O edifício ou instalação de uso individual não poderá possuir letreiro ou sinal externo de identificação de sua localização;

3.4. O profissional liberal, o microempreendedor individual, a microempresa, a empresa de pequeno porte e qualquer outra pessoa jurídica localizada em edifício ou instalação de uso individual, e que possua ao menos um empregado, não poderá realizar suas atividades ou prestar serviços em sua sede sem atender às normas de acessibilidade;

3.5. Não se incluem nas exigências deste TAC as áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casa de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares, desde que a utilização destes espaços não diga respeito à atividade-fim do estabelecimento.

Cláusula 4ª Para fins deste TAC, será considerado acessível o edifício público ou privado de uso coletivo que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos de acessibilidade:

4.1. Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade;

4.2. Nas edificações que tenham recebido alvará de construção até 2 de janeiro de 2016, pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

4.3. Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que tratam as Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, de acordo

com os critérios da NBR:9050, pela inexistência de barreiras arquitetônicas;

4.4. Os edifícios públicos ou privados de uso coletivo deverão dispor de banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, e em número que atenda ao quantitativo disposto na Tabela 9 da NBR 9050/2015:

Uso da edificação	Situação da edificação	Número de sanitários acessíveis com entradas independentes
Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente, com alvará de construção expedido até a data de entrada em vigor da NBR 9050/2015	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários

4.4.1. Em espaços de uso público ou uso coletivo que apresentem unidades autônomas de comércio ou serviços, deve ser previsto no mínimo um sanitário por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar. Quando o cálculo da porcentagem de 5 % de peças sanitárias do pavimento resultar em mais do que uma instalação sanitária ou fração, estas devem ser divididas por sexo para cada pavimento;

4.4.2. Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até dois pavimentos e área construída de no máximo 150 m² por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento;

4.5. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços livres e assentos reservados para pessoas com deficiência e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação;

4.6. Somente será considerado acessível o edifício público ou privado de uso coletivo em que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer, em igualdade de condições, todos

os direitos a serem exercidos naquele local e a possibilidade de trabalho naquele ambiente;

4.7. O atendimento às condições deste TAC não dispensa os edifícios públicos e privados de uso coletivo da observância da legislação municipal respeitante a edificações e posturas, que com ele não sejam conflitantes;

4.8. Edificações que tenham recebido alvará de construção a partir de 2 de janeiro de 2016 somente serão consideradas acessíveis se respeitarem as normas técnicas de edificação, notadamente a NBR 9050/2015 e a NBR 16537/2016, além da legislação municipal sobre edificações e posturas.

Cláusula 5ª As obras e estruturas que garantam a implementação das condições previstas na Cláusula 4ª devem observar a NBR 9050/2015, ou norma técnica que as suceder, para fins de eliminação de barreiras arquitetônicas.

Cláusula 6ª As atividades e serviços realizados em edifícios que não atendam ao disposto na cláusula 4ª poderão receber o Alvará, a partir de 1º de janeiro de 2019, observados os prazos da Cláusula 7ª, desde que:

6.1. O Contribuinte apresente projeto arquitetônico, com a devida anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica, obtenha aprovação e execute obra de adaptação da estrutura do edifício e unidade imobiliária ao disposto neste TAC, obtendo AR ou CA, conforme o caso, ou declare que o edifício é acessível e tem condições de obter o CA;

6.2. O Contribuinte comprometa-se, por ocasião do requerimento de Alvará, a realizar as adaptações necessárias ao atendimento dos requisitos de acessibilidade, a fim de obter o CA, ou a realizar as adaptações razoáveis para fins de obtenção do AR, de acordo com as especificidades de cada obra, ou a mudar seu endereço para imóvel acessível, tudo nos termos da Cláusula 4ª, nos prazos previstos na cláusula 7ª;

6.3. O Contribuinte, seu representante e o profissional responsável pelo projeto técnico assinem declaração de ciência de que a utilização de informações falsas para fins de atendimento aos requisitos para liberação do Alvará ou para obtenção do CA ou do AR, configura o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal;

6.4. O Contribuinte efetue pedido de realização de vistoria e emissão de CA ou AR até a data limite prevista na cláusula 7ª, conforme seu enquadramento.

Cláusula 7ª As edificações públicas, afora as municipais, e as privadas de uso coletivo deverão adaptar-se às condições de acessibilidade previstas na Cláusula 4ª até 31 de dezembro de 2018.

7.1. O prazo previsto no caput será acrescido:

a) de 1 (um) ano, quando o Contribuinte for Empresa de Pequeno Porte ou órgãos públicos;

b) de 2 (dois) anos, quando o Contribuinte for Microempresa;

c) de 3 (três) anos, quando o Contribuinte for microempreendedor individual, autônomo e entidade sem fins lucrativos;

d) de 1 (um) ano, quando Contribuinte for localizado fora da Zona Central, na forma definida pela Lei Complementar Municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, na redação vigente na data de assinatura do presente TAC;

e) de 1 (um) ano, quando o imóvel em que estiver localizado o Contribuinte necessitar de modificações arquitetônicas para garantir acessibilidade vertical;

f) de 1 (um) ano, quando o imóvel tenha recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000;

7.2. Os acréscimos previstos na cláusula 7.1 são cumulativos.

Cláusula 8ª A impossibilidade da adoção dos requisitos mínimos de acessibilidade dispostos na cláusula 4ª, referenciados pela NBR 9050/2015, e reconhecida pela emissão do AR, autoriza a adoção de adaptações razoáveis que garantam que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Cláusula 9ª Considerar-se-á impossível a adoção dos requisitos mínimos de acessibilidade dispostos na cláusula 4ª somente para

edificações que tenham recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000 e que, cumulativamente com o disposto no item 9.2, apresentem uma das seguintes condições, devidamente reconhecida pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade, com emissão do AR:

a) O valor das obras de adaptação superar 20% (vinte por cento) do valor venal predial da unidade imobiliária, conforme orçamento apresentando por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;

b) As obras de adaptação ao desenho universal (à acessibilidade – cláusula 4ª) causarem risco estrutural insuperável, conforme atestado por profissional com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;

c) As obras de adaptação ao desenho universal (cláusula 4ª) causarem redução da área útil da unidade imobiliária superior a 20% (vinte por cento);

9.1. O percentual previsto nas alíneas “a” e “c” do caput será de 12% quando o Contribuinte for localizado fora da Zona Central de Joaçaba, na forma definida pela Lei Complementar Municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, na redação vigente na data de assinatura do presente TAC;

9.2. Edifícios privados de uso coletivo, que tenham recebido alvará de construção até 20 de dezembro de 2000, serão considerados acessíveis, quanto à possibilidade de trabalho, se as pessoas com deficiência puderem exercer todas as profissões e ofícios desempenhados naquele local, em pelo menos 75% da área útil da unidade imobiliária, excluídas as áreas mencionadas na cláusula 3.5, escadas e sanitários não-adaptados para pessoa com cadeira de rodas. Cláusula 10. O Município de Joaçaba emitirá, até 31 de dezembro de 2018, Alvarás válidos até esta data, para todos os Contribuintes, sem a necessidade de observação dos requisitos de acessibilidade, a fim de que tenham condições de se preparar para atendimento do disposto neste TAC a partir de 1º de janeiro de 2019;

10.1. A partir de 1º de janeiro de 2019, os Alvarás serão emitidos somente para contribuintes instalados em imóveis acessíveis, assim reconhecidos por serem portadores de CA ou AR, conforme disposto na Cláusula 4ª e 9ª respectivamente, ressalvada a extensão de prazo para regularização prevista na Cláusula 7ª;

10.2. O servidor responsável pela emissão do Alvará será responsável por verificar a existência e validade do CA ou AR.

Cláusula 11. O Município de Joaçaba, no prazo de 1 (um) ano contado da assinatura do presente TAC, implementará Serviço de Verificação de Acessibilidade, o qual será prestado mediante cobrança de taxa a todos que pretendam obter o Alvará para atividades e serviços em edifícios públicos ou privados de uso coletivo, ou para os interessados em obter o CA ou AR para unidade imobiliária de sua propriedade;

11.1. Verificando que o edifício público ou privado de uso coletivo atende às condições de acessibilidade previstas neste TAC e na legislação de obras e posturas pertinente, o SVA emitirá o Certificado de Acessibilidade – CA, subscrito por um servidor com habilitação técnica, o qual terá validade de 10 (dez) anos;

11.2. O Serviço de Verificação de Acessibilidade também será responsável pela emissão do AR, a ser aprovado e subscrito por no mínimo 2 (dois) servidores públicos responsáveis pelas informações nele contidas, todos com habilitação técnica.

Cláusula 12. Para unidades imobiliárias que atendam às disposições da cláusula 4ª deste TAC, bastará ao Contribuinte interessado na emissão do CA, como condição para emissão de tal documento, declarar o atendimento de tais disposições, acompanhada de declaração de acessibilidade subscrita por profissional da área de Engenharia Civil ou Arquitetura no mesmo sentido, ambos sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções previstas na legislação municipal;

12.1. Uma vez instalado o SVA, o Município de Joaçaba compromete-se a, no prazo máximo de 1 (um) ano após o vencimento dos prazos previstos na Cláusula 7ª, fiscalizar as unidades imobiliárias que obtiveram o CA por simples declaração ou a emitir o CA;

12.2. Em caso de constatação de não conformidade, o Município

de Joaçaba deverá:

- a) Informar o Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
- b) Aplicar as sanções administrativas correspondentes;
- c) Cancelar o Alvará da atividade desenvolvida na respectiva unidade imobiliária, mediante o devido processo administrativo, caso em que, não havendo identidade entre o proprietário da unidade imobiliária e seu possuidor, será dado a este prazo para mudança de endereço, sob pena de revogação do Alvará.

Cláusula 13. O Município de Joaçaba obriga-se a, no prazo de 6 (seis) meses:

13.1. Deflagar o processo de revisão do Plano Diretor, incluindo nele o Plano de Rotas Acessíveis, a ser formulado com auxílio do CMPD;

13.2. Inserir no Cadastro Imobiliário, disponibilizando consulta on line, de informações relativas às unidades imobiliárias, sob as seguintes siglas:

- a) CA – unidade imobiliária portadora de Certificado de Acessibilidade;
- b) AR – unidade imobiliária portadora do Atestado de Adaptação Razoável;
- c) DNC – unidade imobiliária não acessível;
- d) NI – não constam informações sobre acessibilidade – unidade imobiliária que nunca se submeteu ao Serviço de Verificação de Acessibilidade.

Cláusula 14. O Município compromete-se, até 31 de dezembro de 2019, a:

14.1. Desocupar todos os imóveis locados que não atendam às disposições da Cláusula 4a;

14.2. Abster-se de locar unidades imobiliárias que não apresentem CA;

Cláusula 15. Sancionado o novo Plano Diretor ou a sua revisão, o Município de Joaçaba compromete-se a, no prazo de 1 (um) ano:

15.1. Notificar, após a identificação de cada caso, a Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC para que promova a retirada de estruturas de distribuição de energia elétrica que impeçam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida nas Rotas Acessíveis e a adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis em caso de resistência da empresa notificada;

15.2. Promover a retirada de elementos verticais que dificultem a passagem no passeio público nas Rotas Acessíveis;

Cláusula 16. O Município de Joaçaba compromete-se a incluir nos Planos Plurianuais 2018-2021 e 2022-2025 previsão de despesas em valores suficientes para adequação dos edifícios públicos de sua propriedade, após efetuar levantamento técnico do total desta despesa;

Cláusula 17. O Município de Joaçaba compromete-se a:

17.1. Concluir os projetos de adaptação de imóveis de sua

propriedade ao disposto na Cláusula 4ª até 31 de dezembro de 2019;

17.2. Concluir as obras projetadas de acordo com a Cláusula 17.1, mediante a adoção do seguinte cronograma de execução de obras e tendo por base a área construída não acessível:

- a) 30% (trinta por cento) até 31 de dezembro de 2020;
- b) 60% (sessenta por cento) até 31 de dezembro de 2021;
- c) 100% (cem por cento) até 31 de dezembro de 2022;

Cláusula 18. A falta de cumprimento às cláusulas previstas neste TAC autoriza a rescisão e sujeita o Município de Joaçaba à multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada cláusula descumprida no prazo estipulado, a serem revertidos para o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, além de responder a eventual Ação Civil Pública para aplicação das regras atinentes à acessibilidade de seus edifícios e logradouros públicos.

Cláusula 19. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento técnico ou jurídico, inclusive decorrente de alteração legislativa federal.

Cláusula 20. O Ministério Público compromete-se a não propor medidas judiciais, tendentes a implementar as medidas de acessibilidade previstas neste TAC, contra o Município de Joaçaba, enquanto as suas cláusulas estiverem sendo tempestivamente cumpridas.

Cláusula 21. O foro competente para resolução de conflitos oriundos do presente ajuste será o da Comarca de Joaçaba.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 25, II, do Ato nº 335/2014 do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2016.

Marcos Weiss Prefeito de Joaçaba em exercício	Jorge Eduardo Hoffmann Promotor de Justiça
Dioclésio Ragnini Prefeito eleito para o mandato 2017-2020	Jucelino Ferraz Presidente da Câmara de Vereadores
Paulo Delfino Presidente da CDL	Tania Durigon Presidente da ACIOC
Ordem dos Advogados do Brasil	Sidnei Lopes ARAD
Elisa Piovesan APAE	Jorge Dresch
Ricardo Antonello Vereador eleito	

## PLASS

### EXTRATO CONTRATO Nº 01/2017/PLASS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017/PLASS

Proveniente do PL 06/2016 – PP 01/2016

CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS.

CONTRATADA: FARMÁCIA JOAÇABA LTDA

OBJETO: Fornecimento de medicamento, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2017, mediante desconto em folha de pagamento.

DESCONTO TOTAL: 45 %

VIGÊNCIA: 31/12/2017, a contar da data de assinatura.



**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR a Dispensa de licitação nº 02/2016/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Dispensa de Licitação nº 02/2016/PLASS.

- Objeto: locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2017.

- Valor total mensal: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de janeiro de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor-executivo do PLASS

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2017

PROTOCOLO Nº 0001/2017

Objeto: PAGAMENTO DE ANUIDADE REFERENTE A PERMISSÃO ESPECIAL DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR 282 E TAXA DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, Lei 8666/93.

Empresa Contratada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Valor: R\$ 556,65 (quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Declaração de Inexigibilidade em 02/01/2017.

Joaçaba/SC, 03 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2017

PROTOCOLO Nº 0008/2017

Objeto: PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÃO DO SIMAE NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, Lei 8666/93.

Empresa Contratada: Diário Oficial Central de Publicações Legais Ltda - EPP.

Valor: R\$ 30.000,00.

Declaração de Inexigibilidade em 02/01/2017.

Joaçaba/SC, 03 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

**PORTARIA JHL 04/2017**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 04/2017 04.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em segundo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr.: Reginaldo da Silva, para o Cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 04 de Janeiro de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 2º Lugar de Reginaldo da Silva no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Mecânico de Manutenção de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

## RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0002/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0010/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2016

PROTOCOLO Nº 0560/2016

OBJETO: Registro de Preços de tintas, pincéis, rolos e outros materiais para pintura e conservação das unidades operacionais do SIMAE  
PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço	Empresa
1	60,00	LA	TINTA ESMALTE EM SPRAY 400 ML, COR AMARELO	R\$ 11,00	TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
2	120,00	LA	TINTA ESMALTE EM SPRAY 400ML, COR VERMELHO	R\$ 11,00	
3	25,00	LA	TINTA ACRÍLICA QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR AZUL DEL REY, LATA COM 18 LITROS	R\$ 154,00	
4	35,00	LA	TINTA ACRÍLICA, QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR BRANCA, LATA COM 18 LITROS	R\$ 149,00	
5	30,00	LA	TINTA ACRÍLICA, QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR CINZA CONCRETO, LATAS COM 18 LITROS	R\$ 149,00	
6	10,00	LA	TINTA ESMALTE QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR MARROM, LATA COM 3,6 LITROS	R\$ 60,00	
7	12,00	LA	TINTA ESMALTE QUALIDADE PREMIUM (1ª QUALIDADE), COR AZUL DEL REY, LATA COM 3,6 LITROS	R\$ 60,00	
8	15,00	UN	GARFO (CABO) DE PINTURA COM SUPORTE PARA ROLO DE TAMANHO 23 CM	R\$ 4,40	
9	15,00	UN	GARFO (CABO) DE PINTURA COM SUPORTE PARA ROLO TAMANHO 9 CENTÍMETROS.	R\$ 3,80	
10	25,00	UN	ROLO DE ESPUMA TAMANHO 23 CENTÍMETROS	R\$ 8,80	
11	25,00	UN	ROLO DE ESPUMA TAMANHO 9 CENTÍMETROS	R\$ 3,40	
12	25,00	UN	ROLO DE ESPUMA COM SUPORTE TAMANHO 5 CENTÍMETROS	R\$ 2,55	
13	25,00	PÇ	PINCEL PARA PINTURA TAMANHO 1"	R\$ 2,40	
14	20,00	UN	PINCEL PARA PINTURA TAMANHO 2"	R\$ 4,30	

VIGÊNCIA: 04/04/2016 a 03/04/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 04 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

**ATA REVOGAÇÃO PR 60/16**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 60/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 78/2016 Processo de Licitação: 78/2016 Data do Processo: 09/12/2016
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: / (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos, máquinas e motocicletas da frota do SIMAE

Às nove horas e dez minutos (9h10min) do dia três de janeiro de dois mil e dezessete (03/01/2017), na sala de reuniões da sede administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba - SC, reuniram-se em sessão pública, a Pregoeira, Sra. Graciela Pratto Bordin da Rosa, designada pela Portaria nº 0356/2016 de 20/12/2016, e equipe de apoio: Alessandra Marcon Zanchetta e Cesar Augusto Maciel Ribeiro, para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM de nº 0060/2016, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANTUENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS DA FROTA DO SIMAE. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 2144, página nº 594, do dia 14 de dezembro de 2016 e edição online nº 2149, página nº 656, do dia 20 de dezembro de 2016, no mural público da Prefeitura de Joaçaba e disponibilizado no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Foram credenciados o Sr. Valtair José Motta, representante da empresa Valtair José Motta ME, a Sra. Neusa Angelina Geja Vila Lobos, representante da empresa Auto Mecânica Rogecar Ltda ME, o Sr. Algeu Dorlizeti Rodrigues Fabricio, representante da empresa Rodri Maq. Mecânica Pesada Ltda ME, o Sr. Raul de Miranda, representante da empresa Miranda e Miranda Comércio de Peças e Serviços de Máquinas Pesadas Ltda EPP e o Sr. Varmo Spier, representante da empresa Mecânica Spier Ltda ME. Abertos os trabalhos, procedeu-se, a abertura do envelope de preços das empresas participantes. As propostas foram analisadas em conformidade com o exigido no Edital. Após análise da forma de julgamento constante no Edital e questionamento por parte dos participantes, a Pregoeira e a Equipe de Apoio constataram que houve contradição nos critérios de julgamento das propostas constantes nos itens 6.20.4 e 6.20.5 decidindo por revogar a presente licitação. Nada mais havendo, eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Joaçaba, 3 de Janeiro de 2017

**COMISSÃO:**

Graciela Pratto Bordin da Rosa	- ..... - Pregoeiro(a)
Alessandra Marcon Zanchetta	- ..... - Equipe de Apoio
Cesar Augusto Maciel Ribeiro	- ..... - Equipe de Apoio
André Luiz Sauer	- ..... - Equipe de Apoio
Valdirene Aparecida Dorini	- ..... - Equipe de Apoio
Carina Daiana Recalcatti	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RAUL DE MIRANDA	- ..... - Representante
VARMO SPIER	- ..... - Representante
NEUSA ANGELINA GEJA VILA LOBUS	- ..... - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 60/2016 - PR**Processo Administrativo: 78/2016  
Processo de Licitação: 78/2016  
Data do Processo: 09/12/2016

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: / (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ALGEU DORLIZETI RODRIGUES FABRICIO - ..... - Representante

VALTAIR JOSE MOTTA - ..... - Representante

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 0054/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 54/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 72/2016 Processo de Licitação: 72/2016 Data do Processo: 09/11/2016
--	--

Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretor Adjunto, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 72/2016  
b ) Licitação Nr.: 54/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 02/01/2017  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ) PARA REPOSIÇÕES DE ASFALTO DECORRENTES DE CONSERTOS DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, NO EXERCÍCIO DE 2017.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**OHTEC MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME (8483)**

1 MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME ENTRE 5,3 A 5,8, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ACIMA DE 1,90 T/M3. - Marca: ASFALTO RAPIDO	SC	5.000,00	0,0000	19,50	97.500,00
--	----	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 97.500,00

Total Geral: 97.500,00

-----  
Paulo César Lamin - Diretor Adjunto

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 54/2016 - PR**

Processo Administrativo: 72/2016  
Processo de Licitação: 72/2016  
Data do Processo: 09/11/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (17)

-----  
Paulo César Lamin - Diretor Adjunto



# José Boiteux

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA 001/2017**

PORTARIA Nº 001/2017

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC".

Hélio Cuzum Farias, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;  
Considerando a Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992, que "Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de José Boiteux", em seu o artigo 93;  
Considerando o artigo 143 do Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; e  
Considerando o requerimento apresentado pela servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora Ana Carolina Branger, matrícula nº 29964.2-00, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, Código DAS-1, Nível/Referência V-1, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, 10 (dez) dias de férias, a serem usufruídas entre 03/01/2017 à 13/01/2017, referente o período aquisitivo de 26 de fevereiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

José Boiteux, 02 de janeiro de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA 002/2017**

PORTARIA Nº 002/2017

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC".

Hélio Cuzum Farias, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;  
Considerando a Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992, que "Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de José Boiteux", em seu o artigo 93;  
Considerando o artigo 143 do Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; e  
Considerando o requerimento apresentado pela servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora Inês Ivete Pereira, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código SG-1, Nível/Referência II-1, matrícula nº 2086.9-00, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo Estável, da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, 10 (dez) dias de férias, a serem usufruídas entre 03/01/2017 à 13/01/2017, referente o período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

José Boiteux, 02 de janeiro de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.808/2017

DECRETO Nº 4.808 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"CONVOCA ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ESPECIFICA PARA REUNIÃO PREPARATÓRIA À ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e no art. 140 e seguintes da Lei Complementar nº 268/13 e,

Considerando que na Reunião Preparatória do dia 16.12.16 passado, convocada por meio do Decreto nº 4.777/16, não foram preenchidas as indicações para representantes dos seguimentos "Regiões Comunitárias" e "Associações de Moradores de Laguna";

DECRETA:

Art. 1º Ficam os seguimentos da sociedade civil abaixo identificados, convocados para a REUNIÃO PREPARATÓRIA para indicação de representantes com vistas a eleição e posse para o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Laguna, a realizar-se no dia 16 de janeiro de 2017 às 14:00, na sala de reunião do Gabinete do Prefeito, sito à Rua Voluntário Carpes nº 155, centro, Laguna/SC.:

I - Regiões Comunitárias na forma da lei; e

II - Associações de Moradores de Laguna.

Art. 2º Os interessados deverão comparecer no dia, hora e local indicados no caput do art. 1º munidos com requerimento devidamente assinado pelo representante legal, cópia autenticada dos atos constitutivos, cópia da eleição e posse da atual diretoria e cópia de documento oficial com fotografia do representante indicado, além de sua qualificação completa.

Art. 3º A eleição e posse dos novos Conselheiros dar-se-á na forma estabelecida nos Decretos nºs 4.777 e 4.797/16.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.810

DECRETO Nº 4.810, de 03 de janeiro de 2017.

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência, no Município de Laguna – SC, conforme padronização constante na Classificação Geral dos Desastres e da Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos (CODAR), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e Considerando as chuvas torrenciais e o temporal que assolaram o perímetro urbano do Município de Laguna – SC e o Distrito do Ribeirão Pequeno na data de 29 de dezembro de 2016, cujo volume de chuvas atingiu um pico de 86 mm e superou a média mensal de chuvas, sendo que a enxurrada provocou desabamento de encostas, inundação das vias e logradouros públicos, danificou ruas, prédios públicos e residências, com maiores prejuízos nos bairros

Mar Grosso, Magalhães, Centro e Portinho e no Distrito do Ribeirão. CONSIDERANDO como consequência desse desastre, resultaram danos humanos, materiais e ambientais e prejuízos econômicos e sociais constantes do Relatório de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria da Defesa Civil, é favorável a declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO os critérios agravantes da situação de anormalidade, como a restrição ao trânsito de veículos e pessoas devido à ruína e desabamento de vias públicas e a existência de edificações e pessoas em área de risco;

CONSIDERANDO o Ofício nº. 192/2016 do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna – SC, que enumerou danos materiais ocasionados pelo temporal na ordem de R\$ 220.270,00 (duzentos e vinte mil e duzentos e setenta reais);

CONSIDERANDO que, de acordo com a Instrução Normativa nº. 2, de 20 de dezembro de 2016, do Gabinete do Ministro da Integração Nacional, a intensidade do desastre foi dimensionada como nível II, de média intensidade, reclamando a decretação da situação de emergência;

CONSIDERANDO que os prejuízos financeiros totais decorrentes do desastre já superam, em estimativa preliminar, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal providenciar a imediata continuidade na prestação de serviços, realizada mediante um conjunto de medidas a ser tomado em consequência do desencadeamento de fatores anormais e adversos, inclusive nos assuntos concernentes à prevenção, recuperação e assistência nos casos de emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência, de acordo com o nível de intensidade do desastre (Nível II) e com a importância dos critérios agravantes, conforme Relatório de Avaliação de Danos anexado a este Decreto.

Parágrafo Único. Essa situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou

particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e, o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Fica autorizada a dispensa do procedimento licitatório somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

§1º O processo de dispensa deverá ser necessariamente justificado e instruído com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial a justificar a dispensa, capaz de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares;

II – motivação da escolha do fornecedor ou executante;

III – correta identificação do objeto a ser contratado;

IV – justificativa de preço;

V – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

§ 2º Após manifestação favorável do Procurador de Contratos e Licitações pela dispensa, a contratação direta será ratificada pela autoridade competente no prazo de 3 (três) dias e publicada na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º A dispensa deverá respeitar o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência da situação de emergência, vedada em qualquer caso a prorrogação do contrato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com retroação de seus efeitos à data do evento, devendo vigor por um prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Laguna, 03 de janeiro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Antonio Luiz dos Reis

Procurador Geral do Município

## **EDITAL Nº. 001/2017**

EDITAL Nº. 001/2017

O Senhor Prefeito Municipal de Laguna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 244, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, torna público a todos os contribuintes detentores de propriedade, domínio útil ou posse de bem(ns) de imóvel(is), localizados no âmbito do território do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, que a partir do dia 15 de Janeiro do ano de 2017, estarão sendo distribuídos, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBTC, os carnês de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – exercício 2017, estando também disponíveis os respectivos boletos de cobrança,

através do site [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br) com o seguinte cronograma de pagamento: 1º COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 20% (vinte por cento) de desconto, até 10 de Fevereiro de 2017; 2º. COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 15% (quinze por cento) de desconto, até 10 de Março de 2017; ou PARCELAMENTO em 06 (seis) vezes, sem desconto, da seguinte forma : 1º. PARCELA com vencimento em 10 de Fevereiro de 2017; 2º PARCELA, com vencimento em 10 de Abril de 2017; 3º PARCELA, com vencimento em 09 de Junho de 2017; 4º PARCELA, com vencimento em 10 de Agosto de 2017; 5º PARCELA, com vencimento em 10 de Outubro de 2017; 6º PARCELA, com vencimento em 08 de Dezembro de 2017. NOTIFICAMOS os contribuintes que até o dia 06 de Fevereiro de 2017, não tenham recebido em seus respectivos domicílios, os carnês de IPTU 2017, a comparecerem na Secretaria da Fazenda do Município, sito à rua Osvaldo Cabral, 140, centro, Laguna, Estado de Santa Catarina, no horário das 13h às 19h, para retirarem os referidos carnês, existindo a opção de impressão dos boletos de pagamento pela internet no seguinte sítio eletrônico: [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), informamos que os pagamentos do IPTU – exercício 2017, também poderão ser quitados até o vencimento em qualquer agência bancária, caixas eletrônicas e agências lotéricas. Após o vencimento das parcelas, o pagamento só poderá ser efetuado mediante o cálculo da multa e dos juros de mora, mediante a expedição da 2º (segunda) via do carnê junto a Secretaria da Fazenda do Município ou através do sítio eletrônico do Município: [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br). Igualmente NOTIFICAMOS todos os contribuintes do IPTU exercício 2017, que estes poderão exercer o seu amplo direito de defesa, no prazo legal de 30 dias, na forma do art. 53 da Lei complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, em relação à eventual irregularidade verificada na cobrança do referido tributo, na forma do art. 5º. LV, da Constituição Federal e art. 54 da Lei complementar nº. 105/03. De outra parte, considerando-se a impossibilidade e/ou dificuldade na arrecadação e/ou fiscalização tributária verificado nos anos anteriores, considerando-se os prejuízos financeiros à Fazenda Pública Municipal, estabelece-se a recusa de todos os domicílios eleitos, localizados fora do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, considerando-se doravante, como efetivo domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar de situação do(s) bem(ns), conforme faculdade estabelecida no art. 117, III, parágrafos 1º. e 2º., da Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966. Laguna 04 de Janeiro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTROS DE FORNECEDORES 001-2017

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTROS

NOELI DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, no Município de Lajeado Grande, inscrições para novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o Art. 34 e seguintes da Lei nº 8666/93 e atualizações posteriores.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 – O presente edital se destina em receber as inscrições de novos fornecedores para o ano de 2017 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Lajeado Grande, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação direta.

#### 2 – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins de cadastramentos e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

##### 2.1.1 – Para habilitação jurídica:

- I - Cédula de Identidade dos Sócios;
- II – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- III – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- V – Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- VI - No caso do interessado ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do interessado, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007.

##### 2.1.2 – Para a qualidade técnica:

- I – Registro ou inscrição do proponente na entidade profissional competente;
- II – Declaração de Inexistência de Empregados Menores trabalhando em seu estabelecimento (Declaração de que atende ao inciso IV, do art. 30, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz)

##### 2.1.3 – Para a qualificação econômica financeira:

- I - Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3

(três) meses da data de apresentação da proposta.

Os balanços das sociedades anônimas ou por ações deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial, devendo as demais empresas apresentar os balanços autenticados certificados por contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro "Diário" e as folhas em que o balanço encontra-se regularmente transcrito, com fotocópia das páginas de abertura e de fechamento do Livro Diário; O Balanço Patrimonial e demonstrativo contábeis do último exercício social, deverão estar devidamente assinados pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

II – Certidão negativa de recuperação fiscal (falência ou concordata) expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III – Certidão negativa de protesto, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida há menos de trinta dias da data de julgamento deste Edital.

##### 2.1.4 – Regularidade fiscal e trabalhista:

I – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

II – Prova de inscrição no cadastro Estadual

III – Prova de Inscrição no cadastro Municipal quando for o caso

IV – Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (Art. 29, III, com relação a Tributos Municipais relativo ao domicílio ou sede da empresa), mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

V – Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Art. 29, III relativo a Tributos Estaduais do Estado do domicílio ou sede da empresa), mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

VI - Certidão Negativa de Débito FGTS (Art. 29, IV, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços).

VII – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, demonstrando situação regular perante a Fazenda Nacional, expedida exclusivamente pelas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com apresentação de certidão que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943 (Lei n. 12.440 de 07 de julho de 2011).

#### 3 - DA VALIDADE.

3.1 – O interessado que providenciar sua inscrição receberá um certificado de Registro Cadastral, que terá validade de 01(um) ano.

#### 4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 - Os documentos exigidos neste edital, que tenham data de validade, deverão ser substituído até o vencimento, para manter atualizado o cadastro, sob pena de cancelamento do registro.

4.3 – Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição.



4.4 – Para as empresas não cadastradas e que por ventura vier participar de processos de licitação, para habilitação, além dos documentos exigidos pelo edital, deverá apresentar até o terceiro (03) dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

4.5 – Os documentos para Cadastro e os documentos para participação em Processo Licitatório não se confundem, devendo o proponente interessado em participar de Processo Licitatório atender o Edital de Licitação.

4.6 - Quando a proponente com domicílio em Estados e Municípios onde as Certidões não abrangerem a Dívida Ativa e Corrente do Estado, bem como os tributos mobiliário e imobiliário do Município, ambas as certidões deverão ser apresentadas, ou quantas forem necessárias para comprovação da quitação dos débitos com as respectivas Fazendas;

4.7 - Os documentos não poderão apresentar emendas, rasurar, ressalvas ou entre linhas.

4.8 - A presente documentação poderá ser apresentada em originais ou em copia autenticadas em órgão oficial, ou seja, tabelionato de notas, bem como a autenticidade poderá ser reconhecido por servidores públicos Municipal, para este fim designado.

4.9 - Serão aceitos documentos tirados via internet, no entanto, não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas, sendo que os documentos retirados via internet serão dispensados de autenticação, se reservando o Município em conferir sua autenticidades, se assim achar necessário.

4.10 – Os casos omissos no presente edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93 com as atualizações da Lei nº 8.883/94 e demais alterações.

4.11 – Os interessados poderão obter a íntegra do presente edital, sem qualquer custo junto a Prefeitura Municipal de Lajeado Grande, sito a Rua Vitória, 503, centro, Lajeado Grande, ou pelo fax (0xx49)3355-0012, setor de compras e licitações, ou junto ao endereço eletrônico [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br).

Lajeado Grande, 02 de Janeiro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume. Fixado em quadro mural.

**PORTARIA Nº 011/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n.011/2017

DE 02/01/2017

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, a Servidora Publica Municipal ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, gestora do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O respectivo Servidor não perceberá qualquer tipo de remuneração, gratificação ou vencimento pela designação, nem será causa de acumulação de função.

Art. 3ª - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 031/2016 de 01/02/2016.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 012/2017 DE 02/01/2017 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LINETE GIOTTO, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.012/2017

DE 02/01/2017

“EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LINETE GIOTTO, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente com o art. 33 inciso IV da Lei Complementar n. 15/01 de 26/11/2001 e CONSIDERANDO o pedido do servidor e a concessão da aposentadoria pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – nº do Benefício 165.086.845-3 espécie 42.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público municipal LINETE GIOTTO em virtude da concessão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - O pagamento do benefício ficará a cargo do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, conforme nº do benefício 165.086.845-3 espécie 42.

Art.3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 013/2017 DE 02/01/2017  
REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL  
EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n. 013/2017

DE 02/01/2017

"REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o Art. 98, inciso II, letra "b" da Lei Orgânica Municipal c/c Art.37 parágrafo único da Lei Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001

E CONSIDERANDO as atribuições da função de Motorista, detalhadas no anexo único da lei Complementar 30/2014 de 04/04/2014. CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

**DECIDE:**

Art. 1º - REDISTRIBUIR o Servidor Público Municipal EDER GASPERINI, motorista, 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 014/2017 DE 02.01.2017 DESIGNA  
O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO  
CARLOS TOFFOLO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA  
MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO  
AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS  
PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 014/2017

De 02.01.2017

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO CARLOS TOFFOLO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS

**PROVIDENCIAS"**

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Designar ANTONIO CARLOS TOFFOLO, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento, Código do Cargo 06.02, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 015/2017 DE 02.01.2017 DESIGNA O  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN  
PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE  
DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL  
DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E  
DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 015/2017

De 02.01.2017

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO CANSIAN PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Designar ROBERTO CANSIAN, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento, Código do Cargo 06.02, junto a Secretaria Municipal de transportes, Obras e Serviços Urbanos, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o



quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 016/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.016/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GILSON DA SILVA pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 20 de janeiro de 2012 a 19 de janeiro de 2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 017/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSMARI MICHELLON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.017/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSMARI MICHELLON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JOSMARI MICHELLON pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de março de 2015 a 01 de março de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 018/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.018/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DOUGLAS TOFFOLO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 019/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARENI APARECIDA SOARES DEGARRAES DEBASTIANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.019/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARENI APARECIDA SOARES DEGARRAES DEBASTIANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARENI APARECIDA SOARES DEGARRAES DEBASTIANI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 020/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIANE BADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.020/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIANE BADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal REGIANE BADIA pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de janeiro de 2016 a 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 021/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDIANE ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.021/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDIANE ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal SIDIANE ZMIJEVSKI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 022/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUIZA BEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.022/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUIZA BEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal NOELI LUIZA BEAL pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de junho de 2015 a 31 de maio de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 023/2017 E 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AILTON JOSE GASPARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.023/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AILTON JOSE GASPARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal AILTON JOSE GASPARIN pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 024/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CASEMIRA PERUZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.024/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CASEMIRA PERUZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61

inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CASEMIRA PERUZZO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 025/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAIRE MARIA PAGLIARI RISSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.025/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAIRE MARIA PAGLIARI RISSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CLAIRE MARIA PAGLIARI RISSI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 026/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEDER DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.026/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEDER DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CLEDER DOS SANTOS pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 027/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALLA RIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.027/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIONEIDA LUIZA DALLA RIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDIONEIDA LUIZA DALLA RIVA pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 028/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELEANORA MARTELLI BIANCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.028/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELEANORA MARTELLI BIANCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ELEANORA MARTELLI BIANCHI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 029/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE AMALIA FOPPA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.029/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE AMALIA FOPPA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ELIANE AMALIA FOPPA DA SILVA pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.



Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 030/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE PERUZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.030/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE PERUZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCIELE PERUZZO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 031/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.031/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 032/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TATIANE AMADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.032/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TATIANE AMADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal TATIANE AMADO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 033/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.033/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VERA LUCIA BRASSO SANTIN pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 034/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.034/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDOMAR RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal LIDOMAR RIBEIRO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 13 de janeiro de 2016 a 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 035/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.035/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal LIANA PICCOLI pelo prazo de 15 dias, de 02/01/2017 A 16/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 036/2017 DE 02/01/2017 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIA TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.036/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIA TOFFOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CLAUDIA TOFFOLO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro



de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 037/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIANE CARLA LEVINSKI DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.037/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIANE CARLA LEVINSKI DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DIANE CARLA LEVINSKI DOS SANTOS pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 038/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FATIMA CAREGNATTO ROMANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.038/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FATIMA CAREGNATTO ROMANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de

conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FATIMA CAREGNATTO ROMANINI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 039/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DAIANE MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.039/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DAIANE MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DAIANE MAROCCO pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 03 de abril de 2015 a 02 de abril de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 040/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.040/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCIELE BAGGIO BIFFI pelo prazo de 15 dias, de 02/01/2017 A 16/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de março de 2015 a 10 de março de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito MunicipalRegistrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada**PORTARIA Nº 041/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILMARA ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.041/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILMARA ZMIJEVSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal SILMARA ZMIJEVSKI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada**PORTARIA Nº 042/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANESSA FRESCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.042/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANESSA FRESCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VANESSA FRESCHI pelo prazo de 15 dias, de 02/01/2017 A 16/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de março de 2015 a 28 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada**PORTARIA Nº 043/2017 DE 02/01/2017 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VADIS VARNIER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.043/2017

DE 02/01/2017

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VADIS VARNIER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

**DECIDE:**

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VADIS VARNIER pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de abril

de 2015 a 03 de abril de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 044/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE DALMIR KAHLER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.044/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE DALMIR KAHLER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JOSE KAHLER pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 14 de fevereiro de 2015 a 13 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 045/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURACI ANTONIO XAVIER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.045/2017

DE 02/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURACI ANTONIO XAVIER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JURACIANTONIO XAVIER pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 20 de janeiro de 2015 a 19 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

**PORTARIA Nº 046/2017 DE 03/01/2017 CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANA SIMIONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n. 046/2017

DE 03/01/2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANA SIMIONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 27º da Lei Complementar Municipal n. 20/2010 de 10/06/2010

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Gratificação por grau de instrução ao Servidor Público Municipal JULIANA SIMIONI, em virtude de habilitação em nível de grau superior ao exigido no plano de cargos para ingresso na carreira.

Parágrafo Único – Na forma do art. 27 § 3º e de acordo com a documentação arquivada em sua parte funcional, a gratificação por grau de instrução será concedida sobre o vencimento base para o qual o servidor for nomeado, na proporção de 2% (dois) por cento ao portador de certificado de conclusão de Ensino Medio;

Art. 2º - A gratificação por grau de instrução se dará uma única vez em cada nível de especialização, sendo que a concessão para um nível maior elimina a anterior.

Parágrafo Único - A gratificação por grau de instrução não é acumulada.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 03 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 001/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA RODRIGO BARELA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 001/2017  
De 02.01.2017

“DESIGNA RODRIGO BARELA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser o Cargo de Secretário Municipal declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Designar o Vice- Prefeito Municipal RODRIGO BARELA, para exercer a função de Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

§ 1º - Em virtude da nomeação para Secretário, o Vice- Prefeito deverá optar entre o Subsídio de Vice- Prefeito ou o de Secretário Municipal, o qual deverá ser oficiado junto ao departamento de pessoal do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 002/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 002/2017  
De 02.01.2017

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente

o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Designar INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 003/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 003/2017  
De 02.01.2017

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Designar MARIVANE FATIMA BORDIGNON XAVIER, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.



Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 004/2017 DE 02/01/2017 NOMEIA VALDIR BRUNHEROTTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 004/2017

De 02.01.2017

“NOMEIA VALDIR BRUNHEROTTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre

nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear VALDIR BRUNHEROTTO, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 005/2017 DE 02/01/2017 NOMEIA ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 005/2017

De 02.01.2017

“NOMEIA ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

**PORTARIA Nº 006/2017 DE 02/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SADI GABRIELLI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.006/2017

DE 02/01/2017

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SADI GABRIELLI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SADI GABRIELLI pelo prazo de 30 dias, de 02/01/2017 A 31/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração

do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PORTARIA Nº 007/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 007/2017  
De 02.01.2017

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI, para exercer o Cargo de Coordenador de Programa, Código do Cargo 06.14, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 008/2017 DE 02/01/2017 NOMEIA ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 008/2017  
De 02.01.2017

“NOMEIA ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear ADEMAR ALMEIDA CARDOSO, para exercer o Cargo de Chefe de Setor, Código do Cargo 06.06, junto a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº 009/2017 DE 02/01/2017 NOMEIA, MARIANA KAHLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n. 009/2017  
De 02.01.2017

“NOMEIA, MARIANA KAHLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de



livre  
nomeação e exoneração.

#### D E C I D E:

Art. 1º - Nomear MARIANA KAHLER, para exercer o Cargo de Assessor de Administração, Código do Cargo 06.09, junto a Secretaria Municipal de Finanças, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

#### **PORTARIA Nº 010/2017 DE 02/01/2017 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA n.010/2017

DE 02/01/2017

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

#### RESOLVE

Art. 1º - Designar, a Servidora Publica Municipal INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS, gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - O respectivo Servidor não perceberá qualquer tipo de remuneração, gratificação ou vencimento pela designação, nem será causa de acumulação de função.

Art. 3ª - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 105/2016 de 02/05/2016.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 02 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2017 - EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Decreto Legislativo n. 001/2017

De 02/01/2017

"EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES"

JURACI A. XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e c/c Anexo IV da Lei Complementar 026/2013 e

CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica a Sra. MARITANA MADALOSSO, EXONERADA do Cargo em Comissão de Assessora de Imprensa e Comunicação da Câmara Municipal de Vereadores, com efeitos a partir do dia 02/01/2017.

§ 1º - Fica autorizado o pagamento de indenização de férias correspondente ao exercício 2016, conforme legislação vigente.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua

publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 02 de janeiro de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

#### **DECRETO LEGISLATIVO N. 002/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NATANA CINTHIA COVATTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIA EXECUTIVA – CC-03, JUNTO A SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Decreto Legislativo n. 002/2017

De 02/01/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NATANA CINTHIA COVATTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIA EXECUTIVA – CC-03, JUNTO A SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI A. XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e c/c Anexo IV da Lei Complementar 026/2013 e  
CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECRETA:

Art. 1º-Fica a Srta. NATANA CINTHIA COVATTI, nomeada para o exercício do Cargo em Comissão de Secretaria Executiva – CC-03, Código do Cargo 04.03, junto a Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários.

Parágrafo Único - Com a nomeação, a referida Servidora passa a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo IV da Lei Municipal Complementar n. 026/2013, com dedicação integral.

Art. 2º-O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.  
JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES  
Primeira Secretária

**DECRETO LEGISLATIVO N. 003/2017 - NOMEIA SERVIDORA RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA PARA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Decreto Legislativo n. 003/2017  
De 02/01/2017

"NOMEIA SERVIDORA RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA PARA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES"

JURACI A. XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e c/c Anexo IV da Lei Complementar 026/2013 e  
CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Sra. RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA, nomeada para o exercício do Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação – C.C., junto a Câmara Municipal de Vereadores, percebendo o vencimento constante no plano de cargos e salários.

Parágrafo Único - Com a nomeação, a referida Servidora passa a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo IV da Lei Municipal Complementar n. 026/2013, com dedicação integral.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.  
JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES  
Primeira Secretária

**DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2017 - DESIGNA A SERVIDORA NATANA CINTHIA COVATTI – SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES RESPONSÁVEL PELO MURAL PÚBLICO, CONFERIR E ATESTAR AS NOTAS FISCAIS DE PRODUTOS OU SERVIÇOS ADQUIRIDOS PELA CÂMARA DE VEREADORES**

Decreto Legislativo n. 004/2017  
De 02/01/2017

DESIGNA A SERVIDORA NATANA CINTHIA COVATTI – SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES RESPONSÁVEL PELO MURAL PÚBLICO, CONFERIR E ATESTAR AS NOTAS FISCAIS DE PRODUTOS OU SERVIÇOS ADQUIRIDOS PELA CÂMARA DE VEREADORES E PELO RECEBIMENTO E PROTOCOLO DE CORRÊSPONDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 39, XI do Regimento Interno da Câmara de vereadores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada NATANA CINTHIA COVATTI – Ocupante do cargo de Secretaria Executiva da Câmara Municipal de Vereadores, responsável pelo Mural Público, para conferir e atestar as notas fiscais de produtos e serviços adquiridos pela Câmara de Vereadores, atestar liquidação de despesas e responsável pelo recebimento e protocolo de correspondências da Câmara Municipal, tendo a atribuição de receber, assinar, protocolar e encaminhar ao setor ou pessoa a que se destina a correspondência, para que seja dado o devido atendimento.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES  
Primeira Secretária

**PORTARIA LEGISLATIVA N. 001/2017 - FIXA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE SERVIDORA EM TURNO ÚNICO DE 6 HORAS.**

Portaria n. 001/2017  
De 02/01/2017

“FIXA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE SERVIDORA EM TURNO ÚNICO DE 6 HORAS”

JURACI A. XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara; e

Considerando a necessidade de adequação das atividades administrativas da Câmara de Vereadores;

**RESOLVE:**

Art. 1º O exercício das atribuições do cargo de Secretário Executivo da Câmara de Vereadores ocupado pela servidora Natana Cinthia Covatti será exercido em turno único no horário das 07h00min às 13h00min.

Parágrafo Único: Em decorrência do horário previsto no caput deste artigo, os vencimentos da servidora ocupante do referido cargo, será calculado a base de 30 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 02 de janeiro de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES  
Primeiro Secretário

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01-2017 PMLM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/PMLM/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 17/01/2016 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e mobiliários para Centro de Educação Infantil do Barro Branco do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de Compromisso PAR Nº201401714 firmada com FNDE

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 07h00min as 13h00min, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller – SC, 03 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **ATA DA REUNIÃO SOLENE QUE DEU POSSE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES PARA A 14ª LEGISLATURA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC**

ATA DA REUNIÃO SOLENE QUE DEU POSSE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES PARA A 14ª LEGISLATURA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC.

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (01/01/2017), às dez horas, reuniu-se solenemente a Câmara Municipal de Lebon Régis, situada à Rua Waldir Ortigari, 509, nesta cidade de Lebon Régis, sob a Presidência do Senhor Vereador FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO, compondo a Mesa o Senhor DOUGLAS FERNANDO DE MELLO Prefeito Municipal eleito e Senhor CELSO LUIZ MACIEL Vice-Prefeito eleito. Após os Vereadores apresentarem diploma e entregarem declaração de bens, e ouvirem o hino nacional o Senhor Presidente invocou a proteção de Deus e declarou abertos os trabalhos da reunião, que contou com a presença de todos os Senhores Vereadores eleitos. O Senhor Presidente convidou o Vereador OSMAR COMPER para secretariar os trabalhos. Ato contínuo conferiu-se os diplomas e houve entrega das declarações de bens. O Senhor Presidente acompanhado pelos Vereadores proferiram o compromisso de posse, fim do qual o Senhor Presidente declarou empossados em seus cargos os Senhores Vereadores Clovis Schregele, Dirceu dos Santos Maiberg, Dorval Zanotto Filho, Francisco Jucelino Ribeiro, Ivonei Gois Querino, Joaquim Leonir Prestes Caetano, Osmar Comper, Osvaldo Siqueira e Vanderlei Antônio Cracco, seguindo ainda com assinatura do termo de posse. Logo após o Senhor Presidente solicitou ao Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para apresentarem diploma e entregarem declarações de bens, e em seguida proferiram o compromisso de posse, fim do qual o Senhor Presidente declarou empossado em seus cargos o Senhor Douglas Fernando de Mello Prefeito Municipal e Senhor Celso Luiz Maciel Vice-Prefeito, seguindo ainda com a assinatura do termo de posse. Concluída a posse dos Senhores Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Celso Luiz Maciel Vice-Prefeito, que cumprimentou o Prefeito eleito Douglas Melo e seus familiares, os Vereadores eleitos e empossados, sua família e demais autoridades presente, jovens, disse estar muito contente, pois era um dia muito importante de sua vida, pois receberam do povo a missão de administrar o município por quatro anos, cuidar das vidas das pessoas não é tarefa fácil pois existe muitos desigualdades e problemas sociais, mais são conhecedores dos problemas, e tem um projeto que irão de agora em diante nortear suas ações, precisamos unir o município o Estado e Governo Federal para alavancar o desenvolvimento do município, e assim diminuir e acabar com as desigualdades sociais, quer retribuir a atenção dada pelos moradores quando o receberam em suas casas, quer ser um vice, presente, atuante e companheiro, junto com o prefeito Vereadores secretários tem certeza que irão fazer uma grande administração, agradeceu a todos e encerrou. . Logo após fez uso da tribuna o Senhor Douglas Fernando de Mello Prefeito Municipal, que cumprimentou a o Presidente da Casa, os demais Vereadores empossados, seu vice Prefeito, e seus familiares, seu pai, mãe e todos de sua família, cumprimentou a todos e agradeceu as famílias que na campanha receberam ele com a sua equipe para apresentar sua proposta de governo, agradeceu todos os que nele votaram, que nele confiaram e lhe deram uma grande vitória, e lhe deram a oportunidade de administrar o município que ele tanto ama, pelos próximos quatro anos, prometeu ele o vice sua equipe e os Vereadores transformar Lebon Régis e melhorar a vida de cada cidadão, prometeu lutar e

trabalhar todos os dias para vencer sempre, e que todos terão na prefeitura não só o prefeito e vice prefeito e sim dois grandes amigos, agradeceu e deixou um forte abraço a todos e encerrou. .... Em seguida o Senhor Presidente convidou a todos para ouvirem o hino municipal e, conforme disposto no Artigo 7º do Regimento Interno da Câmara Municipal, suspendeu a Sessão pelo período máximo de trinta minutos, com objetivo de proceder a eleição da Mesa Diretora e membros das Comissões, convocando os Senhores Vereadores, para depois de decorridos o intervalo de tempo, se fizerem presentes. Reiniciado os trabalhos ora suspenso na forma regimental, e na seqüência, dando cumprimento ao que dispõe o Artigo 62, I, da Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pelo Artigo 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como, Resolução nº. 22/2010, de 15 de dezembro de 2010, Art. 3º, Parágrafo Único, procedeu-se a eleição da Mesa Diretora. O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Vereadores para apresentarem chapas tantos quantos achem necessários como candidatos para os cargos da Mesa Diretora. Logo após foi apresentado único requerimento pelos Senhores Vereadores Osmar Comper, Osvaldo Siqueira, Dirceu dos Santos Maiberg e Ivonei Gois Querino, com objetivo de concorrer a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2017/2018 composto com os seguintes Cargos: Presidente Vereador Osmar Comper, Vice-Presidente Vereador Osvaldo Siqueira, Primeiro Secretário Vereador Dirceu dos Santos Maiberg, Segundo Secretário Vereador Ivonei Gois Querino. Após leitura do requerimento único e estando de acordo com normas legais e regimentais o Senhor Presidente fez a chamada nominal dos Senhores Vereadores, para declarar seu voto. Concluída a votação constatou-se como resultado 09 (nove) votos favoráveis a Chapa Única. Em seguida o Senhor Presidente proclamou o resultado da eleição da Mesa Diretora, declarando eleito Presidente o Senhor Vereador Osmar Comper, Vice-Presidente o Senhor Vereador Osvaldo Siqueira, Primeiro Secretário o Senhor Vereador Dirceu dos Santos Maiberg e Segundo Secretário o Senhor Vereador Ivonei Gois Querino. O Senhor Presidente convidou o Presidente eleito Osmar Comper para tomar posse na Mesa Diretora e dar seqüência aos trabalhos. Assumindo a Presidência o Senhor Vereador Osmar Comper, cumprimentou a todos e agradeceu aos Senhores Vereadores pela confiança e que todos votaram nele para comandar a Casa pelos próximos dois anos, disse que irá continuar o trabalho sério e competente que o ex presidente vinha fazendo o Vereador Mauricio Passos Pinheiro e não irá medir esforços para ajudar o prefeito a melhorar as condições de vida da nossa população, deu prosseguimento aos trabalhos, convidando o Primeiro Secretário eleito Vereador Dirceu dos Santos Maiberg para compor junto a Mesa Diretora., Em seguida Informou da eleição das Comissões Técnicas conforme dispõe o Art. 27 do Regimento Interno da Casa, solicitando aos Senhores Vereadores para entregarem junto a Mesa Diretora requerimento com composição de chapas para concorrer às Comissões Técnicas. Logo após foi apresentado único requerimento pelos Senhores Vereadores Dorval Zanotto Filho, Osvaldo Siqueira e Joaquim Leonir Prestes Caetano, denominado Chapa nº 01, para concorrer a eleição às Comissões Técnicas da Câmara para o biênio 2017/2018, bem como para Comissão de Legislação, Justiça e Redação; Presidente Vereador Dorval Zanotto Filho, Relator Vereador Ivonei Gois Querino, Membro Vereador Joaquim Leonir Prestes Caetano. Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município; Presidente Vereador Osvaldo Siqueira, Relator Vereador Dorval Zanotto Filho, Membro Vereador Vanderlei Antônio Cracco. Comissão de Transportes, Comunicações, Obras e Serviços Públicos; Presidente Vereador Ivonei Gois Querino, Relator Vereador Osvaldo Siqueira, Membro Vereador Clóvis Schregele. Comissão de Educação,



Cultura, Esporte, Turismo, Saúde e Promoção Social; Presidente Vereador Osvaldo Siqueira, Relator Vereador Dorval Zanotto Filho, Membro Vereador Francisco Jucelino Ribeiro. Comissão de Economia, Agricultura, Indústria e Comércio; Presidente Vereador Ivonei Gois Querino, Relator Vereador Francisco Jucelino Ribeiro, Membro Vereador Joaquim Leonir Prestes Caetano. Após leitura do requerimento único e estando de acordo com normas legais e regimentais o Senhor Presidente fez a chamada nominal dos Senhores Vereadores, para declarar seu voto. Concluída a votação constatou-se como resultado 09 (nove) votos favoráveis a Chapa 01. Em seguida o Senhor Presidente proclamou o resultado da eleição das Comissões Técnicas declarando eleitos Presidentes, Relatores e Membros das Comissões em conformidade com a Chapa 01. Logo após o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Vereador Clóvis Scheregele, que cumprimentou a todos, prefeito eleito vice, Vereadores empossados, em especial a sua família pai, mãe esposa e filhos, agradeceu o seu partido o PT, por dar oportunidade de ele ter feito um trabalho no seu primeiro mandato, onde as pessoas aprovaram e lhe deram 497 votos para um segundo mandato, agradeceu seus eleitores, disse que irá continuar fazendo o seu trabalho, em prol de um Lebon Régis melhor, se colocou a disposição do prefeito equipe desejando a todos sucesso e uma grande e boa administração, agradeceu encerrou. Em seguida usou a tribuna o Senhor Vereador Dirceu dos Santos Maiberg, que cumprimentou a todos, em especial seus familiares e disse que era muito grande a sua emoção de estar assumindo uma cadeira no Legislativo, agradeceu as pessoas que nele votaram e prometeu trabalhar muito e não envergonhar-se, agradeceu e encerrou. Fazendo uso da tribuna o Senhor Vereador Dorval Zanotto Filho, cumprimentou o prefeito Douglas Melo seu Vice Prefeito Celso Maciel, os demais Vereadores empossados, publico presente e em especial sua família, esposa filhos, mãe e irmãos, agradeceu a todos os eleitores do município pela oportunidade de estar assumindo uma cadeira no Legislativo, fez um cumprimento especial aos eleitores que votaram nele, pediu um pouco de paciência a sua família pois sempre quando você se coloca a disposição para uma eleição já fica dedicado um tempo para os eleitores e agora também para as ações para melhorar o município, comentou sobre os dez anos que trabalhou aqui nesta Casa, isto o ajudou muito a melhorar e construir a pessoa que ele é, agradeceu os ex Vereadores que neste tempo passaram por aqui, prometeu que irá fazer de tudo que estiver em seu alcance, para melhorar este município que tanto ama, parabenizou o Vice prefeito e o Prefeito Douglas pelos pronunciamentos, pedindo que o prefeito mantenha esta emoção que passou em seu discurso, e nos seus atos lógico com responsabilidade e dentro da legalidade, a frente do executivo, desejou a todos um feliz e ótimo 2017 com muito sucesso a todos e realização agradeceu e encerrou. Usando a tribuna o Senhor Vereador Ivonei Gois Querino, cumprimentou a todos, agradeceu a Deus por estar aqui nesta Casa, agradeceu a sua família seus amigos, companheiros de serviço que lhe ajudaram muito, disse ao prefeito Douglas que é companheiro, vamos trabalhar serio e honesto e não vamos envergonhar quem votou neles, confessou que estava muito feliz por estar fazendo parte desta Casa, contente com as pessoas que apostaram nele, vai trabalhar muito e não vai decepcionar ninguém, disse estar feliz mais pena que seu pai não pode estar presente pois esta internado em Curitiba na UTI, pediu a Deus para que de tudo certo, agradeceu e encerrou. Usou a tribuna o Senhor Vereador Joaquim Leonir Prestes Caetano cumprimentando a todos, parabenizou o Vereador Osmar Comper pela eleição que irá comandar esta Casa pelos próximos dois anos, tem certeza que será bem conduzida como foi pelos ex presidentes que passaram por aqui, cumprimentou o ex. presidente Mauricio Passos Pinheiros e os ex Vereadores presente na Sessão, todos contribuíram para que este momento acontecesse, agradeceu a sua família que é a base da construção que lhe dá o suporte, pois seu nome já está a disposição a doze anos, agradeceu, pois sempre a disposição do município e a família fica de ladinho um pouco, agradeceu seus eleitores, disse que é Vereador não somente de uma quantia de votos e sim

do município todo, disse que sempre vai estar a disposição deste povo trabalhador que sai cedo buscar o pão de cada dia, das mãos calejadas, esta a disposição todos os dias deste povo, Lebonregense, disse que seus pleitos sempre foi pensando no bem estar deste povo, disse estar muito feliz pois agora estamos vivendo um novo projeto de vida para o nosso povo, do povo mais sofrido e mais humilde, pediu a todos e ao prefeito que a bandeira de hoje em diante seja o município de Lebon Régis, desejou um feliz ano novo a todos e agradeceu encerrando. Fez uso da tribuna o Senhor Vereador Osvaldo Siqueira cumprimentando a todos, que cumprimentou todas as autoridades, o publico presente disse que estava muito contente e feliz e honrado, de estar assumindo a função de Legislador do município pela segunda vez, quer ser um Vereador para trabalhar para o povo para a nossa cidade, desejou ao prefeito ao vice prefeito e equipe sucesso a todos, pois com a equipe que esta sendo montada com os Vereadores aqui desta Casa, tem certeza que este projeto vai ter sucesso, o povo só tem que ter um pouco de paciência, pois não é já no começo que iremos alcançar o resultado que todos querem, agradeceu a Deus pelo dom da vida e agradeceu sua família pelo apoio nos momentos difíceis no dia a dia, que lhe amparam, agradeceu os 381 eleitores que lhe confiaram para representa-los aqui na Câmara, disse ser seu dever e obrigação respeitar e cumprir as Leis, lutará com todas as forças para conseguir resultado de uma vida digna a todos os cidadãos de Lebon Régis, quer contribuir para que o município cresça e gere oportunidades e avance na diminuição do desemprego e moradia e acabe com os bolsões de pobreza, desejou a todos um 2017 de muito sucesso a todos, agradeceu e encerrou. Fazendo uso da tribuna o Senhor Vereador Vanderlei Antonio Cracco cumprimentou o Prefeito Douglas o Vice Celso e todos os Vereadores empossados, agradeceu a Deus por estar neste momento, agradeceu sua família, agradeceu os 362 pessoas que lhe confiaram e votaram nele, e que todos não iram se envergonhar de terem lhe votado como fez no mandato passado, só que agora irá assumir uma secretaria de agricultura para poder ajudar as pessoas e o município, vai se afastar do cargo de Vereador mais vai trabalhar mais ainda em frente do município, ajudando a todos na secretaria pois o nosso município o carro chefe é agricultura, acredita que com a nova equipe de Prefeito vice Vereadores e secretario Lebon Régis vai andar, pediu proteção de Deus a todos e que este ano de 2017 seja um ano de muitas realizações, agradeceu e encerrou. Usou a Tribuna o Vereador Jucelino Ribeiro, que cumprimentou o Presidente, os colegas Vereadores, o Prefeito Douglas seu Vice Celso Maciel, seus familiares e demais autoridades presente, e o publico presente, agradeceu a Deus e a sua família e todas as pessoas que lhe confiaram e seu voto e lhe conceder pela primeira vez assumir como Vereador no nosso município, disse que quer continuar a trabalhar para melhores condições de vida da nossa população, e pretende ser a voz dos mais necessitados, disse que a política e a única forma de trazer mudanças substanciais para a nossa sociedade, disse ser um dia muito importante para ele e seus familiares, pois pretende trabalhar bastante para o desenvolvimento do nosso município, e melhorando a qualidade de vida de todos os cidadãos, suas ações se somarão com as do prefeito e de seus pares, se dicará a Lebon Régis que é seu grande objetivo, não se distanciará dos princípios éticos e trabalhará sempre para o bem de todos, continuará sendo a pessoa que sempre foi, que todos lhe conhece, simples companheiro com muita honra, saberá representar neste parlamento seu partido o PSDB, e a população do município em especial aqueles que lhe votaram, sua posição será de harmonia com os colegas Vereadores, Retomando a palavra o Senhor Presidente cumprimentou a todos, haverá espaço na sua tribuna para o apoio ao prefeito ou para a oposição, que sejam as ações constantes e serias, que surjam as criticas mais que elas sejam justas, e que aja a independência dos poderes, pois na sua opinião quem manda na cidade é o povo, espera que esta Casa cumpra com suas obrigações com transparência e se levante contra os mesquinhos privilégios, tem certeza que não haverá espaço para pessoas que se omitirem contra a vontade popular, espera que esta Casa seja pulsar de ideias e



que o município seja cada vez mais progressista, disse estar preparado para desempenhar o mandato que as urnas lhe confiaram, agradeceu em especial os moradores do interior do município, no qual sempre se identificou no correr de seus trabalhos, agradeceu o ex prefeito Labas que lhe confiou como secretário de saúde por quase oito anos, agradeceu os servidores da secretaria de saúde pelo bom trabalho que sempre desempenharam, agradeceu aos 492 votos que lhe confiaram o mandato, desejou a todos um feliz 2017, encerrou. O Presidente convidou o vice presidente Osvaldo Siqueira para assumir os trabalhos da Sessão pois iria usar a palavra. Usou a Tribuna o Vereador Osmar Comper, que cumprimentou o Prefeito Douglas, Vice Celso, os colegas Vereadores o publico presente, agradeceu a confiança de todos os Vereadores, para dirigir esta Casa como Presidente, saudou os ex Vereadores, ex Presidente desta Casa Vereador Mauricio Passos Pinheiro, saudou os ex. prefeitos presentes na Sessão, agradeceu a Deus por mais esta oportunidade de aqui estar e assumir pela 6ª vez como Vereador, cumprir seu mandato como Legislador, através de seus filhos Thayrine Julian e sua mãe que hoje esta completando 82 anos, agradeceu toda a sua familia, agradeceu ao Dr. Ricardo, em nome do Felipe e André agradeceu a familia Bortolini, Familia Rossi, familia Melo, Luiz Grazziotim e Sidney familia Grazziotim, Dirceu e Alex familia Barzzotto, Familia Souza em nome do Loir e Zenilda, familia Moreira, familia Pinheiro, em nome do Jean a familia Silveira, agradeceu a todos que somar assim 315 votos, que o fizeram eleito para ocupar uma cadeira neste Legislativo, esta Casa Legislativa respeitando a posição de cada um dos Senhores Vereadores aqui não medirá esforços para atender as reivindicações que com certeza serão para o melhor desenvolvimento do município, acredita na capacidade do prefeito e sua equipe para administrar o município, o nosso Lebon Régis esta em melhores mãos que o povo escolheu e se orgulha também de ser eleito pelos demais Vereadores para dirigir esta Casa na qualidade de presidente, fará jus e o credito a ele dado e continuará o trabalho iniciado aqui pelo Vereador Mauricio, desejou a todos um feliz 2017 com muita saúde e paz, e que Deus abençoe a todos agradeceu e encerrou. Finalizando o Senhor Presidente novamente agradeceu a presença de todos convidando para uma próxima Reunião Ordinária, que realizar-se-á na data de primeiro de fevereiro de dois mil e dezessete, (01/02/2013). Eu ... (Dirceu dos Santos Maiberg) Secretário, mandei digitar a presente Ata que vai por todos assinada, bem como a integra da Sessão fica arquivada (gravada) a disposição dos Senhores Vereadores e do publico, mediante requerimento aprovado pelo Presidente.

## **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2016**

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n. 02/2016**

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO do Município de Lebon Régis/SC, representado por seu Presidente da Comissão Permanente de Licitações nomeado pela portaria Nº. 0566/2016, torna público a instauração de Processo de Inexigibilidade de Licitação para procedimento de CHAMADA PÚBLICA para o credenciamento de pessoas jurídicas, e ou físicas para prestação de serviços Médicos na área de Clínico Geral, em regime de plantões presenciais na entrada de emergência do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis. Justificado pela necessidade dos usuários do SUS e pela falta destes profissionais no quadro de vagas do Município. Em conformidade com a lei 8.666/93 art.25. Obtenção de informações do Edital de Chamamento no site da prefeitura: [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou diretamente no Setor de Contabilidade do Hospital, ou pelo fone/fax: (49) 3247-0144. Lebon Régis, 27 de Dezembro de 2016.

Amauri Antônio Grazziotin-Presidente da CPL.

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS PERANTE ÀS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A E DO BANCO BRADESCO S/A”

A Mesa Diretora, através de seu Presidente, OSMAR COMPER, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulga o presente Decreto.

Art. 1º. Fica estabelecido que todas as contas bancárias da Câmara Municipal de Lebon Régis, junto às agências do Banco do Brasil S/A e Banco Bradesco S/A. neste município, serão movimentadas pelas pessoas ocupantes dos cargos abaixo discriminadas:

a) Presidente da Mesa Diretora, em conformidade com o art. 21 do Regimento Interno.

b) Pelo ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, em conformidade com o art. 21 da Lei Municipal n. 045 de 27 de junho de 2006.

Art. 2º. As pessoas ocupantes dos cargos acima descritos ficam autorizadas isoladamente realizar as seguintes transações:

- I - Solicitar saldo e extratos bancários;
- II - Requisitar talonários de cheques;
- III - Retirar cheques devolvidos;
- IV - Endossar Cheques;
- V - Sustar/emitir contraordem de cheques;
- VI - Cancelar cheques;
- VII - Baixar cheques;
- VIII - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- IX - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

Art. 3º. As pessoas ocupantes dos cargos descritos nas alíneas “a” e “b” do art. 1º poderão conjuntamente realizar, sendo necessário, no mínimo as assinaturas eletrônicas ou físicas, as seguintes transações:

- I - Efetuar Saques;
- II - Efetuar pagamentos por meio eletrônicos;
- III - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- IV - Efetuar transferências para a mesma titularidade;
- V - Encerrar conta de depósitos;
- VI - Emitir cheques;
- VII - Abrir contas para depósitos;
- VIII - Autorizar cobrança;
- IX - Movimentar conta corrente por meio físico ou eletrônico;

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,  
Registre-se  
SALA DAS SESSÕES, 03 de janeiro de 2017.  
OSMAR COMPER  
Presidente

Dirceu dos Santos Maiberg  
1º. Secretário

**DECRETO Nº 002/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017**  
DECRETO Nº 02/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO PERANTE ÀS AGÊNCIAS BANCÁRIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga o presente Decreto.

Art. 1º. Fica estabelecido que todas as contas bancárias do município de Lebon Régis - SC, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo da Infância e Adolescência e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, junto a todas as Instituições Financeiras, serão movimentadas pelas pessoas abaixo discriminadas:

a) CNPJ nº 83.074.310/0001-88 serão movimentadas pelo Prefeito Municipal, Tesoureiro Municipal e Secretário de Administração e Finanças;

b) CNPJ nº 11.218.128/0001-42 serão movimentadas pelo Prefeito Municipal, Tesoureiro Municipal e Secretário Municipal de Saúde (Gestor);

c) CNPJ nº 12.977.892/0001-64 serão movimentadas pelo Prefeito Municipal, Tesoureiro Municipal e Secretário Municipal de Bem Estar Social (Gestor);

d) CNPJ nº 02.254.255/0001-06 serão movimentadas pelo Prefeito Municipal, Tesoureiro Municipal e Secretário Municipal de Bem Estar Social (Gestor);

e) CNPJ nº 19.417.282/0001-55 serão movimentadas pelo Prefeito Municipal, Tesoureiro Municipal e Secretário de Administração e Finanças;

Art. 2º. Os responsáveis relacionados no artigo primeiro poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- I – Consultar e Solicitar saldo e extratos bancários, de contas correntes e investimentos;
- II – Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- III – Requisitar talonários de cheques;
- IV – Retirar cheques devolvidos;
- V – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VI – Emitir comprovantes;
- VII – Encerrar contas;
- VIII - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- IX – Baixar cheques;
- X – Abrir contas correntes e investimentos;

Art. 3º. Os responsáveis realizarão em conjunto as seguintes transações, sendo necessário, no mínimo as assinaturas eletrônicas ou físicas, de dois dos autorizados às movimentações:

- I - Efetuar pagamentos por meio eletrônicos;
- III - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- IV – Liberar arquivos de pagamento no Gerenciador Financeiro;
- V - Efetuar transferência (física e eletrônica) para a mesma titularidade;
- VI - Emitir cheques;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,  
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 03 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
DECRETO Nº. 001/2017 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS COM LOTAÇÃO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos Municipais lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, no período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, com exceção aos servidores relacionados no Art. 2º do presente Decreto, os quais continuaram a executar suas atividades normais.

Art. 2º - Não serão concedidas férias aos seguintes Servidores lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto:

- Aleia Aparecida Preto – Professor pós Graduado.
- Adriana Ferlin Melo – Recepcionista.
- Alberto dos Santos – Vigia.
- Alessandro Granemann Souza – Motorista de Veículo Escolar.
- Jacqueline Antunes Dal Mas Belli – Professor pós Graduado.
- Odinei Martins – Professor pós Graduado.
- Vasconcelo Carlin da Silva – Motorista de Veículo Escolar.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no mural municipal e no DOM

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
PORTARIA Nº 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MAURICIO PASSOS PINHEIRO, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

**PORTARIA Nº 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR VANDERLEI ANTONIO CRACCO, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, com lotação na Secretaria de Planejamento e Habitação, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR DJALMA MARCO DA ROCHA, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 005/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR NILCEIA DO VALE ROCHA HANNA, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA DO BEM ESTAR SOCIAL, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 006/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR NADIA APARECIDA MACIEL, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
PORTARIA Nº 007/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JULIO CEZAR GOMES, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
PORTARIA Nº 008/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARILCE DAVID, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 009/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
PORTARIA Nº 009/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ALICE GOMES DA ROCHA, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA DE GABINETE DO PREFEITO, com lotação no Gabinete do Prefeito, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 010/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**  
PORTARIA Nº 010/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR RICARDO ADRIANO DRIESSEN, para ocupar o cargo de ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO, com lotação no Gabinete do Prefeito, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 02 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2016  
CARTA CONVITE Nº. CV-1/2016

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado MG-ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELLI-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Arthur Barth, 245, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 19.564.211/0001-85, neste ato, representada por seu sócio-gerente, Sr. Célio Volmir Granemann, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a cláusula NONA do Contrato n. 3/2016 para aditamento em 25 % (Vinte e cinco por cento) de todos os itens, permanecendo o valor unitário licitado, e o prazo de vigência para até 28/02/2017, justificada pelo art. 57 da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Fica mantida a cláusula quinta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.30.07

VALORADITADO: R\$ ( ).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 30 de Dezembro de 2016.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio  
Moacir G. V. Furtado

MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELLI-ME  
Célio Volmir Granemann  
Sócio-Gerente

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

ADVOGADO  
OAB/

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2016**

Dispõe sobre a aprovação da proposta de participação do município de Lebon Régis, por meio da COOPROESTE, no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, no ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada na data de 07 de dezembro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Resolve:

Art. 1º: APROVAR a proposta, apresentada pela Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização União do Oeste – COOPROESTE, de participação do município de Lebon Régis no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, no ano de 2017.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 07 de dezembro de 2016.  
Angelina Rossa Spautz  
Presidente CMAS

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 3/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2015

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE , e de outro lado CLÍNICA RADIOLÓGICA BELA VISTA S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, lado Par, 597, Bairro Bela Vista, cidade de São José-SC, inscrito no CNPJ 13.397.339/0001-15, neste ato, representada por seu Sócio-gerente, Senhor Richardson Cezário David , a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a cláusula DÉCIMA do Contrato n. 3/2015, para modificar o prazo de vigência para até 21/12/2017, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica mantida a cláusula SEXTA para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO 2.065	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA- 94	CÓDIGO
	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.39.50

VALOR CONTRATO: R\$ 59.550,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 21 de Dezembro de 2016.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio  
Moacir G. V. Furtado

CLÍNICA RADIOLÓGICA BELA VISTA S/S LTDA Richardson C. David

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

ADVOGADO  
OAB/

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 3/2015

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE , e de outro lado J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua XV de Novembro, 355, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 08.542.283/0002-96, neste ato, representada por seu Diretor, Fabiano Martinello , a seguir



denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a cláusula OITAVA do Contrato n. 5/2015, para modificar o prazo de vigência para até 21/12/2017, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Fica mantida a cláusula quarta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO 2.065	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA- 94	CÓDIGO
	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.39.50

VALOR DO CONTRATO: R\$ 73.442,50 (Setenta e treis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 21 de Dezembro de 2016.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio  
Moacir G. V. Furtado

J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA  
Fabiano Martinello  
Diretor

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

ADVOGADO  
OAB/

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, e para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 16 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 03/01/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.866/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.866/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009;

#### DECRETA

Art. 1º - Nomear FABIANO BIEZUS FRARE, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

### DECRETO Nº 2.867/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.867/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

#### DECRETA

Art. 1º Ficam designados Pregoeiros, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2017, conforme abaixo:

I – Leonardo Junior Cavallier

II – Edison Domingos Giron

III – Josemar Techio

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2017, conforme abaixo:

I. Janaina Dalla Vechia, como membro;

II. Diego Frare, membro;

III. Antônio Carlos Vicente, membro;

IV. Loiri Rech, membro;

V. Geneci Dellai, membro;

VI. Marciane Agustini, membro;

VII. Orvane Gherke Zanatta, membro;

VIII. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro;

IX. Sandra Regina Zuanazzi, membro;

X. Gabriela Fernanda Grisa, membro;

XI. Joana Caroline Spricigo, membro;

XII. Fernanda Ramos, membro;

XIII. Sandra Pereira, membro;

XIV. Robson da Silva, membro;

XV. Felipe Augusto Bottcher, membro;

XVI. Ocedir Roque Proinelli, membro;

XVII. Odair Von Dentz, membro;

XVIII. Ronaldo Zuanazzi, membro;

XIX. Elanine Pescador, membro;

XX. Marisa Carbori, membro;

XXI. Edna Cristina Kappke, membro

Art. 3º Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º A Atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, suas atribuições e impedimentos são os definidos em Lei Federal que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2.755/2016, de 04 de Janeiro de 2016 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.  
Em 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

### DECRETO Nº 2.868/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 2.868/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

I. Edison Domingos Giron, como Presidente;

II. Leonardo Júnior Cavalier, como Vice – Presidente;

III. Josemar Tecchio, como Secretário;

IV. Janaina Dalla Vechia, como membro;  
V. Diego Frare, membro;  
VI. Antônio Carlos Vicente, membro;  
VII. Loiri Rech, membro;  
VIII. Geneci Dellai, membro;  
IX. Marciane Agustini, membro;  
X. Orvane Gherke Zanatta, membro;  
XI. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro;  
XII. Sandra Regina Zuanazzi, membro;  
XIII. Gabriela Fernanda Grisa, membro;  
XIV. Joana Caroline Spricigo, membro;  
XV. Fernanda Ramos, membro;  
XVI. Sandra Pereira, membro;  
XVII. Robson da Silva, membro;  
XVIII. Felipe Augusto Bottcher, membro;  
XIX. Ocedir Roque Proinelli, membro;  
XX. Odair Von Dentz, membro;  
XXI. Ronaldo Zuanazzi, membro;  
XXII. Elanine Pescador, membro;  
XXIII. Marisa Carbori, membro;  
XXIV. Edna Cristina Kappke, membro.

Art. 2º A Atuação da Comissão Permanente de Licitações, suas atribuições e impedimentos são os definidos no art. 6º, XVI, com o artigo 9º, § 4º e com o art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 3º Os integrantes da Comissão não terão direito a qualquer remuneração, vantagem pecuniária ou gratificação, pelo desempenho do presente mandato, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 4º Na ausência do Presidente o certame licitatório será presidido pelo Vice-presidente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2.754/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.  
Em 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

#### **DECRETO Nº 2.869/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.869/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009,

DECRETA

Art. 1º - Nomear JOICE MARI DALL'ACQUA PAGNO, para exercer o

cargo de Diretora de Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em, 02 de Janeiro de 2017.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

#### **DECRETO Nº 2.870/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.870/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SUPERVISOR DE COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009;

DECRETA

Art. 1º - Nomear OLIRIA OLIVETE WEBER LOCATELLI, para exercer o cargo de Supervisora de Comunicação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em, 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

#### **DECRETO Nº 2.871/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 2.871/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009;

## DECRETA

Art. 1º - Nomear IVONILSO VENANCIO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em, 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.872/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 2.872/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009;

## DECRETA

Art. 1º - Nomear ÍTALO ZANELATTO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.873/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 2.873/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA DIRETOR MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009;

## DECRETA

Art. 1º - Nomear ADILSON MORETTO, para exercer o cargo de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.874/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.874/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009,

## DECRETA

Art. 1º - Nomear NEURA FRARE GRANDI, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em, 02 de Janeiro de 2017.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.875/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.875/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA DIRETORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009,

## DECRETA

Art. 1º - Nomear JUDITE BRUNIERA, para exercer o cargo de Diretor do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 02 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em, 02 de Janeiro de 2017.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.876/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.876/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2017 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, III, C/C art. 113, I “a”, bem como Art. 249 da Lei Complementar nº 085/2005, de 24 de outubro de 2005 (Código Tributário Municipal);

Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM do exercício 2016;

Considerando o percentual de 7,38% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro a novembro de 2016;

## DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 223,16 (duzentos e vinte e três reais e dezesseis centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM no exercício de 2017.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 02 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**DECRETO Nº 2.877/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.877/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, VI, da Lei Orgânica deste Município e Lei Complementar nº 249/2015, de 02 de Abril de 2015;

## DECRETA

Art. 1º Nomear VILMA DE SOUZA, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado, a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se  
Em, 02 de Janeiro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**DECRETO Nº 2.878/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 2.878/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

ESTABELECE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO E DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 12 da Lei Municipal 1.335/2016, que Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2017, combinado com o inciso III do parágrafo primeiro do artigo 8 da Lei complementar 101/2000,

## DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução bimestral de desembolso do Orçamento para o exercício de 2017, definidos no anexo I.

Art 2º Fica estabelecido o desdobramento das receitas previstas no orçamento para o exercício de 2017, em metas bimestrais de arrecadação definidos no anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 03 de janeiro de 2017



Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**ANEXO I****CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO - (ART. 8 LRF)**

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
3.243.332,10	3.243.332,10	3.243.332,10	3.243.332,10	3.243.332,10	3.243.339,50	19.460.000,00

**ANEXO II****METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - (ART. 13 LRF)**

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
3.383.824,52	3.098.061,17	3.442.131,20	3.054.733,94	3.088.389,50	3.392.859,67	19.460.000,00

**DECRETO Nº 2.879/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 2.879/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA OS RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS MUNICIPAIS NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Servidores Públicos Municipais, para movimentarem as contas bancárias municipais na agência do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais agências bancárias em que o município de Lindóia do Sul realiza operações, conforme segue:

- I. Contas da Prefeitura Municipal: Genir Loli e Diego Frare;
- II. Contas do Fundo Municipal de Saúde: Fabiano Biezu Frare e Diego Frare;
- III. Contas do Fundo Municipal de Assistência Social: Joice Mari Dall'Acqua Pagno e Diego Frare;
- IV. Contas do Fundo Municipal de Infância e Adolescência: Joice Mari Dall'Acqua Pagno e Diego Frare;

§1º As operações especificadas no artigo 1º poderão ser realizadas na sede das agências bancárias ou por meio eletrônico.

§2º Nas transações de transferência de valores entre contas bancárias, pagamentos e liberação de arquivos-remessa relacionados à folha de pagamento e fornecedores será obrigatório a utilização de duas assinaturas e as demais transações bancárias poderão ser realizadas mediante utilização de uma assinatura.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 2.733/2015, de 30 de Outubro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em, 03 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

# Luzerna

## PREFEITURA

### 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 089/2014

Contrato pml.089.14

Décimo Termo Aditivo

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/nº, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE, de um lado, e, de outro lado, a ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, com sede na Av. Barão do Rio Branco, nº 56, 2º andar, sala B, Centro, em Joaçaba(SC), neste ato representado por seu sócio administrador, ANDRÉ LEMOS VIEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, maior, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 3.808.914, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.240.709-40, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e Cláusula Oitava do contrato pml.089.14 ajustam entre si o presente o DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO., mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do cronograma de execução do Contrato PML.089.14 até 30 de junho de 2017, prazo destinado a conclusão do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aos consertos e adequações necessárias para a conclusão da obra em observâncias as diretrizes fixadas no projeto da obra.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ANDRÉ LEMOS VIEIRA  
ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### ATA DE RECONDUÇÃO AO CARGO DE PREFEITO DE LUZERNA

ATA Nº 001/17

TERMO DE RECONDUÇÃO AO CARGO DE  
PREFEITO DE LUZERNA

Ao primeiro dia (1º) dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete (2017), às 09h30min, nas dependências do Centro de Eventos São João Batista de Luzerna(SC), realizou-se a cerimônia de recondução ao cargo de Prefeito de Luzerna, em virtude da reeleição no pleito de 2016 do Senhor MOISÉS DIERSMANN, reassumindo a chefia do Poder Executivo Municipal, apresentando neste ato os documentos listados no art. 67 da Lei Orgânica do Município. E, para constar foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelo reconduzido, Excelentíssimo Senhor MOISÉS DIERSMANN e pelas demais autoridades presentes à solenidade.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 114/2016 - PP 080/2016 - COMBUSTIVEL E LAVAGEM - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 114/2016 - PML

Pregão nº 080/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 114/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis e serviços de lavagem destinada a frota oficial do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, durante o exercício de 2017, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA;

- Valor total: R\$740.750,00

Luzerna (SC), 4 de janeiro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PORTARIA 001/17**

PORTARIA Nº 001/17 de 03 de janeiro de 2017.

"TORNA SEM EFEITOS PORTARIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 107/16 de 06 de junho de 2016 que nomeou a servidora GABRIELA MAZZARINO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Setor de Saúde, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Secretária de Saúde e Bem Estar Social, Nível DAS-CC-1, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004, a partir de 03 de janeiro de 2017, retornando ao cargo de origem.

Art.2º- TORNA SEM EFEITOS a Portaria nº 108/16 de 06 de junho de 2016 que designou a servidora GABRIELA MAZZARINO, como Gestora/Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde/FMS e do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 03 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 002/17**

PORTARIA Nº 002/17 de 03 de janeiro de 2017.

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI para responder pelo cargo de provimento em comissão de Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Nível CC-1, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004, com percepção do subsídio fixado em Lei para os cargos de Secretários Municipais, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 03 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 003/17**

PORTARIA Nº 003/17 de 03 de janeiro de 2017.

"DESIGNA GESTOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o servidor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, Secretário de Saúde e Bem Estar Social como Gestor/Coordenador do Fundo Municipal de Saúde/FMS e do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 03 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1616

DECRETO Nº 1616, de 03 de janeiro de 2017.

Autoriza servidor público municipal a realizar Movimentações financeiras em instituições financeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA-SC, no uso das suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeira onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor público municipal SEVERINO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único – O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Os poderes elencados pelo servidor citado no artigo 1º serão:

- I. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II. Efetuar transferências por meio eletrônico;
- III. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV. Abrir contas de depósito;
- V. Liberar arquivos de pagamento no GFN/ASP;
- VI. Emitir cheques.

Art 3º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas no art 1º deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ :

- I – 95.992.020/0001-00 – Município de Macieira SC
- II – 01.996.270/0001-67 – Fundo Municipal de Saúde
- III – 01.739.381/0001-98 – Fundo Municipal de Assistência Social
- IV – 02.408.670/0001-77 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 03 de janeiro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

**Decreto nº 004/2017**

DECRETO Nº 4, DE 3 DE JANEIRO DE 2017

Constitui Comissão Municipal de Licitações do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para constituir a Comissão Municipal de Licitações do Município de Maravilha/SC, para o exercício de 2017, sendo:

I - Presidente: Juliano Fagan

II - Membros: Elton Schmidt

Cleiton Borgaro

III - Suplentes: Julia Gabriela Schwerz

Caroline Gobbi

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 005/2017**

DECRETO Nº 4, DE 3 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 3 de janeiro a 2 de abril de 2017, LILIANE ALVES DE MELLO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 076.749.409-18, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Meleiro

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 010-2017**

DECRETO Nº 010/2017

TRATA DA CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC.

EDER MATTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica Constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2017, da Secretaria Municipal de Educação, integrada pelos Senhores, DAIANI MACARINI, ANELIZE TOLDO FRANCISCO e VILMAR MOTA TRISTÃO, para sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 001/2017, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, SC 03 de janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

**DECRETO Nº012-2017**

DECRETO nº 012/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO SAMAE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, inciso I, e Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1186/2006 e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O senhor ELOIR CORNEO, para ocupar o cargo em comissão de Diretor do SAMAE, do quadro de Pessoal Comissionado do SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º O Decreto nº005/2017 publicado no DOM edição nº 2160 do dia 03/01/2017 onde se lê JONNEI ZANETTE leia-se EDER MATTOS.

Meleiro, 03 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 006-2017**

DECRETO n.º 006/2017

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES - CJL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Senhora SANDRA SIMON PEREIRA, a Senhora ANELISE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO e o Senhor ROSINEI PAULINO ROCHA para sobre a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES – CJL, em caráter permanente para abertura e julgamento das propostas, objeto de licitações e julgamento de pedidos de cadastros e fornecedores, expedidos pela Administração Municipal e seus Fundos.

Artigo 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Artigo 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4.º Revoga-se o Decreto n.º 046/2016, de 21 de junho de 2016 e demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 03 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 007-2017**

DECRETO n.º 007/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO “PREGÃO”.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Senhora ANELISE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO como Pregoeira, e o Senhor JULIO CESAR DE OLIVEIRA e a Senhora JAQUELINE MARTINS WALNIER para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a



adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Artigo 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Artigo 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4.º Revoga-se o Decreto n.º 052/2015, de 22 de junho de 2015 e demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 03 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001-1-2017 EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001-2017 REGISTROS CADASTRAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo nº: 001-1/2017

Modalidade: Chamamento Público nº 001/2017

Tipo: Cadastro de Fornecedores

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que encontra-se aberto, a partir desta data, o processo administrativo supracitado, objetivando o cadastro de fornecedores de bens e serviços, que atendam as condições legais e do edital, interessados em contratar com o Município de Modelo/SC.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, localizado na Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08h:00min às 12h:00min, e das 13h:30min às 17h:30min, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 004-2017 SILAGEM**

Decreto nº 004/2017 de 03/01/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1755/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1755/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 051/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÁQUINAS PARA CORTE E TRANSPORTE DE SILAGEM PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor da seguinte empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
VALDERES JANDT EIRELI ME	126.250,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2017 SILAGEM**

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 1755/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 051-2016

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa Valderes Jandt Eireli ME, inscrita no CNPJ nº 23.809.237/0001-13, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 051/2016, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÁQUINAS PARA CORTE E TRANSPORTE DE SILAGEM PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, sendo:

Item	Descrição	Und	Qtd.	Vlr. Unit. Município	Vlr. Unit. Agricultor	Vlr. Unit. Total	Vlr. Total
1	Serviço de corte de silagem (01 linha)	h	550	54,00	86,66	140,66	77.363,00
2	Serviço de corte de silagem (02 linhas)	h	950	59,00	92,33	151,33	143.763,50
3	Serviço de transporte de silagem	h	750	54,00	63,66	117,66	88.245,00

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003-2017 MECÂNICA**

Extrato de Contrato nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 012/2016

Pregão nº 010/2016

Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA

Valor: R\$ 144.285,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 004-2017 MECÂNICA**

Extrato de Contrato nº 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 012/2016

Pregão nº 010/2016

Contratada: AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA

Valor: R\$ 48.945,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 005-2017 MECÂNICA**

Extrato de Contrato nº 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 012/2016

Pregão nº 010/2016

Contratada: GB VEÍCULOS LTDA

Valor: R\$ 20.790,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório

supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 006-2017 COMBUSTÍVEIS FMS**

Extrato de Contrato nº 006/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 822/2016  
Pregão nº 041/2016  
Contratada: JACOBY E JACOBY LTDA  
Valor: R\$ 7.400,79

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC, ERNO MICHIELIN, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.

ERNO MICHIELIN  
Gestor do FMS

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 007-2017 HORA MÁQUINA ESCAVADEIRA**

Extrato de Contrato nº 007/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 808/2016  
Pregão nº 040/2016  
Contratada: TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI ME  
Valor: R\$ 42.275,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, RETRO ESCAVADEIRA TRAÇADA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 008-2017 HORA MÁQUINA ESCAVADEIRA-TRATOR-CAMINHÃO**

Extrato de Contrato nº 008/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 808/2016  
Pregão nº 040/2016  
Contratada: MODELMAQ TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA  
Valor: R\$ 94.725,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, RETRO ESCAVADEIRA TRAÇADA, TRATOR DE ESTEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 01.2017 ALTERA HORÁRIO

DECRETO Nº 01/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de expediente no âmbito da administração municipal, a partir do dia 02 de janeiro de 2017, sendo o novo horário das 07:00 às 12:00 hs, de Segunda a Sexta feira.

Art. 2º. Excetuam-se deste decreto a Secretaria Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras, Dmae pelo motivo de prestarem serviços essenciais de Saúde e Educação a comunidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 02 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 02.2017 HORÁRIO ATENDIMENTO PÚBLICO

DECRETO Nº 02/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

"ALTERA O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELA ADM CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de atendimento ao público pela Administração Municipal Central da Prefeitura para o mês de janeiro/2017 para o horário das 10h00 às 12h00, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º. Excetuam-se deste decreto a Secretaria Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras, Dmae pelo motivo de prestarem serviços essenciais de Saúde e Educação a comunidade.

Art. 3º. O expediente de trabalho interno dos servidores permanece inalterado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 03 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1036/2016

PROJETO DE LEI Nº 1036/2016

"CRIA A CASA DA CULTURA DE MONTE CARLO, ESTABELECE SUA VINCULAÇÃO ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL, DEFINE SUAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS!"

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, faz saber à todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO, DA VINCULAÇÃO ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL E DAS FINALIDADES

#### SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO

Art. 1º. Fica criada e instituída como órgão público integrante da Estrutura Administrativa, a casa da Cultura do Município Monte Carlo, a qual terá a sua organização e funcionalidade disciplinada por esta lei e por Regulamentos que forem expedidos para a sua fiel execução.

#### SEÇÃO II

DA VINCULAÇÃO ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL

Art. 2º. A Casa da Cultura criada e instituída por esta lei, para efeitos financeiros, orçamentários, administrativos e hierárquicos, terá a sua funcionalidade vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e ao Departamento de Cultura.

Art. 3ª A Casa da Cultura funcionará em local de livre acesso ao público e que lhe for destinado pela Administração Municipal e terá o seu acervo constituído por fotografias, pinturas, quadros, livros, publicações, documentos, discos, filmes, instrumentos, peças de cerâmica, utensílios domésticos e de quaisquer outros objetos, que sejam considerados de valor histórico e cultural do Município de Monte Carlo.

#### SEÇÃO III

DAS FINALIDADES

Art. 4º A Casa da Cultura de que trata esta lei, tem a sua criação e instituição pautada nas seguintes finalidades:

I – atender, garantir, e assegurar os princípios, normas e propósitos estabelecidos e delineados nos Artigos 192 a 198 da Lei Orgânica do Município;

II – resgatar, proteger, restaurar, abrigar, preservar, zelar, catalogar, ordenar, classificar, administrar e valorizar dados e bens que integram o acervo e o Patrimônio Histórico e Cultural do Município;

III – promover oficinas, cursos de capacitação e qualificação profissional, debates, palestras e atividades culturais em geral, que visem contribuir com a preservação e o desenvolvimento da cultura municipal, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

## CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

### SEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. A casa da Cultura mediante trabalho conjunto, sintonizado e conjugado com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e com o Departamento de Cultura, compete principalmente as seguintes atribuições:

- I – estimular, fomentar e promover o desenvolvimento das manifestações culturais no Município;
- II – administrar a Biblioteca Pública, o Museu e o Arquivo Público do Município;
- III – organizar o acervo de documentos, peças e artigos significativos de valores culturais e históricos;
- IV – incentivar e promover manifestações artístico-cultural-literárias, bem como a realização de eventos folclóricos e tradicionais;
- V – Elaborar o calendário dos eventos culturais e festivos do Município e fixar as datas comemorativas de alta significação para a comunidade;
- VI – incentivar a criação e promover a organização e a administração de escolas de artes no Município;
- VII – difundir e incentivar o uso do Hino do Município em eventos culturais, cívicos, educacionais e esportivos, bem como dos símbolos municipais;
- VIII – sugerir o tombamento de bens imóveis de significativo valor histórico e cultura pelo Poder Público Municipal;
- IX – sugerir a decretação de preservação pública permanente de áreas ou sítios especiais à cultura, à história e ao meio ambiente;
- X – articular-se com a indústria e o comércio local, visando a obtenção de patrocínio para o desenvolvimento de eventos de natureza cultural;
- XI – apoiar, incentivar, valorizar e difundir as manifestações culturais, prioritariamente aquelas diretamente ligadas à história do Município, às origens do seu povo, à comunidade e aos seus bens;
- XII – preservar os valores culturais e artísticos do Município, sugerindo, inclusive, a proteção dos mesmos em lei;
- XIII – colaborar na organização, na divulgação e realização dos eventos locais do Município e notadamente:
  - a) a festa da padroeira do Município;
  - b) a emancipação política e administrativa do Município;
  - c) a festa do colono outros eventos festivos de índole cultural, que forem criados e incluídos no Calendário Cultural do Município.
- XIV – criar, organizar, instalar e colocar em funcionamento e Arquivo Público Oficial do Município e o Museu Público Municipal, expondo a visitação e ao público bens, peças, obras de arte, antiquários, publicações e documentos de valor histórico e cultura;
- XV – identificar e apoiar o desenvolvimento e organização de centros de eventos de tradição gaúcha, grupos folclóricos, de danças e de preservação de valores étnicos, culturais e tradicionalistas;
- XVI – elaborar um calendário de eventos de natureza cultura, artística e tradicionalista, para que seja inserido no Calendário Geral de Eventos Anuais do Município;
- XVII – incentivar e promover a realização de eventos folclóricos típicos e tradicionais, festivais, recitais, gincanas, concursos e outros de natureza artística, cultural e tradicionalista;
- XVIII – manter intercâmbio, relacionamento, troca de informações e experiências, com órgãos públicos e particulares ligados à cultura, visando a obtenção de peças e conhecimentos que visem ampliar o seu acervo e aprimorar o desenvolvimento de suas competências e atribuições;
- XIX – incentivar a integração da ações desenvolvidas pelos diversos grupos, clubes de serviço, entidades, grêmios estudantis, associações e demais entidades representativas da classe artística e cultural do Município;

XX – estimular, apoiar, incentivar, promover e divulgar a cultural no Município, bem como as manifestações artísticas, culturais e literárias;

XXI – apoiar e valorizar os artistas e grupos artísticos e culturais do Município, mediante a realização de eventos locais e regionais, tais como exposições, feiras, concursos, festivais e outras de caráter artístico e cultural;

XXII – organizar o acervo de documentos, peças e artigos significativos de valor histórico e cultural, promovendo, quando necessário, a sua recuperação e adequada conservação e compilar dados, fatos e documentos, de maneira a preservar viva a história do Município;

XIII – promover e proteger o patrimônio cultural do Município, por meio de inventário, registros, vigilâncias, tombamento ou desapropriação e por outras formas de acautelamento e preservação;

XIV – promover palestras, seminários, encontros e demais eventos oportunos, objetivando a divulgação e o amplo conhecimento dos fatos e personagens protagonistas da história, passada e presente, do Município;

XXV – desenvolver programas de trabalho relativos à história do Município, junto aos educandos das redes municipal, estadual e particular de ensino, articuladamente com as Diretorias e Departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e providenciar, quando oportuno, a impressão de material necessário à divulgação da história do Município;

XXVI – desincumbir-se de outras atribuições, tarefas e atividades relacionadas com a sua área de atuação que lhe forem delegadas e que forem objeto de pedidos e solicitações formuladas pelo Prefeito, pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto e pelo Diretor de Departamento de Cultura.

### SEÇÃO II

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6º. A Administração e o Chefe do Poder Executivo Municipal, através dos orçamentos públicos, na forma da legislação vigente própria, deverão garantir e assegurar recursos financeiros, orçamentários, administrativos e humanos, necessários a efetiva implantação, estruturação, organização e funcionalidade da Casa da Cultura criada por esta lei.

Art. 7º. Para assegurar a implantação, estruturação, organização e funcionalidade da Casa da Cultura criada por esta lei, fica o Chefe do Poder executiva Municipal autorizado a promover mediante Leis Municipais Específicas:

I – a celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com os órgãos das Administrações Federal e Estadual, com o propósito de captação de recursos destinados a execução de edificações, reformas e adaptações de ambientes e instalações físicas e estruturais, a aquisição de móveis, equipamentos e materiais, bem como de serviços técnicos especializados;

II – a adequação das Leis Orçamentárias Municipais consistentes no Plano Plurianual de Investimentos-PPA, na Lei Diretrizes Orçamentárias-LDO e no Orçamento Programa Anual-OPA, bem como a promover a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ou Especial, no Orçamento Programa Anual do Exercício Financeiro de 2017, visando a aprovação de Dotações Orçamentárias necessárias para assegurar a implantação, estruturação, organização e funcionalidade da Casa da Cultura, bem como a prever e assegurar recursos e dotações nos Exercícios Financeiros subsequentes.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a expedir os Decretos e Regulamentos que se fizerem necessários e indispensáveis à fiel execução da presente lei, observando em cada caso os limites do Poder de Regulamentar e respeitando as competências legislativas reservadas ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo - SC, 29 de Dezembro de 2016  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### TERMO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO

TERMO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às vinte horas, no salão de festas da Paróquia São Roque, sito a Rua 20 de Maio, Praça Padre Claudino Bif, Centro, Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, presentes o Sr. Agnaldo David Maccari, prefeito municipal do quadriênio 2013/2016, cujo mandato expirou-se nesta data, e o Sr. Agenor Coral, eleito nas eleições realizadas em 02 de outubro de 2016, para exercer o cargo de Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no quadriênio 2017/2020 e empossado na data de hoje, além do Vice-Prefeito Eduardo Sartor Guollo, Vereadores, autoridades e munícipes presentes, instalou-se a sessão solene de transmissão do cargo de Prefeito Municipal. Ato continuo o ex-prefeito transferiu o cargo para o recém empossado, através de ato simbólico de entrega das chaves do Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, e perfectibilizou o ato, na forma legal, com a assinatura por parte de ambos, ex-prefeito e prefeito no termo de posse, acompanhado das assinaturas dos Membros da Comissão de Transição presentes. Nesta oportunidade o ex-prefeito, Sr. Agnaldo David Maccari, declarou ter cumprido as exigências legais para o final do seu mandato,

destacando que seu governo promoveu mais de 20 milhões em investimentos nos últimos quatro anos e que deixa mais de um milhão e meio em convênios e emendas parlamentares junto aos governos Estadual e Federal. Ressaltando que deixa saldo positivo nas contas do Município em mais de 04 milhões de reais para o exercício de 2017. Agradeceu ao empenho de toda a sua equipe e aos vereadores que foram parceiros durante todo o mandato. Fazendo os demais agradecimentos e homenagens de estilo. O Prefeito Eleito, Sr. Agenor Coral assumiu o pleno exercício do cargo de Chefe do Executivo do Município de Morro da Fumaça, prometendo cumprir e desempenhar fielmente os deveres inerentes ao mencionado cargo. Destacando que pautará seu governo através de uma gestão técnica, qualificada, voltada para as pessoas e que realmente contemple as soluções para os problemas da população. Fazendo os demais agradecimentos e homenagens de estilo. E, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o presente Termo foi lavrado sob minha supervisão, Renato Cechinel, e vai assinado pelo transmitente, ex-prefeito Agnaldo David Maccari, pelo prefeito recém empossado, Sr. Agenor Coral, e pelas demais pessoas presentes que desejem assinar. Morro da Fumaça em 1º de janeiro de 2017.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 010/2016

EMENTA: "DESIGNA O SERVIDOR RANGEL DE ROCHI COMO RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Complementar Municipal nº 052/2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor Rangel de Rochi, brasileiro, CPF: 024.160.649-75, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, Grupo I – Atividades de Administração em Geral – AAG, para ser o responsável pelo Órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Fica assegurado ao referido servidor, todas as prerrogativas, direitos e atribuições legais, especialmente naquelas contidas na Lei Complementar Municipal nº 052/2016, devendo praticar todos os atos necessários ao regular desempenho desta função, de acordo com a legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 22 de novembro de 2016.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN  
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

RANGEL DE ROCHI  
Agente Administrativo

### RESOLUÇÃO Nº 011/2016

EMENTA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL."

O Presidente no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MORRO DA FUMAÇA, consoante autorização contida na Lei Municipal nº 1.729/2015 (Lei Orçamentária para o Exercício de 2016),

#### Resolve:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente Exercício, crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

2 2.017.3.3.90.00.00.00.00 - R\$ 50.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguintes(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

1 2.017.3.1.90.00.00.00.00 - R\$ 30.000,00.

3 2.017.4.4.90.00.00.00.00 - R\$ 20.000,00.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, 22 de novembro de 2016.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN  
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do  
mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

RANGEL DE ROCHI  
Agente Administrativo

# Navegantes

## PREFEITURA

### **AVISO – ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº 1072016.**

AVISO – ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº 1072016.

O Município de Navegantes informa da data para abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas na Tomada de Preço nº 107/2016.

Data: 06/01/2017 – 13h30min.

Local: Auditório Prefeitura Municipal de Navegantes.

Comissão de Licitação.

### **PORTARIA 003/2017 INSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA**

PORTARIA N º 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que procederá ao acompanhamento dos trâmites para a realização do Processo Seletivo para provimento de cargos na Prefeitura de Navegantes, Fundação Cultural de Navegantes e Fundação Municipal de Esportes, a serem realizados pelo Instituto O Barriga Verde – IOBV -, conforme o Processo 115/2016, Contrato 258/2016, homologado em 19/12/2016.

II A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

- a) Diandra Pereira – Monitora de Educação Infantil – PRESIDENTE;
- b) Taiz andrea Wachburger – Monitora de Educação Infantil – Membro;
- c) Alessandra Muller – Técnica em Computação – Membro;
- d) Karlile Cugnier – Técnico em Serviços Complementares - Membro

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 001/2017 E 002/2017 NOMEIA**

PORTARIA N º 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Secretário Interino da Secretaria Municipal da Assistência Social o senhor JULIANO NILDO DE MARIA, por tempo indeterminado.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Secretária Interina da Secretaria Municipal de Educação a senhora REGINA CÉLIA CORREIA, por tempo indeterminado.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 001,002,003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA

Valor ..... : 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109) Saldo: 515.276,90

Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a locação, manutenção e suporte pela CONTRATADA à CONTRATANTE, ao SOFTWARE denominado WINRURAL.

Contrato Nº.: 001/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 73.205,00

Objeto ..... : O presente contrato tem por objeto: a Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais, compreendendo as atividades descritas no contrato.

Contrato Nº.: 002/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: POLIMEDICI ASSES. E CONSULT.EM MEDICINA DO TRAB.LT

Valor ..... : 7.899,00 (sete mil oitocentos e noventa e nove reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 246.235,00

Objeto ..... : Contratação de pessoa jurídica para serviços especializados de Medicina e Segurança no Trabalho, para elaboração dos programas de saúde de trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente, compreendendo:PPRA, PCMSO, Assessoria Técnica, Orientação para formação da CIPA, LTCAT, PPP, Software Sesmo Web.

Novo Horizonte/SC, em 03 de Janeiro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 03-01-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

RATIFICAÇÃO: 03/01/2017

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais, conforme atividades descritas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 03/01/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

RATIFICAÇÃO: 03/01/2017

CONTRATADO: POLIMEDICI ASSES. E CONSULT.EM MEDICINA DO TRAB.LT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Prestação de Serviços especializados de Medicina e Segurança no Trabalho, para elaboração dos programas de saúde de trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente, compreendendo:PPRA, PCMSO, Assessoria Técnica, Orientação para formação da CIPA, LTCAT, PPP, Software Sesmo Web.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.899,00 (sete mil oitocentos e noventa e nove reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 03/01/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

RATIFICAÇÃO: 03/01/2017

CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Prestação de Serviços exclusivos de assistência técnica de manutenção, locação e suporte ao SOFTWARE WinRural, utilizado pelo Departamento de Emissão de Bloco de Produtor Rural, que dá direito às atualizações do produto, suporte através do telefone, e-mail

ou tele-suporte.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 03/01/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

**PORTARIA Nº. 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 001, de 03 de janeiro de 2017.

Nomeia, Servidor Público para ocupar cargo em comissão da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

CLEONIR JOSÉ DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a) e com base no artigo 8º inciso II, § 01º da Lei complementar Nº. 037/2009, de 05/01/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, JORGE ALEXANDRE CRISTANI para exercer cargo comissionado de Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores, Nivel CC-2. á partir da data da expedição do seu termo de posse que se dará após a expedição de parecer pelo Controle Interno Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 03/01/2017.

CLEONIR JOSÉ DE LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Orleans

## PREFEITURA

### 4.049

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.049 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Fabio Salvador
2. Francielli Ceolin Beltrame
3. Suzana Zapelini Benedet.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Francielli Ceolin Beltrame.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 4.029 de 07 de dezembro de 2016.

Orleans/SC, 02 de janeiro de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 4.050

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.050 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Fabio Salvador.

Equipe de Apoio: Francielli Ceolin Beltrame e Suzana Zapelini Benedet.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 4.030 de 07 de dezembro de 2016.

Orleans/SC, 02 de janeiro de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### PORTARIAS Nº010/2017

· PORTARIA Nº. 010/2017

"DESIGNA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e conforme a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e a Lei Complementar nº 1.957 de 09 de maio de 2006.

Considerando o interesse público;

Considerando o disposto no artigo 179, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando o disposto no art. 8º, do Plano de Carreira e

Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 1957, de 09 de maio de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo CLEITON MAZZUCO, matrícula nº 2838, ocupante do cargo de MOTORISTA, para desempenhar sua função junto ao CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial, a partir de 01/02/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01/02/2017.

Orleans, 02 de janeiro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

### **PROCESSO 1/2017 FMS**

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 1/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA A FROTA OFICIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 17/01/2017 às 08:30min.

Abertura: 17/01/2017 às 09h00min.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 03 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### 0001/2017DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017

1. Objeto: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

Gestão Tributária : serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais. No período de janeiro a dezembro de 2016. Situado na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Amelio Remor Junior Prefeito Municipal

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 01/2016

Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

INSTITUI TURNO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos VI, XXV e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso XIV, do art. 7º, mais o § 3º, do art. 39, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, o enxugamento das despesas, a racionalização do serviço público e o atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de praticidade, economicidade e racionalidade no trato com verbas públicas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído TURNO ÚNICO de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de trabalho na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Assistência Social e Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º - O horário de trabalho, para cumprimento do Turno Único instituído por este Decreto, será das 07:00 horas às 13:00 horas.

§ 2º - O Turno Único instituído por este Decreto terá vigência no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Às Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, assim como à Vigilância Sanitária e à Casa Lar, por serem órgãos cuja Legislação visa preservar o atendimento em turno integral a população, manterão seu funcionamento com jornada integral de 08 (oito) horas diárias.

Art. 3º - A instituição de Turno Único não prejudicará o regime de plantão/sobreaviso estabelecido pela Legislação vigente ao qual os Agentes Políticos investidos nos cargos de Conselheiros Tutelares estão submetidos.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Em caso de necessidade este Decreto poderá ser revisto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSE MANTELLI  
Prefeito Municipal

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 485/2016

DECRETO Nº. 485, de 30 de dezembro de 2016

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE MATERIAIS/MERCADORIAS ENTREGUES DO PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2016, PROCESSO LICITATÓRIO N. 0070/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e para atender necessidade da Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas para compor a comissão de recebimento e conferência de materiais/mercadoriasdo Processo Licitatórios n.0070/2016, as seguintes servidoras:

- I – Ivania Sangali Dall Orsoletta.
- II – Juliana Fâbia Canonica Tirelli.
- III – Noeli Fátima Tamanho Canonica

Art. 2º. Para o desempenho das funções ora assumidas as servidoras não farão jus a acréscimo em suas respectivas remunerações.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia, SC, 30 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

### DECRETO N. 486/2016

DECRETO Nº 486, de 30 de Dezembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016 nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Gerais do Município	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização de Encargos da Dívida e Multas
Modalidade	Fonte	Dotação
4.6.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 30 de Dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

### PROCESSO LICITATORIO 0001/2017

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0001/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, na Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2016 – Objeto – A presente licitação tem por objeto a aquisição de peças e a contratação de mão-de-obra para o conserto parcial do motor de uma escavadeira hidráulica, JS 130 JCB. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08:45 do dia 17 de janeiro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone 0\*\*49-3437-0010.

Passos Maia, 03 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2015**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0109/2015  
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0054/2015  
TOMADA DE PREÇO n. 0003/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa MAISATIVO INTRMEDIÇÃO DE ATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.836.739/0001-26, sediada na Av. engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, edifício Berrini one, Cidade Monções, São Paulo – Estado de São Paulo, neste ato representado por seus sócios pelo Senhor Paulo Sergio Scaff de Napoli, portador do RG nº 14.339.073/SSP/SP e inscrito o CPF nº 093.159.808-75 e Sr. Fabio Luiz Lobo Mazza Junior, portador do RG nº 14.009.571/SSP/SP e inscrito no CPF nº 094.417.208-36 a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;  
Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação

dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 29 de dezembro de 2016.

Ivandre Bocalon  
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
CONTRATANTE

Paulo Sergio Scaff de Napoli/ Fabio Luiz Lobo Mazza Junior  
MAISATIVO INTRMEDIÇÃO DE ATIVO LTDA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Edson Salvadego	Alex S. Zanchet
CPF n. 067.004.859-32	CPF n. 068.152.419-71

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 001/2017**

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 001/2017

“ESTABELECE PONTOS FACULTATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 40, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, Art. 19, Inciso V, r, do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO, já ser uma prática comum o estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública;

CONSIDERANDO, por fim, torna-se improdutivo a realização de expediente nestes dias por ser primeiro dia útil do ano, pois no dia 1º de janeiro aconteceu a Posse.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido pontos facultativos na Câmara Municipal

de Vereadores, exceto convocação extraordinária pelo Presidente ou Prefeito Municipal.

I – Dia 02 de janeiro de 2017 (Ponto Facultativo início de Ano).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia/SC, 02 de janeiro de 2017.

OSVALDIR ALVES  
Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI  
Secretário Executivo



**DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 002/2017**

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 002/2017

“ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS E FERIADOS MUNICIPAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 40, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, Art. 19, Inciso V, Letra (r), do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO, a necessidade de um melhor planejamento das atividades da Câmara Municipal de Vereadores;

CONSIDERANDO, que nos dias 23 de abril comemora-se o dia do Padroeiro São Jorge, 28 de outubro comemora-se dia do Servidor Público e 12 de dezembro comemora-se o aniversário de emancipação político administrativa do município;

CONSIDERANDO, já ser uma prática comum e estabelecimento de ponto facultativo em todas as esferas da administração pública, quando ocorrer apenas um dia útil entre um feriado e o final de semana;

CONSIDERANDO, por fim, torna-se improdutivo a realização de expediente nestes dias.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido o calendário dos Pontos Facultativos e Feriados Municipais para o EXERCÍCIO DE 2017, na Câmara Municipal de Vereadores, exceto convocação extraordinária pelo Presidente ou Prefeito Municipal.

I – Dias 27 e 28 de fevereiro e 1º de março (Ponto Facultativo Feriadão de Carnaval);

II – Dia 13 e 14 de abril (Ponto Facultativo Feriadão Páscoa);

III – Dia 15 e 16 de junho (Ponto Facultativo Feriadão de Corpus Christi);

IV – Dia 7 e 8 de setembro (Ponto Facultativo Feriadão da Independência);

V – Dia 12 e 13 de outubro (Ponto Facultativo Feriadão Padroeira do Brasil);

VI – Dia 2 e 3 de novembro (Ponto Facultativo Feriadão de Finados);

VII – Dia 11 e 12 de dezembro (Ponto Facultativo Feriadão Dia do Município); e

VIII – Dias 22 até 29 de dezembro (Ponto Facultativo Feriadão Natal e Final de Ano).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia/SC, 02 de fevereiro de 2017.

OSVALDIR ALVES

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

**PORTARIA Nº 001/2017**

PORTARIA CMV Nº 001/2017

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Art. 27, III, da Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 004/2010, e Lei Complementar nº 004/1999;

CONSIDERANDO, a solicitação do servidor através de requerimento protocolado sob o nº 001/2017, em 03 de janeiro de 2017; e

CONSIDERANDO, o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias conforme Art. 72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, ao servidor ALVANIR ANTONIO TIRELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo (CPE) Nível 01 Código 1002 de Secretário Executivo, em conformidade com a Resolução nº 004, de 27 de setembro de 2010, referentes ao período aquisitivo de 02/03/2015 a 01/03/2016, para serem concedidos de férias que serão gozados a partir de 09/01/2017 a 23/01/2017, e os demais dias convertidos em pecúnia do dia 24/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 04 de janeiro de 2017.

OSVALDIR ALVES

Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO 192/2016-PMP

CONTRATO Nº 192/2016 - PMP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NO ENCAMINHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2016-PMP

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa Santa Catarina Consultores Associados LTDA - EPP”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Santa Catarina Consultores Associados LTDA - EPP com sede na cidade de Brasília/DF à SNC Quadra 01 - Bloco F, nº 79, Sala 303, no Bairro Asa Norte inscrita no CNPJ sob o nº 05.568.964/0001-54 neste ato representada pelo Senhor Lilio Chaves Cabral, CPF 057.578.351-68 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 72/2016 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 47/2016 -PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a prestar serviços para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Planejamento, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL

01	<p>Prestação de Serviços de Assessoria Técnica para orientação no encaminhamento e elaboração de projetos e processos, no âmbito do Distrito Federal junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, compreendendo:</p> <p>1 - Captação de Recursos Não Reembolsáveis e/ou Onerosos junto ao Governo Federal, sendo:</p> <p>1.1 - Orientação na elaboração de propostas para captação de recursos;</p> <p>1.2 - Orientação no cadastramento das Propostas no Portal de Convênios do Governo Federal – SINCOV;</p> <p>1.3 - Acompanhamento da tramitação dos projetos em Brasília;</p> <p>1.4 - Protocolo de documentos junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas;</p> <p>1.5 - Acompanhamento da tramitação das Propostas no Portal de Convênios do Governo Federal – SINCOV;</p> <p>1.6 - Acompanhamento das Emendas Individuais e de Bancada. Articulação para apresentação de documentos e solicitações necessárias;</p> <p>1.7 - Articulação e assessoramento junto a Caixa Econômica Federal e demais órgãos para otimizar os prazos e agilizar o andamento dos procedimentos na liberação dos recursos de Contratos de Repasse e Convênios do Município;</p> <p>1.8 - Acompanhamento da regularidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;</p> <p>1.9 - Gerenciamentos dos prazos de execução dos projetos;</p> <p>1.10 - Monitoramento de datas de vigência de Contratos e Convênios;</p> <p>1.11 - Consultoria na elaboração de processos de prestação de contas.</p> <p>2 – Captação de Recursos através de Operações Financeiras:</p> <p>2.1 - Orientação na análise de capacidade de endividamento de acordo com as Resoluções do Senado Federal;</p> <p>2.2 - Orientação na elaboração do projeto de captação de recursos a ser encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional – STN;</p> <p>2.3 - Orientação na elaboração do projeto de captação de recursos a ser encaminhado para autoridade legislativa;</p> <p>2.4 - Acompanhamento de tramitação do projeto na Secretaria do Tesouro Nacional – STN;</p> <p>2.5 - Assessoria nas negociações com as instituições financeiras nacionais e internacionais;</p> <p>2.6 - Gerenciamento dos prazos de execução dos projetos;</p> <p>2.7 - Consultoria na elaboração de processos de prestação de contas.</p>	Meses	12	R\$ 3.350,00	R\$ 40.200,00
----	---	-------	----	--------------	---------------

**CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO**

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais), a ser pago em até 30 (trinta) dias na Caixa Econômica Federal, agência 005, operação 003, conta corrente 4203-1, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

**CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES**

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA**

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Planejamento até sua totalidade ou parcialmente até 12 meses, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Órgão: 02 – Secretaria de Planejamento

Unidade: 02.01 – Departamento Administrativo

Funcional – 04.122.0002 – Administração Geral

Projeto/ Atividade – 2.002 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 02 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Executar a prestação de serviços dos objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Planejamento ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora

pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de dezembro de 2016.

PREFEITURA  
(CONTRATANTE)

SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP  
CNPJ: 05.568.964/0001-54  
(CONTRATADA)

TESTEMUNHA:

GABRIELA GARBINI  
CPF: 247.216.748-21

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária de Administração

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CADASTRAMENTO 2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/SC

EDITAL DE CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2017

O Prefeito Municipal de Petrolândia, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 34 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público, aos interessados, que se encontra aberto o Edital de Cadastramento de Fornecedores, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Licitação ou para contratação. O Edital na íntegra poderá ser retirado no departamento de compras e Licitações do Município de Petrolândia - SC, através do e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br) ou solicitado pelo fone: (47) 3536-1151. Petrolândia, 04 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN - Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 18/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 01/2017, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÓLEO DIESEL, GASOLINA COMUM, ÓLEO ARLA E ÓLEO S10, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO, EXERCÍCIO 2017.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 18/01/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 03 DE JANEIRO DE 2017  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

### CHAMAMENTO FORNECEDOR

EDITAL DE CHAMAMENTO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRALEINGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do prefeito Municipal, Srº Pedro Rabuske, e Presidente da Comissão Municipal de Licitações, com fundamento no disposto no § único do art. 34 da Lei Federal nº 8.666/93, torna público o chamamento dos interessados para atualização dos registros cadastrais, para efeito de habilitação em licitações e para o ingresso de novos interessados.

Os interessados deverão dirigir-se ao setor de licitações, sito na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, Centro – Pinheiro Preto/SC, fone 3562 2000.

Pinheiro Preto-SC, 06 de janeiro de 2017  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 4522

DECRETO Nº 4.522, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso VI do art. 84 da Lei Orgânica do Município de Pinheiro Preto, e

CONSIDERANDO a necessidade de reorganização dos serviços administrativos da Prefeitura para a Gestão 2017-2020,

#### DECRETA

Art. 1º Fica decretado o recesso dos serviços no âmbito da Administração Pública Municipal nos dias 02 e 03 de janeiro de 2017.

§ 1º O recesso não atinge os serviços que, por sua natureza, não admitem paralização.

§ 2º Nos casos de emergência, os serviços serão executados normalmente, devendo ser disponibilizado telefone para contato por meio de informativo afixado em local de acesso ao público.

§ 3º A Unidade de Saúde Central deverá funcionar mediante escala de plantões e, se necessário, em regime de sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 02 JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4670/2017

DECRETO Nº 4670/2017, DE 02 de janeiro de 2017.

APROVA CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 PARA RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 018, de 17 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o calendário fiscal para o exercício de 2017, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Os tributos municipais serão recolhidos em agência bancária autorizada.

Art. 3º Após os prazos fixados para recolhimento dos tributos, os não liquidados em prazo hábil, ficarão sujeitos às penalidades prevista no Código Tributário, Lei Municipal n.º 018, de 17 de dezembro de 2009.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 02 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANEXO I – DECRETO Nº. 4670/2017

TRIBUTO		VENCIMENTOS					
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TLLF		COTA ÚNICA		ALVARA SANITÁRIO		COTA UNICA	
		24/02/2017				24/02/2017	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATU-REZA – ISS-QN	1º PARCELA/ UNICA	2º PARCELA	3º PARCELA	4º PARCELA	5º PARCELA	6º PARCELA	Pagamento por apuração/ re- tido na fonte/ substituição até o dia 10 do mês subse- quente ao fato gerador
	10/02/2017	10/03/2017	10/04/2017	10/05/2017	10/06/2017	10/07/2017	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATU-REZA – ISS-QN	7º PARCELA	8º PARCELA	9º PARCELA	10º PARCELA	11º PARCELA	12º PARCELA	Pagamento por apuração/ re- tido na fonte/ substituição até o dia 10 do mês subse- quente ao fato gerador
	10/08/2017	10/09/2017	10/10/2017	10/11/2017	10/12/2017	10/01/2018	
IMPOSTO PREDIAL E TERRITO- RIAL – IPTU	VENCIMENTO						
	COTA ÚNICA		1º PARCELA		2º PARCELA		3º PARCELA
	12/04/2017		12/04/2017		21/07/2017		22/09/2017

JUARES BET  
Prefeito Municipal

Planalto Alegre – SC, em 02 de Janeiro de 2017.

# Pomerode

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 21.640

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

#### PORTARIA Nº 21.640

DESIGNA GESTORES DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. RAFAEL RAMTHUM, Secretário interino de Desenvolvimento Social e Habitação, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, do Fundo da Infância e da Adolescência.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 21.070, de 24 de maio de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

### DECRETO Nº 3.162, DE 1º DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 3.162, DE 1º DE JANEIRO DE 2017  
SUSPENDE O CURSO DOS PRAZOS DAS SINDICÂNCIAS E DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NÃO FINALIZADOS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as férias dos membros das Comissões de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares:

#### DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o curso dos prazos de todas as Sindicâncias e de todos os Processos Administrativos Disciplinares não finalizados, pelo período de 1º de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 1º de Janeiro de 2017.  
Ércio Kriek  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.641

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

#### PORTARIA Nº 21.641

DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. RAFAEL RAMTHUM, Secretário de Saúde, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, do Fundo Municipal de Saúde de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 18.171, de 30 de junho de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro de 2014.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

### PORTARIA Nº 21.642

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

#### PORTARIA Nº 21.642

DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. RAFAEL RAMTHUM, Secretário interino de Desenvolvimento Social e Habitação, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

ficam revogados os efeitos da Portaria nº 21.563, de 19 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

#### PORTARIA Nº 21.643

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
---

#### PORTARIA Nº 21.643

DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. RAFAEL RAMTHUM, Secretário interino de Desenvolvimento Social e Habitação, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 21.564, de 19 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

#### PORTARIA Nº 21.644

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
---

#### PORTARIA Nº 21.644

DESIGNA GESTOR DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária para assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, toda movimentação bancária, inclusive abertura e

encerramento de conta, da Prefeitura Municipal de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 17.179, de 21 de novembro de 2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

#### PORTARIA Nº 21.645

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
---

#### PORTARIA Nº 21.645

DESIGNA GESTORES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Sra. GLADYS DINAH SIEVERT, Secretária de Turismo e Cultura, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, do Fundo de Desenvolvimento De Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 21.167, de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de janeiro 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

#### PORTARIA Nº 21.646

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
---

#### PORTARIA Nº 21.646

DESIGNA GESTORES DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE ESPORTES, EVENTOS E LAZER DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Sr. ARLINDO EWALD, Presidente Interino da Fundação Promotora de Esportes, Eventos e Lazer de Pomerode, para assinar em conjunto com a Sr. GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazenda, toda movimentação bancária, inclusive abertura e encerramento de conta, da Fundação Promotora de Esportes, Eventos e Lazer de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 17.180, de 21 de novembro de 2013.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Publicada no mural público em 02 de janeiro de 2017.

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 1000/2016

DECRETO Nº 1000/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, matrícula 6466, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 1001/2016

DECRETO Nº 1001/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. RENATO STAEN COSTA, matrícula 6461, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 1002/2016

DECRETO Nº 1002/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. DELAINE MARSANGO, matrícula 6463, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 1003/2016

DECRETO Nº 1003/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, matrícula 6465, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**DECRETO 1004/2016**

DECRETO Nº 1004/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. JULIANA VIEIRA, matrícula 6356, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 1005/2016**

DECRETO Nº 1005/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. LENIR FATIMA DE OLIVEIRA, matrícula 6455, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 1006/2016**

DECRETO Nº 1006/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. LILIANA CARLA DE MELLO PAIN, matrícula 1628, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 1007/2016**

DECRETO Nº 1007/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. LUCINEIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI, matrícula 6394, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 1008/2016**

DECRETO Nº 1008/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, matrícula 6397, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1009/2016**

DECRETO Nº 1009/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. PATRICIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS, matrícula 6395, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1010/2016**

DECRETO Nº 1010/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. NATHALIA CAMILLA SILVA GADELHA, matrícula 1650, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1011/2016**

DECRETO Nº 1011/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. SAIONARA DALLALIBERA, matrícula 6183, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 17 de dezembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1013/2016**

DECRETO Nº 1013/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. CARLA DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 (sessenta) dias a partir de 01 de dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1014/2016**

DECRETO Nº 1014/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2016 a 31 de Janeiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
728	ADILENE ROVANI BERTOL	PROFESSORA	02/01/2016 a 01/01/2017
6056	ADILSO ADRIANO TEIXEIRA	PROFESSOR	02/01/2016 A 01/01/2017
541	ADRIANA BEATRIZ FAGGION	PROFESSORA	20/07/2015 A 19/07/2016
5813	ADRIANA BEATRIZ FAGGION	PROFESSORA	02/01/2017 A 01/01/2017
900	ADRIANE MAGDOLIO VIEIRA	PROFESSORA	02/01/2017 A 01/01/2017
5083	ALEXANDRO GUIDINI	PROFESSOR	02/01/2016 A 01/01/2017
5809	ANA PAULA TUSSI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
746	CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
6054	CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5821	DAIANE APARECIDA BASI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
749	DAYANA LANGARO GUERRA	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
751	DILCE DA SILVA CARDORI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
6053/920	DILVANE BALBINOT	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
925	EDSON PAVAN BAZI	PROFESSOR	02/01/2016 A 01/01/2017
5819	ELIANE CAGLIARI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
927	ELIANE CAGLIARI	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
5820/901	ELIANE RODRIGUES GALVAO	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
926	ELZA TEREZINHA DEITOS	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
39	ELZA TEREZINHA DEITOS	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
5810	ERICO ALCIRO BERTOL	PROFESSOR	02/01/2016 A 01/01/2017
23	EVA APARECIDA FOGAÇA DE LIMA	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
181	FLAVIA RIBEIRO	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
782	FLAVIO ALEXANDRE FAGGION	PROFESSOR	02/01/2015 A 02/12/2016
754	IVANDA BASI	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
748	IVETE THEODORO	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
895	JANE STECANELLA DE OLIVEIRA	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5816	JEQUELIA DIAVAO BERTOL	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
790/938	JUCELI CAGLIARI	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
743	JUCELIA APARECIDA PAIN	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
886	LIZETE DE MARTINI FACHINELLO	PROFESSORA	11/04/2015 A 10/04/2016
753	LUCIANA BARBOSA GONÇALVES	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
5823	MAIRA CRISTINA PIOVESAN	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
941	MARA LUCIA GRAEFF	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
67	MARELIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
915	MARIA INEZ MATTEI DOS SANTOS	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5046	MARIA RIBAK	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
6048	MARILUCIA SALETE ONGARATTO MARIANI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5822	MARISTELA MARIA SANTIN LUVISON	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
902	MARISTELA PINO GOMES MENDES	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
34	MARISTELA PINO GOMES MENDES	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
6063	MARLENE JUSTINA ACUNHA DA SILVA	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
135	MARLILUCIA BAZZI BONATTO	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
5660	MARLI LUCIA BAZZI BONATTO	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5814	MARLI PAVAN	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
36/852	METILDE CARICIMO FORMIGHIERI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
942	NADIA MARIANI BERTE	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
239/939	NEUSA APARECIDA RAYMUNDI SPADER	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
5812/744	NEUZA TAMANHO	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
24	ODETE BOLDORI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
923	ROSANE MARSANGO DE BISPO	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
6052	ROSANE SPESSATTO CONTI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017

909	SALETE CRISTHIANI DE OLIVEIRA	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
643	SANDRA MARA GHISLENI DA SILVA	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
801	SANDRA MARIA GUERRA VICENSI	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
6051	SILMARA BASI	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
6095	SONARA BASI CONRADO	PROFESSORA	02/01/2016 A 01/01/2017
200	TAILENE SANTOR DA ROSA	PROFESSORA	01/01/2015 A 31/12/2015
5661	TAILENE SANTOR DA ROSA	PROFESSORA	02/01/2015 A 01/01/2016
54	TANIA REGINA MENDES	PROFESSORA	01/01/2016 A 31/12/2016
802	VAGENR ANTONIO GALVAN	PROFESSOR	01/01/2016 A 31/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 1016/2016**

DECRETO Nº 1016/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARILENE SAMPAIO VOSS, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 (quatro) dias a partir de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 1017/2016**

DECRETO Nº 1017/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SOELI DE FATIMA PALIANO CAMAROTTO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 (dez) dias a partir do dia 19 de dezembro, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1019/2016**

DECRETO Nº 1019/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2016 a 31 de Janeiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5741	ADRIANA MATIELLO DO NASCIMENTO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
26	DALIRES MARIA VIEIRA DE JESUS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2016 A 31/12/2016
730	DOMINGAS ROSA SANTIN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2016 A 01/01/2017
5734	EVA APARECIDA PADILHA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	16/11/2015 A 15/11/2016
979	ELIANE FERREIRA MACHADO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/02/2015 A 31/01/2016
5751	MALGARETE INEZ SANTIN ARCARI	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
5749	MARIA DE LOURDES FRANZEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
5716	MELANIA T. DE OLIVEIRA FONTANA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/10/2015 A 02/10/2016
5764	NELI APARECIDA INACIO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
5746	NELI CALIARI	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
756	NEUZA ANTONIA CORDEIRO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	26/01/2015 a 25/01/2016
5804	ROSALINA IZABEL DOS SANTOS LEMOS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2016 A 01/01/2017
5761	SIRLENE RODRIGUES	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/12/2015 A 30/11/2016
5706	TATIANE CANDIDO DOS SANTOS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	08/09/2015 A 07/09/2016
741	TEREZINHA SOUZA OSSANI	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2016 A 31/12/2016
952	VILSO PAULO POMPERMAIER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2016 A 31/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1020/2016**

DECRETO Nº 1020/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2016 a 31 de Janeiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5799	JECE DE RAMOS	MOTORISTA	01/01/2016 A 31/12/2016
5817	JUARES FRIGHETTO	MOTORISTA	02/01/2016 A 01/01/2017
792	LIDIO OSMAR DE MOURA	MOTORISTA	01/01/2016 A 31/12/2016
5800	ROBERTO BARBOSA	MOTORISTA	01/02/2015 A 31/01/2016
5700	SERGIO ANTONIO DEITOS	MOTORISTA	023/09/2014 A 01/09/2015

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 1021/2016**

DECRETO Nº 1021/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 02 de Janeiro de 2016 a 31 de Janeiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
5956	LUCIANA HAEFLIGER	SECRETARIA DE ESCOLA	01/01/2016 A 31/12/2016
5802	RICARDO VINIVIVUS COPPINI	AUXILIAR BIBLIOTECA	02/01/2015 A 01/01/2016
5754	RONALDO HARMATA DOS SANTOS	AGENTE DE INFORMATICA	01/12/2014 A 29/11/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1022/2016**

DECRETO Nº 1022/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que o servidor está aposentado por tempo de contribuição.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o Sr. IVONIR CORONETTI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 1023/2016**

DECRETO Nº 1023/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidor Público Municipal Sr. RENATO HARMATA DOS SANTOS, matrícula 5717, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE INFORMATICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 04/10/2015 a 03/10/2016 e que serão gozadas de 10/01/2017 a 08/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal



Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1024/2016**

DECRETO Nº 1024/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. ALINY ROBERTA ALBERTON, Matrícula 6433, ocupante do cargo de PROFESSORA com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 25 dias, referente a período aquisitivo de 03/03/2016 a 02/03/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 26/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1027/2016**

DECRETO Nº 1027/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELA DE MOURA, Matrícula 1626, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1028/2016**

DECRETO Nº 1028/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. EDILAINE APARECIDA DE AZEREDO, Matrícula 1607, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte

e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 1029/2016**

DECRETO Nº 1029/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, Matrícula 6362, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 1030/2016**

DECRETO Nº 1030/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias proporcionais a Servidora Pública Municipal Sra. MARIANA VIEIRA MACHADO Matrícula 1610, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 A 14/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1031/2016**

DECRETO Nº 1031/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias PROPORCIONAIS ao Servidor Público Municipal Sr. EDSON PAVAN BAZI matrícula 6373, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 27 dias, referente a período aquisitivo de 15/02/2016 a 14/02/2017 e que serão gozadas de 02/01/2017 a 28/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1033/2016**

DECRETO Nº 1032/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. MAICON FRIGHETTO matrícula 6335, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 02/04/2015 A 01/04/2016 e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1035/2016**

DECRETO Nº 1035/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias PROPORCIONAIS a Servidora Pública Municipal Sra. MARELIZA MARIA MARTA GABIATTI COSTA, Matrícula 6430, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 25 dias, referente a período aquisitivo de 09/03/2016 a 08/03/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 26/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 1036/2016**

DECRETO Nº 1036/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.748,510 (Noventa e Seis Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais e Cinquenta e Um Centavos), o qual será destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.2.008 - Manutenção das Ações e Programas de Saúde do Município

Modalidade de Aplicação: 319000000 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte de Recursos: 00.01.0002.000000 - 02 - R\$ 16.748,51

08.301.1001.2.033 - Manutenção do Bloco Repasse do Estado  
Modalidade de Aplicação: 319000000 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte de Recursos: 00.01.0002.000000 - 17 - R\$ 80.000,00

Art. 2º - O Crédito de que trata o Art. 1º correrá por conta de anulações das seguintes dotações orçamentárias.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.2.008 - Manutenção das Ações e Programas de Saúde do Município

Modalidade de Aplicação: 319000000 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte de Recursos: 00.01.0002.000000 – 05 – R\$ 16.748,51  
08.301.1001.2.033 - Manutenção do Bloco Repasse do Estado  
Modalidade de Aplicação: 339000000 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte de Recursos: 00.01.0002.000000 – 18 – R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO 1037/2016

DECRETO Nº 1.037/2016 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 117.027,96 (Cento e Dezesete Mil, Vinte e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01.13.392.1301.2.037 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 449000000 - APLICAÇÃO DIRETA  
Fonte de Recursos: 00.0062 - 103 R\$ 117.027,96

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 117.027,96 (Cento e Dezesete Mil, Vinte e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos), provenientes de provável excesso de arrecadação no exercício de 2016, da Fonte de Recurso 062 FNDE recursos vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### DECRETO 1038/2016

DECRETO Nº 1.038/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 2.263 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2016 no valor de até R\$

80.831,44 (Oitenta Mil, Oitocentos e Trinta e Um Reais e Quarenta e Quatro Centavos) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

02.00 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA, IND. COM. E TURISMO  
04.122.0402.2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda. Ind.Com.e Turismo

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 08 – R\$ 50.831,44

06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 68 – R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulações no valor de R\$ 80.831,44 (Oitenta Mil, Oitocentos e Trinta e Um Reais e Quarenta e Quatro Centavos) das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA DE ADM. FAZENDA, IND. COM. E TURISMO  
04.122.0402.2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm.Fazenda. Ind.Com.e Turismo

Modalidade de Aplicação: 319000000

Fonte de Recursos: 00.00001 – 04 – R\$ 22.424,31

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 00.00001 – 06 – R\$ 28.407,13

06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 319000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 66 – R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### DECRETO 1039/2016

DECRETO Nº 1.039/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. SONIA COLETTI SPRANDEL, matrícula 6, atualmente ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, lotada na Secretaria de Assistência Social, retorna ao cargo de efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1040/2016**

DECRETO Nº 1.040/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. SIDIANE DE FATIMA FOGAÇA GUIDINI, matrícula 5811, atualmente ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, retorna ao cargo de efetivo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1041/2016**

DECRETO Nº 1.041/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. MARLA DE OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 5045, atualmente ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, retorna ao cargo de efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1042/2016**

DECRETO Nº 1.042/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o Sr. ADAIR JOSE SARTORI, matrícula 5801, atualmente ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, lotado na Secretaria de Assistência Social, retorna ao cargo de efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 1043/2016**

DECRETO Nº 1.043/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. GRAZIELI MELANIA ACUNHA, matrícula 6049, atualmente ocupante do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, retorna ao cargo de efetivo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**DECRETO 1044/2016**

DECRETO Nº 1.044/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
DECRETA:

Art. 1º - Ficam REVOGADAS a partir do dia 31 de dezembro de 2016 as seguintes gratificações:

- 1) CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN;
- 2) DILCE DA SILVA CARDORI
- 3) DILVANE BALBINOT
- 4) GILBERTO FRIGHETTO
- 5) JOSE NERY WRUBEL
- 6) LUIZ SARAIVA PERES
- 7) MARA LUCIA GRAEFF
- 8) MARELIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA
- 9) MARGARETE SARAIVA PERES ANTUNES
- 10) MARLI LUCIA BAZZI BONATTO
- 11) RENATO HARMATA DOS SANTOS
- 12) RONALDO HARMATA DOS SANTOS
- 13) SANDRA MARA GHISLENI DA SILVA
- 14) SANDRA MARIA VICENSI GUERRA
- 15) TAILENE SANTOR DA ROSA
- 16) THAIS CRISTIANA BONETTI;

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 954/2016**

DECRETO Nº 954/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que o servidor está aposentado por tempo de contribuição.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o Sr. GERVÁSIO ANTONIO MOSER, matrícula 260, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 955/2016**

DECRETO Nº 955/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que o servidor está aposentado por tempo de contribuição.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o Sr. DARCI VIEIRA, matrícula 5786, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 956/2016**

DECRETO Nº 956/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO que a servidora está aposentada por tempo de contribuição.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. MARCIA NOEMA NAIBO, matrícula 794, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 957/2016**

DECRETO Nº 957/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARELIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA, Matrícula 67, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 29 dias, referente a período aquisitivo de 01/01/2012 a 31/12/2012, interrompidas através do Decreto n. 013/2013 de 02 de janeiro de 2013 e que serão gozadas de 01/02/2017 a 01/03/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 958/2016**

DECRETO Nº 958/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, e demais legislação de regência e

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido Licença Prêmio de 123 (cento e vinte e três) dias, a Funcionária Pública Municipal Sra. MARELIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA, Matrícula 67, PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 1991 a 31 de dezembro de 1996 e de 01 de janeiro de 1997 a 20 de janeiro de 2003.

Art. 2º - O período de gozo da Licença Prêmio é de 02 de março de 2016 a 02 de julho de 2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 959/2016**

DECRETO Nº 959/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARLA DE OLIVEIRA DA SILVA, Matrícula 5045, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, atualmente ocupando o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016 e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 960/2016**

DECRETO Nº 960/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidor Público Municipal Sr. MARCOS CORONA, matrícula 1569, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 14/04/2015 a 13/04/2016 e que serão gozadas de 01/01/2017 a 30/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 961/2016**

DECRETO Nº 961/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidor Público Municipal Sr. ADAIR JOSE SARTORI, matrícula 5801, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, atualmente exercendo cargo em comissão de DIRETOR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017 e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 962/2016**

DECRETO Nº 962/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. SONIA APARECIDA TELES, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 963/2016**

DECRETO Nº 963/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. MARIA REGINA DE MORAIS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 964/2016**

DECRETO Nº 964/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. KAORY APARECIDA RODRIGUES, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 965/2016**

DECRETO Nº 965/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. ANGELA MARIA PEREIRA DE ABREU, matrícula 6470, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 966/2016**

DECRETO Nº 966/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. GENOIR BISATO, matrícula 6468, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 967/2016**

DECRETO Nº 967/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. ADRIANA APARECIDA TEIXEIRA PAIN, matrícula 6471, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 968/2016**

DECRETO Nº 968/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. KATIA DE SOUZA, matrícula 6425, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 969/2016**

DECRETO Nº 969/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. ERENILDA DE OLIVERA DA SILVEIRA, matrícula 6429, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 970/2016**

DECRETO Nº 970/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. TATIANE PINHEIRO URBANO, matrícula 6357, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 971/2016**

DECRETO Nº 971/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2016, a Sra. MARILENE DA COSTA, matrícula 6441, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 972/2016**

DECRETO Nº 972/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2016, a Sra. LORENI APARECIDA NISSEL, matrícula 6369, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 973/2016**

DECRETO Nº 973/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. FERNANDA JANTARA DE MORAIS, matrícula 6365, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 974/2016**

DECRETO Nº 974/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2016, a Sra. ANDREIA FILIPPINI, matrícula 6410, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL II, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento



vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 975/2016

DECRETO Nº 975/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 19 de dezembro de 2016, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1654	ALESSANDRA DE FATIMA ELEUTERIO
6422	ALEXANDRA CORONETTI TELES MENDES BRESSAN
1621	CAMILA DOS SANTOS DIAS
6420	DAIANE LUZIA TOBIAS
6438	DAYANE SILVA ANDRADE DE OLIVEIRA
6400	DIRCEIA SIQUEIRA
1639	DOLAIR TERESINHA SECHINI
1655	ELIZA NUNES DA ROSA LUVISON
6419	EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ
6426	GESICA GHISLENI DA SILVA
6476	JESSICA MORGANA CARVALHO
6443	LIANE KARINE BRUXEL
1624	MARIETE ANGELA VOZNIK PAIN
6421	MARISETE GASPARINI BORGES DE JESUS
1666	MATEUS DE MACEDO
6447	PRICILA POLETTO DE SOUZA BAZI
6431	RAFAEL HENRIQUE RALDI MORETTO
1625	REJANE DO AMARAL
6450	RENIZE SUELE ROSSETTO
6444	RUBIA MARA VIEIRA
6387	SCHEILA MARIA ROSA DOS SANTOS
1648	SILVANA APARECIDA FLECK CARIPUNA
6386	SILVANA APARECIDA NAZARIO
6432	SILVANA BATISTA DA SILVA
1657	SILVANA DE FATIMA RODRIGUES
1641	SIMONE MARQUES DE OLIVEIRA
1623	TAINARA ALVES PADILHA
6435	VERA LUCIA LAMP PAVAN
1647	YUKA DHIANA MIRANDA PIOVESAN

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 976/2016

DECRETO Nº 976/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 19 de dezembro de 2016, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de PROFESSOR, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
6381	ANDRESSA CALEFFI TAMANHO
6390	CACIA DE FATIMA CAMARGO
6384	CIRLEIA APARECIDA OLIVEIRA
1659	CLAUDIA DO AMARAL LUBACHEVSKI
6385	CRISTINA ALLEBRANDT NAZARIO
6377	DACIENE PAULA BERTOL
6448	FATIMA MARIA ABECH GREGORIO
6379	FERNANDO ROMANI
6391	GILDA ALBINO DE ABREU BERTUZZI
6392	GIZELI ALVES DE LIMA
6338	IVANI APARECIDA PALHANO ROMANI
6414	LILIAN DE MORAIS
6393	MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI
6445	MARCIA GOMES FAGUNDES DA SILVA
6380	MARIZETE VIRMES
6360	MARLY ANA FRANZEN
6396	MIRIAN TESSARO
1618	MORGANA TONELLO
1620	PEDRO ERNESTO DALLA VECCHIA
6378	RAFAEL MARCHIORO
6437	RAQUEL MOREIRA LEITE MARTINI
6398	ROSANI TEREZINHA LODI RIBEIRO
6389	ROSELI APARECIDA RIBEIRO
6399	SOLANGE CADORI

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 977/2016**

DECRETO Nº 977/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 19 de dezembro de 2016, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1613	DANIELA RIBEIRO MARTINS
6366	ELISANGELA APARECIDA DE MORAIS
1652	LOIDELINE APARECIDA CASSIANO
1614	MELANIA CORDEIRO TELLES
6355	NELSA FUNINI
1642	ODETE BUENO LAUREANO
6456	REGIANE TEREZINHA DA COSTA
6371	ROSEMARA APARECIDA DOS SANTOS
6372	ROSENILDA MONTEIRO
1653	SIMONE GONÇALVES DE MELO
6358	SIRENITA ROSA BARBIERI
6428	SOLANGE GUIMARAES DE CARVALHO
1615	TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 978/2016**

DECRETO Nº 978/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. IOSMAR RODRIGUES GALVÃO, matrícula 6467, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 979/2016**

DECRETO Nº 979/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. VANDERLEI ZANATTA, matrícula 6459, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 980/2016**

DECRETO Nº 980/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. OSMIR RODRIGUES MACHADO, matrícula 6460, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**DECRETO 981/2016**

DECRETO Nº 981/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. MAURICIO RENAN MENDES, matrícula 6006, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 982/2016**

DECRETO Nº 982/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. JOSEANE CRISTINA FORCHESATTO PETUCO, matrícula 6457, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 983/2016**

DECRETO Nº 983/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. CINTIA NAISSARA TODESCATT TUSSI, matrícula 6474, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 984/2016**

DECRETO Nº 984/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 20 de dezembro de 2016, a Sra. ELIS ANDREIA BRUSTOLIN, matrícula 6359, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 985/2016**

DECRETO Nº 985/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2016, a Sra. JANDIRA APARECIDA BARBIERI MENEZES, matrícula 6368, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 986/2016**

DECRETO Nº 986/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2016, o Sr. LEANDRO BALDISSERA, matrícula 6346, ocupante do cargo em comissão de CONSULTOR JURÍDICO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 987/2016**

DECRETO Nº 987/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ANDREIA FERRARI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 09 dias a partir do dia 12 de dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 988/2016**

DECRETO Nº 988/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. ALEXANDRE DALALIBERA, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 (cinco) dias a partir do dia 14 de dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **DECRETO 989/2016**

DECRETO Nº 989/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KATIA DE SOUZA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 (quatro) dias a partir do dia 29 de novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 990/2016**

DECRETO Nº 990/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ANA PAULA LORENZET, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 (dez) dias a partir de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 991/2016**

DECRETO Nº 991/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. NELI ANTONIA RAYMUNDI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 09 (nove) dias a partir de 05 de dezembro, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 992/2016**

DECRETO Nº 992/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2016, a Sra. ANA PAULA LORENZET, matrícula 6458, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 993/2016**

DECRETO Nº 993/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir de hoje, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargo de AGENTE EDUCACIONAL, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
1643	BRUNA MARAISA DE ABREU
1632	JESSICA APARECIDA CAMAROTTO
1631	LUCIANO JOSE SANAMBAIA
1636	MARISTELA NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO
6412	TATIANE ASSUNÇÃO

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 994/2016.**

DECRETO Nº 994/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. FABIANE DE OLIVEIRA LUZ, matrícula 1588, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 995/2016**

DECRETO Nº 995/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. FERNANDA DE OLIVEIRA JUSTEN, matrícula 6408, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 996/2016**

DECRETO Nº 996/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. IDILES PERONDI ACUNHA, matrícula 6417, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 997/2016**

DECRETO Nº 997/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ISIS FAVERO, matrícula 1599, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 998/2016**

DECRETO Nº 998/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MARIA MADALENA TRATES, matrícula 6464, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Serrada SC, 03 de Janeiro de 2016. Alceu Alberto Wrubel Prefeito Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO 999/2016**

DECRETO Nº 999/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MICHELLA MARTINELLI, matrícula 6462, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017 - TP Nº 001/2017**

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017

TP Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC torna público que realizará licitação, na mod. TP, conforme descrito no Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e 147/14 do tipo TÉCNICA E PREÇO. A Presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria contábil à Administração Municipal para o ano de 2017, podendo tal contratação ser prorrogada até o limite estabelecido no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 08:30 horas do dia 07 de Fevereiro de 2017 na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, à rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, na Ponte Serrada, SC, Os envelopes: nº 01 nº 02 nº 03 deverão ser Protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, à rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, na cidade Ponte Serrada, SC, até às 13 horas do dia 03 de Fevereiro de 2017. As empresas interessadas poderão retirar o edital e seus anexos e/ou obter maiores informações no endereço citado acima, pelo fone 3435-0122 ou pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> Ponte



# Porto Belo

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1.483-2017**

DECRETO Nº 1.483, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,18% (zero vírgula dezoito por cento), considerando o IPCA do mês de novembro de 2016, que passa a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,7578.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito



# Porto União

## PREFEITURA

### ERRATA - PORTARIA Nº 831/2016 - RH

ERRATA – Portaria nº 831, de 30 de dezembro de 2016.

Na publicação da Portaria nº 831, de 30 de dezembro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2157, de 30 de dezembro de 2016, página 611,

Onde se lê:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora LUCIANE VENESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Leia-se:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora LUCIANA ROLLWAGEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Porto União SC, 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 831/2016 - RH

PORTARIA Nº 831/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora LUCIANA ROLLWAGEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 01/2017**

PORTARIA Nº 1/2017

EMENTA: "Dispõe sobre Exoneração".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA o Senhor Gil Henrique Gavasso do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo AS-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 02/2017**

PORTARIA Nº 2/2017

EMENTA: "Dispõe sobre Exoneração".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Roza Kujiv Muller do Cargo Comissionado de Assessor Geral da Presidência, Símbolo AS-2, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 03/2017**

PORTARIA Nº 3/2017

EMENTA: "Dispõe sobre Exoneração".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Franciele Andressa Dobler Zago do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo AS-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 04/2017**

PORTARIA Nº 4/2017

EMENTA: "Dispõe sobre Exoneração".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA o Senhor Deverson Fabio Tonial do Cargo Comissionado de Diretor Legislativo, Símbolo DS-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 05/2017**

PORTARIA Nº 5/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Edina Koftun do Cargo Comissionado de Assessor de Assuntos de Plenário, Símbolo AS-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 06/2017**

PORTARIA Nº 6/2017

EMENTA: "Dispõe sobre Exoneração".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA o Senhor Luiz Sérgio Buch do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo AS-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 07/2017**

PORTARIA Nº 7/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Micheli Aparecida Oaniéski do Cargo Comissionado de Assessora de Comunicação Social, Símbolo ATP-2, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 08/2017**

PORTARIA Nº 8/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Chaiane Samanta da Silva do Cargo Comissionado de Diretor Financeiro, Símbolo DS-2, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 09/2017**

PORTARIA Nº 9/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA o Senhor Eduardo Caznok do Cargo Comissionado de Assessor Informática, Símbolo ATP-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 10/2017**

PORTARIA Nº 10/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Marina Casal de Freitas do Cargo Comissionado de Assessor Jurídico, Símbolo ATP-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 11/2017**

PORTARIA Nº 11/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a Senhora Alexandra Sudoski Flenick do Cargo Comissionado de Consultor Jurídico da Presidência, Símbolo ATP-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 227/2017**

RESOLUÇÃO Nº 227/2017

Ementa: "Dispõe sobre Exoneração do Cargo de Diretor Administrativo do quadro Funcional da Câmara Municipal de Porto União"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, inciso XII do Regimento Interno RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Senhor Theodoro de Almeida do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, Símbolo DS 1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Sala das Sessões, em 02 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Caliskoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 002/2017 DE 03/01/2017. DESIGNA GESTOR DAS CONTAS BANCARIAS PARA O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antônio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 002/2017 de 03/01/2017.

DESIGNA GESTOR DAS CONTAS BANCARIAS PARA O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

1º - Fica designado e responsável com poderes ilimitados pela movimentação bancária de todas as contas vinculadas e correntes em nome da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, CNPJ nº 83.102.681/0001-26, bem como pelas contas convênios para:

- emitir cheques;
- abrir contas de depósito;
- autorizar cobrança;
- utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- receber, passar recibo e dar quitação;
- solicitar saldos e extratos;
- requisitar talonários de cheques
- autorizar débito em conta relativo a operações;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheque;
- assinar instr. de crédito;
- requisitar cartão eletrônico;
- movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- assinar contrato de abertura de crédito;
- sustar/contrapor ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança;
- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- efetuar transferências por meio eletrônico;
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- consultar contas/aplic. programas repasse recursos federais;
- liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp;
- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- emitir comprovantes;
- efetuar transferência p/ mesma;
- encerrar contas de depósito.

2º - As assinaturas de todas as contas descritas no caput do artigo primeiro serão feitas em conjunto pelo Sr. Oscar Gutz, Prefeito

Municipal e o Sr. Maikel Verdi, funcionário efetivo lotado no cargo de Gestor da Secretaria de Administração (Portaria nº 311/2011).

3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 03 de janeiro de 2017.  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 003/2017 DE 03/01/2017. DESIGNA GESTOR DAS CONTAS BANCARIAS PARA OS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antônio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 003/2017 de 03/01/2017.

DESIGNA GESTOR DAS CONTAS BANCARIAS PARA OS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA

1º - Fica designado e responsável com poderes ilimitados pela movimentação bancária de todas as contas vinculadas, correntes, e contas de convênios, dos seguintes Fundos Municipais abaixo relacionados:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO  
CNPJ: 12.321.353/0001-72

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ: 15.682.059/0001-84

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE POUSO REDONDO  
CNPJ: 20.050.388/0001-42

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA  
CNPJ: 21.236.895/0001-38

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC  
CNPJ: 15.334.759/0001-88

Para:

- emitir cheques;
- abrir contas de depósito;
- autorizar cobrança;
- utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- receber, passar recibo e dar quitação;
- solicitar saldos e extratos;

- requisitar talonários de cheques
- autorizar débito em conta relativo a operações;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheque;
- assinar instr. de credito;
- requisitar cartão eletrônico;
- movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- assinar contrato de abertura de crédito;
- sustar/contra-ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques – poupança;
- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- efetuar transferências por meio eletrônico;
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- efetuar movimentação financeira no RPG;
- consultar contas/aplic.programas repasse recursos federais;
- liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp;
- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- solicitar saldos/extratos de operações de credito;
- emitir comprovantes;
- efetuar transferência p/ mesma;
- encerrar contas de deposito.

2º - As assinaturas de todas as contas descritas no caput do artigo primeiro serão feitas em conjunto pelo Sr. Oscar Gutz, Prefeito Municipal e o Sr. Maikel Verdi, funcionário efetivo lotado no cargo de Gestor da Secretaria de Administração (Portaria nº 311/2011).

3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 03 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 01/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

#### EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:00 (oito horas), do dia 16 (dezesseis) de janeiro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal e Pneus Novos para manutenção da Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017, conforme especificações constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 03 DE JANEIRO DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### PORTARIA 01/2017

PORTARIA N.º 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS E PARCIAIS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º. – Ficam concedidas Férias Coletivas e Parciais no período de 02/01/2017 à 31/01/2017 aos Servidores Públicos Municipais pertencentes às Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Agricultura.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 02/2017

PORTARIA N.º. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, ANDREZA HANG VANDERLIN-DE Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 25/02/2015 à 24/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 03/2017

PORTARIA N.º. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, ANDREZA HANG VANDERLIN-DE Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 21/06/2015 à 20/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 04/2017

PORTARIA N.º. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANGELA CONHAQUE MATE, Re-creadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/12/2016 à 12/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 05/2017

PORTARIA N.º. 055 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANA ROSELI BENTO, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 22/07/2015 à 21/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 06/2017

PORTARIA N.º. 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANICE GEANI RESINE VIEIRA, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 06/02/2016 à 05/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 07/2017**

PORTARIA Nº. 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANICE GEANI RESINE VIEIRA, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2016 à 23/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 08/2017**

PORTARIA Nº. 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ALINE MOREIRA, Coordenador Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/08/2015 à 07/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 09/2017**

PORTARIA Nº. 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a CATIA MARIA RECH CARDOSO, Assistente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 15/03/2015 à 14/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 10/2017**

PORTARIA Nº. 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, CLAUDILENE BELEGANTE PERTI, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/10/2016 à 12/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 100/2017**

PORTARIA Nº. 100 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado da Função Gratificada de "Resp. pela Gargem Do DMER", a partir desta data, o servidor TIAGO ZAGUINI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 101/2017**

PORTARIA Nº. 101 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerada da Função Gratificada de "Resp. pela Limpeza e manutenção do Núcleo Escolar Itaquá", a partir desta data, a servidora JOSEANE FARIAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 102/2017**

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 11/2011 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, O senhor HERMES BELEGANTE, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 103/2017**

PORTARIA Nº. 103 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ROSE CLER LESKE, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/07/2015 à 02/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 104/2017**

PORTARIA Nº. 104 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o (a) Senhor(a) SALE-SIO PEREIRA, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 105/2017**

PORTARIA Nº. 105 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado(a) partir desta data, o(a) Senhor(a) BENITO BRAND, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Saúde, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 106/2017**

PORTARIA Nº. 106 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº 33/2015 de 01 de Janeiro de 2015, baixa a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado(a) partir desta data, o(a) Senhor(a) JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Finanças, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº.

1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 107/2017**

PORTARIA Nº. 107 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o (a) Senhor (a) ROSILENE MAINCHAIN DE SOUZA BRAND, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Educação, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
Prefeito municipal

### **PORTARIA 108/2017**

PORTARIA Nº. 108 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o (a) senhor (a) SIDNEY VIEIRA JUNIOR, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE CONTROLE E FROTA, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 109/2017**

PORTARIA Nº. 109 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedido férias a IRMA VANDERLINDE, Agente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 11 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/10/2015 à 10/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 11/2017**

PORTARIA Nº. 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CLEIA HILDA BELEGANTE, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 07/05/2016 à 06/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 110/2017**

PORTARIA Nº 110 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. – Designar a servidora CASSIA FERNANDA BONAMINI, concursada na Carreira de Assistente Administrativo, para exercer a função gratificada de "Responsável pelo Almoxarifado da Secretaria de Saúde", de Presidente Nereu.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o "caput" deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 12/2017**

PORTARIA Nº. 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOÃO DOMINGOS PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 27/01/2016 à 26/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 13/2017**

PORTARIA Nº. 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a DENICE DE FÁTIMA ELISEU, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/10/2015 à 02/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 14/2017**

PORTARIA Nº. 014 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado da Função Gratificada de "Resp. Controle/Estoque da Merenda Escolar", a partir desta data, o servidor MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 15/2017**

PORTARIA Nº. 015 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a DINORA PETRI, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 16/2017**

PORTARIA Nº. 016 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, DIONE ISAIAS BERTOLINO, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2016 à 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 17/2017**

PORTARIA Nº. 017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a ÉDER SCHWARTZ, Operador de Equipamentos, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 16 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 17/07/2015 à 16/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA 18/2017**

PORTARIA Nº. 018 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ELIANE HEINZ, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2016 à 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 19/2017**

PORTARIA Nº. 019 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ELIANE KOCHANISKI, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 20/2017**

PORTARIA Nº. 020 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ELIZABETE MICH GILLI, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 24/08/2016 à 23/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 21/2017**

PORTARIA Nº. 021 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ELIZABETE MICH GILLI, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2016 à 13/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 22/2017**

PORTARIA Nº. 022 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ENELICE GILI BUNN, Assistente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 23/2017**

PORTARIA Nº. 023 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, ERONELDE SCHMITZ DE SOUZA, Recreadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/03/2016 à 02/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 24/2017**

PORTARIA Nº. 024 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FABIO MAINCHAIN, Agente Comunitário de Saúde BOA ESPERANÇA, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 22/11/2015 a 21/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 25/2017**

PORTARIA Nº. 025 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FERNANDO DE SOUZA, Agente Comunitário de Saúde Centro, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2016 a 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 26/2017**

PORTARIA Nº. 026 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a GILCELI BUNN, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/05/2016 à 12/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 27/2017**

PORTARIA Nº. 027 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, IRACI DA SILVA VANDERLINDE, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 20/06/2016 à 19/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 28/2017**

PORTARIA Nº. 028 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, IRACI DA SILVA VANDERLINDE, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/09/2016 à 12/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 29/2017**

PORTARIA Nº. 029 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, ISONETE DA SILVA FERREIRA, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2016 à 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 30/2017**

PORTARIA Nº. 030 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, ISONETE DA SILVA FERREIRA, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 15/02/2016 à 14/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 31/2017**

PORTARIA Nº. 031 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, IVANILDES FERNANDES BENTO, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2016 à 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 32/2017**

PORTARIA Nº. 032 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, IVETE ZAITZ ROCHA, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 06/02/2016 à 05/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 33/2017**

PORTARIA Nº. 032 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, IVETE ZAITZ ROCHA, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 06/02/2016 à 05/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 34/2017**

PORTARIA Nº. 034 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a IVONETE VIEIRA, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2016 à 31/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 35/2017**

PORTARIA Nº. 035 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a IZALENE THEISS DA ROSA, Assistente Social, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 19/01/2015 à 18/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 36/2017**

PORTARIA Nº. 036 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JAIR DA SILVA, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/03/2015 à 13/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 37/2017**

PORTARIA Nº. 037 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JAISON MATE, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/06/2016 à 12/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 38/2017**

PORTARIA Nº. 038 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANELI SEZERINO LINHARES, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 39/2017**

PORTARIA Nº. 039 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a JANAINA BELEGANTE, Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2015 à 01/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 40/2017**

PORTARIA Nº. 040 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais a JARBAS SCHAUFELBERGER, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 16 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/02/2015 à 12/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 41/2017**

PORTARIA Nº. 041 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JANIZE MUNCIO LUIZ HOEPERS, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 07/02/2016 à 06/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 42/2017**

PORTARIA Nº. 042 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a JERUSA LIMA, Agente Comunitário de Saúde Barrinha, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2016 a 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 43/2017**

PORTARIA Nº. 043 DE 02 DE JANEIRO DE 20167.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (fruição) a JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 16 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/02/2015 à 13/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 44/2017**

PORTARIA Nº. 044 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 16/2012 de 05 de Abril de 2012, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, a senhora LENARA POPENGA LYRA, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provisão em Comissão de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, Nível de Vencimentos VIII-1 do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 45/2017**

PORTARIA Nº. 045 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JONETE TOMIO RACHADEL, Re-creadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 21/01/2016 à 20/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 46/2017**

PORTARIA Nº. 046 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOSEANE FARIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/07/2015 à 02/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 47/2017**

PORTARIA Nº. 047 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOSEANE WOLF, Re-creadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 17/12/2016 à 16/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 48/2017**

PORTARIA Nº. 048 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais a JOSÉ FERMINO DA



SILVA, Operário Braçal, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 16 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 15/01/2015 à 14/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 49/2017**

PORTARIA Nº. 049 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOSÉ DARIO DE MELO, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 30/06/2015 à 29/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 50/2017**

PORTARIA Nº. 050 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JUBELINO FERREIRA DOIM, Operário Braçal, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 05/07/2015 à 04/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 51/2017**

PORTARIA Nº. 051 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a JULIANA PEREIRA EIFLER, Atendente de Consultório, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 10/10/2015

à 09/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 52/2017**

PORTARIA Nº. 052 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LEUSA MARIA MATE VIEIRA, Auxiliar Pedagógico, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/07/2015 à 02/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 53/2017**

PORTARIA Nº. 053 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LINDOMAR COMANDOLI, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 15/04/2016 à 14/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 54/2017**

PORTARIA Nº. 054 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LOURDES DIOGO, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 11/04/2015 a 10/04/2016.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 55/2017**

PORTARIA Nº. 055 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a LUCIANA DOS SANTOS DE BORBA, FONODIÓLOGA, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2015 à 01/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 56/2017**

PORTARIA Nº. 056 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUCIANA SCHMITZ PETRIS, Re-creadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2016 à 01/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 57/2017**

PORTARIA Nº. 057 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUCIANO DE ANDRADE FERREIRA, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/02/2016 à 12/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 58/2017**

PORTARIA Nº. 058 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARCIA FILOMENA SANTIAGO, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2016 à 24/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 59/2017**

PORTARIA Nº. 059 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARCIA FILOMENA SANTIAGO, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 23/01/2016 à 22/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 60/2017**

PORTARIA Nº. 060 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARIA GORETI PLOTGCKER GOEDERT, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/02/2016 à 12/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.  
Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 61/2017**

PORTARIA Nº. 061 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARIA LURDES DAS ALMAS OLIVEIRA, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 29/07/2016 à 28/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 62/2017**

PORTARIA Nº. 062 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARLI RAITZ BACK, Assistente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 15/04/2015 à 14/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 63/2017**

PORTARIA Nº. 063 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a MARLI STEINHAUSER VANDERLINDE, Merendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2015 à 01/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 64/2017**

PORTARIA Nº. 064 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a MARLON KAIO BUNN, Técnico Agrícola, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 21 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 65/2017**

PORTARIA Nº. 065 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MAURICIO DE MELO, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 16/03/2016 à 15/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 66/2017**

PORTARIA Nº. 066 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a OLAVIO HOEPERS, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 09/10/2015 à 08/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 67/2017**

PORTARIA Nº. 067 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a OSNITA DE SOUZA DALPRÁ, Me-rendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/08/2016 à 13/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 68/2017**

PORTARIA Nº. 068 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a PATRICIA RESINE, Professor 40 horas, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 18/07/2016 à 17/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 69/2017**

PORTARIA Nº. 069 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ROSANGELA HAMES FERREIRA, Agente Comunitário de Saúde THIEME, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 20/11/2015 a 19/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 70/2017**

PORTARIA Nº. 070 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ROSELI MANNRICH RESINE, Re-creadora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2016 à 01/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 71/2017**

PORTARIA Nº. 071 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SANDRA FELIPE DE SOUZA, Pro-fessora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 25/02/2016 à 24/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 72/2017**

PORTARIA Nº. 072 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a SERGIO ALTAIR SANTANNA, Operador Equipamentos, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2015 à 01/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 73/2017**

PORTARIA Nº. 073 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SIMONE EIFLER BURG, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 20/06/2016 à 19/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 74/2017**

PORTARIA Nº. 074 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SIMONE EIFLER BURG, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2016 à 24/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 75/2017**

PORTARIA Nº. 075 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a SONIA CORREIA, Gerente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 21 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 28/12/2015 à 27/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 76/2017**

PORTARIA Nº. 076 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SONIA FELIPE EIFLER, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/04/2016 à 02/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 77/2017**

PORTARIA Nº. 077 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SONIA FELIPE EIFLER, Professora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2016 à 13/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 78/2017**

PORTARIA Nº. 078 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VALDETE MAYER BRITO, Recreatora, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 06/02/2016 à 06/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 79/2017**

PORTARIA Nº. 079 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a VANESSA SCHWARTZ DE SOUZA, Agente Comunitário de Saúde Salto Naufrágio, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 25/06/2015 a 24/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 80/2017**

PORTARIA Nº. 080 DE 042 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a VANIA DE MELO, Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 23/03/2015 a 22/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 81/2017**

PORTARIA Nº. 081 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a VANESSA FRONZA, Técnico em Enfermagem, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 17/11/2015 a 16/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 82/2017**

PORTARIA Nº. 082 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VANDERLEIA SCHWARTZ KOCHANSKI, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/11/2015 à 07/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 83/2017**

PORTARIA Nº. 083 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a MARLENE KRAUS, Orientadora Escolar, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 16 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2016 à 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 84/2017**

PORTARIA Nº. 084 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VIVIANE FAGUNDES BACH, Me-rendeira, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 24/07/2016 à 23/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 85/2017**

PORTARIA Nº. 085 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais a VITORIA MONTEIRO, Odontóloga, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 11 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 26/07/2016 à 25/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 86/2017**

PORTARIA Nº. 086 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 11/2011 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, O senhor MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE COORDENAÇÃO DE ENSINO, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 87/2017**

PORTARIA Nº. 087 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a DIONE SCHWARTZ, Operador de Equipamentos, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 04/04/2015 à 03/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 88/2017**

PORTARIA Nº. 088 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a CLAUDELINO BELEGANTE, Operário Braçal, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 27/12/2015 à 26/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 89/2017**

PORTARIA Nº. 089 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a MAYCON SEBASTIAN BUNN, Motorista, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 17/07/2015 à 16/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 90/2017**

PORTARIA Nº. 090 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ODAIR KOCHANSKI, Gerente Administrativo, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 91/2017**

PORTARIA Nº. 091 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VALDEMIRO CADILHAC, Professor, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 25/02/2016 à 24/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 92/2017**

PORTARIA Nº. 092 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VALDEMIRO CADILHAC, Professor I, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 28/12/2015 a 27/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 93/2017**

PORTARIA Nº. 093 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ANGELA MARIA MARTINS, Auxiliar de Serviços Gerais pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 16/05/2015 à 15/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 94/2017**

PORTARIA Nº. 094 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

INTERROMPE CESSÃO DE FUNCIONÁRIO PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU – SC COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Fica interrompido o afastamento do Servidor MARZIO ROGÉRIO VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de Gerente Administrativo, cedido a Câmara de Vereadores de Presidente Nereu - SC para exercício de cargo em comissão de Agente Político como secretário Geral da mesma, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando a Portaria nº 064/2016.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 95/2017**

PORTARIA Nº. 095 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o(a) Senhor(a) AMILTON PETRY, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Geral de Gabinete, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 96/2017**

PORTARIA Nº. 096 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CELSO AUGUSTO VIEIRA, Médico Veterinário, pelo período de 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Janeiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 10/03/2015 à 09/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 97/2017**

PORTARIA Nº. 097 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ROBERTO RAIZER, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 98/2017**

PORTARIA Nº. 098 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerada da Função Gratificada de "Chefe de Cozinha do Núcleo Escolar Itaquá", a partir desta data, a servidora ELIANE ELEOTERIO KOCHANKI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 99/2017**

PORTARIA Nº. 099 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerada da Função Gratificada de "Responsável pelo Almoxarifado da Secretaria de Saúde", a partir desta data, a servidora SIMOME RECH.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Janeiro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado do interessado ou de seu procurador, o candidato aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2013, de 13 de março de 2013, homologado o resultado do aprovado por meio do Decreto nº 090, de 07 de maio de 2013, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS PESADOS

CLAIRTON IDACIR SCHNEIDER

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 001, 03.01.2017

PORTARIA Nº. 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
DANIELA COREZOLLA SEVALD	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	08/06/2015 a 07/06/2016	03/01/2017 a 01/02/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 03.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 002, DE 03.01.2017

PORTARIA Nº. 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
HUBERTO ANDRADE PACHECO	MÉDICO VETERINÁRIO	05/06/2015 a 04/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 003, DE 03.01.2017**

PORTARIA Nº. 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. DENACIR EPPING, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de Janeiro de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 2º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. ALBERTO ROQUE ROVEDDER, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, a partir de 04 de Janeiro de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 004, DE 03.01.2017**

PORTARIA Nº. 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

SUSPENDE EFEITOS DA PORTARIA QUE CONCEDEU FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. SUSPENDER, os efeitos da Portaria nº 059, de 03 de Março de 2015, que concedeu Função Gratificada ao servidor ALBERTO ROQUE ROVEDDER, ocupante do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, Nível TSA, Grupo V, em razão de função exclusiva de Motorista dos serviços da saúde, carga horária de 40 horas semanais, a contar da data de 04 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. CONCEDER, função gratificada, ao Servidor Municipal efetivo Sr. DENACIR EPPING, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, Nível TSA, Grupo V, em razão de função exclusiva de Motorista dos serviços da saúde, carga horária de 40 horas semanais, a contar de 04 de Janeiro de 2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 005, DE 03.01.2017**

PORTARIA Nº. 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. MAICO BOFF, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18 de Janeiro de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 2º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. FRANCISCO SENO ARNHOLD, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, a partir de 18 de Janeiro de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.01.2017.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 006, DE 03.01.2017**

PORTARIA Nº. 006, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

SUSPENDE EFEITOS DA PORTARIA QUE CONCEDEU FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. SUSPENDER, os efeitos da Portaria nº 010, de 05 de Janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada ao servidor FRANCISCO SENO ARNHOLD, ocupante do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, Nível TSA, Grupo V, em razão de função exclusiva de Motorista dos serviços da saúde, carga horária de 40 horas semanais, a contar da data de 18 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. CONCEDER, função gratificada, ao Servidor Municipal estável Sr. MAICO BOFF, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Nível TSA, Grupo V, em razão de função exclusiva de Motorista dos serviços da saúde, carga horária de 40 horas semanais, a contar de 18 de Janeiro de 2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.01.2017.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 007, DE 03.01.2017**

PORTARIA Nº. 007, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS E SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (tinta) dias de férias, as servidoras e servidor abaixo relacionados, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
MÁRCIA C. WOHLMUTH BISUTTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/03/2015 a 05/03/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
ANA JUCELY DE SOUZA	EDUCADOR FÍSICO	08/07/2015 a 07/07/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
ELISÂNGELA S. REICHERT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	14/02/2015 a 13/02/2016	10/01/2017 a 08/02/2017
SÉRGIO A. GHELLER	CONSELHEIRO TUTELAR	10/01/2016 a 09/01/2017	16/01/2017 a 14/02/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 03 de Janeiro de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº5733 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5733 de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ELENIR HOLLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera, a servidora ELENIR HOLLER, do cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Educação, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº5734 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5734 de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA HEBER XAVIER FERREIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor HEBER XAVIER FERREIRA, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº5735 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5735 de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JAMES OCACIO PRUST".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor JAMES OCACIO PRUST, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal da Fazenda, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº5736 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5736 de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA JEAN DOUGLAS SENEM".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor JEAN DOUGLAS SENEM, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5737 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5737 de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA MARCO AURELIO ROSAR".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor MARCO AURELIO ROSAR, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5738 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5738 de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA SIDO STREY".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor SIDO STREY, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Assistência Social e de Habitação, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 54, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5739 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5739 de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA EDUARDO MARZALL".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor EDUARDO MARZALL, do cargo em comissão – Superintendente da Fundação Municipal de Desporto, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5740 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5740 de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA WILLIAN WALTER SIEVERDT".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor WILLIAN WALTER SIEVERDT, do cargo em comissão – Superintendente da Fundação Cultural, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5741 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5741, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA EDUARDO RINNERT SCHULZE".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor EDUARDO RINNERT SCHULZE, do cargo em comissão – Chefe do Gabinete do Prefeito, sendo 01/01/2017 o último dia trabalhado, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5744 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5744, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA ADRIANO BATTISTI".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ADRIANO BATTISTI, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5745 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5745, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA ALÍRIO FRANCO".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ALÍRIO FRANCO, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE MAQUINÁRIO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5746 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5746, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA AMILTON PADILHA".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor AMILTON

PADILHA, do cargo em comissão – ASSISTENTE DE GABINETE DO VICE-PREFEITO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5748 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5748, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA ANA MARIA DE OLIVEIRA".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAS EXTRA CURRICULAR, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5749 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5749, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, do cargo em comissão – ASSESSOR DE GEOPROCESSAMENTO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5750 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5750, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA AURELIO ADRIANO DAVILA**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor AURELIO ADRIANO DAVILA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE PARCERIAS DA ESCOLA MODELO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5751 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5751, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA CARLA ANDREA DA SILVA**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora CARLA ANDREA DA SILVA, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DOS CONVÊNIOS E CONSELHOS, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5752 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5752, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA, do cargo em comissão – CONSULTOR JURÍDICO FAZENDÁRIO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5753 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5753, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA CLAUDIO RICIER BRITO".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor CLAUDIO RICIER BRITO, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5754 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5754, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA DIEGO BORTOLOZZO".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor DIEGO BORTOLOZZO, do cargo em comissão – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**

Prefeito do Município de Rio do Sul



**DECRETO Nº5755 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5755, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA EDUARDO RINNERT SCHULZE".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor EDUARDO RINNERT SCHULZE, do cargo em comissão – CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5756 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5756, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA EFRE FRONZA".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor EFRE FRONZA, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Serviço de Sinalização Viária do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5758 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5758, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA FERNANDO ANDRADE BASTOS".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor FERNANDO ANDRADE BASTOS, do cargo em comissão – Assessor

Especial de TI do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5759 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5759, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA FERNANDO CESAR SOUZA".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor FERNANDO CESAR SOUZA, do cargo em comissão – Diretor do Departamento de Orçamento e Gestão do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5760 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5760, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA FERNANDO ROCHA".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor FERNANDO ROCHA, do cargo em comissão – Chefe da Divisão de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5761 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5761, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA GABRIELA FRONZA ZLUHAN".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora GABRIELA FRONZA ZLUHAN, do cargo em comissão – Chefe de Relações Públicas e Cerimonial do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5762 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5762, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA GILMAR HENRIQUE MARQUEZ GALDINO".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor GILMAR HENRIQUE MARQUEZ GALDINO, do cargo em comissão – Chefe de Imprensa e Jornalismo do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5763 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5763, de 02 de janeiro de 2017.

**"EXONERA GUSTAVO PASQUALINI KUHL".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor GUSTAVO

PASQUALINI KUHL, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DO ALMOXARIFADO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº5807 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5807, 02 de janeiro de 2017.

**"NOMEIA JEBERTON LUIS FERMINO"**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JEBERTON LUIS FERMINO, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Superintendente da Fundação Municipal de Desporto, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/17**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Empreit Mão de Obra Terrapl J Adriano Ltda	xx.177.452/0001-xx	162094
Rene Celso Moreno Castro ME	xx.035.094/0001-xx	161689

Rio do Sul, 03 de janeiro de 2017

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração



# **EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - EDITAL Nº 001/2017 - SMF**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

EDITAL Nº SMF 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2017

O Secretário Municipal da Fazenda Interino e o Fiscal de Tributos do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, tornam público o lançamento dos Impostos, Taxas Municipais e Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, para o exercício de 2017, na forma da Lei Complementar nº 110/2003, sendo:

w Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);  
w Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);  
w Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais (TVCNM);  
w Taxa de Vigilância Sanitária (TVS);  
w Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo (TCL);  
w Taxa de Proteção aos Desastres (TPD);  
w Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP);

## **1. MODALIDADES DE PAGAMENTO**

1.1 - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme dispõem os artigos 210 e 213, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento até o dia 22.03.2017 com descontos variáveis de até 20% (vinte por cento) em primeira cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

Pagamento até o dia 19.04.2017 com descontos variáveis de até 10% (dez por cento) em segunda cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

Para pagamentos parcelados, deverá ser observada a seguinte tabela de vencimentos:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2017
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2017
2ª – Parcela	18/05/2017
3ª – Parcela	21/06/2017
4ª – Parcela	20/07/2017
5ª – Parcela	23/08/2017
6ª – Parcela	20/09/2017

## **1.2 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):**

### **1.2.1 - Tributação Fixa:**

1.2.1.1 - Profissionais liberais das áreas de medicina, odontologia, advocacia, engenharia, arquitetura, demais profissionais liberais com Tributação Fixa definida na Tabela II do Anexo II da Lei Complementar 110/2003, Sociedades Uniprofissionais previstas no art. 272, II; conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	31/01/2017
02	28/02/2017
03	31/03/2017
04	30/04/2017
05	31/05/2017
06	30/06/2017
07	31/07/2017
08	31/08/2017
09	30/09/2017
10	31/10/2017
11	30/11/2017
12	29/12/2017

1.2.1.2 - Escritórios contábeis optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional (art. 272-A):

Pagamento mensal até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, conforme art. 34, da Resolução CGSN nº 94, de 01 de dezembro de 2011.

1.2.1.3 - Autônomos de Nível Técnico, com Tributação Fixa definida na Tabela II, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	28/02/2017
02	28/04/2017
03	30/06/2017
04	31/08/2017
05	31/10/2017
06	29/12/2017

1.2.1.4 - Autônomos em geral, com Tributação Fixa definida na Tabela II, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, II, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento parcelado conforme tabela abaixo:

Parcela	Vencimento
01	28/02/2017
02	31/05/2017
03	31/08/2017
04	30/11/2017

1.2.2 - Com tributação variável (Homologado) definida na Tabela I, do Anexo II, da Lei Complementar nº 110/2003, conforme dispõe o artigo 290, I, da Lei Complementar nº 110/2003:

Mensalmente até o dia 25 (vinte e cinco) ou o primeiro dia útil seguinte, do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador ou retenção do imposto na fonte pagadora, conforme dispõe o art. 290, I, da Lei Complementar nº 110/2003.

Mensalmente até o dia 20 (vinte) ou o primeiro dia útil do mês subsequente para os optantes pelo regime tributário diferenciado Simples Nacional, conforme art. 33, da Resolução CGSN nº 94, de 01 de dezembro de 2011.

1.3 - Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais (TVCNM), conforme dispõe o art. 356, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/01/2017

1.4 - Taxa de Vigilância Sanitária (TVS) conforme dispõem os artigos 359 e 364, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
Cota Única	31/05/2017

1.5 - Taxa de Coleta de Lixo (TCL), conforme dispõe o art. 377, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2017
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2017
2ª – Parcela	18/05/2017
3ª – Parcela	21/06/2017
4ª – Parcela	20/07/2017
5ª – Parcela	23/08/2017
6ª – Parcela	20/09/2017

1.6 - Taxa de Proteção aos Desastres (TPD), conforme dispõe o art. 368-A, III, da Lei Complementar nº 110/2003:

Parcela	Vencimento
1ª Cota Única	22/03/2017
2ª Cota Única e 1ª – Parcela	19/04/2017
2ª – Parcela	18/05/2017
3ª – Parcela	21/06/2017
4ª – Parcela	20/07/2017
5ª – Parcela	23/08/2017
6ª – Parcela	20/09/2017

1.7 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), conforme dispõem os artigos 379 e 382, da Lei Complementar nº 110/2003:

Pagamento mensal através de nota fiscal fatura emitida pela concessionária de distribuição de energia, conforme o vencimento da fatura, para os imóveis que possuem benfeitoria.

Pagamento nas mesmas datas previstas para o IPTU, para os imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados.

## 2. PENALIDADES:

A falta de pagamento dos tributos até o vencimento estipulado implica incidência de multa e juros de mora sobre o valor do tributo, como segue:

2.1 - Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento);

2.2 - Juros calculados com base na variação da SELIC, devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do seu vencimento.

## 3. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO:

As guias de recolhimento e/ou carnês dos tributos serão distribuídos da seguinte forma:

3.1 - IPTU, TPD, TCL e COSIP: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias de pagamento à vista e carnê para pagamento parcelado, serão distribuídos através dos correios, para o imóvel objeto do imposto ou para o endereço previamente indicado para remessa de correspondência;

3.1.1 - IPTU, TPD, TCL e COSIP: Os contribuintes que optarem pela emissão pela web com isenção do Preço Público, receberão pelo endereço eletrônico previamente cadastrado, informações para a emissão da guia de recolhimento a partir de 20/02/2017.

3.2 - TVCNM e TVS: As Notificações de Lançamento, juntamente com as Guias para pagamento à vista, serão distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.3 - ISSQN com Tributação Fixa: As Notificações de Lançamento, juntamente com o carnê para pagamento parcelado, serão distribuídas através dos correios, para o endereço indicado por ocasião do cadastro fiscal ou diretamente para os escritórios contábeis responsáveis pela escrita fiscal, previamente cadastrados.

3.4 - O ISSQN lançado por homologação (tributação variável) deverá ter sua base de cálculo informada através do uso de sistema informatizado, disponibilizado para este fim pela Secretaria Municipal da Fazenda. As guias de recolhimento do Imposto deverão ser impressas pelo próprio contribuinte ou pelo responsável por sua escrituração contábil e fiscal, após informada a base de cálculo, de acordo com cada atividade da empresa.

## 4. HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

A Secretaria Municipal da Fazenda atende junto ao Centro Administrativo Municipal Prefeito Helmuth Baumgarten, com sede na Praça 25 de julho, 01 – Centro – Rio do Sul – SC, nos seguintes horários:

- De 02/01/2017 até 28/02/2017 das 07h30min as 13:30hs;  
- A partir de 01/03/2017 das 07h30min as 11h30min e 13h30min as 17h30min.

## 5. ESCLARECIMENTOS FINAIS:

### 5.1 - IPTU

Os Contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do IPTU até o dia 08/03/2017, deverão solicitar segunda via, junto ao site <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/49/padrao/1> ou na Central de Atendimento do IPTU, sito o Salão da Capela do Divino Espírito Santo, à Rua José Bonifácio – Canoas – Rio do Sul – SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, até a data de vencimento da primeira parcela ou da segunda cota única do IPTU (19/04/2017), pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, para reavaliação (conforme arts. 211 e 212, da Lei Complementar nº 110/2003).

### 5.2 - ISSQN FIXO

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê do ISSQN FIXO até o dia 20/01/2017, deverão solicitar segunda via a partir do dia 23/01/2017, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, sito a Praça 25 de julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar por escrito, na forma estabelecida na legislação municipal para cada tributo, pedido de revisão ou reclamação fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, que procederá a um recálculo se necessário.

### 5.3 - TVCNM e TVS

Os contribuintes que, por qualquer motivo, não tiverem recebido seu carnê da TVCNM e TVS até o dia 20/01/2017, deverão solicitar segunda via a partir do dia 23/01/2017, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, sito a Praça 25 de Julho, 01 - Centro - Rio do Sul - SC, andar térreo.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar reclamação, por escrito, à Secretaria Municipal da Fazenda, na forma e prazo previsto no artigo 175, da Lei Complementar nº 110/2003.

#### 5.4 - LOCAIS DE PAGAMENTO

Os pagamentos relativos ao IPTU, TPD, TCL, ISSQN, TVS e TVCNM, deverão ser efetuados em qualquer agência bancária ou correspondente bancário, até a data do vencimento.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda Interino	Fiscal de Tributos

#### PORTARIA N. 0001/RH

PORTARIA N. 0001/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA N. 0002/RH

PORTARIA N. 0002/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, a servidora JUREMA LANZMASTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Patrimônio e Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA N. 0003/RH

PORTARIA N. 0003/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor MICHEL LUIS STREY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista (20h), do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA N. 0004/RH

PORTARIA N. 0004/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ROMULO AUGUSTO BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle e Distribuição de Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA N. 0005/RH

PORTARIA N. 0005/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, a servidora SONIA

PASQUALINI VOTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração Financeira da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA N. 0006/RH**

PORTARIA N. 0006/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora LILIANA REGINA MAY AYROSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Processamento de Dados da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA N. 0007/RH**

PORTARIA N. 0007/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANDREIA BERTOCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Atenção Básica e Unidade de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA N. 0008/RH**

PORTARIA N. 0008/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANA MARIA JOHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, da função comissionada de Secretário da Junta de Serviço Militar do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA N. 0009/RH**

PORTARIA N. 0009/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor ROBSON FERREIRA FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, do cargo em comissão de Guarda Municipal Inspetor do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA N. 0010/RH**

PORTARIA N. 0010/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor PAULO EVANDRO SOARES RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, do cargo em comissão de Guarda Municipal Inspetor do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0011/RH**

PORTARIA N. 0011/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor GERSON PASQUALINI SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, do cargo em comissão de Guarda Municipal Inspetor do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0012/RH**

PORTARIA N. 0012/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Educação Infantil de 4 a 6 anos da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0013/RH**

PORTARIA N. 0013/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor DIEGO DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Apoio Técnico e Pedagógica, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0014/RH**

PORTARIA N. 0014/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora JUS-SARA MACHADO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Programas Extra Curricular, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0015/RH**

PORTARIA N. 0015/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora MARIS-TELA LUIZA FRONZA MARCONSINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Educação, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0016/RH**

PORTARIA N. 0016/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora MARLI KANITZ MUNZFELD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Educação Infantil – 0 a 3 anos, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0017/RH**

PORTARIA N. 0017/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora SANDRA APARECIDA DELA JUSTINA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração e Controle de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0018/RH**

PORTARIA N. 0018/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Diretor de Processos Licitatórios, da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0019/RH**

PORTARIA N. 0019/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N. 0020/RH**

PORTARIA N. 0020/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01/01/2017, o servidor MARCO AURELIO FERRARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Compras, da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração



**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO  
DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES,  
REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E  
TERRITORIAL URBANO: 17/01/2017**

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Ofício Nº 001/CARPIIRIPTU

Rio do Sul, 03 de janeiro de 2017.

Senhor(a) Membro(a),

Em cumprimento ao disposto no artigo 11, § 1º do Regimento Interno da Comissão, vimos pelo presente CONVOCÁ-LO, na condição de Membro, para participar da Sessão Ordinária da Comissão, de acordo com o § 2º do Art 11 do Regimento Interno, que será realizada no dia 17 de janeiro de 2017, às 9h, na SALA DE REUNIÕES DO CONTROLE INTERNO, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1- Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão ordinária anterior;
- 2- Introdução para retomada dos trabalhos em 2017;
- 3- Discussões de assuntos gerais de competência da Comissão.

Certos de sua presença, firmamo-nos

Atenciosamente,

RONALDO DA ROCHA  
Presidente da Comissão

Ilmo(a) Sr(a)  
Conselheiro (a)  
Rio do Sul/SC

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### DECRETO 01-2017

DECRETO nº 001/2017, de 03 de janeiro de 2017

“DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, NOMEIA O PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como da Constituição da República Federativa do Brasil;  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação de 2017, conforme estabelecido no art. 51 da Lei Federal 8.666/93:

- Rosana Roecker: Presidente;
- Guilherme Moreira: Secretário;
- Késsia Meurer: Membro;
- Hilário Herdt: Suplente.

Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para atuarem como Pregoeiro e substituto de Pregoeiro em licitação na modalidade de Pregão, no âmbito do Município de Rio Fortuna e respectivos Fundos Municipais em 2017, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.520/2002, respectivamente:

- Luiz Bernardino da Silva: Pregoeiro Oficial;
- Junior Schmidt: Pregoeiro Substituto.

Art. 3º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitação na modalidade de Pregão, no âmbito do Município de Rio Fortuna e respectivos Fundos Municipais em 2017, os servidores:

- Guilherme Moreira: Membro;
- Késsia Meurer: Membro;
- Hilário Herdt: Membro.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Rio Fortuna, em 03 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e Publicado no Mural Municipal aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

### EDITAL CHAMAMENTO CADASTRO DE FORNECEDORES 2017

EDITAL DE CHAMAMENTO  
CADASTRO DE FORNECEDORES 2017

O Município de Rio Fortuna/SC, através da Comissão Permanente de Licitação, atendendo ao disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 34, § 1º, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de cadastro de novos fornecedores e atualização de dados dos já cadastrados. Poderá se inscrever qualquer pessoa física ou jurídica, atendidas as exigências legais, que tenham interesse em fornecer produtos e/ou serviços ao Município de Rio Fortuna e seus respectivos Fundos Municipais. Os interessados poderão obter demais informações junto à Comissão de Licitações, pelo telefone (48) 3653-1122 no horário das 07h às 13h ou pelo e-mail: licitacoes@riofortuna.sc.gov.

#### 1. DO CADASTRAMENTO E DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1.1 O cadastramento constitui-se na coleta e análise dos documentos referentes à capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira de pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços, com vistas à obtenção do CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR, de acordo com as disposições da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

1.2 O CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR permite aos interessados a participação em qualquer modalidade de licitação em que tal documento for solicitado ou admitido.

1.2.1 A apresentação do CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR não dispensa o licitante de apresentar os documentos estipulados em cada processo de licitação ou dispensa.

1.3 O CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR somente será expedido às pessoas físicas ou jurídicas que atendam a todas as exigências deste Edital.

1.4 A emissão do CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR não pressupõe a participação em licitações. Os interessados deverão acompanhar a divulgação dos processos de licitação por meio de Jornal de Circulação Regional e/ou Mural de avisos, e, quando for o caso, do Diário Oficial do Estado e União.

1.5 O CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR expedido em consonância com este Edital terá validade de um (01) ano, contado da data de sua expedição.

#### 2. DO PEDIDO DE CADASTRAMENTO

2.1 Os interessados poderão, em qualquer época, solicitar seu cadastramento no setor de licitação do Município de Rio Fortuna/SC, no endereço na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, 88760-000, mediante a apresentação dos documentos exigidos no Anexo II, juntamente com requerimento constante no modelo do Anexo I, devidamente assinado.

2.2 Os interessados que solicitarem a inscrição do Certificado de Cadastro de Fornecedor até o terceiro dia anterior à data de recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta comercial, para participarem em licitações, conforme art. 22, § 2º, da Lei 8.666/93, farão por requerimento, no qual deverá constar referida solicitação, com a documentação necessária para atender todas as condições para cadastramento, mencionando, ainda, a que licitação se refere, sob pena de não atendimento no prazo estipulado.

2.3 Os documentos necessários para o cadastro deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor municipal designado. Os documentos obtidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites referentes.

2.4 Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade estipulados pelo órgão emissor, bem como não será permitido protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.

2.5 Os documentos que não tiverem o prazo de validade fixado pelo respectivo órgão emissor serão considerados válidos por 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

2.6 Quando a pessoa jurídica tiver filial, todos os documentos apresentados deverão se referir a um só local de competência, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os seus estabelecimentos.

#### 3. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS E EMISSÃO DO CERTIFICADO

3.1 A documentação completa e o requerimento devidamente preenchido e assinado deverão ser protocolados na Prefeitura do Município de Rio Fortuna.

3.2 Os documentos protocolados serão ordenados, paginados e encaminhados para análise da Comissão Permanente de Licitação.  
3.3 A Comissão terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para decidir quanto à emissão ou não do Certificado de Registro Cadastral, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital.

3.4 A Comissão Permanente de Licitação concederá prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias para que se proceda à substituição ou complementação dos documentos que não satisfaçam às exigências deste Edital, sendo que a não observância do prazo estipulado implicará no arquivamento do pedido de inscrição ou renovação.

3.5 Após a substituição ou complementação acima referida, a Comissão terá novo prazo de até 05 (cinco) dias úteis para examiná-los e proferir a decisão final.

3.6 Decidindo a Comissão pelo deferimento do pedido, será expedido o CERTIFICADO DE CADASTRO DE FORNECEDOR no ramo de atividade constante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB;

#### 4. DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO

4.1 Decidindo a Comissão pelo indeferimento do pedido será comunicado à pessoa jurídica requerente, cabendo a interposição de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento do ofício.

4.2 O recurso deverá ser protocolizado na Prefeitura Municipal, situada na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, nos dias úteis, no horário das 07h às 13h e será encaminhado à Comissão que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do protocolo, poderá reconsiderar sua decisão. Caso a Comissão mantenha a decisão de indeferimento do pedido, encaminhará o recurso, juntamente com as razões do indeferimento, à autoridade superior para decisão final.

#### 5. DOS ANEXOS

5.1 Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Modelo de requerimento para inscrição ou renovação do Cadastro de Fornecedores do Município de Rio Fortuna;
- b) Anexo II – Relação de documentos.

Rio Fortuna, em 03 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### MODELO DE REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO INSCRIÇÃO OU RENOVAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

....., inscrita no CNPJ/CPF nº .....  
....., com sede/endereço à .....  
....., nº. ...., na cidade de .....  
....., Estado do ....., CEP .....  
com ramo de atividade de .....  
..... neste ato representada por seu representante legal, senhor(a) .....  
....., portador do RG nº .....  
..... e CPF/MF nº ..... no  
ramo de atividade de .....  
....., vem requerer sua  
INSCRIÇÃO ( ) RENOVAÇÃO ( ), junto ao Cadastro de Fornecedores deste Município, juntando para tanto a documentação exigida.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

....., de ..... de ..... de 2017.

Nome/Assinatura  
Carimbo da Empresa  
Telefone para contato:

#### ANEXO II

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA: Art. 28 – Lei nº 8.666/93:

1. Cédula de Identidade (no caso de Pessoas Físicas);
2. Registro Comercial, no caso de Empresa individual;
3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e suas alterações;
4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
6. Em se tratando de renovação, fica dispensada a entrega dos documentos relacionados nos itens anteriores, devendo apresentar apenas alterações subsequentes ao Contrato Social ou Estatuto que se verificarem no último exercício.

b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: Art. 29 – Lei nº 8.666/93:

1. Prova de inscrição no CPF (no caso de Pessoas Físicas) ou CNPJ (no caso de Pessoa Jurídica);
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (CI-CAD) ou municipal (ALVARÁ), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
4. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Art. 30 – Lei nº 8.666/93:

1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

d) QUALIFICAÇÃO ECONOMICA – FINANCEIRA Art. 31 – Lei nº 8.666/93:

1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 1.1. As pessoas jurídicas constituídas há menos de 01 (um) ano deverão apresentar o balanço do período, e;
2. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.787/2017

DECRETO Nº 3.787/2017

NOMEIA O TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Senhor MILTON AIMI, ocupante do cargo de Agente Financeiro, para desempenhar as atribuições de TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA – SC E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROMELÂNDIA -SC no período de 02 de janeiro de 2017 a 15 de janeiro de 2017, em que a titular, senhora NEIDE MARTA GIOTTO KUHN, encontra-se em gozo de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

DARIZ GENZ

Auxiliar Movimento Econômico

### DECRETO 3.788/2017

DECRETO N. 3.788/2017	<p>ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, ISS, TAXAS DE FISCALIZAÇÃO SOBRE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA, IPTU E ALVARÁ SANITÁRIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>VALIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.</p>
-----------------------	--

DECRETA:

ART. 1º - Para o recolhimento dos tributos Municipais, ISS, Alvará de Licença para Localização e Permanência, IPTU e Alvará Sanitário, no exercício de 2017, serão observados os prazos de vencimento estabelecidos na tabela abaixo:

IMPOSTO	SOBRE	SERVIÇOS	–	I.S.S.
COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	
Janeiro	15.02.2017	Julho	15.08.2017	
Fevereiro	15.03.2017	Agosto	15.09.2017	
Março	15.04.2017	Setembro	15.10.2017	
Abril	15.05.2017	Outubro	15.11.2017	
Maio	15.06.2017	Novembro	15.12.2017	
Junho	15.07.2017	Dezembro	15.01.2018	

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA

VENCIMENTO

Parcela Única	30.03.2017
---------------	------------

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU. VENCIMENTO

PARC. ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
30/04/2017	30/04/2017	30/05/2017	30/06/2017



ALVARÁ SANITÁRIO

VENCIMENTO

Parcela Única

30.09.2017

ART. 2º- Não havendo expediente bancário em alguma das datas estabelecidas neste Decreto, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia-SC, 03 de Janeiro de 2017.

ALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### DECRETO 3.789/2017

DECRETO Nº 3.789/2017

CONCEDE DESCONTO DE 10% SOBRE O VALOR DO RESPECTIVO MONTANTE PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL E URBANO – IPTU DO EXERCÍCIO DE 2017.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei: DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto, a teor do artigo 200 da Lei 1.196/97, assegurado desconto de 10% (dez por cento) no pagamento em cota única do Imposto Predial e Territorial e Urbano- IPTU do exercício de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 03 de Janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### DECRETO 3.790/2017

DECRETO Nº 3.790/2017

ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia - SC, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que atualmente o salário mínimo vigente é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) e que existem cargos no quadro de cargos comissionados, no quadro permanente com valor inferior ao mínimo oficial, deve o valor da remuneração descrita ser adequada ao valor atual do salário mínimo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos de Comissão, descritos no anexo I da Lei Complementar nº. 004/2009 de 30 de Dezembro de 2009, especificamente o cargo de Código 0010 – Assessor Especial I – CC-02, Código 0011 – Assessor Especial II – CC-01, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art. 2º. Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos de Serviços Gerais de Apoio, descritos na Lei Complementar 04/2009 de 30 de Dezembro de 2009, especificamente no Grupo I o cargo do código 0016 - Inseminador, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação dos mesmos para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos do Quadro Permanente, descrita no Anexo III da Lei Complementar nº 004/2009, de 30 de Dezembro de 2009, especificamente no Grupo III o cargo do Código 0021 – Agente Administrativo, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art. 4º - Fica pelo presente Decreto alterado a remuneração dos cargos do Quadro Permanente, descrita no Anexo I da Lei nº 1937/2011, de 05 de Maio de 2011, especificamente no Grupo III o cargo do Código 006 – Auxiliar de Dentista, em virtude do aumento do salário mínimo e a adequação da remuneração dos mesmos para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art. 5º - Fica revogado o Decreto n. 3.760 de 15 de Janeiro de 2016.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

#### **PORTARIA 8.196/2017**

PORTARIA Nº 8197/2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, para desempenhar as funções de Secretário Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.197/2017**

PORTARIA Nº 8197/2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, para desempenhar as funções de Secretário Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



**PORTARIA 8.198/2017**

PORTARIA Nº 8198/2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. VALMIR BIRKHEUER, para desempenhar as funções de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal, sendo que opta pelo recebimento do subsídio de Vice Prefeito.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.199/2017**

PORTARIA Nº 8199/2017

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. SERGIO DORINDO MENEZES, para desempenhar as funções de Secretário Municipal da Educação, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.200/2017**

PORTARIA Nº 8200/2017

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Designar o Servidor Público Municipal Sr. VALMIR BIRKHEUER, para desempenhar as funções de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, sem ônus para o Município, a partir desta data. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.201/2017**

PORTARIA Nº 8201/2017

EXTINGUE FUNÇÃO GRATIFICADA DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Extinguir Função Gratificada da Servidora Pública Municipal Srª CLELIA SANTINA DASSOLER, concedida através da portaria municipal nº 6923/2013, de 08 de agosto de 2013, a partir desta data. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.202/2017**

PORTARIA Nº 8202/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª .LORENA FATIMA DE ASSIS BIONDO, referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2015 à 13 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.203/2017**

PORTARIA Nº 8203/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr HERALDO METZKER, referente ao período aquisitivo de 08 de fevereiro de 2015 à 07 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO 07/2017**

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2017

INEXIGIBILIDADE 01/2016

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA torna público que está aberto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (Fundo Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal), na modalidade de inexigibilidade de licitação. O presente foi regido pelas Leis nº 8.666/93, e alterações posteriores. Romelândia (SC), 03 de Janeiro de 2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### TERMOS ADITIVOS Nº 001/2016

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 69/2013

Processo Licitatório 031/2013

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro lado VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA estabelecida no Município de Videira Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 76.323.633/0001-00, neste ato representada por seu Diretor Sr. Vilmar Testolin, inscrito no Cadastro de Pessoa Física nº 492.862.008-97, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o valor mensal do contrato original, conforme previsão no ITEM 2.3, ficando o valor em R\$27.000,00 (Vinte e sete mil reais)

Clausula Aditiva 2ª Aditiva o prazo do contrato até 31/12/2017

Cláusula Aditiva 3ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA  
CNPJ 76.323.633/0001-00  
CONTRATADA

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 52/2016  
Processo Licitatório 032/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro LUIZ MOREIRA, denominada simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas

as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE LUIZ MOREIRA  
CNPJ 16.910.0080001-25  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 53/2016  
Processo Licitatório 032/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro ADIBE JOAO ABRAÃO, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE ADIBE JOAO ABRAÃO  
CNPJ 17.635.166/0001-87  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 25/2016

Processo Licitatório 016/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro RECAUCHUTADORA RODA LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE RECAUCHUTADORA RODA LTDA

CNPJ 83.512.624/0001-15

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

Camilo Dornelles

CPF: 056.263.039-28

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 25/2016

Processo Licitatório 016/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro FM PNEUS LTDA LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE FM PNEUS LTDA

CNPJ 81.374.845/0004-91

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

Camilo Dornelles

CPF: 056.263.039-28

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 24/2016

Processo Licitatório 010/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA

CNPJ 75.815.787/0001-49

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

Camilo Dornelles

CPF: 056.263.039-28

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 28/2016

Processo Licitatório 019/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro SORVETTO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo

Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE SORVETTO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA  
CNPJ 00.550.926/0001-50  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 29/2016  
Processo Licitatório 020/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro SANTIAN COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS LTDA ME, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência valida até 31/03/2017

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE SANTIAN COM. DE PEÇAS E SER. MEC. LTDA ME  
CNPJ 00.550.926/0001-50  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 54/2016  
Processo Licitatório 029/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro ZAMBONI PNEUS, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência valida até 31/03/2017

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE ZAMBONI PNEUS  
CNPJ 13.577.022/0001-60  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 57/2016  
Processo Licitatório 036/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência valida até 31/03/2017

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME  
CNPJ 19.813.396/0001-14  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75



TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 61/2016  
Processo Licitatório 038/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro ZANESCO FERRAGENS LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE ZANESCO FERRAGENS LTDA  
CNPJ 95.761.581/0001-90  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 62/2016  
Processo Licitatório 038/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro DANIELA UNTENBERGER ME LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE DANIELA UNTENBERGER ME LTDA

CNPJ 06.309.101/0001-25  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 63/2016  
Processo Licitatório 038/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro SANTIAN COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS LTDA ME, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE SANTIAN COM. DE PEÇAS E SERV. MEC. LTDA ME  
CNPJ 20.403.12/0001-14  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 34/2013  
Processo Licitatório 027/2013

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro BETHA SISTEMAS LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato até 28/03/2016, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.



E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ 00.456.865/0001-67  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi Paulo Hoffelder  
CPF: 056.263.039-28 CPF: 513733.009-49

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 52/2015  
Processo Licitatório 051/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE AUTO POSTO SALTO VELOSO LTDA  
CNPJ 16.465.337/0001-04  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28 CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 53/2015  
Processo Licitatório 051/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro AUTO POSTO FARENZENA LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes

termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE AUTO POSTO FARENZENA LTDA  
CNPJ 86.554.649/0001-70  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28 CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 38/2015  
Processo Licitatório 030/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro Zapelini Serviços de Maquinas e Transportes LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE Zapelini Serviços de Maquinas e Transportes LTDA  
CNPJ 04.963.69/0001-75  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28 CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 06/2016

Processo Licitatório 001/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/S LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, conforme art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/S LTDA

CNPJ 04.726.830/0001-51

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

CPF: 056.263.039-28

Camilo Dornelles

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 06/2016

Processo Licitatório 001/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro OXIGENIO JOAÇABA COMERCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE OXIGENIO JOAÇABA COM. DE GASES LTDA

CNPJ 20.403.12/0001-14

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

CPF: 056.263.039-28

Camilo Dornelles

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 059/2016

Processo Licitatório 008/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro DE MARCO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 12 meses, ficando sua vigência válida até 31/12/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO

CLAUDEMIR CESCA

CONTRATANTE DE MARCO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ 20.403.12/0001-14

CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO

Advogado

OAB/SC – 31370

TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi

CPF: 056.263.039-28

Camilo Dornelles

CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

Contrato nº 070/2012

Processo Licitatório 056/2012

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro Servioeste Soluções Ambientais Ltda, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas

as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE Servioeste Soluções Ambientais Ltda  
CNPJ 03.392.348/0001-60  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 036/2013  
Processo Licitatório 016/2013

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – EPP, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – EPP  
CNPJ 17.301.930/0001-88  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 007/2015  
Processo Licitatório 001/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC,

por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA EIRELI EPP, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA EIRELI EPP  
CNPJ 07.807.348/0005-68  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 020/2015  
Processo Licitatório 010/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro M & M SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 03 meses, ficando sua vigência válida até 31/03/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

M & M SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO LTDA  
CNPJ 12.562.878/0001-08  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 043/2013  
Processo Licitatório 028/2013

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro FARMÁCIA SALTO VELOSO LTDA ME, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 30 dias, ficando sua vigência válida até 31/01/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

FARMÁCIA SALTO VELOSO LTDA ME  
CNPJ 12.562.878/0001-08  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 007/2013  
Processo Licitatório 009/2013

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro Farmácia E Drogaria Somensi LTDA, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 30 dias, ficando sua vigência válida até 31/01/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

Farmácia E Drogaria Somensi LTDA  
CNPJ 79.408.746/0005-12  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 023/2015  
Processo Licitatório 018/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro FUNDAÇÃO MEDICA SOCIAL RURAL DE SALTO VELOSO, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 30 dias, ficando sua vigência válida até 31/01/2017.

Cláusula Aditiva 2ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

FUNDAÇÃO MEDICA SOCIAL RURAL DE SALTO VELOSO  
CNPJ 79.408.746/0005-12  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi                      Camilo Dornelles  
CPF: 056.263.039-28          CPF: 081.292.109-75

TERMO ADITIVO N.º 01/2016  
Contrato nº 043/2016

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes integrantes, de um lado o Município de Salto Veloso/

SC, por seu representante legal SR. CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal denominado CONTRATANTE, e de outro INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC, denominado simplesmente CONTRATADO, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Por este termo aditivo as partes acordam em prorrogar a vigência do contrato principal pelo período de 12 (doze) meses, passando este a vigorar a partir de 05 de janeiro de 2017 até 05/01/2018, podendo ser prorrogado de comum acordo mediante expressa vontade dos signatários.

Cláusula Aditiva 2ª As partes acordam que a partir de janeiro de 2017 não será mais realizado o serviço de repasse de bolsas pelo IEL/SC, ficando o mesmo sob a responsabilidade da Concedente.

Cláusula Aditiva 3ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos da Ata originária.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO SALTO VELOSO  
CLAUDEMIR CESCA  
CONTRATANTE

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC  
CNPJ 83.843.912/0001-52  
CONTRATADO

ROBINSON ANDREI GOTARDO  
Advogado  
OAB/SC – 31370  
TESTEMUNHAS:

Zuriel Bussi	Camilo Dornelles
CPF: 056.263.039-28	CPF: 081.292.109-75



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ATA DE POSSE PREFEITO MUNICIPAL

ATA Nº 01/2017

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseite, as nove horas, no Centro Comunitário Municipal, na sede do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, reuniram-se o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos no último pleito eleitoral para prestarem compromisso de posse, bem como para a instalação da 6ª (sexta) Legislatura e eleição da Mesa Diretora para o 11º(décimo primeiro) Período Legislativo. Iniciando a Presente Sessão Solene, a Mestre de Cerimônias, Senhora Marinéia Andreza Furtado convidou os Vereadores para tomarem acento na seguinte ordem: Eloir Rogério Pimel, Arno Adelir Arnt, Eliseu Spiscker, Jose Rodrigues, Paula Taisa Costa, Reni Jose Buffon, Rudimar Luis Zanon, Valmir Moreira, Volmir Conchi Braganholi, no mesmo ato, convidou o Prefeito Eleito, Senhor Derli Furtado acompanhado de Sua Esposa e o Vice-Prefeito, Senhor Cristiano Batista Machado também acompanhado de sua esposa, para tomarem acento. Após tomarem seus lugares, convidou-se a todos para, em posição de respeito, acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Composta a Mesa de Honra e autoridades, em conformidade com o artigo 11, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso – SC, assumiu a Presidência da Sessão Solene o Vereador Mais Votado, Senhor Eloir Rogério Pimel que em seguida com a mão direita estendida em direção as bandeiras, proferiu seu juramento e conduziu os demais Vereadores para que em mesmo ato proferissem o devido compromisso. Em seguida o Presidente declarou Empossados os Vereadores e instalada a Sexta Legislatura do Município de Santa Terezinha do Progresso. Da mesma forma, procedeu-se ao juramento e posse do Vice-Prefeito e Prefeito eleitos, Senhores Cristiano Batista Machado e Derli Furtado, os quais foram declarados empossados pelo Presidente senhor Eloir Rogério Pimel. Seguindo a Presente Sessão Solene, o Presidente da Sessão suspendeu os trabalhos por até 30(trinta) minutos para organizar a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Reaberta a Sessão, passou-se à eleição da Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2017/2018. Sendo lembrado pela Mestre de Cerimônia, que a votação será aberta e nominal e que cada Vereador, após ser nominado, deverá votar para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, respectivamente, em votação aberta (art. 22 § 2, do Regimento Interno). Procedida à votação, devidamente conferida por um representante de cada partido, restou eleita a seguinte composição da Mesa Diretora, para o biênio 2017/2018: Presidente: Eloir Rogério Pimel; Vice-Presidente: Rudimar Luis Zanon ; Primeiro Secretário: Paula Taisa Costa; Segundo Secretário: Eliseu Spiscker. O Presidente de posse declarou empossada a mesa diretora. Depois de empossado, o Presidente eleito agradeceu os votos recebidos dos colegas Vereadores e franqueou a palavra por três minutos para cada um dos Vereadores, que mencionaram palavras de agradecimento aos eleitores e população em geral, desejaram bons trabalhos a todos na próxima Legislatura, desejando a todos um feliz ano novo. Dando Seguimento, passou-se a transmissão de cargo, convidou-se para juntar-se à mesma de autoridades o Prefeito e o Vice Prefeito da gestão 2013-2016, Sr. Jacob Gilmar Junges e Sr. Ademir Pedro Ely.

Nesta ocasião usaram a palavra Vice Prefeito que deixa o cargo Sr. Ademir Pedro Ely, o Sr. Cristiano Batista Machado Vice-Prefeito da Gestão 2017-2020 e o Sr. Jacob Gilmar Junges, que deixa o cargo de Prefeito Municipal. Após os atos previstos pela Legislação, assinam à documentação pertinente a transmissão de Cargo o Prefeito Jacob Gilmar Junges e o novo Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado,

bem como o Ex - Prefeito passou a chave da Prefeitura simbolizando a transmissão do cargo de Prefeito Municipal. Depois de empossado, fez uso da palavra o novo Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado. Após os procedimentos o Presidente convidou o Secretário para proceder a leitura da ata da Presente Sessão, que após lida, foi aprovada por unanimidade de votos. Finalizando convidou-se a todos para acompanharem a execução do hino do Município de Santa Terezinha do progresso – SC. Ao final o Presidente Encerrou a Sessão Solene de Posse convidando aos Vereadores para a Primeira Sessão Ordinária a Realizar-se no dia 07 de fevereiro de 2017, as dezenove horas, na Câmara Municipal de Vereadores. Agradeceu a presença de todos, desejou um bom trabalho aos empossados, desejando um feliz ano novo á todos.

### PORTARIA N. 006/2017

PORTARIA Nº 006/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Fabiana Bortoncello de Souza Zanon, matr. 7374/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 22/02/2015 a 21/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

### PORTARIA N. 013/2017

PORTARIA Nº 013/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Vanilce Ferri Grandi, matr.1457/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 17/02/2015 a 16/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATRICULA 13034/01

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº 004/2017**

PORTARIA Nº 004/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Valmir Malfati, matr. 3760/02 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 15/06/2015 a 14/06/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº 005/2017**

PORTARIA Nº 005/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Natalina Domingos da Silva, matr. 11002/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 23/05/2015 a 22/05/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO

#### **PORTARIA Nº 007/2017**

PORTARIA Nº 007/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Gesiane Maria Secco, matr. 3590/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº 008/2017**

PORTARIA Nº 008/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Janete Ribeiro de Lima Krause, matr. 10502/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº 009/2017**

PORTARIA Nº 009/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Lidia Baungratz Back, matr. 3522/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº 01/217**

PORTARIA Nº 001/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Rozenilda Alves da Silva, matr. 7277/01 lotado na secretaria municipal de Saúde. Período aquisitivo de 15/02/2014 a 14/02/2015, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 010/2017**

PORTARIA Nº 010/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Marcia Andreia Becchi, matr. 7366/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 22/02/2015 a 21/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 011/2017**

PORTARIA Nº 011/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Márcia Maria Weschenfelder, matr.8338/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 05/05/2014 a 04/05/2015, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 012/2017**

PORTARIA Nº 012/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Tania Mara Cinelli, matr.7870/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 11/02/2015 a 10/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 014/2017**

PORTARIA Nº 014/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Lucia Sansigolo Risso, matr.760/01 lotado na secretaria de gestão e desenvolvimento econômico, Período aquisitivo de 19/01/2015 a 18/01/2016, período de gozo de férias de 03/01/2017 a 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 015/2017**

PORTARIA Nº 015/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Ana Maria Broll, matr.10324/01 lotado na secretaria de educação, Período aquisitivo de 05/10/2015 a 04/10/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 016/2017**

PORTARIA Nº 016/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Jonas Correa matr. 12750/02 lotado na secretaria de educação, Período aquisitivo de 08/06/2015 a 07/06/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 017/2017**

PORTARIA Nº 017/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Jossemar Correa matr. 13020/01 lotado na secretaria de educação, Período aquisitivo de 08/06/2015 a 07/06/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL  
GERENTE DE P.E SERVIÇO  
MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 018/2017**

PORTARIA Nº 018/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Sirlei Dias dos Santos matri.7307/01 lotado na secretaria de gestão e desenvolvimento econômico. Período aquisitivo de 16/02/2012 a 15/02/2013, período de gozo de férias de 03/01/2017 a 17/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº. 019/2017**

PORTARIA Nº 019/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Marli Karpinski Saling, matri. 10464/01 lotado na secretaria de saúde. Período aquisitivo de 18/01/2015 a 17/01/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº. 02/2017**

PORTARIA Nº 002/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Rudimar de Oliveira Fagundes, matr.13021/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 10/06/2015 a 09/06/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº. 020/2017**

PORTARIA Nº 020/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Maria Leni Lima dos Santos, matri.5169/01 lotado na secretaria de assistência social. Período aquisitivo de 17/02/2015 a 16/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

#### **PORTARIA Nº. 021/2017**

PORTARIA Nº 021/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Ivete Lawisch Alves de Farias matri.7226/01 lotado na secretaria de educação. Período aquisitivo de 22/01/2015 a 21/01/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 022/2017**

PORTARIA Nº 022/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Claudir de Almeida, matri.10855/01 lotado na secretaria de Infraestrutura. Período aquisitivo de 21/02/2015 a 20/02/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 023/2017**

PORTARIA Nº 023/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor Cassemiro da Costa, matri.10448/01 lotado na secretaria de saúde. Período aquisitivo de 18/01/2015 a 17/01/2016,

período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

**PORTARIA Nº. 03/2017**

PORTARIA Nº 003/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora público municipal, senhora Selmira Pedroso Aires, matr. 11649/02 lotado na secretaria de assistência social. Período aquisitivo de 11/06/2015 a 10/06/2016, período de gozo de férias de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA N. 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA N. 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR o Senhor LEANDRO DA SILVA GALUPO, brasileiro, casado, Advogado, inscrita no CPF sob o n. 021.610.659-12 e RG n. 3.826.142-1, OAB/SC 26.877, para desempenhar as atribuições do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria

correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ELIANE LAURA ROHDEN

Contadora



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0010/2017

DECRETO Nº 0010, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,9515, a partir de 01 de janeiro de 2017, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, incisos I e II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 0011/2017

DECRETO Nº 0011, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE O ORÇAMENTO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ 65.062.135,00).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no exercício de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº Lei nº 3728, de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, que estima a receita em R\$ 24.307.135,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e sete mil e cento e trinta e cinco reais), mais transferências financeiras a receber no total de R\$ 40.755.000,00 (quarenta milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil reais), totalizando o montante de R\$ 65.062.135,00 (sessenta e cinco milhões, sessenta e dois mil e cento e trinta e cinco reais), e fixa a despesa em R\$ 64.962.135,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e cento e trinta e cinco reais), mais transferências financeiras a conceder no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 23/2017

PORTARIA Nº 0023, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores TEODOSIO KACHUBA, matrícula nº 19.120, e RODRIGO SCHREINER, matrícula nº 24.078, da Empresa Municipal de Habitação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- GM/Corsa, placa MBD 3494
- Ford/Courier, placa MCY 8903
- Fiat/Uno, placa MDQ 4214

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 24/2017

PORTARIA Nº 0024, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Aposentadoria

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2017, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição a segurada LORETE APARECIDA SOUSA RENGEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional em extinção, Nível I, Classe G, matrícula nº 1080, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 7909/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.



São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 25/2017

PORTARIA Nº 0025, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Aposentadoria

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2017, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição a segurada ANA NELY HANSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil, Nível II, Classe C, matrícula nº 30760, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 8281/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 26/2017

PORTARIA Nº 0026, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Aposentadoria

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2017, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição a segurada MARTA MADALENA SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Grupo Ocupacional em extinção, Nível II, Classe C, matrícula nº 12480, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 8376/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 27/2017

PORTARIA Nº 0027, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CRISTIAN CRISTOFOLINI, no cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Processos, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA Nº 0028, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar MARCIO DREVECK, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos da frota municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 29/2017**

PORTARIA Nº 0029, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ANTONIO MARCOS DANIEL VIEIRA, matrícula nº 37.589, da Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Ford/

Fiesta, placa MIX 6058.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 043, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 043, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Concede férias coletivas."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de São Bento do Sul, referente ao período aquisitivo do exercício de 2016, a partir de 02 de janeiro de 2017, conforme cronograma anexo.

Artigo 2º - Autoriza a conversão de 1/3 (um terço) das férias, em abono pecuniário aos servidores requerentes.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de dezembro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

SERVIDOR	DIAS DE FÉRIAS
Dirceu Neves de Oliveira	30 (trinta) dias
Sandra Jelinsky	30 (trinta) dias
Adriane Elisa Ruzanowsky	30 (trinta) dias
Rosilene Arnoldo	30 (trinta) dias
Sidnei Twardowski	30 (trinta) dias
Geanine Caetano de Almeida Martins	20 (vinte) dias
Ana Partala Vieira	20 (vinte) dias
Vanderlei Luis Guesser	20 (vinte) dias
Thiago Felipe Piccinini	20 (vinte) dias
José Dorival Dums	20 (vinte) dias
Luiz Roberto Dreveck	20 (vinte) dias
Rosemere Aparecida de Lima	20 (vinte) dias
Simone Teresinha Roberti Baum	20 (vinte) dias
Djoni Cleber Pinheiro	20 (vinte) dias
Teodomiro Krzesinski	20 (vinte) dias
Ana Maria Rodrigues Del Olmo Alves	20 (vinte) dias
Marcos Weiss	20 (vinte) dias

Natali Grosskopf Grossl	20 (vinte) dias
Juliana Alves de Carvalho	20 (vinte) dias
Fabiane Pickusch Costa	20 (vinte) dias
Heráclio Steinbach	20 (vinte) dias

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### **PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 001, DE 2 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

#### **"NOMEIA ASSESSOR DE GABINETE"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

#### **RESOLVE**

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, a servidora CLAUDETE STAWNY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 341, para exercer o cargo de Assessora de Gabinete, classificado como Símbolo CC2 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

### **PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 005, de 02 de janeiro de 2017.

#### **"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

#### **RESOLVE**

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, o servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula nº 444, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Suprimentos e Transportes, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

### **PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 006, de 02 de janeiro de 2017.

#### **"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

#### **RESOLVE**

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, o servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula nº 474, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

### **PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 007, de 02 de janeiro de 2017.

#### **"REVOGA PORTARIA"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

#### **RESOLVE**

Art. 1º – REVOGAR a Portaria nº 200 de 11 de outubro de 2016 que concedeu ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, afastamento das atividades para exercer cargo em comissão na Câmara Municipal, conforme prevê o Artigo 2º da Lei Municipal Nº 228 de 28 de dezembro de 2001.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 002, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA DIRETOR DE OPERAÇÕES TÉCNICAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, o servidor SANDRO MATEO BEIER, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE, matrícula nº 191, para exercer o cargo de Diretor de Operações Técnicas, classificado como Símbolo CC2 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 003, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, a servidora ROSANE MARIA BAYERL, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, matrícula nº 452, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 004, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, o servidor WANDERSON WERNER BÜTTELBRUN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula nº 484, para exercer o cargo de Chefe de Divisão Comercial, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei nº 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

**DECRETO 001/2017**

DECRETO Nº 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
INSTITUI O EXPEDIENTE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o expediente interno no Setor Administrativo Municipal, dos dias 03 a 13 de janeiro de 2017, para fins de iniciar o exercício 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Registre-se e Publique-se

**DECRETO 002/2017**

DECRETO Nº 002/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, a senhora MARISA INÊS ESSWEINN do cargo de Diretor de Departamento, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 081/2012 de 02 de julho de 2012.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 02 de janeiro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Registre-se e  
publique-se

# São Domingos

## PREFEITURA

### ADITIVO PREFE 073 DE 14.12.2016 - VITAL ENGENHARIA LTDA EPP

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO: PREFE N.073 DE 14/12/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/12/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 055/2015 Modalidade: Pregão Presencial n. 018/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Vigência do Contrato PREFE 042 de 14 de maio de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: VITAL ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ n. 05.194.635/0001-90

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/07/2017

### DECRETO 001 DE 02 01 17 DESIGNA PREGOEIRA E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

DECRETO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeira e membros da Equipe de Apoio para o Exercício de 2017

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

· Considerando o Decreto nº 020, de 10/03/06, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;

· Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada Pregoeira Municipal a servidora pública municipal Paula Natana Comachio, para o exercício de 2017, com a seguinte equipe de apoio:

· Alyne Nayara Lammel – 1º Membro

· Adriana Lúcia Pretto – 2º Membro;

· Wilian José Aiolfi – 1º Suplente;

· Odila Giroto Elger – 2º Suplente.

Art. 2º Fica delegada competência à Pregoeira ora designada para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2155, de 04 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

### DECRETO 002 DE 02 01 17 CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2017

DECRETO Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Constitui Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2017.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e:

· Considerando o estabelecido na legislação citada, dispondo que a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedando a recondução da totalidade de seus membros, para a mesma comissão no período subsequente;

· Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2017, com a seguinte composição:

· Paula Natana Comachio – Presidente;

· Alyne Nayara Lammel – 1º Membro;

· Karen Paola Anghinoni – 2º Membro

· Adriana Lúcia Pretto – 1º Suplente;

· Wilian José Aiolfi – 2º Suplente;

· Odila Giroto Elger – 3º Suplente.

Art. 2º A comissão permanente de licitações será responsável pelo processamento e julgamento das licitações, em todas as modalidades, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º A supervisão e acompanhamento dos trabalhos da comissão serão efetuados pela assessoria jurídica e pelo setor de contabilidade do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 2154, de 04 de janeiro de 2016.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 01/2017

OBJETO: "Locação de imóvel a ser locado para o funcionamento da seguinte especialidade: Consultório dentário, composta por 01 sala localizadas no Hospital Santa Casa Rural".

VALOR: R\$ 9.647,10

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### CONTRATO 04/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Nitrosemem Produtos Agropecuários Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 88/2016

OBJETO: "Fornecimento de nitrogênio líquido, sendo necessário a empresa abastecer 2 vezes por mês, 3 botijões".

VALOR: R\$ 10.325,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 071/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 071/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 37/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo para prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação".

VALOR: R\$ 6.120,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 01 de Janeiro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 01/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Betha Sistemas Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 79/2015

OBJETO: "Constitui objeto do presente contrato de Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE".

VALOR: 113.183,20

PRAZO: 26.12.2016 até 25.12.2017

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO 15/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO 15/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Mapfre Seguros Gerais-SA

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 89/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo para efetuar os seguros dos imóveis do município".

VALOR: R\$ 13.770,00

PRAZO: 28.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO 17/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO 17/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 48/2016

OBJETO: "Aditivo de prazo para locação de sistema de Informática para a secretaria da educação".

VALOR: R\$ 14.280,00

PRAZO: 28.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 31/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Gente Seguradora- S.A

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 48/2016

OBJETO: "Aditivo de prazo para efetuar os seguros dos veículos constantes nas apólices nº 31.45874, nº 28.646 e nº 28.647".

VALOR: R\$ 21.500,00

PRAZO: 30.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 30 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 22/2016

OBJETO: "Aditivo de prazo para efetuar os seguros dos veículos constantes na apólice nº 164095689".

VALOR: R\$ 13.355,77

PRAZO: 30.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 30 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 31/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 31/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Jv – Ittech Informática Tecnologia Impressão Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 11/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo para locação de sistema de informática para o setor de RH, com 02 (dois) usuários".

VALOR: R\$ 1.980,00

PRAZO: 01.01.2017 Até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 61/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 61/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Terranálises Laboratoriais de Anal. Amb. Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 51/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo para realizar as análises mensais e semestrais de água da prefeitura de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 26.538,00

PRAZO: 29.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 36/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 36/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Inovação Computação Móvel Ltda,

ORIGEM: Processo Licitatório 107/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao sistema de informatização das ações da Secretaria da Saúde de São João do Oeste".

PRAZO: 26.12.2016 até 25.12.2017

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 62/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 62/2015

Partes: Município de São João do Oeste e KF- Análises de Água

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 51/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo para efetuar as análises de inúmeros parâmetros em amostras de água bruta das estações de tratamento de água e pontos de rede de distribuição com frequência trimestral".

VALOR: R\$ 24.000,00

PRAZO: 29.12.2016 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 18/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo para licença de uso de software por prazo determinado com atualização e atendimento técnico".

PRAZO: 01.01.2017 Até 31.12.2017

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 43/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 43/2013

Partes: Município de São João do Oeste e Informática Itapiranga Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório nº 002/2013

OBJETO: "Aditivo de prazo a prestação de serviço de conectividade IP Dedicado à rede Internet mundial".

VALOR: R\$ 23.452,59

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2014**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2014

Partes: Município de São João do Oeste e T.O.S – OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS - LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo, transporte e destino do lixo dos resíduos dos serviços de saúde do Centro Municipal da Saúde do município de São João do Oeste, com coletas duas vezes por mês, quinzenalmente".

VALOR: R\$ 16.590,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 26 de dezembro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 07/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 07/2013

Partes: Município de São João do Oeste e Hammes e Cia Ltda - Me

ORIGEM: Processo Licitatório nº 073/2012

OBJETO: "Compromete-se pela coleta, transporte e destino do lixo domiciliar urbano, da sede do município, no Parque de Águas Termais da Companhia de Turismo São João do Oeste SA".

VALOR: R\$ 190.090,44

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 01/2017

OBJETO: "Locação de imóvel a ser locado para o funcionamento da seguinte especialidade: Consultório dentário, composta por 01 sala localizadas no Hospital Santa Casa Rural".

VALOR: R\$ 9.647,10

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisgo – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Auto Posto Confiança Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 86/2016

OBJETO: "Abastecimento, lavagem e óleo para veículos".

VALOR: R\$ 167.965,00  
PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017  
Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017  
Partes: Município de São João do Oeste e Auto Posto DDM- LTDA  
ORIGEM: Pregão Presencial Nº 86/2017  
OBJETO: "Abastecimento, lavagem e óleo para veículos".  
VALOR: R\$ 568.760,00  
PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2017  
Partes: Município de São João do Oeste e Informática Itapiranga LTDA ME  
ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016  
OBJETO: "Fornecimento de telefonia Fixa na modalidade de STFC, através de conexão digital com protocolo SIP (Session Initiation Protocol) possibilitando no mínimo 50 ligações simultâneas".  
VALOR: R\$ 7.800,00  
PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 29 de Dezembro de 2016  
Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017  
Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João  
ORIGEM: Dispensa de Licitação Nº 001/2017  
OBJETO: "Locação do imóvel localizado à Rua Encantado, 88, com a finalidade de atender o funcionamento do Consultório dentário, junto a Hospital Santa Casa Rural, considerando que o Centro Municipal de Saúde não comporta a instalação das salas citadas anteriormente".  
VALOR: R\$ 9.647,16  
PRAZO: 02.01.2017 até 31.2017  
São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017  
FERNANDO BISIGO– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017  
Partes: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João.  
ORIGEM: Dispensa de Licitação Nº 001/2017  
OBJETO: "Locação do imóvel localizado à Rua Encantado, 66, com a finalidade de atender o funcionamento do "Centro Administrativo Municipal de São João do Oeste", sendo 05 salas na parte térrea para o funcionamento da Assistência Social e toda a parte restante do primeiro e segundo piso para funcionamento das secretarias municipais".  
VALOR: R\$ 81.820,32  
PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 05/2017

DECRETO Nº 005/2017

"CANCELA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO CONCEDIDA AO FUNCIONÁRIO OLAVO FRANCISCO COSTA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com Requerimento protocolado sob o nº 296/2017, de 02/01/2017 da parte interessada, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.323/2015, artigo 71; Fica cancelada a Licença sem Remuneração para Tratar de Assuntos Particulares, concedida ao funcionário: - OLAVO FRANCISCO COSTA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, através do Decreto Nº 073/2016, de 01/03/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando cancelados os efeitos do Decreto Nº 073/2016, de 01/03/2016,.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 06/2017

DECRET O Nº 006/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - JOSÉ MACCARI, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito. - MARCIO ERON DE SOUZA, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto. - TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Saúde. - OLAVO FRANCISCO COSTA, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Viação. - ANTONIO LUIZ DA SILVA NUNES, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor do Gabinete do Prefeito. - RAQUEL MOREIRA HENRIQUE FERNANDES, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - CC-1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 07/2017

DECRETO Nº 007/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuído competência concomitante ao Senhor MAURICIO YAMASHIRO - Vice Prefeito Municipal, juntamente com o senhor GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal, para assinarem em CONJUNTO todas as contas do Município de São Joaquim, bem como todas as contas do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - Sendo concedido pelos Bancos acesso via Gerenciador Financeiro para realização de pagamentos, transferências, retira de extratos e saldos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 03/2017

PORTARIANº 003/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CRISIANE VENSON, ocupante do Cargo de Fonoaudióloga, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - EUGENIO HUGEN PAGANI, ocupante do Cargo de Consultor Jurídico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - IRACI TERESINHA DE LIMA, ocupante da Função de Agente de Saúde, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - LUCIA HELENA GEREMIAS BONGIOLO, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARCUS PALMA NUNES, ocupante da Função de Odontólogo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - ANTONIO DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Carpinteiro, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MICHELI DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - NERI ANTONIO CHIODELLI, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MONICA SOUZA OLIVEIRA



FERREIRA, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – PEDRO HERIBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 04/2017**

PORTARIANº 004/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - JOÃO ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - ANTONIO WILMAR DA SILVA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 05/2017**

PORTARIANº 005/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – JOCELI MACHADO NUNES SOUZA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – JOSIANE PADILHA OLIVEIRA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – LIAMAR ALEXANDRA FERRASSO RODRIGUES, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – MARIA BEATRIZ DA SILVA AMARAL MACIEL, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à

31/01/2017. – MARILIA NUNES GODINHO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – VERA LUCIA DE LIMA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 06/2017**

PORTARIANº 006/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANA MARCIA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – CLAUDIA APARECIDA CORDOVA BARBOSA, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – CLAUDIA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – MARCELO RODRIGUES ZAPELINI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – MARIA APARECIDA PEREIRA CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – DEIZE CRISTINA FELTRIN, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ELIZIANE BORGES VELHO ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – CHINTIA DE SOUZA ROQUE, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – FABIANO PADILHA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – LUCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – RITA DE CASSIA NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. – ROBERTA KARINE AMARANTE ARRUDA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016 - CMSJ**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016 - CMSJ

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 02/2016 que celebram entre si de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03, e a EMPRESA PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA- ME – CNPJ: 22.459.999/0001-74 sito na Rua Osvaldo Aranha, nº 50, Sala 01, Bairro Centro, Criciúma – SC, CEP nº 88802-130, no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), num total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), para licença de SISTEMA DE INFORMÁTICA DE CONTROLE INTERNO E SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, com duração de 12 (doze) meses e vigência até 31/12/2017.

São Joaquim, 08 de dezembro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016 - CMSJ**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016 - CMSJ

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 03/2016 que celebram entre si de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03, e a Empresa TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ: 02.255.187/0001-08, inscrição estadual nº 254.161.090, sito na Rua General Osório, nº 311, sala 604, Centro, Timbó - SC, no valor mensal de R\$ 267,00 (duzentos e sessenta e sete reais), num total de R\$ 3.204,00 (três mil duzentos e quatro reais), para prestação de serviços de provimento e acesso a Internet, com duração de 12 (doze) meses e vigência até 31/12/2017.

São Joaquim, 08 de dezembro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016 - CMSJ**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016 - CMSJ

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 05/2016 que celebram entre si de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03, e a Empresa GETSYSTEM SERVIÇOS EM INFORMÁTICA– CNPJ: 08.462.836/0001-10, sito na Rua Castelo Branco, nº 126, Universitário, CEP: 88509-900, Lages – SC, no valor mensal de R\$ 58,92 (cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), num total de R\$ 707,04 (setecentos e sete reais e quatro centavos), para hospedagem do site e e-mails corporativos da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim, com duração de 12 (doze) meses e vigência até 31/12/2017.

São Joaquim, 08 de dezembro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim



# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2016 – PE 120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2016 – PE 120/2016 – Processo 525/2016 – Proc. Adm. 21002/2016 – Fornecedor: RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE CRACHÁS, DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 7.236,00 (sete mil, duzentos e trinta e seis reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de novembro de 2016.

### CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO DE CADASTRO

#### CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

A Secretária da Administração do município de São José, estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICA a todos os interessados que, de acordo com art. 34, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, como fornecedor da Administração Pública Municipal de São José/SC, conforme segue:

#### Iº.- DO CADASTRO DE FORNECEDORES:

As pessoas jurídicas que tenham interesse em fornecer ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto ao Setor de Cadastro de Fornecedor deste município sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

#### IIº.- DA HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

O Interessado deverá acessar o link [http://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/INSTRU%C3%87%C3%83O\\_NORMATIVA\\_n%C2%BA\\_002.2013.pdf](http://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/INSTRU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_n%C2%BA_002.2013.pdf), para ter acesso à relação de documentos necessários ao seu cadastramento na PMSJ.

#### IIIº.- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As empresas cadastradas cujos documentos e cadastro estejam fora do prazo de validade, deverão providenciar a sua atualização para fins de participação em licitações desta municipalidade, sob pena do cancelamento do respectivo registro. Havendo também alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição. Os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Cadastro de Fornecedor, 3.º andar da Sede Administrativa, sito à Rua Acioni Souza Filho, 403, bairro Praia Comprida, São José/SC, CEP 88.103-790. Maiores informações pelo fone (48) 3381-0028.

São José, 03 de Janeiro de 2017.

Vera Suely de Andrade  
Secretária da Administração da PMSJ

### CONTRATO/CT: Nº 132/2016 – PE 136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 132/2016 – PE 136/2016 – Processo 624/2016 – Proc. Adm. 23754/2016 - Contratado: T.P. DO COUTO ILUMINAÇÃO EIRELI EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA EQUIPAR O TEATRO DO CEU – CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS, DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura da Autorização de Fornecimento de Serviços. Valor: R\$ 63.661,40 (sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta centavos). Data da Assinatura do Contrato: 08 de dezembro de 2016.

**DECRETO Nº 7409/2016**

DECRETO Nº 7409/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
ALEXANDRE LIMA	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	4263979	USJ	ACT	16/12/2016
ANDRÉ FOLSTER	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	4266226	USJ	ACT	16/12/2016
CARLOS EDUARDO DO AMA- RAL	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	4266382	USJ	ACT	16/12/2016
CAROLINA VELOSO COSTA	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426624-1	USJ	ACT	16/12/2016
ÉLCIO CECHETTI	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426545-9	USJ	ACT	16/12/2016
GISELE GONÇALVES	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426635-8	USJ	ACT	16/12/2016
INGRID NICOLA SOUTO	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426792-3	USJ	ACT	16/12/2016
ISABELA D.BASTOS	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426608-0	USJ	ACT	16/12/2016
IZABEL CRISTINA DA R.G. DOS SANTOS	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426609-9	USJ	ACT	16/12/2016
LEANDRO ALAIR DE LIZ	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	41444-1	USJ	ACT	16/12/2016
MARICÉLIA DE MORAIS	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426615-2	USJ	ACT	16/12/2016
MAYARA MACIEL	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426379-0	USJ	ACT	16/12/2016
MELISSA MENDES DE NOVAIS	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426616-1	USJ	ACT	16/12/2016
OSMAR DA CUNHA FILHO	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426650-1	USJ	ACT	16/12/2016
RICARDO DOS SANTOS	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	39716-4	USJ	ACT	16/12/2016
SARITA OLIVIA SOARES	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	41977-0	USJ	ACT	16/12/2016
SAULO DE CASTRO LIMA	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	42618-8	USJ	ACT	16/12/2016
VILISA ROSA GOMES	PROF.ENSINO SUPE- RIOR	426639-0	USJ	ACT	16/12/2016

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 7412/2017**

DECRETO Nº 7412/2017

REAJUSTA AS TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, combinado com o artigo 21, inciso XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal e o artigo 23, inciso IV da Lei Nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008, com a redação repristinada pela Lei N.º 5.479 de 13 de abril de 2015;

CONSIDERANDO a defasagem tarifária apresentada na planilha de custos, a necessidade de continuidade, melhorias nos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico/financeiro do sistema de transportes coletivo,

DECRETA:

Art.1º - Fica reajustado o valor da tarifa para os usuários do sistema do Transporte Coletivo Urbano de São José conforme segue planilha anexa.

PATAMARES	TARIFA EM DINHEIRO	TARIFA NO CARTÃO MAGNÉTICO OU VALE TRANSPORTE
PATAMAR I	R\$ 2,85	R\$ 2,74
PATAMAR II	R\$ 3,30	R\$ 3,17
PATAMAR III	R\$ 3,50	R\$ 3,30
PATAMAR IV	R\$ 3,75	R\$ 3,58

Art. 2o – Dê-se ciência às empresas concessionárias.

Art. 3o – As novas tarifas entrarão em vigor a partir da zero hora do dia 08 de janeiro de 2017, sendo obrigatória a afixação destas no interior dos ônibus e demais locais previstos na legislação a partir da assinatura deste decreto.

Art. 4o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita

Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito	JUNIOR SPIES Procurador-Geral Interino
---	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 11/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 11/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 11/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VIDA E SAÚDE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº14.689.398/0001-96 com sede na Rua Belarmino José da Silva, 45 – Bloco “B” – Apto 508, CEP 88.111.390, Bairro Ipiranga.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de vôlei de praia, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	SÉRGIO RODRIGUES CASTRO Presidente do Conveniente
--	--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 12/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 12/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 12/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$80.440,00 (oitenta mil quatrocentos e quarenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA TRIATLÉTICA DE SANTA CATARINA, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 06.112.977/0001-87 com sede na Rua Ataulfo Alves, 75, CEP 88108-220, Bairro Roçado.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Triathlon, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	LAURO JOSE VIANNA SANTOS FILHO Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 13/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 13/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 13/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 51.570,00 (cinquenta e um mil e quinhentos e setenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANROSE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.157.125/0001-08, com sede na Rua Fancelina Domingos de Jesus, nº 227, Bairro Roçado, São José (SC), CEP 88108-190.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de futsal, no naipe feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

FERNANDA DIAS DE CASTRO  
Presidente do Conveniente

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 14/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 14/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 14/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$119.500,00 (cento e dezenove mil e quinhentos reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO – UCA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.991.412/0001-04 com sede na rua Frederico Afonso, nº 5764, Bairro Ponta de Baixo.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Atletismo, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

LIEGE LOCATELLI PIVA  
Presidente do Conveniente

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 15/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 15/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 15/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$59.940,00 (cinquenta e nove mil e novecentos e quarenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: LIGA ATLÉTICA DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 10.174.942/0001-40 com sede na Avenida Municipal, S/N, CEP 88.930-000, Bairro São Cristóvão – Turvo.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Handebol, no naipe masculino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	EDSON RODRIGUES Presidente do Conveniente
--	--

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 16/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 16/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 16/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$32.215,00 (trinta e dois mil e duzentos e quinze reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA PAIS E AMIGOS DO VOLEIBOL SÃO JOSÉ, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº18.042.698/0001-73 com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 416, CEP 88.106-750, Bairro Forquilha.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Voleibol, no naipes feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	JOSÉ ODAIR DE LIZ Presidente do Conveniente
--	--

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 17/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 17/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 17/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$47.470,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos e setenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE SÃO JOSÉ, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº21.168.920/0001-93 com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, 981, CEP 88111-510, Bairro Ipiranga.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de ginástica rítmica, no naipes feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.



Dotação Orçamentária:  
Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01  
Projeto/Atividade: 2.055  
Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80  
Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

LAÍS MAYUMI MATSUO Presidente do Conveniente
---

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 18/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 18/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 18/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 36.178,40 (trinta e seis mil cento e setenta e oito reais e quarenta centavos).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ISTEPOS FUTEBOL AMERICANO, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 10.370.353/0001-37 com sede na Rua Santa Isabel, 97, CEP 88117-460, Bairro Barreiros.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Futebol Americano, no naipe masculino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

JOÃO GABRIEL CREMA Presidente do Conveniente
---

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 19/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 19/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 19/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$36.819,00 (trinta e seis mil e oitocentos e dezenove reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FEMININA DE HANDEBOL DE SÃO JOSÉ, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº21.024.677/0001-30 com sede na Rua Francisco Antônio da Silva, 19335, CEP 88122-010, Bairro Sertão do Maruim.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Handebol, no naipes feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	LEILA IZABEL NATAL Presidente do Conveniente
--	---

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 20/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 20/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Editais: 03/FUNESJ/2016

Número: 20/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$93.000,00 (noventa e três mil reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO JOSEFENSE DE JUDÔ IPPON, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº19.620.942/0001-09 com sede Av. Acioni de Souza Filho. S/N, CEP 88.056-511, Bairro Campinas.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Judô, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	EDGAR MOGICA MACIEL Presidente do Conveniente
--	--

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 21/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 21/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 21/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 81.280,00 (oitenta e um mil e duzentos e oitenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA TIGRES CATARINENSES, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 17.834.640/0001-08 com sede na Servidão Manoel de Souza Oliveira, 297, CEP 88.056-511, Bairro Cachoeira do Bom Jesus.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Taekwondo, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

MARCELO CAMPOS

Presidente do Conveniente

## EXTRATO CONVÊNIO Nº 22/2016/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 22/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 22/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 61.345,00 (sessenta e um mil e trezentos e quarenta e cinco reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO PADAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 06.179.3060001-33 com sede na Rodovia Deputado Diomício Freitas, 1000, CEP 88.047-400, Bairro Carianos.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Ciclismo, nos naipes masculino e feminino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

JOÃO CARLOS NEVES JUNIOR

Presidente do Conveniente

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 23/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 23/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 14/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 53.722,00 (cinquenta e três mil e setecentos e vinte e dois reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TERRA FIRME, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 24.000.434/0001-50 com sede na Rua Valdemar Rufino da Silva, nº 1545, CEP 88.111-650, Bairro Real Parque.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Voleibol, no naipe masculino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	RENATO VOLPATO NANDI Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 24/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 24/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 24/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 27.630,00 (vinte e sete mil e seiscentos e trinta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANROSE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.157.125/0001-08, com sede na Rua Fancelina Domingos de Jesus, nº 227, Bairro Roçado.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	FERNANDA DIAS DE CASTRO Presidente do Conveniente
--	--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 25/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 25/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 25/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 34.890,00 (trinta e quatro mil e oitocentos e noventa reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.168.920/0001-93, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, nº 981, Bairro Ipiranga.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de ginástica nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	LAÍS MAYUMI MATSUO Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 26/2016/FUNESJ**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 26/2016/FUNESJ

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E A CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Acioni Souza Filho, s/nº, CEP 88.103-970 – São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/nº, CEP 88.101-175 – São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº 02.361.033/0001-92, neste ato representada pela Superintendente Sra. Karoline da Silva, portadora da Carteira de Identidade nº.5210952 SSP/SC, e do CPF/MF nº. 069.042.539-24, nomeada pelo Decreto nº. 5323/2015, doravante denominados CONCEDENTE e a CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº83.813.139/0001-81 com sede na Rua Otto Júlio Malina, nº1306, CEP 88111-500, Bairro Ipiranga, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Fernando da Costa, inscrito no CPF nº 027.455.909-95, doravante denominada CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, regendo-se pelas disposições contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, na Lei Orçamentária Municipal e na Instrução Normativa TC/SC nº 014/2012, consoante Parecer Jurídico nº 66/2014, exarado pela Procuradoria-Geral do Município, e mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

§ 1º. Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho propostos pelo CONVENIENTE e previamente aprovados pelo CONCEDENTE, bem como toda a documentação técnica que deles resultarem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

§ 2º. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos à avaliação da comissão técnica e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

§ 3º. Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE.

§ 4º. Todas as atividades previstas no objeto deste Convênio são gratuitas, sendo vedado qualquer tipo de cobrança de seus beneficiários.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

São obrigações dos Partícipes:

**I - DO CONCEDENTE:**

- a) realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir à CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) prorrogar de ofício a vigência deste Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto;
- e) analisar e, se for o caso, aprovar, excepcionalmente, as propostas de alteração do Convênio e seu Plano de Trabalho, efetuadas pela CONVENIENTE, desde que instruídas e fundamentadas as razões concretas que a justifiquem, formuladas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do momento da alteração desejada;
- f) indicar responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto pactuado;
- g) glosar quaisquer tipos de despesas que julgar improcedentes;
- h) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados;
- i) receber o objeto do Convênio quando concluído nos termos avençados, atestando sua efetiva execução; e
- j) exercer as demais funções que lhe conferem o presente Termo de Convênio;

**II - DA CONVENIENTE, além de outras previstas neste Convênio:**

- a) executar fielmente o objeto pactuado e aplicar os recursos repassados, exatamente de acordo com o Plano de Trabalho, bem como adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, se houver;
- c) manter o coordenador técnico com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF indicado no Plano de Trabalho, o qual será responsável pela execução e coordenação do projeto;
- d) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competentes, independente de pertencer à esfera municipal, estadual, ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso e se necessário, nos termos da legislação aplicável;
- e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- f) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras eventualmente executadas com recursos financeiros provenientes dos repasses realizados pelo CONCEDENTE;
- h) comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pela FUNESJ;
- i) comprometer-se a concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
- j) informar o executor da obrigatoriedade do cumprimento fiel as disposições do Convênio;
- k) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- l) manter e movimentar os recursos financeiros recebidos em conta bancária individualizada e vinculados, identificados pelo nome e número do Convênio, em estabelecimento bancário oficial do Estado ou, na falta deste, em outro banco, dando-se preferência aos da União, nos termos da Cláusula Quinta;
- m) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo da CONCEDENTE, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- n) utilizar os recursos na forma da Cláusula Sexta e prestar contas na forma da Cláusula Décima Primeira;
- o) facilitar ao CONCEDENTE, ou agentes da Administração Municipal, com delegação de competência, todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhe efetuar inspeções in loco, fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento;
- p) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- q) manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas do Estado, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;
- r) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- s) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;
- t) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- u) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;



v) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

w) divulgar o nome da CONCEDENTE, nos termos da Cláusula Décima Quinta, assegurando e destacando, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio;

x) cientificar-se das sanções previstas na Cláusula Décima Primeira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará pelo período de doze meses, com início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017, para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único. A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, “de ofício” pelo CONCEDENTE ou por solicitação da CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que justifiquem, formulada, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do término da vigência prevista para a execução do objeto deste Convênio, desde que aceite pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 16.680,00 (dezesesseis mil e seiscentos e oitenta reais), correrão à conta de dotação consignada à Fundação de Esportes e Lazer de São José, no Orçamento Fiscal do Município referente ao Exercício de 2017, observadas as características indicadas no extrato anexo a este Termo.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros a que faz alusão o caput desta Cláusula serão repassados à CONVENIENTE mediante 10 (dez) parcelas, a serem transferidas durante o exercício financeiro corrente, conforme o disposto no Plano de Trabalho previamente aprovado.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE destinados à execução do objeto deste Convênio, no montante indicado no caput da Cláusula Quarta, serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso descrito no Plano de Trabalho anexo, a crédito de conta específica aberta em nome da CONVENIENTE e vinculada ao presente Instrumento, também indicada no referido anexo.

§ 1º. É facultado à CONCEDENTE, mediante notificação da CONVENIENTE, nos termos do inciso I, da Cláusula Décima Sexta, suspender a liberação de recursos quando observada qualquer irregularidade e/ou impropriedades no cumprimento do Plano de Trabalho e/ou na Prestação de Contas, até que sejam sanadas.

§ 2º. A liberação da primeira parcela dos recursos, nos termos do Plano de Trabalho, só será feita mediante a comprovação do arquivamento da prestação de contas do ano de 2015, no caso de entidades já conveniadas. Caso a prestação de contas de 2015 seja rejeitada, este termo será rescindido, nos termos da Cláusula Décima Quarta.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

A CONVENIENTE deverá manter os recursos repassados pelo CONCEDENTE em Conta Bancária específica e exclusiva, indicada no Plano de Trabalho, permitindo-se o pagamento somente de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal ou ordem bancária ao credor.

§ 1º. É vedado o pagamento de despesas deste convênio em espécie ou de qualquer outra forma que não a indicada no caput desta Cláusula, , salvo em casos excepcionais, após aprovação expressa da FUNESJ, estando tal atitude sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira.

§ 2º. Os recursos devem ser empregados em sua finalidade até, no máximo, o último dia do mês vigente em que foi realizado o crédito pela CONCEDENTE na conta bancária da CONVENIENTE.

§ 3º. Enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo.

§ 4º. Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no objeto deste Convênio, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida devida pela CONVENIENTE.

§ 5º. Os recursos deste Convênio não poderão ser utilizados:

- a) na realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, inclusive, referente aos pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo as despesas com tarifa mensal de manutenção de conta;
- b) na realização de despesas de custeio da CONVENIENTE, ou a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- c) no recolhimento de tributos referentes aos serviços prestados à CONVENIENTE por pessoas físicas ou jurídicas;
- d) no pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de Órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em quaisquer dos entes partícipes deste Convênio;
- e) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e previstas no Plano de Trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- f) na realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência;
- g) na finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento e seu Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência, assim como na atribuição de efeitos financeiros retroativos.

§ 6º. Qualquer modificação nos valores descritos no Orçamento Analítico do Plano de Trabalho deve ser requerida ao setor de Convênios da CONCEDENTE, através de ofício em papel timbrado da CONVENIENTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a cópia de tal documento se fazer presente na Prestação de Contas do respectivo trimestre.

§ 7º. Os valores não empregados na sua finalidade deverão ser justificados e devolvidos em Conta Corrente específica da CONCEDENTE, devendo constar na Prestação de Contas Final o comprovante de depósito e sua respectiva justificativa.

§ 8º. Adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução deste Convênio, os procedimentos estipulados na Lei nº 8.666/93, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos casos em que especifica.

§ 9º. Fica expressamente vedado ao CONVENIENTE repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio,

permanecerão sob a guarda e responsabilidade do CONVENIENTE, vinculados ao objeto pactuado para assegurar a continuidade do programa governamental.

Parágrafo Único. Ao término da vigência do presente instrumento, os bens duráveis e materiais permanentes deverão ser entregues à CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS COMPROVANTES DE DESPESAS

Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º. O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I. a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II. a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III. os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º. Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º. Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

§ 4º. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária, no qual deve se fazer constar, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso), número do Convênio e mês de referência, comportando as seguintes exceções:

I. Será admitido recibo referente ao pagamento de estagiário desde que o mesmo venha acompanhado de Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o estagiário, a Instituição de Ensino e a CONVENIENTE.

II. Será admitido recibo referente ao pagamento de incentivos materiais aos atletas maiores de quatorze anos e menores de vinte anos, nos termos do inciso I, do Parágrafo Único, do art. 4º do Decreto Federal nº 7.894 de 8 de Abril de 2013 e do § 4º do art. 29 da Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998, desde que acompanhados do Contrato de Bolsa Aprendizagem, conforme legislação mencionada.

III. Será admitido recibo referente ao pagamento de patrocínio a atletas não profissionais, com base no art. 3º, Parágrafo Único, III, da Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998, desde que acompanhados do Contrato de Patrocínio ao qual se refere.

§ 5º. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

§ 6º. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da CONVENIENTE e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio.

I. No caso de despesa com as aquisições de passagens, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá constar o nome completo do usuário do bilhete, sua condição de participante no evento, número de sua Carteira de Identidade, nº do CPF/MF, nº do telefone, endereço residencial completo, o trecho utilizado e as datas de embarque e desembarque, conforme indicadas no respectivo bilhete utilizado;

II. No caso de despesas com hospedagem, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá conter o nome completo do hóspede sua condição de participante no evento, nº de sua Carteira de Identidade, nº de seu CPF/MF, nº de telefone, com endereço residencial completo, acompanhado do extrato de conta fornecido pelo hotel.

#### CLÁUSULA NONA – DO COMPROVANTE DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

A comprovação de cumprimento do objeto do convênio dar-se-á através das prestações de contas, na forma da Cláusula Décima, nas quais deverão constar as fichas de inscrição de todos os participantes do projeto.

§ 1º. A falta de comprovação do número de atendimento diretos, conforme aquele determinado no Plano de Trabalho, ensejará as sanções da Cláusula Décima Primeira.

§ 2º. As fichas de inscrição deverão conter, obrigatoriamente, a logomarca da CONCEDENTE, indicação do local e horário para o qual se está inscrevendo, qualificação completa do participante do projeto e de seus responsáveis, bem como indicação de endereço eletrônico e telefone dos mesmos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, ou 5 (cinco) anos, quando os arquivos estiverem digitalizados, contados da aprovação das contas do CONCEDENTE, pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE, relativas ao exercício em que forem incluídas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é requisito obrigatório para continuidade de execução do objeto pactuado e deve ser apresentada de acordo com o estabelecido neste Termo de Convênio, nas normas vigentes e no Manual de Prestação de Contas a ser entregue ao CONVENIENTE no mês de Fevereiro de 2017:

I. Dos prazos para prestação de contas

a) A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada bimestralmente em até 20 (vinte) dias após a liberação da última parcela do bimestre, ou nos termos da alínea “b” do presente Inciso, sendo o primeiro bimestre constituído pelos meses de Fevereiro e Março; o segundo de Abril e Maio; o terceiro de Junho e Julho; o quarto, pelos meses de Agosto e Setembro; o quinto de Outubro e Novembro; e, caso haja previsão de pagamento para Dezembro, deste deve ser prestado contas separadamente no mesmo prazo indicado.

b) Após a entrega de cada Prestação de Contas Bimestral, estas serão avaliadas e, de acordo com a Instrução Normativa Nº 01/2016/FUNESJ, as entidades reincidentes em erros serão notificadas e obrigadas a realizar, até o fim do contrato, a Prestação de Contas de forma Mensal, em até 20 (vinte) dias após a liberação da parcela referente ao mês, observados o disposto no Inciso II desta Cláusula.

c) A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada juntamente com a última prestação de contas bimestral ou com o mês de dezembro,

composta pelos documentos exigidos pelo inciso III desta Cláusula.

II. A Prestação de Contas Bimestral dos recursos deste Convênio deverá ser constituída, na seguinte ordem:

- a) Ofício de encaminhamento à Superintendência da Fundação de Esportes e Lazer;
- b) Cópia do Plano de Trabalho aprovado na celebração do Convênio e suas respectivas alterações, se houver;
- c) Relatório de Execução Físico-Financeira (Anexo 2);
- d) Relatório de Execução da Receita e Despesa (Anexo 3);
- e) Relação de pagamentos efetuados (Anexo 4);
- f) Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio no período (Anexo 5), acompanhada de fotos dos materiais listados;
- g) Conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- h) Cópia do extrato mensal completo da conta bancária específica, o qual deve demonstrar a movimentação de todos os dias do mês;
- i) Comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados à conta indicada pelo responsável do programa;
- j) Comprovante de depósito de valores referentes às taxas bancárias, multas, juros e correção bancárias;
- k) Comprovante de despesa nos termos da Cláusula Sétima e seu respectivo comprovante de pagamento (cheque nominal ou ordem bancária ao credor), ambos na mesma folha ou em folhas subsequentes;
- l) Cópias dos três orçamentos para aquisição de bens, nos casos de dispensa de licitação, os quais devem ser acostados com os documentos referidos na alínea anterior.

III. A Prestação de Contas Final dos recursos deste Convênio deverá ser constituída de todos os documentos mencionados do inciso anterior e MAIS:

- a) Relação total de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio (Anexo 5);
- b) Relatório de cumprimento do objeto (Anexo 1);
- c) Extrato anual da conta bancária vinculada;
- d) Relação de pagamentos efetuados (Anexo 4) durante todo o ano (junção de todos os meses em uma só planilha);
- e) Clipping de todas as matérias que veicularam o projeto (jornais, revistas, internet, rádio ou ainda TV);
- f) Comprovante de cumprimento da meta de atendimento diretos descrita no Plano de Trabalho, nos termos da Cláusula Nona (fichas de inscrição);
- g) Fotos de cada peça promocional produzida para o projeto;
- h) Fotos do projeto em arquivo digital;
- i) Aceite da CONCEDENTE nos materiais em que sua logomarca foi difundida, nos termos do § 1º da Cláusula Décima Quarta;
- j) Lista dos locais de exibição, quando for o caso.

§ 1º. Será rejeitada, de plano, a prestação de contas incompleta, fora da ordem prevista, entregue fora de envelope e/ou com folhas soltas ou não inteiras.

§ 2º. O recebimento dos documentos não implica na aceitação da prestação de contas como regular, já que não há o exame quanto ao conteúdo da documentação apresentada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS IMPROPRIEDADES E IRREGULARIDADES

Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio e/ou na Prestação de Contas, obriga-se o CONCEDENTE a notificar, de imediato, o dirigente da CONVENIENTE e/ou responsável pelo projeto, conforme indicados no Plano de Trabalho, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 7 (sete) dias, quando a CONVENIENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Convênio.

§ 1º. Findo o prazo da notificação de que trata o caput desta Cláusula, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, nem cumprida a obrigação, o responsável pelo Setor de Convênios da CONCEDENTE encaminhará para conhecimento da Superintendência, relatório analítico das irregularidades, a qual indicará as providências a serem tomadas, dentre elas:

I. No caso de irregularidades formais, quais sejam, aquelas constatadas na forma do cumprimento das Cláusulas do Convênio e/ou Prestação de Contas:

- a) Sustar o pagamento até saneamento das irregularidades, sendo que as parcelas sustadas, previstas no Cronograma de Desembolso, não serão pagas retroativamente;
- b) Rescindir unilateralmente o Convênio, nos termos da Cláusula Décima Quarta.

II. No caso de irregularidades materiais, quais sejam, naquelas em que haja dúvidas quanto ao correto emprego do recurso público ou possível dano ao erário:

- a) Rescindir unilateralmente o Convênio, nos termos da Cláusula Décima Quarta.
- b) Notificar CONVENIENTE para restituição total ou parcial da verba concedida, em forma de glosa, atualizada monetariamente, acrescida de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data do seu recebimento;
- c) Inscrever o CONVENIENTE e seu responsável no Cadastro Municipal de Inadimplentes;
- d) Indicar comissão responsável para instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente;
- e) Encaminhar à Chefia de Controle Interno e Auditoria para parecer consultivo;
- f) Tomar qualquer providência indicada pelo órgão consultivo mencionado na alínea anterior.

§ 2º. Nos casos mencionados pelo parágrafo anterior, ficará a CONVENIENTE impedida, pelo prazo de 1 (hum) ano a contar do parecer final da Superintendência, de firmar Convênios ou qualquer outro tipo de contrato com a CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

É prerrogativa do CONCEDENTE conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução deste Convênio, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

§ 1º. Nos termos da legislação em vigor, o CONCEDENTE designará um servidor para acompanhar a fiel execução do objeto deste Convênio, através de análise documental e vistorias in loco.

§ 2º. O servidor mencionado no parágrafo anterior ficará responsável pelo preenchimento do relatório de fiscalização (Anexo 6) e pela entrega de cópia do mesmo ao CONVENIENTE, notificando-o sobre qualquer irregularidade observada no local.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, pelos seguintes motivos:

I. Descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente;

II. Inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, na forma prevista neste instrumento;

III. Má conduta ou atos que prejudiquem a imagem da CONCEDENTE diante dos beneficiários;

IV. Pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Único. Fica assegurado a qualquer uma das partes do presente Convênio, o direito de rescindi-lo, com efeito imediato, ainda que não imperem os motivos narrados no caput desta Cláusula, desde que avise por escrito à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus para as mesmas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

A CONVENIENTE obriga-se a divulgar, no local e durante a execução do objeto, a participação da Fundação de Esportes e Lazer de São José, mediante afixação de placa, faixa ou banner, em cada um dos pólos de atividade, nominando o Projeto específico, indicando sua gratuidade e contendo a logomarca da CONCEDENTE na forma do Anexo 7.

§ 1º. A divulgação do nome da CONCEDENTE deve ser feita, ainda, através da impressão da logomarca em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento. Todo o material em que sua logomarca seja exibida deverá ser previamente aprovado, em termo escrito a ser juntado à prestação de contas final, pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José.

§ 2º. A CONVENIENTE obriga-se a proceder a citação verbal do patrocínio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas de veículos acionados pela CONCEDENTE.

§ 3º. A CONCEDENTE poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus.

§ 4º. Os alunos da CONVENIENTE tem a obrigação de citar verbalmente o patrocínio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto.

§ 5º. A divulgação deverá restringir-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENIENTE, no mesmo prazo estabelecido para a prestação de contas, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher à Fazenda Pública Municipal, à conta 200018-3, Agência 3078, Operação 006, na Caixa Econômica Federal, em favor da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José:

I. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II. o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III. o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

§ 1º. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

§ 2º. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais consideradas pertinentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactum, ainda, as seguintes condições:

I. Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, e-mail, telegrama, fax ou telex, devidamente comprovadas por conta, no endereço dos partícipes;

II. As alterações de endereços e de número de telefone, telex, e fax de quaisquer dos partícipes devem ser imediatamente comunicadas por escrito mediante de Ofício;

III. Será prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade; e

IV. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

Parágrafo Único. Os casos omissos ao presente Convênio serão avaliados em concreto pela CONCEDENTE, sempre que amparados pela legislação vigente e em consonância aos princípios que norteiam a Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste Convênio e de seus aditamentos no Diário Oficial do Município – D.O.M., ou outro meio de publicação oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONCEDENTE, às suas expensas, até o décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de vinte dias daquela data, contendo os seguintes elementos:

I. espécie, número e valor do instrumento;

II. denominação, domicílio e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF dos partícipes;

III. resumo do objeto;

IV. crédito pelo qual ocorrerá a despesa;

V. prazo de vigência e data de assinatura.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São José – SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem plenamente de acordo, os partícipes firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	FERNANDO DA COSTA Presidente do Conveniente
Testemunha 1 Nome: CPF: Assinatura:	Testemunha 2 Nome: CPF: Assinatura:

**RELAÇÃO DE ANEXOS**

Plano de Trabalho Anexo ao Termo de Convênio

Anexo 1 – Relatório de Cumprimento do Objeto

Anexo 2 – Relatório de Execução Físico-Financeira

Anexo 3 – Relatório de Receita-Despesa

Anexo 4 – Relação de Pagamentos Efetuados

Anexo 5 – Relação de Bens Adquiridos

Anexo 6 – Relatório de Fiscalização da Conveniente

Anexo 7 – Exigências para Divulgação

Anexo 8 – Modelo de Ofício de Entrega da Prestação de Contas

Anexo 9 – Modelo de Ofício de Resposta Notificação

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 27/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 27/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Editais: 02/FUNESJ/2016

Número: 27/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ESCOLINHA DE CRAQUES COLONIA SANTANA, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 19.711.383/0001-34 com sede na Servidão Orlando Norberto Machado, nº 20, CEP 88.123-175, Bairro Colônia Santana.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	GERVÁSIO DUARTE Presidente do Conveniente
--	--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 28/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 28/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 28/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$18.722,60 (dezoito mil e setecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 58.106.519/0008-05, com sede na Rodovia BR101, Km 205 nº 357, Bairro Floresta. Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de natação paradesportiva, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária:18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

SANDRA REGINA DE MIRANDA Presidente do Conveniente
---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 29/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 29/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 29/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 22.022,00 (vinte e dois mil e vinte e dois reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: CLUBE ATLÉTICO GALO SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.586.929/0001-00, com sede na Rua Adélia Schroeder Pontes, nº 253, Bairro Serraria, São José (SC), CEP. 88115-218.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária:18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

ISRAEL FRANCISCO SILVY Presidente do Conveniente
---



**EXTRATO CONVÊNIO Nº 30/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 30/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 30/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FAZENDA ESPORTE CLUBE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21276442/0001-35 com sede na Rua Victor Shimitd, nº 706, Bairro Fazenda Santo Antônio, São José (SC), CEP 88104-526.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

VALDIR RAMOS DE SOUSA Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 31/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 31/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 31/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 6.925,00 (seis mil e novecentos e vinte e cinco reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E SOCIAL ATLETAS DO FUTURO, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 15.058.095/0001-71, com sede na Rua Caleu Souza dos Santos, nº 119, CEP 88115-566, Bairro Serraria.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de judô, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

FRANCKSIENE DAMAS LINO Presidente do Conveniente
---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 32/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 32/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 32/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E SOCIAL ARTE SUAVE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 11.801.368/0001-75, com sede na Rua Pedro Bunn, nº 801, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, São José (SC), CEP 88111-120.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de jiu jitsu, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

CLEY DO ROSÁRIO Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 33/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 33/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 33/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 37.135,00 (trinta e sete mil e cento e trinta e cinco reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA UNIÃO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 03.758.073/0001-35 com sede na Rua Maria Júlia da Luz, nº 606, Bairro Barreiros, São José (SC), CEP 88111-300,

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

LUIZ DA SILVA Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 34/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 34/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 34/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 30.628,00 (trinta mil e seiscentos e vinte e oito reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: INSTITUTO FUTURO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 13.327.132/0001-74 com sede na Rua 24 de Janeiro, nº 03, Bairro Fazenda Santo Antônio.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

LUCAS ZOLDAN MARIN Presidente do Conveniente
---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 35/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 35/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 35/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 23.830,00 (vinte e três mil e oitocentos e trinta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE DANÇA DE SALÃO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 04.254.416/0001-97 com sede na Rua Frei Caneca, nº 360, Bairro Agrônômica, Florianópolis.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de dança de salão, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

NEVILLE MARCELO BARBOSA FUSCO Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 36/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 36/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 36/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 26.820,00 (vinte e seis mil e oitocentos e vinte reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO JOVENS ATLETAS PEREGRINOS, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 09.215.223/0001-40 com sede na Rua John Lennon, nº 1883, Bairro Areias.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

JORGE LUIS DOS SANTOS CANDIDO Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 37/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 37/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 37/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 10.710,00 (dez mil e setecentos e dez reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL HANDEBOL DE SÃO JOSÉ, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 08.518.399/0001-09, com sede na Rua Travessa José João dos Passos, nº 765, Bairro Praia Comprida.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Handebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

ALEXANDRE SOUZA RODRIGUES Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 38/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 38/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 38/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 21.175,00 (vinte e um mil e cento e setenta e cinco reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO SOMBRA DE KARATE, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 07.724.985/0001-47 com sede na Rua Joaquim Vieira Padilha, nº 315, Bairro Real Parque, São José (SC), CEP 88113-480.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de karatê, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

LUIZ ADGILSON FREITAS SOMBRA Presidente do Conveniente
---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 39/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 39/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 39/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 19.880,00 (dezenove mil e oitocentos e oitenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 73.249.690/0001-90 com sede na Rua São Pedro, nº 1847, Bairro Areias.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

JONAS EDILSON DA SILVA Presidente do Conveniente
---



**EXTRATO CONVÊNIO Nº 40/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 40/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 40/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 28.901,55 (vinte e oito mil e novecentos e um reais e cinquenta e cinco).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E LUTA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.190.359/0001-49, com sede na Rua Antonio Shoereder, nº 1733, Bairro Bela Vista, São José (SC), CEP 88110-401.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de artes marciais, entre elas: Jiu Jitsu e Muay Thai, nos termos do Plano de Trabalho

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	NAIR MARTINHA CIDADE Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 41/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 41/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 41/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 24.798,35 (vinte e quatro mil e setecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Sócio-Esportiva Na Luta, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 10.973.722/0001-86, com sede na Rua Antonio Shoereder, nº 1733, Bairro Bela Vista II, São José (SC), CEP 88110-401.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de artes marciais, entre elas: Capoeira e Boxe, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	ALEXANDRE CIDADE Presidente do Conveniente
--	---



**EXTRATO CONVÊNIO Nº 42/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 42/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 42/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 8.745,00 (oito mil e setecentos e quarenta e cinco reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Esportiva Vikings de Hockey In Line, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.352.138/0001-20 com sede na Rua Maria Júlia da Luz, 1665, CEP 88111-300, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de hockey in line, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

EDERSON DANTAS DE ALMEIDA

Presidente do Conveniente

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 43/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 43/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 43/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 35.254,00 (trinta e cinco mil e duzentos e cinquenta e quatro reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TERRA FIRME, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 24.000.434/0001-50 com sede na Rua Valdemar Rufino da Silva, nº 1545, CEP 88.111-650, Bairro Real Parque

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de voleibol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

RENATO VOLPATO NANDI

Presidente do Conveniente

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 44/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 44/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 44/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 11.905,00 (onze mil e novecentos e cinco reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS – AFLODEF, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 78.827.177/0001-53 com sede na Rua Rui Barbosa, nº 708, CEP 88025-301, Bairro Agrônômica.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de basquete em cadeira de rodas, bocha paralímpica e tênis de Mesa, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

JOSÉ ROBERTO LEAL Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 45/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 45/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 45/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 14.310,91 (quatorze mil trezentos e dez e noventa e um centavos)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: INSTITUTO BABY BASQUETEBOL CIDADANIA – IBBC, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.522.006/0001-07 com sede na Rua Ramon Filomeno, nº 357, CEP 88.034-495, Bairro Itacorubi.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de basquete, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

MARCO BISCARO Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 46/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 46/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 46/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DE HOCKEY IN LINE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 06.369.240/0001-44 com sede na Rua São Sebastião Lentz, 453, CEP 88103-750, Bairro Praia Comprida.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de hockey in line, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

TALES PEREIRA LOPES Presidente do Conveniente
--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 47/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 47/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 47/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 34.350,00 (trinta e quatro mil e trezentos e cinquenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO – UCA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.991.412/0001-04 com sede na rua Frederico Afonso, nº 5764, Bairro Ponta de Baixo.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de atletismo, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer
--

LIEGE LOCATELLI PIVA Presidente do Conveniente
---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 48/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 48/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 48/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: LIGA ATLÉTICA DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 10.174.942/0001-40 com sede na Avenida Municipal, S/N, CEP 88.930-000, Bairro São Cristóvão – Turvo.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de handebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	EDSON RODRIGUES Presidente do Conveniente
--	--

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 50/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 50/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Comunitário)

Edital: 02/FUNESJ/2016

Número: 50/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO KARCARÁ DE JIU JITSU, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 21.579.928/0001-42 com sede na Rua João Ambrósio Da Silva, nº 998, CEP 88111-550, Bairro Ipiranga.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de Jiu Jitsu, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	MISRELMAM PEREIRA DE SOUZA Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO CONVÊNIO Nº 51/2016/FUNESJ**

EXTRATO CONVÊNIO Nº 51/2016/FUNESJ

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adelianna Dal Pont, e por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Karoline da Silva, celebra o Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Rendimento)

Edital: 03/FUNESJ/2016

Número: 51/2016/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL SÃO JOSÉ CATARINENSE, entidades sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.749.690/0001-41 com sede na Av. Irineu Bornhausen, 811, CEP 88.101-300, Bairro Campinas.

Resumo do Objeto: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio da preparação de atletas na modalidade de Futsal, no naipe masculino, os quais representarão o município em competições, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 21/12/2016 e término em 21/12/2017.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: [convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br](mailto:convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br)

São José, 21 de Dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita do Município de São José

KAROLINE DA SILVA Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer	SANDRO LUIZ PRUDENCIO DA SILVA Presidente do Conveniente
--	---

**EXTRATO DE ARQUIVAMENTO DO CONVÊNIO Nº 49/2016/FUNESJ**

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO DO CONVÊNIO Nº 49/2016/FUNESJ

Aos três dias do mês de Janeiro do ano de 2017, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Karoline Silva, resolve arquivar o Termo de Convênio do projeto apresentado para o Edital nº 02/FUNESJ/2016, pela Associação dos Guardas Municipais de São José, com sede na Rua Irmãos Vieira, nº224, CEP 88101-290, Bairro Campinas – São José (SC), inscrita no CNPJ nº07.582.456/0001-56. A entidade foi chamada para celebrar Termo de Convênio, no entanto, não compareceu ao ato, não justificou a ausência e não se apresentou nos dez dias subsequentes para assinatura do convênio. Deste modo, dá-se a rescisão unilateral nos termos do edital, arquivando-se a minuta e o plano de trabalho apresentados.

São José, 03 de Janeiro de 2017.

Karoline Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

**PORTARIA NO 010, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

portaria no 010, de 22 de DEZEMBRO de 2016.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída através da Portaria nº 009, de 22 de 18 de novembro de 2016, com a finalidade de apurar possível desvirtuamento de repasses celebrados em Convênio.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 1º e 24, § 2º da Instrução Normativa TCE nº 14, de 13 de junho de 2012,

- Considerando a Comunicação Interna nº 0127/2016/SAS, de 22 de dezembro de 2016.

RESOLVE :

Art. 1º. Fica prorrogada em 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída através da Portaria nº 009, de 18 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 22 de dezembro de 2016.

NORMA WARMLING

Secretária Municipal de Assistência Social

### **PORTARIA Nº 01/2017**

PORTARIA Nº 01/2017

Prorrogação da Portaria nº 028/2016

O Procurador Geral Interino do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 028/2016, de 03 de novembro de 2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 03 de janeiro de 2017.

São José, 03 de janeiro de 2017.

Junior Spies

Procurador Geral Interino do Município de São José

### **PORTARIA Nº 02/2017**

PORTARIA Nº 002/2017/PGM

Prorrogação da Portaria 014/2016

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009 e considerando o elevado número de processos administrativos em trâmite, PRORROGA o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, referente ao PAD 26.338/2014-A, prorrogado pela Portaria nº 014/2016/PGM, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar do seu vencimento, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 02 de janeiro de 2017.

Júnior Spies

Procurador Geral do Município Interino.

### **PORTARIA Nº 03/2017**

PORTARIA Nº 003/2017/PGM

Prorrogação da Portaria 015/2016

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009 e considerando o elevado número de processos administrativos em trâmite, PRORROGA o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, referente ao PAD 26.338/2014-B, prorrogado pela Portaria nº 015/2016/PGM, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do seu vencimento, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 02 de janeiro de 2017.

Júnior Spies

Procurador Geral do Município Interino.

### **RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2016 - Processo nº 392/2016 – Proc. Adm. 19011/2016.

Fornecedores:

BMI PROSPER EIRELI – EPP, vencedor dos itens 25,26 e 27;

DOUGLAS DE ABREU – EPP, vencedor dos itens 1 e 7;

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, vencedor dos itens 15,16 e 21;

L.M. – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME, vencedor dos itens 5, 10, 19, 22, 24, 29, 30, 34, 35, 36, 37 e 38;

MAYCON WILL – ME, vencedor dos itens 32 e 33;

NICK LIMPEZA E HIGIENE LTDA – ME, vencedor do item 4;

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP, vencedor dos itens 2, 6, 12, 14, 28 e 31;



RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, vencedor do item 11;  
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIP. LTDA – ME, vencedor dos itens 3, 8, 9, 13, 17, 18, 20 e 23.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo para recursos até o dia 06/01/2017 às 18:00 horas no setor de Pregões da Prefeitura Municipal de São José/SC. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

### **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2016 - Processo nº 695/2016 – Proc. Adm. 26406/2016. Fornecedor: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL, CHEFIA DO GABINETE E AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 201.480,00 – duzentos e um mil, quatrocentos e oitenta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

### **TERMO ADITIVO N.º 01/2016 AO CONTRATO N.º 0001/2016**

TERMO ADITIVO N.º 01/2016 AO CONTRATO N.º 0001/2016, PARTES: o Município de São José e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2016, celebrado em 2016, originário do Processo Administrativo n.º 7379/15, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93. VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais), em 12 (doze) parcelas. VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. DATA: São José-SC, 21 de dezembro de 2016. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Gilsoni Lunardi Albino pelo CIGA.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra "d", do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2016, de 10 de maio de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.865, de 29 de julho de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 01 – MICRO ÁREA 35)

SANDRA DALL ALBA RHODEN

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 05 – MICRO ÁREA 09)

ADILSON JOSÉ KERKHOVEN

AGENTE DA DENGUE

CASSIANO SCHNEIDER

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 DE JANEIRO DE 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DISPENSA 01-17

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

PROCESSO Nº 1/2017 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA DE

EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR O CONCERTO DA

CAIXA E DA EMBREAGEM DO TRATOR DE PNEU JOHN DEER

MODELO 6415 - PM-13361, DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.

CONTRATADO: TECNOSAFRA SISTEMAS MECANIZADOS LTDA - SMO

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.938,16 (dezesesseis mil novecentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.586, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.586, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e servidores públicos municipais para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de São Lourenço do Oeste, a partir do mês de fevereiro do exercício financeiro de 2017, serão agrupados por período e serão efetuados pela tesouraria, junto à Contadoria Geral do Município, sendo que quando se referirem a fornecedores das entidades "Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural", os pagamentos serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo I deste Decreto recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - obrigações relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação;

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Parágrafo único. Os pagamentos das obrigações, previstas nos incisos de I a III, serão levados a efeito nas datas estabelecidas nos respectivos instrumentos, obedecidas as próprias fontes de recursos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais e o Vale Alimentação para o exercício de 2017, de acordo com a tabela constante do Anexo II deste Decreto.

§ 1º Na hipótese das datas constantes no Anexo II recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

§ 2º A remuneração de servidor público admitido após o dia 15 (quinze) do mês, relativamente aos dias trabalhados no mês de admissão, será paga no mês subsequente, de acordo com as datas constantes no Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de janeiro de 2017.

RAFEL CALEFFI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

(Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017)

#### PAGAMENTOS DE FORNECEDORES

LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	PREFEITURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMITÊ DESPORTIVO E INSTITUTO CULTURAL
De 01/01 a 27/01/2017	13/02/2017	09/02/2017	07/02/2017
De 28/01 a 11/02/2017	27/02/2017	24/02/2017	22/02/2017
De 12/02 a 27/02/2017	13/03/2017	10/03/2017	07/03/2017
De 28/02 a 11/03/2017	30/03/2017	27/03/2017	23/03/2017
De 12/03 a 27/03/2017	12/04/2017	10/04/2017	06/04/2017
De 28/03 a 11/04/2017	28/04/2017	26/04/2017	24/04/2017
De 12/04 a 27/04/2017	12/05/2017	10/05/2017	08/05/2017
De 28/04 a 11/05/2017	30/05/2017	26/05/2017	25/05/2017
De 12/05 a 27/05/2017	12/06/2017	09/06/2017	08/06/2017
De 28/05 a 11/06/2017	30/06/2017	27/06/2017	23/06/2017
De 12/06 a 27/06/2017	12/07/2017	10/07/2017	06/07/2017
De 28/06 a 11/07/2017	28/07/2017	26/07/2017	24/07/2017
De 12/07 a 27/07/2017	11/08/2017	09/08/2017	07/08/2017

De 28/07 a 11/08/2017	30/08/2017	28/08/2017	25/08/2017
De 12/08 a 27/08/2017	13/09/2017	11/09/2017	08/09/2017
De 28/08 a 11/09/2017	29/09/2017	27/09/2017	22/09/2017
De 12/09 a 27/09/2017	11/10/2017	09/10/2017	06/10/2017
De 28/09 a 11/10/2017	30/10/2017	27/10/2017	25/10/2017
De 12/10 a 27/10/2017	13/11/2017	10/11/2017	08/11/2017
De 28/10 a 11/11/2017	30/11/2017	27/11/2017	24/11/2017
De 12/11 a 27/11/2017	12/12/2017	08/12/2017	07/12/2017
De 28/11 a 31/12/2017	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017)

#### DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO	DATA LIMITE PARA DEP. VALE ALIMENTAÇÃO
Janeiro	25	15/02/2017
Fevereiro	25	15/03/2017
Março	25	15/04/2017
Abril	25	15/05/2017
Maio	25	15/06/2017
Junho	25	15/07/2017
Julho	25	15/08/2017
Agosto	25	15/09/2017
Setembro	25	15/10/2017
Outubro	25	15/11/2017
Novembro	25	15/12/2017
Dezembro	25	Até 24/12/2017
13º vencimento	20/12	---xxx---

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### ADITIVO BETHA CAMARA

TERMO ADITIVO Nº 06/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 001/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de São Miguel da Boa Vista, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Miguel, nº 568, inscrita no CNPJ sob o nº 11.331.812/0001-36, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por sua Presidente Sra. Silvânia Schwerz, brasileira, casada, residente na Avenida São Miguel, nº 357, Centro, neste Município, inscrito no CPF N.º 582.762.209-59, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, resolvem, entre si e na melhor forma de direito aditar o contrato nº 001/2014 conforme as cláusulas a seguir:

#### Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

#### Cláusula Segunda – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento legal no art. 57, inciso IV da Lei 8666/93 e cláusula segunda do contrato 001, firmado em 01 de abril de 2014.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

Os valores contratados serão os estabelecidos no Contrato originário, 1º, 2º E 5º Termos Aditivos.

#### Cláusula Quarta - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Dotação: 3390 – Elemento: 3390.39.11.00.00.00.

#### Cláusula Quinta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

São Miguel da Boa Vista, 28 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Silvane Zambiasi  
CPF: 054.885.999-08

Marizete Sandrin  
CPF: 863.768.379-72

#### ASSESSORIA JURÍDICA:

Tânia Maria F. Begrow (OAB/SC 22.353)

### ATA Nº 01 2017 SESSÃO SOLENE DE POSSE

ATA Nº. 01/2017 SESSÃO SOLENE DE POSSE

Termo de Compromisso de Posse dos Senhores Vereadores Adriane Lenir Formehl, Adriano Magioni, Aleri Risso, Daniela Conte Zonatto, Edson César Rigotti, Jairo Antonio Luft, João Laerte dos Santos, Mauro José Müller e Miguel Oli Thiago. Prefeito Municipal Vilmar Schmaedecke e Vice-Prefeito Municipal Jonas Signor, todos eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, nas dependências do Clube de Idosos "Estrela", situado na Rua São Luiz, no Centro da Cidade de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, reuniu-se em Sessão Solene os Senhores Vereadores, Prefeito e Vice- Prefeito eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis, para solenidade de Posse dos Senhores Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para o pleito 2017/2020. Sob a Presidência do Vereador Miguel Oli Thiago, Vereador mais idoso entre os Vereadores eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis. Os trabalhos preliminares foram conduzidos pela Senhora Raquel Rollwagem, Mestre de Cerimônia designada pela instituição. Para dar início aos trabalhos a Senhora Raquel cumprimentou a todos e citou um trecho do livro de Augusto Cury e passou-se a composição da Mesa de honra e Mesa dos trabalhos, onde ocuparam as mesas os Senhores Vereadores, Prefeito e Vice – Prefeito Municipal eleitos, Ex - Vice-Prefeito e autoridades convidadas. Em seguida a Mestre de Cerimônia em um ato de respeito a nossa Pátria convidou para que todos se colocassem em pé, de frente para o pavilhão Nacional, para cantar o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida baseando-se nos termos do Artigo 31 da Lei Orgânica Municipal e do Artigo 4º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, a Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor Miguel Oli Thiago, para conduzir a presente Sessão Solene da Câmara Municipal de Vereadores. Fazendo uso da palavra o mesmo declarou oficialmente aberto os trabalhos da Sessão Solene, cumprimentando aos Ilustríssimos colegas Vereadores, ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, autoridades e público presente. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente levou em pauta a Sessão informando que o objetivo desta, é dar Posse aos Ilustríssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Prefeito e Vice-Prefeito Municipal e instalar a Sétima Legislatura Municipal. O Senhor Presidente com permissão das autoridades presentes e do público, com base no artigo 4º, § 6º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, convidou a Secretária da Câmara de Vereadores Senhora Marizete Sandrin, para secretariar os trabalhos da Sessão Solene. Na sequência dando continuidade aos trabalhos da Sessão Solene, o Senhor Presidente com base no artigo 4º, §5º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, comunicou que os ilustríssimos Senhores Vereadores, já apresentaram junto a Secretaria da Casa, as suas declarações de bens e os respectivos diplomas expedidos pela 58ª Zona Eleitoral de Maravilha, Estado de Santa Catarina, para serem arquivada no Parlamento Municipal e para dar o devido cumprimento a Legislação em vigor. Em seguida cumpridas as formalidades legais e nos termos do artigo 4º § 7º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, os mesmos foram convidados a fazer o juramento para tomar posse, prestando o seguinte compromisso: PROMETO manter, defender e cumprir a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis da União, do Estado e do Município, desempenhando leal e sinceramente o mandato a mim conferido, trabalhando pelo engrandecimento do nosso Município. Após leitura do compromisso, os Senhores Vereadores comprometeram-se respondendo: "Assim o Prometo". Em seguida o Senhor

Presidente declarou empossados os nobres pares para a Legislatura dois mil e dezessete a dois mil e vinte e declarou instalada a sétima Legislatura Municipal. O Senhor Presidente solicitou aos Vereadores para que se dirigissem a mesa, para assinar o Termo de Posse e o livro de presença. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente com base no artigo 5º, §1º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, comunicou que o Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Vilmar Schmaedecke e o Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Jonas Signor, já apresentaram suas declarações de bens e seus respectivos diplomas expedidos pela 58ª Zona Eleitoral de Maravilha, Estado de Santa Catarina junto a Secretaria da Câmara de Vereadores e em seguida baseando-se no artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, os mesmos prestaram o seguinte compromisso: PROMETO manter, defender e cumprir a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis da União, do Estado e do Município, desempenhando leal e sinceramente, o mandato a mim conferido, trabalhando pelo engrandecimento do nosso Município. Após o juramento o Prefeito e o Vice-Prefeito, comprometeram-se respondendo: "Assim o Prometo". Em seguida o Senhor Presidente os declarou empossados nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, para a gestão dois mil e dezessete a dois mil e vinte. Dando continuidade aos trabalhos e baseando-se nos termos do artigo 9º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o Senhor Presidente em exercício da Câmara de Vereadores Miguel Oli Thiago, suspendeu a Sessão Solene por um período de trinta minutos a fim de preparar a eleição da Mesa Diretora para o ano de dois mil e dezessete. Reiniciando os trabalhos da Sessão Solene, o Senhor Presidente solicitou a Secretária para que a mesma fizesse a apresentação da Resolução Administrativa Legislativa nº 37/2016, que homologou as duas chapas para concorrer à eleição da Mesa Diretora. A chapa apresentada pelo Vereador Aleri Risso, que a partir deste ato será denominada chapa nº "01" e ficou assim composta: Presidente Aleri Risso, Vice – Presidente Edson César Rigotti, Primeira Secretária Daniela Conte Zonatto e Segundo Secretário Miguel Oli Thiago e a chapa apresentada pelo Vereador Mauro Müller denominada chapa nº "02", que ficou assim composta: Presidente Jairo Antonio Luft, Vice-Presidente Adriano Magioni, Primeiro Secretário Mauro José Müller e Segunda Secretária Adriane Lenir Formehl. O Senhor Presidente baseando-se no artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, informou que a eleição será em votação aberta, solicitando aos Senhores Vereadores que conforme nominados, se desloquem a tribuna e declarem seu voto nominando o número da chapa ao qual pretendem votar. Os Vereadores Aleri Risso, Daniela Conte Zonatto, Edson César Rigotti e Miguel Oli Thiago declararam seus votos à chapa nº 01 e Os vereadores Adriane Formehl, Adriano Magioni, Jairo Luft, João Laerte dos Santos e Mauro Müller votaram na chapa de nº 02. Sendo a chapa de nº 02 declarada eleita por maioria absoluta de votos e com base no artigo 31, §1º da Lei Orgânica Municipal, o Senhor Presidente declarou automaticamente empossada a mesma, a qual estará a frente dos trabalhos legislativos no ano de dois mil e dezessete. Em seguida o Presidente em Exercício Senhor Miguel Oli Thiago agradeceu a oportunidade de poder conduzir os trabalhos da Sessão Solene de Posse e passou a palavra e os trabalhos ao Presidente eleito Senhor Jairo Antonio Luft, que iniciou agradecendo aos colegas pela confiança depositada em seu nome para atuar como Presidente no ano de dois mil e dezessete. Dando sequência passou a palavra ao Mestre de Cerimônia, que conduzindo os trabalhos passou a palavra ao digníssimo Ex-Vice-Prefeito Municipal, Senhor Valmir Schöroder, que procedeu aos cumprimentos formais a Mesa de honra, ao Prefeito e Vice-Prefeito, os vereadores e público presente e fez um relato de seu trabalho junto ao Ex Prefeito Municipal Senhor Gilnei Antonio Guth nos últimos quatro anos. O Senhor Ex Vice – Prefeito se reportou aos atuais mandatários declarando que as condições dos equipamentos e máquinas da administração estão em perfeito estado e a Ex Administração deixa ao novo governo um montante aproximado entre recursos vinculados e próprios de um milhão e oitocentos mil reais em caixa. Demonstrou sua gratidão pelo trabalho realizado junto

ao Ex Prefeito Municipal, agradeceu a todos que lhe apoiaram durante os quatro anos que esteve junto ao Prefeito Municipal, à frente do Poder Executivo de São Miguel da Boa Vista. Agradeceu em especial a Deus, a família e encerrou seu pronunciamento. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Senhor Edson César Rigotti, representando a legislatura passada e atual. O Vereador Procedeu aos cumprimentos formais a Mesa de Honra, Mesa de Trabalho e público presente e fez um relato dos trabalhos realizados por cada Secretaria Municipal nos últimos quatro anos e solicitou ao novo mandatário, que continue os trabalhos iniciados pela Ex Administração. O Vereador Agradeceu aos colegas Vereadores que estiveram com o mesmo até o momento e ao Ex Secretário de Agricultura Senhor Sadi Prâmio por ter assumido seu lugar na Secretária. Agradeceu em especial sua família que sempre lhe apoiou e desejou a todos sucesso e encerrou seu pronunciamento. Na sequência fez uso da palavra o Vice-Prefeito Senhor Jonas Signor, que procedeu aos cumprimentos formais aos componentes das Mesas, a seus familiares em especial seu pai e sua mãe, bem como ao público presente e iniciou seu pronunciamento se dirigindo ao Ex Vice Prefeito dizendo que o povo lembrará de seus trabalhos junto ao Município e que pretende continuar o trabalho que já vinha fazendo, trazendo recursos ao Município. E disse ter certeza que todos os eleitos farão o possível para o bom andamento do Município. Lembrou o trabalho dos pioneiros, para que hoje fosse mais fácil o trabalho no Município. Saudou a todos os suplentes de todas as coligações. Agradeceu ao atual Prefeito pelo companheirismo e declarou que estará sempre ao seu lado venha o que vier. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Em seguida fez seu pronunciamento o Prefeito Senhor Vilmar Schmaedecke, que proferiu os cumprimentos formais as mesas de honra e de trabalho, as autoridades presentes, a imprensa e público em geral. O Prefeito iniciou seu pronunciamento destacando que, esta pronto para assumir os trabalhos junto ao Poder Executivo Municipal, que trabalhará por todos e não apenas pra si ou por alguns e busquei e buscarei conhecimento e uma equipe competente para realizar um bom trabalho, com honestidade e companheirismo entre todos, em especial entre Administração e funcionários e não irá tolerar desonestidade por parte de ninguém. A missão é tornar o Município um lugar melhor para viver e conclamo a oposição, para se unir a nós para realizarmos um excelente trabalho em prol do Município. Não venho aqui prometer absurdos, mas sim trabalho honesto e transparente, contando com a opinião e ajuda dos Municípes. As diferenças políticas não existirão a partir de hoje, estaremos abertos a todos pra trabalhar pelo Município. O Prefeito agradeceu a todos que estiveram e estão lhe apoiando nesta caminhada, a Deus, a seus pais e familiares que sempre estiveram ao seu lado e desejou um feliz dois mil e dezessete a todos. E para finalizar, fez uso da palavra o Presidente da Câmara de Vereadores Senhor Jairo Antonio Luft, que passou a interinamente a Presidência ao Vice – Presidente Senhor Adriano Magioni, para fazer o uso da tribuna. Cumprimos as mesas de honra e mesa de trabalho e público presente, agradeceu a todos em especial sua família, que sempre lhe apoiou e agradeceu aos Vereadores pela confiança depositada mais uma em seu nome para presidir a Câmara Municipal e destacou que os trabalhos serão realizados em conjunto com a Administração Municipal, para o bom andamento dos trabalhos no Município. Agradeceu a todos e desejou um Feliz Ano Novo a todos. Após seu pronunciamento, o Senhor Presidente assumiu novamente a presidência agradecendo ao Vice-Presidente pela condução dos trabalhos enquanto o mesmo se pronunciava. Na sequência o Mestre de Cerimônias convidou a todos, para em posição de sentido cantar o Hino do Município. Em seguida o Presidente solicitou a Secretária para que fizesse a leitura da Ata da Sessão Solene, para discussão, aprovação, votação e subscrição da mesma. Aprovada a Ata por todos os Vereadores, o Senhor Presidente convocou os nobres pares para a primeira Sessão de Caráter Ordinário do mês de Fevereiro, a realizar-se no dia 02 (dois), às 19h:00min. Agradeceu a presença de todos, desejou felicidades e sucesso a todos em dois mil e dezessete e encerrou a presente Sessão Solene.



ADRIANE LENIR FORMEHL ADRIANO MAGIONI

ALERI RISSO DANIELA CONTE ZONATTO

EDSON CÉSAR RIGOTTI JAIRO ANTONIO LUFT

JOÃO LAERTE DOS SANTOS MAURO JOSÉ MÜLLER

MIGUEL OLI THIAGO

## CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL 01 2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 01/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida São Miguel, 568, inscrito no CNPJ 11.331.812/0001-36, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sr. JAIRO ANTONIO LUFT, brasileiro, casado, residente na Rua São Luiz, nº 1610, Centro, neste Município, inscrito no CPF N.º 814.277.199-34, doravante denominado CONTRATANTE (LOCATÁRIO) e de outro lado o Sr. ILCON LUIS MULLER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Miguel da Boa Vista, estado de Santa Catarina, inscrito no CPF N.º 469.381.769-49, RG.nº.1.492.574, neste ato representado por sua procuradora CLECI MULLER, conforme procuração anexa, doravante denominada de CONTRATADA, (LOCADOR) resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente é a locação de uma sala comercial com área construída de 130 m<sup>2</sup> (cento e trinta metros quadrados), edificada sobre parte dos lotes urbanos n.º 45 e 46, da quadra nº 07, na Av. São Miguel nº 568, município de São Miguel da Boa Vista, SC, conforme Matricula n.º 17388, do Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha – SC.

Parágrafo único. O imóvel locado tem como finalidade as instalações da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel da Boa Vista – SC.

### CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

§ 1º A CONTRATANTE pagará pelo aluguel do objeto a quantia mensal de R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais), totalizando R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais), neste exercício, incluído-se nele os tributos e demais custos.

§ 2º O pagamento será realizado até o 20º dia do mês subsequente em moeda corrente nacional.

§ 3º O reajuste ocorrerá a cada 12 meses, pelo IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O Prazo de vigência do presente contrato de locação inicia-se em 02 janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado conforme disposições do art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.

### CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO:

O presente instrumento poderá ser rescindido por ambas as partes desde que notificado por escrito num prazo não inferior a 30(trinta) dias, ou ainda por descumprimento das cláusulas acima sujeitas as sanções legais, recebendo a locadora somente o valor dos dias locados, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou faturamento sob qualquer alegação ou fundamento.

### CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO LOCADOR E LOCATARIO:

1 - Obrigar-se o LOCATÁRIO a pagar também as despesas com Luz,

e água do referido imóvel locado.

2 - Fica pôr conta do LOCADOR o pagamento de impostos do referido imóvel.

3 - O LOCATÁRIO não poderá fazer instalação, adaptação ou outros sem autorização do locador.

4 - O locatário não poderá transferir este contrato, não sublocar, não ceder ou emprestar a outros.

5 – O LOCADOR fica obrigado a realizar as seguintes reformas no imóvel até a data de 05/02/2017:

a) executar a reforma de telhado, abas;

b) efetuar a pintura externa.

### CLAUSULA SEXTA - DAS DISPOSICOES GERAIS:

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio da Câmara Municipal de Vereadores, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas pôr escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade legislativa pôr parte da Câmara Municipal de Vereadores nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

### CAUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão pôr conta do projeto atividade: 2001, elemento 3.3.90, manutenção das atividades do Legislativo.

### CAUSULA OITAVA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, pôr mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, pôr estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 02 de janeiro de 2017.

JAIRO ANTONIO LUFT Presidente da Câmara Municipal de Vereadores	ILCON LUIS MULLER CPF 469.381.769-49 Proprietário P/P CLECI MULLER
---	---

### TESTEMUNHAS:

RODRIGO FERRONATTO

CPF: 064.302.659-27

MARIZETE SANDRIN

CPF: 863.768.379-72

Assessoria Jurídica

Tânia Maria F. Begrow

OAB/SC 22.353

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 224/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 224/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

12 – INSPA

12.01.9.272.13.2.089 - Pagamento de Inativos e Pensionistas R\$ 32.547,94

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.01.0003 – Aplicações Diretas R\$ 32.547,94

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.01.0003 – Aplicações Diretas R\$ 32.547,94

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### DECRETO Nº226/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº226/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 52.799,14(Cinquenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e catorze centavos ) por conta do Excesso de Arrecadação do

FUNDEB na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 32.903,25

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 32.520,91

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 382,34

04.01.12.365.4-2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 19.895,89

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 11.547,62

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 8.348,27

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### DECRETO Nº227/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº227/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 113.092,00(Cento e treze mil e noventa e dois reais por conta do Excesso de Arrecadação recursos ordinário na dotação abaixo identificada:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.2-2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.3-2.004 – Funcionamento e Manutenção da

Secretaria de Administração Finanças R\$ 3.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.5-2.025 – Funcionamento e Manutenção do Esporte Amador R\$ 2.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

04.01.12.361.4.2014 – Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 1.332,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.332,00

#### 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2078 –Func. e Manutenção da Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 4.245,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.245,00

07.01.15.452.0010.2077 –Func. e Manutenção da Coordenadoria De Obras R\$ 17.990,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 17.990,00

07.01.06.182.0010.2076 –Segurança no Trânsito R\$ 100,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 100,00

07.01.26.782.0010.1.068 –Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 43.425,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 43.425,00

#### ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.0011.2.086 – Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 1.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

#### 10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 17.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 17.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.  
EDSON JOSE DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

### DECRETO Nº 000225/16 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 000225/16 de 20 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SAO PEDRO DE ALCANTA e autorização contida na Lei

Municipal nº 001017/15 de 9 de Dezembro de 2015.  
DECRETA :

Art 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 41.068,14 para a(s) seguinte(s) dotação(ões)orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 36.068,14  
04.01.12.361.0004.2.015-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 5.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
04.01.12.361.0004.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 36.068,14  
04.01.12.361.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeito Municipal e.e  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Dezembro de 2016

### LEI COMPLEMENTAR Nº118, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº118, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Altera o artigo 149, da Lei Complementar n.º 85/2011 que Compõe o Plano Diretor e dá outras providências.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara (e.e.), Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 149 da Lei Complementar n.º 85/2011 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 149 - Sempre que o proprietário ou seu preposto alterar o perfil natural do terreno, com inclinação máxima de 15%, este deverá ter altura máxima de 1,00m (um metro).

Parágrafo Único - Quando o movimento de terra implicar no aumento de volume no terreno, quando alinhado à via, este poderá, no máximo ter 0,50m (meio metro) de altura em relação ao nível da rua de frente ao imóvel.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

**LEI Nº 1.083, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 1.083, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

“Denomina Logradouro Público e dá outras providências”

ODAIR LUIZ LAURENTINO, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Leo Pering a via localizada junto a Rua Ana Lohn Pering, Bairro Boa Parada, São Pedro de Alcântara, em direção ao Rio Imaruim, com 197 metros de extensão.

Art.2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de dezembro de 2016.

Odair Luiz Laurentino  
Vice-Presidente

**LEI Nº 1.085, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 1.085, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Autoriza o Poder Executivo a Celebrar Termo de Cooperação com o Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA e Revoga a Lei Municipal nº1054, de 08 de agosto de 2016.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Cooperação com o Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA de Santo Amaro da Imperatriz/SC, no valor de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais) visando pessoas em situação de vulnerabilidade social do Município de São Pedro de Alcântara.

Parágrafo Único – A Prefeitura deverá arcar com despesas extras dos pacientes que incluem: material de higiene, deslocamento, fraldas e eventuais consultas.

Art.2º - O valor destinado ao Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA de Santo Amaro da Imperatriz/SC, será mensal, conforme estabelecem as cláusulas conveniadas pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

Art.3º - As despesas advindas da presente Lei terão cobertura de recursos ordinários do Orçamento Anual vigente e serão atualizados os valores no dia 1º de cada ano, pelos índices: IGPM.

Art.4º - Revoga-se a Lei Municipal nº1054 de 08 de agosto de 2016.

Art.5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e)

**LEI Nº 1.086, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 1.086, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Revoga a Lei nº1081/2016 e dá outras providências.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a revogar a Lei nº1081/2016.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e)

**LEI Nº 1.087, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 1.087, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$68.781,00 (sessenta e oito mil setecentos e oitenta e um reais) na dotação abaixo identificada:

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 27.193,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 – Aplicações Diretas R\$ 27.193,00

04.01.12.365.0004.2.016 – Funcionamento e manutenção da Educação R\$41.588,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 – Aplicações Diretas R\$ 41.588,00

Art.2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 68.781,00 (sessenta e oito mil setecentos e oitenta e um reais) na dotação abaixo identificada:

**02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

02.01.4.122.0002.2.003 – Funcionamento e manutenção da Defesa Civil R\$ 4.620,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.620,00

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

03.01.4.122.0003.2.005 – Contribuição a FECAM, CNM e GRANDPOLIS R\$ 12.404,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$12.404,00

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.306.0004.2.019 – Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar – Ensino Fundamental R\$ 2.375,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.375,00

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**



04.01.12.306.0004.2.020 – Aquisição e Distribuição Merenda Escolar – Ensino Infantil R\$ 3.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

04.01.12.366.0004.2017 – Educação de Jovens e Adultos R\$ 4.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
05.02.8.243.0007.2.036 – Funcionamento e Manutenção Da Assistência Social R\$ 4.800,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.600,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

05.02.8.241.0007.2.037 – Apoio ao Idoso R\$ 2.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA  
06.01.13.392.0008.2.044 – Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 3.880,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.380,00

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de Ciclovia e Calçada R\$ 4.096,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.096,00

06.02.23.695.0008.2.047 – Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 706,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 706,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
07.01.15.451.0010.1.067 – Construção de Praças e Parques R\$ 5.400,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.400,00

07.01.26.782.0010.1.072 – Aquisição de Veículo R\$ 2.100,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

07.01.06.182.0010.2.076 – Segurança no Trânsito R\$ 900,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 900,00

08 – ENCARGOS GERAIS  
08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 5.500,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
10.01.18.541.0006.2.030 – Funcionamento e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manutenção da Agricultura R\$ 8.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e)

## LEI Nº 1.088, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.088, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial no total de R\$72.262,80 (setenta e dois mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos) por conta do excesso de arrecadação de recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.091 – Drenagem Pluvial R\$ 72.262,80  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.0000.0 – Aplicações Diretas R\$ 72.262,80

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e)

## LEI Nº 1.089, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.089, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

“Cria a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa Obra e Serviços Públicos da LDO, Lei nº1006/15.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei nº1006/2015 acrescentando a Ação – Drenagem Pluvial.

Parágrafo Único – É parte integrante desta Lei, a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de dezembro de 2016.  
Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e)

**TERMO DE POSSE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ERNEI JOSÉ STÄHELIN, ELEITO NO PLEITO DE 2 DE OUTUBRO DE 2016**

Termo de Posse do Senhor Prefeito Municipal Ernei José Stähelin, eleito no pleito de 2 de outubro de 2016.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o senhor Ernei José Stähelin, filho de Ervino Stähelin (in memorian) e Erondina Schmitt Stähelin, eleito Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara para o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, o qual prestou o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Vereador Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado Prefeito Ernei José Stähelin.

São Pedro de Alcântara, 1º de janeiro de 2017.  
Roberto Enning                      Marcos Rodrigo Reitz  
Presidente                              Primeiro Secretário

Ernei José Stähelin  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE DO SENHOR VICE-PREFEITO MUNICIPAL EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, ELEITO NO PLEITO DE 2 DE OUTUBRO DE 2016**

Termo de Posse do Senhor Vice-Prefeito Municipal Edson José da Silva Filho, eleito no pleito de 2 de outubro de 2016.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dez horas, no Salão de Festas da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara compareceu o senhor Edson José da Silva Filho, filho de Edson José da Silva e Julia Maria Cordeiro da Silva, eleito Vice-Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara para o período do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, o qual prestou o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Vereador Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 1º de janeiro de 2017.  
Roberto Enning                      Marcos Rodrigo Reitz  
Presidente                              Primeiro Secretário

Edson José da Silva Filho  
Vice-Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE PREFEITO E VICE PREFEITO**

Termo de Posse

Às 10h30min (dez horas e trinta minutos) do dia 1º (primeiro) de janeiro de 2017 (dois mil e dezessete) no Município de São Pedro de Alcântara, Prestaram o compromisso legal e tomaram Posse para o Mandato de 2017 (dois mil e dezessete) à 31 (trinta e um) de dezembro de 2020 (dois mil e vinte) como Prefeito Municipal o senhor ERNEI JOSÉ STÄHELIN, CPF nº342.317.499-49 e RG 1-r 706 234 e, como Vice-Prefeito, o Senhor EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, CPF nº041.337.639-71, e RG nº4.025.525, os quais apresentaram a documentação necessária que fica arquivada nesta Casa Legislativa. O presente Termo de Posse foi lido e segue assinado pelos empossados, autoridades, convidados e presentes que o desejarem.

São Pedro de Alcântara, 1º de janeiro de 2017.  
Ernei José Stähelin                      Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal                      Vice-Prefeito  
Empossado                                  Empossado

Autoridades presentes:



# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1179

DECRETO n.º 1179, de 03 de janeiro de 2017.

Altera Decreto nº 1131, que dispõe sobre a adoção de turno único de trabalho nas repartições públicas que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município combinado com o artigo 250 da lei complementar 18/2003, que estabelece o Estatuto dos Servidores Público Municipais,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º do Decreto nº 1131, de 17 de outubro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

....

Art. 1º Fica adotado turno único de trabalho, das 7h00min às 13h00min, de segunda a sexta feira, no período de 17/10/2016 à 06/01/2017, nas seguintes repartições públicas:

....

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 1131, de 17 de outubro de 2016.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 03 de janeiro de 2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 03 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

# Serra Alta

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017- FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017 DE 04/01/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Almirante Barroso nº 525, centro, na cidade de Serra Alta, CNPJ sob o nº 11.583.359/0001-55, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Sr. DARCI CERIZOLLI, portador do CPF 430.332.889-87 e RG 12C 1.233.665 doravante denominada CONTRATANTE e a EMPRESA INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME estabelecida na Rua Fernando Ferrari, nº 35, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.234.834/0001-40, isenta doravante, denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela SRA. ANA CRISTINA LINK, brasileira, Solteira, empresária, domiciliada na Rua Fernando Ferrari, 35, na cidade de Joaçaba, SC, portadora do CPF nº 774.833.599-00, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema G-MUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na CONTRATANTE.

1.2 - Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES COMERCIAIS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Os módulos do sistema cobertos por este contrato, o preço e as condições de pagamento devidas pela CONTRATANTE estão relacionados no ANEXO I. A inclusão ou exclusão de módulos a serem cobertos por este contrato serão feitas pela substituição do citado anexo.

2.2 - O presente contrato tem seu valor expresso em Real (R\$).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DA CONTRATADA

3.1 - Cabe a CONTRATADA, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

3.2 - Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

3.3 - Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

3.4 - Esclarecer se consultada por via telefônica, correspondência, email e comunicador interno, etc., dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a CONTRATANTE deverá recorrer a empresa vendedora.

3.5 - A responsabilidade da CONTRATADA estará limitada ao complemento das obrigações aqui assumidas com a Contratante não lhe cabendo qualquer outra inclusive por perdas e danos ou lucros cessantes cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente à utilização do sistema.

#### CLÁUSULA QUARTA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

4.1 - Efetuar os pagamentos, conforme Cláusula Segunda. Na apresentação, pela CONTRATADA, da nota fiscal de prestação de serviços correspondente e respectiva fatura e duplicata, mais deslocamentos diários e horas trabalhadas conforme descrito no ANEXO I deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU DO EQUIPAMENTO

5.1 - A modificação do equipamento ou de sua configuração não obriga a CONTRATADA a fornecer novo sistema, que poderá ser efetuado mediante prévio acordo.

#### CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato terá duração até 31/12/2017 sendo renovado mediante termo aditivo, se nenhuma das partes se manifestarem contrário com antecedência mínima de 20 dias da data do vencimento.

6.2 - Sendo que, na renovação automática, será reajustado percentual do índice IGPM-FGV dos últimos doze meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA OITAVA - FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA - DIREITOS DE PROPRIEDADE

9.1 - A CONTRATANTE reconhece estar adquirindo Licença de Uso do Software G-MUS e que os mesmos são de propriedade exclusiva da CONTRATADA, que detém todos os direitos sobre os mesmos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO DO SOFTWARE

10.1 - O valor do treinamento do software é referido com base ao número de horas pactuadas e relacionadas no ANEXO I deste contrato.

10.2 - Caso a CONTRATANTE necessite de horas adicionais de treinamento, excedendo o número de horas estipuladas para Treinamento do Software conforme ANEXO I deste contrato, as mesmas serão calculadas com base nas horas excedidas e multiplicadas pelo valor de Hora-Trabalhada e ainda incluindo despesas de Deslocamento diário, conforme descrito no item 2 do ANEXO I.

10.3 - E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Serra Alta/SC, 04 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal de Serra Alta

CONTRATANTE

INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

ANA CRISTINA LINK

CPF: 774.833.599-00

CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

Assessor Jurídico OAB/32.515

#### ANEXO I

##### 1. MÓDULOS DO SISTEMA

Abaixo marcados com "X" os módulos do sistema G-MUS – Gestão Municipal da Saúde que fazem parte deste contrato:

Pacote básico:

X	Agendamentos e regulação de consultas	X	Controle de frota
X	Atendimentos		Controle de imunizações (vacinas)
X	Autorização e regulação de exames		Faturamento (BPA / BPA-I)
X	Cadastrados		Odontológico
X	Consulta geral do paciente		Prontuário multiprofissional
X	Controle de benefícios	X	Tratamento fora de domicílio (TFD)
X	Controle de estoque / farmácia		

Módulos e funcionalidades adicionais:

	Ações programáticas em saúde		Laboratório de análises clínicas*
	Business Intelligence (BI)		Portal de saúde
	Centro de testagem e aconselhamento (CTA)		Radiodiagnóstico

X	Controle de AIH's		Saúde da Família / SIAB
	Controle de APAC's		Vigilância epidemiológica
	Financeiro	X	Vigilância sanitária
	Internações		Painel multimídia para chamada de pacientes

## 2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Apresentam-se na tabela abaixo os valores do presente contrato:

TABELA DE VALORES PROPOSTOS	
TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL (Totalizando em 12 meses o montante a ser pago de R\$ 7.860,00 Sete mil e oitocentos e sessenta reais).	R\$ 655,00 (Seiscentos e cinquenta e cinco reais mensais)
Deslocamento diário (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$ 160,78
Hora-trabalhada (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$ 69,67

### I. Para Licença de Uso

O pagamento do valor integral da licença de uso do software será realizado em parcela única 05 (cinco) dias após a primeira visita ao cliente onde é realizada a implantação, configuração e parametrização do sistema.

### II. Para Treinamento do software

O pagamento do treinamento do software será pago gradativamente conforme a realização do treinamento. A contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

### III. Para Taxas de Manutenção Mensal

O pagamento da taxa de manutenção mensal será pago mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado 30 (trinta) dias após a primeira visita ao cliente, e assim sucessivamente nos próximos meses.

### IV. Para deslocamento diário para atendimento e treinamento no cliente

O deslocamento diário para atendimento na sede da contratante será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

### V. Para hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente.

A hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

## DECRETO 014

DECRETO Nº 014/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENI TEREZA STANKIEWICZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta (SC), bem como na Lei nº 498/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida de lotação a Servidora Pública Municipal GENI TEREZA STANKIEWICZ – ocupante do Cargo Efetivo de Servente de Escola, tendo como carga horária 40 horas semanais, Nível 11, do Grupo 1 - SEG, da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 02 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

**DECRETO 016**

DECRETO Nº 016/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Municipal CLAIR FATIMA ANDREIS para exercer a função de pregoeira nos processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – EDERSON CEREZOLLI;

II – SIMONE VIVAN;

III – LUIZ FERNANDO KREUTZ

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013 revogando o DECRETO Nº 078/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015 e DECRETO Nº 029/2013 DE 18 DE JANEIRO DE 2013, e as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC de 03 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**DECRETO 018**

DECRETO Nº 018/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o pagamento de Férias Trabalhadas no mês de Janeiro de 2017, a Servidora Municipal abaixo relacionado, que no interesse do Serviço Público deu continuidade às atividades inerentes ao cargo:

1- SIMONE VIVAN - 10 (DEZ) DIAS.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC 02 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 003/2016

DECRETO Nº. 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO GUSTAVO KIRCH, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, DIEGO GUSTAVO KIRCH, portador do CPF nº 069.743.839-24 RG nº 4704016 SSP/SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, com Lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),  
03 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 006/2017

DECRETO Nº. 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL DIEGO KIRCH PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR CULTURAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001.  
DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado DIEGO KIRCH, portador do CPF nº 069743839-24, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Cultural - nível CC-4, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 04 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº.005/2016

DECRETO Nº. 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES E COMISSÃO DE REGISTROS CADASTRAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, artigo 6º, inciso XVI da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 041/1993.  
DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Registros Cadastrais, nos termos da Lei Municipal nº 041/93, composta pelos seguintes membros:

1. JOÃO PAULO GUBERT - Presidente
2. CLAUDEMIR SAUGO - Secretário
3. LORENI LISTON MARTINS – Auxiliar Direto

Parágrafo único - O exercício da função de membro das Comissões de Licitações e Registros Cadastrais não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 03 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº004/2016**

DECRETO Nº.004, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Municipal JOÃO PAULO GUBERT, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – JOSÉ REZENDE;

II – CLAUDEMIR SAUGO;

III – LORENI LISTON MARTINS.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 03 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

**PORTARIA 003/2016**

PORTARIA Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ODIMAR CAPRINI ocupante do cargo de Motorista de Veículos da Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde de 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.09.2015 a 31.08.2016 a serem gozadas no período de 03.01.2017 a 17.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
03 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

**PORTARIA 004/2016**

PORTARIA Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal SILVANA FILIPINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com lotação na Secretaria de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 23.01.2016 a 22.01.2017, a serem gozadas no período de 02.01.2017 a 31.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

03 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

DECRETO Nº 001/17 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO VALOR DE UFRM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica,

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o valor de UFRM corrigido em 7,38 %, conforme índice do INPC acumulado nos últimos doze meses , na forma descrita pelo artigo 107 § único da Lei Complementar Municipal 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. O Valor da UFRM corrigido será de R\$ 2,62 ( dois reais e sessenta e dois centavos ) entrando em vigor no dia 02 de Janeiro de 2017.

Art.3º. Nos termos do artigo 132 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano ( IPTU ), poderá ser parcelado em 3 ( três ) vezes, vencendo a primeira em 30 de Abril, segunda em 31 de Maio e a terceira em 30 de Junho de 2017.

Art.4º. O IPTU, pago a vista terá desconto de 30% ( Trinta Por Cento), conforme preceitua o Art. 132 § 4 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art 5º. O ISSQN FIXO, ALVARÁ SANITÁRIO e a TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO serão pagas a vista, em parcela única e sem desconto, com vencimento em 28 de Fevereiro de 2017, Conforme Artigo 251 § 2º da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art 6º. O ISSQN HOMOLOGADO deverá ser pago até o 15º dia do mês seguinte ao serviço prestado, conforme fixado no Artigo 212 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, em 03 de janeiro de 2017.

### DECRETO 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

DECRETO Nº 002/17 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2017, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º. As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências do Banco do Brasil, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias, ou na tesouraria da Prefeitura Municipal de Tigrinhos em casos devidamente justificados.

Art. 3º. Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2017, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014 , bem como à inscrição em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

Art. 4º. Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2017, considera-se como vencimento o dia 30/12/2017, dia do encerramento do expediente bancário de 2017. A partir do dia 31/12/2017 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 004-2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Fundo Municipal de Saúde  
Processo Licitatório nº. 005/2016  
Inexigibilidade nº. 002/2016

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 004/2017 com a SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA – CNPJ: 85.197.077/0001-56, no valor total de R\$ 167.083,10 (anual) para prestação de serviço de plantão médico-hospitalar para atendimento em regime de urgência/emergência da população durante o exercício 2017.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 001-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017.

Convite nº. 001/2017

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO para: Contratação de Pessoa Jurídica Prestadora de Serviço/Horas Técnicas para Manutenção de Equipamentos de Informática junto aos setores da Prefeitura Municipal de Tigrinhos e Centro Municipal de Saúde, nas condições e especificações descritas no edital, durante o exercício de 2017. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 12/01/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos (SC), 04 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 008/2017**

PORTARIA Nº. 008/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MAICON BRUXEL, Agente de Recursos Humanos, Efetivo, Matrícula nº. 423/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2016 a Janeiro de 2017, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 03 à 22 de Janeiro de 2017, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 009/2017**

PORTARIA Nº. 009/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, para exercer o Cargo Comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de Janeiro de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 010/2017**

PORTARIA Nº. 010/2017.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, no período de 03 de Janeiro de 2017 a 01 de Fevereiro de 2017.

438/01 - Adão Cesar Ganzer  
376/01 - Alécio Zappani  
496/01 - Antonio Braga  
326/02 - Cláudia Rodrigues  
407/01 - Claudete Manfrin  
413/01 - Cleiton da Silva  
254/01 - Cleoni Maria Schabarum Cassol  
258/04 - Cleoni Azeredo Buzatto  
398/01 - Daiane Kutszepa Brambila  
469/01 - Daniel Lapazini  
418/01 - Deyse Kátia Ferreira Pasqualotto  
393/01 - Diana Lovane Trentin  
437/01 - Elesandra Kluge  
50/01 - Eliane Miorando  
390/02 - Elisiani Janara Neu  
348/02 - Elizandra Makoski Badia  
416/01 - Elizete Marafon Ganzer  
472/01 - Elton Strey  
500/01 - Emilia Janete Dias Maciel  
321/02 - Ernani Bruch  
87/01 - Francisco Ferrari  
396/01 - Gilberto Cybulski  
430/01 - Gilmar Stieler

488/01 - Gleidson Marcos Neu  
408/01 - Hederson Bonelli  
475/01 - Iara Gohlke  
303/03 - Ieda Maria Badin Bourscheidt  
428/01 - Isaías Porfírio  
424/01 - Ivete Terezinha Engelmann  
487/01 - Jaci José da Silva Oliveira  
251/01 - Jacinta Artemizia Gotardo  
257/01 - Janaina Raquel Provin Lowis  
370/01 - Jane Sirlei Timm Andretta  
89/01 - Jandir Jahnel  
364/01 - Jardel Rossatto

245/01 - José Alair da Rosa Lucateli  
389/01 - Júlia Maria Spessato Zanco  
353/02 - Juliana de Souza  
525/01 - Kellen Zamai  
529/01 - Kelly Silva de Souza  
383/02 - Laine Terezinha Bottega Manfrin  
402/01 - Leandro da Silva  
339/01 - Lilian Garcia Basso  
329/02 - Luciane Wilsmann Soethe  
301/03 - Maraísa de Vargas  
286/01 - Marcia Adriani de Oliveira  
286/04 - Marcia Adriani de Oliveira  
302/03 - Marcia Regina Provin de Souza  
435/01 - Marinês Kirten da Silva  
387/01 - Marcos Galvão  
262/04 - Marisa Knak Correa  
347/02 - Marizete Marafon Ganzer  
394/01 - Marlei Klein Badia  
76/01 - Marli Maria Noll  
406/01 - Nelson Teske  
391/01 - Orides Brambila  
518/01 - Romaldo Schirmer  
269/01 - Roseli Terezinha Buzatto de Campos Oliveira  
349/02 - Sandra Aparecida Martens Cararro  
474/01 - Simone Cibulski  
527/01 - Simone Lamb Neu  
341/01 - Sirlei Sandrin Mueller  
404/01 - Sirlei Rodrigues dos Santos  
504/01 - Vanir Stieler  
83/01 - Vera Lucia Baczinski  
463/01 - Volnei Anoralino da Silva  
417/01 - Willian Pasqualotto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 011/2017**

PORTARIA Nº. 011/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCIELE BALLESTRERI BROETTO, Nutricionista, Efetiva, Matrícula nº. 517/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2016 a Janeiro de 2017, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 03 à 22 de Janeiro de 2017, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

## **PORTARIA 012/2017**

PORTARIA Nº. 012/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeado o Sr. JOAO RAFAEL GENESINI SIQUEIRA, para exercer o Cargo Comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, com 30 (trinta) horas semanais, a partir de 03 de Janeiro de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 002/2017**

PORTARIA Nº 002/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias à Servidora da Câmara Municipal de Vereadores CLARICE CAMPOS SCHAFFER, Matrícula nº 29/08, no período de 04 de janeiro à 03 de fevereiro de 2017, referente ao período de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 DE JANEIRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**PORTARIA Nº 003/2017**

PORTARIA Nº 003/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, DELNIA LIEBERT Matrícula nº 31/08, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017, referente ao período 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 DE JANEIRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 10 2016 FUNTRAN - CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DO TERMINAL RODOVIÁRIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 10/2016 FUNTRAN

OBJETO: Concessão remunerada de uso de espaço público situado no Terminal Rodoviário Helmuth Hasse destinado a exploração de atividade comercial em geral e comércio de passagens, e demais descrições constantes no Termo de Referência constante no Anexo I do Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 09 de fevereiro de 2017. ABERTURA: dia 09 de fevereiro de 2017 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBÓ (SC), 03/01/2016  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### **CHAMAMENTO CADASTRAL 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO  
DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

O Município de Timbó/SC, através da Central de Licitações, torna público que está convocando os interessados, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, à possibilidade geral e irrestrita para proceder ao Certificado de Registro Cadastral no Município como fornecedor e/ou Prestador de Serviço da Administração Pública Municipal.

A relação dos documentos necessários encontra-se à disposição no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), link de Licitações (nome de pesquisa: Chamamento Público – 00/2017), e também no Departamento de Compras, localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC, Telefone: 47.3382.3655.

Timbó, 03 de janeiro de 2017  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 100.2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das licitantes RENATO SCHUMANN EPP, CNPJ nº 81.304.313/0001-35 e TERRABASE TERRAPLANEGEM LTDA ME, CNPJ Nº 12.535.370/0001-02 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 09/01/2017  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 03 de janeiro de 2017.  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações

### **SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 41 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.  
OBJETO: Registro de preços para aquisição de madeiras destinadas à manutenção e conservação das praças do Município de Timbó.  
EMPRESA FORNECEDORA: Madeiras Blumenau Ltda - Epp.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.303,00 (dezenove mil trezentos e três reais).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 30/06/2017  
Timbó, 30/06/2016  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

# Três Barras

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA N. 557/2017/L**

PORTARIA N. 557, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE PERÍODO REMANESCENTE DE FÉRIAS.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder período remanescente de Férias ao servidor ERNANI WOGGINAKI JÚNIOR, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo e Controle Interno, Matrícula n. 2526, do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores, referente ao período 2014/2015, conforme Portaria n. 533 de 7 de Junho de 2016 e Portaria n. 535 de 14 de Junho de 2016, num total de 15 dias a serem gozados a partir do dia 5 de Janeiro de 2017, em conformidade o Requerimento protocolado sob o n. 002/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 3 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES  
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 4 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt  
Gestor Legislativo e Contábil

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### Decreto 001/2017

DECRETO 001/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DENOMINADO PREGÃO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - DESIGNA a Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, servidora pública Municipal, para exercer a função de PREGOEIRA, na operacionalização da modalidade de licitação denominado PREGÃO.

Art. 2º - Ficam igualmente designados os servidores públicos municipais Sra. DAIANA BECKER, Sra. JESSICA FRANZ e Sr. JOABE LUCAS COMPER DOS SANTOS, para em conjunto exercerem a função de equipe de apoio.

Art. 3º - As designações descritas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, terão vigência no exercício de 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Decreto 002/2017

DECRETO 002/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2017, conforme nominata abaixo descrita:

Mariane Fernandes da Rosa Boni- (PRESIDENTE)

Daiana Becker

Jessica Franz

Daniel Augusto Pisetta

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria 003/2017

PORTARIA 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e pela lei complementar nº 1.479/2006 de 28 de Setembro de 2006, e lei nº 1.323 de 13 de Maio de 2002...

CONSIDERANDO que as atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica do Município compreende o apoio técnico-jurídico e administrativo, inclusive o acompanhamento dos processos administrativos e judiciais de qualquer natureza, além da assessoria na emissão de pareceres e outras atividades definidas na lei, cabendo, ao Poder Executivo, adequar os horários e realizar planejamento eficiente das tarefas a serem desempenhadas;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. ANDRÉ LUIZ NARDELLI BETTI, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina, sob n.º 20.125, CNPF n.º 006.812.009-52 e C.I nº 3.210.607-6 SSPSC, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, Nível 30 a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo anterior responderá pela função de Assessor Jurídico do Município de Trombudo Central e ficará responsável pelas ações, atos e obrigações de seu cargo.

Art. 3º - Dispensar do registro de ponto a fim de atender ao interesse e à conveniência dos serviços especializados.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Trombudo Central, 02 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 004/2017**

PORTARIA 004/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 15º do Decreto Municipal 003/15 de 05 de Janeiro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º - NOMEIA comissão municipal do Sistema de Registro de Preços, para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento na contratação de serviços e aquisições de bens no âmbito da Administração Pública Municipal, para o exercício de 2017, conforme nominata abaixo descrita:

Mariane Fernandes da Rosa Boni - (PRESIDENTE)  
Daiana Becker  
Jessica Franz  
Joabe Lucas Comper dos Santos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 01/2017**

PORTARIA 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

**"NOMEIA AGENTE POLÍTICO"**

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe

confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município...

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. GEZIEL BALCKER, para exercer o cargo de Secretário Municipal junto à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**Portaria 02/2017**

PORTARIA 002/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

**"NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL"**

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município...

**RESOLVE:**

Artigo 1º - DESIGNAR o servidor Municipal Sr. RONALDO KRÜGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, e/ou o Sr. GEZIEL BALCKER, Secretário Municipal de Administração e Finanças, para assinarem em conjunto com a Prefeita Municipal, os cheques e outros atos provenientes da tesouraria.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017**

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL - SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Contrato que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL e a empresa FABIO MULLER & CIA LTDA - ME. Objeto: Locação de imóvel não residencial, para implantação da estrutura legislativa, sendo necessário sala para reunião das comissões, auditório e plenária, banheiros com acesso no auditório, salas para as áreas administrativas, contábeis e jurídicas, recepção, cozinha, espaço para arquivo.

Valor da contratação: 30.000,00 (trinta mil reais).

Validade: 12 meses.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS  
Presidente da Câmara

**EXTRATO DO CONTRATO N° 02/2017**

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° 02/2017

Contrato que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL e a empresa COMPLETA SOLUÇÕES WWEB LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços para a manutenção do sitio e servidor de e-mails, no endereço www.cmtc.sc.gov.br.

Valor da contratação: R\$ 2.124,00 (dois mil cento e vinte e quatro reais).

Validade: 12 meses.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara

**EXTRATO DO CONTRATO N° 03/2017**

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL - SC

EXTRATO DO CONTRATO N° 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

Contrato que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública.

Valor da contratação: 20.367,50 (vinte mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Validade: 12 meses.

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, Exmo. Sr. Edson Luiz Moraes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo de Licitação nº 02/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2016 - Menor Preço por Lote

Objeto da Licitação: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública.

--	--

LOTE 1.:

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Locação de Sistema de Contabilidade Pública	02	589,00	7.068,00
2.	12	Mês	Locação de Sistema de Compras	01	280,00	3.360,00
3.	12	Mês	Locação de Sistema de Folha de Pagamento	01	547,00	6.564,00
4.	12	Mês	Locação de Sistema de Estoque	01	280,00	3.360,00
5.	12	Mês	Locação de Sistema de Patrimônio	01	140,00	1.680,00
6.	12	Mês	Locação de Sistema Portal da Transparência.	9.999	199,00	2.388,00
7.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários (informar o valor para cada sistema separadamente como anexo).	-	5.600,00	5.600,00

8.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	-	80,00	8.000,00
9.	2.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	-	0,80	1.600,00
10.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	-	91,00	1.365,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1						40.985,00

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, Exmo. Sr. Edson Luiz Moraes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo de Licitação nº 03/2016

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de imóvel não residencial, para implantação da estrutura legislativa, sendo necessário sala para reunião das comissões, auditório e plenária, banheiros com acesso no auditório, salas para as áreas administrativas, contábeis e jurídicas, recepção, cozinha, espaço para arquivo.

Fornecedor	Unid.	Quant.	Desc. (%)	Preço Unitário R\$	TOTAL R\$
Fabio Muller & Cia Ltda - ME	mês	12	0,00	2.500,00	30.000,00

Autoriza a emissão da nota de empenho correspondentes:

Cod. Red.	Unidade Orçamentária	Projeto/Ativ.	Elemento Despesa	Complemento do Elemento	Saldo Dotação R\$
4	01.01	2.001	3.3.90	39.10.00.00.00	R\$ 287.600,00

Trombudo Central, 02 de janeiro de 2017.

EDSON LUIZ MORAIS

Presidente da Câmara



# Tunápolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMENTO 01/2017 CV

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis

#### EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES ANO 2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras a Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação na Secretaria da Câmara, situada na Rua da Matriz, 53, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social – CND do INSS;
6. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
7. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
8. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011
9. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, ou Declaração de Rendimentos – DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;
10. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.
11. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras)
12. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);

#### OBSERVAÇÕES:

- Ø Todos os documentos citados deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.
- Ø Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.
- Ø Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC (Certificado de Registro Cadastral)

ARNO MÜLLER  
Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
FICHA DE CADASTRO

( ) Cadastro de Fornecedores ( ) Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

4. ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_

5. MUNICIPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_

6. TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_

7. EMAIL: \_\_\_\_\_

8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_

9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

10. CAPITAL SOCIAL: \_\_\_\_\_ PAT. LIQUIDO: \_\_\_\_\_

11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

12. SÓCIOS : \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: \_\_\_\_\_

TUNÁPOLIS, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

CARIMBO E ASSINATURA

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3289/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.289, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARCIA CASSARO, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 07/04/2015 à 06/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### DECRETO N. 3290/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.290, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NEUSA FATIMA BIANCHI ZUCCO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 03/09/2014 à 02/09/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### DECRETO N. 3291/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.291, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, PEDRINHO CARLOS CALEGARI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 19/02/2014 à 18/02/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### DECRETO N. 3292/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.292, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ROSANE LUIZA GIOVANONI PILATTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3293/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.293, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VALDETE GUARAGNI POLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 07/07/2015 à 06/07/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3294/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.294, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 e 63 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, GIANE SMANIOTTO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 21/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3295/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.295, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 e 63 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MAIARA APARECIDA ZUANAZZI FORTUNA, ocupante do cargo de Advogado, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 21/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 14/02/2015 à 13/02/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3296/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.296, de 02 de janeiro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### **DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, SILVANE LAZZERI PIANA, ocupante do cargo de Telefonista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 20/01/2017 à 18/02/2017, relativas ao período aquisitivo de 03/09/2015 à 02/09/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3298/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.298, de 02 de janeiro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### **DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, MARLENE NEIVA POGORZELSKI, ocupante do cargo de Auxiliara de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas

ao período aquisitivo de 04/07/2014 à 03/07/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3299/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.299, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### **DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, ADRIANA SERAFINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 à 09/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3300/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.300, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere

o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, CLECI MOTERLE TESSARO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 19/04/2015 à 18/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3301/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.301, de 02 de janeiro 2017.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, LORIDANE APARECIDA FERRARINI CASSARO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2015 à 15/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3302/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.302, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, MARIVANDA DALA RIVA SOLETTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2015 à 14/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3303/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.303, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, SEDIANI APARECIDA DORNELES SIQUEIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3304/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.304, De 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015 e requerimento do servidor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a servidora municipal SILVIA VIAM, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.822/2015 de 04 de fevereiro 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 756/2011 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### **DECRETO N. 3305/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.305, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, SUSANA SANTA CATARINA GIACHINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 02/09/2015 à 01/09/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3306/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.306, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, TERESINHA ENDERLE, ocupante do cargo de Agente Comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2015 à 14/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3307/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.307, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,



**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, AMARILDO BOLSSONI, ocupante do cargo de Mecânico, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 01/05/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3308/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.308, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, NILSON PAVAN, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2014 à 03/05/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3309/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.309, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, SILVENIO KRINDGES, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 19/01/2015 à 18/01/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3310/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.310, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, VOLMIR SERAFINI, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 20/12/2014 à 19/12/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3311/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.311, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, JOSÉ VITOR VAUCHER SOUTO, ocupante do cargo de Monitor desportivo, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3312/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.312, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, TEONILA CONTE VICENCI, ocupante do cargo de Monitor desportivo, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3313/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.313, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, ELENIR GRODERS CUOCHINSKI, ocupante do cargo de professor 1 – Educação infantil 20 horas semanais, nomeado através do decreto 2.453/2014 e Professor Adjunto para educação Especial, 20 horas semanais, nomeada através do decreto 2.796/2015 lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3314/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.314, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, FABIANE ENDERLE, ocupante do cargo de

professor 1 – Educação infantil 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3315/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.315, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, IVANI MOTERLE, ocupante do cargo de professor 1 – Educação infantil 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3316/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.316, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere

o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, JURACI DE MORAIS MATIELLO, ocupante do cargo de Professor Adjunto 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3318/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.318, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor (a) Público (a) Municipal, MARISTELA BRUXEL SERAFINI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3319/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.319, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MONICA APARECIDA TESSARO NOVELLO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/10/2015 à 14/10/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3320/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.320, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, DANGLEI BOARA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3321/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.321, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ELIANE DANIEL PERTUSATTI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, 40 horas semanais, nomeada pelos decretos municipais 1717/2000 e 742/2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3322/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.322, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

## DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EVANDRA CASONATTO DAL BERTO, ocupante do cargo de Técnico Pedagógico, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.



Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3323/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.323, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, HELENA JACINTO ROQUE, ocupante do cargo de Professor 3 Ensino Fundamental, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3324/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.324, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, JANETE MARCANTE GONSALVES SOARES, ocupante do cargo de Professor 2 Ensino Fundamental Series Iniciais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3325/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.325, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIZETE APARECIDA AMARO CASSARO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3326/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.326, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MAURICIO DALARIVA, ocupante do cargo de Professor de Língua Estrangeira, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3327/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.327, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NOELY GREGOLIN DONZELLI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3328/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.328, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SILIANE M A CUOCHINSKI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, 40 horas semanais, nomeada pelos decretos municipais 1.678/2000 e 2.455/2014, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3329/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.329, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SILVANE BIANCHET FAVERO, ocupante do cargo de Professor de Sala Informatizada, 30 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas



ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3330/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.330, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 29 (vinte e nove) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VANDERLEIA TONIAL SIGNOR, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental Series Iniciais, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 30/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3331/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.331, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, ADILES TEREZINHA OSTROWSKI, ocupante do cargo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 30/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3332/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.332, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CLAUDIA WIDMAR BALEN, ocupante do cargo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 30/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2015 à 14/04/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3333/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.337, de 02 de Janeiro de 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, BEATRIS NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 21/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º Converter 1/3 das férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento do servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3338/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.338, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 29 (vinte e nove) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CAMILA NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 30/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 05/02/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3339/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.339, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CRISTIANA ASSIS CORREIA DAL SANTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3340/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.340, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, MARIA CAROLINE MEIRA SAGAS DOS SANTOS PICCININ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3341/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.341, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, KLERISSON ROBSSON SARTORI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2015 à 29/02/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3342/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.342, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, BEATRIZ GUBERT BIAZI, ocupante do cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 17/10/2015 à 16/10/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3343/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.343, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EDICIANE CRISTINA CRISTIANO BELÉ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2015 à 31/08/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3344/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.344, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a)

Público(a) Municipal, ALEX COPPI, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 09/01/2015 à 08/01/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3345/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.345, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CARLOS ALBERTO DALA RIVA, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 à 01/02/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3346/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.346, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VOLMIR ANTONIO POLLI, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/03/2015 à 14/03/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### **DECRETO N. 3347/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.347, de 02 de janeiro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, SOLANIA VEDANA MATTIA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem gozadas no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.



**DECRETO N. 3348/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.348, de 02 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a designação de servidores para exercer funções de pregoeiro e de equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão, no Município de União do Oeste e Fundo Municipal de Saúde de União do Oeste.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado a Servidora Municipal GIANE SMANIOTTO, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Parágrafo único. Na ausência da servidora GIANE SMANIOTTO, exercerá as funções de pregoeiro o servidor EDINHO FÁVERO.

Art. 2º Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002:

**TITULARES:**

I – MARILIA MIORELLI;  
II – MOACIR DANIEL;  
III – SILVANE LAZZERI PIANA.

**SUPLENTES:**

I – MARLENE NEIVA POGORZELSKI;  
II – ALEXANDRE MARCOS MARTINELLI;  
III – DIONE COLLA.

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º As designações têm validade para 01 (um) ano, podendo haver reconduções.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste - SC, em 02 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3349/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.349, De 02 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação de membros para compor a Comissão Municipal de Licitação do Município de União do Oeste e Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e Lei N.º 8.666/93,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Municipal de Licitação do Município de União do Oeste e Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93:

- Presidente: EDINHO FÁVERO - Suplente: MOACIR DANIEL  
- Secretária: GIANE SMANIOTTO - Suplente: SILVANE L. PIANA  
- Membro: MARÍLIA MIORELLI - Suplente: DIONE ANA COLA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3350/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.350, De 02 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação de servidora para Gerir o Fundo Municipal de Saúde de União do Oeste e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 73., da Lei Orgânica Municipal e Art. 3º da Lei Municipal N.º 553, de 21 de agosto de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE, a servidora SUSANA SERGILO DE CARVALHO, ocupante do cargo de enfermeira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto N.º 3.132, de 04 de abril de 2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 142/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 142/2016

Data de assinatura: 14/12/2016

Processo de Licitação: 32/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DAT INFORMÁTICA LTDA ME

CNPJ/CPF: 04.572.854/0001-10

Objeto: locação de impressoras

Valor Global do Aditivo: R\$ 6.400,00.



# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2017.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas, que se encontra aberto a possibilidade geral e irrestrita para proceder o REGISTRO CADASTRAL, como fornecedor da administração Pública Municipal de Vargeão, SC.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Vargeão, (SC), no horário comercial ou pelo fone/fax (049) 3434-0148.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO, SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 17 de janeiro de 2017 às 08h40min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde do Município de Vargeão, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 02/2017 – Fundo Municipal de Saúde. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação, podendo ser retirado o Edital em sua íntegra no site [www.vargeao.sc.gov.br](http://www.vargeao.sc.gov.br).

Vargeão, SC, 03 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 001/2017 A Nº 006/2017

EXTRATO DE CONTRATO de nº 001/2017 a nº 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEÃO LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de gasolina comum e óleo diesel S10.

VALOR: R\$ 518.700,00 (quinhentos e dezoito mil e setecentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 30/2016, Processo Licitatório 44/2016 e Contrato nº 001/2017.

Vargeão, SC, 03 de Janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos.

VALOR: R\$ 107.835,99 (Cento e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos),).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Pregão nº 31/2016, Processo Licitatório 45/2016 e Contrato nº 002/2017.

Vargeão, SC, 03 de Janeiro de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VITA CARDIO CLINICA DE CARDIOLOGIA S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados na área de cardiologia e ecocardiográfica para atuar junto a unidade Sanitária de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo licitatório 46/2016, Tomada de Preço nº 06/2016 e Contrato nº 003/2017.

Vargeão, SC, 03 de Janeiro de 2017..

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA SCHAEGLER LTDA

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados na área de ginecologia e obstetrícia para atuar junto a unidade Sanitária de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 84.672,00 (oitenta e quatro mil seiscientos e setenta e dois reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 47/2016, Tomada de Preço nº 07/2016 e Contrato nº 004/2017.

Vargeão, SC, 03 de Janeiro de 2017..

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A

OBJETO: Contratação de empresa especializada (seguradora) para a realização de seguros para veículos da Prefeitura municipal de Vargeão, SC, Lote 01, para o exercício 2017.

VALOR: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 48/2016, Pregão nº 32/2016 e Contrato nº 005/2017.

Vargeão, SC, 03 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

OBJETO: Contratação de empresa especializada (seguradora) para a realização de seguros para veículos da Prefeitura municipal de Vargeão, SC, Lote 01, para o exercício 2017.

VALOR: R\$ 7.136,00 (sete mil cento e trinta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 48/2016, Pregão nº 32/2016 e Contrato nº 006/2017.

Vargeão, SC, 03 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.002/2017

DECRETO Nº 002/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“ATRIBUI COMPETÊNCIA PARA SERVIDORA PÚBLICA REALIZAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE TODAS AS CONTAS CORRENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM CONJUNTO COM A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuída competência à servidora pública Vânia Lúcia Roman Corso, portadora do CPF sob o número 854.934.499-00, ocupante do cargo efetivo de Tesoureira, para realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vargem Bonita, inscrito no CNPJ sob o número 10.536.938/0001-84, em conjunto com a Prefeita Municipal Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, portadora do CPF 710.974.499-04.

Art. 2º - Ficam conferidos à servidora acima relacionada os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 03 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.003/2017

DECRETO Nº 003/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“ATRIBUI COMPETÊNCIA PARA SERVIDORA PÚBLICA REALIZAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE TODAS AS CONTAS CORRENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EM CONJUNTO COM A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica atribuída competência à servidora pública Vânia Lúcia Roman Corso, portadora do CPF sob o número 854.934.499-00, ocupante do cargo efetivo de Tesoureira, para realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Habitação do Município de Vargem Bonita, inscrito no CNPJ sob o número 19.138.781/0001-03, em conjunto com a Prefeita Municipal Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, portadora do CPF 710.974.499-04.

Art. 2º - Ficam conferidos à servidora acima relacionada os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 03 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO N.004/2017**

DECRETO Nº 004/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“ATRIBUI COMPETÊNCIA PARA SERVIDORA PÚBLICA REALIZAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE TODAS AS CONTAS CORRENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONJUNTO COM A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica atribuída competência à servidora pública Vânia Lúcia Roman Corso, portadora do CPF sob o número 854.934.499-00, ocupante do cargo efetivo de Tesoureira, para realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Vargem Bonita, inscrito no CNPJ sob o número 18.782.580/0001-81, em conjunto com a Prefeita Municipal Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, portadora do CPF 710.974.499-04.

Art. 2º - Ficam conferidos à servidora acima relacionada os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contraditar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 03 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.659/17**

DECRETO Nº 13.659/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FABIANO LUIZ MARAFON, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.655/17**

DECRETO Nº 13.655/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Finanças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, GENTIL GAEDKE, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Finanças, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Designar, o Secretário Municipal de Finanças, GENTIL GAEDKE para responder, interinamente, pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.656/17**

DECRETO Nº 13.656/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Gabinete.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FELIPE SCHULER, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Gabinete, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.657/17**

DECRETO Nº 13.657/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Planejamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SANDRO ANTONIO CAREGNATO, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Planejamento, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.



Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração  
aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.658/17**

DECRETO Nº 13.658/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Secretário Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições  
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, GEANCARLOS FARINON FLORES DE MATIAS, para  
exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Educa-  
ção, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com  
carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter  
exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-  
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da  
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos  
a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração  
aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.661/17**

DECRETO Nº 13.661/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Procurador Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições  
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ELTON LUIZ BORRACHINI, para exercer o cargo  
comissionado de Procurador Geral do Município, símbolo DAS-1,  
criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40  
horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Procu-  
radoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-  
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da  
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos  
a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.663/17**

DECRETO Nº 13.663/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
Designa secretário para responder interinamente pela Secretaria  
Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições  
legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei  
Orgânica do Município, bem como no art. 95, da Lei Complementar  
nº 129/12;

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Agricultura e Meio  
Ambiente, FABIANO LUIZ MARAFON, para responder interinamen-  
te pelo cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-  
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da  
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos  
a 01 de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração  
aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.664/17**

DECRETO Nº 13.664/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Diretora do Departamento de Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições  
legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ROSEMARI PINTO DA SILVA NETO, para exercer o  
cargo comissionado de Diretora do Departamento de Ação Social,  
símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga  
horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exer-  
cício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, con-  
dicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da  
Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos  
a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração  
aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino



**DECRETO Nº 13.665/17**

DECRETO Nº 13.665/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Designa servidora para exercer as funções de Tesoureira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA**

Art. 1º Fica designada a servidora CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, para exercer as funções de Tesoureira.

Parágrafo único. A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.675/13.

Videira, 02 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.666/17**

DECRETO Nº 13.666/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo, o Secretário Municipal de Finanças e a Tesoureira a realizar movimentações financeiras em instituições financeiras; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados;

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado o agente político DORIVAL CARLOS BORG, ocupante do cargo eletivo de Prefeito, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta,

indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. O agente político designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º Fica autorizado o agente político GENTIL GAEDKE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Finanças, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 3º Fica autorizado a servidora pública municipal CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior e designada para exercer as funções de Tesoureira, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito

direito autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 4º Os poderes elencados nos incisos a seguir efetivar-se-ão mediante 02 (duas) assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas por qualquer dos servidores citados nos artigos 1º, 2º e 3º:

- I – Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II – Efetuar transferências por meio eletrônico
- III – Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV – Abrir contas de depósito;
- V – Liberar arquivos de pagamento de pagamento no GFN/ASP;
- VI – Emitir cheques;

Art. 5º As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º e 3º deste decreto, referem - se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ:

- I – 83.039.842/0001-84 – Município de Videira;
- II – 10.432.684/0001-54 – Fundo Municipal de Saúde;
- III – 13.617.528/0001-56 – Fundo Municipal de Assistência Social;
- IV – 95.994.059/0001-59 – Fundação Municipal de Esportes de Videira;
- V – 03.333.619/0001-06 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI – 83.039.842/0002-65 – Município de Videira.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 10.917/14.

Videira, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0328/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0328/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS  
CPF: 081.780.739-00  
VIGÊNCIA: de 19 de julho de 2016 até 31 de janeiro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0375/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0375/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: QUÉREN SARAIVA GOMES  
CPF: 003.464.150-55  
VIGÊNCIA: de 07 de novembro de 2016 até 08 de março de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMAS**  
**RETIFICADO**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 – FMAS** **REGISTRO DE PREÇOS** **RETIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO os itens 12.1 e 17.1 do edital referente ao Pregão Presencial nº 10/2016 - FMAS, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. Tendo em vista que a alteração não implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário proposta, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 12 de janeiro de 2017 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 005/2017 - CMV**

PORTARIA Nº 005/2017

Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório e Progressão por Merecimento:

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Wilson Antonio Paeze Segundo, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear o Vereador Wilson Antonio Paeze Segundo, ocupante do cargo de Presidente, a servidora Juliana Aparecida Munaretto Cantú, ocupante da função de Assessora Jurídica e a servidora Nayara Moresco, ocupante da função de Diretora Legislativa, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório e de Progressão por Merecimento dos Servidores Efetivos, sob a presidência da primeira citada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Sala das Sessões, 03 de Janeiro de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO  
Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR  
Vice-Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS  
1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS  
2ª Secretária

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 001/2017

DECRETO N.º 001/2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº001/2017.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, atualizada pela Lei n.º 8.883 de 08.06.94.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Licitações para abertura do processo licitatório nº001/2017:

- LUIS CARLOS BOING – Presidente.
- ROBERTA SCHMITT – Secretária.
- VALDELI JOSE SEBASTIÃO – Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 02 de Janeiro 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATADA: SERVICOS GUTO LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL.

VALOR TOTAL: R\$ 23.951,44

Vitor Meireles – SC, 02 de Janeiro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0100/2016

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0100/16, tendo como objeto o Registro de Preços para Contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreto Basculante, destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, Em Virtude do DECRETO Nº AM 001/2017 que determina expediente Interno no Centro Administrativo e nos Núcleos Administrativos das Secretarias Municipais nos dias 02 a 06/01/2017. O recebimento das propostas passa a ser até as 09:45h, do dia 09/01/2017 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 02 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AM 013/2017

#### DECRETO Nº AM 013/2017

NOMEIA DIRETORA DE PROGRAMAS SOCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora LUCIANA BALBINOT CONTINI, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 844.990.529-04, portadora da Cédula de Identidade 2.424.887, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 03 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 014/2017

#### DECRETO Nº AM 014/2017

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Coordenadora de Serviços Gerais e Protocolo, MÁRCIA APARECIDA GALVANI, nomeada pelo Decreto nº AJG 206/2016, de 04 de novembro de 2016.

Parágrafo Único. A servidora exonerada do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 206/2016, de 04 de novembro de 2016.

Xanxerê/SC, 03 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal



**EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0050/2015**

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0050/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda

Objeto: Prestação de Serviços de cobrança e arrecadação da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário, por mais 18 (dezoito) meses, contados a partir de 01/01/2017 vigorando até 30/06/2018, conforme Parecer Jurídico anexo ao Processo.

Fica reajustado o valor dos serviços, conforme índice IGPM acumulado de 01/01/2016 a 30/12/2016 de 6,615%, passando para R\$ 1,54 (um real e cinquenta e quatro centavos).

Fica incluído no Contrato Originário o texto que trata da inscrição do montante devido e não pago da COSIP em dívida ativa e o acréscimo de juros de mora, multa e correção monetária, conforme previsto no § 3º, 4º e 5º do art. 180 da Lei Municipal nº AM 2.880/05.

Xanxerê-SC, 30 de Dezembro de 2016 - Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º ADITIVO A ATA RP 0059/2016**

Extrato 3º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0059/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500, Óleo Diesel S-10 e Arla em balde de 20 lt, com fornecimento em comodato de um tanque de duas repartições com duas bombas separadas para armazenamento dos combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Fica reajustado o valor unitário dos itens, conforme relacionados em tabela abaixo de acordo com Requerimento da Detentora da Ata e parecer Jurídico:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	ÓLEO DIESEL S-500	Litro	R\$ 2,59	R\$ 2,74
02	ÓLEO DIESEL S-10	Litro	R\$ 2,83	R\$ 2,98

Xanxerê-SC, em 03 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº - RH AM 001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 001/2017

REVOGAR DIREÇÃO DE CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 02.01.2017 a Portaria RH – AJG 274/2016 que atribuía a Direção do CEMEI Novo Horizonte da Servidora Pública Municipal a Sra. INETE MARIA CENCI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.553.793-5 e CPF nº 533.540.609-72, nomeada conforme Decreto nº AM 136/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto nº AM 073/08, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao Ofício n.º SME/M 0406/2016 datado em 22.12.2016

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AM 002/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 002/2017

REVOGAR DIREÇÃO DE CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 02.01.2017 a Portaria RH – AJG 085/2016 que atribuía a Direção do CEMEI Maria João da Servidora Pública Municipal a Sra. ROSANE LURDES MENEZES DIAS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 4.336.280 e CPF nº 007.312.629-21, nomeada conforme Decreto nº AM 075/2003 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao Ofício n.º SME/M 0406/2016 datado em 22.12.2016

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AM 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 003/2017

REVOGAR DIREÇÃO DE CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 02.01.2017 a Portaria RH – AJG 107/2016 que atribuía a Direção do CEMEI Sonho Encantado da Servidora Pública Municipal a Sra. JOELMA PAESE KLEIN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 3.232.394 e CPF nº 892.909.689-15, nomeada conforme Decreto nº JB 32/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao Ofício n.º SME/M 0406/2016 datado em 22.12.2016

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AM 004/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 004/2017

REVOGAR DIREÇÃO DE CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 02.01.2017 a Direção de CEMEI da Servidora Pública Municipal a Sra. LUCIANA MULINARI VICINI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.279.587 e CPF nº 015.218.079-65, nomeada conforme Decreto nº JB 176/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/ CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº - RH AM 005/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 005/2017

REVOGAR DIREÇÃO DE CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 02.01.2017 a Direção de CEMEI da Servidora Pública Municipal a Sra. GISMARI FÁTIMA DA CUNHA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.690.638-1 e CPF nº 605.371.169-15, nomeada conforme Decreto nº AM 033/08 176/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/ CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretária Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº - RH AM 006/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 006/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.01.2017 a 31.01.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Adelia Carlin Ribeiro De Almeida; Alair Salete Eleuterio Da Luz; Aline Bortoli; Aline Cristina Cruz; Aline Cristina Cruz; Amanda Luiza Teles Cembranel ; Ana Jaqueline Garbozza Moura; Ana Paula Sberse; Anageli Aparecida Costa; Andreia Muniz; Angelica Mattana Scheibel; Angelita Adriana Correa; Aparecida De Jesus Araujo De Eurik ;Ariane Triacca Romani; Berenice Maffei; Bianca Aparecida Beltrao Cortelini; Cassia Marina Matte Canani; Clarice Fernandes Nunes; Claudia Molossi Zuffo Bao; Claudineia Camargo; Cleci Detofano; Cleci Salete De Souza; Cleidenice Cristina Sobottka; Cleusa Ines Sartori Fiorini; Cleusa Spadotto; Daiane Cristina Alves Pereira; Delci Brandelero; Dilce De Miranda Ferreira; Dilceia Reis De Paula Zanella; Dilceia Reis De Paula Zanella

Dione Federizzi Delgado De Oliveira ; Dirce Ferreira Pedrozo; Dirce Franzon Barcellos;  
Dirce Franzon Barcellos; Dirlei Dos Santos; Dulce Pertille; Dulce Pertille; Edejane Carla Barbieri; Edineia Cassia De Camargo Melchior; Edineia Cassia De Camargo Melchior; Edna Coradi; Edvania Trentin Radaelli; Elaine Gabiatti; Eliane Macedo; Eliane Scanagatta Gabrielli; Eliane Xavier Dos Santos; Elis Regina Cunico Carneiro; Elis Regina Cunico Carneiro; Elizangela Rissi; Elizete Catarina A Bento Da Silva; Emilia Grabovski  
Erenita Aparecida Isoton; Eunice Bernardete Todeschini; Eunice Bernardete Todeschini  
Fabiana Maria Wuick Mascarello; Fernanda Pereira Dos Santos; Fernanda Zanella Bazotti; Franciele Moretto; Franciele Portela De Souza Moretto; Gabriela Baron; Gelcira Picolli; Geni De Oliveira Schuster; Giseli Cristina Kempfer; Gismari Fatima Da Cunha; Gleika Dos Santos; Graciele De Oliveira Porto; Greicimara Bortolon; Idaiana Cristina Oliveira Da Silva Frizzo; Idet Bin Lopes Cordeiro; Ines Justina Teles; Inete Maria Cenci; Inete Maria Cenci; Inez Salete Solforoso; Ione Donatti De Almeida ; Iraci Perondi Heimborg; Iraci Piovezan; Irene Maria Berger Caovilla; Irene Maria Dresch Bao; Ireni Maria Sartori; Isabel Cristina Santos Silveira ; Ivanete Lucia Bedin; Ivanete Salete Vieira Canello; Ivonete Aparecida De Oliveira; Ivonete Pereira; Jandira De Souza Babinski; Janete Kosloski Luzzi; Janete Lourdes Mocelin; Janete Maria Frizzo Fiorentin; Janete Terezinha Gavenda; Janice Maria De Deus Da Silva Biazuz; Jaqueline Santos De Oliveira  
Jocelia Maria De Araujo; Juliane Manoela Da Silva; Juraci Terezinha Barfknecht; Jurema Dos Santos; Jurimi Maia De Oliveira ; Jusara Ribeiro Borges; Karen Cristina De Almeida Sandrin; Karen Cristina De Lima Vendruscolo; Kelen Maria Delgado; Kelen Stieven; Leandra Antonia De Saibro Maciel; Ledanir Dos Santos; Leila Justina Abido; Lia Mara Lunardelli; Liamara Marostica; Lindaula Aparecida Scusel Fernandes; Loreni Luiza Rigatti Dos Santos; Lourdes Aparecida Pereira Da Silva; Lucia Gibikoski; Lucia Ines Cherubin; Luciana Mulinari Vicini; Lurdes Rosa Zampieron; Maevy Toldo; Magali De Lourdes Spadotto Novello; Marcia Luisa Da Silva Correa; Marcia Regina Pavan; Marelise Dos Santos; Margarette Aparecida Gomes; Margarette Sufiatti Bortoluzzi; Mari Tania Scalco; Maria Consoladora Sozo Dos Santos; Maria Correia; Maria Jovita Barbosa Gonçalves; Maria Regina Rodrigues; Maria Salete Fungetto Dias; Maria Salete Zampieri Franco; Marieda Fontanive Da Silva; Marilei Fatima Moreira Frozza; Marilene Terezinha Martarello Bortolanza; Marisa Camargo; Marisa De Fatima Lins Martins Armenio; Marisete Gatto; Maristela Aparecida Valiati; Marlene Aparecida Paganini; Marlene Fatima Berger Da Silva; Marlene Fronza ; Marlene Maria Balsanello Armani; Marlete De Almeida Basi; Marlides Terezinha Dambroso; Marlise Bigolim; Marquiela Trombetta; Medurina Cordeiro Da Silva; Morglayne Manuelle Barriquel; Natalina Machado Gasparetto; Nauria Verginia Candaten Da Rosa; Neiva Maria Lemos; Neiva Pasquali Batisti; Neiva Terezinha Rodrigues Wrzesinski; Nelci Dal Bosco; Nelci Zanferari Jose Luiz; Neri Terezinha Da Silva Machado; Neusa Carvalho; Neusa De Lourdes Gasparotto; Neusa Toriani Tonet; Regiane Natalina Teixeira De Freitas Umbelino; Rita Aparecida Bertuzzo; Rosa Maria Baldi De Oliveira; Rosa Maria Sufiatti; Rosane Cancilier Ferronato; Rosane Lurdes Menezes Dias; Roseli Da Silva; Rosemilda Fortes; Salete Elisa Giraldi; Samanda Cristiane Viadeski; Sandra Ferreira Sotta; Sandra Mara Possan; Sandra Marta Silvestre Da Paz; Sandra Regina Bento Gouveia; Sedenir Maria Borchers Toriani; Silvia Mara Donini ; Sirlei A Dos Santos Canani; Sirlei Fiuza; Soeli De Fatima Ribeiro De Freitas; Sonia Brunetto; Susana Marchi; Suzana Aparecida Brugnago; Suzana Puton; Tatiana Katzer; Teresinha De Almeida; Thayna Iara Frizon Marcio; Valderes Dolizete Isotton; Valderes Dos Santos Freitag; Vany Brunetto; Vera Lucia Da Silva; Vera Lucia Lapinski Maraschim; Vera Lucia Portella Baggio; Verana Fatima Weingartner; Viviane Silva Gonçalves; Zaira Maria Pertile Vicari; Zelia Scheidet.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº - RH AM 007/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 007/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.01.2017 a 31.01.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Alcimara Aparecida Toss; Aldair Rama Tortelli; Alessandra Rodrigues; Alexsander Correa Lima; Ana Alice Turatti Bez; Ana Paula Rauber; Analice Fernandes Valentini; Anderson Deitos; Andreia Biedermann; Andreia Mazuco; Andreia Vieira; Beatriz Fatima Bagattini Cecchet; Bruna Dias Rodrigues; Carlos Henrique Diavão ; Cecilia Krah; Cirlei Reis De Paula Salini; Clair Bebbler Calegari; Clair Terezinha Ribeiro; Claudia Cristina Giroletti; Cleunice Aparecida Alves Camargo; Cristiano Rodrigues Da Costa De Camargo; Daiana Alves De Mello Castanha; Daiane Bernardon; Daiane Cantoni De Quadros; Dalita Fatima Kolschinski De Oliveira; Dangle Fernanda Francesquini; Dangle Fernanda Francesquini; Dani Carla Pagliari; Daniel Verza; Debora Nadaleti; Denise Carla Busatta; Dilvane Barbacovi Motter; Dionis Alex Toigo; Dirlene Bittencourt Silveira Fernandes; Eli Aparecida Da Silva Paz; Eliane Luiza Bellaver; Eliane Maria Calegari Bebbler; Eliane Muller; Eliane Ortiz Cardoso; Elizabeth Fatima Dos Santos; Emilene Salete Canello Stein; Erivelto Cecchet; Eunice De Oliveira; Fernanda Da Silva; Fernanda Flor Da Silva ; Fernanda Laviniki Duarte; Fernanda Rodrigues; Flaviane Rodrigues Dos Santos; Francielly Carla De Pontes; Francisca Bogisch; Gabriela Bonavigo; Giovana Tavares; Gislaiane Cristina Vargas Rauber; Giuliana Morsi Iop; Grasielle Toss; Greisy Kely De Bona; Iara Helena Lessa; Idair Salete Mello Conte; Ionara Engelmann; Iraci Ana Bortolamedi; Itatiana Narciso Fernandes; Ivanete Forest Piovesana; Ivane-te Moreschi; Ivanir Da Costa; Ivone Terezinha Gonzaga; Jacira Neves Liborio De Avila; Jane Tavares Baraldi; Janete Rizzi Marchi; Janete

Tombini; Jheniffer Andressa Da Silva; Jocivani Basotti Pagnussatt; Joelma Paese Klein; Jose Vinicius Bonneau; Joselene Montagna; Josiane Elza Cavagnoli Machado; Jucelane Luzzi; Juliana Andreia Argenton; Juvilde Picolli Tortelli; Karine Casanova Piccini; Leonice Terezinha Pereira ; Liamara Schuster; Lidia Aparecida Cordeiro; Lilian Nadia Pilonetto De Andrade; Liliane De Fatima Carvalho; Lizieli Da Costa Albani; Loiri Bettu Ficagna; Loreci Trevisan Lopes; Loreni Luiza Rigatti Dos Santos; Lucianita Scanagatta Toigo; Lucimar Fatima Busaquera Alves; Magna Kehls; Marcia Pittol; Marciana Calegari; Margarete Kosinski; Maria Fatima Benck; Maria Salete Rodrigues De Oliveira ; Marisa Aparecida Nora Angonese; Maristela Aparecida Chiste Baldi; Marivane Bonato Moreno; Marivania Aparecida Biasuz Scanagatta; Marivete Balbinot Pereira; Marivete Zonta; Marli Biedermann Barriquel; Marlides Terezinha Dambroso; Meri Luiza Bruschi Rossett; Michele Bigolin; Mirtes Luiza Petzhold; Nadia Maria Brum Borges; Natali Regina Da Silva; Neiva De Saibro Pinto; Neiva Lucia Piasseski; Neiva Lucia Piasseski; Neusa Vaseak Jose Luiz; Neusa Lenir Brandalise Garbin; Nilse Celi Rockenbach; Nilse Tessaro Veloso; Oneide Kosloski; Patricia Andersen; Patricia De Jesus; Patricia Natalia Santos; Patricia Prudencio; Patricia Rubia Carbonar Lovatel; Priscila Farias Ferreira; Priscilla Cantoni; Queila Jussara Carnevalli; Regina Rheinheimer; Rejane Aparecida Dos Santos; Rita Kohl Giacomelli; Robson Oliveira Dos Santos; Rosane Fatima De Lima Guimarães; Roseli Chito; Rosimeri Fiorini; Salete Sberse Toffolo; Sandra Gibikoski; Sandra Kohl Faganello; Silvia Mara Borga Saibo; Silvia Marcela Pelissari Da Silva; Simone Henrique Dos Santos Dalalibera; Simone Maria Demarco; Simone Tozzo Bordin; Sirley Teresinha Bao; Sonia Gema Tessaro; Sonia Maria Rek Da Costa; Sonia Maria Sasseti Klein; Tania Rodrigues; Terezinha Joana Naressi Toriani; Vanderlei Jose Maschio; Vania Rodrigues Fortuna; Vilma Versa Bordignon; Zanete Aparecida Geremia; Zilda Aparecida Silva Debastiani.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA 001/2017

PORTARIA Nº 001/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, para responder pelo Departamento de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Xavantina.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2016 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Domingos Luis Zanandréa, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Gilberto Luiz Fasolo, portador do CPF nº 594.011.419-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Reequilíbrio de Preço

A presente Ata tem por objeto assegurar o reequilíbrio de preço para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo e Arla 32 para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 017/2016 PMXV.

Fica reajustado o preço do Litro da GASOLINA COMUM que era:

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
03	25.000,00	LT	3,85	GASOLINA COMUM.

Passa o valor unitário do litro da GASOLINA COMUM com saldo pendente para entrega à:

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
03	10.000,00	LT	3,97	GASOLINA COMUM.



**Cláusula Segunda – Das Demais Clausulas**

Todas as demais Clausulas permanecem como estão.

Xavantina - SC, em 28 de dezembro de 2016.

POSTO SANDRA LTDA  
Gilberto Luiz Fasolo

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA,  
Prefeito Municipal.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº001/2017**

PORTARIA Nº 001/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 19, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (Trinta) dias de férias à Servidor Público Municipal, GIAN CARLO POSSAN, ocupante do cargo de Assessor Jurídico referente ao período aquisitivo de 04/01/2016 à 03/01/2017, a contar de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Janeiro de 2017.  
HELIO DOMINGOS SORDI  
Presidente

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 002

DECRETO Nº. 002/2017.

Nomeia Secretário Municipal de Administração e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, o Sr. GEVERSON GIACOMELLI, CPF: 027.812.889-00, a partir de 02 de janeiro de 2017, no cargo de Secretário Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Juliana Benatto Ferreira

Departamento de Recursos Humanos

### Decreto 004

DECRETO Nº 004/2017.

Delega poderes a servidor municipal e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto, delegado poderes a servidora municipal JULIANA BENATO FERREIRA, matrícula 6332, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração, para assinar os atos referente ao Departamento de Recursos Humanos, tais como: decretos, portarias, fichas funcionais, carteiras de trabalho, rescisões de contrato, certidões, declarações, atestados de tempo de serviço, entre outros documentos inerentes ao Departamento.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretario municipal de Administração

### Decreto 005

DECRETO Nº. 005/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, o Sr. SILAS DAVID PARISOTTO, CPF:010.177.589-05, no cargo comissionado de PROCURADOR GERAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

### Decreto 006

DECRETO Nº. 006/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, o Sr. RODRIGO CARLOS COVATTI, 059.030.489-51, no cargo comissionado de SUBPROCURADOR GERAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim

– SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

### **Decreto 007**

DECRETO Nº. 007/2017.

Nomeia Secretária Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada pelo presente Decreto, a Sra. LENI COELHO GRANZOTTO, CPF: 346.829.889-72, a partir de 02 de janeiro de 2017, no cargo de Secretária Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretario Municipal de Administração

## Associações

### AMAUC

#### ATA ELEIÇÃO AVAUC - GESTÃO 2017

#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL – GESTÃO 2017/2018

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, localizado na Rua Leonel Mosele nº 96, Centro, na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Vereadores que integram a Associação das Câmaras de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense – AVAUC, como também os Vereadores eleitos para a Legislatura 2017/2020 e que assinaram a lista de presenças, conforme relação anexa, para realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada através do Edital de Convocação nº 01/2016, de 10 de novembro de 2016, com a seguinte Ordem do Dia: 1 Palestra sobre Funções, Atribuições e deveres dos Vereadores; 2 – Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para mandato de 207/2018 (de acordo com o art. 19, parágrafo único do novo Estatuto Social); 3. Assuntos Gerais. Havendo número legal de Vereadores presentes, o Vereador Leocir Domingo Zanella – Presidente da AVAUC saudou a todos e declarou aberta a assembleia. Ato contínuo convidou a senhora Rosângela Zanella, Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Concórdia, para secretariar a reunião. De imediato a secretária procedeu a leitura do edital de convocação. Em seguida, o Presidente convidou o Dr. André Leandro Barbi de Souza – IGAM – Gestão Pública, para proferir a palestra prevista na ordem do dia. Após a palestra o Dr. André respondeu questionamentos levantados pelos Vereadores. Antes de passar para o próximo item da Pauta o Presidente solicitou ao senhor Roberto Kurtz Pereira – Assessor Jurídico da AVAUC para a apresentação das contas relativas a gestão que encerra o mandato. Por sua vez o Assessor, além de apresentar as contas, esclareceu que os dados apresentados se referem até o mês de novembro e que o Balanço Geral com o Parecer do Conselho Fiscal será apresentado na primeira assembléia geral do ano de 2017, conforme determina o Estatuto Social. Também informou que os serviços contábeis são feitos pela equipe técnica da AMAUC e segue rigorosamente as normas contábeis. Após os esclarecimentos sobre as contas da Entidade o Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração e apresentação de chapas para a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para a gestão 2017/2018, em consonância com os artigos 19, parágrafo único do novo Estatuto Social. Lembrou que, embora ainda não ocorreu a diplomação dos Vereadores os que serão titulares a partir de 2017 estão aptos a concorrer aos cargos, uma vez que a posse ocorre de forma automática, conforme determina o art. 19, II do Estatuto. Reaberta a reunião o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: Diretoria Executiva: Presidente: CLAITON CASAGRANDE, Brasileiro, casado, Policial Militar, portador da cédula de identidade nº 2.131.222 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 749.831.309-00, residente e domiciliado na Rua Marfim nº 77, Bairro Arvoredo, na cidade de Concórdia, CEP 89701-493; 1º Vice-Presidente: FELIPE PATZLAFF, brasileiro, solteiro, Auxiliar de contabilidade, portador da cédula de identidade nº 3.931.208 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 059.607.139-69, residente e domiciliado na Avenida Lauro Muller, nº 435, no município de Arabutã, CEP 89740-000; 2º Vice-Presidente: GILMAR CAVALIERI, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.551.102 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 492.101.499-04, residente e domiciliado na Avenida Dom Pedro II, nº 356, Centro, no município de Ipumirim, CEP 89790-000; 1º Secretário: ANDERSON GUZZATTO, brasileiro, casado, Pastor Evangélico, portador da cédula de identidade nº 4.958.509 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 083.362.839-94, residente e domiciliado na Rua 29 de Julho nº 477, Apto 12, Centro, na cidade de Concórdia, CEP 89708-890; 2º Secretário: ANTONIO GUARESKI, brasileiro, casado, Gerente Administrativo, portador da cédula de identidade nº 2.690.593 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 986.466.729-72, residente e domiciliado na Rua Arestiliano de Oliveira, no município de Irani, CEP 89680-000; 1º Tesoureiro: ARTÊMIO ORTIGARA, Brasileiro, casado, Contador, portadora da cédula de identidade nº 1.149.098-5 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 477.268.819-68, residente e domiciliado na Travessa CaboZamarki nº 51, Bairro Salete, no município de Concórdia, CEP 89700-360; 2º Tesoureiro: AUGUSTINHO LEORATTO, brasileiro, casado, Empresário, portador da cédula de identidade nº 3.185.240 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 503.957.939-04, residente e domiciliado na Rua Giocondo Poggere, no Município de Irani, CEP 89680-000; Conselho Fiscal: 1º Efetivo: AGENOR CORSO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade nº 1.874.260 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 016.107.489-80, residente e domiciliado em Linha Salto Grande, no município de Lindóia do Sul, CEP 89735-000; 2º Efetivo: FABIANO FRANCISCO CAITANO, brasileiro, casado, Advogado, portador da cédula de identidade nº 1.879.325 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 949.223.149-20, residente e domiciliado na Travessa Guilherme Lorenzett nº 133, Apto 701, Centro no município de Concórdia, CEP 89700-051; 3º Efetivo: MARCOS MARINHO WEIMER, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade nº 3.185.468 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 024.002.989-55, residente e domiciliado na Linha Guaraipo, Interior, no município de Arabutã, CEP 89740-000; 4º Efetivo: ANDRÉ RIZELO, brasileiro, Solteiro, Professor, portador da cédula de identidade nº 3.691.350-2 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 041.019.539-10, residente e domiciliado na Comunidade de Linha São Paulo, no município de Concórdia, CEP 89700-000; 1º Suplente: MARILETE LUCIA PRAMIO BORTOLI, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade nº 2.327.630 SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 848.642.149-72, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, no município de Ipumirim, CEP 89790-000; 2º Suplente: VALMOR ANTUNES, brasileiro, divorciado, Locutor, portador da cédula de identidade nº 2.320.817-1 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 649.779.439-53, residente e domiciliado na Rua Jose Kades nº 09, no município de Irani, CEP 89680-000; 3º suplente: LINDOMAR PEDROSO, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 3.815.969 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 027.908.808-48, residente e domiciliado na Linha Rio Azul, no município de Lindóia do Sul, CEP 89735-000; 4º Suplente: GILSON CONTE, Brasileiro, casado, Comerciante, portador da cédula de identidade nº 3.189.883 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 023.921.269-09 residente e domiciliado na Rua São Pedro nº 266, município de Ipumirim, CEP 89790-000. Em virtude do registro de apenas uma chapa o Presidente consultou o plenário para proceder à eleição por aclamação, o que foi aprovado por todos. Em ato contínuo colocou em votação, sendo a chapa única aprovada por unanimidade de votos. A seguir o Presidente procedeu à chamada dos nos respectivos cargos da Diretoria e Conselho Fiscal para a gestão 2017/2018, declarou-os eleitos, lembrando que posse nos cargos se dá de forma automática no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2017. O Vereador Claiton Casagrande na condição de Presidente eleito para a próxima gestão, em nome dos demais membros da diretoria e conselho fiscal, agradeceu o apoio recebido e se comprometeu dar continuidade aos trabalhos visando o fortalecimento da Associação. O Presidente Zanella lembrou que cada Câmara de Vereadores deverá encaminhar o nome de um representante para compor o Conselho Representativo, nos termos do art. 36 do Estatuto Social. 3 – Assuntos Gerais. No espaço dos assuntos gerais foram tratados assuntos de interesse da associação e apresentadas sugestões para ações futuras, tendo como prioridade o fortalecimento da entidade, capacitação dos servidores das Câmaras Municipais e dos Vereadores. Nada mais havendo a

tratar e esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a presente assembleia, agradeceu a presença e participação de todos os Vereadores, convidando-os para o jantar patrocinado pela AVAUC, tendo como local o restaurante Chapão. Para constar, mandou que lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada por mim \_\_\_\_\_, Rosane Zanella, secretária ad doce pelo Presidente.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA  
Presidente

### PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016 - HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL (RETIFICADO)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL (RETIFICADO)

Auxiliar de Cuidador   Alfabetizado				
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	482344	Jessica Bruna Vicente	089.596.749-90	9,00
2	488848	Vinicius Rogerio Lazzarotti	268.371.068-21	9,00
3	482347	Rosana Paula Vicente	089.597.199-27	8,00

Cuidador   Ensino Fundamental				
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	496953	Geneci Bordignon	029.227.099-22	8,00
2	496874	Vania Neves Da Silva	335.138.758-00	7,50
3	480435	Mariana Augusto	105.449.247-62	6,50
4	481001	Joice Sipp	047.107.099-80	6,50
5	496413	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	738.095.009-68	6,00
6	497383	Suelen Goncalves	085.560.439-50	4,50
7	496283	Roseli Padilha Dos Santos	073.732.169-51	4,00
8	494796	Liliane Francieli Trombetta Menin	056.620.169-09	4,00
9	481629	Kelin Cristiane Artifon	065.747.669-23	4,00

Seara – SC, 29 de Dezembro de 2016.

LACI GRIGOLLO

Prefeita do Município de Seara

Presidente do Abrigo Institucional

## Consórcios

### ARIS

#### **AVISA DE LICITAÇÃO Nº 001//2017 - PREGÃO Nº01/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2017 - APARELHOS CELULARES**

Aviso de Licitação nº 001/2017 -

Pregão nº 001/2017

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 17/01/2017, às 14:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para registrar preços de aparelhos celulares (smartphone), conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13h30min do dia 17/01/2017.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14:00h do dia 17/01/2017.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 17/01/2017.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: [compras@aris.sc.gov.br](mailto:compras@aris.sc.gov.br)
- Site: [www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br)
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP: 88070-800.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 123/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 080/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 123/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 080/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÍDIA PORTÁTIL QUE SERÁ UTILIZADA NA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA CONTRA O MOSQUITO DA DENGUE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:

1000 (MIL) UNIDADES DE DVD-R DE 4,7GB, PARA DUPLICAÇÃO DE CONTEÚDO CONFORME DVD MATRIZ, COM IMPRESSÃO SERIGRÁFICA SOBRE O DVD E ESTOJO TRANSPARENTE PADRÃO PARA DVD, COM CAPA GRÁFICA PARA O ESTOJO.

CONTRATADO: DIGITALART COMERCIO E SERVIÇO DE MÍDIAS PORTÁTEIS LTDA-ME

CNPJ: 07.140.078/0001-50

VALOR: R\$ 3.990,00 (Três mil novecentos e noventa reais)

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral

### CIGA

#### **CONTRATO Nº 400/2016/CIGA**

Processo Administrativo n.º 22/2016

Dispensa de Licitação n.º 14/2016

CONTRATO N.º 400/2016/CIGA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, doravante denominado COMPRADOR, estabelecido à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Senhor Ludovino Labas, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o n.º 1.335.790.8, e a empresa BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA., doravante denominada VENDEDORA, com sede na Rua Belmira Isabel Martins, n.º 62, Edifício Comercial Osni Regis, 1º andar, Sala 102,



Bairro Estreito, CEP 88.075-145, nesta Capital e Estado, e CNPJ/MF sob o n.º 83.601.534/0001-09, com registro do seu Contrato Social na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina n.º 422.003496.5, em 22/08/1978, neste ato representada por seu administrador, Senhor Robson Deschamps, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n.º 2.908.560-8-SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 003.895.259-95, tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores, no que couber, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo n.º 22/2016/CIGA, referente à Dispensa de Licitação n.º 14/2016/CIGA, com fundamento no inciso X do artigo 24 da Lei n.º 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### DOS DOCUMENTOS

Cláusula Primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela VENDEDORA e o Memorial Descritivo do Imóvel.

#### DO OBJETO

Cláusula Segunda. Este contrato tem por objeto a aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, qual seja, duas Salas Comerciais de n.ºs 1304 e 1305, localizadas no 13º Pavimento, e duas Vagas de Garagens de n.ºs 107 e 108, localizadas no Pavimento Pilotis, no prédio comercial "CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ", conforme descrição abaixo do imóvel e das unidades autônomas adquiridas, bem como especificações do Anexo III – Memorial Descritivo do Imóvel:

Imóvel:

"CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ"

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Bairro Canto, Florianópolis/SC

Área total do terreno: 7.268,370m²

Área total construída: 13.799,210m²

Matrícula: n.º 40.671, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC

Projeto: Aprovado pela PMF n.º 54.549.

#### Unidades autônomas adquiridas:

SALA	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	FRAÇÃO IDEAL %	MATRÍCULA C.3º.O.FÍCIO FPOLIS/SC.	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
1304	45,176	10,112	55,288	0,129244	41.821	51.08.080.0210.651-407
1305	43,326	9,690	53,016	0,123870	41.822	51.08.080.0210.652-217
AREA TOTAL	88,502	19,802	108,304			
VG	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	FRAÇÃO IDEAL %	MATRÍCULA C.3º.O.FÍCIO FPOLIS/SC.	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
107	12,000	15,516	27,516	0,031068	41.624	51.08.080.0210.459-727
108	12,000	15,516	27,516	0,031068	41.625	51.08.080.0210.460-067
AREA TOTAL	24,000	31,032	55,032			

#### DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

Cláusula Terceira. O imóvel será recebido em definitivo pelo COMPRADOR após ampla vistoria para verificar se o imóvel se encontra em perfeitas condições e apresenta as características prometidas pela VENDEDORA, conforme Memorial Descritivo do Imóvel (Anexo III deste Contrato).

Parágrafo Primeiro. As unidades descritas apresentam ar condicionado tipo Splits, rede de cabeamento estruturado categoria 6, luminárias, e outras adequações físicas (aberturas de paredes).

Parágrafo Segundo. O imóvel deverá estar livre e desembaraçado de quaisquer ônus, bem como completamente desocupado pela VENDEDORA no ato da assinatura deste contrato.

#### DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

Cláusula Quarta. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis de seu quadro de empregados, com poderes para representá-las em todos os atos praticados em relação ao contrato, conforme Anexos I e II.

Parágrafo único. O representante do COMPRADOR terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar o bem imóvel e especialmente para;

I – recusar aspectos que não atendam às boas normas técnicas;

II – questionar todos os problemas técnicos constatados;

III – ajustar com o representante da VENDEDORA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações nas programações de entrega do objeto; e

IV – solicitar a substituição do representante credenciado pela VENDEDORA, no prazo máximo de uma semana.

#### DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Quinta. Ao COMPRADOR reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe aprouver e convier, diretamente ou por intermédio de seu Diretor Executivo, completa fiscalização do objeto deste contrato, para o que a VENDEDORA se compromete a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas.

Parágrafo único. O exercício pelo COMPRADOR do direito de fiscalização não exonera a VENDEDORA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Sexta. São obrigações e responsabilidades do COMPRADOR:

I – prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela VENDEDORA;

II – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento do imóvel;

III – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, veiculado em seu site, no endereço [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br);

IV – responsabilizar-se por todas as despesas com a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, bem como de seu registro, tais como imposto de transmissão, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, etc.

Parágrafo único. O COMPRADOR não responderá por outros ônus, direitos ou obrigações decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá exclusivamente à VENDEDORA.

Cláusula Sétima. São obrigações e responsabilidades da VENDEDORA:

I – entregar, nas condições estabelecidas no Anexo III (Memorial Descritivo do Imóvel), o objeto definido na Cláusula Segunda;

II – entregar as chaves do imóvel na data do recebimento em definitivo do imóvel;

III – comunicar ao COMPRADOR, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a efetivação da compra do imóvel;

IV – responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos e despesas que incidirem sobre o imóvel até a transferência da propriedade ao COMPRADOR;

V – apresentar prova de quitação de todos os tributos incidentes sobre o imóvel, conforme disposto no Parágrafo primeiro da Cláusula Nona;

VI – providenciar, com o auxílio do COMPRADOR, a Escritura de Compra e Venda do imóvel descrito na Cláusula Segunda;

VII – praticar todos os atos necessários à transferência do imóvel;

VIII – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;

IX – responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força deste contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;

X – responsabilizar-se pelo pagamento integral de eventual corretagem à empresa envolvida na intermediação, qual seja: Dalton Andrade Imóveis Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CRECI/SC sob o n.º 1582-J, representada por seu diretor Sr. Dalton João de Andrade, devidamente inscrito no CRECI/SC sob o n.º 431, e demais empresas imobiliárias.

#### DO CRÉDITO

Cláusula Oitava. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos do orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, de acordo com o Projeto nº 1.001 – Aquisição da Sede Administrativa, no elemento de despesa nº 4.4.90.61.06 (Aquisição de imóveis – Salas e/ou escritórios), para o exercício de 2016.

#### DO PAGAMENTO

Cláusula Nona. O COMPRADOR pagará à VENDEDORA a importância total de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), pelo imóvel descrito na Cláusula Segunda, respeitadas as condições estabelecidas neste contrato, valor este a ser pago por intermédio do Banco do Brasil, mediante depósito em espécie em favor da VENDEDORA, BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA., CNPJ n.º 83.601.534/0001-09, no Banco do Brasil, Agência n.º 3425-8, Conta Corrente n.º 5601-4, após a assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda;

Parágrafo Primeiro. O pagamento somente será efetuado após a apresentação, pela VENDEDORA, de prova de quitação de todos os tributos incidentes sobre o imóvel descrito na Cláusula Segunda deste contrato e a comprovação de todas as condições de habitação e qualificação exigidas por lei.

Parágrafo Segundo. O COMPRADOR compromete-se a efetuar o pagamento na data aprezada no caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro. O COMPRADOR procederá ao pagamento única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

Parágrafo Quarto. No caso de não pagamento na data aprezada, por culpa exclusiva do COMPRADOR, será efetuada a atualização monetária do 1.º dia útil após o vencimento até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o art. 117 da Constituição Estadual e o art. 40, XIV, c, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

Parágrafo Sexto. O pagamento será sustado pelo COMPRADOR por inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo, que a este contrato aderir-se-á.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Primeira. No atraso injustificado na execução do contrato por culpa da VENDEDORA, a VENDEDORA estará sujeita ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I – multa mensal de 2% do valor total do contrato;

II – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,1% ao dia, calculado sobre o total dos dias em atraso;

III – os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do contrato.

a) na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto no inciso III caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a VENDEDORA às demais implicações legais.

Parágrafo Primeiro. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, o COMPRADOR poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste contrato e em lei, com fulcro no Capítulo IV, Seção II, da Lei n.º 8.666/1993:

I – advertência por escrito, em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades cometidas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao COMPRADOR ou a terceiros;

II – multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o COMPRADOR por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a VENDEDORA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento contratual; não manter a proposta; falhar ou fraudar com as obrigações contratuais; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o COMPRADOR.

Parágrafo Segundo. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo COMPRADOR, a VENDEDORA ficará isenta das penalidades.

Parágrafo Quinto. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento do Recibo, após o que será a VENDEDORA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Sexto. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo. Caso não seja possível a retenção e a dedução do pagamento do Recibo, os valores relativos à multa serão pagos mediante NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA; neste caso, o COMPRADOR encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA à VENDEDORA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos (Agência n.º 31747-7, Conta Corrente n.º 2008-7, de titularidade do COMPRADOR) até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo. As multas previstas nesta cláusula são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas.

Parágrafo Nono. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo COMPRADOR.

#### DA RESCISÃO

Cláusula Décima Segunda. A inexecução total ou parcial do contrato pode ensejar a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, nos seguintes modos:

- I. por ato unilateral e escrito do COMPRADOR, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;
- II. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência ao COMPRADOR; ou
- III. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. A rescisão prevista no inciso I desta cláusula acarretará as consequências previstas no art. 80 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo. O descumprimento, por parte da VENDEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao COMPRADOR o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro. Em caso de rescisão contratual os valores já pagos pelo COMPRADOR à VENDEDORA deverão ser devolvidos integralmente, corrigidos monetariamente desde a data do pagamento até a data da efetiva devolução.

#### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Terceira. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/1993 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### DO PRAZO

Cláusula Décima Quarta. Este Contrato terá vigência da data de sua assinatura até a transferência da propriedade do imóvel e o pagamento integral do montante acordado, conforme previsto neste Contrato.

Cláusula Décima Quinta. Declaram as partes neste ato que existe um contrato de locação vigente assinado entre as partes, e que tem como objeto as mesmas unidades autônomas descritas na cláusula segunda deste contrato. Declaram ainda que o referido contrato permanecerá em vigor até o dia da assinatura da escritura pública mencionada na cláusula nona deste contrato. Com a assinatura da escritura pública, o contrato de locação será automaticamente rescindido, independentemente de qualquer aviso e/ou notificação, do qual as partes declaram nada mais tendo a postular, uma da outra, em relação ao referido contrato de locação.

#### DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Décima Sexta. O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

#### DO FORO

Cláusula Décima Sexta. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Ludovino Labas  
Presidente do CIGA  
COMPRADOR

**BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.**

Robson Deschamps  
Representante Legal  
VENDEDORA

**TESTEMUNHAS:****GILSONI LUNARDI ALBINO**

Diretor Executivo do CIGA  
CPF/MF n.º 912.833.619-49

**IRINEU CELSO LUDVIG**

CPF/MF n.º 048.069.729-91

**ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DO COMPRADOR**

O COMPRADOR credencia o Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 912.833.619-49, para representar o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme descrito na Cláusula Quarta deste contrato.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Ludovino Labas  
Presidente do CIGA  
COMPRADOR

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA VENDEDORA**

A VENDEDORA credencia o Senhor Robson Deschamps, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n.º 2.908.560-8-SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 003.895.259-95, para representá-la, conforme descrito na Cláusula Quarta deste contrato.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

**BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.**

Robson Deschamps  
Representante Legal  
VENDEDORA

**ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO DO IMÓVEL****PORTARIA Nº 15/2016/CIGA**

Portaria nº 15/2016, de 22 de dezembro de 2016

Decreta Ponto Facultativo e dispõe sobre o cronograma de publicações do DOM/SC para o ano de 2017.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 26, I, do Contrato do Consórcio e no art. 38 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Transferir o feriado relativo à comemoração da emancipação política do município de Florianópolis, dia 23 de março de 2017 (quinta-feira), para o dia 16 de junho de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º. Fica decretado ponto facultativo de serviços no âmbito do CIGA nos dias 27 e 28 de fevereiro, em função das festividades do Carnaval; no dia 08 de setembro, devido ao feriado nacional do Dia da Independência do Brasil; e no dia 03 de novembro, devido ao feriado nacional de Finados.

Art. 3º. As edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina serão veiculadas de segunda a sexta-feira, exceto nos dias listados a seguir:

I – 27 de fevereiro, Segunda-Feira, Carnaval, ponto facultativo;

II – 28 de fevereiro, Terça-Feira, Carnaval, ponto facultativo;  
III – 14 de abril, Sexta-Feira da Paixão de Cristo, feriado nacional;  
IV – 21 de abril, Sexta-Feira, Tiradentes, feriado nacional;  
V – 1º de maio, Segunda-Feira, Dia do Trabalho, feriado nacional;  
VI – 15 de junho, Quinta-Feira, Corpus Christi, feriado nacional;  
VII – 16 de junho, Sexta-Feira, relativo à transferência do feriado municipal do dia 23 de março de 2017 (quinta-feira), referente à comemoração da emancipação política do município de Florianópolis;  
VIII – 07 de setembro, Quinta-Feira, Dia da Independência do Brasil, feriado nacional;  
IX – 08 de setembro, Sexta-Feira, ponto facultativo devido ao feriado nacional do Dia da Independência do Brasil;  
X – 12 de outubro, Quinta-Feira, Dia de Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;  
XI – 02 de novembro, Quinta-Feira, Dia de Finados, feriado nacional;  
XII – 03 de novembro, Sexta-Feira, ponto facultativo devido ao feriado nacional do Dia de Finados;  
XIII – 15 de novembro, Quarta-Feira, Proclamação da República, feriado nacional;  
XIV – 25 de dezembro, Segunda-Feira, Natal, feriado nacional;  
Art. 4º Os atos para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina devem ser cadastrados até às 08h00min da data de publicação.  
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

## CIMCATARINA

---

### **ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO 14\_2016 DOM EDIÇÃO 2157 P1049**

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0014/2016 - CONDUVALE

Publicado no DOM/SC - Edição nº 2157, pág. 1049, datada de 30/12/2016

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIM-CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve anular a publicação do Extrato do Aditivo de Contrato 0014/2016 – CONDUVALE, por estar com o conteúdo do Termo Aditivo N.º 0001/2016, foi publicada no DOM/SC - Edição nº 2157, página 1049 de 30 de dezembro de 2016, fato este que impede a produção de seus efeitos. O Extrato do Aditivo de Contrato 0014/2016 não foi formalizado.

Florianópolis, SC, 04 de janeiro de 2017.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

### **ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO RESOLUÇÃO 60\_2016 DOM EDIÇÃO 2151 P1288**

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO RESOLUÇÃO N. 0060/2016

Publicada no DOM/SC - Edição nº 2151, pág. 1288, datada de 22/12/2016

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIM-CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve anular a publicação da Resolução n. 0060/2016 que dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências, por estar com o conteúdo da Resolução n. 0057/2016, foi publicada no DOM/SC - Edição nº 2151, página 1288 de 22 de dezembro de 2016, fato este que impede a produção de seus efeitos. A publicação com o conteúdo correto foi publicada no DOM/SC - Edição nº 2152, página 959 de 23 de dezembro de 2016.

Florianópolis, SC, 04 de janeiro de 2017.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

---

## CIS/AMUREL

---

### **AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2009**

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL, através do presente, na intenção de ampliar a base de credenciados para o ano de 2017, torna público que o Edital de Credenciamento 001/2009 encontra-se em vigor, para o credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde para atender os pacientes do Sistema Único de Saúde dos Municípios Consorciados, na forma e valores constantes da Tabela de Procedimentos do SUS, instituída pela Portaria GM/MS nº. 321, de 08/02/2007 e publicada pela GM/MS nº. 2.848 de 06/11/2007, suas atualizações posteriores, e demais deliberações da Assembleia Geral. Da mesma forma, continuam também em vigor, os Editais 002/2009, 001/2012 e 02/2015. Os interessados deverão entregar a documentação exigida nos Editais a partir desta data, nos prazos e na forma nele definidas. A íntegra dos Editais poderá ser retirada na sede do Consórcio sito à Rua Rio Branco, nº. 67, sala B, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), ou pelo site da Amurel: [www.amurel.org.br/cisamurel/download](http://www.amurel.org.br/cisamurel/download). Outras informações poderão ser obtidas na sede da entidade no endereço acima ou pelo telefone: 48-3626 5711.

Tubarão (SC), 30 de dezembro de 2016.

ANTONIO FELIPPE SOBRINHO

Presidente do CIS



**AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL

CREDENCIAMENTO N. 01/2017

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL torna público o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE, assim especificados: 1- Procedimentos com Finalidade Diagnóstica: Ecocardiograma; Ultrassonografia Doppler de Carótidas; Eletrocardiograma; Holter 24 horas; Mapa 24 horas; Teste Ergométrico em Esteira; Estudo Urodinâmico Completo; Paquimetria Ultrassônica; Biometria Ultrassônica; Eletroneuromiografia de MMSS; 2- Ações Complementares da Atenção à Saúde - Internação Hospitalar - Diária: Diária de Saúde Mental com permanência de até 7 (sete) dias; Diária de Saúde Mental com permanência entre 08 a 15 dias; Diária de Saúde Mental com permanência Superior a 15 dias; 3- Procedimentos Cirúrgicos: Exérese de Calázio e outras pequenas lesões da Pálpebra e Supercílios; Exérese de Pterígio c/ sutura de conjuntiva.

Os serviços serão prestados nos termos das normas regulamentares aplicáveis e pelos valores constantes do Edital de Credenciamento. O Requerimento poderá ser feito a partir da data de publicação do presente aviso. A íntegra do edital e as normas referentes à prestação dos serviços poderão ser obtidas junto à Coordenação Administrativa, na sede do Consórcio na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), no horário compreendido entre as 09h00min às 18h:00min, ou pelo telefone (48) 3626-5711 e endereço eletrônico: <http://cis.amurel.org.br>. Tubarão (SC), 02 de janeiro de 2017. Clésio Bardini De Biasi – Presidente do CISAMUREL.

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2017****1. PREÂMBULO**

1.1.O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel – CISAMUREL, inscrito no CNPJ sob nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67 - sala B, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Antonio Felipe Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedras Grandes (SC), comunica a todos quantos interessar possa que, em atendimento da decisão proferida pelos Prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral Ordinária, realizada nos dias 30 de junho e 25 de agosto do corrente ano, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, institui e torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE, para fins de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde, nos termos e condições estabelecidos neste instrumento de chamamento e em seus anexos.

**2. OBJETO**

2.1. O Presente Chamamento Público tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE, conforme constam nos itens abaixo, para fins de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde, conforme as necessidades do CISAMUREL, a saber:

**2.1.1 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica**

- 02.05.01.051-2 – Ecocardiograma .....	R\$ 150,00
- 02.05.01.050-4 – Ultrassonografia Doppler de Carótidas .....	R\$ 150,00
- 02.11.02.003-6 - Eletrocardiograma .....	R\$ 30,00
- 02.11.02.004-4 - Holter 24 horas .....	R\$ 145,00
- 02.11.02.005-2 - Mapa 24 horas .....	R\$ 145,00
- 02.11.02.006-0 - Teste Ergométrico em Esteira .....	R\$ 145,00
- 02.11.09.001-8 – Estudo Urodinâmico Completo .....	R\$ 250,00
- 02.05.02.002-0 – Paquimetria Ultrassônica – (por olho) .....	R\$ 30,00
- 02.11.06.001-1 - Biometria Ultrassônica (monocular) .....	R\$ 32,00
- 02.11.05.051-2 - Eletroneuromiografia de MMSS – 1 membro .....	R\$ 250,00
- 02.11.05.052-0 Eletroneuromiografia de MMSS – 2 membros .....	R\$ 400,00
- 02.11.05.054-7 Eletroneuromiografia de MMSS – 4 membros .....	R\$ 500,00

**2.1.2 – Ações Complementares da Atenção à Saúde**

Internação Hospitalar - Diária

- 08.02.01.025-3 – Diária de Saúde Mental com permanência de até 7 (sete) dias .....	R\$ 110,00
- 08.02.01.026-1 – Diária de Saúde Mental com permanência entre 08 a 15 dias .....	R\$ 110,00
- 08.02.01.027-0 – Diária de Saúde Mental com permanência Superior a 15 dias .....	R\$ 110,00

**2.1.3 – Procedimentos Cirúrgicos**

- 04.05.01.007-9 - Exérese de Calázio e outras pequenas lesões Da Pálpebra e Supercílios .....	R\$ 250,00
- 04.05.05.036-4 - Exérese de Pterígio c/ sutura de conjuntiva .....	R\$ 400,00

2.2. Os preços acima, são considerados como preço máximo para todo o procedimento, aceito pelo Consórcio.



### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos de Credenciamento a serem firmados entre as partes.

3.2. O credenciamento objetiva oferecer aos Municípios consorciados o direito de escolher quem lhes prestará os serviços pretendidos, baseados nas suas necessidades técnica e no grau de confiança depositado no profissional ou clínica escolhida.

3.3. Fica permitido o credenciamento a qualquer momento, de qualquer interessado, desde que atenda aos requisitos fixados neste ato convocatório.

3.3.1. Após a publicação do presente edital, o CONSÓRCIO, receberá os documentos exigidos para o credenciamento, e procederá à análise e julgamento no prazo de até cinco dias úteis, contados a partir do seu recebimento.

### 4. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

4.1. Para obter o credenciamento, o interessado deverá protocolar junto à sede do CONSÓRCIO, requerimento devidamente preenchido e assinado, na forma do anexo I, cumprindo as disposições pertinentes à habilitação, constantes neste edital.

4.2. Os documentos de credenciamento, bem como o requerimento preenchido, deverão ser entregues em envelope no CISAMUREL e identificado em sua parte externa com os dados do interessado.

4.3. Toda documentação apresentada pertinente ao requerimento de credenciamento deverá estar redigida em língua portuguesa, admitida a citação de termos técnicos em outra língua, datilografada ou impressa.

4.3.4. A apresentação de requerimento de credenciamento implica na aceitação plena e irrevogável de todas as normas e condições expressas no presente edital e seus anexos.

### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1 Poderão requerer o credenciamento junto ao CONSÓRCIO, pessoas jurídicas legalmente habilitadas e aptas a realizar o serviço constante do item 2, objeto deste certame.

5.2 Não serão contratadas as empresas:

organizadas sob a forma de consórcio;

de origem estrangeira;

que incidam nas vedações constantes da Lei n. 8.666/93;

que tenham como administrador, proprietário, diretor ou sócio cotista o Prefeito Municipal de qualquer dos municípios consorciados e seus Secretários Municipais ou os que forem a este equiparados pela lei local.

5.3. A comprovação de que o interessado não incide nas vedações contidas no item 5.2, "c" e "d" se dará por meio de declaração, de modo que, em caso de eventual não veracidade das informações, implicará na rescisão do contrato, impossibilidade de contratar com o CIS/AMUREL, além das sanções de ordem criminal

5.4. O número de procedimentos a serem contratados se dará a critério das necessidades dos consorciados, considerando a capacidade de atendimento do credenciado e primando-se pela humanização do atendimento aos beneficiários, não havendo garantia ou obrigação de quantidades mínimas ou máximas.

5.5. O procedimento a que se refere este edital é aquele definido no item 2.1.1.

### 6. DA HABILITAÇÃO

Além da declaração a que alude o item 5.3, deverão ser apresentados os seguintes documentos, para a comprovação da Habilitação:

#### 6.1. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

#### 6.2. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com situação regular perante a Receita Federal do Brasil;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Estadual e do Município sede da pessoa jurídica;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular

no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 01 de maio de 1943.

### 6.3. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de colação de grau em curso superior, do(a) profissional(is) responsável(is) devidamente registrado;

b) Comprovação de especialização ou residência médica do(s) profissional(is) responsável(is) de acordo com o serviço ao qual está requerendo o credenciamento;

c) Prova de registro da empresa e do(s) profissional(is) responsável(is) junto à entidade profissional/Conselho Regional, de acordo com o serviço que busca o credenciamento;

d) Comprovação de que o profissional indicado tenha vínculo com a empresa a ser credenciada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d.1) Cópia da carteira de trabalho e/ou ficha de registro de empregados (FRE), que demonstrem a identificação do profissional;

d.2) Cópia da última alteração contratual da empresa proponente, no caso do profissional ser sócio da mesma;

e) Alvará de funcionamento e alvará sanitário.

### 6.4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES quanto ao processo de Habilitação

6.4.1. Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade serão considerados como válidos por 60 (sessenta) dias da emissão, exceto àqueles previstos em lei.

6.4.2. Não será deferida a habilitação e/ou o credenciamento do interessado que deixar de apresentar, junto ao requerimento do anexo I, quaisquer dos documentos exigidos, ou se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, inválidos, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

6.4.3. Para possíveis intimações, deverá ser apresentada uma declaração, fazendo constar no referido documento seus telefones de contato (inclusive fone/fax) e endereço eletrônico, ciente de que esta será a forma de comunicação oficial entre o Consórcio e o prestador credenciado.

6.4.4. O CONSÓRCIO poderá, a qualquer momento, exigir dos prestadores nova comprovação dos requisitos de habilitação, como pressuposto para manutenção da condição de credenciado.

6.4.5. O CONSÓRCIO poderá, a qualquer momento, exigir dos prestadores a exibição de documento original, cuja apresentação inicial se deu por fotocópia.

### 7. DOS PREÇOS

7.1. O valor (preço) do serviço a ser pago pelo Consórcio, para a realização do serviço, é aquele previsto no item "2" deste edital, considerado preço máximo aceitável pelo consórcio, sendo o mesmo aceito pelo Colegiado de Saúde da Amurel.

7.2 O preço abrange todos os custos necessários à prestação dos serviços, inclusive fiscais, trabalhistas e materiais, dentre outros.

### 8. DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

8.1. Os serviços serão realizados pelo credenciado em seu próprio estabelecimento ou em outro por ele previamente indicado, desde que prévia e formalmente informado ao Consórcio.

8.2. O prazo para a execução dos serviços, após a autorização emitida pelas Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados, não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias. A prestação de serviço, após este prazo, não obriga o Consórcio ao referido pagamento.

8.3. O prazo do contrato de credenciamento, para prestação dos serviços objeto do presente edital, será até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, desde que haja manifesto interesse formal entre as partes, até o limite previsto na lei 8666/93 para serviços de natureza contínua.

8.4. O Consórcio editará atos com objetivo de disciplinar as rotinas de execução dos serviços, cuja observância pelo credenciado será obrigatória.

### 9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. Para cobrir as despesas decorrentes da contratação dos serviços, a serem contratados, serão utilizados recursos vinculados provenientes de contrato de rateio celebrado com os municípios consorciados, na seguinte dotação orçamentária:

DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### 10. DO PAGAMENTO

10.1. Os serviços poderão ser faturados a cada 30 (trinta) dias, sempre acompanhados da nota fiscal, e dos demais documentos de

consultas ou exames exigidos pela legislação do SUS e por normas do Consórcio.

10.2. Nenhum pagamento será processado ao credenciado penalizado, enquanto este não tiver pago a multa imposta pelo CONSÓRCIO.

10.3. O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis da apresentação da nota fiscal-fatura e respectivos documentos comprobatórios da prestação do referido serviço.

#### 11. DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

11.1. A Documentação e os termos do requerimento relativos a este Credenciamento serão analisados pela coordenação e homologados pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio, ou por quem este designar.

11.2. Após o recebimento dos envelopes de documentação, o CONSÓRCIO decidirá pelo credenciamento, ou não, mediante decisão.

11.3. O interessado/credenciado será comunicado formalmente da decisão.

11.4. A inabilitação do interessado, ultimados os possíveis procedimentos recursais, importa em preclusão do seu direito de se credenciar junto ao CONSÓRCIO, até que este apresente novos documentos em compatibilidade com as exigências deste edital.

#### 12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Em face do indeferimento do credenciamento, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação da respectiva decisão.

#### 13. DO CONTRATO

13.1. A obtenção do credenciamento possibilita, ao credenciado, celebrar com o CONSÓRCIO, contrato de prestação de serviço, cuja minuta consta do anexo II deste edital.

13.2. Cada credenciado será notificado a comparecer na sede do CONSÓRCIO, para a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. A ausência e/ou a recusa injustificada caracterizará desistência da contratação.

13.3. O inadimplemento parcial de obrigação contratual, e/ou a prática de qualquer ato caracterizado como ilícito administrativo, implicam as seguintes sanções, podendo ser cumulativas:

13.3.1. Advertência.

13.3.2. Multa de 10 (dez) vezes o valor do procedimento objeto do descumprimento.

13.3.3. Suspensão do contrato de credenciamento ou descredenciamento;

13.3.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Consórcio, e conseqüente Declaração de Inidoneidade, exarada pelo Conselho Deliberativo-Fiscal do Consórcio, enquanto perdurar os motivos da punição.

13.4. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, enquanto esta não tenha pago a multa imposta pelo CONSÓRCIO. Fica possibilitada a compensação da multa com eventuais pagamentos que sejam devidos a empresa contratada.

#### 14. DO DESCRENCIAMENTO E SUSPENSÃO DO CONTRATO

14.1. O Credenciado poderá, desde que não prejudique o tratamento dos beneficiários, solicitar ao Consórcio, formalmente, o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.2. O CONSÓRCIO, em verificando o descumprimento das condições estabelecidas neste edital/contrato, poderá interromper temporariamente a execução do contrato até a decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, decidirá pela suspensão ou descredenciamento da instituição.

Parágrafo único. Constituem motivos para a suspensão temporária do contrato e/ou descredenciamento o descumprimento de quaisquer exigências contidas no contrato ou edital, especialmente:

I - atender aos beneficiários de forma discriminada e prejudicial, devidamente comprovada;

II - exigir garantias, tais como cheques, promissórias ou caução, para o atendimento aos beneficiários;

III - cobrar diretamente do beneficiário valor referente a serviço prestado, a título de complementação de pagamento pelo serviço autorizado;

IV - reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente;

V - agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CONSÓRCIO e/ou aos Municípios consorciados;

VI - deixar de comunicar ao Cis/Amurel qualquer alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e objeto social, no prazo de até 10 dias, a contar da data da alteração;

14.3. O descredenciamento realizado conforme previsto no item 14.2 deste, e nos incisos I a VIII, do artigo 78, da Lei 8666/93, impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento daquele profissional por interstício mínimo de 06 (seis) meses.

14.4. Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade que solicitar o descredenciamento, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Secretaria de Saúde do Município Consorciado, ou do próprio Cis/Amurel.

14.5. O descredenciamento não eximirá a entidade da responsabilidade em relação aos serviços executados e de outras que legalmente lhe possam ser imputadas.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Cópia do presente edital e seus anexos, informações e/ou quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto à coordenação do CISAMUREL durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas.

15.2. Constituem seus anexos:

Anexo I – Modelo de Requerimento; (página 10)

Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo; (páginas 11 a 14)

Anexo III – Declaração (página 15)

15.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

15.4. Este edital passará a ser parte integrante do contrato a ser celebrado como se nele estiver transcrito.

15.5. Aplicam-se a este edital as regras da lei 8666/93.

15.6. Qualquer solicitação de informações ou esclarecimentos sobre o edital, deverá ser efetuado por escrito, as quais serão respondidas no prazo máximo de 48 horas.

#### 16. DO FORO

O foro para dirimir questões judiciais pertinentes ao presente edital é o da Comarca de Tubarão (SC).

Tubarão (SC), 02 de janeiro de 2017.

CLÉSIO BARDINI DE BIASI

Presidente do CISAMUREL

Prefeito de Treze de Maio

#### ANEXO I REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ilustríssimo Senhor

CLÉSIO BARDINI DE BIASI

Presidente do CISAMUREL

Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Amurel.

NOME DO REQUERENTE: ..... ;

CNPJ: ..... ;

ENDEREÇO: ..... ;

TELEFONE P/AGENDAMENTO:

e-mail:

Através do presente, venho perante Vossa Excelência, nos termos do edital de Credenciamento nº. 01/2017, requerer o credenciamento para a prestação de serviço especializado na área de saúde, conforme segue:

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

ITEM DO EDITAL PARA CREDENCIAMENTO:

Declaro ter ciência de todos os itens/cláusulas do edital nº. 01/2017, manifestando concordância aos termos do mesmo, pelo que, apresento a documentação em anexo.

Declaro ainda assumir inteira responsabilidade pela autenticidade de todas as informações prestadas e de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se fizerem necessários.

Tubarão (SC), de janeiro de 2017.

REQUERENTE

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. /2017

O CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), de ora em diante simplesmente denominado de CONSÓRCIO, neste ato representado por seu Presidente, e, de outro lado, a , bairro , , de ora em diante simplesmente denominado de CREDENCIADA, nos termos do Edital de Credenciamento nº. 01/2017, com fundamento no art. 25, caput, da lei federal n. 8.666/93, acordam a prestação de serviços nos termos previstos nas seguintes cláusulas:

**I - OBJETO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO:**

1. A CREDENCIADA prestará ao CONSÓRCIO e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, serviços identificados no item "2" do Edital de Credenciamento nº. 01/2017, descrito no item "2" abaixo.

**II - CONTRAPRESTAÇÃO À CREDENCIADA:**

2. Pelo serviço prestado (unitário e por código), o CONSÓRCIO pagará à CREDENCIADA:

GRUPO 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica

Sub-Grupo

3. O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da apresentação da nota fiscal-fatura e respectivos documentos comprobatórios da prestação do referido serviço.

4. O preço ajustado inclui todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como comerciais, operacionais, trabalhistas e fiscais, ficando o CONSÓRCIO isento de quaisquer outros pagamentos.

5. Os serviços deverão ser faturados com emissão de nota fiscal correspondente e acompanhados do suporte documental legal exigido pelo SUS (requisição médica e 01 via da guia do CIS, fornecida/autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

**III - REGIME DE EXECUÇÃO:**

6. O fornecimento será executado na forma de execução indireta, por regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei 8.666/93.

7. É vedado a terceiros a execução dos serviços objeto do presente credenciamento.

8. É vedada a subcontratação, salvo expressa e prévia autorização do CONSÓRCIO.

9. O presente contrato não obriga o CONSÓRCIO à utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados.

**IV - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

10. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00

**V - OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO:**

11. Constituem obrigações do CONSÓRCIO:

I - fornecer as informações necessárias à prestação dos serviços;

II - realizar os pagamentos devidos no prazo ajustado;

**VI - OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:**

12. Constituem obrigações da CREDENCIADA:

I - executar o(s) serviço(s) objeto do presente contrato, no prazo máximo de até trinta dias, após a solicitação e ou autorização, emitida pelas respectivas Secretarias Municipais de Saúde, ficando ciente, que a execução após o mencionado prazo, não obriga o CONSÓRCIO ao pagamento.

II - prestar os serviços objeto do presente contrato, no seguinte endereço: Rua , nº. , bairro Centro, (SC);

III - comunicar eventual mudança de endereço, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

IV - manter o local onde prestará os serviços objeto do presente contrato em perfeito estado de conservação, de forma a ser um ambiente limpo, higiênico e apresentável;

V - manter vigentes e regulares as licenças e autorizações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, como alvará de funcionamento, alvará sanitário e, se for o caso, licença ambiental;

VI - apresentar os documentos referentes aos serviços prestados em ordem e com condições perfeitas de legibilidade;

VII - prestar informações ou apresentar documentos complementares, no prazo assinalado, quando solicitado;

VIII - manter em bom estado de conservação e funcionamento os equipamentos, aparelhos, instrumentais clínicos necessários para a correta execução dos serviços;

IX - abster-se de cobrar qualquer valor complementar do usuário;

X - cumprir, por sua conta e risco, todas as exigências legais para o desenvolvimento de suas atividades;

XI - pagar todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo os tributos (impostos, taxas e contribuições) incidentes;

XII - reparar os danos causados ao CONSÓRCIO, aos Municípios consorciados ou aos usuários, desde que tenha dado causa ao mesmo;

XIII - utilizar pessoal devidamente capacitado e, sendo o caso, devidamente registrado no órgão competente;

XIV - responsabilizar-se pelo encaminhamento do paciente à hospital da rede SUS, nos casos excepcionais de internação para procedimentos emergenciais, desde que os serviços sejam autorizados pelo SUS, sem ônus para o consórcio, município ou paciente;

XV - informar ao CONSÓRCIO ou aos Municípios consorciados qualquer fato que possa inviabilizar ou interferir na prestação dos serviços

**VII - VIGÊNCIA:**

13. O presente contrato vigorará até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, nos termos Art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

**VIII - RISCOS E RESPONSABILIDADE:**

14. A CREDENCIADA:

I - assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando o CONSÓRCIO isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade;

II - assume inclusive, responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tiver que contratar para prestação/execução dos serviços objeto do presente contrato;

III - assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

**IX - NEGATIVA DE VÍNCULO DE EMPREGO:**

15. O presente contrato não implicará em vínculo de nenhuma natureza, inclusive de emprego, entre os sócios da CREDENCIADA e/ou seus auxiliares e empregados e o CONSÓRCIO, e vice-versa, sendo cada uma das partes exclusivamente responsável por tais relações

**X - DESCREDENCIAMENTO:**

16. A CREDENCIADA poderá desde que não prejudique o tratamento dos beneficiários, solicitar ao CONSÓRCIO, formalmente, o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17. O CONSÓRCIO poderá, em se verificando o descumprimento das condições estabelecidas neste edital/contrato, interromper temporariamente a execução do contrato até a decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao seu corpo clínico.

18. Constituem motivos para a suspensão temporária do contrato e/ou descredenciamento o descumprimento de quaisquer exigências contidas neste contrato ou edital ou incidência nas hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93, especialmente:

I - atender aos beneficiários de forma discriminada e prejudicial, devidamente comprovada;

II - exigir garantias, tais como cheques, promissórias ou caução, para o atendimento aos beneficiários;

III - cobrar diretamente do beneficiário valor referente a serviço prestado, a título de complementação de pagamento dos serviços autorizados;

IV - reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente;

V - agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Consórcio ou aos seus Consorciados.

VI - deixar de comunicar ao Consórcio qualquer alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e objeto social, no prazo de até 30 dias, a contar da data da alteração;

19. O descredenciamento realizado conforme previsto no item 17, e nos casos dos incisos I a VIII, do artigo 78, da Lei 8666/93, impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 06 (seis) meses.

20. Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade que solicitar o descredenciamento, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da respectiva Secretaria de Saúde do Município consorciado.

21. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

**XI - FISCALIZAÇÃO:**

22. Fica facultado ao CONSÓRCIO, para a normal fiscalização dos serviços objeto do presente contrato, a vistoria no local da prestação dos mesmos, bem como, a requisição de informações necessárias, a qual a CREDENCIADA deverá cumprir no prazo máximo de cinco dias.

**XII - NORMAS DE REGÊNCIA:**

23. Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da lei 8666/93.

24. Fica fazendo parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem expressas, as cláusulas constantes do edital de Credenciamento nº. 01/2017.

25. O CONSÓRCIO poderá editar atos com vistas a disciplinar as rotinas para a execução dos serviços, cuja observância pela CREDENCIADA é obrigatória.

**XII - FORO:**

26. Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão, para dirimir quaisquer questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem acordados, assinam os Contratantes, o presente instrumento, em três vias de igual teor, na presença de testemunhas.

Tubarão (SC), de janeiro de 2017.

CLÉSIO BARDINI DE BIASI

Presidente do Consórcio Sócio Administrador

Testemunhas:

**DECLARAÇÃO**

NOME DO CREDENCIADO: ..... ;

CNPJ: ..... ;

ENDEREÇO: ..... ;

TELEFONE P/AGENDAMENTO:

e-mail:

Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a empresa não incide nas vedações constantes da lei n. 8.666/93 para contratar com o Poder Público, tampouco possui como administrador, proprietário, diretor ou sócio cotista o Prefeito Municipal de qualquer dos municípios consorciados e seus Secretários Municipais ou os que forem a este equiparados pela lei local.



Declaro ainda assumir inteira responsabilidade pela autenticidade de todas as informações prestadas e de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se fizerem necessários.

Tubarão (SC), de janeiro de 2017.

REQUERENTE

---

## CISAM

---

### EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 17/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 17/2016 DATA DA ASSINATURA: 19.12.2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE CAPINZAL E OURO.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 57.787,25 (CINQUENTA E SETE MIL E SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

SIDNEI PENZO ANDEVIR ISGANZELLA

DIRETOR – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

### EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 18/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 18/2016

DATA DA ASSINATURA: 19.12.2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 78.511.052/0001-10

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 12.543,77 (DOZE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

LUCIMAR ANTÔNIO SARMÓRIA ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

### EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 19/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 19/2016 DATA DA ASSINATURA: 27.12.2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA.

CNPJ DO CONTRATANTE: 84.591.890/0001-43

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 103.686,93 (CENTO E TRÊS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

ALUIR FLEMMING ANDEVIR ISGANZELLA

DIRETOR ADJUNTO – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

**EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 20/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 20/2016

DATA DA ASSINATURA: 27.12.2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.612.387/0001-08

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ 13.348,19 (TREZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

PAULO JOSÉ FRANCESCKI ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

**EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 21/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 21/2016

DATA DA ASSINATURA: 28.12.2016

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: CONTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O CONSÓRCIO, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2017 À 31/12/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 14.760,00 (QUATORZE MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

ANDEVIR ISGANZELLA

PRESIDENTE – CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR./DANIELA RAMOS SILVA

CONTRATADA

**RETIFICAÇÃO PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 11/2016**

## RETIFICAÇÃO DA PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 11/2016

FICA RETIFICADO O RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFORME SEGUE:

RESPONSÁVEL ANTERIOR	RESPONSÁVEL RETIFICADO
Elisabet Maria Zanela Sartori Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM MO	Sidnei Penzo Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO CISAM - MO, SITO À RUA LOURENÇO CÔAS NETO, Nº 140, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-6972. DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

CAPINZAL/SC, 03 DE JANEIRO DE 2017.

SIDNEI PENZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**CVC****ATA DA 15ª ASSEMBLEIA GERAL DO CONSORCIO CVC**

ATA DA 15ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

As 14h00min (quatorze horas) do dia 08 de dezembro de 2016 reuniram-se no sala de reunião do Centro de Eventos de Coronel Freitas, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como os demais prefeitos e vice-prefeitos e vereadores dos Municípios associados ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, cuja lista de presença segue em anexo, para realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme determina o artigo 13 do Estatuto, a qual foi convocada pelo Edital de Convocação nº 001/2016, publicado no Jornal Eletrônico "Diário dos Municípios" no dia 04/12/2015, Edição nº 1884, página 780, bem como encaminhado via e-mail a todos os Municípios associados, sendo publicado também no mural público do Consórcio no dia 25/11/2016, com a seguinte pauta: 1º) Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão; 2º) Apresentação e aprovação do Balanço do Exercício (2016); 3º) Apresentação e aprovação do Orçamento para o exercício seguinte (2017); 4º) Eleição da nova diretoria e conselho fiscal; 5º) Alterações do Estatuto do Consórcio; 6º) Assuntos Gerais. O Assessor Jurídico Sr. Marcos Fernando Zanella, chamou a atenção de todos para o início da Assembleia, onde destacou a previsão estatutária da Assembleia Geral Ordinária e leu a pauta do dia, para dar início aos trabalhos foi composta a mesa com os seguintes membros: Presidente do CVC e Prefeito de União do Oeste Sr. Everaldo Luis Casonatto, Vice-Presidente do CVC Sr. Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, e o Secretário do CVC Sr. Antônio Grando, Prefeito Municipal de Irati, e seguida foi passa a palavra ao presidente para suas considerações e abertura oficial da Assembleia, onde o Presidente, cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes, desfeita a mesa, o Assessor Jurídico justificou a ausência da Diretor Executiva devido ao fato da mesma estar de atestado médico, e passou a explanar sobre o primeiro item da pauta, onde foi demonstrado todo o trabalho realizado durante o ano de 2016 bem como a programação para 2017, deixando claro que a programação poderá ser alterada a qualquer momento quando necessário, passada a palavra ao Presidente que colocou o Relatório de Gestão em discussão, onde houve vários comentários a respeito dos trabalhos realizados e após a aprovação por todos os presentes, na sequência o Assessor Jurídico passou a apresentar o segundo item da pauta, a Prestação de Contas do ano de 2016, demonstrando todas as receitas e despesas, após leu o relatório de aprovação elaborado pelo Conselho Fiscal, passada a palavra ao Presidente que colocou a prestação de contas em discussão, onde houve vários questionamentos a respeito das contribuições, as quais foram prontamente esclarecidas pelo Assessor Jurídico, sendo que após as explicações a prestação de contas restou aprovada por todos os presentes, prosseguindo o Assessor passou a apresentar o terceiro item da pauta, o Orçamento para o ano de 2017, apresentando assim o valor da contribuição, onde, após várias sugestões foi mantido o mesmo valor do ano de 2016, até que haja uma definição de alguns município que demonstraram interesse em aderir ao consórcio, sendo assim haverá uma nova reestruturação dos valores os quais serão adequados através de termo aditivo, onde bem provável haverá a diminuição dos mesmos, sendo assim os valores para 2017, continuam a ser os seguintes: Municípios com até 5.000 habitantes repassara o valor de R\$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais); Municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes repassara o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); Municípios com população entre 10.001 e 25.000 habitantes repassara o valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais); e Municípios com população superior a 25.000 habitantes repassara o valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), valores que foram aprovados por todos os presentes, em seguida o Assessor passou a apresentar o quarto item da pauta, Eleição da diretoria e do conselho Fiscal explicando que se faz necessária a eleição da Diretoria do CVC bem como do Conselho fiscal, haja vista que o mandato dos mesmos é de um ano onde as eleições devem sempre acontecer na Assembleia ordinária, solicitando aos interessados que registre suas candidaturas. Em seguida, os Prefeitos sugeriram para que a eleição da diretoria fosse adiada para uma assembleia futura com os novos prefeitos eleitos para o mandato de 2017 a 2012, haja vista, que dos presentes, nenhum foi candidato a reeleição, sugestão está que foi acatada por todos, ficando assim a eleição da diretoria para a próxima assembleia, a qual já foi marcada para a data de 05 de janeiro de 2017, sendo que o local e horário será definido. Em seguida o Assessor passou a explicar o quinto item da pauta, Alteração e consolidação do Estatuto, onde deverá ser incluída nas atividades desenvolvidas pelo consórcio a instalação e manutenção da JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração, a qual poderá atender a todos os município consorciados ao CVC e que assinarem o contrato de programa, ainda sobre a alteração do estatuto foi apresentada a proposta para a alteração dos prováveis município a serem consorciados anexo I do Estatuto, abrindo a possibilidade de que todos os município do Estado de Santa Catarina possam aderir ao mesmo, em seguida foi apresentada a proposta para a criação de novos cargos no anexo III do Estatuto do CVC, sendo o Emprego de Diretor de Programa, com 10 vagas, carga horária de 40 horas semanais, forma de provimento em comissão, escolaridade mínima de ensino médio e referência salarial 53 conforme o anexo IV do estatuto, conforma abaixo demonstrado:

Emprego	Vagas	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima	Referência Salarial
Diretor de Programa	10	40h	Em Comissão	Ensino Médio	53

Sendo que todas as alterações sugeridas foram aprovadas pela assembleia. Em seguida passou-se ao item sexto da pauta, Assuntos Gerais, onde foi comentado todos os programas que o CVC tem prontos para a execução em especial o dos resíduos sólidos, faltando apenas a captação dos recursos, bem como a situação positiva do CVC em relação a documentação fiscal e financeira. Não havendo mais nada a relatar, O Presidente do CVC Sr. Everaldo Luis Casonatto, agradecendo a presença de todos, e declarou encerrada a 15ª Assembleia Geral do Consórcio CVC. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella (OAB/SC 30881), declaro como autênticos os fatos acima narrados.

**IBERE****ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS Nº 002/2016**

CNPJ 05.871.732/0001-70

ATA 002/2016

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, nas dependências da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNO-CHAPECÓ), na sala número um, bloco T, sob a presidência do Prefeito de Guatambu, Senhor Pedro Borsoi, reuniu-se para Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Associados do Consórcio IBERÊ os Senhores: Andre Max Tormen Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Alceu Mazzioni Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Pedro Borsoi Prefeito Municipal de Guatambu, Cleomar Kuhn Prefeito Municipal de São Carlos, Juarez Bet Vice-prefeito de Planalto Alegre, Juliana Henzel Assessora de Projetos, Marcia Nichelle Assessora Contábil do quadro de pessoal do Consórcio IBERÊ e demais membros, conforme lista de presença em anexo, para tratar da seguinte pauta: Prestação de Contas de dois mil e dezesseis; Andamento do Projeto Mata Ciliar dois mil e quinze e dois mil e dezesseis; e Assuntos Gerais. A assembleia teve início às quatorze horas e quinze minutos, abertura oficializada pelo Presidente Senhor Pedro Borsoi que desejou boas vindas e cumprimentou a todos os presentes passando a palavra a senhora Marcia que cumprimentou a todos. Senhora Marcia iniciou com a apresentação de prestação de contas do ano de dois mil e dezesseis, indicando as receitas até o dia trinta de novembro, sendo trezentos e cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta e cinco reais sobre transferência corrente, destes sendo sessenta e quatro mil e cinquenta e cinco reais sobre transferência de Municípios; e duzentos e noventa e quatro mil e setecentos reais sobre transferência do convênio junto a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN); hum mil, oitocentos e dez reais e noventa centavos sobre rendimentos bancários; e três mil quinhentos e dezoito centavos sobre devolução a CASAN, sendo o valor total de trezentos e cinquenta e sete mil, sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos. Senhora Marcia indicou os valores das transferências dos municípios consorciados, sendo um total de sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e dois centavos. Dentre os sete municípios consorciados, apenas o município de Caxambu que optou em não participar das atividades no ano de dois mil e dezesseis por motivos maiores. Senhora Marcia demonstrou comparativo da receita orçada versus a arrecadada, seguindo para as despesas no ano de dois mil e dezesseis, com um total de trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos, após apresentou recitas versus despesas; apresentou também a receita arrecadada no valor total de trezentos e cinquenta e sete mil, sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos e despesa paga o valor total de trezentos e cinquenta e cinco reais, setecentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos, sendo o déficit orçamentário abertura de crédito superávit no valor de cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e quatorze centavos. Senhora Marcia apresentou o resumo do salário maternidade das servidoras em licença, Senhora Kellen Cassaro e Senhora Geciane Aparecida Pereira Jordani, sendo o valor total de seis mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos, até novembro do ano de dois mil e dezesseis. Senhora Marcia indicou as legislações atendidas para a referida prestação de contas e para finalizar colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas, não havendo questionamento a senhora Marcia passou a palavra a Assessora de Projetos Juliana Henzel, que cumprimentou a todos presentes e iniciou apresentando os coordenadores de cada município e a CASAN como principal apoiadora do Projeto Mata Ciliar, atualmente há entre as partes firmado o convênio número setecentos e quatorze de dois mil e quinze, que teve início em julho de dois mil e quinze, sendo que até o encerramento do mesmo a CASAN irá repassar o valor total de trezentos e oitenta e um mil e seiscentos reais ao Consórcio IBERÊ. Juliana apresentou a dinâmica de trabalho e indicou os materiais adquiridos para a execução das atividades, sendo eles: arame de aço, hastes de ancora, catraca, palanques de eucalipto, distanciador acompanhado de atilhos e chavetas, mangueira, reservatório de polietileno, bomba submersa, tubos de concreto, sendo estes para a instalação de cerca próxima dos lajeados a serem protegidos e recuperados; kit para análise de água; folder, pastas, adesivos para veículos, banner, camisetas, coletes, chaveiros, squeeze e serviços de designer sendo estes para kit entregue aos beneficiados no ano Projeto Mata Ciliar de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis e material para divulgação do projeto. Juliana apresentou também o que consta em estoque, sendo: trinta rolos de arame, cinco rolos de arame 14”, hum mil e setecentos tramas de aço, trinta e três hastes, nove bombas e quatrocentos e setenta e cinco catracas. Juliana reforçou que o material que está em estoque, havia sido previsto para beneficiados do município de Caxambu, antes da desistência do município em participar das atividades, ficando acordado entre os municípios que o material seria repassado àqueles dos municípios ativos conforme a necessidade. Juliana apresentou todos os beneficiados do Projeto CASAN dois mil e quinze e dois mil e dezesseis e também algumas imagens de áreas protegidas. Juliana explicou que foi iniciada as coletas de água no município de Cordilheira Alta e que gradativamente serão realizadas nos demais municípios, assim que houver valor disponível. Dentre as atividades desenvolvidas houve a participação da equipe técnica nos eventos de celebração ao dia do meio ambiente, confraternização com os beneficiados, os quais receberam um kit e certificado de participação, prestação de contas junto as câmeras de vereadores e reuniões mensais de planejamento e encaminhamentos com os coordenadores municipais. Juliana se pôs à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. Não houve questionamento dos presentes estando aprovada a prestação de contas do ano de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar considera-se encerrada a Assembleia, e eu Juliana lavrei a presente ata na qual será assinada pelo Conselho de Associados, Conselho Executivo e quadro de pessoal do Consórcio.

Pedro Borsoi  
Prefeito de Guatambu/SC  
Presidente do Consórcio IBERÊ

Alceu Mazzioni  
Prefeito de Cordilheira Alta/SC

Andre Max Tormen  
Prefeito de Águas de Chapecó/SC

Juarez Bet  
Vice-prefeito de Planalto Alegre

Marcia Nichelle  
Ass. Contábil do Consórcio IBERÊ

Juliana Henzel  
Ass. de Projetos do Consórcio IBERÊ

**CIS/AMERIOS****AVISO DE CONTRATAÇÃO COM DISPENSA POR LIMITE N. 01/2017****AVISO DE CONTRATAÇÃO COM DISPENSA POR LIMITE**

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, torna público formalizou a seguinte contratação:

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONSÓRCIO, ENVOLVENDO A GESTÃO DE CONSULTA EXAMES ENTRE PRESTADORES DE FORMA ONLINE PARA OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS: BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES E TIGRINHOS.

VALOR: R\$ 19.200,00

PRAZO: 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

ROGÉRIO PERIN

Presidente do CIS AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão/SC

**EXTRATO DE TERMOS DE ADITIVO AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS N. 002/2016 À 035/2016****EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n. 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, torna público a formalização dos seguintes Termos Aditivos para o exercício financeiro de 2017:

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa BANA & SCHERER ENDOCRINOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA S/S.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 002/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
23	CONSULTA	OTORRINOLARINGOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa UROCENTER CLÍNICA DE UROLOGIA EIRELI ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 003/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
30	CONSULTA	UROLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 004/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa HUMANITÁ CARDIOLOGIA S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 004/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
4	CONSULTA	CARDIOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 005/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa MMS SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.



OBJETO: prorrogar o prazo de vigência e suprimir o item 7 (consulta em clínica médica) e o item 18 (consulta nefrologia) do Contrato Administrativo n. 005/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
24	CONSULTA	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 006/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa NEFRON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 006/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
18	CONSULTA	NEFROLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 007/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE MARCO EIRELI – EPP.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 007/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
24	CONSULTA	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 008/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CRISTIANO LAGO CLÍNICA EIRELI – ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 008/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 009/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. DELSO BONFANTE S/S.

0.1 OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 009/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

EXTRATO DE CONCLUSÃO/ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 010/2016.

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. ALEXANDRE TAKAHASHI S/S.

OBJETO: encerrar a vigência do Contrato Administrativo n. 010/2016, finalizando a vigência no dia 31 de dezembro de 2016, sendo não prestará mais os seguintes serviços:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	

PRAZO: Concluído e não aditado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE CONCLUSÃO/ENCERRAMENTO: 31/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 011/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. FERNANDO BONFANTE S/S.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 011/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	120,00



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 012/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa OTOPLAST CHAPECÓ SERVIÇOS MÉDICOS S/S – EPP.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 012/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
23	CONSULTA	OTORRINOLARINGOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 013/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa IAD – CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 013/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
5	CONSULTA	CIRURGIA GERAL	120,00
7	CONSULTA	CLÍNICA MÉDICA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 014/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. EDSON LUIZ GRANZOTTO LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 014/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 015/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CENTRO MÉDICO LOVATEL S/S ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 015/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
7	CONSULTA	CLÍNICA MÉDICA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 016/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa ALISSON SAMOEL RODRIGUES E CIA LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 016/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
26	CONSULTA	PNEUMOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 017/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa ORTOVISÃO EIRELI ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 017/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
22	CONSULTA	OFTALMOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 018/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa GRELLMANN CLÍNICA INCORPORADORA LTDA ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 018/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
5	CONSULTA	CIRURGIA GERAL	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 019/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLINICARDIO SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 019/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
4	CONSULTA	CARDIOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 020/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa DR. AMARAL CONSULTÓRIO MÉDICO SOCIEDADE SIMPLES – ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 020/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
23	CONSULTA	OTORRINOLARINGOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 021/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DA FACE S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 021/2016, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
23	CONSULTA	OTORRINOLARINGOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 022/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa SIMONATTI CARDIOLOGIA S/S.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 022/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
4	CONSULTA	CARDIOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 023/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa NABIL MOUSA YASIN E CIA LTDA ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 023/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
5	CONSULTA	CIRURGIA GERAL	120,00
30	CONSULTA	UROLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 024/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS e JOSENITH TERESINHA KARKOW BLOS.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 024/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
13	CONSULTA	GINECOLOGIA/OBSTETRICIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 025/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS e GUILHERME FIALHO BLOS.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 025/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
25	CONSULTA	PEDIATRIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 026/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS e GROVER RONALD PARDO HOLZWARTH.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 026/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
19	CONSULTA	NEUROLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 027/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa UROFETUS SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 027/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
30	CONSULTA	UROLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 028/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA MÉDICA LONGEVITTÁ LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 028/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
6	CONSULTA	CIRURGIA VASCULAR	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 029/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa A. BRAUN ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI – ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 029/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
24	CONSULTA	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 030/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA PASQUALOTTO S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 030/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
13	CONSULTA	GINECOLOGIA/OBSTETRICIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 031/2016**

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DR. VALDIR EIRELI ME.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 031/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
13	CONSULTA	GINECOLOGIA/OBSTETRICIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 032/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa MARIANE PISSATTO.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 031/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 32 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
7	CONSULTA	CLÍNICA MÉDICA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 033/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA CAMARGO & SCHLOTTFELDT LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 033/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
7	CONSULTA	CLÍNICA MÉDICA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 034/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa CLÍNICA DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA CHAPÉCO S/S LTDA.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 034/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
24	CONSULTA	ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 035/2016

PARTES: Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e a Empresa NEP – NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PEDIATRIA S/S.

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 035/2016, para o exercício financeiro de 2017, com vigência de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sendo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
4	CONSULTA	CARDIOLOGIA	120,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.  
DATA DE ASSINATURA: 2/12/2016.

Maravilha/SC, 16 de dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente do CIS AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão/SC